

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TIAGO MAGALHÃES RIBEIRO

GOVERNO ÉTICO-POLÍTICO DE USUÁRIOS DE MACONHA

São Leopoldo/RS – Brasil
2016

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Tiago Magalhães Ribeiro

GOVERNO ÉTICO-POLÍTICO DE USUÁRIOS DE MACONHA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/PPGEDU), em cumprimento a exigências parciais para obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Formação de professores, currículo e práticas pedagógicas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eli Terezinha Henn Fabris

São Leopoldo/RS – Brasil
2016

R484p Ribeiro, Tiago Magalhães
Governo ético-político de usuários de maconha / Tiago Magalhães Ribeiro. – São Leopoldo, 2016.

376f.

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-Graduação em Educação. São Leopoldo, 2016.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Eli Terezinha Henn Fabris

1. Drogas (Usuários). 2. Maconha. 3. Governamentalidade. 4. Educação 5. Subjetivação. I. Título.

CDU 663.992-056.83

Ficha catalográfica elaborada por Júlia Agustoni Silva – CRB 10/1788

*Eu sou Enoque afamado
Porque não tem cirimonha
Em todo lugar que canto
Minha cara é sem vergonha
Deixei de beber cachaça
Agora só tomo maconha.*

Versos do cancionero popular. Autor desconhecido.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à UNISINOS e, em especial, ao seu Programa de Pós-Graduação em Educação, por me oferecerem as condições necessárias a esse empreendimento.

Agradeço também a CAPES pela bolsa a mim concedida, sem a qual esta pesquisa não teria se realizado.

Agradeço aos professores Luís Henrique Sacchi dos Santos, Gelsa Knijnik, Henrique Carneiro e Maura Corcini Lopes, componentes da banca de avaliação deste trabalho, pela generosidade em lê-lo e pelas diretrizes que me forneceram, na ocasião do exame de qualificação, para a continuidade da investigação.

Agradeço a minha orientadora, Eli Fabris, pela leitura do trabalho e sugestões apresentadas.

Agradeço aos amigos pelas trocas afetivas e intelectuais. Agradeço aos colegas técnico-administrativos e docentes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS pela compreensão durante esses quatro anos de transtornos mentais e oscilações de humor (esse agradecimento também vale para amigos, familiares, colegas...).

Na impossibilidade de mencionar todas as pessoas que, de alguma forma, foram importantes e contribuíram para a produção deste trabalho, agradeço, em especial, a Gabriel Focking, Nauber Gavski da Silva, Rodrigo Bonaldo, Fernando Pureza, Juliane Welter, Gabriel Berute e Fabi Mancilha, amigos próximos e queridos que me permitiram humorizar compulsivamente a existência em uma desesperada e vã tentativa de fugir da realidade, esse túnel profundo e escuro de dor e desespero.

Agradeço aos meus pais.

E agradeço, sobretudo, a Cássia Silveira, pelo amor, pela inteligência e honestidade, pelo companheirismo, solidariedade, parceria, pela leitura atenta desta tese e pela capacidade de, por tudo isso, me fazer mais forte e mais feliz do que eu jamais supusera possível.

RESUMO

Esta tese teve por objetivo deslindar aspectos de uma história da subjetividade de usuários de maconha no Brasil mediante descrições e análises de racionalidades e de tecnologias de governo ético e de governo político que conformam diferentes processos de educação mediante a formação de sujeitos. Para tal, realizou-se uma pesquisa empírica que buscou compreender, de um lado, como o uso de maconha foi constituído, no Brasil de início a meados do século XX, enquanto problema pensável e administrável, com a produção, principalmente na psiquiatria e na medicina, de saberes sobre essa droga, seus usos e usuários, o que permitiu um avanço dos controles sociais sobre as práticas de alteração de consciência por meio do uso dessa substância. De outro lado, esta pesquisa visou compreender como esse processo de objetivação de sujeitos e de suas práticas em discursos de verdade se relaciona com os modos pelos quais, neste início de século XXI, consumidores de maconha problematizam e atuam sobre si mesmos e sobre os outros, procurando se constituir como sujeitos de suas práticas de alteração de consciência. A partir de fontes de pesquisa que vão de estudos médicos e psiquiátricos a interações entre usuários de maconha em um fórum virtual na internet, e fazendo uso de ferramentas analíticas elaboradas por Michel Foucault, notadamente a noção de “governamentalidade” entendida como superfície de contato entre o governo de si e o governo dos outros, analisou-se discursos e práticas de controle e autocontrole, identificando-se como racionalidades e tecnologias de governo policial e de governo liberal das condutas de usuários dessa droga incidiram e incidem diferencialmente sobre sujeitos usuários de maconha, tendo em vista, sobretudo, suas posições de “classe” e de “raça”. Os resultados da investigação apontaram, ainda, para uma coexistência de governamentalidades nas formas de gestão do uso de maconha no Brasil: de um lado, problematização e governo policial das condutas de traficantes e usuários pobres; de outro, possibilidades de resistência liberal, de estilização de autocontroles e propugnação de formas de autogoverno por usuários de classes médias e altas. Concluiu-se que o sujeito usuário de maconha foi construído historicamente, no Brasil, entre o início e o meado do século XX, como um sujeito patológico e criminógeno. Tal subjetividade tem sido contestada e reelaborada, principalmente neste início de século XXI, em nosso país, no marco da emergência de racionalidades e tecnologias liberais e neoliberais de governo das condutas, de modo a conformar um sujeito usuário de maconha autocontrolado e gestor de si. Essa produção de subjetividade, contudo, se encontra limitada: teoricamente, pela dificuldade de se fundar uma ética em uma ideia de autonomia como pleno controle de si, e, praticamente, pelos profundos recortes e divisões socioeconômicas que caracterizam a sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas; maconha; governamentalidade; educação; processos de subjetivação.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate aspects of a history of subjectivity of marijuana users in Brazil by means of descriptions and analyses of rationalities and technologies of both ethical government and political government which ones conform different processes of education by means of formation of subjects. In order to do that, an empirical research was carried out to understand, on the one hand, how the use of marijuana was constituted in Brazil from the beginning to the middle of the 20th century as a thinkable and manageable problem, with the production of knowledges about this drug, particularly in the fields of psychiatry and medicine, thus leading to the advancement of social controls over the practices of alteration of consciousness with the use of that substance. On the other hand, this research aims to understand how such process of objectivation of subjects and their practices in discourses of truth is related to the ways through which, in the beginning of the 21st century, marijuana consumers problematize and act on themselves and the others in an attempt to constitute themselves as subjects of their practices of alteration of consciousness. From research sources ranging from medical and psychiatric studies to interactions between marijuana users in a virtual forum on internet, and by using analytical tools designed by Michel Foucault, particularly the notion of ‘governmentality’, understood as a surface of contact between the government of the self and the government of the others, discourses and practices of control and self-control have been analyzed, enabling the identification of the ways in which rationalities and technologies of police government and liberal government of the conducts of marijuana users differently affected and still affect those subjects, especially considering their class and race positions. The results of the investigation have also pointed out the coexistence of governmentalities in the form of management of marijuana use in Brazil: on the one hand, problematization and police government of the conducts of drug dealers and poor users; on the other hand, possibilities of liberal resistance, stylization of self-controls and defense of forms of self-government by middle and upper class users. It has been concluded that the marijuana user was historically produced in Brazil between the beginning and the middle of the 20th century as a pathological and criminal subject. Such subjectivity has been challenged and reconstructed in our country, especially in the beginning of the 21st century, with the emergence of liberal and neoliberal rationalities and technologies of government of conducts, thus modeling a self-controlled, self-manager marijuana user subject. This production of subjectivity, however, is limited: theoretically, due to the difficulty to found an ethics on the

idea of autonomy as total control of the self and, in practice, because of the deep socioeconomic cuts and divisions that characterize the Brazilian society.

KEYWORDS: Drugs; marijuana; governmentality; education; processes of subjectivation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	----

CAPÍTULO 1

Uma genealogia do governo político de usuários de maconha no Brasil.....	44
A emergência da medicina como tecnologia de governo pela verdade.....	71
A governamentalidade do uso de drogas na Primeira República.....	79
A Era Vargas e o aprofundamento da governamentalidade: a criminalização do usuário de maconha no Brasil.....	86
O combate à maconha: elemento tático na naturalização das hierarquias raciais e socioeconômicas.....	90
Uma genealogia do uso de maconha como patologia.....	104

CAPÍTULO 2

O <i>Growroom</i> como espaço ético-político	125
Como esta pesquisa foi feita.....	143

CAPÍTULO 3

Descrição e análise de práticas de governo de si de usuários de maconha	155
Os regimes e a formação da relação consigo.....	158
Os regimes em funcionamento.....	159
Dando provas.....	170
Transformar a si mesmo para transformar o mundo: as técnicas de si em operação.....	184
A comunidade como campo de problematização e de poder.....	196
A comunidade como projeto educativo.....	208
Tecnologias de autonomia na sociedade de consumo.....	215
Liberdade, liberalismo, neoliberalismo.....	217
Emergência do usuário de maconha autorreflexivo como sujeito ético.....	238
Liberdade e controle: relações agonísticas na constituição de sujeitos.....	241
A ética e a política.....	261

Pensar as conexões entre as governamentalidades dos usos de maconha.....	271
O governo da comunidade ou a comunidade educadora.....	277
Autogestão dos prazeres: breve historicização.....	282
Moralidade e autorregulação do uso de maconha.....	296
Um modelo ético para um projeto político.....	299
Tornar-se o que se quer mediante participação em um campo de problematização, prática e ajuda mútua.....	307
Prazer ou vício?.....	311
Formas de distinção: três figuras de subjetividade e modelos éticos - o cultivador para consumo próprio; o usuário consciente, moderado e responsável; e o ativista.....	315
O governo de si como modelo para o governo dos outros: formas de conhecimento e verdade ética.....	321
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
Uma primeira tentativa de sistematização.....	329
Uma segunda tentativa de sistematização.....	332
A responsabilidade da liberdade (e sua crítica).....	351
 FONTES CONSULTADAS.....	
 REFERÊNCIAS.....	
 370	

INTRODUÇÃO

“Eu sou maconheiro, com muito orgulho, com muito amor”. Essa frase, cantada por milhares de pessoas nas ruas das principais cidades brasileiras, em uma melodia apropriada dos cânticos das torcidas de futebol nos estádios, tem sido ouvida em nosso país, em um volume e com uma intensidade maiores a cada ano, desde pelo menos o ano de 2002¹. Se, (pelo menos) desde a criminalização do consumo de maconha no Brasil², o consumidor dessa erva escondia-se para experimentá-la e negava peremptoriamente ser dela usuário, parece que nos últimos anos alguma coisa aconteceu em torno dos usos e experimentações da droga, pois, como atesta o crescimento das marchas pela legalização, certo número de usuários de hoje, se ainda tem de se esconder um pouco para consumi-la, parece falar dessa prática, e de si mesmo como indivíduo que a realiza, com orgulho e confiança, expondo-se diante de todos para dizer: “sim, sou maconheiro”.

Há nesse fenômeno contemporâneo de visibilização de usuários de maconha indícios de mudanças nas formas como esses indivíduos pensam e agem, nas formas como eles se relacionam consigo mesmos e com os outros (com o Estado, com a sociedade), nas formas como suas condutas são conduzidas, mudanças estas que despertaram minha curiosidade intelectual. Algo que se dava, pelo menos desde a década de 1930 até recentemente, de um mesmo modo (usuários de maconha utilizando maconha da forma mais anônima possível, tentando não chamar a atenção para suas práticas) nos aparece de outra forma (usuários de maconha nas ruas, aos milhares, munidos de cartazes e palavras de ordem que os identificam e unificam, precisamente, como usuários de maconha, procurando chamar o máximo de atenção possível sobre si mesmos enquanto usuários de maconha), o que me induziu a pensar estarmos presenciando algumas transformações em um processo histórico. Algo que não era possível no passado recente agora acontece no presente e meu interesse aqui foi mapear e compreender essas transformações, o que as tornou possíveis e quais seus limites e possibilidades.

¹ Nesse ano foi realizada, no Rio de Janeiro, a primeira edição brasileira da “Marcha da Maconha”, evento anual que mobiliza pessoas desde os anos de 1990, em várias partes do mundo, pela legalização do uso da droga. Desde então, quase sempre no mês de maio, ativistas se reúnem para passeatas, atos públicos, realizam palestras e debates e trocam informações e experiências sobre o uso de maconha. Em 2011, após anos de confrontos com as polícias locais e proibições à realização da marcha por parte dos poderes judiciários estaduais, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela legalidade da manifestação, que já ocorre nas principais cidades do país. Os coletivos que promovem o evento têm, no sítio marchadamaconha.org, um ponto importante de organização da sua rede e de disponibilização de informações.

² O uso, a venda e a posse de maconha foram tornados crimes no Brasil no início da década de 1930.

Foi, portanto, partindo de uma constatação acerca da atualidade que me orientei para a construção da problemática que guiou esta pesquisa. Mobilizou-me aquilo que, hoje, se apresenta como um tema, uma polêmica, um enfrentamento, um deslocamento, em suma, aquilo que, na atualidade, se apresenta à sociedade como uma questão, um desafio, provocando nos homens e mulheres do nosso tempo medo, raiva, angústia, inquietação, preocupação, esperança, dúvida, revolta, compaixão... Compreender como isso (esse medo, essa raiva, essa preocupação etc.) se tornou possível é o que me instigou a pensar e a pesquisar. Não exatamente para proferir, ao final da investigação, um parecer, um vaticínio, uma previsão, uma conclusão imperativa que indique o que é “bom” e o que é “ruim” nesse processo, o que se deve pensar e fazer sobre tal questão, mas para oferecer ao eventual leitor um modo de compreensão de um processo histórico, um diagnóstico acerca de como chegamos até aqui, de como nos tornamos o que somos enquanto sociedade, enquanto cultura, enquanto sujeitos³.

Nesse sentido, avaliei que em torno do consumo tornado ilícito de substâncias psicoativas se organizou um foco de atenção das sociedades contemporâneas. Essas substâncias, cuja proibição é recente⁴, têm gerado esforços legislativos, judiciários, policiais, médicos e educacionais bastante significativos, envolvendo a mobilização de profissionais, instituições e investimentos financeiros nada desprezíveis. Tais esforços, contudo, segundo relatório da Comissão Global de Políticas sobre Drogas⁵, não têm sido acompanhados pela

³ O termo “sujeito” foi entendido, nesta tese, como designativo do “indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação” (FONSECA, 2003, p.26). Tais processos se dão como transformação de indivíduos em sujeitos mediante a incorporação, por um lado, de formas de pensar e de práticas que se instituem a partir da operação do Estado e das mais diversas instituições estatais, bem como de grupos profissionais, sociais, políticos, familiares, comunitários, religiosos etc., e, por outro lado, mediante a incorporação de formas de pensar e de práticas que se constituem a partir da observação e da atuação do próprio indivíduo sobre si mesmo. Não se trata de pensar o sujeito como “substância”, como essência interior cuja manifestação se dá progressivamente no mundo histórico. Trata-se, diferentemente, de conceber o sujeito como forma variável que o indivíduo assume em suas relações políticas (sujeito político), sexuais (sujeito sexual) etc, formas diversas de ser sujeito e de travar relações consigo e com os outros nos variados contextos de atuação do indivíduo.

⁴ As principais drogas, hoje, ilícitas no Brasil e na maior parte do mundo, foram proibidas na primeira metade do século XX, em processo iniciado a partir da realização, em Xangai, na China, no ano de 1909, da Primeira Conferência Internacional do Ópio. Essa conferência foi seguida de uma série de outras (sendo as mais importantes realizadas em Haia, na Holanda, entre 1911 e 1912, e em Genebra, na Suíça, nos anos de 1925, 1931 e 1936) e instituiu recomendações de controle sobre substâncias como o ópio e a cocaína, bem como sobre seus derivados. O Brasil foi signatário de todas as convenções a partir da Convenção de Haia, a qual foi ratificada pelo governo em 1913 e promulgada por meio do decreto nº 11.481, em 1915, tendo entrado em vigor, contudo, somente a partir de 1921, quando passou a vigorar a Lei 4.294/1921 (CARVALHO, 2013, p.26). A maconha, no entanto, só teve seu uso penalizado por lei federal no ano de 1932 (SOUZA, 2012, p.35).

⁵ Essa comissão, formada por 22 membros, dentre os quais os ex-presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, do Chile, Ricardo Lagos, da Colômbia, Cesar Gaviria, do México, Ernesto Zedillo, de Portugal, Jorge Sampaio, e da Suíça, Ruth Dreifuss, além de notáveis como o intelectual peruano Mario Vargas Llosa, o ex-secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e o ex-diretor do Banco Central dos Estados Unidos, Paul

diminuição do interesse pelo uso de drogas. Ao mesmo tempo, intensificou-se o debate, em diversos países, envolvendo instituições do Estado e da sociedade civil organizada, figuras públicas, políticos, pesquisadores, profissionais de diversas áreas e ativistas, a respeito da nossa relação com as drogas e das formas pelas quais concerne, ou não, ao Estado, e em que medida, interferir nessa relação, bem como que tipo de interferência seria desejável, correta, eficaz. Essa proliferação do discurso em torno de um tema, no caso, as drogas, seus usos e usuários indicia, como nos ensina Michel Foucault (2003), uma intensificação das relações de poder⁶, uma intensificação das disputas que tomam por objeto as condutas dos indivíduos e da população no que concerne ao uso de uma substância como a maconha. Assim, não seria exagero afirmar que as drogas estão na ordem do dia hoje, talvez mais do que nunca, e, dentre elas, a mais conhecida, utilizada e disputada de todas é a maconha⁷.

A fim de compreender, então, o que aparece como uma transformação no campo de possibilidades de pensamento e de ação de e sobre usuários de maconha, lancei uma forma específica de olhar para esse campo. Procurei analisá-lo inspirado em uma chave de inteligibilidade para a compreensão dos processos sociais a qual o filósofo francês Michel Foucault (2008, 2010a) designou como “governamentalidade”. A operação dessa ferramenta conceitual me permitiu compreender a vida social como jogo estratégico através do qual a conduta de todos e de cada um é conduzida. Trata-se de conceber a ação humana como resultado do contato, da imbricação, da relação que se configura, historicamente, entre as maneiras de governar os indivíduos por meio de discursos⁸ verdadeiros e de práticas de poder

Volcker, elaborou, no ano de 2011, um detalhado relatório que avaliou como um “fracasso” a “guerra global contra as drogas”. Conforme o relatório, “os imensos recursos gastos na erradicação da produção, repressão aos traficantes e criminalização dos usuários não foram capazes de reduzir a oferta nem de reduzir o consumo de drogas” (COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. Relatório, 2011, p.2. Disponível em http://www.globalcommissiondrugs.org/wp-content/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Commission_Report_Portuguese.pdf. Acesso em 9 de novembro de 2012).

⁶ As relações de poder foram entendidas, neste trabalho, como “jogos estratégicos entre liberdades – jogos estratégicos que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros” (FOUCAULT, 2012j, p.278-279). O poder, então, pode ser entendido não como um objeto provido de uma essência, mas como relações que se travam em situações estratégicas.

⁷ Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas, publicação anual do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês), em sua edição de 2015, existe 181,8 milhões de usuários de maconha no mundo, o que faz dessa substância a mais consumida das drogas ilícitas (UNODC, Relatório Mundial sobre Drogas, 2015. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf. Acessado em 28 de outubro de 2015).

⁸ Os “discursos” foram compreendidos, nesta investigação, como elementos centrais em “um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escore, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta”. Assim, “o discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”, de modo que “não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. Os discursos são elementos ou blocos táticos no

mais ou menos institucionalizadas, que visam condicionar seu campo de possibilidades de ação, e as maneiras pelas quais os próprios indivíduos governam a si mesmos por meio de técnicas, de exercícios, de investimentos sobre si tendo em vista a constituição de certas formas de ser, de certos estilos e modos de vida (FOUCAULT, 2010).

Foucault operou, ao longo da sua produção intelectual, alguns deslocamentos na definição dessa noção, indicando, em momentos diferentes de sua obra, vieses variados para sua compreensão. Em 1978, por exemplo, em uma aula do curso ministrado no *Collège de France* sob o título “Segurança, Território, População”, ele descreveu a “governamentalidade” como uma noção metodológica profícua para a análise de um conjunto de instituições, procedimentos, cálculos e táticas que permitem exercer, a partir de uma lógica econômica e por meio dos dispositivos de segurança, um tipo específico de poder que tem por alvo não mais o indivíduo, como era o caso do poder disciplinar, mas a população (FOUCAULT, 2008). Nesse sentido, o sujeito emerge como ponto terminal, como resultado desse processo de investimentos de poder por meio de saberes, de instituições, de técnicas e procedimentos. A partir de 1980, entretanto, e até a sua morte, em 1984, Foucault complexificou essa noção, compreendendo-a como a superfície de contato em que se juntam a maneira de conduzir os indivíduos e a maneira pela qual eles se conduzem a si mesmos (GROS, 2010). Aqui, o sujeito não é o produto passivo de poderes e saberes, sendo encontrado no cruzamento instável, variável e, sobretudo, historicamente datável entre tecnologias de dominação e tecnologias do eu⁹. Fundamentalmente, é essa segunda acepção da “governamentalidade” que, aqui, mais me interessou, pois ela chama a atenção para a existência de uma dimensão do governo¹⁰, do ato de governar, que, sem desconsiderar as

campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas” (FOUCAULT, 2003, p.96-97).

⁹ Foucault (2004, p.323-324) entende que os seres humanos desenvolveram diferentes conjuntos de técnicas por meio das quais procuraram constituir formas de conhecimento sobre si mesmos e sobre o mundo. Esses conjuntos são por ele agrupados em quatro grandes “tecnologias”, cada uma delas constituindo “uma matriz de razão prática”: “(1) tecnologias de produção, que permitem produzir, transformar ou manipular as coisas; (2) tecnologias dos sistemas de signos, que permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significação; (3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou dominação, objetivando o sujeito; (4) tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade”. A “governamentalidade” constitui, nesse sentido, o campo de contato entre as tecnologias de poder, ou de dominação, e as tecnologias de si ou do eu, campo este a partir do qual se estruturam as relações do ser consigo mesmo.

¹⁰ “Governo” foi compreendido, nesta tese, como a ação de governar, uma ação que se dá de modo a conduzir ou dirigir as ações alheias (ou as próprias). Assim, trata-se de compreender o “governo” como condução das condutas dos outros e de si mesmo. Não se restringe, portanto, o uso desse termo, à condução ou direção do

formas pelas quais o sujeito é constituído por meio de saberes e de poderes que organizam os discursos e as práticas institucionais que sobre ele incidem, procura conectar essa dimensão do poder que é exercido sobre o outro aos modos pelos quais o sujeito exerce poder sobre si mesmo, constituindo-se como objeto de sua própria ação.

Assim, pude começar a configurar um modo de compreensão acerca da constatação, um tanto perplexa, que deu início ao presente texto. É a conduta de usuários de maconha que se encontrou em questão neste trabalho, uma vez que ela se apresenta, na atualidade, modificada, conduzida de outras formas, no sentido de que manifestações políticas de massa que reivindicam a legalização da maconha e nas quais usuários dessa substância se expõem e cantam abertamente seu orgulho em relação a tal hábito não existiam em um passado recente. Diante da importância conferida ao tema das drogas e de suas formas de controle no mundo contemporâneo, e diante da constatação dessa transformação no modo de se ser e de se reconhecer como usuário de maconha, quis perguntar como se problematiza¹¹ e se governa os usuários dessa droga e como eles problematizam e governam a si mesmos. Como se constituiu em nosso país a problematização e o governo desses indivíduos, como eles foram tornados objetos de reflexões e de práticas de condução de suas condutas e como, atualmente, eles procuram problematizar e governar a si mesmos como sujeitos usuários de maconha? E, ainda, como essa gênese do governo político de usuários de maconha no Brasil e práticas atuais de governo de si desses sujeitos podem estar relacionadas? Tratou-se, então, nesta pesquisa, de buscar compreender, a partir da utilização dessa grade de inteligibilidade fornecida pela governamentalidade - entendida como superfície de contato entre governo de si e governo dos outros -, como o governo político de usuários de maconha se constituiu no Brasil e como ele pode estar relacionado com formas de governo que esses indivíduos exercem sobre si mesmos na atualidade. Ou, dito de outro modo, trata-se de buscar compreender como indivíduos usuários de maconha foram constituídos como objetos de saberes e poderes, e como eles constituem a si mesmos como sujeitos de suas práticas de uso dessa substância. Mas refinemos um pouco mais a elaboração dessa problemática de pesquisa.

Estado, estendendo-se a uma série de outras instâncias sociais que também são governadas, como a família, os alunos, as crianças, as comunidades, a população, os doentes, os indivíduos... O governo constitui um tipo de poder, uma forma específica de organização e exercício do poder, a qual tem na "conduta", própria e alheia, o seu objeto.

¹¹ Conforme Lazzarato (2014, p.127), "o poder de apresentar problemas é um poder de politização, isto é, um poder de introduzir novos objetos e novos sujeitos dentro do espaço da política e de torná-los as balizas de uma polêmica e de uma luta".

Levando adiante as formulações de Foucault, Miller e Rose (2012) oferecem importantes desenvolvimentos para o conceito de “governamentalidade”, os quais também conformaram o modo como, neste estudo, compreendi e operei com tal conceito, central na estruturação da presente investigação. Segundo esses autores, devemos falar em “governamentalidades”, pois se trata “tanto de mentalidades quanto de tecnologias, tanto formas de pensar quanto instrumentos de intervenção” (MILLER; ROSE, 2012, p.32), estando todas essas dimensões irredutivelmente ligadas umas às outras, conformando íntimas e intrincadas relações de interdependência. No caso do presente estudo, portanto, tratou-se de operar com a noção de “governamentalidade” no sentido de “governamentalidades dos usos de drogas”: conjuntos de formas de pensar e de modos de intervir sobre as ações individuais e coletivas, próprias e alheias, lançando-as no interior de um jogo da condução das condutas naquilo que se referem à experimentação de substâncias classificadas, em nossa cultura e em nossa época, como “drogas”. Tal jogo configura, em torno de práticas pensadas como “problemas” concretos (o uso de drogas ilícitas)¹², um campo estratégico no interior do qual as formas de relação dos indivíduos com as substâncias psicoativas, com os outros enquanto usuários ou não-usuários dessas substâncias, e com eles mesmos enquanto usuários ou não-usuários dessas drogas são constituídas, reconstituídas, disputadas, modeladas, remodeladas, enfim, produzidas a partir dessas irredutíveis, íntimas e intrincadas interdependências. Desenvolvendo-se no tempo e no espaço, ou seja, de forma datável e situável, essas “governamentalidades dos usos de drogas” conformam, assim, um campo histórico instável, marcado por rupturas e por retomadas, permanências e transformações, e que deve ser analisado em suas particularidades locais, uma vez que cada contexto histórico e cultural produz modos peculiares de composição entre formas de pensar e instrumentos de intervenção, constituindo enfrentamentos e relações singulares e produzindo *formas de*

¹² Segundo Morais (2005, p.30-31), “especificamente em relação às drogas, o aspecto objetivo da definição do fenômeno enquanto problema público provém, em grande medida, da seleção e divulgação de casos de dependência e compulsividade extremas e de casos em que a droga está associada à criminalidade. Apesar de os casos de uso descomedido tenderem a ser exceções e de o uso de drogas ser geralmente um componente de comportamentos delituosos, e não causa desses comportamentos, tais casos são apresentados como o resultado padrão de quaisquer experiências e hábitos relativos ao uso de drogas. Problemas concretos e frequentes relativos ao uso abusivo, porém relativamente reduzidos, foram incutidos na opinião pública como sendo o desfecho inevitável de experiências com drogas alheias às prescrições da medicina oficial”. Assim, “no caso das drogas, o aspecto ideológico e retórico de sua definição enquanto problema público é ancorado, sobretudo, em valores centrais das sociedades modernas ocidentais, em apelos à preservação da estrutura familiar burguesa, no culto à disciplina, à produtividade e à saúde. Dado que os casos de dependência e abuso extremos afrontam realmente tais valores centrais, o discurso condenatório às drogas se torna convincente e a ideologia coaduna-se com aspectos objetivos do fenômeno. No entanto, temos indícios consistentes de que os casos em que a droga destrói psicológica, física e socialmente o indivíduo são extremamente reduzidos em relação à grande maioria das experiências com drogas. Ao longo do século XX, predominou no Ocidente uma política que pressupõe que as exceções são a regra, que os casos minoritários são invariavelmente o que ocorre com qualquer experiência relativa ao uso de drogas”.

governamentalidades particulares que são atravessadas por forças que precisam ser mapeadas e compreendidas em função das características dos processos políticos, econômicos, culturais, sociais, históricos e morais do local e do tempo nos quais emergem. Entendo que é a partir das relações travadas nesse campo que os modos como pensamos e agimos em relação às drogas são constituídos, estabilizados e transformados. É nesse universo, nesse jogo estratégico cujo objeto é a conduta de todos e de cada um, no que concerne ao uso de drogas tornadas ilícitas, tal como vem sendo jogado no Brasil, que me movimenteie na consecução deste empreendimento investigativo. É, por fim, no interior desse campo que é preciso lançar a visibilização que os usuários de maconha promovem de si mesmos na atualidade, a fim de melhor compreendê-la, situando-a em um processo histórico que a tornou possível.

Assim, trata-se de buscar compreender as formas pelas quais indivíduos, instituições, coletividades, organizações agem em tempos e espaços específicos e em função de problemas historicamente situados, tendo em vista responder a esses problemas concretos (por exemplo, o abuso de drogas, problema configurado do ponto de vista médico e do ponto de vista administrativo; ou, por outro lado, a pressão de familiares ou a ilegalidade das práticas de uso de certas drogas, problemas configurados do ponto de vista dos usuários de drogas), construindo e operando, para tal, conjuntos de racionalidades e de tecnologias, “estilos de pensamento, modos de tornar a realidade pensável” por meio da organização da experiência, da sua transformação em algo maleável e passível de ser pensado. Construindo e operando, também, formas de articular “pessoas, técnicas, instituições, instrumentos para a condução da conduta”. Racionalidades e tecnologias, em suma, que possibilitam às autoridades, aos indivíduos, às instituições “imaginar e agir sobre a conduta de pessoas individual e coletivamente” (MILLER; ROSE, 2012, p.27-28), de modo a estruturar o campo de possibilidades de ação própria e dos outros, de modo a, em suma, conhecer e representar algo como um problema e desenvolver, em relação a esse problema, modos de agir no sentido de sua transformação, de sua resolução, de seu governo, de sua gestão.

O que pretendi com esta pesquisa foi, portanto, descrever e analisar de que modos o uso de maconha, tendo sido historicamente construído como um problema ligado à vida da população, foi configurado no interior de tecnologias de governo diversas, mediante jogos estratégicos que, jogados por meio de discursos e de práticas, configuraram os processos por meio dos quais indivíduos que fazem uso de maconha são identificados, descritos, conhecidos e governados, por si mesmos e pelos outros (pelo Estado e suas instituições, pela família, pela medicina e pela psiquiatria, pelo direito penal, pela polícia, pela escola etc.). Em tais jogos, diversas formas de articulação entre conhecimento, autoridade e subjetividade são

organizadas, tornando possível que coisas sejam ditas como verdades sobre a maconha, seus usos e usuários e instituindo figuras de autoridade que enunciam essas verdades. Quer dizer, é por meio desses jogos estratégicos que novas possibilidades de pensamento e de ação por parte e a respeito de usuários de maconha são disponibilizadas. E é em seu interior, portanto, que busquei encontrar as condições de possibilidade, o sentido e os limites do referido processo de visibilização de usuários de maconha na atualidade, naquilo que representa de mudança e naquilo que representa de permanência em relação às formas como os indivíduos consumidores dessa substância foram constituídos historicamente no interior de relações de poder cujo cerne é a problematização e o governo das condutas no que se refere ao uso de maconha. Objetivei com esta tese, então, investigar diferentes processos históricos de constituição de indivíduos usuários de maconha como sujeitos (processos de subjetivação¹³): como usuários de maconha foram e são fabricados por discursos de verdade (discursos médicos, psiquiátricos, jurídicos, morais etc.) e por práticas de poder de que são objeto nas instituições e no espaço social e como esses indivíduos constituem relações consigo mesmos enquanto sujeitos de suas próprias práticas.

Para tal, investiguei o processo histórico de constituição de usuários de maconha como sujeitos, no Brasil, em dois contextos e de duas formas diferentes: de um lado, um processo cuja gênese pode ser remontada, pelo menos, ao começo do século XX, processo este no qual o uso de maconha começa a ser problematizado e tematizado de um ponto de vista que se

¹³ Entendo “subjetivação” conforme Foucault (2012f, p.256), como “o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que evidentemente não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si”. O sujeito, nesse sentido, constitui o resultado de um processo de racionalização de uma experiência. Rose (2011, p.23), desenvolvendo como efetivamente se dão, no mundo moderno, processos de subjetivação, aponta que “não se deve entender a subjetivação localizando-a em um universo de sentido ou em um contexto interacional de narrativas, mas em um complexo de aparatos, práticas, maquinações e composições dentro dos quais o ser humano foi fabricado, e que pressupõem e participam de relações particulares com nós mesmos”. Também Lazzarato (2014, p.151) entende subjetivação como “uma potência de afetar a si por si mesmo, que, como tal, não é linguística. Ela define um autoposicionamento, uma autoexistencialização (como diria Guattari) que, apesar de empregar palavras e proposições da língua, nos retira radicalmente das leis da linguística e até mesmo das leis pragmáticas”. Assim, mais do que uma simples produção de sujeitos através de sua enunciação linguística, trata-se de compreender como a linguagem constitui um elemento em um aparato de práticas, de conhecimentos, de técnicas mediante as quais o indivíduo é moldado através da ação de instituições, de autoridades políticas e de conhecimento e, também, através da relação que desenvolve consigo mesmo, em interação com essas instituições, autoridades e verdades. Deste modo, trata-se de compreender um conjunto de interrelações complexas que constituem um campo formado por “regimes de conhecimento através dos quais os seres humanos vieram a reconhecer a si mesmos como certos tipos de criatura, as estratégias de regulação e as táticas de ação às quais estes regimes de conhecimento têm sido conectados e as relações correlativas que os seres humanos têm estabelecido consigo mesmos ao se tomarem como sujeitos” (ROSE, 2011, p.24). Ou seja, em uma palavra, no que tange ao presente trabalho, trata-se de compreender como se constituiu um campo de verdade em torno das práticas de uso de maconha no Brasil, como, nesse campo, essas verdades foram enunciadas por autoridades legitimadas, sendo progressivamente institucionalizadas e materializadas em técnicas, procedimentos, práticas, legislações e, por fim, como, constituindo-se no interior desse campo, indivíduos compuseram formas de relação consigo mesmos no que concerne ao uso dessa substância.

apresenta como científico e que produz discursos de verdade que organizam a atuação prática do Estado e das instituições médicas e judiciárias; de outro lado, o início do século XXI e os modos pelos quais usuários de maconha procuram constituir a si mesmos mediante formas de problematização e práticas de governo de si que intentam transformar a si mesmos em sujeitos através de procedimentos de reflexão e de controle de suas próprias condutas.

No primeiro processo, usuários de maconha brasileiros foram, pela primeira vez, tornados objetos de discursos construídos a partir da observação de seus comportamentos por parte de especialistas autorizados a dizer a verdade sobre eles e, a partir dessa observação, da extração de regularidades e de sua interpretação no interior de modelos classificatórios e explicativos característicos dos saberes através dos quais esses sujeitos passaram a ser descritos como praticantes de atividades criminosas e patológicas. Tais saberes (médicos, psiquiátricos, psicológicos, estatísticos, jurídicos, econômicos...), produzidos e apresentados como verdadeiros, foram sustentados e, ao mesmo tempo, deram sustentação a práticas institucionais de administração da população, de gestão de riscos e configuração de determinados comportamentos como problemáticos, atuando sobre os indivíduos usuários de maconha de modo a tornar possível que se fizesse coisas com eles, que se lhes internasse em instituições, que se lhes dissesse o que podem e o que não podem fazer, o que devem e o que não devem querer, que se lhes submetesse regimes de vida e regimes de verdade aos quais deveriam se ajustar, sob pena de sanções morais e penais, que se lhes governasse as condutas de certas maneiras, fazendo com que passassem a reconhecer a si próprios como sujeitos de práticas criminosas e/ou patológicas mediante a instituição de formas particulares de relação consigo mesmos¹⁴ enquanto relação com alguém, com um “eu” que é, sobretudo e antes de mais nada, um desviado moral, um anômalo, ou, mais precisamente, um criminoso ou um doente.

Nesse processo histórico, a figura do usuário de maconha foi objetivada em discursos verdadeiros, constituindo-se por meio de procedimentos de descrição por parte de saberes e inculcação por parte de práticas mais ou menos institucionalizadas de uma forma de poder cujo exercício e efetividade residem, precisamente, na vinculação dos indivíduos sobre os

¹⁴ A relação do sujeito consigo mesmo é a “relação na qual se estabelece, se regula e se modifica a experiência que a pessoa tem de si mesma, a experiência de si” (LARROSA, 2010, p.37). Essa forma de relação “constitui um foco existencial incorporal, uma máquina autopoietica cuja consistência, persistência e desenvolvimento dependem, num segundo momento, da multiplicidade de elementos atualizados que ela vai atravessar e reconfigurar (o discursivo, o cognitivo, mas também as instituições, o social, o econômico e assim por diante)” (LAZZARATO, 2014, p.177). Nesse sentido, a relação consigo constitui tanto uma potência de transformação quanto uma potência de reiteração de relações de poder.

quais se exerce a uma forma de verdade sobre si mesmos. Essa verdade é expressa por discursos enunciados por autoridades social e historicamente constituídas como legítimas (médicos, psiquiatras, cientistas, juízes, administradores e autoridades públicas) e, portanto, aptas a enunciá-la. Tal enunciação da verdade explica e confere, aos indivíduos tornados sujeitos precisamente pelos efeitos práticos e institucionalizados desse dizer a verdade, dessa veridicção, suas identidades. Trata-se do funcionamento de um poder que se exerce sobre a vida de cada indivíduo e da população, e que aprisiona os indivíduos às suas próprias identidades ao fornecer-lhes um conhecimento de si mesmos, instituindo, para esses sujeitos, formas de relação consigo mesmos que se dão nos moldes de uma relação de conhecimento (FOUCAULT, 1995, p.235). Essa forma de poder que se exerceu sobre pessoas cujos hábitos envolviam o consumo de maconha, no Brasil do começo do século XX, pode ser compreendida a partir da descrição que Michel Foucault apresentou acerca do aparecimento e do desenvolvimento do “biopoder”.

Estudando as diferentes formas históricas de exercício de poder na Europa, o pensador francês remonta o desenvolvimento do biopoder ao século XVII, descrevendo-o como um tipo de poder que se exerce sobre dois polos. No primeiro polo, ele se exerce como uma anátomo-política do corpo humano e procura maximizar as forças do indivíduo, ajustando-o a regimes de produção e potencializando sua eficiência. Nesse polo, o corpo é individualizado, adestrado, buscando-se o “crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 2003, p.131). Já no segundo polo, que se desenvolve mais tarde, por volta da metade do século XVIII, o biopoder se exerce como uma biopolítica da população: ele investe sobre os fenômenos da vida do corpo humano coletivo enquanto espécie, intervindo nos processos de nascimento, morbidade, mortalidade, longevidade, nível de saúde, no sentido de dispor da vitalidade da população como um recurso mediante controles e intervenções voltadas à maximização da vida. Trata-se, nos dois casos, da produção de indivíduos e de uma população mais facilmente administráveis, normalizados, produtivos, saudáveis, úteis economicamente e dóceis politicamente às finalidades de perpetuação, desenvolvimento e fortalecimento do Estado e das forças políticas, econômicas e sociais cujas relações entre si o atravessam, estabilizam e constituem. Voltado à obtenção da sujeição dos corpos e ao controle das populações, o biopoder informa uma série de disciplinas e técnicas orientadas “pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”: escolas, colégios, casernas, demografia, saúde pública, saneamento, estatística são invenções moldadas pelo exercício institucionalizado

desse poder que marca “a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas” (FOUCAULT, 2003, p.133).

Segundo Rose e Rabinow (2006), que dão seguimento e atualizam os estudos *foucaultianos* acerca desse poder sobre a vida, foi com a ascensão das sociedades modernas liberais que as estratégias de biopoder se destacaram ao promoverem formas de conexão entre as aspirações dos indivíduos em serem diagnosticados, tratados e curados de enfermidades e as aspirações do Estado em administrar a saúde da população, vista como um recurso para a prosperidade estatal. Assim, como indica Foucault, os problemas suscitados pela biopolítica, ou seja, problemas ligados à racionalização governamental das questões de saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças, não podem ser dissociados “do âmbito de racionalidade política no interior do qual eles apareceram e adquiriram sua acuidade”. Tal racionalidade política é o liberalismo, pois foi ele que conferiu a esses problemas “o aspecto de um verdadeiro desafio”, afinal, “num sistema preocupado com o respeito dos sujeitos de direito e com a liberdade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2008a, p.431), como a população pode ser efetivamente administrada?

Ao longo do século XX e no início do século XXI, com o aprofundamento das relações capitalistas sob formas liberais e neoliberais¹⁵ de governo, novos atores sociais começaram a se movimentar nesse campo estratégico: organizações filantrópicas, pesquisadores sociais, grupos de pressão e grupos ativistas, empresas privadas, associações profissionais etc. Tais atores são centrais nas dinâmicas biopolíticas contemporâneas, uma vez que, quanto mais liberalismo, mais forças se organizam, mais grupos e instituições não-estatais produzem conhecimento e intervêm sobre indivíduos e população. Como apontam Rose e Rabinow (2006), na atualidade só é possível aos Estados governarem se estiverem em conexão com os aparatos constituídos por essas relativamente novas forças sociais. É neste ponto que se pode traçar um primeiro nexos entre o processo de governo das condutas de usuários de maconha, tal como constituído no Brasil no início do século XX através da

¹⁵ Segundo Foucault (2008a), o neoliberalismo se diferencia do liberalismo principalmente porque, enquanto este busca preservar, da esfera do governo, o mercado, resguardando-o como espaço de liberdade que subsiste perante o Estado administrativo, o neoliberalismo busca ampliar para o maior número possível de campos ou aspectos da vida social a lógica própria do funcionamento do mercado. Nesse sentido, todos os domínios da vida podem ser compreendidos e geridos a partir de racionalidades econômicas baseadas em cálculos de utilidade, custo-benefício, ganhos e perdas. Como escreve Saraiva (2013, p.170), “nessa nova racionalidade, os trabalhadores disciplinados são convocados a darem lugar aos empresários de si. Não mais sujeitos passivos, que obedecem aos regulamentos da fábrica e do quartel (eventualmente da prisão ou do hospital) e que são tutelados por um Estado que retira a liberdade de escolha em prol da segurança, por meio da imposição de mecanismos previdenciários. Nessa nova matriz de inteligibilidade, é necessário produzir indivíduos que saibam tomar conta de sua vida, que sejam capazes de se responsabilizarem pelo seu próprio bem-estar e pela sua produtividade”.

produção prático-discursiva de indivíduos usuários de maconha como sujeitos criminosos e patológicos, e o segundo processo que deu o foco desta pesquisa, a constituição, no início do século XXI, de sujeitos usuários de maconha a partir da elaboração prático-discursiva desses sujeitos por si mesmos. Para estabelecer esse primeiro nexos, trata-se de compreender o aparecimento de grupos mais ou menos organizados de usuários de maconha (grupos que organizam as manifestações chamadas “marcha da maconha” e que constituem espaços de sociabilidade nos quais pensam e praticam a si mesmos enquanto sujeitos usuários dessa substância) como forças novas que, juntamente com outras, como empresas de segurança privada, comunidades terapêuticas e clínicas privadas, por exemplo, e em interação com agências e instituições estatais e com os poderes médicos-psiquiátricos e jurídico-policiais condicionam os rumos dos enfrentamentos biopolíticos em torno do uso de maconha na contemporaneidade, configurando e reconfigurando continuamente, em suas disputas discursivas, institucionais, materiais, as relações entre conhecimento, poder e subjetividade.

Assim, é precisamente contra esse tipo de poder que assujeita o indivíduo, submetendo-o aos outros e a si mesmo, na medida em que internaliza e, muitas vezes, deseja essa forma de vinculação e relação consigo que é produzida por meio dos discursos e das práticas do biopoder, que parecem estar se voltando, hoje, alguns grupos de usuários de maconha. Estamos diante de um enfrentamento que se dá, portanto, no campo do biopoder, o qual constitui, conforme Rose e Rabinow (2006, p.28), “um campo composto por tentativas mais ou menos racionalizadas de intervir sobre as características vitais da existência humana”. Tal campo, segundo esses autores, é composto, no mínimo, pelos seguintes elementos: 1) discursos de verdade e autoridades legitimadas para enunciá-los; 2) estratégias de intervenção sobre a população em nome da vida e da morte; e 3) modos de subjetivação por meio dos quais os indivíduos podem ser levados a atuar sobre si próprios, sob certas formas de autoridade, em relação aos discursos de verdade, por meio de práticas de si, em nome da vida ou da saúde individual ou coletiva. Mapear um campo do biopoder significa, assim, compreender uma configuração específica (situada no tempo e no espaço) entre verdade, poder e subjetividade. Descrever e analisar o governo das condutas de usuários de maconha, por si mesmos e pelo Estado (em associação com as expertises que transmitem e são transmitidas através do poder que este exerce), no interior de um campo de biopoder onde têm lugar lutas estratégicas cujos instrumentos são discursos e práticas e cujo objetivo é a conformação de sujeitos e suas condutas, em dois momentos diferentes (cujas especificidades históricas são de fundamental compreensão), constitui o cerne desta pesquisa.

Se, na análise do primeiro processo, análise da constituição de usuários de maconha como sujeitos através de sua objetivação em discursos verdadeiros construídos por especialistas (médicos, psiquiatras, administradores, cientistas, juristas etc.) tratou-se de compreender como o Estado brasileiro, no contexto de sua consolidação como Estado republicano que visava inserir-se no mercado internacional, associando-se às grandes forças políticas e econômicas mundiais, construiu um aparato de governo das condutas que, disseminadas pela população, foram vistas como representando um entrave a esse projeto de nação; no segundo processo, que se desenrola mais ou menos um século após o primeiro, tratou-se de compreender como usuários de maconha de um outro tempo (e, como veremos, de outras classes, raças e regiões do país – o que é fundamental tomar em conta para se compreender os limites e as possibilidades de seus investimentos éticos e políticos) procuram constituir a si mesmos como sujeitos cujo projeto político que os reúne passa pela contestação às verdades em torno das quais o governo dos usuários de maconha foi engendrado um século antes. Na construção de tal projeto a elaboração de uma ética¹⁶, de uma relação consigo mesmo enquanto sujeito usuário de maconha, desempenha um papel central, constituindo-se essas novas subjetividades usuárias de maconha, estudadas aqui a partir dos primeiros anos do século XXI até o momento da escrita desta pesquisa, em um espaço social no qual racionalidades políticas liberais e neoliberais e novas formas de relação dos indivíduos com seus corpos, novas formas de pensamento e de prática dos indivíduos sobre si mesmos (novas formas de reflexão e de relação ética) se tornam disponíveis. Essas novas formas de reflexão e de relação ética, características da contemporaneidade, configuram os repertórios histórico-culturais a partir dos quais sujeitos éticos e agrupamentos políticos se constituem e encontram as ferramentas com as quais estruturam suas formas de ação e de relação consigo mesmos e com os outros, suas formas de organização da experiência de si e das estratégias por meio das quais tomam parte nas lutas políticas no campo do biopoder, lutas estas a partir das quais o campo de possibilidades de pensamento e de ação de e sobre usuários de maconha é continuamente estabelecido e transformado.

Para a compreensão desse segundo processo de problematização e de governo de usuários de maconha no Brasil recorri novamente ao ferramental teórico-conceitual com o qual Michel Foucault operava suas análises das relações de poder e das formas como estas incidem sobre os indivíduos, constituindo-os, não sem o seu próprio engajamento ativo em

¹⁶ Entendo “ética”, ao longo de toda esta tese, como “a elaboração de uma forma de relação consigo que permite ao indivíduo constituir-se como sujeito de uma conduta moral” (FOUCAULT, 2012, p.315).

tais relações, como sujeitos. Foucault (2008) apresenta a noção de “contraconduta” como um tipo de enfrentamento ao poder que se caracteriza não por uma negação desse poder, mas por uma insurgência contra uma forma específica por meio da qual ele é exercido em um contexto particular. Ou seja, não se trata, para aqueles que adotam uma contraconduta, de tentarem se posicionar em algum lugar de exterioridade ao poder, de se recusarem a ser governados, mas sim de se recusarem a ser governados precisamente daquela maneira como se quer governá-los, reivindicando, portanto, um outro modo de condução de suas condutas. A contraconduta, assim, envolve um deslocamento, um redirecionamento de certos aspectos do poder. Para Senellart (2008), as formas e as características que uma contraconduta assume, enquanto modo de resistência a um exercício de poder, são indissociáveis da governamentalidade que opera os modos pelos quais esse exercício de poder será racionalizado e efetivamente tornado prática, de modo que existe uma correspondência entre uma governamentalidade vigente e as formas de resistência a ela possíveis em cada época e contexto cultural. Além disso, o modo pelo qual uma contraconduta é empreendida indicia um foco de crise na governamentalidade a ela correspondente, pois é a partir do próprio governo por meio do qual se conduzem as condutas, tal como é pensado e praticado, que se constitui uma contraconduta, uma vez que ela não se coloca “fora” do campo do governo, mas se constitui precisamente no seu interior, estruturando suas estratégias e suas formas de ação a partir do mesmo repertório de racionalidades e de tecnologias a partir das quais o discurso e as práticas de governo foram constituídas. A contraconduta indicia uma crise de governamentalidade, então, ao indicar e demonstrar discursiva e praticamente a insuficiência daquela forma de governo das condutas, precisamente ao redirecionar o poder e com isso evidenciar um ou mais domínios, um ou mais conjuntos de práticas que se elaboram no próprio seio do campo prático-racional no qual se produziu a governamentalidade em questão e que provocam, nela, uma espécie de curto-circuito, apontando como ela já não apresenta soluções a determinadas questões, ou como ela não dá conta de efetivamente governar em conformidade com a racionalidade que confere inteligibilidade ao poder que exerce.

A contraconduta, então, como forma específica de resistência ao poder, tem por objetivo a constituição de uma outra conduta, a reivindicação de se ser conduzido de outro modo, por outros condutores, para outros objetivos, por meio de outros procedimentos ou métodos (FOUCAULT, 2008, p.257) que não os empregados pela governamentalidade que informa a condução do governo dos indivíduos e da população por parte do Estado. Trata-se de uma forma de resistência que remonta às lutas contra o pastorado cristão e o tipo de sujeição por ele praticado, e que, na modernidade, caracteriza os modos pelos quais os

delinquentes, os loucos e os doentes, por exemplo, pelo simples fato de resistirem ao poder que os designa e sobre eles atua precisamente como delinquentes, loucos e doentes, tornam político aquilo que, até então, era tão somente “a ciência” ou “a verdade”. Conforme Foucault, na Idade Média organizaram-se cinco formas de contraconduta em relação ao pastorado cristão das almas. Uma delas vai interessar, aqui, em especial, como matriz de contracondutas contemporâneas de usuários de maconha: o ascetismo.

É como uma ascese, “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2012j, p.259), exercício este cujo condutor e cujo conduzido coincidem no próprio sujeito, que desafia a si mesmo a provar, para si e para os outros, ser capaz de controlar-se, de exercer domínio sobre si, sobre seus desejos, que a contraconduta de usuários de maconha brasileiros contemporâneos aqui estudados se dá. O ascetismo, seja na resistência ao pastorado cristão, seja na resistência ao governo das condutas de usuários de maconha, constitui “uma espécie de elemento tático” que, a partir dos próprios temas em torno dos quais o poder se exerce, pode ser utilizado contra essas estruturas de poder (ou pode, por outro lado, vir a reiterá-las mediante sua reprodução). Ortega (2010) apresenta uma aprofundada discussão sobre as práticas ascéticas na Antiguidade e no mundo contemporâneo¹⁷, discussão esta que nos

¹⁷ Segundo esse autor, há uma diferença essencial entre as ascèses antigas e as ascèses contemporâneas, constituindo aquelas, práticas de liberdade, e estas, práticas de assujeitamento e disciplinamento. Ortega chama as ascèses contemporâneas de “bioascèses”, tendo em vista que, para ele, trata-se de práticas ascéticas exclusivamente corporais, diferindo das práticas antigas que, mesmo quando focadas no corpo, tinham por objeto, sempre, a alma. Essas práticas ascéticas antigas, além disso, configuravam, para Ortega, práticas de liberdade, uma vez que envolviam formas de constituição de soberania dos indivíduos sobre seus desejos, soberania esta que garantia a ordem das cidades, pois era pelo bem comum, para tornar possível a política como arte de definição das regras por homens igualmente livres, que se instituíam a moral e os regimes de governo de si como arte da vida. O voltar-se para si, então, carregava um sentido coletivo: era preciso cuidar de si para poder estar apto a cuidar dos outros, governar suas paixões para poder exercer papéis políticos livremente, de modo que, enquanto nas ascèses antigas o caráter político e a presença do outro eram centrais, o individualismo e a despolitização caracterizam as bioascèses. Além disso, Ortega, a partir de sua leitura de Foucault, opõe a ascese à disciplina, indicando que ela transforma a disciplina em liberdade, fazendo do procedimento de vigilância, não mais uma função de assujeitamento, mas sim uma função de libertação. Por fim, enquanto para a ascese antiga esse investimento sobre si estava ligado a objetivos de “sabedoria, coragem, prudência, bondade, conhecimento de si, superação de si”, nas bioascèses contemporâneas as práticas sobre si mesmo estão ligadas a objetivos de “sentir-se bem fisicamente, maximizar os ganhos de prazer, desafiar os limites estabelecidos de satisfação, força ou potência física” (ORTEGA, 2010, p.43). Concordo com a argumentação de Ortega, mas considero que não é possível uma escansão simplesmente temporal (ascèses antigas são práticas de liberdade, enquanto ascèses contemporâneas constituem formas de assujeitamento). Estudando as ascèses de usuários de maconha encontrei grande parte daquilo que Ortega definiu como bioascèses, mas, ao mesmo tempo, diversos elementos que esse autor reservou exclusivamente às ascèses antigas. Deste modo, mais do que aderir ou não às categorizações que Ortega propõe, optei por me servir daquilo em que tais categorizações me são úteis a fim de compreender meu objeto de estudo e problematizar os aspectos em que meu estudo não vai ao encontro dos apontamentos do autor. As relações entre disciplina e liberdade e entre a constituição de sujeitos éticos e a constituição de sujeitos políticos, bem como as diferentes formas como diferentes épocas e culturas elaboram e experienciam o que entendem por “liberdade” e “autonomia” constituem os principais pontos dessa problematização. Adiantando sumariamente esses desenvolvimentos, trata-se de considerar que, antes de tudo, a concepção e a experiência de algo como “liberdade” e “autonomia” está intimamente relacionada aos processos históricos por meio dos quais

auxilia aqui a melhor compreender esses movimentos sobre si que identifiquei entre usuários de maconha contemporâneos. Segundo ele, existem quatro tópicos que estão presentes em toda conduta ascética. O primeiro desses tópicos indica que “a ascese implica em um processo de subjetivação. Ela constitui um deslocamento de um tipo de subjetividade para outro tipo, a ser atingido mediante a prática ascética. O asceta oscila entre uma identidade a ser recusada e outra a ser alcançada. A subjetividade desejada representa para o asceta a verdadeira identidade para a qual se orienta o trabalho ascético”. Além disso, “as formas de subjetividade visadas pela ascese podem diferir ou não das identidades prescritas social, cultural e politicamente” (ORTEGA, 2010, p.20). Já o segundo tópico aponta que “a ascese implica na delimitação e reestruturação das relações sociais, desenvolvendo um conjunto alternativo de vínculos sociais e construindo um universo simbólico alternativo”. O terceiro tópico caracterizador de toda prática ascética indica que a ascese “é uma prática social”, um “fenômeno social e político” que envolve “suporte comunitário” e “função política”, enquanto o quarto tópico assinala a ascese como um “exercício da vontade” (ORTEGA, 2010, p.21), sendo a consecução da vontade “uma questão de atenção, vigilância, constância e concentração atlética” (ORTEGA, 2010, p.22). Todas estas características estão presentes no tipo de ascese proposta pelos usuários de maconha por mim estudados.

A governamentalidade dos usos de drogas constituída no Brasil, no que se refere à gestão dos psicoativos tornados ilícitos, na Primeira República, foi compreendida nesta tese a partir daquilo a que Foucault (2008; 2008a) chamou “Estado de polícia”, uma forma de racionalização da gestão do Estado cujo princípio é o de que “não se presta atenção suficiente, coisas demais escapam, áreas demasiado numerosas carecem de regulação e regulamento, faltam ordem e administração – em suma, governa-se pouco demais” (FOUCAULT, 2008a, p.433). Tal racionalidade governamental preconiza um Estado hiperadministrativo que funciona por meio de cálculos e técnicas que visam ao estabelecimento de uma relação controlada entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças (FOUCAULT, 2008, p.421). Na governamentalidade de Estado de polícia, os comportamentos da população se tornam foco de interesse estatal na medida em que podem constituir elementos importantes para o fortalecimento do Estado. Assim, trata-se de tornar as atividades dos indivíduos úteis

as diferentes sociedades condicionam as possibilidades de ação e de pensamento de seus sujeitos, de modo, por exemplo, que a ocorrência de algo como o processo civilizador transformou radicalmente as formas possíveis para os sujeitos modernos vivenciarem a liberdade e o controle, afastando-nos decisivamente das formas como os antigos elaboravam suas experiências.

ao Estado, administrando-se, para isso, o desenvolvimento quantitativo da população, suas necessidades em termos de alimentação, vestuário, habitação e a qualidade de sua saúde, de modo a que estejam aptos a trabalhar (principalmente em ofícios dos quais o Estado necessita) e que adotem modos de vida que, ao mesmo tempo em que os façam felizes, possam ser transformados em forças do Estado. No Estado policial, portanto, a racionalidade administrativa dos indivíduos e da população se organiza no sentido de garantir o bem-estar dos indivíduos na medida em que estes possam funcionar enquanto força do Estado. Para tal, o poder do Estado passa a incidir sobre novos domínios, buscando moldar, direcionar, conduzir os interesses e desejos dos indivíduos para finalidades que, ao mesmo tempo em que lhes garantam felicidade, garantam a ordem e a prosperidade do Estado. Daí a necessidade de o Estado passar a disciplinar e regulamentar as formas de relação dos indivíduos uns com os outros e consigo mesmos, fazendo das relações comerciais e dos processos e dinâmicas urbanas objetos de crescente vigilância e intervenção. Como Foucault (2008; 2008a) descreve, a ascensão das racionalidades políticas liberais, principalmente a partir do século XVIII, na Europa, progressivamente desarticula a polícia como racionalidade administrativa dominante no mundo ocidental, passando a priorizar uma menor intervenção do Estado nos processos econômicos e reconfigurando os modos pelos quais a população é tornada objeto de governo. O princípio liberal de governo, que rompe com a racionalidade do Estado policial, se baseia na ideia segundo a qual “sempre se governa demais, ou, pelo menos, sempre se deve suspeitar que se governa demais” (FOUCAULT, 2008a, p.433). Como instrumento crítico da realidade, o liberalismo propõe que se parta, na reflexão governamental, não do Estado e suas necessidades de sobrevivência e fortalecimento, o que conduz à necessidade de maximizar as práticas de governo da população, mas da sociedade e da complexidade de suas relações com o Estado. Daí a substituição da questão central do Estado hiperadministrativo (como governar o máximo possível ao menor custo possível?), pela problemática liberal de saber se há necessidade de governar e que finalidades da sociedade justificam a existência de sua submissão ao governo. Emergência de uma governamentalidade liberal, portanto, como crítica ao Estado de polícia, crítica à irracionalidade do excesso de governo, governamentalidade esta que vai fazer do mercado “um espaço de experiência privilegiada onde se podem identificar os excessos de governamentalidade” (FOUCAULT, 2008a, p.435) e mostrar a essencial incompatibilidade entre a maximização governamental e o desenvolvimento econômico, visto como signo máximo da liberdade.

Meu argumento aqui é que, no Brasil, no que tange ao governo das drogas e de seus usuários, a racionalidade policial persistiu como forma de pensamento dominante em torno da

gestão governamental estatal dessas práticas ao longo de todo o século XX e ainda neste início de século XXI, mesmo que governamentalidades liberais e neoliberais tenham, ao longo dos últimos dois séculos, progressivamente sido estatizadas e informado os modos de atuação do Estado brasileiro no que concerne a inúmeros de seus campos e objetos de gestão e atuação. No entanto, tal persistência se deu em meio a uma série de transformações por meio das quais elementos das racionalidades políticas de cunho liberal e neoliberal provocaram crescentes fissuras nessa forma de gestão estritamente policial das condutas relativas ao uso de drogas tornadas ilícitas. Tais fissuras se dão tanto do ponto de vista das resistências articuladas por usuários de drogas ou outros movimentos sociais, culturais e de direitos humanos, quanto do ponto de vista dos próprios aparatos governamentais, crescentemente atravessados por modelos liberais, de inspiração econômica, para a gestão dos mais diversos campos sociais e aspectos da vida da população. Ao mesmo tempo, os aparatos de vigilância e controle de tipo “policial”, por vezes repressivos e fazendo uso de violência, incrustados nos dispositivos de segurança e em instituições como, por exemplo, além da polícia, as corporações médicas e psiquiátricas, seguem operacionais e fornecendo modelos efetivos de controle sobre populações vistas como “incapazes” de gerir a si mesmas nos moldes desenhados pelas racionalidades liberais, calcadas em responsabilidade pessoal e autocontrole. Coexistência, então, em nosso país, na atualidade, de racionalidades e tecnologias de tipo policial-administrativo e de tipo (neo) liberal no governo de usos e usuários de drogas ilícitas, cada qual tornando-se útil e operativa em diferentes contextos e sobre diferentes grupos sociais: lógica policial para a gestão dos usos de drogas por parte das parcelas empobrecidas da população brasileira; possibilidades de resistência liberal por parte de extratos médios e de elite dessa população.

Nesse sentido, as ascensões configuradas pelos usuários de maconha contemporâneos aqui estudados, entretecidas a partir de racionalidades e de tecnologias liberais e neoliberais de condução das condutas, coexistem com e conformam modos de resistência ao Estado de polícia, modos estes que se tornam possíveis a indivíduos pertencentes a determinados grupos socioeconômicos. Esses indivíduos, na “contracondução” de si mesmos, extrapolam alguns elementos característicos das racionalidades liberais e neoliberais de governo das condutas individuais e coletivas (racionalidades estas que progressivamente tomam diversos campos de gestão governamental e configuram, ao longo dos últimos dois séculos, novas formas de gestão do Estado, da população e dos indivíduos), como, por exemplo, a instituição e o governo de sujeitos que se pensam (e são governados, por si mesmos e pelos outros) como livres e autônomos. Tratou-se, em suma, nesta investigação, de compreender tipos de

racionalidades que são acionadas nos procedimentos pelos quais as condutas de usuários de maconha são conduzidas, no Brasil dos séculos XX e XXI, por parte do Estado e também por parte dos próprios sujeitos consumidores dessa substância. Quis compreender, assim, como uma governamentalidade se constituiu no Brasil, no que se refere à gestão dos usos e usuários de maconha, no começo do século XX, e de como esta governamentalidade entrou em crise nas últimas décadas do século passado e, no começo do século XXI, se tornou alvo de contracondutas específicas por parte de usuários de maconha que se utilizam de um quadro de inteligibilidade liberal e neoliberal na conformação de suas críticas ao modo como são governados e na constituição de práticas de governo de si que buscam, através de mecanismos de ascese, constituir a si mesmos como usuários de maconha que se apresentam como devendo ser governados de outros modos, calcados em “liberdade” e “autonomia” e não mais em “criminalização” e “patologização”.

James Marshall (2010, p.22), refletindo acerca das elaborações de Foucault sobre as racionalidades liberais de governo das condutas, indica que “a compreensão que temos de nós mesmos como pessoas capazes de efetuar escolhas livres e autônomas é, ela própria, uma construção que nos permite ser *governados*, tanto individual quanto coletivamente”. Assim, operando em uma lógica econômica que objetiva o mínimo de governo, essa forma de racionalidade política se exerce *com*, ou *a partir* da liberdade de escolha do sujeito. Ou ainda, como aponta Nikolas Rose (2011, p.49), trata-se, no problema das racionalidades liberais de governo, de deslindar a questão: “como governar indivíduos livres de forma tal que eles exerçam sua liberdade da maneira apropriada?”. Também Miller e Rose (2012) tematizam os modos de exercício de poder no mundo contemporâneo. Para eles, “as formas contemporâneas de poder foram construídas sobre uma premissa de liberdade” (MILLER; ROSE, 2012, p.19), de modo que, a partir principalmente da década de 1970, vimos “o nascimento de uma nova ética do indivíduo ativo, optante, responsável, autônomo, obrigado a ser livre e a viver a vida como se ela fosse o resultado de uma escolha” (MILLER; ROSE, 2012, p.30). Como esses autores indicam, essas concepções psicológicas de subjetividade emergiram ao longo do século XX e fomentaram formas de relação dos indivíduos consigo mesmos que se dão em termos da livre escolha dos comportamentos e ações próprias. Tal processo é entendido, aqui, como condição de possibilidade para o aparecimento de algumas das novas formas de subjetividades “maconheiras” e de novas formas de ativismo em nome do livre direito de decidir sobre o consumo, ou não, de maconha.

Neste sentido, uma certa concepção de “liberdade”¹⁸ parece constituir o fundamento, desde pelo menos as últimas décadas do século XX, tanto de intervenções governamentais sobre as vidas de indivíduos vistos como “não livres” ou como ameaças à liberdade alheia (dependentes de drogas, por exemplo), quanto o fundamento a partir do qual usuários de maconha constituem suas tecnologias, os conjuntos de técnicas, de práticas mediante as quais buscam instituir a si mesmos como “maconheiros” livres, autônomos e responsáveis, como argumentei ao longo desta tese de doutorado. Quer dizer, então, que, seja através de tecnologias de dominação, seja por meio de tecnologias do eu, o governo de usuários de maconha vem se dando, na atualidade, como um governo de indivíduos em termos, ou em nome da “liberdade”, de modo que são levados, em quaisquer dessas formas de constituição de si enquanto sujeitos, a “interpretar sua existência como o resultado das escolhas feitas dentre uma pluralidade de alternativas” (ROSE, 2011, p.113-114)¹⁹. Nesse regime, nada parece forte ou legítimo o suficiente para ser visto como um constrangimento à liberdade e à autonomia. Ao contrário, tudo é avaliado em termos de seu valor para a autorrealização, sendo a escolha pessoal o critério legitimador dos estilos de vida.

Foucault (2008a) propõe o estudo do liberalismo e do neoliberalismo como instrumentos de crítica às práticas de governo, crítica esta que se operacionaliza como princípio e método de racionalização das referidas práticas no interior de uma matriz econômica de pensamento. Em suas palavras, “o liberalismo deve ser analisado então como princípio e método de racionalização do exercício do governo” (FOUCAULT, 2008a, p.432). Os teóricos liberais clássicos criticaram os efeitos dos excessos de regulação estatal sobre os processos e as atividades de comércio, de circulação, de urbanismo, argumentando que tais excessos agravavam os problemas que se propunham evitar, e que melhor faria o Estado se

¹⁸ Essa concepção entende a liberdade como “uma forma de estar no mundo na qual atribuímos valor às nossas vidas, na medida em que somos capazes de construí-las como expressão de uma autonomia pessoal. E essa autonomia é concebida em termos simultaneamente políticos (liberdade de escolha) e psicológicos (liberdade de escolher em nosso próprio nome e não em nome de nossa subordinação à autoridade de um outro, em relação à sombra projetada por nossos pais internalizados ou pelas restrições impostas por nossos medos da própria liberdade)”. Assim, “nosso sonho de liberdade constitui as próprias formas pelas quais nós codificamos e experimentamos a nós mesmos, e as formas pelas quais nós nos separamos daquilo que, seja em nós mesmos ou nos outros, não está de acordo com esse sonho ou que fracassa por seus próprios princípios” (ROSE, 2011, p.268).

¹⁹ Tal forma de governo contrasta, como apresentei no primeiro capítulo deste trabalho, com aquela empreendida quando do surgimento, em nosso país, do uso e do usuário de maconha como objetos de problematização e de governo político. Naquele momento, não foi em termos de “liberdade”, ou ao menos não foi prioritariamente nesses termos que o governo sobre os usuários de maconha foi constituído, mas sim nos termos de uma defesa da sociedade (ou, se quisermos, em defesa da liberdade da sociedade) em relação ao que era percebido como uma ameaça, um perigo ao seu progresso, a sua riqueza e desenvolvimento social e econômico, processos que dependiam da manutenção de uma determinada configuração das relações de poder.

deixasse esses processos acontecerem em suas dinâmicas “naturais”, pois o próprio conjunto das ações individuais dos atores, tendo em vista a consecução de seus interesses, operaria como um eficiente e muito mais econômico instrumento regulador. Nesse sentido, o liberalismo funciona não apenas como uma ideologia, mas como uma crítica aos modos de governar, crítica esta que assume a forma de um cálculo e se volta à determinação do que deve ser governado e de que maneira, visando ao estabelecimento de um equilíbrio entre liberação e intervenção e tendo na administração do medo e na noção de “perigo” os principais operadores dessa homeostase ambicionada entre liberdade e segurança.

Tal concepção do liberalismo e do neoliberalismo como racionalidades econômicas e calculistas, voltadas à produção de um equilíbrio entre a liberdade de cada um e a segurança de todos permitiu compreender as contracondutas dos usuários de maconha contemporâneos aqui investigados, uma vez que é como uma crítica aos modos pelos quais os usos de maconha têm sido governados que tais contracondutas se estabelecem, além de que, como procurei mostrar no capítulo três deste estudo, é por meio da instituição de uma série de mecanismos de autocontrole, suscetíveis de atenuar perigos (para o indivíduo que faz uso da droga e, também, para a sociedade no interior da qual esse uso se dá) e reduzir os temores em relação ao uso de drogas que esses usuários de maconha advogam pela extensão de sua liberdade. É como gestores das próprias liberdades (e dos perigos sociais por elas implicados) que eles procuram constituir formas de administração de si mesmos, fazendo, de si mesmos, objetos de técnicas de autocontrole, automoderação, autovigilância e autoavaliação. É, portanto, a partir do que as racionalidades liberais e neoliberais produzem, é no repertório de pensamento e de ação que elas disponibilizam que os usuários de maconha que investiguei encontram as ferramentas do governo que buscam empreender sobre si mesmos e, também, das estratégias de luta política que constituem a fim de alcançarem seus objetivos de transformação da legislação que proíbe o uso da droga no Brasil. Tais racionalidades políticas foram compreendidas, então, neste trabalho, não como ideologias ou programas que são seguidos pelos usuários de maconha analisados em um dos processos de constituição de sujeitos usuários de maconha que compõem a presente investigação (não é nesse sentido que eles “são” neoliberais), mas como matrizes dos tipos de agenciamentos políticos que esses sujeitos empregam sobre si mesmos, agenciamentos estes que se baseiam em um questionamento das formas tradicionais (policiais-administrativas) de regulação e controle da maconha no Brasil. Nesse sentido, operei uma transferência das formas de análise *foucaultianas* do liberalismo e do neoliberalismo como práticas políticas de governo dos outros para a análise do seu funcionamento no âmbito das práticas éticas de governo de si.

Descrito, em seus temas principais, o quadro teórico no interior do qual construí a problemática desta pesquisa, enuncio, agora, explicitamente, que o problema central da investigação foi, de um lado, *compreender de que maneiras o uso de maconha foi construído historicamente como problema da vida da população brasileira e foi colocado no interior de uma tecnologia de governo*; e, de outro lado, *compreender de que maneiras a essa tecnologia de governo têm se oposto usuários de maconha que, ancorados em racionalidades políticas liberais e neoliberais, buscam constituir outras formas de problematização e governo de si mesmos*. Respondendo a tal problemática, desenvolvi, ao longo do trabalho, a tese segundo a qual *o sujeito usuário de maconha foi construído historicamente, no Brasil, entre o início e o meado do século XX, como um sujeito patológico e criminógeno. Tal subjetividade tem sido contestada e reelaborada, principalmente neste início de século XXI, em nosso país, no marco da emergência de racionalidades e tecnologias liberais e neoliberais de governo das condutas, de modo a conformar um sujeito usuário de maconha autocontrolado e gestor de si. Essa produção de subjetividade, contudo, se encontra limitada pelos profundos recortes e divisões socioeconômicas que caracterizam a população brasileira, sobretudo aquelas que se referem às diferenças de classe e de raça*. No primeiro lado desse problema, como já mencionado, usuários de maconha do começo até meados do século XX foram objetivados em discursos de verdade que construíram uma identidade pessoal e social do consumidor dessa substância. No segundo lado, usuários de maconha do começo do século XXI problematizam e atuam sobre si mesmos enquanto usuários de maconha, constituindo-se como sujeitos de suas práticas. As diferenças sociais, econômicas, culturais e raciais entre esses grupos de usuários, bem como as diferenças entre os dois contextos históricos constituem balizas fundamentais para a compreensão dessas duas formas de, no Brasil, indivíduos tornarem-se sujeitos usuários de maconha. A consideração analítica dessas diferenças compôs, nesse sentido, ao lado da descrição dos dois processos, de objetivação e de subjetivação, a linha metodológica desta investigação, cujo objetivo final foi fornecer um diagnóstico de como foram e têm sido racionalizadas as relações de poder que, historicamente, determinam as formas pelas quais indivíduos que consomem maconha são tornados objetos, para si mesmos e para os outros (Estado, instituições, etc.) de problematizações e de práticas de governo de suas condutas.

Para dar conta desta pesquisa e formular a tese explicitada, investiguei conjuntos de problematizações²⁰ e de práticas por meio das quais indivíduos usuários de maconha, nesses

²⁰ Segundo Foucault (2012e, p.236), “problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não

dois contextos diferentes, foram tornados objetos de governo próprio e alheio. No primeiro processo estudado, servi-me de uma série de textos produzidos ao longo das primeiras décadas do século passado, percorrendo um período que vai de 1915 até o final da década de 1960. Nesses textos, produzidos principalmente por médicos, psiquiatras e cientistas, muitas vezes ocupantes de cargos em diversos níveis da administração pública, a maconha e seus usuários foram, pela primeira vez em nosso país, problematizados como objetos de formas de conhecimento que intentaram aceder ao estatuto de ciência. Em tal processo, esses indivíduos foram inseridos em um jogo de verdade que instituiu uma governamentalidade dos usos de maconha, uma vez que a problematização construída conectou-se diretamente a práticas de governo, à administração de indivíduos cujas práticas passaram a ser definidas, naquele momento, como indesejáveis e passíveis de controle por parte do Estado. Analisei, então, os discursos postos em circulação por esses homens de ciência, “pequenos administradores da alma humana” (MILLER; ROSE, 2012), tendo em vista compreender, através desses discursos, as relações entre a forma de racionalização da experiência do uso de maconha que eles produziram e a transmissão do poder que, materializando-se em práticas institucionais, incidiu sobre indivíduos que, pelo fato de cultivarem o hábito do consumo de maconha, foram conectados a uma identidade degenerada, patológica, delinquente, sendo constituídos como sujeitos-objetos de um controle político, médico, educacional, penal e moral.

Já no segundo processo histórico aqui estudado, de constituição de subjetividades usuárias de maconha, avancei em torno de um século a fim de observar como “maconheiros” contemporâneos que participam da maior comunidade virtual²¹ brasileira sobre maconha²²

discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)”. Assim, e como reflete Deleuze (2005), é somente através de “problematizações” que o verdadeiro pode ser produzido, sendo as próprias problematizações resultados de práticas de ver e de dizer.

²¹ Tomo de Recuero (2002, p.28) alguns entendimentos básicos acerca do que constitui uma comunidade virtual, compreendendo que tal tipo de comunidade “existe a partir do momento que o *locus*, ponto de encontro da comunidade, encontra-se no ciberespaço”, o que “não quer dizer que a comunidade não possa também encontrar-se em outros espaços”. Nesse sentido, “trata-se de um grupo de pessoas que estabelecem entre si relações sociais, que permaneçam um tempo suficiente para que elas possam constituir um corpo organizado, através da comunicação mediada por computador e associada a um *virtual settlement*” (RECUERO, 2002, p.46), ou seja, um “lugar” no ciberespaço onde acontecem as relações sociais, lugar este caracterizado por interatividade entre um considerável número de comunicadores estáveis e com certos interesses comuns, e que é concebido, pelos indivíduos, como espaço público comum. Deste modo, permanência (dos usuários), pertencimento (sentido de ligação entre os membros da comunidade, o que envolve caráter cooperativo, ação organizada e projeto comum) e estabelecimento de relações sociais constituem as características distintivas de uma comunidade. A adjetivação “virtual” indica tão somente a transposição do espaço geográfico de encontro da comunidade para o ciberespaço, assumindo assim um caráter mais simbólico do que topográfico, marcado pela substituição do vínculo por questões geográficas pelo vínculo por questões identitárias e de interesses em comum.

²² Trata-se da comunidade virtual *Growroom*, acessível através do endereço eletrônico www.growroom.net. Estou plenamente consciente de que este estudo, ao tomar como dado empírico mensagens trocadas por usuários

compreendem e governam sua experiência do uso dessa droga. Analisei discursos postos em circulação por esses indivíduos em um fórum de discussão virtual e busquei descrever essas novas formas de subjetividade que estão sendo produzidas a partir da constituição de um campo reflexivo no interior do qual esses indivíduos problematizam sua situação enquanto usuários da substância e elaboram práticas por meio das quais podem se tornar objetos de sua própria ação, exercendo poder sobre si mesmos e governando suas condutas de modo a melhor administrar não só o consumo da droga de um modo por eles considerado satisfatório, como também suas relações com os outros nas mais diversas instâncias da vida, como a família, o trabalho, os ambientes educacionais etc.

Acredito que a proposição de uma pesquisa nos termos aqui apresentados constitui empreendimento bastante relevante para o campo da Educação. Se, em uma primeira aproximação, o tema desta investigação não parece ter grande relação com o referido campo, é preciso então dedicar algumas linhas ao estabelecimento das conexões que, se não são evidentes, são bastante significativas. A Educação está, desde pelo menos a década de 1970, no Brasil, diretamente implicada na história das problematizações e dos governos do uso de drogas na nossa cultura, pois a ela foi conferido um papel importante na normatização das condutas acerca de tais práticas. Como procurei mostrar em outro trabalho (RIBEIRO, 2013), os professores e os sistemas de ensino foram chamados a cumprir uma função importante na prevenção às drogas, sendo até hoje instrumentalizados pelo Estado com eventuais cursos de capacitação e recebendo nas escolas cartilhas e outros materiais destinados a ensiná-los a como devem ensinar os jovens a se comportar com relação às drogas. Ao mesmo tempo em

dessa comunidade específica, não pode dar conta de todo o processo contemporâneo de produção de novas subjetividades usuárias de maconha em nosso país. Inescapavelmente, estarei descrevendo possibilidades éticas e políticas que se desvelam para indivíduos pertencentes a certos meios específicos (no caso, principalmente jovens, brancos, de classe média), ignorando todo um universo de práticas, técnicas e relações consigo e com os outros que são fomentadas em outros contextos. No entanto, o fato de a referida comunidade constituir não só a mais antiga, como também a maior comunidade virtual de usuários de maconha em língua portuguesa foi determinante na seleção do campo a ser investigado em busca da compreensão de processos de subjetivação de consumidores da droga no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, as afirmações que fiz nesta tese referem-se unicamente a processos circunscritos a esse universo social, de modo que a investigação a partir de outras superfícies de análise, de outros indivíduos ou grupos (virtuais ou não) certamente indicaria outros vieses, outras produções de subjetividade, outras formas de construção de relações consigo, com os outros, com a droga e com os regimes de poder e saber operantes em nossa época e cultura. Os usuários de maconha constituem um universo bastante variado, que, evidentemente, não pode ser esgotado em um único empreendimento investigativo. Em suma, o que apresento com esta tese é uma descrição e uma análise de algumas das formas possíveis, no Brasil contemporâneo, de se tornar um usuário de maconha, confrontando-as com outro processo histórico, mais antigo, o qual, em nosso país, representou a objetivação de um “sujeito usuário de maconha” e a gênese de um jogo de poder em torno da possibilidade de se dizer a verdade sobre esse sujeito.

que se multiplicam essas iniciativas, os usos de drogas não diminuem²³ e, com eles, as consequências sociais que têm tido em termos de violência ligada ao tráfico dessas substâncias, caos no sistema penitenciário devido ao número recorde de encarceramentos de vendedores de drogas tornadas ilícitas, casos de dependência química, desestruturação e conflitos familiares etc. Trata-se de um custo social bastante alto, sem falar no custo financeiro com a indústria da repressão ao uso de drogas e dos gastos com tratamento e recuperação de dependentes.

Assim, cabe refletir sobre os pressupostos que têm fundamentado as estratégias de enfrentamento dessa questão, tendo em vista encontrar novos modos de análise, que sejam adequados à atual conjuntura, marcada pela disseminação do uso de drogas entre os jovens, muitas vezes de forma descontrolada, compulsiva e com padrões de uso bastante nocivos, e por uma vasta série de problemas sociais diretamente relacionados à ilegalidade dessas práticas. No que tange especificamente à educação, se não se questiona que se deve minimamente orientar os jovens sobre as drogas, não ignorando que elas existem, o modo como essa orientação pode ser feita não está muito claro (e, conforme indicam os dados do Relatório Mundial sobre Drogas, não está também sendo muito efetivo).

Não se tratou, contudo, com esta pesquisa, de buscar a elaboração de alguma “receita”, de alguma “metodologia” ou “programa” de prevenção ao uso dessas substâncias. Ao contrário, o que os profissionais da Educação podem eventualmente encontrar neste trabalho, ao invés de conselhos ou prescrições que lhes diriam o que devem fazer, é, talvez, uma espécie de “desorientação”, de modo que os discursos e as práticas “consagradas”, “automáticas” em relação às drogas possam começar a parecer problemáticas. Se este efeito for produzido, julgo ter realizado o trabalho a que me propus. Como já exposto, investigou-se aqui duas formas históricas diferentes de constituição de usuários de maconha brasileiros, dois processos, de objetivação e de subjetivação, por meio dos quais indivíduos que consomem maconha tornam-se sujeitos de e a discursos e práticas que condicionam seus campos de possibilidade de ação. Penso que esses dois processos podem ser concebidos como constitutivos, em si mesmos, de processos de educação, ou, em um sentido mais amplo, de formação. Assim, talvez seja importante considerar que nós, profissionais da educação, possamos aprender algo com uma história das racionalidades e das práticas de governo de usuários de maconha no Brasil, uma história da produção de subjetividades usuárias de

²³ Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas de 2015, o consumo dessas substâncias encontra-se estável desde 2009. (UNODC, Relatório Mundial sobre Drogas, 2015. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf. Acessado em 28 de outubro de 2015.

drogas²⁴, compreendendo como diversas formas de educação sobre o uso de maconha são supostas e postas em funcionamento nos processos de governo das condutas desses sujeitos por parte do Estado e por parte de si mesmos enquanto sujeitos de suas práticas. Compreender esses processos de objetivação e de subjetivação, esses processos de educação, de formação de usuários de maconha, tanto nos contextos institucionais quanto no contexto de uma comunidade virtual pode contribuir para a formulação de um pensamento outro sobre drogas, um pensamento que pode ser importante quando se trata, como parece ser o caso no atual momento, de criar novas maneiras de pensar, de problematizar, de instituir questões a fim de melhor compreender do que se trata quando se fala sobre o “problema das drogas”.

Analisar esses processos de constituição de usuários de maconha no Brasil pode contribuir, também, para a compreensão de que os modos como nos tornamos sujeitos são complexos, pois nos processos de governo biológico, econômico e social de indivíduos e coletividades, estes e estas desempenham papéis cujas características, extensão e força constituem questões variáveis conforme certo número de fatores intervenientes, a começar pelas diferentes épocas e culturas, mas também por diferentes “pequenos”, mas fundamentais, contextos. Deste modo, sigo Collier (2011, p.16-17) quando argumenta que não há uma “lógica biopolítica de governo” subjacente, mas diferentes modos através dos quais a vida dos seres humanos é tornada um problema para a reflexão e a intervenção. A “biopolítica”, portanto, não é tratada, nesta investigação, como uma “teoria” que pode ser “aplicada” a diversos contextos, ou como uma “lógica de poder” que “paira” sobre as sociedades humanas, podendo ser acionada e tomar as mentes, as instituições e as ações individuais e coletivas. Diferente disso, tentei configurar uma investigação acerca de processos históricos bastante particulares de constituição de usuários de maconha, processos que só poderiam acontecer, dos modos como aconteceram e acontecem, nos tempos e nos espaços em que aconteceram e acontecem. Em tais processos certamente é possível identificar como técnicas e tecnologias de poder já existentes, constituídas em outras épocas e atuantes em outros arranjos de racionalidades e tecnologias (em outras “governamentalidades”), e construídas tendo em vista a problematização e o governo de outros campos, outros aspectos da experiência, são reposicionadas e recombinaadas, compondo novas formações de governo biopolítico, novos

²⁴ MacRae e Simões (2004, p.26-27), refletindo sobre os escassos resultados obtidos pelas campanhas preventivas ao uso de drogas, as quais “fracassam no seu objetivo primordial de frear e coibir o consumo” dessas substâncias, apontam que “um sério ponto fraco destas campanhas reside justamente no seu baixo nível de credibilidade junto a seus destinatários preferenciais”, de modo que “as campanhas preventivas tenderão ao fracasso enquanto não apoiarem sua atuação no conhecimento efetivo do público a que se destinam. Este conhecimento [...] pode e deve incluir as experiências daqueles que têm um histórico pessoal de consumo habitual e moderado de substâncias ilícitas, e não se restringir apenas aos casos extremos, definidos como patológicos”.

agenciamentos em que, por exemplo, tecnologias já existentes são associadas a racionalidades emergentes, ou racionalidades mais perenes desenvolvem novas tecnologias para sua operacionalização (COLLIER, 2011a). Com isso quero dizer que não se trata de pensarmos o contexto contemporâneo de uso de drogas, marcado por racionalidades e tecnologias voltadas à instituição de controles (inclusive educacionais) sobre os indivíduos e os grupos que utilizam essas substâncias (bem como por estratégias de contraconduta desses mesmos indivíduos e grupos) como “mais um caso em que ‘a’ biopolítica, tal como Foucault a descreveu, acontece”, mas sim como uma história particular, brasileira, com seus personagens, seus enfrentamentos, seus movimentos legislativos, judiciários, policiais, educacionais, administrativos, movimentos estes que se conectam entre si e com outros aspectos da história da nossa sociedade, dos seus valores, práticas, hábitos e costumes, uma história singular na qual as condutas de indivíduos e população, naquilo que se referem à experimentação de substâncias alteradoras do psiquismo vêm sendo, em nosso país, disputadas.

Foucault (2003; 2008; 2008a), utilizando-se de fontes documentais concernentes a alguns países europeus (principalmente França, Inglaterra, Alemanha e Itália) e a uma época bastante precisa (chamada por ele de “clássica” – sobretudo os séculos XVII e XVIII, mas abrangendo, também, por vezes, os séculos XVI e XIX), propôs a noção de “biopolítica” a fim de produzir elos explicativos entre processos históricos semelhantes que se davam, naquele contexto e naqueles países, em torno de novas formas de definir e de atuar sobre a população, tomada, pela primeira vez, como um objeto vivo cuja naturalidade e recorrências - descobria-se -, podiam ser mapeadas e, até certo ponto, condicionadas. Essa politização de aspectos da vida da população enquanto espécie, tendo em vista a maximização de suas forças para usufruto do Estado (e, colateralmente, para usufruto dos próprios indivíduos e coletividades, que tinham sua saúde e sua qualidade de vida maximizadas), acabou constituindo um elemento fundamental para as estratégias modernas de administração das populações por parte dos Estados Nacionais, disseminando-se, ao longo dos últimos dois séculos, por diferentes regiões, nas quais, é forçoso notar, diferentes aspectos e forças políticas, econômicas, sociais, morais se fizeram (e se fazem) atuantes. As diferenças de época, de cultura e de forças em ação fazem com que não seja possível simplesmente transpor o circunscrito fenômeno estudado por Foucault a partir da análise de processos particulares para todo e qualquer processo histórico no qual aspectos da vida da população enquanto espécie são tornados objetos de racionalizações e de intervenções políticas as mais diversas. É nesse sentido que, inspirado em Collier (2011, 2011a), argumento que devemos operar, em

busca do processo histórico-cultural que, no Brasil – ainda que tal processo se ancore ou se inspire em práticas acionadas em outros países e contextos -, vem constituindo a tomada da população como objeto de intervenções políticas, com a noção de *formações biopolíticas*. Entendo essa noção como mais profícua para a descrição e a análise de processos que, bastante afastados no tempo e no espaço daqueles descritos e analisados por Foucault, apresentam-se como formas específicas nas quais a vida biológica (mas também a vida econômica e a vida social da população) é tornada objeto de reflexões e de intervenções políticas. Fazendo isso, nos afastamos de perspectivas nas quais modos específicos de exercício de poder (exercício que depende, necessariamente, de circunstâncias locais e temporais que efetivamente “formam”, em suas características singulares, as relações de poder) supostamente se generalizariam na composição de continuidades que atravessariam incólumes diferentes tempos e espaços. Tais perspectivas, no meu entendimento, abrem uma “janela metafísica”, ou seja, transportam modelos explicativos e conceituais que se descolam do mundo empírico e acabam por substituir com conceitos, com nomes, análises que deveriam ser mais matizadas, mais descritivas e calcadas em material empírico do tempo e do espaço que se encontram sob análise, ao invés de simplesmente se servirem de conceitos e ideias produzidas em outros contextos espaço-temporais e que passam a valer como “explicação” que antecede e condiciona a descrição e a análise empírica. Penso que, de certo modo, quando fazemos esse tipo de transporte de conceitos e modelos explicativos, e os utilizamos como respostas para o que queremos investigar, tais conceitos e modelos tendem a “transcendentalizar” análises cuja eficácia e força explicativa residem, precisamente, em sua historicidade. Nesse sentido, o que se trata de fazer, no meu entendimento, é procurar identificar, descrever e analisar as práticas de governo (de si e dos outros) de modo mais localizado, particularizado, servindo-se das ferramentas conceituais construídas por Foucault como instrumentos para a produção das descrições e das análises, e não como fundamentos dessas análises. Conceitos ou noções teóricas, afinal, por mais operacionais que sejam, não “provam” nada. Eles constituem, sim, utensílios essenciais por meio dos quais podemos construir nossas problematizações, nossas perguntas. Mas jamais podem ser o núcleo de nossas respostas.

Assim, quando se trata de descrever elementos da constituição de governamentalidades dos usos de maconha no Brasil, o que cabe fazer é buscar compreender de que modos foram e são problematizados, em nosso país, pelo Estado, por especialistas, pelas instituições e pelos próprios usuários, os comportamentos das pessoas que faziam e fazem uso dessa substância quando ela tornou-se foco de preocupações e, conseqüentemente,

de intervenções. Estritamente, foi esse o meu procedimento aqui: tentar compreender como o uso de maconha foi pensado como problema e que tipo de medidas foram tomadas a fim de que esse problema fosse administrado, quando de seu aparecimento como problema, em nosso país, no início do século passado, por parte do Estado, de suas instituições e dos especialistas a ele associados. E, também, tentar compreender como o uso de maconha é pensado como problema e que tipo de medidas são tomadas a fim de que esse problema possa ser administrado, em nosso país, no início do nosso século, por parte de usuários de maconha participantes de um fórum de discussão virtual sobre a droga²⁵.

Trata-se, então, retomando a discussão acerca da produção de investigações no quadro da biopolítica, no caso das disputas em torno do uso de drogas no contexto brasileiro, de *formações biopolíticas* específicas que cabe compreender, em suas historicidades próprias, mediante análises específicas e contextuais acerca de como os usos dessas substâncias foram constituídos enquanto problemas pensáveis e administráveis, como essas administrações desses problemas foram sendo construídas, como respostas particulares, locais, a esses problemas foram sendo dadas e, também, como esses processos têm impactado os processos de constituição de sujeitos usuários dessas drogas. Nessa forma de conceber e operar com a noção de “biopolítica” ela é compreendida como demarcação de um “espaço-problema” (COLLIER, 2011a) específico a ser governado, cabendo ao analista desse “espaço-problema” a identificação, descrição e análise das tecnologias de poder (sobre si e sobre os outros) que operam em tal contexto. Na presente investigação, tive, portanto, como diretriz, diagnosticar de que modos, no Brasil, e em referência ao problema do uso de maconha, têm se constituído e operado, historicamente, tecnologias de dominação e tecnologias do eu voltadas à condução das condutas individuais e coletivas acerca do consumo dessa droga. Assim, diagnosticando-se as tecnologias que operam e fazem existir esse “espaço-problema” (COLLIER, 2011a), e

²⁵ Como fica claro, tal procedimento, se levado a cabo em seus limites, geraria um “quadrado”, ou melhor, quatro processos diferentes, mas interligados, que poderiam ser investigados: o governo dos usuários de maconha pelo Estado, suas instituições e especialistas quando do aparecimento dessa prática como problema (início do século XX); o governo dos usuários de maconha por si mesmos quando do aparecimento dessa prática como problema; o governo de usuários de maconha pelo Estado, suas instituições e especialistas no presente; e, por fim, o governo de usuários de maconha por si mesmos no presente. Cada um desses processos, também, poderia ser investigado de formas diversas, tomando-se diferentes fontes empíricas ou superfícies de análise: diferentes instituições, diferentes especialistas, diferentes grupos de usuários, evidenciando-se as diversidades inerentes a esses universos, diversidades de classe, de raça, de gênero, de geração, de região, de cultura, de educação etc. O desenvolvimento desses outros recortes possíveis enriqueceria, certamente, esta investigação, compondo em maior complexidade o múltiplo quadro no qual o governo dos usuários de maconha se dá no Brasil. Contudo, foi preciso, por razões de tempo, de condições e de disponibilidade de acesso ao material empírico, proceder aos cortes que me levaram a produzir o *corpus* desta pesquisa: discursos proferidos por especialistas que inauguraram a problematização do uso de maconha como uma questão “de governo” em nosso país, do início até meados do século XX; e discursos proferidos por usuários de maconha ligados a uma comunidade virtual, neste início de século XXI.

tomando em consideração a complexidade e a diversidade dos processos de constituição de sujeitos, bem como a agência individual e coletiva destes em tais processos, pode-se buscar descrever e analisar de que modos o governo de usuários de maconha vem se constituindo, no Brasil, a partir de modos específicos de problematização da questão do uso da droga, modos estes que, firmando-se em racionalidades, formas de reflexão, tornam possível a constituição de tecnologias, modos de intervenção do Estado sobre os indivíduos e destes sobre si mesmos enquanto usuários da droga.

Esta tese foi organizada em três capítulos. No primeiro deles operei um movimento descritivo-analítico no qual foram apresentadas as formas pelas quais os usos e os usuários de maconha, no Brasil, foram descritos e inseridos em um campo de problematização, um “espaço-problema” que tornou possível a sua constituição enquanto objetos de asserções de verdade, tornando possível, ao mesmo tempo, a produção de tecnologias de governo das condutas desses indivíduos. Tratou-se de um movimento analítico que visou reconstituir a gênese de uma ciência local sobre as práticas de uso de maconha, a qual foi formada a partir de saberes que, instigados por uma crescente vontade de poder sobre essas práticas tão estranhas ao nosso meio cultural, criaram as condições para a instituição de leis, de procedimentos, de toda uma forma de representar e de intervir sobre os indivíduos que se dedicavam ao uso dessa substância, transformando-os em “sujeitos maconheiros” e ligando-os a identidades patológicas e delinquentes. Assim, na primeira seção desse capítulo, intitulada “Uma genealogia do governo político de usuários de maconha no Brasil”, investiguei como o hábito de utilização dessa substância passou a ser problematizado enquanto prática cujo controle passou a ser apontado como necessário ao desenvolvimento econômico e social nacional. Em “A emergência da medicina como tecnologia de governo pela verdade”, segunda seção desse primeiro capítulo, reconstituí brevemente o processo histórico a partir do qual os saberes médicos, em sua crescente articulação com as práticas administrativas da população, adquiriram um estatuto estratégico nos projetos das elites políticas e econômicas brasileiras, constituindo-se como correia de transmissão de uma forma de poder que começa a se institucionalizar e conferir uma identidade aos indivíduos usuários de maconha. Já em “A governamentalidade do uso de drogas na Primeira República”, terceira seção do capítulo, analisei de que modos um arranjo de formas de pensar e de práticas de intervenção se consolidou no Brasil por meio da articulação e institucionalização dos saberes e poderes médicos com uma série de outras forças sociais e projetos políticos e econômicos que estabeleceram, em nosso país, um modelo de problematização e de governo político de usuários de maconha. Em seguida, em “A Era Vargas e o aprofundamento da

governamentalidade: a criminalização do usuário de maconha no Brasil”, analisei a consolidação da governamentalidade dos usos de drogas e sua cristalização sob a forma legislativa, enquanto em “O combate à maconha: elemento tático na naturalização das hierarquias raciais e socioeconômicas” investiguei as relações de imanência entre os saberes médico-psiquiátricos e as práticas de poder exercidas pelas elites políticas e econômicas brasileiras na constituição do combate à maconha como elemento tático no interior de um campo estratégico voltado à criminalização, patologização e controle sobre populações específicas, principalmente jovens, negros e pobres. Por fim, em “Uma genealogia do uso de maconha como patologia” apresentei o percurso histórico através do qual se conectam a consolidação do campo da psiquiatria no Brasil, o reconhecimento desse saber como produtor de verdade sobre a maconha e a construção de uma identidade patológica para os indivíduos usuários dessa droga, atentando, ao mesmo tempo, para as permanências e as transformações que se produziram nos discursos médicos-psiquiátricos sobre a substância, analisados em suas articulações com as relações de poder que se exercem nos e por intermédio desses discursos.

O segundo capítulo da tese é composto por duas seções. Na primeira, “O *Growroom* como espaço ético-político”, analisei a constituição e o funcionamento do site *Growroom*, focando a análise principalmente sobre os aspectos que permitem identificar esse espaço virtual como um espaço no qual relações dos indivíduos consigo mesmos (relações éticas) e com os outros (relações políticas) podem vir a se constituir. O capítulo se encerra com “Como esta pesquisa foi feita”, seção na qual explicito os procedimentos por meio dos quais o segundo movimento analítico que compõe esta investigação foi realizado.

No terceiro capítulo apresentei o segundo movimento analítico constitutivo desta tese. Esse capítulo fragmenta-se em 21 seções ao longo das quais analisei material empírico recolhido no portal *Growroom*, atentando para as problematizações e as práticas postas em operação por usuários de maconha contemporâneos frequentadores dessa comunidade virtual. Tencionei, com esse movimento, demonstrar de que modos, através de formas específicas de reflexão, de problematização e de práticas, novas subjetividades usuárias de maconha estão sendo produzidas em nossa época e cultura: na medida em que operam sobre si mesmos, tornando-se sujeitos autorreflexivos, esses usuários de maconha elaboram modos de ser antes inexistentes ou indisponíveis, como, por exemplo, as figuras subjetivas do “ativista”, do “cultivador para consumo próprio” e do “consumidor responsável e moderado”²⁶. Na ação

²⁶ Essas três figuras, que podem se combinar e se efetivar na conduta de um mesmo indivíduo, foram trabalhadas nesse capítulo como algumas das possibilidades de constituição de si mesmo como sujeito que são elaboradas e

transformadora do ativista sobre si mesmo e sobre o mundo, na prática política do cultivador para consumo próprio que se recusa a realizar seu prazer psicoativo através do financiamento do tráfico de drogas, ou nas técnicas de autocontrole e autogestão praticadas pelo consumidor responsável, novas formas de viver como um usuário de maconha se tornam possíveis, como aprofundi nesse capítulo, a indivíduos cujas posições socioeconômicas lhes conferem as condições concretas para esse tipo de elaboração de si decorrente da constituição de posturas autorreflexivas. Assim, nas seções intituladas “Descrição e análise de práticas de governo de si de usuários de maconha”; “Os regimes e a formação da relação consigo”, “Os regimes em funcionamento”; “Dando provas”; e “Transformar a si mesmo para transformar o mundo: as técnicas de si em operação”, descrevi e analisei as formas através das quais esses usuários de maconha que se tornam autorreflexivos procuram constituir modos de regulação do seu consumo da substância, atentando para quantidade, frequência e contexto de uso a fim de, por um lado, evitarem problemas de saúde e, por outro, assumirem a responsabilidade perante si e perante os outros por suas práticas de alteração de consciência, governando e apresentando a si mesmos como sujeitos autocontrolados e competentes administradores de uma configuração equilibrada entre os polos da liberdade individual e da segurança coletiva. Já nas seções “A comunidade como campo de problematização e de poder” e “A comunidade como projeto educativo” analisei de que formas a comunidade pode se tornar objeto, ou melhor, campo de aplicação de poder, conduzindo a conduta dos indivíduos ao mesmo tempo em que lhes fornece técnicas, ensina práticas e saberes, instrumentos para que conduzam a si mesmos. Em seguida, em “Tecnologias de autonomia na sociedade de consumo” e “Liberdade, liberalismo, neoliberalismo”, encetei uma reflexão acerca de como a autonomia é produzida em nossas sociedades contemporâneas, bem como de que maneiras é possível reconhecer e vivenciar uma experiência como sendo “liberdade” nesse mesmo contexto, ao mesmo tempo em que se faz necessário estabelecer formas de governo dessa liberdade: como governar sujeitos livres? Já nas seções “Emergência do usuário de maconha autorreflexivo como sujeito ético”; “Liberdade e controle: relações agonísticas na constituição de sujeitos”; e “A ética e a política” investiguei de que formas podem estar se constituindo modos de subjetividades contemporâneas de usuários de maconha, sujeitos cujas condutas são eticizadas e avaliadas conforme critérios políticos. A partir daí, no grande conjunto formado pelas seções “Pensar as conexões entre as governamentalidades dos usos de maconha”; “O governo da comunidade ou a comunidade educadora”; “Autogestão dos prazeres: breve historicização”; “Moralidade e

disponibilizadas pela produção de subjetividades autorreflexivas para usuários de maconha brasileiros contemporâneos.

autorregulação do uso de maconha”; “Um modelo ético para um projeto político”; “Tornar-se o que se quer mediante participação em um campo de problematização, prática e ajuda mútua”; e “Prazer ou vício?”, procurei relacionar diversos elementos anteriormente abordados, buscando dar a compreender de que formas se relacionam diferentes modos de governo das condutas de usuários de maconha historicamente operantes no Brasil e, especialmente, como as características do governo de si que os usuários contemporâneos a que me refiro como autorreflexivos procuram implementar pretende se estabelecer como modelo de governo ético, ou de autogoverno, voltado ao estabelecimento de um modelo de governo político de usuários dessa droga. Então, nas seções intituladas “Formas de distinção: três figuras de subjetividade e modelos éticos - o cultivador para consumo próprio; o usuário consciente, moderado e responsável; e o ativista”; e “O governo de si como modelo para o governo dos outros: formas de conhecimento e verdade ética” aprofundi aspectos desse modelo de autogoverno praticado ou reivindicado por esses usuários de maconha, procurando descrever três principais formas subjetivas emergentes desse modo de relação consigo e de prática política. Por fim, apresentei minhas “Considerações Finais” organizadas em três seções que encerram este trabalho: “Uma primeira tentativa de sistematização”; “Uma segunda tentativa de sistematização”; e “A responsabilidade da liberdade (e sua crítica)”. Nelas, fiz um esforço no sentido de entregar ao leitor uma reflexão mais sistematizada sobre aquilo de que, afinal, se tratou ao longo deste empreendimento: compreender de que modos jogos de verdade, maquinações de saberes e poderes e operações de indivíduos sobre si mesmos constituem sujeitos cuja autonomia é uma construção histórico-social na qual forças econômicas, políticas, sociais, morais, mais ou menos institucionalizadas, configuram aquilo com o que nos habituamos a nos relacionar como sendo nós mesmos. Tratou-se, nessas seções finais, de uma retomada do percurso da investigação, destacando alguns elementos que julguei pertinentes para a compreensão desses processos de constituição de usuários de maconha no Brasil, processos estes tributários do desenvolvimento histórico das relações de poder em torno dos usos de maconha em nosso país e sua efetividade por meio da operação de tecnologias políticas e de tecnologias éticas que condicionam diferencialmente o campo de possibilidades de ação de usuários de maconha em contextos e em posições socioeconômicas diversas.

CAPÍTULO 1

UMA GENEALOGIA DO GOVERNO POLÍTICO DE USUÁRIOS DE MACONHA NO BRASIL

Não existe, a rigor, uma ciência “sem pressupostos”, o pensamento de uma tal ciência é impensável, paralógico: deve haver antes uma filosofia, uma “fé”, para que a ciência dela extraia uma direção, um sentido, um limite, um método, um direito à existência.

Nietzsche

Não há modelo de verdade que não remeta a um tipo de poder, nem saber ou sequer ciência que não exprima ou não implique ato, um poder se exercendo.

Deleuze

Conforme indicado no texto introdutório desta tese, o presente capítulo tem como objetivo a descrição da gênese, no Brasil, de um processo de constituição de sujeitos usuários de maconha. Michel Foucault (1995), interessado em investigar como, na cultura ocidental, os seres humanos se transformam em sujeitos (o que ele chamou de processo de subjetivação), apontou que essa transformação pode ocorrer de duas formas ou em dois momentos: objetivação e subjetivação. No processo de objetivação, o sujeito é tornado um objeto para uma forma de conhecimento possível: ele é descrito com base em saberes que produzem o sujeito em um discurso de verdade que se articula historicamente com práticas sociais e institucionais, moldando-as, transformando-as e sendo, também, por elas transformado. Tais práticas, ao investirem sobre o indivíduo, ao descrevê-lo, manipulá-lo, submetê-lo a regimes de vida, de cura, de ensino, de correção, de trabalho, de punição, efetivamente tratando-o como um sujeito cuja verdade está objetivada no discurso do especialista, constituem um poder cuja força reside precisamente na sua capacidade de conectar o indivíduo a sua identidade de sujeito, subjetivando-o na medida em que o convence, por métodos mais ou menos coercivos, mais ou menos persuasivos, daquilo que ele é.

Jorge Larrosa (2010, p.52), refletindo sobre a constituição de sujeitos a partir de processos de objetivação, argumentou que “é no momento em que se objetivam certos aspectos do humano que se torna possível a manipulação técnica institucionalizada dos indivíduos. E, inversamente, é no momento em que se desdobra sobre o social um conjunto de práticas institucionalizadas de manipulação dos indivíduos que se torna possível sua objetivação ‘científica’”. Neste capítulo, então, o foco de interesse será lançado sobre formas de objetivação que transformaram seres humanos que faziam uso de maconha, em nosso país,

em sujeitos usuários dessa droga: ligadas à investigação que visa atingir o estatuto de ciência, tais formas objetivaram o sujeito usuário de maconha nos discursos da medicina legal, da medicina social, da criminologia e da psiquiatria, instituindo práticas de classificação e divisão dos seres humanos e constituindo-os como sujeitos a partir de sua categorização, principalmente, como “doentes” e como “criminosos”.

Miller e Rose (2012) indicam percursos metodológicos dos quais me valho na consecução deste capítulo. Segundo esses autores, seguir as atividades dos “pequenos administradores da alma humana”, como médicos, psicólogos e psiquiatras, entre outros, constitui uma consistente forma de análise da governamentalidade, uma vez que é somente através dos conhecimentos, das técnicas e dos procedimentos por eles adotados que o Estado consegue, efetivamente, governar. Tem sido bastante discutida, nos estudos que trabalham com a noção de “governamentalidade”, a posição do Estado no que concerne ao desenvolvimento e à implementação de racionalidades e de tecnologias para a condução das condutas de indivíduos e populações. Adoto, no que concerne a esse tópico, postura próxima à indicada por Miller e Rose (2012). Quer dizer, entendo, como eles, que as analíticas do poder devem partir das próprias práticas de governo (de si e dos outros), e não da figura do Estado, pensado como “lugar, origem e resultado” das relações políticas e de poder. Partir das práticas de governo significa descrever e analisar “formas de cálculo, modos de categorizar pessoas, reorganização de leiaute de fábricas, tratamentos para diversas desordens, testes de vários grupos e populações etc.”, de modo a “sistematizar os múltiplos centros de cálculo e de autoridade que pervagam e ligam a vida pessoal, social e econômica”. Tais procedimentos permitem ao investigador das governamentalidades “compreender que maneiras de exercício de poder ‘não estatais’ são uma das características que definem nosso presente”. Nesse sentido, trata-se de conceber que “modos de gerir, intervir e administrar transformam-se em formas de poder a tal ponto que são generalizados e conectados a um centro, ou pelo menos unidos a outros modos comparáveis ou similares” (MILLER; ROSE, 2012, p.32-33). Ou seja, trata-se de conceber de que maneiras, a partir de instâncias locais, a partir do exercício de micropoderes em contextos restritos, modos de pensar e de gerir relações (interpessoais, organizacionais, profissionais, institucionais) vão se constituindo, se tramando e deixando traços, vestígios, modelos cujos nexos podem ser retomados em outros contextos, agora mais amplos, constituindo estabilizações (mais ou menos parciais e/ou circunstanciais) nas relações entre grupos de pessoas. O Estado, nesse modo de pensar as governamentalidades, se apresenta como uma forma possível historicamente assumida por essas estabilizações, constituindo-se em um ator importante nos jogos de condução das condutas, mas não uma

“origem” ou um “lugar privilegiado” das relações de poder. Ao contrário, o funcionamento do Estado enquanto ator político supõe, para que o governo seja possível, uma série de alianças das autoridades políticas com outras autoridades, especialmente aquelas ligadas ao conhecimento, à *expertise*²⁷, ao campo da produção de verdade. Esse tipo de profissional possui uma “preocupação com a norma e os desvios desta, uma preocupação com os modos pelos quais a norma pudesse ser executada, e uma preocupação com todos os dispositivos que possibilitavam intervir nas ações dos indivíduos, de modo a generalizar a norma sem, contudo, dizer diariamente às pessoas como deveriam viver suas vidas e que decisões tomar” (MILLER; ROSE, 2012, p.14). Nesse sentido, o controle sobre corpos e populações desviantes da norma depende fundamentalmente do trabalho desses profissionais, de suas aspirações e projetos coletivos e individuais, uma vez que através deles o Estado pode conseguir, em alguma medida, retomar os nexos e estabilizar, sob a forma de políticas e de programas de intervenção, os modos de diagnosticar, de classificar, de problematizar e de compreender práticas como, por exemplo, os usos de drogas, tal como produzidos nos contextos locais e particulares nos quais as referidas aspirações e projetos profissionais coletivos e individuais foram gestados, moldando, assim, as formas pelas quais os indivíduos conduzem suas vidas, as formas como percebem e se relacionam com os outros, consigo mesmos e com as autoridades sociais.

Um processo de objetivação de usuários de maconha foi conduzido em nosso país a partir das primeiras décadas do século XX, principalmente através do trabalho de médicos, psiquiatras e cientistas, mas também autoridades públicas. Tal processo deu-se através do estudo, por parte desses profissionais, das características químicas da maconha e (o que principalmente vai interessar às finalidades desta tese) das características (psicológicas, comportamentais, sociais) de seus usuários. Emergência histórica, portanto, do uso de maconha como “problema” a requerer conhecimento profissional e, deste, como instrumento formulador de verdades sobre esse “problema”, como instrumento para a condução da conduta²⁸, para a produção de diagnóstico e de intervenção sobre comportamentos individuais. Em suma, é a reelaboração de práticas, existentes há muito tempo, sob a forma de

²⁷ Rose (2011, p.123) define *expertise* como “um tipo particular de autoridade social, caracteristicamente desenvolvida em torno de *problemas*, exercendo um certo olhar *diagnóstico*, fundada sobre uma reivindicação de *verdade*, afirmando *eficácia* técnica e reconhecendo virtudes éticas *humanas*”.

²⁸ Rose (2011, p.26) afirma que, nas práticas para a condução das condutas, “abundam autoridades cujos poderes estão baseados em seu treinamento profissional e em sua posse de maneiras esotéricas de entender e agir sobre a conduta apoiadas em códigos de conhecimento e em alegações de sabedoria especial”. Assim, “qualquer tentativa legítima de agir sobre a conduta deve incluir alguma forma de entender, classificar, calcular e, então, ser articulada em termos de algum sistema mais ou menos explícito de pensamento e julgamento”.

“problemas”, o que requer o enquadramento dessas práticas no interior de uma linguagem²⁹ que as descreva e sua compreensão a partir do funcionamento de conceitos e construções teóricas que lhes deem inteligibilidade, permitindo que o “problema” seja formulado, estabilizado e analisado por profissionais que, reivindicando uma perícia derivada de seus saberes específicos, recebam a chancela do Estado para suas atuações sobre os diversos focos do “problema”.

Assim, teve início a produção de saberes especializados sobre a maconha e seus usuários: investigava-se que planta era essa, qual sua espécie, suas características físico-químicas, suas partes, seus climas preferenciais de crescimento e reprodução, a origem de sua disseminação pelo mundo, mas, também, como chegara ao Brasil e quem, aqui, dela fazia uso. Problematizava-se, em seguida, a conduta dos indivíduos consumidores da droga, tornando-a suscetível de intervenção por meio de técnicas ou instrumentos capazes de agir sobre tais condutas, modificando-as. Como indicam Miller e Rose (2012, p.26), a pretensão do exercício do governo exige a proposição de técnicas de intervenção, na ausência das quais o proponente “seria dispensado como mero crítico ou filósofo”, pois, “para tornar-se governamental, o pensamento devia tornar-se técnico”. Deste modo, após a circulação de alguns estudos que descreviam os efeitos psicoativos do consumo da droga, nota-se a proliferação de uma rede discursiva que descreve cada vez mais pormenorizadamente a planta e seus usuários (quem são, de onde vêm, quais são seus hábitos, como se comportam). Tal rede, composta por especialistas diversos, vinculados a instituições diversas, a partir da observação de usuários de maconha, da sua transformação em objetos de conhecimento mediante o funcionamento de racionalidades e tecnologias suscetíveis de vincular modos de representação a modos de intervenção, extrai os saberes por meio dos quais se constituirá, nas décadas seguintes, no Brasil, um verdadeiro aparato de identificação, registro e punição de todos os envolvidos com a cadeia de produção, circulação, comércio e consumo de maconha. O que faço neste capítulo é, portanto, uma descrição de como certo número de especialistas tomou uma situação histórica particular (a identificação do uso de maconha, no Brasil, no começo do século XX, por grupos populacionais específicos) e a constituiu como um problema a ser pensado e acerca do qual formas específicas de intervenção técnica deveriam ser adotadas tendo em

²⁹ Para Nikolas Rose (2011, p.106), a disseminação de vocabulários específicos através dos quais as práticas elaboradas enquanto “problemas” podiam ser compreendidas pelas pessoas torna possível uma “ação a distância” das autoridades políticas “sobre os objetivos e aspirações dos indivíduos, das famílias e das organizações”. Essas linguagens fornecem modelos de entendimento e interpretação da vida e das ações humanas, legitimando-se “porque derivam dos discursos racionais da ciência, não dos valores arbitrários da política”, dependendo “do crédito de *experts* aos quais se outorga o poder de prescrever formas de agir à luz da verdade, não de interesses políticos”.

vista a administração da vida da população em seus aspectos biológicos, econômicos e sociais. Nesse empreendimento, inspiro-me em Collier (2011) e busco analisar esses “pequenos administradores da alma humana”, os médicos, psiquiatras e administradores públicos que desempenharam papel central nesse processo de objetivação de usuários de maconha no Brasil, como pensadores desse processo, e o pensamento por eles colocado em operação não como uma reflexão abstrata, nem como um sistema fixo, mas como uma atividade crítico-prática por meio da qual uma contingência histórica³⁰ específica (o consumo das flores de uma planta) foi transformada em um problema prático e conceitual.

Este capítulo é, assim, dedicado ao mapeamento e análise de alguns desses trabalhos pioneiros em nosso país. Trata-se da descrição da gênese de saberes que, almejando o estatuto de conhecimento científico, e a despeito de modificações ocorridas ao longo do tempo, marcam a instituição de formas de se dizer a verdade sobre a maconha e seus usuários, formas estas que, ainda hoje, um século depois, cristalizadas como “senso comum”, têm sua função, desempenham um papel central no jogo das relações de poder que instituem, cotidianamente, sujeitos usuários de maconha. Os textos analisados neste capítulo estabeleceram, assim, as balizas da constituição de verdades sobre os usuários de maconha no Brasil, instituindo esses sujeitos e suas práticas como objetos pensáveis, fornecendo as categorias, o “registro”, a racionalidade no interior e a partir da qual se torna possível dizê-los. Como escreve Foucault, para a realização de uma história crítica do pensamento é fundamental a definição das condições mediante as quais algo é estabelecido como objeto de pensamento. Trata-se, pois, de “determinar em que condições alguma coisa pôde se tornar objeto para um conhecimento possível, como ela pôde ser problematizada como objeto a ser conhecido, a que procedimento de recorte ela pôde ser submetida, que parte dela própria foi considerada pertinente” (FOUCAULT, 2012d, p.229). Eis o cerne da compreensão acerca da objetivação: dentre as diversas possibilidades de descrição da maconha, de seus usos e usuários, quais aquelas que foram privilegiadas, selecionadas, instadas à posição de essenciais e definidoras do objeto? Como a maconha e aqueles que a utilizavam se tornaram importantes, se tornaram um problema, se tornaram algo digno de ser pensado? Quem operou essa inscrição dessa droga e de seus anônimos consumidores na ordem do discurso? Mediante que procedimentos? Que

³⁰ Pensar em termos de contingências históricas não significa, no meu entendimento, simplesmente, que os acontecimentos podem ser traçados temporalmente ou situados historicamente, tendo emergido em um certo tempo, mas sim que os acontecimentos se relacionam com campos mais vastos de significação e condições históricas de inteligibilidade que são, elas próprias, circunscritas temporalmente. Quer dizer, não se trata de apenas situar os acontecimentos no tempo, mas de perceber de que modos eles se tornaram inteligíveis, mapeando as condições históricas dessa inteligibilidade.

forças políticas, econômicas, sociais, morais e culturais convergiram, cada qual em sua intensidade própria, com suas próprias racionalidades, tecnologias, vontades e condições, para essa inscrição? São questões como essas que norteiam a forma de abordagem feita a seguir.

Pela primeira vez o uso de maconha em nosso país era tornado um objeto de investigação, sendo os comportamentos de seus usuários descritos, analisados e classificados. Como espero conseguir evidenciar ao longo de todo este trabalho, os modos pelos quais esses saberes deram forma a discursos que assumiram, cada vez mais, uma estrutura de “ciência” capaz de dizer a verdade sobre o usuário de maconha marcaram profundamente nossa cultura e, como não poderia deixar de ser, marcaram profundamente toda pessoa que, em algum momento de sua vida, fez algum uso dessa substância. Grande parte do que os usuários organizados de hoje, em especial os ativistas da maconha, estão fazendo, na elaboração de outras maneiras de ser um usuário de maconha, é, como veremos, uma reação, um enfrentamento cujos limites, mas também cujas possibilidades histórico-sociais, foram configuradas a partir da constituição desses discursos aqui analisados, dessa voz que, desde um século atrás, não cessou de repetir, na forma da verdade: “O usuário de maconha é um doente... O usuário de maconha é um criminoso”. E isso porque “os mecanismos de objetivação e os mecanismos de subjetivação concorrem, simultaneamente ou não, para os processos constitutivos do indivíduo” (FONSECA, 2003. p.24) como objeto de saberes e poderes e como sujeito de suas próprias práticas, ou seja, são processos que não ocorrem de forma independente um do outro: “do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca se originam o que se poderia chamar de ‘jogos de verdade’: ou seja, não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso”. Assim, trata-se de considerar que nesse processo de objetivação de usuários de maconha no Brasil configurou-se historicamente a emergência de um conjunto de forças (políticas, econômicas, sociais, culturais, morais) que atuam, desde então e até a atualidade, nos processos de subjetivação de usuários de maconha, condicionando, de certas formas, a experiência possível de todo indivíduo que, no Brasil, após as primeiras décadas do século XX, faz uso ou simplesmente pensa no assunto “maconha”.

O trabalho que dá forma a este primeiro capítulo, então, constitui uma analítica das condições de surgimento e de funcionamento, no Brasil, dos mecanismos produtores de saber e de poder que fizeram proliferar os discursos de verdade sobre a maconha e que organizaram, em torno dessa substância e de seus usuários, um conjunto de estratégias de poder imanentes à vontade de saber a verdade sobre essas práticas de uso de uma droga tão estranha à tradição

ocidental, moderna, capitalista, branca e cristã de alteração da consciência, que tinha nas bebidas à base de álcool sua droga de eleição culturalmente legitimada, e à qual o Brasil procurava se vincular. Analítica, portanto, da formação de um campo composto por práticas de poder e discursos de verdade, campo este local (o Brasil) e temporalmente (o começo do século XX) delimitado, no qual certos tipos de saberes instituíram os usos e os usuários de maconha como objetos que, discursivizados, foram inseridos em um jogo de verdade que é, ao mesmo tempo, um jogo de poder. Descrever a entrada em cena desses discursos e identificar, neles, as práticas de poder que entram em jogo nesse campo delimitado e circunscrito, é o objetivo central deste capítulo. Não que a experiência possível do uso de maconha tenha sido inaugurada com essa “entrada em cena”: ela, em muito, antecede e ultrapassa tal acontecimento. Mas tem, indubitavelmente, nele, um movimento de grande importância para a compreensão de como, no presente, nos relacionamos com esta substância psicoativa. E também, para a compreensão de como, no presente, usuários dessa substância têm procurado, de modos mais ou menos refletidos e organizados, agir sobre o mundo, sobre os outros, sobre si mesmos, específica e precisamente enquanto usuários dessa substância em particular.

Essas análises visam, também, à produção de condições para a compreensão acerca de como se conectam os dois processos de constituição de usuários de maconha no Brasil, dois polos que atravessam a pesquisa aqui empreendida e que correspondem, teoricamente, à compreensão acerca de como o poder efetivamente é exercido, de como tecnologias de poder se articulam a tecnologias do eu, de como, enfim, os indivíduos se constituem como sujeitos na medida em que sofrem e exercem poder sobre si mesmos e sobre os outros. Tal conexão pode desde já começar a ser formulada pela concepção do poder “como embate permanente de forças, como construção de estratégias e táticas que permitem operar a produção de alguma coisa: desejos, prazeres, objetos, indivíduos” (PASSOS, 2008, p.12). O poder, assim, do início ao fim deste trabalho, será compreendido na acepção *foucaultiana*, como

a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2003, p.88-89).

Ou seja, trata-se de considerar que nossa sociedade é atravessada, ou melhor, é constituída por instáveis configurações de forças diversas, desiguais, movidas por vontades de poder e operando estrategicamente em um jogo marcado por enfrentamentos, alianças,

avanços e recuos que operam transformações nessas forças, na medida em que se vinculam, se interpenetram ou se repelem mutuamente, através da história de suas relações. Nesse sentido, as leis, os códigos, os comportamentos, os valores, as hegemonias são compreendidas como resultantes, sempre mais ou menos parciais e transitórias, desse jogo estratégico que opera cristalizações institucionais e organizacionais. O Estado, portanto, nessa grade de inteligibilidade, não é mais do que uma cristalização perenizada, mas ainda assim instável, cambiante, atravessada por forças por vezes contraditórias. O poder, nesse registro, “não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2003, p.89). E é a partir dessa concepção de arranjo e confronto de forças, de relações desiguais e móveis que um processo histórico de objetivação de usuários de maconha é, neste capítulo, estudado, pois os processos econômicos e políticos, bem como as relações de conhecimentos são, ao mesmo tempo, efeitos e condições dos desequilíbrios e desigualdades das relações de poder. Lido em seus mecanismos de poder, o referido processo de objetivação de usuários de maconha marca o entrecruzamento entre forças diversas, cada qual em suas lutas próprias, com suas intensidades e projetos próprios (seja, conforme veremos adiante, o projeto de uma nação inserida no mercado capitalista mundial, conduzido pelas elites agrárias nacionais do início do século XX, seja o projeto de uma classe médica cuja influência política e cujos domínios de intervenção social se encontravam em franco desenvolvimento – para ficar no exemplo de duas das mais significativas forças no tabuleiro onde se jogava, em inícios do século passado, o jogo estratégico de poder sobre as drogas e seus usuários).

O problema que orienta este primeiro núcleo de investigação empírica vai, portanto, no sentido de se compreender, nos discursos sobre a maconha, na verdade que é extraída dessa substância e dos seus usuários, tal como aparece em um lugar determinado (o Brasil) e em uma época precisa (o início do século XX, seguindo-se o desenvolvimento do processo até o final da década de 1960), quais relações de poder estão em jogo. Como essas relações de poder funcionam enquanto condições de possibilidade para esses discursos e, ao mesmo tempo, são, por eles, apoiadas e transmitidas? No bojo dessas questões procuro, ainda, dar a ver um pouco da historicidade desse processo, ou seja, das formas pelas quais o jogo do poder vai, na dinâmica de seu próprio exercício histórico, se modificando, como certos conceitos ganham proeminência, certas formas de pensar dão lugar a outras na composição de sujeições instáveis, de um processo de objetivação que não é dado de saída, mas que, ao contrário, mantém-se em constante transformação, atravessado por forças heterogêneas que são, elas

mesmas, históricas, múltiplas, móveis, variáveis em suas ênfases. Trata-se, pois, para a presente investigação, de interrogar discursos circulantes sobre maconha, em dois momentos e contextos diferentes (primeiramente, aqui neste capítulo, um contexto de aparecimento dessas práticas como objeto de controle e, posteriormente, no capítulo três, um contexto em que se integram a estratégias de contraconduta), ambos centrais para a compreensão do que está em jogo (a saber, a conduta, mas, mais do que isso, o próprio sujeito usuário de maconha), em dois níveis diferentes: primeiramente, no nível de sua “produtividade tática”, ou seja, buscando-se compreender os efeitos de poder e de saber que proporcionam e, em segundo lugar, no nível de sua “integração estratégica”, quer dizer, tendo em vista o entendimento das conjunturas e das correlações de forças que os utilizam em seus enfrentamentos.

Dois movimentos empíricos, então, efetuados para a descrição e a análise de algumas facetas de um jogo de poder, jogo estratégico que se desenrola, historicamente, em “um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação” (FOUCAULT, 2003, p.97). Jogo que tem por resultado, sempre parcial, sempre instável, o sujeito, ou melhor, uma transformação, condicionada pelos poderes e saberes em luta, de indivíduos que consomem maconha, em sujeitos dessas práticas. Jogo que será, aqui, descrito e analisado enquanto um ponto de concentração e intensificação de relações de poder e cuja resultante, a conduta efetiva dos indivíduos em relação à maconha, funciona como elemento valioso para a articulação de estratégias mais amplas (na educação, nas políticas de saúde e de segurança) de governo das populações.

*

A historiografia diverge acerca das origens do consumo de maconha no Brasil. Uma primeira acepção refere que a planta teria sido trazida, no século XVI, nas embarcações que transportavam os negros traficados para o país na condição de escravos, enquanto uma outra versão indica que tal explicação não seria factível, uma vez que, nessa época, os escravos eram trazidos nus e acorrentados, de modo que não lhes seria possível o transporte das sementes da planta. Segundo essa concepção, teriam sido os portugueses, um ou dois séculos mais tarde, os responsáveis pela disseminação da planta *Cannabis sativa* em terras brasileiras, tendo por finalidade a produção de linho para tecidos e cordas, grandemente utilizados nas

embarcações da época³¹. Seja como for, tanto os africanos quanto os portugueses, a altura do século XVI, certamente conheciam a planta e seus usos inebriantes (FRANÇA, 2015). Divergências a parte, ambas vertentes da historiografia concordam que o hábito de fumar o “pito do pango³²” manteve-se, durante muito tempo, restrito às populações de escravos, ex-escravos, indígenas e às comunidades rurais pobres, além de segmentos urbanos populares e marginalizados, principalmente do Norte e do Nordeste brasileiros (MACRAE; SIMÕES, 2004). Contudo, uma historiografia mais recente aponta para um processo histórico de “apagamento” dos usos da erva por segmentos sociais médios e urbanos que a teriam experimentado, em diversas regiões do Brasil, pelo menos desde o século XIX. Esse “apagamento” teria sido construído no início do século XX, quando a associação do uso de maconha com populações negras, indígenas, rurais e pobres, e o desaparecimento de referências do uso por classes médias, inclusive com indicações médicas, operou discursivamente como condição de possibilidade para a constituição de uma série de estratégias de segregação, vigilância e controle dessas populações e de suas práticas culturais, seus valores, hábitos e condutas (SOUZA, 2012). A descrição desse processo, marcado por preconceitos e associações estigmatizantes é central para a compreensão dos modos pelos quais os usuários de maconha foram historicamente objetivados, extraindo-se deles, de seus comportamentos, verdades que não poderiam ser estendidas a outros estratos populacionais, os quais não constituíam alvos de representações e intervenções políticas fundamentais para a estabilização de uma configuração específica das relações, distribuições e partilhas de poder político, econômico, cultural e moral em nosso país. Apesar deste possível “apagamento” do uso de maconha por outros estratos sociais em meados do século XX, tais práticas acabaram disseminando-se para estratos mais amplos da população ao longo deste século, principalmente a partir da década de 1960, quando foram incorporadas como um valor no

³¹ Tendo em vista a diversificação de seus cultivos, a Coroa portuguesa introduziu em sua principal colônia, o Brasil, a produção do cânhamo (fibra extraída da planta *Cannabis sativa*) para fins comerciais. Assim, foram iniciados, na segunda metade do século XVIII, cultivos da planta no Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi neste último que se constituiu, no entanto, no distrito de Canguçu da Freguesia de Rio Grande, no ano de 1783, a maior e mais bem-sucedida empresa escravista voltada à produção do cânhamo em nosso país, a Real Feitoria do Linho Cânhamo, na qual trabalhavam dois inspetores, quatro feitores, um almoxarife e escriturário, um capelão, um cirurgião e 21 casais de escravos (MENZ, 2005, p.141). Transferida em 1788 para Faxinal do Courita (região do atual município de São Leopoldo), e contando com o aporte de mais 41 escravos para o incremento da produção, a Feitoria foi, em 1824, após anos de sublevações dos escravos e com a recente independência brasileira em relação à corte portuguesa, desativada, sendo substituída por uma colônia de imigrantes alemães, o que marcou o redirecionamento do projeto econômico brasileiro, uma vez desligado das prioridades da metrópole (MENZ, 2005, p.154).

³² “Pito do pango” é como era denominada a prática de fumar as sumidades floridas da planta *Cannabis sativa* até meados do século XX.

interior de uma filosofia contestatória, ligada aos movimentos de juventude que eclodiram em praticamente todo o mundo ocidental na referida década.

O foco desta investigação, contudo, não se dá sobre o início do uso de maconha no Brasil, mas, principal e fundamentalmente, sobre a gênese de um saber “científico”, “legítimo”, “oficial” sobre esse uso³³. É a partir da instituição desse campo de verdade que o discurso sobre a maconha tornou-se suscetível de ser falso ou verdadeiro, e não simplesmente uma questão de prazer ou mesmo de pura interdição³⁴. Mais do que dizer simplesmente “não”, o que esse discurso tornou possível foi dizer “é verdade que não”.

Segundo Carlini (2010), que historiou a produção de pesquisas sobre a maconha no Brasil, até o ano de 1955 haviam sido produzidos 39 artigos científicos sobre esse tema, 28 dos quais foram agrupados, em 1951, com uma segunda edição ampliada para 31 textos em 1958, em um volume editado e distribuído nacionalmente pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária, órgão vinculado ao Ministério da Saúde³⁵. A análise desse material, juntamente com alguns outros textos que, produzidos nesse mesmo período, acabaram não sendo incorporados à coletânea, constitui um valioso instrumento para a compreensão da gênese de um processo de objetivação de usuários de maconha no Brasil, de modo que, nas páginas que seguem, dedicar-me-ei a descrever e analisar esses textos, tendo em vista indicar de que formas expressam a introdução de pessoas que faziam uso de maconha em uma rede

³³ Não se trata, entretanto, de postular a inexistência de saberes sobre a maconha anteriores a sua constituição como objeto científico. Quer dizer, certamente os usuários de maconha dos séculos anteriores ao XX possuíam uma série de saberes sobre a droga e sobre si mesmos enquanto dela usuários. No entanto, para as finalidades deste estudo, é no aparecimento de saberes que almejavam à condição de conhecimento científico que se pode buscar a gênese de um processo de objetivação de usuários de maconha no Brasil.

³⁴ Inspirando-me em Foucault (2003) e seu trabalho acerca da constituição da sexualidade como um objeto de poder nas sociedades modernas, entendo que esse conjunto de redes discursivas postas em funcionamento a partir da constituição de saberes pode ser compreendido como um dispositivo de produção de discursos verdadeiros sobre a maconha, seus usos e usuários. Nesse sentido, a sociedade moderna ocidental (branca, burguesa, capitalista, cristã), movida por uma vontade de poder sobre as práticas de uso de uma substância alheia a sua cultura e cujo uso visível e predominante se dava por parte de negros, escravos e ex-escravos, ou por caboclos pobres, habitantes de regiões afastadas dos grandes centros urbanos, procura fomentar saberes e instaurar procedimentos capazes de formular a verdade sobre essa substância e os usos que dela faziam populações tão distantes daquilo que se idealizava como modernidade, progresso, evolução. A partir daí, instituições, corpos técnicos e administrativos, formulações teóricas e procedimentos empíricos foram mobilizados por essa vontade de verdade acerca de tão potencialmente perigosos substância e indivíduos. Tal processo, que varreu o mundo ocidental desde os primeiros séculos da Modernidade, acentuando-se vertiginosamente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, visava, basicamente, a instituição de um regime ordenado de saber que fosse capaz de regular, pela produção da verdade, o desenvolvimento “descontrolado” dessa economia do prazer em torno do consumo de drogas. Instituiu-se, nesse processo, a “questão das drogas”, matriz no interior da qual se recorta, aqui, a problematização em torno da maconha e sua inserção em um campo histórico de racionalização.

³⁵ Trata-se de: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional, 1958.

discursiva instituidora de um campo de verdade, o qual, por sua vez, funciona em articulação com uma trama de poderes atuantes sobre esses indivíduos, transformando-os em sujeitos usuários de maconha por meio de sua inserção em um aparato de técnicas, procedimentos e instituições que sobre eles atuam, desvendando a verdade de suas identidades, classificando-os, em suma, produzindo-os. O resultado desse processo é uma objetivação do sujeito usuário de maconha.

É importante, à guisa de “entrada” nesse processo, uma primeira mirada geral sobre o que se pretendia quando, na década de 1950, se compilou estudos realizados desde o começo do século XX e, reunindo esse material em um único volume, se publicou e difundiu por todo o país essa obra. Segundo Irabussú Rocha, então diretor do Serviço Nacional de Educação Sanitária, responsável por essa edição, o objetivo era “*chamar a atenção dos estudiosos e dos governos para o problema*”³⁶ do uso de maconha no Brasil. Tal problema, caracterizado por ele como mundial e muito antigo, estava presente, “*desafiando a nós todos que cuidamos da eugenia*”³⁷ da raça” e precisava ser combatido com firmeza. A prisão dos traficantes, a destruição das plantações de *Cannabis sativa*, planta da qual são extraídas as inflorescências, ou seja, a maconha, bem como campanhas educativas eram estratégias aventadas para o enfrentamento do problema, apesar de que os “*viciados geralmente pertencem à última e mais baixa escala social, são mesmo analfabetos e sem cultura*” (ROCHA, 1958, s/p), o que os tornava praticamente imunes às ações educativas. O Ministério da Saúde, então, por meio do Serviço Nacional de Educação Sanitária, investiu na compilação do material produzido nas décadas anteriores sobre a maconha, seus usos e usuários e, publicando-o em escala nacional, procurou levar “*ao conhecimento público a degradação a que se destina a humanidade*”. Tratava-se do lançamento de uma campanha, a qual visava à constituição de uma rede:

³⁶ Ao longo de toda esta tese as citações de fontes empíricas serão distinguidas das demais citações de duas formas: quando citações pequenas, serão grafadas em itálico; e quando citações maiores, serão inseridas em caixas de texto, restando, portanto, separadas do corpo do texto.

³⁷ Segundo Silva (2009, p.144-145), “foi Francis Galton (1822-1911) quem cunhou o termo ‘eugenia’ do grego *eu*, bem + *gen*, gerar = ‘bem gerar/nascer’, referindo-se às condições necessárias para a reprodução da espécie humana e com isso, preservar e desenvolver suas melhores potencialidades. Tomado como ‘ciência’, esse movimento social busca a preservação da pureza da raça humana através do controle da hereditariedade. O estudo da eugenia visa controlar os fatores que determinam a melhora ou a piora das qualidades da raça através das gerações, considerando tanto o aspecto físico quanto mental. O cuidado com a preservação das boas qualidades humanas garantidas pela reprodução assistida a ponto de desenvolver uma melhor raça, Galton chamou de ‘eugenia positiva’; o mesmo cuidado em impedir a reprodução aleatória das fracas qualidades das raças humanas foi denominado de ‘eugenia negativa’. Essas qualidades fortes e fracas, melhores e piores podiam ser facilmente percebidas pelas condições de vida a que estava relegado cada grupo humano, de modo que, as desigualdades sociais e demais mazelas que atingiam a população como doenças, vícios, criminalidade e violência passavam a ser vistos como resultado da natureza biológica dos seres humanos e não como decorrência dos fatores perversos imbricados na conformação social”.

Cada leitor tenha em mente a seriedade da situação e colabore pela persuasão e pela inteligência em benefício dos prisioneiros do vício. É uma obra de mérito universal. Muitos povos no mundo desejam a escravização de outros e lançam mão de todos os recursos para despersonalizar o cidadão: a maconha ou haxixe é um deles. Procuremos defender estes infelizes como defendemos a criança do mal que ameaça sua ignorância. Procuremos mostrar-lhes que a despersonalização do indivíduo é a perda de todos os sentimentos que o nobilita. É a insensibilidade diante da prostituição da esposa ou filha; é o assassinio frio, por motivo fútil, da mãe querida ou do irmão, é o latrocínio sem explicação, é a ameaça permanente à segurança da sociedade. Lutemos! (ROCHA, 1958, s/p).

Todo cidadão estava convocado a compor essa rede de combate ao vício, pois se tratava de ameaça à segurança nacional, estando, portanto, toda a sociedade em perigo³⁸. Incapacidade do viciado de cuidar de si mesmo, envolvimento de toda a sociedade, ameaça à segurança nacional, estes parecem ser os elementos a partir dos quais se organizam os primeiros esforços de governo das condutas de usuários de maconha no Brasil. A droga é uma ameaça que, vinda do exterior, transforma suas ignorantes vítimas em ameaças a toda sociedade, à própria nação. Por isso é preciso lutar, é preciso conhecer essa ameaça para poder agir, para poder exercer um poder sobre os viciados que seja mais forte do que o poder da droga. Estava lançada, oficialmente, no Brasil, a campanha contra a maconha, empreendimento árduo em função do qual o usuário dessa droga precisava ser tornado um objeto conhecível, descritível, manipulável. Mas para melhor compreender essa campanha, enquanto parte de um processo de objetivação de usuários de maconha no Brasil, é preciso compreender um processo maior e um pouco mais antigo: a construção do Estado Nacional Brasileiro.

³⁸ É interessante confrontar esse modelo de enfrentamento ao “maconhismo” com outras campanhas lançadas pela classe médica brasileira mais ou menos na mesma época, como, por exemplo, a intensa atuação dos profissionais da medicina entre fins do século XIX e meados do século XX contra a propagação da sífilis em nosso país. Conforme Carrara (1996, p.15), nessa campanha entidades como “a sociedade, a raça, a nação, a humanidade, a espécie” eram apresentadas como postas em xeque diante do “perigo venéreo”. Segundo esse autor, tal processo é tributário da “esplêndida eficácia” do trabalho desses profissionais “dispostos a encarecerem a gravidade da doença, seu impacto social e, conseqüentemente, a importância de sua própria prática profissional, legitimando-se como especialistas” (CARRARA, 1996, p.14). É precisamente esse modelo de produção de uma agitação social em torno de determinadas práticas cujo conteúdo moral culturalmente produzido era notável que parece caracterizar, também, as estratégias médicas para a constituição de formas de controle sobre os usos de maconha. Assim retomando Carrara, desde a passagem entre os séculos XIX e XX os médicos consideravam a sífilis, ao lado da tuberculose e do alcoolismo (outro modelo para os processos de criminalização e patologização da maconha) como “a tríade dos chamados grandes flagelos sociais”, querendo dizer com isso “não apenas que tais ‘doenças’ ameaçavam imediatamente a sociedade, mas, principalmente, que suas origens estavam enraizadas na própria organização social e em certos valores socialmente estabelecidos. Sua erradicação ou controle estaria, portanto, na dependência de mudanças sociais e culturais mais profundas, pelas quais passaram a lutar”. As estratégias adotadas contra essas doenças, então, “tematizaram de modo agudo os limites necessários e desejáveis entre as esferas pública e privada, colocando em primeiro plano a difícil equação entre os direitos e as liberdades individuais e as obrigações devidas à coletividade ameaçada” (CARRARA, 1996, p.15-16).

A compreensão da construção do Estado Nacional Brasileiro, no século XIX, passa pelo modo particular como as elites intelectuais da época consumiram teorias cuja matriz está no cientificismo europeu, como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o darwinismo social. Segundo Schwarcz (2008), tal consumo se deu de modo específico, às vezes a partir de leituras empobrecidas ou adaptadas à realidade social brasileira da época. Esses intelectuais, operacionalizando a construção teórica europeia do “Estado-Nação” como modelo de organização política dominante no século XIX, buscavam a unificação de uma identidade nacional brasileira em torno de caracteres como a língua, o território, a religião, a história, a literatura e a etnia, enfrentando, para isso, inúmeras dificuldades ao se confrontarem com a diversidade com que tais caracteres se apresentavam no Brasil. Fazer escolhas, selecionar, erigir hierarquias, definir os papéis dos diversos grupos sociais, tal era o desafio a que se propunham esses pioneiros construtores do “brasileiro”. Se o Brasil-Estado não emergiria do Brasil-Nação, era preciso produzir esse processo no sentido inverso: inventar uma nação a partir da consolidação de um Estado (SÁ JUNIOR, 2011, p.43-44). Diante da dominação imperialista a que os estados europeus submetiam, à época, as nações africanas e asiáticas, foi em referência a esses dominadores, vistos como superiores, que o projeto nacional brasileiro foi pensado: a religião cristã, a ciência moderna, a civilização europeia e a raça branca constituíram, assim, os marcos de uma superioridade a ser seguida:

transplantadas das chamadas ciências naturais, que propunham a diversificação e hierarquização das espécies através de uma escala evolutiva, foram produzidas teorias nas ciências sociais, como o positivismo e o darwinismo social. Essas teorias ao colocarem a espécie humana dentro de uma mesma cadeia evolutiva – monogenismo – ou, pregando a pluralidade dessas espécies – poligenismo – legitimaram a superioridade do homem branco europeu e o seu papel de “guia” da humanidade (SÁ JUNIOR, 2011, p.44).

Assim, produzindo-se no interior e em estreita relação com esse projeto de constituição de uma identidade nacional brasileira (projeto que se acentua com a Proclamação da República, em 1889), se é possível apontar um momento no qual se materializaria a gênese de um processo de objetivação de usuários de maconha ocorrido no Brasil, esse seria a apresentação feita pelo médico José Rodrigues da Costa Dória no Segundo Congresso Científico Panamericano, reunido em Washington D.C, em 27 de dezembro de 1915. Ex-governador de Sergipe, o médico visitava esse congresso na condição de professor de medicina pública da Faculdade de Direito da Bahia, professor da Faculdade de Medicina, presidente da Sociedade de Medicina Legal, representante do governo do Estado da Bahia, da Faculdade de Direito, do Instituto Histórico e Geográfico e da Sociedade de Medicina Legal e

Criminologia da Bahia³⁹. Foi esta apresentação, intitulada “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”, o primeiro trabalho com pretensão científica sobre a maconha apresentado por um brasileiro. Citado ao longo das décadas seguintes por praticamente todos os estudos realizados sobre esse tema, o trabalho do Dr. Rodrigues Dória definiu um novo objeto de estudo, indicando uma linha de compreensão para o fenômeno social do uso de maconha no Brasil, linha esta que influenciaria diversos outros pesquisadores e que, com algumas transformações ao longo dos anos, ainda hoje marca nossos modos de pensar sobre a droga, seus usos e usuários⁴⁰.

Para Rodrigues Dória, o vício na maconha poderia ser compreendido, no Brasil, como um mal deixado pela instituição da escravidão⁴¹ em nosso país:

³⁹ Rodrigues Dória formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1882, passando a lecionar, nesta mesma faculdade, a partir de 1885, quando assumiu a cadeira de Medicina Legal e Toxicologia. Ex-aluno de Nina Rodrigues, foi eleito deputado federal em 1897, reelegendo-se sucessivamente até 1908, quando assumiu o governo do Estado de Sergipe, cargo que ocupou até 1911 (SOUZA, 2012, p.19).

⁴⁰ Segundo Souza (2012), é a escassez de estudos históricos acerca da constituição do uso de maconha como “problema social” em nosso país que permite a manutenção, por um século, com pontuais e restritas transformações, de uma forma de pensar enquadrada entre os polos da criminalidade e da patologia como fatores explicativos dos sentidos dos usos da droga. No vácuo de uma compreensão histórica dos modos pelos quais práticas culturais tradicionais foram criminalizadas e patologizadas, uma profusão de discursos médicos-legais, botânicos, farmacológicos, jurídicos e jornalísticos possibilitaram, ao longo de um século, “a permanência de uma naturalização histórica da questão da maconha na sociedade brasileira, passando a ser tomada como um ‘mal’ atemporal” (SOUZA, 2012, p.13).

⁴¹ A figura do escravo como objeto da reflexão médica e causa de diversos problemas à civilização e progresso da nação remonta, pelo menos, ao século XIX. Antes da formulação de um pensamento médico mais sistematizado sobre a maconha e seus usuários, a presença do escravo no meio urbano, nas casas das famílias brancas, já era problematizada. Segundo MACHADO et alli (1978, p.354), tal presença era vista como “causa de desordem, sexualidade desregrada, paixões, doenças, vaidade, egoísmo, brutalidade”, de modo que “ao procurar transformá-la através de sua higienização, a medicina tematiza o escravo como obstáculo fundamental à criação de uma família brasileira sadia”. A simples presença do escravo, assim, danifica a saúde e a moral da família branca, forma de pensar que se perpetua e consolida a ignóbil figura do escravo e da instituição da escravidão como fator causal explicativo dos riscos a que estão sujeitos os grupos mais civilizados da sociedade brasileira. O pensamento médico acerca do escravo e da escravidão se insere em um quadro maior devotado a uma reflexão acerca do espaço urbano, reflexão esta tributária de um projeto de higienização e disciplinarização das relações na cidade. Ao ser identificado o uso de maconha pelas populações negras, não surpreende a transposição de associações causais semelhantes às feitas em relação aos escravos para a droga, agora em um contexto pós-abolição marcado por preconceito e exclusão social e econômica dos ex-escravos.

Os nossos antepassados, ávidos de lucro, fizeram o baixo tráfico da carne humana, no começo da nossa formação até 1851, quando foi decretada a proibição de importar os pretos africanos, arrebatados a fruição selvagem das suas terras, para serem aqui vendidos, como escravos, que as leis assim os reconheciam. Em 13 de maio de 1888, por entre alegrias e festas, foi promulgada a lei que aboliu a escravidão no Brasil e integrada a nacionalidade com os libertados, tornados cidadãos; mas no país já estavam inoculados vários prejuízos e males da execrável instituição, difíceis de exterminar. Dentre esses males que acompanharam a raça subjugada, e como um castigo pela usurpação do que mais precioso tem o homem – a sua liberdade – nos ficou o vício pernicioso e degenerativo de fumar as sumidades floridas da planta aqui denominada fumo d’Angola, maconha e diamba, e ainda, por corrupção, liamba, ou riamba (DÓRIA, 1958, p.1).

Tendo sido trazida ao Brasil desde a África, a maconha agora marcaria a “vingança” do escravo retirado da sua terra e da sua liberdade, escravizando o escravizador, pondo em risco a sua sociedade, degenerando sua raça e levando-o à animalidade. A planta, disseminando-se pelas regiões Norte e Nordeste do Brasil, era fumada, então, por negros, índios e mestiços, sendo “*nas camadas mais baixas que predomina o seu uso, pouco ou quase nada conhecido na parte mais educada e civilizada da sociedade brasileira*”. Tal uso produzia “*estragos individuais (...) dando por vezes lugar a graves consequências criminosas*” (DÓRIA, 1958, p.2). A maconha era, assim, ligada a negros, índios, mestiços e pobres, e, todo esse conjunto, à degeneração, sendo tal combinação de elementos a matéria-prima para o avanço da criminalidade, ameaça à nação. Vejamos mais detidamente como foi possível que cada um desses elementos viesse a compor essa “equação” da criminalidade, colocando em risco a segurança nacional.

Fundamentalmente, a racionalidade empregada pelos pioneiros do estudo científico do uso de maconha em nosso país pode ser compreendida como estando em relação com aquilo que Hardt e Negri (2002) qualificaram como “soberania colonial”, um modo de exercício de poder que funcionou como “solução temporária para a crise da modernidade europeia, não apenas em termos econômicos e políticos, mas também em termos de identidade e cultura”, operando pela constituição de marcadores identitários opostos caracterizando o colonizador branco e os colonizados ameríndios e negros. Segundo esses autores, é precisamente por meio de uma construção negativa de outros não-europeus que foi constituída e sustentada uma identidade europeia marcada por caracteres de civilização e por valores de Razão, Liberdade e Direitos Individuais. A elite intelectual brasileira, assim, buscando identificar-se com o colonizador europeu, instituiu os negros descendentes de escravos como os outros que se encontram “fora das bases definidoras dos valores civilizados europeus”. Esses outros, na construção de alteridade europeia, não são suscetíveis de argumentação, pois não podem se controlar, não dão valor à vida humana e só compreendem a violência, de modo que “a diferença racial é uma espécie de buraco negro que pode engolir todas as aptidões para o mal, o barbarismo, a sexualidade descontrolada, e assim por diante” (HARDT; NEGRI, 2002, p.141). A cultura e as formas de associação desses outros foram compreendidas, então,

principalmente a partir da Antropologia do século XIX, como etapas primitivas da evolução humana, destinadas a atingir, se bem conduzidas, os estágios avançados, representados pela cultura e pela sociedade europeias. Ao mesmo tempo, o risco do “contágio” sempre existe, sendo, por isso, necessário “policiar as fronteiras [físicas e simbólicas] e a pureza das características” (HARDT; NEGRI, 2002, p.144) da cultura “superior”. Nesse sentido, todos os elementos da cultura “inferior” devem ser isolados, controlados e, se possível, suprimidos. Rodrigues Dória não deixou de atentar para o uso de maconha disseminado nas práticas culturais negras:

Entre nós a planta é usada, como fumo, ou em infusão, e entra na composição de certas beberagens, empregadas pelos feiticeiros, em geral pretos africanos ou velhos caboclos. Nos candomblés - festas religiosas dos africanos, ou dos pretos crioulos deles descendentes, e que lhes herdaram os costumes e a fé, é empregada para produzir alucinações e excitar os movimentos nas danças selvagens dessas reuniões barulhentas. Em Pernambuco a erva é fumada nos *catimbós* – lugares onde se fazem os feitiços, e são frequentados pelos que vão ali procurar a sorte e a felicidade. Em Alagoas, nos sambas e batuques, que são danças aprendidas dos pretos africanos, usam a planta, e também entre os que *porfiam* na *colcheia*, o que entre o povo rústico consiste em diálogo rimado e cantado em que cada réplica, quase sempre em quadras, começa pela deixa ou pelas últimas palavras do contendor (DÓRIA, 1958, p.5).

Tratava-se da busca do equacionamento de um problema real com o qual se defrontavam as elites políticas e econômicas brasileiras (e seus representantes intelectuais) de fins do século XIX e início do século XX: com o fim institucional das tecnologias de poder que operavam em torno do regime escravista, tornava-se necessário o estabelecimento de novas formas de vigilância e domínio sobre as populações agora ex-escravas. Era preciso, sem o recurso ao trabalho escravo, manter uma mão de obra vasta, barata e capaz de dar sustentação ao projeto de inserção nacional no mercado capitalista em expansão⁴². Ao mesmo tempo, fazia-se necessário às elites o desenvolvimento de novas formas de contenção das revoltas sociais que frequentemente explodiam nas principais cidades, mobilizando os excluídos, os indesejáveis, em suma, as “classes perigosas” formadas por negros, pobres, trabalhadores informais, vadios, loucos, doentes, inadapáveis (SILVA, 2009, p.78). Tratava-se, em suma, de mudar o país e inseri-lo na modernidade (acabar com o regime de produção

⁴² E, para tal objetivo, “o biopoder, enquanto conjunto de relações de poder ligado à vida, constituiu um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a sustentação desse sistema político-econômico está diretamente ligada à possibilidade de uma utilização controlada dos corpos no aparelho de produção, ao lado de uma adequação dos fenômenos populacionais aos processos econômicos que tal sistema envolve” (FONSECA, 2003, p.99).

escravista, liberalizar a economia, fornecer matéria-prima à produção industrial do primeiro mundo) sem modificar significativamente as relações de poder, em especial a partilha das posições políticas e econômicas mais vantajosas entre os grupos sociais nacionais herdeiros do colonialismo europeu. Nesse projeto, a massa composta pelos ex-escravos vai ser indexada essencialmente a uma ideia de periculosidade, tornando-se foco de atenção prioritária do sistema criminal.

Os usos de maconha, associados às manifestações da cultura negra, tais como o candomblé e a capoeira, foram, então, submetidos a diversas formas de controle⁴³. Podemos citar, como exemplo pioneiro desses controles, o estabelecimento da primeira legislação no mundo ocidental a instituir regulações sobre o hábito de escravos e ex-escravos de fumar maconha: já no ano de 1830, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro incluía, em seu Código de Posturas, normativa que regulamentava a venda de gêneros e remédios e o funcionamento dos boticários. No artigo sétimo desse documento, lê-se: “É proibida a venda e o uso do Pito do Pango, bem como a conservação dele em casas públicas: os contraventores serão multados, a saber, o vendedor em 20\$000, e os escravos, e mais pessoas que dele usarem, em 3 dias de cadeia” (MOTT, 1986, p.131). Também no Código de Posturas da cidade de Manaus, no ano de 1848, em seu Capítulo 7º, artigo 50, proibia-se: “a cultura da planta vulgarmente chamada

⁴³ Tais controles remontam ao final do século XIX: no Código Penal de 1890 a capoeira era descrita como crime, sendo proibidas, também, as práticas de espiritismo, magia e sortilégios, sob pena de multa e prisão (NEGRÃO, 1996). Além disso, o mesmo código estabelecia o exercício da prática médica como exclusividade dos especialistas formados nas faculdades de medicina, penalizando o “curandeirismo” e a ministração de “substâncias venenosas” (MACRAE; SIMÕES, 2004, p.120). Já em 1931, em uma reforma das estruturas policiais, foi criada a Inspetoria de Entorpecentes e Mistificações, responsável pela repressão ao uso e comércio de drogas ilícitas, bem como às práticas de macumba, candomblé, feitiçarias, cartomancia, necromancia, quiromancia e congêneres (NEGRÃO, 1996). Institucionalização, portanto, da associação entre drogas, crime, práticas religiosas e culturais negras ou heterodoxas. Mas o estabelecimento da exclusividade da medicina como discurso e prática verdadeiros sobre a saúde remonta ainda à primeira metade do século XIX, quando uma grande campanha de crítica e denúncia ao “charlatanismo” é lançada pela corporação médica. Descrito como “um cultor da não-ciência médica, dos sistemas ‘imaginários’ ou das experiências não dirigidas pela razão”, o charlatão se coloca “entre o médico e o seu objeto, a população, impedindo que a relação de conhecimento, cura e prevenção se consuma” (MACHADO ET ALLI *et alli*, 1978, p.198). A partir da década de 30 do século XIX a medicina começa a cobrar do Estado, então, “a luta contra o charlatanismo e o reconhecimento da exclusividade do saber [médico] sobre a saúde” (MACHADO ET ALLI *et alli*, 1978, p.199). Emerge, nesse período, “uma teoria da medicina como anti-anarquia, anti-paixão política, anti-demagogia, enquanto o charlatanismo é apontado, senão como o causador, como o análogo no campo da ciência médica de todos esses fenômenos políticos” (MACHADO ET ALLI *et alli*, 1978, p.199-200). Nas elaborações dos médicos-militantes da época, “o médico é desinteressado, moderado, racional mas observador, religioso mas não supersticioso, honrado, avesso à glória e ao ouro, tão prestimoso com o rei como com o último dos súditos. O charlatão é interessado, irracional (busca causas sobrenaturais) ou demasiado empírico (é enganado pelos sentidos), procura a glória. O médico e a medicina são discretos, detestam a publicidade, mas seu saber é público. O charlatão procura a publicidade, anuncia nos jornais, mas seu saber é secreto” (MACHADO ET ALLI *et alli*, 1978, p.200-201). A ausência de “uma racionalidade científica”, a obtenção do “sucesso apelando para a imaginação e fantasia, iludindo o povo e representando perigo para a ordem”, bem como a atuação “política, baseada nas paixões, na não-ciência” caracterizam, portanto, o charlatanismo, enquanto a “neutralidade indispensável à resolução de problemas de saúde, à manutenção da ordem social” caracterizam a medicina, que “se oferece ao Estado como instrumento de paz, luz, tranquilidade” (MACHADO ET ALLI *et alli*, 1978, p.215).

Diamba, de que usam para fumar os escravos, sob pena de vinte mil réis, ou oito dias de prisão a qualquer dono de sítio, fazenda, ou lugar onde achada em vegetação tal planta, dois meses depois da publicação da presente postura” (TORCATO, 2013, p.120). Já a Câmara de Santos, em suas posturas municipais de 1870, também proibiu “a venda e uso do pito de pango e outras substâncias venenosas para cachimbar e fumar”, impondo aos transgressores “uma multa de 10 mil réis e quatro dias de reclusão”, enquanto em Campinas semelhante determinação foi feita no ano de 1876 (FRANÇA, 2015, p.30). Tais legislações, editadas quase um século antes que a maconha se tornasse, especificamente, uma preocupação pública, podem ser compreendidas como ligadas diretamente, no primeiro caso, à “pressão crescente por controle social num contexto social potencialmente explosivo na capital do Primeiro Império (sic), cidade essa que abrigava, para citar apenas um dado genérico, a maior população escrava urbana da história do Novo Mundo”. Assim, “controlar as práticas associadas a esse crescente contingente de população negra e miscigenada, tanto os escravos quanto os libertos, haja vista que muitos já não eram mais cativos, parece ter sido a principal motivação para o controle do uso de maconha no Rio de Janeiro” (FIORE, 2007, p.26). Fiore conclui, então, acerca desse episódio de instituição de uma normativa cerceando o consumo de maconha já no ano de 1830, conclusão que julgo extensível aos casos das demais cidades, que “não era para as propriedades da planta que o Estado imperial parecia estar voltado no século XIX, e sim contra a propagação de práticas específicas de classe e/ou raça que, de alguma maneira, eram vistas como perigosas” (FIORE, 2007, p.26). Ou seja, a maconha não era ainda, em meados do século XIX, no Brasil, objeto de preocupação em si mesma, mas somente enquanto elemento de uma cultura que se queria manter sob controle e que era representada como perigosa pelos grupos dirigentes do império. Fossem quais fossem as práticas culturais dos escravos e ex-escravos, caberia às elites brancas desenvolver os instrumentos que evitassem sua disseminação, uma vez que era preciso trabalhar pelo “fortalecimento do ideário de uma sociedade branca, criando barreiras para o restante da sociedade africana, indígena e de seus descendentes através de conhecimentos vinculados aos saberes oficiais como a medicina e o direito⁴⁴” (SÁ JUNIOR, 2011, p.45). Além do mais, essa

⁴⁴ No campo do direito, Sílvio Romero, figura proeminente da chamada “Escola de Recife”, foi o nome mais importante nesse processo de constituição de uma identidade nacional brasileira, fundamentando teorias do direito nas teorias evolucionistas de matriz europeia. Para ele, a miscigenação era um dado inevitável a partir do qual deveria ser construída a preponderância do elemento branco sobre os elementos negro e indígena. Romero é considerado como o “pai fundador” do estatuto de ciência que o direito adquiriu nos anos iniciais da República, tendo influenciado inúmeros intelectuais em suas formas de pensar a nação brasileira e suas possibilidades de formação, fortalecimento e integração competitiva no campo concorrencial formado pelos Estados-nação modernos (SCHWARCZ, 2008; SÁ JUNIOR, 2011). Quanto ao campo da medicina, abordarei com mais detalhes a figura de Nina Rodrigues e sua influência para a formação da identidade brasileira nas páginas que seguem.

interdição legal a costumes negros marca a emergência de uma governamentalidade que encontra, desde então, na perseguição a práticas como o candomblé, a capoeira e o uso de maconha uma forma de retirar de circulação, de legitimamente conter e dispor de indivíduos potencialmente perigosos para a sociedade que os exclui. Variam historicamente as práticas, os comportamentos problematizados e controlados, mantendo-se, no entanto, o foco, o alvo, as populações que cabe vigiar e punir em defesa da sociedade. Esse tipo de estratégia encontrará perenidade nos regimes de poder historicamente vigentes no Brasil, materializando-se em diversas racionalidades e tecnologias de poder voltadas à formulação e efetivação de instrumentos variados e incidentes sobre diversos âmbitos da vida individual e coletiva, que permitam ao Estado e às forças políticas, econômicas e morais que lhe dão estabilidade intervir, policiar, prender, segregare indivíduos e grupos cuja raça, classe, cultura constituam ameaças em potencial aos projetos de poder, de riqueza e de vida das elites nacionais.

Assim, em nosso país, ainda que utilizada desde o século XVI, a maconha, em si mesma, não despertou maiores interesses. Como aponta França (2015, p.32),

por aqui, pelo menos até as décadas iniciais do século XX, não houve médicos e farmacêuticos interessados em isolar suas propriedades terapêuticas ou alienistas explorando as semelhanças entre os delírios provocados pela droga e aqueles provenientes da alienação mental – ainda que remédios importados à base de cânhamo abundassem nas farmácias e as feiras e boticas vendessem montes da erva para combater um sem-número de males (de soluços a impotência).

Rodrigues Dória, conforme já mencionado, fora presidente da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia, tendo sido aluno e professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Tais instituições desempenharam, segundo Corrêa (1998), um papel central no estabelecimento e legitimação da medicina no Brasil no final do século XIX e, mais do que isso, exerceram uma influência profunda sobre a vida intelectual brasileira a partir de 1830, mas principalmente entre as décadas de 1870 e 1930, formando e influenciando toda uma geração de médicos, muitos dos quais se tornaram cientistas sociais e contribuíram para a fundação, no Brasil, do campo da Antropologia. Para a medicina legal, “os processos criminais não podem desprezar o conhecimento médico como determinante da existência de um crime e de seu culpado, não devem se basear em testemunhos e provas que podem ser desmentidos por uma verificação médica” (MACHADO *et alli*, 1978, p.194-195). Essa “escola”, que passou a ser conhecida como “Escola Nina Rodrigues de Medicina Legal”, em referência ao nome de seu “pai fundador” e mais influente integrante, colocou-se como questão principal a definição do brasileiro enquanto povo e do Brasil enquanto nação, apresentando uma “visão da ciência como anjo tutelar da sociedade” (CORRÊA, 1998, p.15). Cabia, assim, aos cientistas,

munidos de seu saber, intervir ativamente nas questões políticas e sociais, atuando incisivamente para a constituição de uma nação forte e saudável, empreendimento para o qual se destacava a compreensão da diversidade do povo brasileiro. É assim que as noções de “raça” e de “classe” ocupam um importante papel na racionalidade que fundamenta os saberes produzidos no âmbito da “escola” de Medicina Legal e Criminologia no Brasil de fins do século XIX. Representando a sociedade como um “corpo doente” e a medicina como a responsável pelo saneamento desse mal (SCHWARCZ, 2008, p.200), essa “escola de pensamento” via a si mesma como “tutora da sociedade, saneadora da nacionalidade, senhora absoluta dos destinos e do porvir” (SCHWARCZ, 2008, p.202).

Nesse projeto, o tema das “raças” adquiria relevo especial. Desde a década de 1880 começam a aparecer associações entre raças e doenças específicas, sendo apontada, em especial, a mestiçagem como fator desencadeante de degenerações que poderiam colocar em risco os destinos da nação, e a raça negra, por si só, como um impedimento à civilização branca e fator de inferioridade do povo brasileiro. O “tema racial”, assim, “se apresentava como um argumento verdadeiro para se pensar um projeto de cunho nacional” (SCHWARCZ, 2008, p.244) e, sobretudo, como legitimação enquanto verdade biológica das diferenças e hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais construídas nos jogos de forças e relações de poder que, historicamente, constituem as divisões dos grupos sociais e estruturam as sociedades. Emerge então, aí, a partir da conexão da psiquiatria com as teses eugênicas, evolucionistas e da degeneração, um “racismo de Estado” (FOUCAULT, 2005a) que se institui “contra aquilo que se desvia da norma”, fazendo seu objeto os indivíduos “que são portadores do perigo” (VIANNA; NEVES, 2011, p.33). É esse racismo que estabelece a linha de corte entre quem pode viver e quem deve morrer: os degenerados devem perecer. Grade que passou a ser utilizada para a compreensão e a gestão de diversas questões, como “as relações de colonização, a necessidade de guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história da sociedade com suas diferentes classes etc” (FOUCAULT, 2005a, p.307).

De acordo com Rose e Rabinow (2006, p.34), “os racismos permitem ao poder subdividir uma população em subespécies, para designá-las em termos de um substrato biológico, e para iniciar e sustentar um conjunto de relações dinâmicas nas quais a exclusão, o encarceramento ou a morte daqueles que são inferiores pode ser vista como algo que tornará a vida em geral mais saudável e mais pura”. Esses autores argumentam ainda que

a raça, junto com a saúde – e em relações variáveis com esta -, tem sido um dos polos centrais na genealogia do biopoder. As concepções de raça formaram um

prisma não apenas para a imaginação da nação, mas também para o controle político da saúde e da vitalidade nacional, e da competitividade internacional, a partir da assim chamada “guerra das nações” no século XVIII [...], por meio da biologização massiva da raça no século XIX, ligada ao pensamento evolucionista pré e pós-darwiniano e aplicado tanto nos Estados quanto em seus domínios coloniais, à obsessão do fim do século XIX com a degenerescência e o suicídio da raça e as estratégias de eugenia que se disseminaram dos Estados Unidos ao Japão e outros lugares na primeira metade do século dezenove (ROSE; RABINOW, 2006, p.39-40).

O racismo, então, funciona como elemento que permite, no seio da biopolítica, do poder que administra o fomento à vida da população, reservar um espaço ao direito de morte, resguardando ao Estado a possibilidade do recurso a antigas (mas ainda funcionais) práticas de soberania que remontam ao direito dos soberanos de determinar a morte de súditos específicos, devido a seu comportamento criminoso. O racismo emerge, aí, como tecnologia balizadora do direito de matar, “pois ele se justifica em favor daqueles que devem viver – mata-se, portanto, em nome da vida” (VIANNA; NEVES, 2011, p.33).

Nessa lógica, a partir dos primeiros anos do século XX fortalece-se o discurso da medicina legal, o qual se caracterizava, principalmente, pela atenção que dava ao criminoso e ao doente (categorias que eram aproximadas e relacionadas causalmente uma com a outra) em detrimento da atenção ao crime e à doença. Os médicos que se vinculavam a essa escola pretendiam-se capazes de identificar o criminoso preventivamente, por seus caracteres biológicos ou por seus hábitos, antes que pudesse cometer qualquer crime. A degeneração racial, oriunda da miscigenação, era compreendida, nesse quadro, como fator determinante em casos de “embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade” (SCHWARCZ, 2008, p.211), sendo identificada, nos negros e nos mestiços, a maior ocorrência de casos desses tipos. A Escola de Medicina Legal Nina Rodrigues, assim, influenciada pela nova Antropologia Criminal italiana, operava segundo uma racionalidade que confere centralidade, mais do que ao grau de liberdade e, portanto, de responsabilidade do indivíduo que comete um crime, ao grau de periculosidade que ele representa à sociedade; que indica haver maior grau de periculosidade justamente nos indivíduos identificados como irresponsáveis (os doentes, os loucos, os anormais); e que a pena, mais do que uma punição ao criminoso, deve ser um mecanismo de defesa da sociedade dos delinquentes e estes de si mesmos. Deslocamentos, portanto, do crime ao criminoso, do ato cometido ao perigo implícito no próprio indivíduo e da punição do criminoso à proteção da sociedade (FOUCAULT, 2012g, p.18). Por meio desses deslocamentos se torna possível a operacionalização do degenerado como alguém que “porta um índice particularmente elevado de probabilidade criminal” e, conseqüentemente, se pode “tornar um indivíduo penalmente responsável sem ter que determinar se ele era livre e se havia culpa, mas correlacionando o ato cometido ao risco de

criminalidade que constitui sua própria personalidade. Ele é responsável, já que apenas por sua existência ele é criador de risco” (FOUCAULT, 2012g, p.21). Naturalização, portanto, de uma personalidade e de certos caracteres criminosos que colocam indivíduos específicos sob suspeição *a priori*, como criminosos em potencial que, antes mesmo do ato, são julgados por aquilo que eles são (negros, pobres, nordestinos, nortistas, maconheiros...), pois é precisamente no âmago do que são que portam o germe da degenerescência⁴⁵.

Não é de se surpreender, portanto, que, uma vez identificado o uso de maconha no Brasil, nas regiões Norte e Nordeste do país, por parte principalmente de negros e “mestiços”, Rodrigues Dória fizesse a leitura desse fenômeno social a partir da racionalidade que dava forma aos saberes produzidos desde algum tempo pelos campos da Medicina Legal e da Criminologia:

A raça preta, selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva maravilhosa, que, nos êxtases fantásticos, lhe faria rever talvez as areias ardentes e os desertos sem fim de sua adorada pátria, inoculou também o mal nos que a afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa, e lhe sugaram a seiva reconstrutiva (DÓRIA, 1958, p.13).

A interpretação das práticas de uso de maconha como um vício que caracterizava a vingança dos negros por conta da escravidão a que foram, por séculos, submetidos, sendo decorrente da forma como a Medicina Legal e a Criminologia compreendiam a questão racial que perpassava a formação da nação brasileira, forneceu o quadro de inteligibilidade e funcionou como condição de possibilidade para a constituição de um saber sobre essa substância e seus consumidores. A maconha, então, veio a constituir mais um elemento em um quadro apresentado por saberes cujo discurso de verdade tornava possível um exercício de poder, cada vez mais institucionalizado, sobre populações que se pretendia manter sob estrito controle, uma vez que poderiam se revoltar contra as posições sociais e econômicas que lhe

⁴⁵ A “degenerescência” constituiu a grande categoria que, entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, permitiu o abastecimento de julgamentos morais com uma racionalidade médica-psiquiátrica. Por meio dela, perigos sociais como o vício, a criminalidade, a insanidade, a delinquência, a prostituição “passaram a ser expressões variadas de uma constituição degenerada herdada. A degenerescência era inerentemente cumulativa, pois a vida indecente e imoral daqueles dotados de constituições contaminadas resultava em uma fraqueza hereditária ainda maior a ser passada aos seus descendentes; uma tendência que era exacerbada pela propensão dos degenerados a reproduzirem-se entre si e a produzirem muitos descendentes” (ROSE, 2011, p.104).

eram destinadas. Uma vez associado à raça “*selvagem e ignorante*”, o uso de maconha encontrava seu sentido determinado por essa associação e passava a constituir, como tudo que dela provinha, um componente perigoso de degeneração e enfraquecimento físico e moral da população, tal como era considerada a mestiçagem, a qual estaria enfraquecendo a raça branca e ameaçando o futuro do país. Nesse sentido, Francisco de Assis Iglésias, agrônomo de formação, mas participante assíduo dos congressos médicos, já em 1918 alertava: “*Logo, muito logo, os moços elegantes se embriagarão com a diamba: e como, desgraçadamente, eles têm irmãs, o vício terrível passará a fazer parte da moda...*” (IGLÉSIAS, 1958, p.21). Hardt e Negri (2002, p.151), conforme já indicado, tematizam o “contágio” como a maior ameaça que o negro e seus “hábitos degenerados” representam ao colonizador europeu e, conseqüentemente, ao projeto higienista de civilização empreendido pelas elites brancas locais. A “*contaminação física, a corrupção moral, a loucura*”, estas são as ameaças que pairam sobre o colonizador e seus descendentes, herdeiros do seu projeto civilizacional. Era necessário, assim, uma tomada de posição urgente, uma verdadeira intervenção dos médicos nos debates políticos e sociais, o que constitui um novo momento na história da medicina⁴⁶, a qual se junta aos esforços do Estado e das elites para a contenção do perigo, do contágio, da disseminação de práticas culturais primitivas, afinal, “*é conhecido nos lugares onde abusam da maconha, o delírio, a loucura transitória e mesmo definitiva, causadas pela planta (...). Os embriagados tornam-se rixosos, agressivos, e vão até a prática de violências e crimes, se não são contidos*” (DÓRIA, 1958, p.7). Era preciso contê-los.

Como aponta Trad (2010, p.18), “a proposição do contágio permitiu que o enfoque biomédico passasse a ser a base teórico-conceitual e tecnológica da chamada medicina científica, principalmente por se tratar de um enfoque mais harmonioso com o desenvolvimento industrial”. Esse projeto de contenção, de supressão do contágio, encabeçado pela medicina, desde cedo viu na instituição escolar um espaço privilegiado para sua consecução. Já na metade do século XIX, no Rio de Janeiro, os médicos exigiam “o controle positivo da vida da criança através de uma instituição para ela voltada”, tendo em vista a constituição de “uma sociedade futura moral e fisicamente mais sadia” (MACHADO *et alli*, 1978, p.297). Com tais propósitos a medicina adentrava os espaços escolares, tendo por justificativa da ampliação do seu escopo de atuação que “não aplicar o saber médico no estabelecimento de ensino significa comprometer o futuro da sociedade e, mais

⁴⁶ Segundo Foucault (2003, p.54), a medicina, em fins do século XIX “arvorava-se em instância soberana dos imperativos da higiene [...], pretendia assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas. Em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes. E os fundamentava como ‘verdade’”.

imediatamente, tornar o colégio, de centro de formação de cidadãos sadios e úteis que deve ser, em uma ameaça a seus internos” (MACHADO *et alli*, 1978, p.298). Transformar a criança brasileira para transformar o país, intervindo, para tal, na instituição escolar, ordenando seu espaço e controlando o tempo e os corpos dos estudantes, inspecionando-os física e moralmente, verificando a vacinação e avaliando sua saúde geral: por intermédio desse tipo de medida os médicos fazem da escola um espaço controlado, vigiado e que segue uma rigorosa programação, tendo em vista a “construção do corpo e da moral dos estudantes” (MACHADO *et alli*, 1978, p.303). Nesse empreendimento, é interessante observar de que modos temas como a desobediência e a masturbação se tornam alvos de atenção e controle por parte de uma racionalidade médica emergente que se operacionaliza através de técnicas de intervenção que antecipam os modos pelos quais o uso de drogas será tornado objeto de governamentalidade algumas décadas mais tarde. Especialmente no que concerne à masturbação, vista como um “perigo que se estende como as epidemias” e que “provoca a tísica, a loucura, a epilepsia, a hipocondria, a flegmasia crônica de todos os órgãos e finalmente a morte” (MACHADO *et alli*, 1978, p.304), desenvolvem-se mecanismos de observação, de exame dos leitos e das vestes, de separação dos estudantes por idades, de vigilância dos dormitórios e proibição de objetos e leituras que possam suscitar o pensamento sexual. Essa racionalidade médica que passa a se ocupar do espaço escolar identifica, também, na livre comunicação entre os estudantes um foco problemático, uma vez que “trata-se de interromper uma comunicação desordenada entre indivíduos, origem de vício, e estabelecer outra que permita um detalhado conhecimento dos hábitos de cada pensionista e obter assim um controle do seu comportamento que previna a prática proibida⁴⁷” (MACHADO *et alli*, 1978, p. 305). Mecanismos, estratégias, técnicas que operacionalizam uma forma de pensar na qual a conduta, o desejo e o prazer constituem obstáculos ao progresso, à civilização, ao bem e à razão: proveniências de uma racionalidade e de um modo de intervenção que se desenvolve, desde a segunda metade do século XIX, atravessando instituições, grupos profissionais e o próprio Estado e produzindo sujeitos disciplinados,

⁴⁷ Não deixa de ser interessante termos em consideração que é justamente a instituição de uma comunicação livre, direta (sem a mediação de especialistas, do Estado ou da mídia), sistemática e em larga escala entre usuários de maconha contemporâneos que fissa o processo de objetivação cuja instituição racional e prática remonta aos processos ora em discussão. Nesse sentido, como indicado na introdução deste texto, técnicas e tecnologias de poder já existentes, constituídas em outras épocas e atuantes em outros arranjos de racionalidades e tecnologias (em outras governamentalidades), são reposicionadas e recombinadas, compondo novas formações de governo biopolítico, novos agenciamentos em que, por exemplo, tecnologias já existentes são associadas a racionalidades emergentes, ou racionalidades mais perenes desenvolvem novas tecnologias para sua operacionalização, de modo que é possível identificar, nesse modo de pensar e de agir da medicina em relação ao controle da masturbação e da comunicação dos estudantes, no século XIX, proveniências de racionalidades e tecnologias reapropriadas, décadas depois, para a compreensão e a intervenção sobre o problema das drogas.

saudáveis e aptos ao trabalho⁴⁸. Esse projeto, que remonta à ascensão da medicina social e que vai encontrar seu ápice, no Brasil, na primeira metade do século XX, com os higienistas, elabora uma escola “que faz de cada minuto da vida do estudante objeto de conhecimento, intervenção, controle. Que exige dos professores e funcionários determinados atributos. Que possui um espaço milimetricamente salubre, apto a criar saúde física e moral” (MACHADO *et alli* 1978, p. 305). Se seguirmos esse projeto e seu intuito de erigir barreiras de contenção, de evitar o “contágio”, de “eliminar atitudes viciosas e inculcar hábitos salutareis, desde a mais tenra idade” (ROCHA, 2003, p.40), adentrando o século XX, percebemos sua disseminação e encontramos os sistemas escolares públicos mobilizados, por volta da década de 1920, como instituições modeladoras das condutas individuais e difusoras de meios de prevenção de doenças e preservação da saúde, compondo parte vital do projeto higienista de produção de “um novo modo de vida, cuja legitimação contará com a desqualificação dos hábitos e costumes assumidos pela maioria da população” (ROCHA, 2003a, p.13), vistos como “arcaicos, viciosos e anti-higiênicos” (ROCHA, 2003a, p.17).

Analisando a educação sanitária como um instrumento de higienização formulado na esteira da campanha de regeneração física, intelectual e moral da população brasileira, Rocha (2003; 2003a) nos indica, a partir de fontes de pesquisa referentes a como tal processo se deu no estado de São Paulo, que o mesmo objetivava a formação de uma consciência sanitária nos jovens estudantes, tendo por método estratégias persuasivas. Operando pela articulação entre educação e saúde, e voltado à observação, investigação e intervenção sobre “os problemas gerados pelo rápido crescimento das cidades e pelas condutas desregradadas da população”, o projeto higienista mobilizava médicos de diversas regiões do país a fim de “estancar a torrente mórbida, a grande ameaça que pairava sobre a sociedade”. Para cumprir com tal objetivo, requeria-se o disciplinamento da população (cuja falta de educação era vista como responsável pelas mazelas que a atingiam), operacionalizado pelas instituições públicas (em especial a escola) e fundamentado “na articulação entre higiene e moral”, na composição de

⁴⁸ Fonseca (2003, p.50), comentando alguns resultados a que Foucault chegou com as pesquisas que fundamentaram seu livro “Vigiar e Punir”, reflete sobre as profundas imbricações entre o funcionamento de uma estratégia disciplinar e o desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista na história do mundo ocidental. Conforme ele, “a disciplina consegue desenvolver técnicas que permitem o ajustamento da multiplicidade dos homens à multiplicação dos aparelhos de produção. Neste sentido, é possível explicar a simultaneidade entre os processos de acumulação de capital, que caracterizam o capitalismo, e os de acumulação dos indivíduos, de tal forma que o problema causado por esse último não poderia ter sido resolvido sem o desenvolvimento de um aparelho de produção capaz de manter e utilizar os indivíduos. E, por outro lado, a resolução desse problema acelera o processo de acumulação de capital. [...] Chega-se, assim, à constatação de um apelo mútuo entre o crescimento de uma economia capitalista e um mecanismo de poder disciplinar”.

um programa cujo sucesso passava pela condução das condutas através da “inculcação de modos de vida calcados nos parâmetros da ciência” (ROCHA, 2003, p.42).

Vista como formadora moral e intelectual do povo, a escola primária tornou-se o alvo das estratégias dos médicos higienistas a fim de que desse a sua cota de contribuição para o fortalecimento da nação mediante a regeneração da população através da inculcação de hábitos saudáveis, suscetíveis de garantir a preservação da saúde individual e coletiva. Ensinar às crianças um modo de vida civilizado, purificando-as dos maus hábitos cotidianos: eis as bases da intervenção médica sobre a escola, passo inicial da transformação da vida cotidiana da população, da vida familiar, da vida individual em objeto da medicina. Trazendo, para todos, a voz da ciência, o higienismo médico⁴⁹ buscava transformar o modo de vida da população, moldando seus valores, adequando-a a uma moralidade específica e capaz de levá-la à superação “das doenças, da pobreza, do atraso e da ignorância”, na constituição de uma verdadeira “cruzada pela saúde, educação e civilidade”. Nesse empreendimento, no bojo do qual podemos compreender os processos de constituição das racionalidades e das tecnologias que problematizaram as práticas de uso de maconha, “educação e saúde figuraram como elementos indissociáveis na configuração de um programa de moralização, que tinha, como um dos seus mais importantes pilares, a higienização da população” (ROCHA, 2003, p.54). A moralidade, a conduta, a vida de todos e de cada um emergem como o novo escopo da medicina, outrora uma técnica, agora um projeto de nação que passa pela vigilância e pela intervenção, pelo policiamento e pela persuasão e que começa, cada vez mais, a atravessar outras esferas, outros espaços e instituições, constituindo-se em verdadeira força política condicionadora das práticas e das formas de pensar. Foi a partir dessa racionalidade que o consumo de uma droga como a maconha foi interpretado e tornado objeto de tecnologias repressivas e preventivas destinadas a assegurar a formação de uma “raça brasileira” forte, pura e saudável. Mas vejamos, mais detidamente, como se deu, a partir da institucionalização da medicina no Brasil, esse processo de afirmação dessa forma de pensar e de agir em relação aos modos de vida da população e como ele se relacionou com outros processos políticos e sociais que convergiram e tornaram possível uma objetivação de usuários de maconha, tal como se deu em nosso país.

⁴⁹ É necessário atentar, entretanto, como apontam Vianna e Neves (2011, p.35), para o fato de que “o higienismo não foi um movimento restrito à esfera médica – pulverizou-se por toda a sociedade brasileira, abarcando especialistas das áreas da Pedagogia, da Arquitetura, do Urbanismo, do Direito etc. Assim, tal movimento conseguiu grande amplitude social, ainda que embasado em teorias racistas, no darwinismo social e na eugenia, ao visar o aperfeiçoamento da raça”, atrelando a degradação à pobreza, que emerge a partir daí como “sinal de perigo”, e naturalizando, conseqüentemente, a periculosidade dos pobres e a necessidade do desenvolvimento de mecanismos de controle e prevenção dessa periculosidade.

A emergência da medicina como racionalidade e tecnologia de governo pela verdade no Brasil

Durante a maior parte do período colonial, entre os séculos XVI e XVIII, o médico constituía uma figura quase inexistente no Brasil, associada sempre à ocupação de cargos na administração colonial e requisitada nas mais diversas regiões da Colônia. Segundo Machado *et alli* (1978, p.24-25), “a quase inexistência de médicos era causada, em parte, pela proibição de ensino superior nas colônias. Por outro lado, havia pouco interesse dos médicos portugueses em virem para o Brasil”, uma vez que lhes eram oferecidas poucas vantagens profissionais para que viessem para o Novo Mundo, além de que o trabalho médico ficava bastante dificultado longe dos remédios europeus, que se deterioravam com a longa viagem, e diante do desconhecimento acerca da abundante flora local. Nesse contexto, disseminaram-se “formas de cura referidas mais ao indígena, ao negro, ao jesuíta, ao fazendeiro” (MACHADO *et alli*, 1978, p.25), deslocando a correlação médico-doença para um espaço secundário. De fato, no período colonial, registra-se uma “pluralidade de focos de saber e prática médicos que se justapõem e, por vezes, concorrem entre si” (MACHADO *et alli*, 1978, p.100). Ainda que existissem formas de fiscalização do exercício das artes de curar instituídas pela Coroa portuguesa, estas não tinham grande efetividade e nem estavam voltadas exatamente para a promoção da saúde da população colonial, ou para a formação de profissionais da saúde, mas para a fiscalização do abuso de atribuições, quer dizer, tratava-se mais de questão administrativa (aplicação de multas, por exemplo, ao exercício não autorizado pela Coroa da medicina, da cirurgia ou da farmácia) do que propriamente de uma tematização da questão da doença (MACHADO *et alli*, 1978, p.34-35). Quer dizer, não estava colocada, nessa época, a questão da higiene pública, mas tão somente a questão da administração do exercício das profissões, já que o poder médico não era exercido sistematicamente sobre o ambiente das cidades, não organizava medidas de controle do espaço social, não estabelecia instrumentos permanentes de intervenção sobre a população, tendo em vista a constituição de melhores condições de saúde: tratava-se de um poder que visava não à sociedade, mas à própria medicina (MACHADO *et alli*, 1978, p.37). Um poder, portanto, cuja intervenção era muito mais jurídica do que médica (MACHADO *et alli*, 1978, p.38) e cujo funcionamento era muito mais repressivo do que preventivo: “a saúde não aparece como algo que possa ser produzido, incentivado, organizado, aumentado” (MACHADO *et alli*, 1978, p.56), não sendo articulada com o desenvolvimento da população. Ou seja, não havia, no período colonial, no Brasil, um projeto de medicina social, não havia “transformação do espaço para eliminar causas de doença, construção de uma cidade produtora e propiciadora de saúde dos habitantes;

intervenção anterior à doença, ação que abrange toda a sociedade e não somente os doentes; criação de espaços terapêuticos e não de espaços de exclusão” (MACHADO *et alli*, 1978, p.82).

O projeto de instituição da medicina social no Brasil se dá, no século XIX, a partir de transformações ocorridas ainda no século XVIII relativas à crescente preocupação da Coroa com a segurança da Colônia, ameaçada, do exterior, de invasão por parte de ingleses e espanhóis, e do interior, de sublevação e deserção por parte de uma população vista como “caótica, revoltosa, mole, frouxa e ignorante”, além de doente, avessa ao trabalho, preguiçosa, que foge às obrigações militares e à moralidade instituidora da boa ordem nas cidades. Diante dessa situação, é no enquadramento dos indivíduos e da população em um modelo militar de hierarquizações, de obrigações e de disciplina que apostará a Coroa portuguesa. Emerge, então, uma “nova orientação da administração colonial, que procura planejar medidas de transformação dos indivíduos e das populações utilizando-se de um esquema de militarização da cidade”. No bojo desse processo “é colocada de maneira nova a questão da saúde e da doença”, partindo-se da constatação de que a própria tropa, com a qual conta a Colônia para sua defesa, é constituída por “oficiais leprosos, doentes incuráveis, aleijados”. No final do século XVIII, portanto, está convencida a administração colonial, por razões de segurança interna e externa de sua principal colônia, em especial da cidade do Rio de Janeiro, sede do Vice-Reino, da necessidade de elaboração de “um conhecimento da cidade e sua população”, entrando “a questão da saúde e da doença no raio de suas atribuições” (MACHADO *et alli*, 1978, p.122). É, portanto, como instrumento dos interesses da administração colonial nos âmbitos do trabalho e da defesa que a população é tornada objeto de observação no que concerne ao seu estado de saúde. A doença é inscrita em uma perspectiva social mais ampla, uma vez que ela “acompanha a pobreza, o ócio, o vício e o crime, características de cidades sem trabalho” (MACHADO *et alli*, 1978, p.133). Articulada com fatores sociais mais amplos, formula-se a questão da eficácia dos processos de cura e do ensino dos profissionais habilitados a desenvolvê-los.

Formula-se, também, a partir da operação dessa nova racionalidade administrativa, o imperativo segundo o qual as causas das doenças devem ser conhecidas. Respondendo a inquérito da administração, os mais eminentes médicos residentes na cidade do Rio de Janeiro apontam causas de doenças e medidas necessárias ao seu saneamento. O clima úmido e quente, a localização dos morros, o regime de chuvas e ventos são apontados como causas de doenças, sendo o planejamento urbano o remédio mais adequado para esse tipo de causa natural. Contudo, reside na conduta dos indivíduos o cerne, o núcleo causal da disseminação

das doenças que minam as forças laborais da população, pondo em risco a segurança da Colônia: a má alimentação e a imoralidade emergem como fatores centrais dos processos de adoecimento. A segunda, então, torna-se alvo de ferozes críticas por parte dos médicos consultados: a vida sedentária e debochada, a depravação, a prostituição e o ócio devem ser evitados mediante o combate à vadiagem e à promiscuidade (MACHADO *et alli*, 1978, p.146). A produção da saúde, “encarada do ponto de vista de uma etiologia social” (MACHADO *et alli*, 1978, p.147) é tornada, assim, em nosso país, objeto de administração governamental, fazendo dos fenômenos populacionais campos de análise por parte do poder político. Nesse processo, como ressaltam Machado *et alli*, “a questão da saúde e de suas condições não nasce dos médicos”, os quais “são consultados isoladamente, cada um respondendo em seu nome pessoal e em diferentes momentos”, de modo que “a consciência da doença como um problema social parte ainda de fora do poder constituído da medicina [...] o que não significa uma exterioridade da medicina em relação à política, ou uma existência do saber médico desvinculado de qualquer relação de poder; mas um tipo específico de relação de poder, um modo determinado de existência da medicina em relação à sociedade e ao Estado”, modo este no qual “o médico se restringe a um mero consultor dos poderes públicos, mesmo no que diz respeito à saúde” (MACHADO *et alli*, 1978, p.148). O médico constitui, aqui, “autoridade que se limita a explicitar, a partir de uma competência que ele possui e lhe é reconhecida, o que de fora de suas fronteiras é apresentado como problema a ser equacionado do ponto de vista de seu saber” (MACHADO *et alli*, 1978, p.148-149). O saber médico, portanto, “não se impõe pela exclusividade”, cumprindo função “de legitimar, pela competência que é reconhecida à produção de sua verdade, o saber do poder institucionalmente centralizado”. O médico, então, até fins do século XVIII, no Brasil, não propõe “de modo autônomo, original e próprio, a formulação de saber sobre a saúde da sociedade”. Constitui, ao contrário, saber passivo, “saber-resposta que é redundante e confere ao seu produtor o papel de garantia e confirmação”: não há ainda normatividade no diagnóstico médico, não havendo, também e em consequência, no saber médico, a transmissão de um poder capaz de transformar profundamente as relações entre a sociedade e a saúde. Não há, em suma, imposição interventora da medicina sobre a cidade mediante o policiamento da vida social. Modo de funcionamento, portanto, da medicina, no Brasil do século XVIII, significativamente diferente daquele que vai se constituir a partir do início do século XIX, com a constituição da medicina social “como uma prática política específica, como um poder especializado que deve assumir a responsabilidade dos indivíduos e da população atuando sobre as condições naturais e sociais da cidade” (MACHADO *et alli*, 1978, p.149).

Não existe, portanto, antes do século XIX, no Brasil, a ideia de “prevenção” como norteadora da prática médica, a qual opera sempre após a instalação do mal, da doença. Conforme Machado *et alli*, essa forma de atuação “está em harmonia com a ação do Estado que se realiza depois do aparecimento de alguma irregularidade, de uma infração às leis, característica que o situa como uma instância geral de fiscalização tanto no aspecto econômico quanto político” (MACHADO *et alli* 1978, p.154). É somente no século XIX, em nosso país, que a medicina penetra na sociedade, fazendo do meio urbano um “alvo da reflexão e da prática médicas” e tornando-se “um apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado”. Emerge a figura do médico-político, sujeito que luta contra a doença no nível de suas causas e se opõe a “tudo o que na sociedade pode interferir no bem-estar físico e moral”. Assim, “se a sociedade, por sua desorganização e mau funcionamento, é causa de doença, a medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo perigo possível”. Nascimento, na medicina brasileira, do “controle das virtualidades”, da “periculosidade” e, como racionalidade de enfrentamento a tais questões, da prevenção (MACHADO *et alli*, 1978, p.155):

o médico torna-se cientista social integrando à sua lógica a estatística, a geografia, a demografia, a topografia, a história; torna-se planejador urbano: as grandes transformações da cidade estiveram a partir de então ligadas à questão da saúde; torna-se, enfim, analista de instituições: transforma o hospital - antes órgão de assistência aos pobres - em "máquina de curar"; cria o hospício como enclausuramento disciplinar do louco tornado doente mental; inaugura o espaço da clínica, condenando formas alternativas de cura; oferece um modelo de transformação à prisão e de formação à escola (MACHADO *et alli* 1978, p.155-156).

Emergência, portanto, da medicina como “uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos”. Entrada da medicina, enquanto medicina social, no “projeto de transformação do desviante – sejam quais forem as especificidades que ele apresente – em um ser normalizado” (MACHADO *et alli* 1978, p.156). Política que se cientificiza, Estado epistemológico: os médicos encontram no Estado o aparato para a consecução desse novo âmbito de sua atuação, que se estende a todo o campo social, enquanto os administradores do Estado identificam na medicina um instrumento de produção de verdade que transporta suas políticas a um novo patamar, a um novo grau e maior nível de alcance. Emergência, portanto, de “um novo estilo de exercício político [...] apto para dar conta do objetivo de manutenção ou mesmo de estabelecimento do bem-estar social” (MACHADO *et alli*, 1978, p.235-236). A sociedade começa a se tornar governável de um novo modo, o modo da verdade.

Em 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, são criadas novas instituições, “que procuram fazer do território brasileiro e de sua população objetos de conhecimento e intervenção, além de se constituírem como focos de difusão de saber” (MACHADO *et alli*, 1978, p.160). É preciso conhecer a Colônia a fim de poder nela intervir, tendo em vista o incremento da produção, a defesa do território e, como condição para ambos objetivos, o melhoramento da saúde da população. Assim, a partir da criação das primeiras instituições de ensino da medicina no Brasil (em 1808, na Bahia e no Rio de Janeiro, as quais serão transformadas em Faculdades de Medicina em 1832), iniciam-se esforços mais sistematizados para “legitimar o saber médico de maneira a evitar o risco de confundi-lo com outros saberes de cura que passam, a partir daí, à ilegalidade ou, ao menos, ao terreno do folclore” (CORRÊA, 1998, p.96). Tais medidas se fazem necessárias, uma vez que a medicina “só pode agir sobre a sociedade e controlar a saúde pública se for capaz de circunscrever [seu] exercício [...] a pessoas que tenham a mesma formação e uma visão unitária e coordenada da problemática da saúde”, quer dizer, o controle sanitário da sociedade (objetivo comum da corporação médica e do Estado) só é viável a partir de um controle interno da medicina, da formação e do exercício médico, pelos próprios médicos que, a partir daí, passam a intervir cada vez mais em qualquer área da sociedade em que houvesse alguma relação, ainda que indireta, com a conservação da vida ou a manutenção da saúde. Cria-se, para tal, em 1809, o cargo de Provedor-mor de Saúde, marcando o momento em que “uma instância propriamente médica assume o controle das medidas de higiene pública” (MACHADO *et alli*, 1978, p.164), tornando a formação médica, e tudo que se refira ao melhoramento da saúde da população, alvos de uma supervisão especializada. Mas é com a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1829, que a corporação médica organiza-se efetivamente em torno “desse novo estilo de medicina que lutará, de diversas maneiras, para impor-se como guardiã da saúde pública”. Essa instituição apresenta-se como “possuidora dos meios para alcançar uma sociedade ordenada, disciplinada, oferecendo luz para a saída do caos” em um contexto marcado por distúrbios políticos como as dificuldades econômico-financeiras do império, a crescente oposição ao imperador e a recém-terminada guerra cisplatina, e distúrbios urbanos como o crescimento desordenado da cidade, a insuficiência de moradias, de abastecimento, de segurança e de serviços médicos (MACHADO *et alli*, 1978, p.185-186). É sob a influência dessa Sociedade de Medicina, por exemplo, que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro edita, em 1830, o Código de Posturas anteriormente referido e analisado, primeira legislação sanitária conhecida a sancionar o consumo de maconha no mundo ocidental. É, também, a partir do trabalho e da influência dessa instituição que se elaboram os projetos das faculdades de medicina, os quais são aprovados pelo Parlamento em 1832 e

marcam “a legalização da medicina como a verdade da cura” (MACHADO *et alli*, 1978, p.192), uma vez que, após a criação dessas instituições, “sem título conferido ou aprovado pelas Faculdades de Medicina do Brasil ninguém poderá curar, partejar ou ter botica” (MACHADO *et alli*, 1978, p.193). Início do apogeu da medicina como projeto que “defende e justifica uma sociedade medicalizada, lutando por uma posição em que o direito, a educação, a política, a moral seriam condicionadas a seu saber” (MACHADO *et alli*, 1978, p.194).

Criticando, propondo e se tornando o Estado, elegendo-se vereadores, deputados e senadores, os médicos brasileiros, à altura da metade do século XIX, já contribuía decisivamente para o aparecimento de “uma nova racionalidade administrativa, homogênea ao tipo de funcionamento da nova medicina” (MACHADO *et alli*, 1978, p.236). Aliando-se a outros grupos, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os médicos organizados clamam por “um Estado fundado em saberes especializados e capaz de se estender articuladamente por todo o território nacional” (MACHADO *et alli*, 1978, p.241), um Estado centralizado, munido de informações sobre a sociedade e sobre a máquina governamental. Um Estado, enfim, capaz de funcionar como correia de transmissão de saberes e, com isso, potencializar o seu próprio exercício de poder, bem como o dos especialistas que lhe conferem a legitimidade do verdadeiro.

A medicina social transforma alguns pontos até então centrais no pensamento e na prática médicos. A doença deixa de ser concebida e abordada como fenômeno isolado, deixando os médicos, também, de intervir sobre ela somente após a sua instalação: “o fundamental será, não a ação direta sobre a doença para restabelecer a saúde, mas, antes de tudo, impedir o seu aparecimento, controlar sua manifestação. O objeto da medicina começa a se deslocar, portanto, da doença para a saúde”. A medicina volta-se para as causas das doenças, atentando para o espaço social mais do que para a individualidade do doente e da doença. Proteger a população passa a significar atuar sobre o espaço social, protegendo cada indivíduo contra tudo que possa interferir no seu bem-estar físico e moral (MACHADO *et alli*, 1978, p.248). Emergência, portanto, no pensamento e na prática médicos, tais como se desenvolveram no Brasil, da prevenção enquanto racionalidade que vai organizar e dirigir a atenção dos médicos não mais apenas para o corpo individual doente, mas para o seu entorno, o seu meio, para o espaço causal da doença. Assim, a medicina passa a atentar para a geografia, a climatologia, a história, enfim, para o meio natural e para o meio social, os quais se tornam focos de observação e de cálculo estatístico: emergência das variáveis a serem consideradas na prevenção, diagnóstico e tratamento das enfermidades. As diferentes raças, classes e regiões que formam o país passam a ser analisadas e comparadas, mapeando-se suas

suscetibilidades, suas potencialidades, os perigos a que estão sujeitos e que representam uns aos outros. Rastrear e neutralizar os perigos antes que se manifestem, observar a sociedade e extrair dos doentes, de sua observação, do cruzamento de dados obtidos nas mais diversas regiões do Brasil e a partir da observação dos mais diferentes tipos humanos, um conhecimento, este o projeto ao qual se lançam os médicos brasileiros a partir da segunda metade do século XIX. Ao se lançar a esse empreendimento, a medicina assume uma posição estratégica que liga o interesse dos indivíduos em seu bem-estar ao interesse do Estado na saúde de sua população. A prática médica, nesse momento, ultrapassa o nível do corpo individual doente a ser tratado, atingindo a totalidade da população, que deve ser supervisionada e administrada em suas condutas, uma vez que dela depende a prosperidade e a segurança do Estado. De mecanismo técnico, a medicina se torna, também, poder político, pois transformar hábitos, reformar espaços públicos e intervir sobre escolhas e prioridades individuais e coletivas requer um tipo de racionalidade interventora que é eminentemente política, uma vez que toma por objeto as regras, o ordenamento social, as normas que definem os limites das liberdades. No limite, a própria vida de todos e de cada um.

Nessa “batalha pela construção de um novo tipo de sociedade” (MACHADO *et alli*, 1978, p.254), a medicina vê a si mesma como a vanguarda da civilização, como corpo de práticas e de conhecimentos verdadeiros que precisam ser ensinados a todos os membros da sociedade, cabendo ao médico, mais do que uma função técnica, uma posição de autoridade social capaz de intervenção, de decisão, execução, fiscalização e punição (MACHADO *et alli*, 1978, p.258). Essa posição habilita o médico ao exercício de uma dupla função normalizadora: de um lado, normalização da sociedade a partir do conhecimento científico sobre as doenças e suas causas sociais e ambientais, processo cuja consecução se dá por intermédio da higiene pública, tática principal utilizada pelos médicos brasileiros do século XIX em seu processo de constituição de si mesmos como autoridades políticas, como figuras habilitadas, consultadas, procuradas pelo Estado quando se trata da “organização, controle e regularização da vida social” (MACHADO *et alli*, 1978, p.258), de modo que se estabelece e se dissemina a ideia segundo a qual a sociedade, quando não tutelada pela medicina, se torna causa de doenças, prejudicando a si mesma, aos indivíduos e ao Estado. De outro lado, a medicina assume função normalizadora, também, de si mesma, de seu saber e de sua prática. Quer dizer, a fim de que possa bem exercer sua função de controle social, a medicina precisa deter o controle de si mesma, da formação profissional médica e de sua institucionalização. O combate ao charlatanismo e a formação das faculdades de medicina constituem condições fundamentais à consecução desse projeto.

Nesse projeto da medicina social, que aqui venho descrevendo a fim de compreender o surgimento e o funcionamento, no Brasil, das racionalidades políticas e das tecnologias de poder a partir das quais foram objetivados os usuários de maconha em nosso país, tratava-se de regular a multiplicação dos contatos e relações humanas que se davam com o crescimento desordenado das cidades, de modo que “impedir a ação destruidora a que o homem é levado por suas paixões desregradas e seus instintos cegos é organizar positivamente a cidade em seus aspectos mais variados, heterogêneos, díspares, mas ao mesmo tempo interrelacionados, confluentes, dependentes” (MACHADO *et alli*, 1978, p.259-260). Visto como causador da desordem que vai prejudicar a si mesmo, o elemento humano se torna o foco central da medicina social, uma vez que é intervindo sobre sua conduta que se pode evitar a desordem. Esta, por sua vez, influi não somente sobre a saúde física, mas também sobre a moral dos indivíduos, sendo “responsável pela corrupção dos costumes, pela criminalidade, pela descrença na religião, enfim, pela decadência da civilização” (MACHADO *et alli*, 1978, p.263). Comprometidas a saúde física e a saúde moral, os indivíduos tornam-se ameaças ao Estado e a si mesmos, cabendo à medicina a tarefa de evitar tais comprometimentos por meio de sua instituição como instância de controle social. Assumindo o homem, as condições e espaços em que vive, suas condutas individuais e coletivas a centralidade da reflexão médica, esta elabora seu objetivo final em termos de “formar ou reformar física e moralmente o cidadão”, compreendendo que circunstâncias físicas condicionam disposições morais e que circunstâncias morais alteram disposições físicas. Nesse sentido, “o conhecimento médico naturaliza a moral”, consistindo a técnica médica em um instrumento de intervenção capaz de “estabelecer um estado de equilíbrio entre os aspectos físicos e morais” (MACHADO *et alli*, 1978, p.281). Em tal empreendimento, o espaço urbano, a localização e o funcionamento interno das instituições começam a ser disciplinados com base nos saberes médicos: onde quer que os seres humanos se encontrem, circulem, se curem, ensinem, aprendam, tenham prazer, trabalhem, convivam e morram deve haver um ordenamento, tanto do espaço quanto das rotinas, dos hábitos e costumes, das condutas, o qual encontra seu fundamento na medicina enquanto um conhecimento científico que já não é mais restrito às doenças, mas se estende ao homem em todos os seus espaços e formas de vida. Nessa extensão, hospitais, cemitérios, escolas, quartéis, prisões, bordéis e fábricas se tornam objetos de atenção médica, campos de operação das verdades médicas em função das quais procedimentos, rotinas, normas e práticas serão reconstituídas, refletidas, racionalizadas.

A governamentalidade do uso de drogas na Primeira República

O desenvolvimento do projeto da medicina social no Brasil, que se inicia no século XIX e avança pelo século XX, é acompanhado por uma série de processos que, paralela e concomitantemente, convergem e acabam constituindo forças sociais instituidoras da questão do uso de drogas como um “problema social”. Fiore (2005) aponta como algumas dessas principais forças que agiram, em todo o mundo ocidental, ao longo do século XIX e início do XX, problematizando e fomentando o governo do uso de drogas, “a profunda antipatia cristã por algumas substâncias antigas e os estados alterados de consciência” (...), “a preocupação de elites econômicas e políticas com os ‘excessos’ das classes ou raças vistas como inferiores ou ‘perigosas’”, além do “estímulo a determinados psicoativos, em detrimento de outros, como decorrência de interesses nacionais e econômicos” (FIORE, 2005, p.259). Trata-se, portanto, de um feixe de forças diversas e independentes que, agindo cada qual em sua direção e intensidade própria, convergem no sentido de tornar o consumo de certas drogas, realizado por certos grupos sociais, um problema a requerer intervenção. Em linhas gerais, o “problema das drogas”, tal como historicamente instituído no mundo ocidental entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, se constitui em torno de dois eixos principais: a medicalização e a criminalização (FIORE, 2005, p.261), de modo que é nas áreas da segurança pública e da saúde que se constituirão os aparatos jurídicos, técnicos e institucionais destinados à identificação, intervenção e neutralização das ameaças aos interesses políticos, econômicos, morais, profissionais que compõem o feixe de forças que dão materialidade ao uso de certas drogas como problema específico a requerer a atenção pública. Nesse aparato técnico e institucional, a medicina desempenha função central, pois, uma vez legitimada como saber científico, vai fornecer a racionalidade, o discurso, a linguagem e a representação por meio das quais o fenômeno vai ser compreendido, de modo que as resistências morais, os interesses econômicos e políticos, os medos históricos e tradicionais puderam se reescrever em um vocabulário científico que molda, até hoje, grande parte do nosso pensamento sobre a maconha e sobre outras drogas. Pacto médico-estatal (RODRIGUES, 2004), portanto, “que legava aos profissionais de saúde o monopólio sobre a prescrição legal de entorpecentes” (CARVALHO, 2013, p.103), ao mesmo tempo em que os submetia à fiscalização estatal sobre o exercício de suas profissões.

Assim, “o processo de consolidação da medicina como um saber cientificamente legitimado foi contemporâneo da regulamentação estatal das drogas”, assumindo, essa forma de saber, uma função de “ordenação e normatização positiva da vida social, que, principalmente com o crescimento das cidades, tomadas como um caos fecundo para todo tipo

de doença, loucura e desordem, tinha a obrigação de agir” (CARVALHO, 2013, p.262). Contudo, o domínio da racionalidade médica na configuração do uso de drogas como problema social não implicava, absolutamente, em uma dominação plena da classe médica sobre outras forças, grupos, estamentos que também atuavam decisivamente nessa configuração. Como aponta Maria de Lourdes da Silva (2010), a instituição policial desempenhou papel central nesse processo que conduziu à criminalização e à patologização de usuários de drogas. Amparados no discurso médico-psiquiátrico que descrevia o vício como marca de degeneração, os policiais, desde a década de 1920 enfrentaram e denunciaram a classe médica brasileira como cúmplice, por vezes, da disseminação da toxicomania, uma vez que, nessa época, drogas hoje ilícitas, como a cocaína, podiam ser legalmente prescritas e compradas em farmácias mediante receita médica. Advogando pela proibição total do comércio e do uso dessas substâncias, as associações de policiais colocaram “em dúvida o controle da ação terapêutica pelos médicos”, exigindo uma nova legislação que facultasse maior liberdade de ação aos agentes policiais a fim de aumentar a efetividade da repressão às drogas em nosso país (SILVA, 2010, p.18). Nesse sentido, tal como ocorreu com o próprio campo médico, também a instituição policial encontrou no combate às drogas uma justificativa para sua legitimação e fortalecimento. Em seu movimento estratégico, constituído no final da década de 1920,

a polícia não estava mais dialogando com a medicina, mas com as organizações internacionais em franca campanha pela proibição das drogas e com o Estado a quem persuadia com seus relatórios e impunha seus pontos de vista. Revigorada por esses respaldos, fortalecida pelas demandas ao seu trabalho, apropriada de uma fala científica cultivada na medicina legal com relação às drogas, particularmente, a polícia se tornou uma força extremamente influente na instrução da sociedade respeitante ao assentamento das normas relativas às substâncias psicoativas. Por esse meio ela desenhou e estruturou um dos principais esteios da própria razão de existir (SILVA, 2010, p.18-19).

A cristalização da força da polícia na constituição da governamentalidade dos usos de drogas no Brasil se dá, porém, mais adiante, na Era Vargas, quando “a internação compulsória dos *viciados* em drogas se constitui em um importante aliado da polícia política de Vargas no combate aos crimes contra a ordem e a segurança nacionais” (SILVA, 2010, p.21). Instituição policial, portanto, como uma força central na constituição da governamentalidade dos usos de drogas no Brasil, força esta que, a partir da sua tecnologia repressiva, se autoriza a fomentar a disciplinarização social e a assumir sua parte na missão de regeneração nacional lançada no século XIX pela medicina social.

Inspirados por essa mesma missão, profissionais como Rodrigues Dória e Francisco Iglésias lançaram-se aos confins do Norte e do Nordeste brasileiros e compilaram registros, informações, fizeram observações *in loco* de usuários de maconha e começaram a tecer a teia

de conceitos, classificações, sintomatologias e diagnósticos que inseriram as pessoas que faziam uso dessa substância em uma rede discursiva que lhes conferiu, aos olhos da sociedade e aos seus próprios olhos, uma identidade, através de sua objetivação como “doentes” e como “criminosos”. Conforme Adiala (2011, p.VI), essa geração de médicos, psiquiatras e cientistas foi protagonista do processo de institucionalização e profissionalização da ciência em nosso país, processo este que se baseava na concepção da ciência e da educação como elementos fundamentais para a transformação do Brasil em um país civilizado, conforme os critérios europeus. Constituiu-se um movimento sanitaria voltado aos sertões, “como parte de um projeto maior que visa criar condições reais para impulsionar o desenvolvimento econômico, a partir do conhecimento detalhado das diferentes condições ambientais e climáticas do Brasil, tanto quanto das condições de vida e saúde de sua população” (SILVA, 2009, p.95). Tais expedições produziram um diagnóstico segundo o qual era fundamental “o cultivo de hábitos saudáveis e civilizados em substituição aos costumes atrasados em voga, sobretudo ali, no interior (SILVA, 2009, p.96), sendo “a prática do uso de determinadas drogas – como maconha e álcool – nas regiões interioranas” considerada como uma prática representante do “Brasil atrasado e doente” que se queria transformar. O uso dessas drogas será, desde então, diretamente vinculado “à incapacidade de disponibilizar esse capital humano às demandas do mercado de trabalho no modelo econômico capitalista, em processo de formação” (SILVA, 2009, p.97) no Brasil. O projeto desses intelectuais, deste modo, legitimado pela referência a pensadores europeus e associado a uma busca pelo “Brasil real” (daí a imersão de Dória, Iglésias e outros no interior das regiões Norte e Nordeste a fim de conhecer e registrar pessoalmente os usos de maconha), constituiu-se como uma busca da modernização do país através de uma ciência e de uma educação saneadoras dos vícios, das corrupções, dos barbarismos e selvagerias que caracterizavam nossa jovem nação:

Para aquela geração o Brasil degradava-se moral e socialmente por causa dos vícios e da ociosidade, sendo papel da psiquiatria auxiliar na criação de um homem brasileiro mentalmente sadio. É no contexto desses debates que emergirá a categoria toxicomania, trazendo novos elementos para as campanhas de combate ao alcoolismo e aos vícios sociais (ADIALA, 2011, p. VII).

A associação do vício em maconha com a prática de crimes foi, desde cedo, bastante enfatizada pelo saber médico. O Dr. Rodrigues Dória, por exemplo, em seu estudo pioneiro sobre “*os fumadores de maconha*”, não deixou de apontar que “*é conhecido nos lugares onde abusam da maconha o delírio, a loucura transitória e mesmo definitiva, causadas pela planta*” (...), de modo que “*os embriagados tornam-se rixosos, agressivos, e vão até a prática de violências e crimes, se não são contidos*” (DÓRIA, 1958, p.7). Doença e crime, portanto, emergem como a condição inescapável de todo usuário da erva, condição esta atestada pela medicina. Adiala (2011) dedicou sua tese de doutorado a “compreender como se deu o

processo de definição do uso de drogas como uma patologia e como um problema médico-científico no Brasil, no período compreendido entre os anos 1890 e 1930” e me ajuda, neste capítulo, a estabelecer uma compreensão acerca desse processo de objetivação de usuários de maconha, processo profundamente condicionado, como venho afirmando, pela constituição, fortalecimento e institucionalização do saber médico e de suas relações com o Estado e as elites políticas e econômicas nacionais no estabelecimento de um controle discursivo e prático sobre as drogas. Segundo esse autor, “a questão da patologização do uso de drogas foi obra de uma geração de intelectuais médicos que, ao longo da Primeira República, integrou o movimento de institucionalização de um campo científico psiquiátrico no país” (ADIALA, 2011, p.III). Tal campo científico, em sua inserção nos debates políticos que definiam os rumos do país, concebia o uso de drogas como uma doença social caracterizada pela predisposição inata de certos indivíduos para o desenvolvimento do vício e, com ele, do crime:

estas teorias, por intermédio da categoria *degeneração*, viam o vício e o crime não mais como desvios morais, e sim como manifestações de um psiquismo perturbado, de uma determinação orgânica que se impunha às escolhas individuais, impossibilitando qualquer liberdade humana essencial (ADIALA, 2011, p.102).

Foi por meio dessa noção de “degenerescência” que o saber médico pôde articular o vício em drogas com o cometimento de crimes, instituindo um modelo explicativo para comportamentos compreendidos como socialmente desajustados. O Dr. Rodrigues Dória, ao apresentar seu estudo sobre os *“fumadores de maconha”*, fez uso desse modelo explicativo, disponível pelo menos desde a segunda metade do século XIX como descritor das relações entre o abuso do álcool e o crime, ao indicar que *“nos degenerados e tarados, nos descuidados, o hábito se estabelece, e com o hábito o embotamento do sistema nervoso, que reclama novos e cada vez mais fortes estímulos, e conseqüentemente maior dose do veneno”* (DÓRIA, 1958, p.11).

Dória, em 1915, e Iglésias, em 1918, conforme já apontado, foram os pioneiros na articulação de uma racionalidade científica⁵⁰ capaz de oferecer, às elites nacionais, sempre tão preocupadas com as “classes perigosas”, ameaças em potencial à manutenção de suas vantajosas posições políticas, econômicas e sociais, a inserção dos comportamentos dos

⁵⁰ É essa racionalidade científica que articula a temática do sangue e da sexualidade, fazendo aparecer o racismo moderno e biológico que informou as racionalidades políticas a partir da segunda metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Emerge, aí, no mundo ocidental, “toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana”. Essas políticas e essas intervenções “receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça” (FOUCAULT, 2003, p.140).

usuários de maconha (em sua imensa maioria identificados como oriundos dessas classes – e, importante reiterar, também da “raça perigosa”) em um campo de verdade, inserção a partir da qual foram desenvolvidas descrições, classificações e formas institucionais de intervenção sobre as condutas desses indivíduos. Ora, conforme a apresentação de Dória, sendo o uso de maconha “*muito disseminado entre pessoas de baixa condição, na maioria analfabetos, homens do campo, trabalhadores rurais, plantadores de arroz nas margens do rio de São Francisco, canoeiros, pescadores, e também nos quartéis pelos soldados, os quais ainda entre nós são tirados da escória da nossa sociedade*” (DÓRIA, 1958, p.11), era justamente essa “*baixa condição*” que potencializava o risco do desenvolvimento de atividades criminosas, pois sendo essa classe da população naturalmente predisposta à degenerescência, o uso da droga certamente a deixaria ainda mais suscetível. Era preciso, portanto, vigiar, controlar essa “*escória*”, afinal, além de sua natureza, agora também o vício em maconha reforçava sua predisposição para o cometimento de crimes. Percebe-se a utilidade, a importância e a força que essas descrições científicas puderam ter, de um lado, na fixação de uma identidade degenerada e propensa ao crime para o usuário de maconha e, de outro lado, como correia de transmissão de poder, atendendo às necessidades históricas das elites brancas, urbanas e civilizadas de contar com instrumentos institucionais para exercer um controle legítimo sobre aqueles estratos da população suscetíveis de instabilizar a ordem política, social e econômica vigente. Inicia, no Brasil, nessa época, a cristalização de uma série de representações, hoje bastante enraizadas nas instituições políticas, judiciárias, policiais e sanitárias, bem como transmitidas e reforçadas pelos discursos veiculados pelas grandes empresas de mídia⁵¹, enraizando-se, também, no senso comum, representações estas que operam uma série de associações entre pobreza, drogas, doença e crime e que fundamentam, ainda hoje, as estratégias de combate às drogas. A maconha, que aqui principalmente nos interessa, foi, desde esses primeiros textos, tornada objeto de uma discursividade que a associou à insanidade mental e ao crime: “esta qualidade da maconha estava associada não apenas às suas características químicas, mas também (...) às características raciais de seus consumidores, as camadas mais baixas da sociedade, o que aumentava o risco dos fatores predisponentes” (ADIALA, 2011, p.107).

Fica claro, a partir da leitura desses textos que marcam uma gênese do estabelecimento da racionalidade política através da qual a maconha e seus usuários serão, a partir de então, identificados, descritos, compreendidos e governados, racionalidade que,

⁵¹ Uma análise de reportagens e notícias jornalísticas sobre maconha e usuários da erva, publicadas em jornais de Salvador nas décadas de 1940 e 1950 pode ser encontrada em Souza (2012).

certamente, não “surge” nesse momento, mas remonta ao século XIX, quando o abuso do álcool – em especial pelos pobres – passou a ser condenado médica e moralmente⁵², fica evidente nesses textos a persistente associação entre negros, pobres, crime e doença, associação esta operacionalizada pelo conceito de “degeneração”. Tal associação funcionava, nesta nascente racionalidade em torno do uso de maconha, por “contágio”, conforme expressa Iglésias que, apesar de não ser médico, mas agrônomo e diretor do Serviço Florestal, apresentou em 1918 uma descrição das observações que fez, nos sertões do Maranhão e do Piauí, para os médicos reunidos no VIII Congresso Brasileiro de Medicina:

Assim como um crime atrai outro crime, um vício se une a outro vício: afinidade infernal - *Similia similibus facile comgregantur*. É muito comum as meretrizes se rodearem de um sem número de vícios que ajudam a dar cabo da sua desregrada vida. Como se o éter, a cocaína, a morfina, o ópio não bastassem para flagelá-las, já descobriram a diamba – a planta da loucura. Extrema miséria: a diamba está passando das tascas e choupanas da gente rude para as câmaras das prostitutas! (IGLÉSIAS, 1958, p.21).

Centralidade, pois, novamente, do “contágio” como ameaça ao projeto civilizador, como ameaça à própria sobrevivência da nação, como, anos depois, em 1956, alertava Décio Parreiras, presidente da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes⁵³, criada pelo

⁵² Segundo Carneiro (2010, p.182), “a doença do vício, como uma doença estrita, foi uma construção do século XIX. A concepção da embriaguez como doença pode ser datada de 1804, após o escocês Thomas Trotter (1760-1832) ter publicado sua tese, defendida em 1788, *Essay Medical Philosophical and Chemical on Drunkenness*, que seria considerada um marco na ‘descoberta’ (ou na criação?) de uma nova entidade nosográfica na medicina. Para Trotter, o hábito da embriaguez seria ‘uma doença da mente’”. E, ainda conforme esse autor, o que acontece no século XX, após a experiência estadunidense de proibição do álcool, “o paradigma da abstinência total de álcool mudou apenas seu foco para outras substâncias”, consolidando “um novo tipo de controle social [...] que tratou de interferir no terreno dos comportamentos íntimos e privados e nas esferas dos estilos de vida de uma forma intensamente repressiva e coercitiva, mas também positiva no sentido de plasmar modelos de conduta considerados adequados” (CARNEIRO, 2010, p.235).

⁵³ Atrelada ao Ministério das Relações Exteriores, a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes era uma “organização de caráter governamental que reunia diversos setores públicos e representantes da sociedade civil na condução das políticas de drogas no Brasil” (CARVALHO, 2013, p.19), tendo por finalidade “centralizar as ações de fiscalização e repressão de determinadas substâncias, por meio da produção de um conjunto de técnicas que procuraram regulamentar e normatizar o consumo de psicoativos” (CARVALHO, 2013, p.20). Segundo Carvalho, a constituição dessa comissão visava atender, por um lado, a uma demanda de parte da sociedade brasileira e, de outro lado, era parte de uma estratégia nacional para demonstrar ante as potências estrangeiras (em especial, aos Estados Unidos), sua capacidade gerencial diante de situações importantes no âmbito da saúde pública. Conforme explica Carvalho, medidas como essa estavam voltadas à conquista do direito de ingresso na Liga das Nações, organização internacional predecessora da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual o Brasil ambicionava integrar como parte da sua estratégia de política externa. Do ponto de vista da política interna, Carvalho interpreta a criação desse órgão como parte de um processo por meio do qual se “procurou canalizar métodos cada vez mais sofisticados com vista a aparelhar os governos na condução de políticas que se destinavam a majoração da vida, isto é, a biopolítica” (CARVALHO, 2013, p.27). Foi nesse sentido que essa comissão investiu na normatização da aquisição, uso e circulação de drogas com finalidades médicas e na fiscalização e organização da repressão às drogas tornadas ilícitas, lançando, no início da década de 1940, forte campanha contra o consumo de maconha. Conforme Carvalho (2013, p.29), tais diretrizes marcavam “um alinhamento total com a política proibicionista estadunidense”, além do que “a preocupação em instituir uma entidade capaz de aglutinar por meio de estatísticas, relatórios sistematizados, com responsabilidade de fiscalizar, criar leis e normas, implicava um novo entendimento, que significava não apenas

decreto nº 780, de 28 de abril de 1936, com o objetivo de “supervisionar o controle dos entorpecentes no país, reprimindo seu consumo” (FIORE, 2007, p.30): “*Estudado em todos os seus aspectos – médico, social e policial, - os técnicos brasileiros sobre o assunto são unânimes em concluir que é preciso exterminar a maconha cultivada em certos estados do nordeste e do norte brasileiro e que invade os mercados sulinos do país, podendo criar, em breve, um estado de calamidade pública*” (PARREIRAS, 1958, p.385)⁵⁴.

Esse “contágio”, e a disseminação do vício por ele possibilitada, assumiam gravidade ainda maior quando consideradas mais detidamente a extensão e a profundidade de suas consequências. Iglésias, desde 1918, já indicava o risco aí implicado, a partir da incapacitação que o consumo da droga causaria:

o abuso da diamba, porém, como se dá entre os nossos homens de trabalho que analiso, deprime consideravelmente as funções nervosas, ao ponto de levar a um verdadeiro estado de estupidez, no qual se dissolve para assim dizer a personalidade moral. O indivíduo perde o brio, a dignidade, o sentimento do dever, e, incapaz para todo o trabalho, não busca senão (...) obedecer à tirania do seu vício execrando (IGLÉSIAS, 1958, p.20).

É a própria força de trabalho com que conta a nação para o seu desenvolvimento que entra em risco a partir da disseminação do uso de maconha. A perda do “*sentimento do dever*” significa, no limite, a ruptura dos laços sociais mais básicos que permitem a uma sociedade o progresso por meio do trabalho. A perda da capacidade de trabalho e, mais do que isso, da possibilidade de obediência e engajamento do trabalhador no projeto nacional (no projeto que as elites nacionais implementavam no país), representam séria ameaça à própria governamentalidade, uma vez que esta passa pela possibilidade de fazer dos projetos individuais e coletivos uma contraface, um espelho do projeto nacional capitaneado pelo Estado, amalgamando essas diferentes dimensões e vinculando-as a desígnios comuns. Para tal, é preciso contar com a vontade dos indivíduos de tornarem-se sujeitos trabalhadores a partir da constatação, por eles feita, de que essa é a melhor forma de atingirem seus objetivos

centralizar as práticas e os discursos, mas dar força e legitimação a tal feito”. Com a instituição da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, então, instituiu-se, no Brasil, no que concerne ao controle de drogas, um aparato de vigilância “sobre os usos e consumos de tais substâncias, portanto, uma vigilância sobre o corpo social; a população ou uma parte dela” (Ibidem, p.84-85).

⁵⁴ Comparar esse tipo de discurso sobre a maconha, que circulava pelo Brasil entre as décadas de 1940 e 1950, com certos discursos contemporâneos que circulam em nosso país tendo por objeto o consumo de *crack*, nos indica como essa racionalidade tornou-se perene em nosso meio social, podendo ser constantemente reelaborada e reempregada para a descrição da disseminação de outras ou novas drogas.

individuais e realizarem a si mesmos. Necessidade, portanto, de formar as vontades individuais de modo coerente e paralelo ao projeto político e econômico do Estado e das forças que o instituem. É nesse marco que a crescente institucionalização do enfrentamento à venda e ao uso de drogas ilícitas precisa ser compreendida no Brasil, uma vez que foi na esteira da proliferação discursiva sobre as drogas, seus usos e usuários, proliferação esta diretamente vinculada ao comprometimento do Brasil com um crescente número de tratados internacionais para o controle de drogas, “que todo um aparato legal se constituiu com vista a uma governamentalização das práticas e dos usos de psicoativos” (CARVALHO, 2013, p.89).

A Era Vargas e o aprofundamento da governamentalidade: a criminalização do usuário de maconha no Brasil

Com o início do governo do presidente Getúlio Vargas, a partir da Revolução de 1930, a governamentalidade dos usos de drogas entra em uma nova fase. Implementou-se no Brasil uma racionalidade política marcada pela busca de formas de controle das massas através de uma apropriação dos meios de comunicação, dos sindicatos e demais canais de expressão da sociedade, tendo em vista a formação de sujeitos trabalhadores, patriotas e saudáveis, ou seja, aptos a serem conduzidos e empregados no projeto de modernização do país, industrialização, centralização política e inserção com maior soberania nos mercados mundiais que o novo regime buscava realizar. Ao mesmo tempo, direitos sociais como o voto feminino e o salário mínimo eram implementados, contribuindo para a constituição de Vargas como figura carismática e personalista. A lógica política do regime era a centralização da nação em torno de um Estado forte que, atuando sobre a sociedade, intervindo em seus processos, a conduziria, mediante o seu trabalho, ao desenvolvimento e à integração nacional. Para isso, reformas na educação, no direito penal, na polícia e na legislação buscaram criar as condições para a integração, intervindo, sobretudo, nas populações pobres tendo em vista discipliná-las para que pudessem ser integradas à massa trabalhadora, atendendo a uma lógica segundo a qual era necessário “corrigir para incorporar”. Nesse sentido, o código penal editado em 1940 previa uma série de mecanismos de identificação de periculosidade em condutas individuais, tais como o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas, as quais passaram a ser combatidas via internação compulsória em casas de custódia, manicômios judiciários ou colônias penais. Nesses locais, a reeducação pelo trabalho era o principal instrumento previsto para a produção de novos hábitos e formas de vida. Como indica Souza (2012, p.48), tais medidas de segurança operavam conforme uma racionalidade voltada à “criminalização de

condutas indesejadas pelo regime, restrição da liberdade e tratamento para eliminação da ‘periculosidade’”.

A instituição policial, como principal dispositivo de segurança, ganha importância e abarca funções que vão do policiamento das ruas a investigações secretas de caráter político. A partir de 1934, com a reforma do funcionamento dessa instituição, uma maior diversidade de tipos humanos e de atividades torna-se objeto da atenção policial, de modo que “atividades artísticas, empregados domésticos, mendigos e menores abandonados, nada escapa ao controle da polícia”. Já no que concerne ao controle da oposição política e dos movimentos de esquerda, é criada em 1938 a “polícia secreta”. Em linhas gerais, a atuação policial centra-se na vigilância e na repressão a dois tipos de sujeitos considerados então como as maiores ameaças ao regime, o “vadio” e o “subversivo”: “o primeiro porque se recusava a integrar as massas obreiras, quando o Estado tanto se empenhava em tornar o país uma força industrial; o segundo porque tramava contra o regime que pretendia fazer da nação o país do futuro” (SILVA, 2009, p.245). A toxicomania constituía, no interior desse quadro, questão por cuja administração passava a manutenção do equilíbrio político e da ordem interna, “procurando eliminar da convivência social os germes contaminadores” (SILVA, 2009, p.251).

Em tal contexto, aprofundou-se a relação entre os profissionais médicos e o Estado, que via no saber e na prática médicas um instrumento para a formação de uma cidadania disciplinada, moralizada, saudável e higiênica. Nesse projeto, o combate aos vícios ocupava posição central, uma vez que eles eram identificados como responsáveis pela “degeneração racial e por doenças fisiológicas, mentais e sociais”. Assim, a criminalização do uso de drogas, ao mesmo tempo em que atendia a pressões internacionais, também fazia parte do projeto nacional levado a cabo durante os governos de Getúlio Vargas, projeto este que passava pela produção de um novo tipo de homem: “trabalhador, cívico e saudável” (SOUZA, 2012, p.49). Ao mesmo tempo, conferia ao segmento médico “o monopólio do controle sobre as drogas psicoativas, suas formas socialmente disseminadas de usos, seus atributos simbólicos culturalmente partilhados” (SILVA, 2009, p.192-193). Com esse intuito, em 1932, a partir de anteprojeto com solicitação e sugestões formuladas por autoridades médicas e policiais, foi reformulada a legislação sobre drogas, que vigorava desde 1921, incluindo-se entre as substâncias proscritas, com exceção do uso médico, entre outras, a maconha. Além disso, nesse anteprojeto, e na lei dele derivada, retira-se do próprio indivíduo a palavra final sobre sua condição, conferindo à autoridade médica a prerrogativa de decidir, caso a caso, o tipo de tratamento a ser dado ao usuário de drogas. Com esse movimento, o Brasil antecipava-

se aos Estados Unidos e mesmo à Liga das Nações na criminalização do uso da droga, que caracterizava, naquele momento, muito mais uma preocupação nacional do que mundial.

Tratava-se, assim, de um processo que se acentuou principalmente a partir da segunda metade da década de 1930, em consonância com o aumento da centralização política no Estado Novo, com uma maior institucionalização de racionalidades de governo das condutas referentes ao uso de psicoativos ilícitos e o desenvolvimento, no interior de órgãos como a já mencionada Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), de tecnologias específicas para a consecução dessas finalidades. Nesse sentido,

a constituição da CNFE representou a estruturação e organização dos dispositivos de gestão internacionais em solo nacional, um avanço em direção a um projeto de políticas públicas sobre drogas, que se seguiu nas sucessivas intervenções na economia dos usos e consumos de determinadas substâncias, reprimindo o comércio ilegal, normalizando e estabelecendo a legalidade e a ilegalidade de tais usos e consumos. Ancorado na racionalidade do estatuto médico-jurídico, a CNFE construiu um ordenamento que constituía sujeitos criminalizados fixando e sistematizando os limites entre a mania e a doença. A importância que esta instituição de caráter governamental tem no estudo da história da criminalização das drogas no Brasil é significativa, seja pelo seu status normalizador, ou pela incumbência de gestão e governança da sociedade no que dizia respeito às drogas (CARVALHO, 2013, p.89).

Com a constituição da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, o entendimento hegemônico dos fenômenos de uso de drogas a partir da perspectiva médica se consolida, ocupando esses profissionais importantes cargos neste e em outros órgãos da administração pública. Em 1938, então, já sob a égide do Estado Novo e com o Parlamento fechado por determinação do presidente Getúlio Vargas, a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes formula e vê aprovado o Decreto-Lei nº 891, o qual, segundo Carvalho (2013, p.92), “inaugura um novo momento na política proibicionista brasileira, não só por ampliar a lista das substâncias proibidas, mas também por inserir novas técnicas e estratégias de controle do comércio e consumo dos ‘entorpecentes’”. Essa comissão, então, ao centralizar mecanismos de regulamentação, controle, fiscalização e repressão do uso e do comércio ilícitos de drogas, servindo-se, para tal, dos saberes especializados de médicos e psiquiatras, mas também de burocratas, técnicos e administradores públicos, profissionais que procuravam implementar as tecnologias de governo que eram formuladas no âmbito da comissão, configurava “uma pedagogia destinada à fixação de um tipo específico de sujeição que procurava abranger todo o corpo social” (CARVALHO, 2013, p.101). Assim, as condutas de todos, mas especialmente as condutas particulares “no interior das instituições como hospitais, farmácias alopáticas e homeopáticas, laboratórios e outros serviços de saúde” passaram a ser regulamentadas, “fazendo com que médicos, veterinários, farmacêuticos, dentistas, dentre outros passassem a assimilar os ‘novos códigos de conduta’” (CARVALHO,

2013, p.102). A consolidação da Comissão Federal de Fiscalização de Entorpecentes, bem como a progressiva formação das comissões estaduais de fiscalização dessas substâncias, foram fatores decisivos na institucionalização e disseminação na sociedade, inclusive por meio das mídias, de uma “visão do uso psicoativo de drogas como uma toxicomania e como um crime contra a segurança da sociedade, dos usuários como doentes e mais ainda como criminosos e a repressão policial como forma padrão de lidar com esse consumo” (SOUZA, 2012, p.68).

Se em seus primeiros anos de funcionamento, na segunda metade da década de 1930, a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes priorizou a “consolidação dos dispositivos legais, normativos e regulatórios” (CARVALHO, 2013, p.142) que lhe permitiram encetar um efetivo combate à produção, circulação, comércio e consumo de drogas ilícitas no Brasil, a partir dos primeiros anos da década de 1940, uma vez estabelecidas as bases da política de drogas brasileira, esse órgão lançou uma série de operações, sempre contando com apoio policial, focadas na repressão ao uso e à venda das substâncias psicoativas proibidas. Foi assim que, a partir de 1943, a referida comissão capitaneou uma intensa campanha de combate à maconha na região Nordeste do Brasil, dando início, em maior escala, ao funcionamento do aparato repressivo institucionalizado na década anterior. Tal campanha culminou com a realização, no ano de 1946, na cidade de Salvador, do “Convênio Interestadual da Maconha”, iniciativa que reuniu “os representantes das Comissões Estaduais de Fiscalização de Entorpecentes (CEFE) de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além de representantes da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, visando unificar o combate ao uso da maconha e rever a legislação” (MACRAE; SIMÕES, 2004, p.21). Esse encontro encerrou-se com a aprovação de diversas medidas para a unificação e o incremento dos esforços para erradicação do uso da droga, dentre as quais

planejamento de medidas para atuação comum à região; destruição dos cultivos; medidas jurídicas de revisão ou interpretação da legislação; inclusão em congressos de psiquiatria, higiene e correlatas, do tema "repressão e profilaxia das toxicomanias" especialmente a produzida pela maconha; estudo e vigilância especial dos delinquentes contra a propriedade; instrução e educação do pessoal indicado para o trato com esses problemas; intercâmbio obrigatório entre as CEFE (atas, trabalhos, ficha de viciados ou de pesquisas); multiplicação dos dispensários de higiene mental e das medidas para descobrir psicopatas; divulgação educativa e selecionada, dos perigos das toxicomanias; internamento e tratamento, pena ou medida de segurança, colônias agrícolas para os viciados e traficantes; biblioteca especializada; fiscalização hábil, serena e metódica, do exercício profissional da medicina; matrícula dos cultos afro-brasileiros e intercâmbio policial-médico de ordem educativa-higiênica; e, plantio pequeno, sob fiscalização das CEFE, para fins de estudo da maconha, dos pontos de vista farmacológico, clínico, psicológico e sociológico (MACRAE; SIMÕES, 2004, p.21-22).

A partir da definição dessas medidas, aumenta significativamente o número de estudos sobre a maconha, seus usos e usuários, bem como a quantidade de abordagens desse tema pela mídia da época, processos que operam no sentido da consolidação, em larga escala, do tema da maconha como “problema social” no Brasil e, também, no sentido da fixação de uma representação do consumidor dessa erva como “desordeiro” (MACRAE; SIMÕES, 2004, p.22). A disseminação desse tipo de representação certamente influenciou a instituição das tecnologias de prevenção às drogas, bem como as formas como os usuários de maconha passaram a ser vistos e tratados, por exemplo, por seus amigos e familiares e em suas vidas sociais de um modo geral.

O combate à maconha: elemento tático na naturalização das hierarquias raciais e socioeconômicas

Como temos visto, racionalidades constituídas em nosso país desde a década de 1910 para a compreensão e problematização dos usos de maconha, em meados da década de 1940 apresentam-se, em boa medida, institucionalizadas, materializadas em órgãos e agências estatais cuja crescente estruturação permitia a produção e a sofisticação de tecnologias de poder sobre as práticas de uso de maconha e de outras drogas ilícitas. Conforme Carvalho (2013, p.175), esse processo, que teve como um de seus principais efeitos a constituição da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, órgão que por quatro décadas centralizou a gestão da política de drogas nacional, precisa ser compreendido como um processo de institucionalização de uma racionalidade de governo, de condução das condutas no que concerne ao uso de psicoativos, institucionalização esta que conformou um “Estado sanitário” que delegou à medicina a administração exclusiva das drogas, criminalizando qualquer forma de uso não sancionado por um médico. Com essa série de movimentos estratégicos, restava ao usuário de drogas, como único recurso, como via de escape a sua constituição como criminoso, a sua constituição como patológico. Entrecruzamento, portanto, nesse processo de objetivação de usuários de maconha no Brasil, da medicina e do direito, os quais cristalizam seus saberes e seus poderes nas legislações, nas instituições e nas práticas que se produzem sobre os indivíduos, criminalizados e/ou patologizados e, assim, transformados em usuários de drogas.

Tal processo, contudo, como venho argumentando, remonta, em nosso país, a algumas décadas antes da plena constituição da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes: é a partir das primeiras reflexões lançadas por Rodrigues Dória e Francisco Iglésias na década

de 1910 do século XX que se estabeleceu um debate entre a medicina e o direito no que concerne ao estatuto legal da pessoa intoxicada por maconha, especialmente no que se refere à possibilidade ou impossibilidade da responsabilização penal de seus atos. Mais do que isso, a identificação de usuários de maconha passou a condicionar as possibilidades sociais desses sujeitos, já que “*enquanto perdurar a fome tóxica e os sintomas de decadência mental e moral, o maconheiro tem a sua incapacidade para contrair ou contratar; doar e testar; segurar-se e servir de testemunha no foro civil e manter-se na posse do pátrio-poder*”, além do que “*ele não pode figurar e exercer funções de que dependam o interesse, a sorte e os direitos de outrem; tais como a de médico, juiz, examinador, etc...*” (PARREIRAS, 1958, p.267). Ou, como já sentenciara Rodrigues Dória, destinando o consumidor da erva ao seu recém-estabelecido lugar social, “*o testemunho do indivíduo intoxicado pela maconha não pode ter valor*” (DÓRIA, 1958, p.10). Estabelecia-se, assim, para o “maconheiro”, uma posição na qual era destituído o valor legal de sua palavra, bem como a credibilidade e a fiabilidade jurídicas de qualquer operação ou transação econômica, civil ou patrimonial por ventura por ele realizada.

Se Dória e Iglésias foram os precursores dessa “ciência brasileira” sobre a maconha, com a paulatina disseminação do uso da substância e a partir de incentivos e clamores públicos, novos especialistas, principalmente médicos e psiquiatras, foram aos poucos se interessando pela questão e mais trabalhos foram sendo publicados. Essa nova geração procurou descrever e fixar a sintomatologia do vício, aprofundando ainda mais os nexos estabelecidos por seus precursores entre o uso de maconha, a loucura e o crime. Em 1928, o Dr. Oscar Barbosa publicou seu estudo sobre a “diamba”, descrevendo seu usuário nos seguintes termos:

O diambista inveterado, este nunca é consciente de seus atos: é um idiota. A continuação do vício pode trazer, também, a loucura definitiva ou morte, como desfecho. A diamba exerce ação deprimente sobre as funções nervosas, modificando profundamente a personalidade moral. O indivíduo perde o brio, o sentimento do dever e é tomado de pronunciada estupidez (...). O abuso da maconha pode ocasionar a idiotia, a loucura transitória ou definitiva e levar o viciado à prática de crimes e mesmo ao suicídio, quando a morte não o surpreenda. (BARBOSA, 1958, p.40).

Essa desqualificação intelectual do usuário de maconha é contínua e crescente: em 1955, em artigo publicado pela Revista do Centro de Estudos do Departamento de Saúde do Ceará, o médico João Mota faz referência à erva como “*o veneno da inteligência*” (MOTA, 1955, p.9). Já alguns anos antes, em 1948, José Lucena, Livre Docente de Clínica Psiquiátrica

da Faculdade de Medicina do Recife realizara um “*estudo da personalidade dos fumadores*” de maconha, aplicando “*testes mentais*”⁵⁵ em um “*pequeno grupo de maconhistas*” (LUCENA, 1948, p.81) que, “*na ocasião da aplicação não estavam fazendo uso do cânhamo*” (LUCENA, 1948 p.82). Segundo Lucena, “*os observados apresentam tipos de estrutura da personalidade desarmônicos ou mal-integrados*”, com “*a afetividade ou conscientemente constricta ou reprimida e empobrecida ou solicitada impulsivamente e sem regulação pelas excitações emocionais*” e “*capacidades intelectuais algo reduzidas*”. Assim, “*com tais defeitos da integração pessoal, não surpreende que o uso de tóxicos esteja entre suas perturbações de conduta*” (LUCENA, 1948, p.101). Identificou, ainda, o psiquiatra, nesse grupo de usuários de maconha, na ocasião internados compulsoriamente em instituições de tratamento mental, “*defeituoso ajustamento*”, “*instabilidade*”, “*excitabilidade*”, “*incontinência de pulsão*”, “*agressividade atual e potencial [...] claramente dirigida contra o mundo exterior*” e falhas na “*capacidade intelectual*” (LUCENA, 1948, p.120), além de baixos níveis de “*atenção, vontade, retentividade para elementos da linguagem, julgamento, poder de combinação, imaginação e espírito de observação*” (LUCENA, 1948, p.124). Em suas conclusões, por fim, indica Lucena haver nesse grupo pesquisado “*inferioridade ou rudeza*” da “*inteligência civilizada*”, ressaltando, porém, que tal conclusão se limita apenas ao grupo de “*maconhistas*” pesquisados, não sendo possível a generalização desses resultados para todos os usuários da droga. No entanto, após essa demonstração de objetividade e zelo para com a pesquisa científica, o psiquiatra afirma que “*o defeituoso ajuste dos elementos que estruturam a personalidade*” dos indivíduos pesquisados “*favorece muito provavelmente a instalação da toxicomania*” (LUCENA, 1948, p.127). Assim, ainda que os dados não fossem suficientes para uma tal projeção, não podendo, portanto, o pesquisador afirmar uma causalidade geral do uso de maconha em uma redução das capacidades intelectuais de seus consumidores, o psiquiatra pôde, após a exposição dos resultados dos experimentos⁵⁶

⁵⁵ Para Rose (2011, p.108), testes e exames psíquicos ou mentais “combinam poder, verdade e subjetivação: eles tornam os indivíduos acessíveis ao conhecimento como objetos de um olhar hierárquico e normativo, tornando possível qualificar, classificar e punir”. Por esta razão, argumenta o autor, “o ritual do teste, em todas as suas formas e variedades, tornou-se central para as nossas modernas técnicas de governo da individualidade humana”, tornou-se central, especialmente, como componente vital das práticas mediante as quais “as autoridades devem decidir sobre o destino dos sujeitos”.

⁵⁶ O “experimento” é apontado por Rose (2011, p.88) como um meio que as ciências *psi* utilizaram a fim de disciplinarizarem-se, “de unir os diversos círculos de profissionais, editores de periódicos, órgãos financiadores, acadêmicos e administradores de universidades, formando as alianças necessárias para enquadrar-se no aparato da verdade”. A fim de realizar esse empreendimento, essas ciências se serviram de técnicas diversas, como os “estudos de personalidade” e os “testes mentais” mencionados por José Lucena, tendo em vista determinar os níveis de “inteligência”, os “tipos de personalidade”, em suma, as “capacidades mentais e emocionais” dos usuários de maconha. Como Rose (2011, p.88-89) argumenta, a realização desses testes em ambientes de laboratório, a tentativa de objetivação de fenômenos psicológicos, a separação não problematizada entre o médico aplicador dos testes e o sujeito objeto passivo e fornecedor de dados empíricos e a busca por gerar

realizados, aventar a probabilidade de uma relação inversa na qual, se não é a maconha que produz pessoas intelectualmente inferiores, é justamente esse tipo de pessoa que se habitua ao vício na droga. Longe de discutir a “verdade” desse tipo de asserção científica, o que interessa aos fins desta tese é procurar identificar de que modos esse tipo de associação deixou marcas em nossa cultura, sedimentando a ideia, muito comumente repetida, de que a maconha “mata neurônios”, e condicionando profundamente as possibilidades de constituição de si de usuários de maconha⁵⁷. Deste modo, procuro enfatizar que, independente da verdade ou da falsidade das conclusões oferecidas historicamente pelos pesquisadores, o que vai fornecer elementos condicionantes, ou melhor, efeitos de poder que delimitam o campo de possibilidades através das quais usuários de maconha podem constituir suas relações consigo mesmos é a própria inserção do discurso sobre eles e suas práticas em um campo de verdade.

A produção de “efeitos de verdade” está, conforme Rose (2011, p.90), “intrinsecamente ligada ao processo através do qual uma variedade de domínios, lugares, problemas, práticas e atividades” foram problematizados, ou seja, foram tornados “simultaneamente problemáticos e inteligíveis” através dos termos produzidos pelas ciências *psi* a fim de descrever seus objetos (os indivíduos e os fenômenos psicológicos neles observáveis). Quer dizer, por meio desses testes, experimentos, avaliações, diagnósticos e descrições, fornecidos em termos de “inteligência”, “agressividade”, “personalidade”, “afetividade”, os saberes *psi* expunham certas condutas de certos indivíduos como dignas de nota, como inteligíveis, ordenando condutas aparentemente desconexas de acordo com categorias capazes de fazer com que atitudes, emoções, reações, padrões de comportamento fossem tornados elementos para deliberações e cálculos de autoridades sociais e de profissionais *psi*. O que ocorre, seguindo o argumento de Nikolas Rose (2011, p.91), é que,

evidências que fossem comparáveis e passíveis de cálculo tenderam a, institucionalizando-se, naturalizarem as características sociais da situação experimental, cuja ocorrência descontextualizada era vista como valor e não como interferente na produção dos fenômenos observados. Nesse processo, os sujeitos passaram a ser pensados em termos de categorias como “inteligência” e “personalidade”, dados quantificáveis e qualificáveis que podiam ser utilizados como objetos da administração racional dos indivíduos e populações.

⁵⁷ Como veremos no capítulo três desta tese, é comum entre os usuários de maconha contemporâneos pesquisados (os quais diferem profundamente em termos socioeconômicos, profissionais e étnico-raciais dos indivíduos que, no processo analisado neste capítulo, constituíram a superfície de extração das verdades fundadoras dessa “identidade maconheira”), um esforço por constituir para si mesmos regimes refletidos de vida mais ou menos estritos, por vezes até rígidos e destinados a incorporar em suas vidas, por meio da exigência de bons desempenhos profissionais e escolares ou acadêmicos, uma verdade segundo a qual não há qualquer efeito deletério do uso de maconha sobre as capacidades intelectuais de seus usuários. Tais esforços indicam a perenidade dessas formas de poder aqui descritas, bem como os modos pelos quais indivíduos usuários de maconha de outro tempo e constituídos em outros contextos socioeconômicos ainda sentem seus efeitos, internalizando-o e elaborando, a partir dele, problematizações e práticas de governo de si que expressam a estruturação de formas de relação consigo por meio das quais possam exercer, eles mesmos, sobre si mesmos, esse poder que, vindo de um outro tempo, condiciona suas possibilidades de pensamento e de ação.

“no caso dos saberes *psi* [...], há uma interpenetração entre praticabilidade e epistemologia”: os objetos ou fenômenos que os saberes *psi* procuraram tornar inteligíveis foram buscados, invariavelmente, no interior de “espaços institucionais que agrupavam pessoas e as julgavam em termos de exigências organizacionais tais como cumprimento de horário e obediência”, ou seja, foi na escola, na prisão, na família, na fábrica, no hospital, no manicômio, no tribunal, nos problemas surgidos da inadequação de certos indivíduos com os regimes sob os quais tais instituições funcionam que as ciências *psi* operaram suas racionalizações e construíram suas categorizações, codificando e teorizando essas inadequações em termos de patologias a serem sanadas. Assim, “foi a normatividade do próprio aparato – as normas e padrões da instituição, seus limites e limiares de tolerância, suas regras e seus sistemas de julgamento”, de modo que as “concepções de inteligência, personalidade, atitudes e assim por diante”, construídas pelos saberes *psi*, “se estabeleceriam como verdadeiras somente na medida em que pudessem ser simultaneamente praticadas, traduzidas de volta para as exigências disciplinares” das instituições. Neste modo de ver, as estatísticas e os experimentos produzidos pelos especialistas *psi* constituem “tentativas de racionalizar um domínio já existente da experiência, de torná-lo compreensível e calculável” (ROSE, 2011, p.92), quer dizer, de conferir, aos problemas institucionais, um sentido de fundo que os abarcam, uma vez que são inscritos em formas de conhecimento positivo do humano. Ou seja, são os efeitos de verdade que tais discursos científicos, desde o início de sua circulação em nosso país, nas primeiras décadas do século XX, não deixaram de produzir, colocando diante de toda pessoa que, em nossa época e em nossa cultura, sendo ou não usuária de maconha, pensa sobre o uso dessa substância, a questão acerca dos efeitos que esta produziria sobre as capacidades intelectuais de seus usuários.

A partir da década de 1940, então, como estamos vendo, passam a ser realizadas pesquisas com algum grau de sistematicidade, tendo a maconha e seus usuários como seus objetos. Os médicos e psiquiatras leem uns aos outros, citam-se, fazem referências aos trabalhos anteriormente publicados sobre o tema e buscam replicar seus resultados. São feitos, seguindo a nova metodologia da medicina experimental, que se torna dominante nas primeiras décadas do século XX (ADIALA, 2011), experimentos envolvendo a inalação de maconha por parte de animais (aves, cobaias, cães), observações de usuários fazendo uso da droga e, também, experimentações por parte dos próprios médicos, que observavam e relatavam, uns para os outros, ou registravam *a posteriori* os efeitos e as reações fisiológicas percebidas. Como não observavam grandes alterações, tampouco a geração de súbitas inclinações criminosas ou patológicas, com a realização de tais experimentos, estes resultados eram

interpretados como comprobatórios da efetividade da ideia de “degenerescência”, pois os médicos, provenientes das elites raciais e econômicas, não tinham a predisposição para o vício, condição para a manifestação das mais nefastas propriedades da planta. Multiplicaram-se, então, descrições e classificações: a maconha estava sendo inserida em uma grelha nosológica, etapa necessária, conforme a racionalidade da medicina moderna, para que se torne possível a definição de uma doença com bases etiológicas e sintomatológicas.

Mas as bases morais de um “mecanismo” do vício em maconha, a partir das quais o discurso médico sobre a planta passaria por um processo crescente de cientificização, principalmente a partir da década de 1940, quando começaram a ser apagadas, cada vez mais, as marcas de juízo moral e de preconceito étnico, classista e racial, já haviam sido dadas por Rodrigues Dória, em 1915. Para ele, o vício se produz a partir de uma vida indisciplinada e voltada ao prazer:

O amor dos prazeres e da sensualidade, uma vida indisciplinada e descuidosa, sempre ávida de novas e estranhas sensações, que é o apanágio dos gozadores e sibaritas, conduz igualmente os desregrados a procurarem no vício a felicidade e os gozos, que artificiais e passageiros lhes causa o êxtase produzido pela absorção da fumaça da planta maravilhosa.

Entretanto, Dória também apresentava, nesse estudo pioneiro sobre o vício na diamba, a lógica da resistência a esse mal:

uma instrução bem dirigida, reforçada por princípios de sã moral, o conhecimento claro do mal, necessariamente revigora e fortifica o ânimo para a resistência ao vício de qualquer natureza (...) Creio na instrução e na educação como bons preservativos do hábito pernicioso, incumbindo aos poderes públicos melhor cuidarem deste magno problema, tão descuidado entre nós, onde o analfabetismo é a regra (DÓRIA, 1958, p.12).

Assim, no que concerne à maconha, desde 1915 a educação já era apontada como a melhor estratégia para a condução das condutas no que se refere à experimentação da droga. Mas Rodrigues Dória indicava, mais do que isso, como deve se comportar o indivíduo para se curar do vício: “*A cura individual depende da capacidade revigorante do ânimo do vicioso e da disciplina de sua vontade, sem a qual nada se pode obter*” (DÓRIA, 1958, p.12). O elemento-chave, aqui, para se compreender o elo entre prevenção às drogas e governo das

condutas é a ideia de “disciplina da vontade”. Trata-se, sem dúvida, da constituição prática do projeto da Modernidade: a produção do sujeito moderno, “uma individualidade que corresponda às expectativas de uma acumulação e uma gestão útil dos homens”. Trata-se de “produzir o indivíduo comum, de todos os dias e de todos os lugares, e não o indivíduo singularizado por atos e datas especiais; produzir um indivíduo que permita a extração de algo de todas as suas atividades e de seus momentos; produzir, enfim, indivíduos dóceis e úteis” (FONSECA, 2003, p.79).

A racionalidade médica elabora o vício em maconha como uma degeneração estreitamente ligada a uma série de *déficits* que os indivíduos podem apresentar. Ser negro ou mestiço, ser pobre, ser analfabeto, tudo isso constitui fatores a serem considerados, fatores que aumentam o risco de se instalar o hábito pernicioso. Mas não só isso: nas décadas seguintes a de 1940, novos elementos foram se agregando, fortalecendo-se uma ideia de determinismo étnico do vício em maconha, sendo os povos do Norte e do Nordeste do Brasil apontados como etnicamente predispostos ao desenvolvimento do vício. Sobre isso escrevia, quase 30 anos depois de Rodrigues Dória, em 1944, o Dr. João Mendonça, professor de Psicologia da Faculdade de Filosofia da Bahia e ex-diretor do Hospital Juliano Moreira:

para dar-vos, de início, uma ideia dos perigos sociais da maconha, digo-vos, tão só, à moda de intróito, que ela é, ao lado da cachaça, o enlevo das populações nortistas pobres que, no tóxico, tantas vezes, encontram a fórmula doce do sonho para as arestas contundentes da vida. Povo de caracteres étnicos que facilitam a absorção fácil de ideologias abstrusas, assoberbado pelos flagelos da seca, pelas torturas das endemias, e da ignorância, é de apavorar o quadro dantesco que, nesse terreno, os tóxicos podem desenhar através do indivíduo e da espécie. (MENDONÇA, 1958, p.99)

Quadro dantesco que os tóxicos podem desenhar através do indivíduo e da espécie. Há algo significativo aqui. Além do tóxico como agente, como ator dos acontecimentos terríveis que se desenham, a demarcação que Mendonça articula entre indivíduo e espécie como alvos dessa agência merece algumas considerações, pois através dela podemos compreender um pouco sobre como o uso de drogas se configura propriamente como foco de uma disputa política. Essas práticas de uso de maconha (de drogas em geral) foram, ao longo desse processo que busco descrever, erigidas como objeto privilegiado de um conjunto de tecnologias políticas da vida. Tal como ocorreu com o sexo (FOUCAULT, 2003, p.136-137), também neste caso instituiu-se um conjunto de intervenções sobre o uso de drogas, em dois níveis: indivíduo e espécie. O corpo individual e o corpo social se tornam, a partir da constituição das práticas de uso de drogas como objeto de atenção, como condutas

criminalizadas e patologizadas, mais acessíveis ao governo (ou acessíveis por uma nova via). Para que esse governo individual e social através do uso de drogas se efetive, trata-se de desenvolver tecnologias (como as técnicas de prevenção ao uso de drogas) mediante as quais as autoridades podem intervir diretamente sobre como indivíduos e população se relacionam com essas substâncias. As drogas, nesse sentido, funcionaram e ainda funcionam, tal como o sexo, como vias privilegiadas para o acesso de poderes à constituição de indivíduos disciplinados e populações reguladas, dois fundamentos para a formação de uma nação robusta, internamente policiada, apaziguada, e externamente competitiva. O processo que é o objeto deste capítulo, então, pode ser compreendido como o processo que permitiu, a partir da criminalização e da patologização dos usuários de drogas, a abertura de um campo estratégico no qual, ao longo de todo o século XX e nesse início de século XXI, os corpos individuais e a população foram alvos de técnicas disciplinares e procedimentos reguladores que se voltaram à gestão da vida.

E assim, em 1955, exatos 40 anos após o início da pesquisa brasileira sobre a maconha, o médico Roberval Cordeiro de Farias, então presidente da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, praticamente repete o enunciado de Mendonça, pronunciado 11 anos antes: *“no povo brasileiro nordestino, de caracteres étnicos que facilitam a absorção fácil de ideologias incongruentes, assoberbado pelos flagelos da seca, pela tortura das endemias e da ignorância, é de apavorar o quadro dantesco que nesse terreno os tóxicos podem desenhar através do indivíduo e da espécie”* (FARIAS, 1958, p.300). Ou seja, Rodrigues Dória e Francisco Iglésias forneceram uma estrutura explicativa do vício em maconha que foi mantida, com leves modificações, nas décadas seguintes. Nessa estrutura, as propriedades químicas da substância se relacionam com caracteres biológicos, étnico-raciais, culturais e de classe de populações específicas: negros, mestiços, pobres, nortistas e nordestinos, cada um em um momento e de acordo com as necessidades de manutenção e intensificação das relações de poder. E é assim que, precisamente na década de 1950, quando ocorrem grandes ondas migratórias de nordestinos para o sudeste brasileiro, fugindo das secas e estimulados pela política de desenvolvimento industrial, em especial no interior de São Paulo, que esses indivíduos são indexados ao estereótipo do “maconheiro” e tornam-se o novo Outro ao qual o vício e o perigo são associados.

Ao mesmo tempo, então, em que a pesquisa sobre a maconha foi se sofisticando ao longo das décadas, ela acomodou as novas metodologias a uma estrutura perene que conduz necessariamente as conclusões dos pesquisadores para recomendações de medidas políticas de controle de populações específicas, convergindo com o interesse do próprio Estado

governamentalizado em instituir mecanismos de vigilância e intervenção sobre grupos sociais e culturais cujas práticas ameaçavam a instituição do projeto civilizador do país, projeto este vinculado estreitamente ao disciplinamento e capacitação da população para o trabalho e infenso a qualquer forma de contestação da ordem política, social e econômica. Como atesta Adiala (2001, p.111), analisando a constituição da racionalidade médica sobre as substâncias psicoativas, “sob a ação inebriante das drogas se encontraria escondida a causa da loucura e do crime, da degeneração do indivíduo e da nação. Uma ameaça que avançava como uma epidemia ameaçadora, uma nova peste”. E o Estado, além de diversas outras forças sociais interessadas no sucesso do projeto civilizador brasileiro, não tardou em tentar incutir, na população, o pânico e o horror em relação às drogas e seus usuários. Nesses termos se manifestava o psiquiatra João Mendonça, em 1944, em seu artigo intitulado “*Os perigos sociais da maconha*”: “*a maconha, meus senhores, os tóxicos são tudo isso mesmo: por uns minutos ilusórios de milagres celestiais para alguns, surgirá para a coletividade, e por muitos anos, o inferno dantesco das catástrofes morais que só não enluta a Humanidade, porque vai além; a aniquila*” (MENDONÇA, 1958, p.103). Se tal estratégia não parece ter surtido os efeitos aparentemente desejados (a abstinência), pois o uso de maconha e de outras drogas (inclusive novas substâncias criadas nas últimas décadas, como o *crack* e diversas drogas sintéticas, por exemplo) só fez aumentar ao longo de todo o século XX e neste começo de século XXI, parece ter servido admiravelmente para outras finalidades, justificando diversas formas de intervenção médica e, principalmente, policial sobre populações, em sua maioria, até hoje, pobres e negras⁵⁸. Como sabiamente apontou o filósofo espanhol Antonio Escotado, “querer curar um vício chamando-o de enfermidade e delito é um modo infalível de convertê-lo em enfermidade e delito” (1997, p.110).

A relação do consumo de maconha com populações específicas, estabelecida desde os primeiros estudos do tema no Brasil, relacionava, também e imediatamente, essas populações

⁵⁸ Conforme Scisleski, Silva, Galeano, Caetano e Bruno (2013, p.113-114), as políticas atuais de drogas no Brasil, naquilo em que se dirigem às populações pobres usuárias de drogas, “referem-se mais ao exercício de uma polícia na área da saúde/segurança – resquício do pensamento moral e eugenista que permeia algumas das ações em políticas públicas (...) do que uma efetiva preocupação em promover o acesso ao atendimento e ao cuidado de saúde dessa categoria da população”. Baseada na distinção entre usuário e traficante, e destinando ao primeiro tratamento de saúde e ao segundo punição penal, a política brasileira de drogas em nenhum momento questiona a situação dos usuários pobres que, para custearem seu consumo, atuam como pequenos traficantes. Daí que, segundo os autores supracitados, “as atuais políticas brasileiras voltadas para a atenção aos usuários de drogas, (...) são, na verdade, *polícias que operam com estratégias de segurança pública em nome da saúde*” (SCISLESKI; SILVA; GALEANO; CAETANO; BRUNO, 2013, p.116), pois acabam por cristalizar e legitimar a histórica associação entre pobreza e criminalidade, conformando “uma forte seletividade social nos processos de atendimento à população dependente química” (SCISLESKI; SILVA; GALEANO; CAETANO; BRUNO, 2013, p.122). Seletividade esta que faz funcionar, para as populações pobres, uma política de saúde que, sustentada por um discurso de proteção a esses indivíduos, na verdade atende a uma lógica de segurança pública voltada à defesa da sociedade em relação aos elementos oriundos das “classes perigosas”.

com a prática de delitos. Desde a primeira correlação entre uso de maconha e prática de crimes, estabelecida por Rodrigues Dória e aqui já comentada, um após outro, os pesquisadores foram apontando para essa mesma direção, ainda que, por vezes, complexificando suas análises. Dentre inúmeros registros encontrados nos trabalhos científicos sobre a maconha que pesquisei, produzidos no Brasil entre 1915 e 1969, destaco, a seguir, alguns dos mais significativos. A tônica geral desses trabalhos é a quase reprodução das considerações e sugestões feitas por Dória, em 1915, e por Iglésias, em 1918. Por exemplo, em 1945, em artigo publicado pelo médico Nestor Cesar na Revista Médica de Pernambuco, o qual constituía transcrição de palestra proferida no Rotary Club do Recife, em 17 de julho de 1945, o médico considerava “*mais graves*” os efeitos da maconha “*por se tratar de um vício praticado por indivíduo de baixo nível social e intelectual*” (CESAR, 1945, p.222), acrescentando, mais adiante, ao fazer referência à estatística⁵⁹ produzida pela Delegacia de Vigilância Geral e Costumes do Recife, que

⁵⁹ Rose (2011) compreende a estatística como uma “técnica de verdade” historicamente utilizada pelas disciplinas *psi* em seu processo de disciplinarização, ou seja, em seu processo histórico de legitimação enquanto discurso que diz o verdadeiro. Essa técnica, originalmente surgida como “ciência do Estado”, como “tentativa de coletar informação numérica sobre eventos e acontecimentos em uma região com o objetivo de conhecê-los e governá-los”, formando uma “relação duradoura” (p.87) entre conhecimento e governo, passou a funcionar, nesse processo de legitimação dos saberes *psi*, como “meios essencialmente neutros para a demonstração da verdade, derivados de um universo de fenômenos numéricos que, por não estarem contaminados de questões sociais e humanas, podiam ser utilizados para adjudicar entre diferentes maneiras de abordar tais questões”. As ciências *psi* e as ciências sociais passaram, então, entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX, a “utilizar tais dispositivos para fundamentar sua verdade e cientificidade, para forçá-las em um cânone de verdades, para convencer de sua veracidade audiências de políticos, profissionais e acadêmicos, por vezes céticos; para armar aqueles que professaram tais ciências com defesas contra críticas de que elas estariam meramente vestindo o preconceito e a especulação com roupas de ciência” (p.88). Ao fazer isso, como enfatiza Rose, o saber *psi* “altera a forma pela qual é possível pensar as pessoas, as leis e os valores que governam as ações e a conduta dos outros”, ele “dota de credibilidade extra certas formas de pensar sobre as pessoas” [...] “ao estabelecer a possibilidade de avaliar as formas de pensar sobre as pessoas de maneira científica”, [...] o que “torna seres humanos passíveis de sofrerem certas ações por parte dos outros” (p.97). Esse processo de “estatisticalização”, de “transformação da população em números que pudessem ser utilizados em debates e cálculos políticos e administrativos” tornou possível que condutas individuais e coletivas, constituídas previamente como patologias, fossem “tecnicizadas”, fossem tornadas objetos de saberes que, transformando em números questões de ordem social, econômica, cultural, podiam abrir um campo de intervenção objetivado, calculável, técnico, para agir sobre fenômenos políticos e morais. Assim, “construíram-se topografias morais da população, mapeou-se o pauperismo, a delinquência, o crime e a insanidade”, tornando essas questões objetos sobre os quais novas possibilidades de intervenção foram abertas. Deste modo, “à medida que se recolhiam dados estatísticos sobre as patologias de ordem moral, estas também pareciam manifestar leis subjacentes. Começava então a se afirmar que existiam leis de ordem moral que davam ensejo a regularidades na conduta individual” (p.107).

o elemento dado à vadiagem, os de profissão indefinida, predominaram sobre os demais, o que vem em abono da nossa tese de que o malandro é o elemento mais afeito ao vício. Vimos que, no estado civil, predominou o solteiro, na cor, predominaram os pretos e pardos e, quanto à idade, apesar da sua variedade, os entre 18 e 22 anos (CESAR, 1945, p.226).

Vadio, solteiro, negro ou pardo e jovem: eis o perfil do “maconheiro”. Não fixado no e pelo trabalho, não fixado na e pela família, não branco e não maduro/responsável, os caracteres de uma ameaça em potencial a uma ordem social fundada no trabalho, na família, na dominação racial e geracional. A determinação desse perfil instituía o perigo, pois “*o indivíduo maconheiro, predisposto ao crime, pelos seus instintos já aguçados na prática habitual de deslizes morais tornar-se-á um elemento perigoso, capaz de latrocínio, homicídio, perversões sexuais e de toda a escala de desordens que as suas tendências inatas lhes ditaram, no momento da embriaguez*” (CESAR, 1945, p.227). Aqui, há um determinismo moral, sendo o indivíduo já praticante de “*deslizes morais*” mais propenso ao desenvolvimento do vício. Também é interessante notar que o Dr. Nestor Cesar palestrava para a elite recifense, fornecendo, enquanto especialista, a racionalidade por meio da qual esta poderia compreender a ameaça que se configurava e poderia, também, justificar todo o suporte político, econômico e institucional que, enquanto elite, forneceria à repressão estatal das práticas de intoxicação. Parece evidente, neste caso, a articulação entre saberes e poderes que, em uma relação de imanência, fortalecem e transmitem um ao outro em direção ao governo das condutas de usuários de maconha. Outro aspecto a ser ressaltado é que, na estatística citada pelo médico, no que se refere à cor dos “maconheiros” identificados pela polícia pernambucana, havia mais brancos (16), do que negros (15), sendo a maioria (19), pardos. O médico, contudo, agrupa os pardos com os negros e não com os brancos, compondo uma maioria arbitrária e que traduz uma racionalidade que pressupõe, de saída, a “raça” branca como uma singularidade pura que é corrompida pela miscigenação. Como vemos, na metade da década de 1940, as concepções médico-legais de fins do século XIX ainda se faziam explicitamente presentes. O uso de maconha, de fato, apenas comprovava o que já se sabia de antemão: haveria uma inferioridade biológica em certos grupos sociais, propensos a toda forma de vício e degradação. Assim, o estudo da droga, a objetivação de seu usuário fornecem instrumentos teóricos poderosos para o desenvolvimento de controles práticos, institucionais, por meio dos quais as populações “perigosas”, os tipos de pessoa indesejados ao projeto político dominante, podem ser melhor vigiados, disciplinados e punidos. A verdade biológica descoberta, da qual o vício no uso de maconha fornece um índice, pode, assim, funcionar e produzir seus efeitos que são, a bem da verdade, a naturalização (e a “verdadeirização”) das hierarquias e hegemonias social e historicamente construídas. Nesse

processo, os saberes de matriz *psi* operam como transformadores da relação entre os poderes sociais e os indivíduos problematizados, fornecendo categorias, diagnósticos, testes voltados à constituição de uma inteligibilidade, de uma representação objetiva das subjetividades patologizadas.

Nesse mesmo ano de 1945, Eduardo Mamede, docente de Patologia Geral e assistente de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia, em conferência lida no Instituto Nina Rodrigues, e sugestivamente intitulada “*Maconha – Ópio do pobre*”, procura estabelecer a compreensão dos motivos pelos quais as observações científicas acumuladas ao longo dessas três décadas apresentavam uma certa disparidade de descrições acerca do comportamento apresentado pelo viciado. Mamede, então, argumenta haver duas “*modalidades*” de intoxicação, cujas diferenças vão depender “*do estado cultural e educacional de cada um. Requintes de beleza imaginativa nalguns. Coisas estranhas, exóticas, noutros. Na maior parte, nos homens do povo, visões ameaçadoras, terror*” (MAMEDE, 1945, p.89). Emergem, como se pode ver, na década de 1940, formas de explicação do vício em maconha que se poderia chamar de “culturalistas”. O racismo científico, o “racialismo” se desloca, não aponta mais para uma natureza inferior, mas para “estados culturais e educacionais”. A cultura do povo o torna perigoso quando intoxicado. Mas, como aponta Silva (2009, p.207),

a reconsideração da degenerescência à luz das abordagens de valorização da cultura, de promoção da saúde e da educação, não abandona as implicações racistas predominantes no período anterior, mas a sentença condenatória relacionada à questão racial encontra agora atenuantes no meio social, na ambiência onde se dá a convivência, nas relações familiares aliadas às heranças atávicas dos indivíduos.

Esse “culturalismo” é associado a uma classificação dos seres humanos em tipos temperamentais, de modo que vai ser a associação de um tipo temperamental específico com o pertencimento “*às classes menos cultas, menos dominadas pelo controle da educação, se da escória social*” (MAMEDE, 1945, p.90), que vai representar o maior grau de periculosidade. Opera-se um corte, assim, que faz com que a mesma substância produza efeitos bastante diferenciados em indivíduos pertencentes a estratos sociais e culturais diferenciados. Novamente, aqui, a droga funciona como identificador e desencadeador do perigo, mais do que propriamente seu causador. O perigo, ainda e sempre, são as classes populares, formadas, no pós-abolição, em grande parte por uma população negra que, tornada livre, segue sem acesso à cidadania e sem formas de integração na sociedade. Como percebemos, seus hábitos são, desde muito, problematizados, criminalizados, patologizados. No entanto, nota-se o avanço de um processo de cientificização do discurso sobre a maconha, marcado por um

progressivo apagamento de asserções explicitamente raciais e por um aumento da ênfase em aspectos individuais, temperamentais, psicológicos⁶⁰ como explicativos dos diferentes efeitos da droga em diferentes indivíduos. Não se associa mais tão diretamente a maconha aos negros, mas sim aos pobres, que se tornam perigosos ao fumá-la, ao contrário dos educados e civilizados. “*Nada há, pois, de paradoxal, que alguns sintam, como efeito da maconha, aquela sensação de rara felicidade e em outros o resultado imediato seja uma excitação terrivelmente perigosa*” (MAMEDE, 1945, p.90-91).

Como se vê, algumas análises se sofisticaram com o passar dos anos e com o acúmulo de estudos sobre a planta *Cannabis sativa* e de observações diretas de seu uso. Décio Parreiras, no estudo “*Canabismo ou maconhismo*”, uma pesquisa encomendada pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes e publicada no ano de 1949, assim associava o uso de maconha e a prática de crimes:

O crime do diambista é a consequência natural do seu desregramento social, do seu nomadismo, do seu desemprego e da fatalidade que o levou a procurar na fumaça do tóxico um ângulo melhor da vida, que ele imaginou e que ele não conheceu. (...) A *delinqüência canábica* tem características muito próprias e muito especiais. (...) O pito do pango é um fator frequente na gênese e no desenvolvimento do crime no Brasil, máxime nas regiões nordestinas. A maconha é, de fato, um fator criminógeno. E o é porque ela retira, ela destrói, ela inutiliza a capacidade de censura, de controle, que é exercida pela camada cortical sobre o indivíduo. O homem, no seu natural, é agressivo. A relativa tolerância do indivíduo moderno é consequência da imposição de penalidades, da polícia; dos códigos e dos regimentos. A sua tendência é a de viver, primitivamente, depredando, reclamando, agredindo, e só não o faz porque a vida em comum o impede e tem meios para punir. (...) E a maconha tem a capacidade de retirar, transitariamente embora, esta censura das camadas superiores do cérebro, mostrando o homem tal qual é (PARREIRAS, 1958, p.266).

Nota-se, aí, que o discurso já se pretende mais “científico”. Há um esboço de teoria sobre os efeitos do uso de maconha no cérebro, mas mantém-se o enunciado central do discurso em formação sobre a maconha no Brasil: a ameaça à civilização. Apaga-se a acusação racial, pois, com a disseminação do uso de maconha para o Sudeste e o Sul do país,

⁶⁰ Rose (2011, p.93) enfatiza que, ao longo do século XX, normas, valores, imagens e técnicas *psi* “passaram a moldar cada vez mais a forma como várias autoridades sociais pensam as pessoas, seus vícios e virtudes, seus estados de saúde e de doença, suas normalidades e patologias”, de modo que “objetivos concebidos em termos psicológicos – normalidade, ajustamento, realização – vêm sendo incorporados a programas, sonhos e esquemas visando à regulação da conduta humana”. Nesse processo, “a administração de pessoas assumiu uma coloração psicológica” (ROSE, 2011, p.94) e os profissionais das ciências *psi* foram assumindo, progressivamente, posições de autoridade social nas sociedades ocidentais, ocupando postos nas instituições escolares, no exército, nas empresas, nos tribunais, nas prisões. Com essa disseminação de profissionais *psi* em diversos espaços de ajustamento, de disciplinamento e de normalização operou-se uma transformação nos próprios modos de exercício da autoridade no mundo contemporâneo, uma vez que exercer autoridade “torna-se uma questão terapêutica: a forma mais poderosa de agir sobre as ações dos outros é mudar as formas pelas quais eles governam a si próprios”. Desenvolvi esse tema, em alguma medida, quando analisei a emergência da prevenção às drogas na Educação como processo de aparecimento de uma nova tecnologia para o governo de indivíduos e populações no que se refere aos usos de drogas tornadas ilícitas (RIBEIRO, 2013).

regiões pensadas, no imaginário das elites brasileiras, como “brancas”, por volta da década de 1940⁶¹, qualquer indivíduo é um degenerado em potencial. Os marcadores fenotípicos começam a perder força, ainda que Parreiras não se furte a enfatizar que é “nas regiões nordestinas”, sobretudo, que “o pito do pango é um fator frequente na gênese e no desenvolvimento do crime no Brasil”, dando lugar, paulatinamente, nos estudos que vão sendo publicados nas décadas de 1940 e 1950, ao uso de expressões de um léxico que, hoje, referimos como mais propriamente “científico”. Estamos vendo aparecer algumas proveniências dos atuais estudos neurocientíficos sobre o uso de drogas, sem, evidentemente, o atual desenvolvimento tecnológico, mas, fundamentalmente, marcando o surgimento de uma ênfase na observação dos cérebros dos usuários de drogas. A busca pela verdade do vício em drogas, assim, começa seu deslocamento dos caracteres étnicos para o interior do corpo, mais precisamente, para o mapeamento do cérebro, a identificação das regiões cerebrais e suas funcionalidades. Vejamos, agora, como Roberval Cordeiro de Farias, em 1955, operava a vinculação maconha-crime, articulando a crescente ênfase da ação da droga sobre o cérebro com a produção de comportamentos:

o intoxicado tem ímpetos de se livrar de um perigo imaginário e então ataca e se torna perigoso, por aumentar a maconha notavelmente as inclinações individuais. Assim se explicam muitos fatos criminosos, cuja origem se deve procurar nos efeitos característicos desta droga. Os fumadores de maconha têm sensações eufóricas, alucinações visuais e auditivas e de acordo com o seu temperamento e constituição psíquica são levados à prática de agressões e crimes, caindo por fim num estado de decadência física e moral, como consequência do uso prolongado desta droga inebriante e entorpecente. (...) Consequentemente, para cometer graves crimes, até contra a vida de terceiros, sob a ação desta planta, bastam motivos fúteis e até sem pretexto algum. (...) A maconha cria e fomenta ideias e ilusões que já estão preformadas no cérebro, mas não cria outras novas. Assim é possível que um indivíduo já propenso ao crime, pelo efeito exercido pela droga, privado de inibições e do controle normal, com o juízo deformado, leve à prática seus projetos criminosos (FARIAS, 1958, p.298).

Novamente, nota-se o desaparecimento das considerações acerca da natureza das raças. A ênfase, agora, é no aumento que a maconha causa nas “*inclinações individuais*”. A vinculação estabelecida entre o uso de maconha e certas populações não mais aparece, mas, uma vez construída por décadas no imaginário social, parece seguir sendo enunciada, ainda que não explicitamente. Esse novo momento desse processo de objetivação de usuários de maconha se caracteriza pela atenção às predisposições individuais, sendo o uso da planta ainda fortemente associado à decadência e a comportamentos agressivos e não-civilizados, exatamente aqueles que são identificados, até hoje, com as populações oriundas das “classes

⁶¹ Em Porto Alegre, por exemplo, os primeiros casos de usuários surpreendidos fumando a erva foram notificados no final do ano de 1940 e no início de 1941 (CIULLA, 1958, p.377).

perigosas”. Além disso, a ênfase no perigo, na futilidade ou mesmo inexistência de motivos para a prática delituosa e na existência de propensões inatas para o crime funcionam como ideias instabilizadoras e fomentadoras do medo na população. Assim, parece que, se por um lado dissemina-se o pânico com relação aos “maconheiros”, que agora já não podem ser tão facilmente identificados pela cor da pele, pelo sotaque ou acento linguístico, por outro se mantêm os mecanismos de controle social, seja pela fixação previamente construída de uma relação do uso de maconha com populações estigmatizadas, seja pela nova associação que se começa a construir do uso da substância com comportamentos não-civilizados, agressivos. Ou seja, se desaparecem do discurso científico as menções a raças e etnias, permanecem (e mesmo se multiplicam) as vinculações do uso da droga com comportamentos que historicamente foram associados a raças e etnias específicas.

Uma genealogia do uso de maconha como patologia

Se parecem assentadas as bases da vinculação histórica construída entre o uso de maconha e a prática de crimes, atentemos, agora, para o outro polo determinante da objetivação do usuário da droga: a doença, em especial a doença mental, a loucura. Foi somente com o Decreto-Lei nº 891, promulgado no Brasil por Getúlio Vargas, em 1938, que a toxicomania é tornada “questão da alçada exclusiva do campo médico, que exerce sua autoridade administrando o tratamento segundo determinações específicas”. E é precisamente esse movimento legislativo que pode ser identificado como um marco da cristalização e do aprofundamento da governamentalidade do uso de drogas em nosso país. Para a historiadora Lourdes Silva,

a atribuição de incompetência imputada pela medicina ao indivíduo que usa droga em muito corrobora o discurso do regime totalitário getulista, dirimindo, ao menos, temporariamente e nesta questão em particular, a contradição entre a liberdade individual e a coerção social. Nos manicômios, são os médicos quem define se a recuperação foi atingida ou não; enquanto isso, o indivíduo é dado como incapaz. A combinação da incapacidade individual atribuída ao usuário – aqui toxicômano – associada ao crescimento do tráfico neste contexto fornece a justificativa necessária para a investida do Estado sobre o indivíduo. Uma medida de proteção com potencial para reverberar como um grande mal – na acepção fraca do termo, no sentido de fazer transmutar as garantias individuais em direitos coletivos no intuito de gerar um sentimento de segurança na população à custa de um largo poder de intervenção (SILVA, 2009, p.163).

Assim, é a patologização do uso de maconha e de outras drogas que fornece ao Estado governamentalizado formas mais sofisticadas de controle sobre a população, formas estas que se fundamentam estritamente no saber médico, no discurso de verdade do médico psiquiatra e na prerrogativa que tal discurso confere ao Estado para intervir legitimamente, nos termos da verdade, sobre os indivíduos, em nome de sua própria saúde e liberdade, anuladas pelas

drogas. Nesse sentido, “as toxicomanias, tomadas como ‘morbidades degenerativas’, dão suporte ao discurso policial que alimenta a ansiedade das elites e justificam medidas mais ostensivas para o controle das enfermidades que condenam ao fracasso o modelo civilizacional e fabril” (SILVA, 2009, p.173). O discurso médico, portanto, funciona, nesse processo de consolidação da governamentalidade dos usos de drogas em nosso país, como “correia de transmissão”, como elemento que possibilita a conexão entre as aspirações das elites nacionais de civilização da sociedade e de aprofundamento das relações capitalistas com os aparatos de segurança que podem operar, sobre os extratos populacionais mais distantes desses ideais, por meio da vigilância, da repressão, do controle e da violência em nome da saúde, da liberdade, da civilização e do desenvolvimento econômico e social. A verdade do uso de drogas como doença mental, então, torna possível coagir indivíduos em nome do bem e do direito coletivo, de modo que se pode caracterizar o projeto de modernização nacional construído pelas elites brasileiras a partir da Proclamação da República, mas, principalmente, a partir da Era Vargas (projeto este no bojo do qual o governo político da maconha, das drogas tornadas ilícitas em geral, e de seus usuários, encontra seu sentido) como uma busca por “manutenção do ideário republicano da ordem e do progresso através do patrulhamento constante das atitudes e comportamentos da sociedade como um todo, mas especialmente dos grupos considerados perigosos e indesejados” (SILVA, 2009, p.173).

No entanto, essa possibilidade de associação do uso de drogas com a doença mental provém ainda do século XIX, e sua cristalização como lei, em 1938, é parte do próprio processo de consolidação da psiquiatria como campo legítimo de enunciação da verdade sobre a loucura. Segundo Adiala,

a relação entre drogas e loucura foi estabelecida pelo discurso médico e por parte de sua crescente especialização psiquiátrica (...) através de categorias diagnósticas médicas específicas no final do século XIX, as quais, ao longo das três primeiras décadas do século XX, foram sendo tratadas e defendidas cada vez mais no campo da psiquiatria: loucura alcoólica, psicose alcoólica, alcoolismo, dipsomania, intoxicações, morfínismo, cocainismo e toxicomania. (ADIALA, 2011, p.112).

Tal como ocorrido em todo o mundo ocidental, a emergência da psiquiatria no Brasil se dá a partir da caracterização da loucura como doença mental, de modo que se faz necessário o desenvolvimento de um tipo bastante específico de saber e de prática médicos a fim de dar conta desse fenômeno. É, portanto, somente a partir do momento em que a medicina “incorpora a sociedade como novo objeto e se impõe como instância de controle social dos indivíduos e das populações”, ou seja, como já visto, quando a medicina se apresenta como medicina social e defende um projeto político específico (a civilização, o progresso), que é possível, no Brasil, falar em nascimento da psiquiatria. Assim, “é no seio da

medicina social que se constitui a psiquiatria”, de modo que “do processo de medicalização da sociedade, elaborado e desenvolvido pela medicina que explicitamente se denominou política, surge o projeto – característico da psiquiatria – de patologizar o comportamento do louco, só a partir de então considerado anormal e, portanto, medicalizável” (MACHADO *et alli*, 1978, p.376). Nesse projeto higiênico e disciplinar da medicina social, a população, tornada objeto de intervenção, começa a ser mapeada tendo em vista a identificação, a partir de critérios médicos, de desvios de comportamento que podem ser perigosos e causar dano ao emergente projeto de civilizar o Brasil. Quando essa forma de conceber a sociedade e a função social da medicina se torna hegemônica em nosso país, “o louco faz seu aparecimento como um perigoso em potencial e como atentado à moral pública, à caridade e à segurança” (MACHADO *et alli*, 1978, p.377), devendo ser retirado das ruas das cidades. A psiquiatria, portanto, nasce, no Brasil, em meados do século XIX, como instrumento de prevenção destinado à caução da loucura que, tornada doença, ameaça a normalização da sociedade, condição para sua desejada civilização. Através da psiquiatria, então, “o médico penetra ainda mais profundamente na vida social, dá as cartas em um jogo que passa a existir segundo regras por ele mesmo criadas” (MACHADO *et alli*, 1978, p.447).

Foi a partir dessa racionalidade que os médicos e psiquiatras, interessando-se e identificando no uso de maconha uma via etiológica para a loucura, passaram a qualificar tal prática a partir de categorias que se relacionavam diretamente com uma grelha classificatória empregada desde fins do século XIX para a compreensão dos efeitos do álcool sobre o psiquismo humano. Desde o estudo inicial de Rodrigues Dória, em uma forte indicação do emparelhamento das concepções acerca do uso de maconha com os abusos do álcool identificados principalmente nas classes populares, inúmeros pesquisadores do assunto referiam-se à intoxicação provocada pela erva como “embriaguez⁶²”, ou, mais precisamente, “embriaguez canábica”. Mas, além de referido como uma “embriaguez”, o hábito de fumar maconha foi descrito e classificado de diversas outras maneiras, todas obedecendo à mesma lógica organizadora do discurso já estabelecido pelos especialistas em relação ao consumo do álcool e depois pouco a pouco expandido, sendo utilizado para se referir, também, às outras

⁶² Segundo o historiador Henrique Carneiro (2010, p.265-266), “embora atribuída, antes de tudo, às bebidas alcoólicas, a embriaguez é a palavra que, na cultura ocidental, designa o efeito genérico de todas as drogas numa metonímia em que o todo dos múltiplos efeitos possíveis de substâncias psicoativas é representado genericamente pelo efeito particular do inebriamento. A grade conceitual pela qual os ocidentais quiseram compreender os efeitos das variadas formas de alteração de consciência por meio de usos de drogas diversas foi sempre a do modelo alcoólico do inebriamento. Devido à facilidade de sua obtenção por fermentação de muitos produtos, as bebidas fermentadas são extensamente conhecidas pelos povos da Terra e serviram, portanto, de denominador comum na sabedoria arcaica da plasticidade farmacêutica da mente, oferecendo uma linguagem comum do saber usar desse instrumento psíquico e técnica corporal”.

drogas que iam sendo descobertas, sintetizadas, isoladas. Assim, Parreiras, em 1949, classificava o uso de maconha ora como “*canabismo*”, uma “*toxicose deselegante, em contraposição aos males sociais elegantes (...), morfinomania, (...), heroínomania, (...), cocainomania*” (PARREIRAS, 1958, p.252), ora como “*esquizofrenia canábica*”, como “*sociose deselegante*” (PARREIRAS, 1958, p.265), como “*alucinose canábica*” (PARREIRAS, 1958, p.267) ou simplesmente “*alucinose*” (PARREIRAS, 1958, p.264). Nessa abundância de adjetivações, termos como “*maconhismo*” ou “*diambismo*” também eram bastante frequentes na literatura especializada, enquanto a categoria diagnóstica “*toxicose*”, utilizada por Décio Parreiras, também o fora por Pedro Rosado, em 1950, em seu estudo “*O vício da liamba no Estado do Pará – uma toxicose que ressurge entre nós*”. Já conforme a visão do psiquiatra João Mendonça, expressa em seu artigo “*Os perigos sociais da maconha*”, publicado no Rio de Janeiro na Revista de Medicina Militar, em 1944, o consumo de maconha deveria ser classificado dentre as “*psicoses heterotóxicas*” (MENDONÇA, 1958, p.103), categoria também utilizada por Parreiras (1958, p.261) e por Neves-Manta (1946, p.5).

Essa multiplicidade de classificações, com o passar dos anos, começou a ser melhor trabalhada e organizada em torno da ideia de “*intoxicação*”, a qual permitiu ao saber médico-psiquiátrico o agrupamento de todas essas “*doenças*” sob a categoria de “*toxicomanias*”, exprimindo uma síntese nosográfica para as diferentes substâncias tóxicas (ADIALA, 2011, p.113). Essa síntese em relação às manifestações patológicas do abuso de drogas permitiu à psiquiatria, ainda em afirmação como um campo autônomo dentro da medicina, assumir uma posição de maior autoridade perante o Estado e a sociedade. Pode-se dizer que foi a partir dessa fixação da “*toxicomania*” como um tipo de enfermidade que a psiquiatria garantiu para si um maior poder de institucionalização e de interferência em campos como a Criminologia e o Direito, tornando-se uma interlocutora poderosa e de imprescindível participação em decisões judiciais acerca de delitos cometidos sob o efeito de substâncias alteradoras da consciência. E isso a tal ponto que permitiu a um psiquiatra como João Mendonça afirmar, em 1944, sobre a participação de médicos-psiquiatras na determinação das penas a serem fixadas para crimes praticados sob o efeito de drogas, que “*a Justiça penal sem os médicos é a mais flagrante das injustiças*” (MENDONÇA, 1958, p.103). Essas articulações permitiram, sem dúvidas, a abertura de um vasto e promissor campo de trabalho, pesquisa e reconhecimento para médicos e psiquiatras, fortalecendo o empreendimento lançado, no século XIX, por uma medicina que concebe a si mesma como missionária da saúde, da justiça, do bem e da verdade. Foi por intermédio de categorizações como a de “*toxicomania*” que o saber médico transcendeu as fronteiras da técnica e ingressou como um ator privilegiado nas disputas

políticas, fazendo circular discursos que se colocavam, cada vez mais, como forças constituintes de um campo de verdade sobre as práticas de uso de drogas e as pessoas que nelas tomavam parte.

É verdade que tal intervenção da psiquiatria no âmbito penal remonta, ao menos na Europa, ao início do século XIX (FOUCAULT, 2012g, p.3). Entretanto, essa intervenção inicial deu-se com relação a crimes extraordinários, considerados monstruosos, contrários a tudo que se concebia como “natural” e, portanto, irracionais, desinteressados, sem motivos compreensíveis, inexplicáveis sem o recurso às categorias psiquiátricas (FOUCAULT, 2012g, p.6). Com a construção de noções como a de “toxicomania”, o que se operou foi a consolidação, não da suposta expansão da psiquiatria sobre outro campo, o direito, mas de uma modalidade de poder e de uma forma de justificação do poder que, com a intervenção da psiquiatria sobre o campo penal, fora inaugurada. Esse novo tipo de poder, que se constitui “na encruzilhada do médico e do judiciário”, é o que Foucault chamou de “poder de normalização” (LAGASNERIE, 2013, p.154). Assim, como indica Foucault (2012g, p.8-9), não se trata de um “imperialismo dos psiquiatras”, mas de um funcionamento estratégico do saber e do poder psiquiátricos como instrumento de higiene pública, instrumento que, apropriado e em associação com o Estado, permitiu operacionalizar todo um modo de problematização da população enquanto espécie, vinculando-a a perigos biológicos, doenças, falta de higiene, enfim, uma série de elementos próprios às coletividades humanas e que requeriam formas de representação e de intervenção. Isto por um lado. Por outro lado, a lógica da penalização exige a vinculação de um ato criminoso a um sujeito criminoso, vinculação esta que se dá por intermédio do desvelamento de um motivo. Em casos como os dos grandes crimes monstruosos, em que a própria natureza parecia aviltada, diante da incapacidade dos aparelhos judiciários em apresentar motivações racionais e interessadas para esses atos, a psiquiatria surgia como capaz de operacionalizar esse elo entre o crime e o criminoso através da introdução das perturbações mentais como motivadoras. Certos indivíduos, então, carregam em si mesmos, conforme essa racionalidade emergente que vai tomando as instituições voltadas ao controle social, a motivação para a criminalidade. Trata-se, agora, de identificá-los como perigosos, de monitorá-los, de descrevê-los a fim de compreender essas motivações internas que são, elas mesmas, patologias. Cada vez mais, assim, ao longo do século XIX, a psiquiatria “tenderá a procurar os estigmas patológicos que podem marcar os indivíduos perigosos: loucura moral, loucura instintiva, degeneração” (FOUCAULT, 2012g, p.14). Com esse movimento histórico da psiquiatria em direção ao direito penal “a separação entre o lícito e o ilícito foi revestida de um conjunto de outras significações”, fazendo com

que a criminalidade não seja mais “apreciada de um ponto de vista legal, mas de um ponto de vista psicológico-moral” (LAGASNERIE, 2013, p.153).

A noção de “toxicomania”, portanto, pode ser compreendida como inserida nessa racionalidade, como signo e estigma patológico que marca o indivíduo perigoso, o indivíduo degenerado, funcionando enquanto instrumento teórico capaz de sustentar tecnologias, conjuntos de práticas e intervenções sobre o corpo social, a fim de, identificando a anomalia, saná-la. Já em fins do século XIX, a consolidação do saber psiquiátrico como instrumento-chave que permite ao poder judiciário articular os grandes crimes monstruosos e sem motivação inteligível com os indivíduos que os cometeram cria as condições para que, progressivamente, outros comportamentos identificados como pequenos delitos sejam problematizados. Dos grandes crimes loucos aos pequenos delitos (em especial aqueles relativos à sexualidade), uma série de condutas passa a ser compreendida por meio dessa racionalidade médica-judiciária e diversas categorias patológicas começam a ser propostas como articuladoras entre esses delitos e aqueles que os cometem, como, por exemplo, a necrofilia, a cleptomania, o exibicionismo, a pederastia, o sadismo. A “questão psiquiátrica”, deste modo, “não é mais situada em alguns grandes crimes”, mas sim perpassa um grande domínio de infrações (FOUCAULT, 2012g, p.15-16).

Mas, antes da consolidação da noção de “toxicomania” como categoria, os médicos e psiquiatras operaram, no que se refere à constituição do uso de maconha enquanto patologia, com a ideia do “maconhismo” ou do “canabismo” crônicos. Entre 1915 e 1958, diversas descrições do uso crônico de maconha e de seus efeitos sobre o corpo, a mente e a conduta dos usuários foram produzidas e circularam nos periódicos médicos. Tratava-se do início do processo de fixação de uma patologia relacionada ao consumo da planta. Vejamos como ela foi descrita em diferentes momentos desse processo. Para Rodrigues Dória, em 1915, com o uso crônico

todas as funções nervosas se deprimem. Os inveterados e os insaciáveis no vício podem entrar em um estado de caquexia, que não permite viver muito tempo. Emagrecem rápida e consideravelmente, adquirem cor térrea amarela, dispepsia gastrointestinal, fisionomia triste e abatida, depressão de todas as funções, bronquites. Nesse estado quase sempre a morte sobrevém em pouco tempo, e diz o povo haver uma tísica da maconha, de forma aguda e rápida, exterminando a vida em dois ou três meses. Nesse estado de *maconhismo* crônico, o vício é imperioso, dominante e tirânico. (DÓRIA, 1958, p.9).

Vários anos depois, a descrição de Dória seguia oferecendo o modelo para o saber médico sobre a maconha e seu uso crônico. Em 1949, Décio Parreiras (1958, p.243) afirmava que “*negar (...) a caquexia e o canabismo crônico é como que negar a cronicidade do alcoolismo, e para quem viu, como eu vi, indivíduos caquéticos, sob a ação permanente do*

tóxico, mesmo quando desde muito não usado, não pode haver dúvida sobre o arraigado do vício". Além da descrição do "*canabismo crônico*" como causador de uma caquexia suscetível de levar à morte o usuário, tal como descrito mais de 30 anos antes por Rodrigues Dória, Parreiras também vinculava essa condição àquela produzida pelo álcool, remetendo, como já mencionado, ao modelo patológico do uso crônico dessa substância, estabelecido pela medicina brasileira ainda no século XIX. Mais adiante, nesse mesmo texto de 1949, Décio Parreiras completa sua descrição do uso crônico de maconha apresentando uma elaboração bastante similar, novamente, à de Rodrigues Dória: "*No canabismo crônico há episódios de confusão mental, obnubilação, delírio, estado demencial, dispepsia gastrointestinal, crises diarreicas frequentes, inapetência, sinais de bronquite, mostrando a ruína humana de um viciado, pronto a morrer*" (PARREIRAS, 1958, p.243). Degradação física, ruína mental e a morte como perspectiva: eis os parâmetros em torno dos quais se estabelece o uso crônico de maconha enquanto doença. Se avançarmos ainda alguns anos nessa reconstituição da produção do consumo de maconha como patologia por parte do saber médico-psiquiátrico, elemento central desse processo de objetivação de usuários da droga, tal como ocorrido no Brasil, encontraremos, no ano de 1954, a tese de Pedro Nicolau G. Santos Rosado, defendida na Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, em Belém, sob o título de "*Estudo dos distúrbios nervosos produzidos pelo uso da maconha*". Nesse trabalho, Rosado, quase 40 anos após a comunicação de Rodrigues Dória no Segundo Congresso Científico Panamericano, em Washington, aponta que "*o maconhismo crônico observado depois do uso muito prolongado e contínuo da droga, se traduz por um estado de enfraquecimento psíquico e somático: enfraquecimento das faculdades intelectuais, alterações do caráter, apatia, anorexia, emagrecimento e caquexia*" (ROSADO, 1958, p.366). Ou seja, percebe-se a manutenção de um modelo explicativo da constituição de uma doença a partir do uso prolongado e contínuo de maconha, o qual acabaria, inevitavelmente, determinando uma trajetória e um destino aos usuários da droga. Tal destino será, também, apontado pela medicina como parte de sua missão saneadora:

atirado à cama, quando esta existe, o olhar mortiço e indiferente, o caquético canábico vive completamente alheio ao meio exterior e, às vezes, à fumaça do tóxico, sorri desalentado e vencido, sem esperança da vida melhor que ele imaginara, nas espirais pardacentas e irritantes do cigarro perigoso. Após o uso prolongado e contínuo da erva, o maconheiro tem a sua espera o cárcere, o manicômio ou o hospital, quando a bala ou o punhal não lhe interrompem a trajetória infeliz nessa vida que ele mesmo tornou intolerável (PARREIRAS, 1958, p.264).

O cárcere, o manicômio, o hospital, quando não a morte no crime. Esse o destino do “*caquético canábico*”. As instituições disciplinares, aquelas constituídas na modernidade com o intuito de produzir os sujeitos adequados ao projeto moderno, ao projeto dos Estados-Nação são o que espera o “maconheiro”, o qual precisa urgentemente ser reformado, ter sua força recuperada e sua conduta conduzida, afinal “*é evidente o comprometimento da vontade do intoxicado*” (ROSADO, 1958, p.337).

É interessante perceber, nessas descrições fatalistas, nessas determinações do destino do usuário de maconha, um sentido performativo por meio do qual o discurso tende a produzir a realidade que descreve. Neste caso, tal processo tende a ocorrer principalmente devido à autoridade daquele que profere o discurso (um médico e, além disso, com frequência ocupante de cargo público), às características desse discurso (científico) e à chancela a ele conferido pela institucionalidade que o marca enquanto discurso assumido pelo Estado como verdadeiro, de modo que, informando as rotinas profissionais e institucionais, esse discurso faz-se prática, tornando a intervenção sobre os usuários de drogas parte fundamental desse processo de objetivação desses indivíduos. Assim, quando Roberval Cordeiro de Farias, presidente da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, membro do Conselho Nacional de Saúde e ex-Diretor do Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina, publica seu artigo “*Uso da maconha (Cannabis Sativa L) no Brasil: medidas de repressão sanitária e policial*” no “Boletim de Estupefacientes”, editado pela Organização das Nações Unidas em 1955, suas afirmações adquirem um poder performativo que deve ser considerado como parte, ou melhor, como força atuante na história das problematizações e dos governos do uso de maconha:

Com o seu uso [da maconha] geram-se inibições e deforma-se a razão. Para a reação individual é de máxima importância o caráter da pessoa e isto de um modo particular quando se encontra sob o efeito da intoxicação. Produz-se, amiúde, uma sensibilidade extraordinária, uma excessiva irritabilidade, como consequência de idéias paranoicas, que se desenvolvem rapidamente sob a influência da maconha. O estado de pavor, de delírio, de excitação extrema recrudescer a tal ponto que conduz o indivíduo ao suicídio e ao homicídio. Muitas vezes os fumadores de maconha se sentem perseguidos e terminam por converter-se em perseguidores, atacando na sua carreira desenfreada a todos que encontram no seu caminho (FARIAS, 1958, p.297).

Trata-se de considerar, seguindo a argumentação de Ian Hacking (2002), que as descrições científicas tendem a produzir, em grande medida, aquilo que descrevem, pois com a circulação da descrição circulam também possibilidades de identificação e de ação para as pessoas cujos comportamentos recaem sob a referida descrição. Assim, tanto a forma como um usuário crônico de maconha pensa sobre si mesmo ao ver-se descrito por uma autoridade médica, pelo próprio saber médico chancelado pelo Estado, quanto a forma como ele será pensado, problematizado, abordado, em suma, efetivamente tratado pelas instituições às quais será encaminhado (a prisão, o manicômio, o hospital) tendem a produzir a verdade prevista. É assim que funciona um processo de objetivação, mediante a observação de alguns casos particulares e a extração, desses casos, de regras gerais que serão, por sua vez, utilizadas como padrões diagnósticos para novos casos particulares identificados. Deste modo, quando *“o embotamento do senso ético, a irritabilidade e uma egofilia, fruto da exigência imperiosa da droga, fazem-no [o usuário de maconha] abandonar a família e as ocupações para cair na vagabundagem, incidindo, nesta condição, numa maior criminalidade”* (CIULLA, 1958, p.380), como afirma Luiz Ciulla, alienista do Hospital São Pedro e Chefe da Clínica Neurológica da Santa Casa do Rio Grande do Sul, em seu estudo descritivo de alguns casos de intoxicação pela maconha identificados em Porto Alegre no início da década de 1940, a imbricação entre efeitos químicos, psicológicos, sociais, econômicos, jurídico-penais, institucionais com efeitos discursivos subjetivados pelo sujeito e pelos profissionais que pensam e agem sobre ele e que com ele se relacionam se complexifica de tal forma que se torna hercúlea, ingrata a tarefa de determinar a cadeia de causalidades que produzem o sujeito e sua conduta.

Novamente, agora, quando se trata de aprofundar a compreensão acerca de como o uso de maconha foi associado à doença, o conceito operacionalizador ao qual devemos retornar é o de “degeneração”, ou “degenerescência”. Do mesmo modo que em relação à associação do uso da substância com a prática de crimes, foi a elaboração e a funcionalidade desse conceito que permitiu aos médicos e psiquiatras o entendimento do consumo de maconha como desencadeador ou causador de doenças mentais transitórias e/ou permanentes. A ideia de “degeneração” remonta ao século XVIII, quando biólogos a utilizaram “para

referir-se à queda do homem ou de outro tipo de vida distante de um tipo original perfeito”. Já no século XIX, o conceito foi empregado pela sociologia nascente “para definir o processo histórico inevitável no qual raças conquistadoras puras – através da mistura com raças inferiores puras – perdem suas qualidades especiais e energia” (ADIALA, 2011, p.117). Esse conceito foi, então, apropriado pela psiquiatria, a partir da segunda metade do século XIX, período de delimitação e luta por legitimação desse novo campo médico-científico, que o definiu como “um estado patológico do organismo que, em relação aos seus geradores mais imediatos, é constitucionalmente fragilizado na sua resistência psicofísica” (ADIALA, 2011, p.122). As causas da degenerescência poderiam ser hereditárias ou adquiridas (a civilização, os costumes, a educação, a miséria, a solidão, as intoxicações...), de modo que, para compreendermos bem a reviravolta que esse conceito desencadeou na psiquiatria devemos ter em mente que, com ele, o saber “passa a buscar a inteligibilidade da doença mental em uma causalidade oculta” (ADIALA, 2011, p.120). Deste modo, “a noção de degeneração permitia ligar o menor dos criminosos a todo um perigo patológico para a sociedade, e finalmente para toda a espécie humana” (FOUCAULT, 2012g, p.18), funcionando como ferramenta conceitual central em um regime de poder no qual era imperativa a consolidação de mecanismos de identificação, vigilância, controle e punição de indivíduos e grupos populacionais vistos como perigosos à estabilidade da configuração existente das relações de poder. O abuso de maconha, assim, tal como o abuso de álcool e de outras substâncias externas ao organismo humano, pôde ser compreendido como uma causa de alienação mental adquirida, bem como uma causa de degenerescência. Ao mesmo tempo, a constatação de que tal abuso se dava por parte de negros, mestiços, nortistas, nordestinos, pobres e analfabetos alarmou os psiquiatras, comprometidos com a civilização do país, por constatarem aí uma ameaça séria aos desígnios nacionais, afinal a convergência em um mesmo fenômeno das duas formas causais de produção de degenerescência e doença mental só poderia significar um temível obstáculo no caminho da nação. Esse alarme e essa racionalidade são notáveis na colocação do psiquiatra Pedro Rosado, no seu “*Estudo dos distúrbios nervosos produzidos pelo uso da maconha*”, de 1954:

O consumo sempre crescente e cada vez mais generalizado da maconha, principalmente, nas camadas de nível intelectual mais baixo, seria suficiente para justificar, por si só, medidas mais eficientes e, sobretudo, mais práticas do que as adotadas até o presente momento. Medidas, cuja urgência ainda mais se faz sentir, se atentarmos para a rapidez com que o vício está invadindo as capitais e principais cidades do nosso país, atingindo classes até então poupadas (ROSADO, 1958, p.364).

Movidos pelo desejo de civilização do país (CORREA, 1998), os psiquiatras brasileiros do início do século XX incorporaram as categorias e a racionalidade constituída pelo saber médico na Europa (ADIALA, 2011) e lançaram-se a uma “cruzada higienista” que via no uso de álcool e de drogas “uma doença hereditária e um fator de debilitação da população” que precisavam ser solucionadas por meio de “medidas eugênicas” que impedissem o aumento do número de degenerados (ADIALA, 2011, p.134). Essa mobilização da classe médica, de um lado, e a pressão internacional, de outro⁶³, conduziram à proibição do comércio de drogas como a cocaína, a morfina e a heroína⁶⁴. Seguiu-se a esse movimento legislativo, um movimento de institucionalização, com a constituição de sanatórios destinados aos alcoolistas e toxicômanos. A partir do trabalho realizado nessas instituições consolidou-se o saber psiquiátrico nacional sobre o uso de drogas como patologia: a observação contínua dos internos propiciou o levantamento de dados, a elaboração das primeiras estatísticas e, conseqüentemente, a sofisticação das ferramentas conceituais e das elaborações teóricas explicativas da natureza, das causas e dos prognósticos do viciado em drogas. Foi neste momento, como aponta Adiala (2011), que se deu a reorganização da classificação das

⁶³ Principalmente por parte dos Estados Unidos, que lançavam à época sua campanha internacional pela proibição de diversas drogas (em especial o ópio), como parte de sua estratégia geopolítica de disputa com a Inglaterra pela hegemonia mundial. Os ingleses tinham no comércio do ópio uma grande fonte de lucros, através da produção dessa droga na Índia, então possessão britânica. A defesa da proibição da venda livre e do consumo independente de recomendação médica do ópio era parte de uma estratégia estadunidense de aproximação com a China, fustigada pelos britânicos nas chamadas “Guerras do Ópio”, conflitos armados que opuseram Inglaterra e China, com a vitória inglesa, entre os anos de 1839 a 1842 (primeira guerra do ópio) e 1856 a 1860 (segunda guerra do ópio) por conta da recusa chinesa em seguir importando o ópio indiano, que vinha constituindo um problema de saúde pública entre os chineses. Com a intervenção estadunidense, os ingleses acabaram por ceder às pressões e se retirar do comércio dessa substância. Ao mesmo tempo, ao advogar pela proibição do uso não-médico e da venda livre de substâncias como a cocaína e a morfina, os Estados Unidos abalavam as economias de países como a Holanda e a Alemanha, onde as maiores indústrias farmacêuticas produtoras dessas drogas se localizavam (CARVALHO, 2013; TORCATO, 2013; MACRAE; SIMÕES, 2004).

⁶⁴ Conforme Torcato (2013, p.117), a proibição das drogas seguiu-se de um processo de facilitação do acesso a essas substâncias, facilitação esta provocada pelo desenvolvimento do comércio transoceânico, quando “pessoas em diversos locais do planeta começaram a adquirir, e com mais potência, meios para alterar suas consciências. Isso possibilitou a disseminação de álcool destilado, cafeína, tabaco, opiáceos, cannabis, cocaína e açúcar”. A disseminação do uso dessas substâncias, em culturas muitas vezes a elas estranhas, preocupou as classes dominantes em meio a uma conjuntura global de crise do trabalho compulsório e proliferação do trabalho assalariado: “existia a percepção, pela ascendente classe burguesa, dos prejuízos trazidos à disciplina necessária ao trabalho pelo consumo imoderado de álcool. Paralelamente, fatores ligados ao campo médico oficial também contribuíram para uma maior interferência da medicina no ordenamento social, tais como a crise da nosologia baseada na teoria dos humores, a consolidação da psiquiatria e a emergência da categoria clínica loucura, a maior influência do organismo na definição de doença e a emergência das teorias raciais que justificavam a proibição do consumo de substâncias psicoativas a partir do conceito de degenerescência. Todos esses fatores permitiram que a categoria vício, até então pensada em termos essencialmente morais, fosse patologizada” (TORCATO, 2013, p.117-118).

patologias vinculadas, desde o século XIX, ao uso de drogas, em torno do conceito de “toxicomania”, bem como a proliferação das descrições desse novo “personagem” social, o toxicômano, esse novo “tipo”, cuja identidade, em processo de construção, ganhava as ruas, as instituições, as páginas dos jornais, tornando-se disponível para ser utilizada, aplicada, empregada como elemento de identificação de indivíduos diversos que passavam a ser agrupados pelo critério de que realizavam práticas de intoxicação com substâncias alteradoras da consciência. Quando os relatos de intoxicação pelo fumo de maconha começaram a se espalhar para além dos sertões das regiões Norte e Nordeste do Brasil, começando a aparecer um maior número de “casos” nas capitais e grandes cidades, foi por meio dessa racionalidade que eles foram interpretados. Não tardou, então, para que a maconha se juntasse à lista de substâncias cujo comércio era proibido no Brasil, o que aconteceu em 1932, ano em que, também, a toxicomania foi reconhecida legislativamente como doença de notificação compulsória à autoridade sanitária. Segundo Adiala (2011, p.159), “essas medidas assinalavam, não apenas o reconhecimento do problema social das drogas, mas também o reconhecimento pela medicina e pela justiça do referencial teórico da psiquiatria como o discurso científico autorizado para tratar do problema”. Para esse autor, a constituição dos usos de álcool e de drogas como patologias mentais acompanha, no Brasil, a institucionalização da psiquiatria como campo autônomo a deter a caução da “questão das drogas”, tendo por marcos desse processo, em 1905, o surgimento da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins e do primeiro periódico psiquiátrico; em 1912, a instituição do ensino de psiquiatria como disciplina médica autônoma; o aumento do número de estabelecimentos para o tratamento de doentes mentais, a partir de 1905 até meados da década de 1920; e a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923. Esses os marcos do processo de institucionalização de um saber que, incorporando a questão do uso de drogas a um novo modelo teórico, vai compreender essas substâncias não mais simplesmente como “medicamentos” (como era no século XIX a compreensão médica acerca do éter, da morfina, do clorofórmio e, também, da cocaína), mas como drogas suscetíveis de desencadear patologias mentais, carecendo, portanto, de uma maior regulação por parte do Estado.

Assim, é impossível separar esse processo de objetivação de usuários de maconha do processo de “monopolização da prática curativa pela medicina acadêmica” (ADIALA, 2011, p.165) e do processo internacional de proibição das drogas, encabeçado pelos Estados Unidos e pelas elites nacionais ocidentais e vinculado a um complexo feixe de forças políticas, econômicas e morais (FIORE, 2007; RODRIGUES, 2004). O ponto de convergência entre esses dois processos se deu pelo fato de que a constituição do saber médico-psiquiátrico sobre as drogas desempenhou função central no processo político, em escala internacional, de

proibição dessas substâncias, pois disponibilizou o léxico e mesmo a racionalidade a partir da qual, principalmente com a elaboração do conceito de “toxicomania”, que agrupava as doenças mentais associadas ao abuso de drogas em uma mesma categoria nosológica, tornou-se possível a progressiva instituição de controles legais sobre essas práticas e, a partir da elaboração de um discurso científico descritivo do “maconheiro” enquanto um “tipo” de toxicômano, tornou-se possível a institucionalização de formas de controle sobre populações associadas ao uso da droga. Ao mesmo tempo, ampliavam-se os espaços institucionais e as possibilidades profissionais, políticas e econômicas de atuação para a psiquiatria brasileira, recém autonomizada e já incorporada ao aparato de saberes e poderes organizados com o intuito de empreender o desenvolvimento, a civilização e a inserção do Brasil no capitalismo e no mercado mundial: afinal, “em termos econômicos, esse ato de civilizar e modernizar significa capitalização, isto é, incorporação ao ciclo cada vez maior da produção e acumulação capitalistas” (HARDT; NEGRI, 2002, p.246).

Como bem apontam Michael Hardt e Antonio Negri, é a contínua necessidade de expansão do modo de produção capitalista que levou as nações periféricas a se organizarem, se modernizarem e estabelecerem relações produtivas e comerciais com os países indutores do capital (de modo a que estes pudessem obter a mais-valia necessária para o lucro e o reinvestimento que impulsionam o sistema), bem como a desenvolverem políticas sociais com o intuito de transformarem as relações e os modos de vida que dificultavam a incorporação de maiores espaços territoriais e maiores quantidades de força de trabalho a esse modelo. Basicamente, isso significava a necessidade de “difusão do regime disciplinar pelas esferas sociais de produção e reprodução” (HARDT; NEGRI, 2002, p.269), ou seja, tratava-se do disciplinamento da população, ajustando-a a regimes de trabalho e de vida que envolvem desde aptidões físicas e técnicas para a produção (o que inclui um corpo e uma mente saudáveis e dispostas ao trabalho), até desejos de consumo e projetos de vida para os quais um emprego regular, um salário e uma vida estável, ordeira e produtiva constituem condições fundamentais. Em suma, em uma análise macroestrutural, essa objetivação de usuários de maconha no Brasil constitui um processo que acaba se inserindo estrategicamente como um elemento, uma peça do vasto projeto de modernização das sociedades periféricas a fim de que estas sejam inseridas como produtoras (de matérias-primas), fornecedoras (de recursos naturais e de mão de obra) e consumidoras (de produtos e tecnologias desenvolvidos pelos países centrais a partir da exploração dos recursos humanos e naturais fornecidos pelas nações periféricas). As elites brasileiras, principalmente a partir da Proclamação da República, buscaram se engajar ativamente nesse projeto, associando-se ao capital estrangeiro e auferindo, principalmente, os lucros que a crescente aceitação do café brasileiro conquistava

no mercado internacional. Para tal, mais do que nunca, era necessário intervir sobre a população e torná-la saudável, ordeira e produtiva.

Assim, se em meados da década de 1940 começaram a se apagar as marcas de uma associação explícita do uso de maconha com a “raça” negra, foi a partir da segunda metade da década de 1950 que a noção de “predisposição” para a toxicomania, entendida como uma característica individual e ligada mais à constituição biopsicológica do que a marcadores raciais ou de classe, passou a constituir a forma dominante na racionalidade e no discurso médicos sobre as drogas. Trabalhos como os de Neves Manta, “*Razão Psicopatogena da Toxicomania*”, e de Benoni Laurindo Ribas e Nelson Lobo Vianna, “*O Uso de Entorpecentes no Brasil*”, ambos de 1956, passam a destacar a existência de “*uma legião de indivíduos, de todas as classes sociais, dotados de personalidade psicopática e que, por isso, encontram nas drogas estupefacientes a calma dos seus conflitos desencadeados. São os predispostos...*”. Calcada em uma ideia explicativa do vício em drogas como uma “natureza” de certos indivíduos, a operacionalização dessa noção de “predisposição” vai permitir uma ampliação espetacular das possibilidades de governo de camadas cada vez mais amplas da população. Se antes o aparato da condução das condutas com relação ao uso de maconha estava voltado quase que exclusivamente às raças e classes vistas como “perigosas”, agora ele está generalizado: “*frente à impossibilidade de se identificar previamente o enfermo que se escravizará à droga, resulta o critério de se admitir o indivíduo como um viciado em potencial, impondo-se, desde logo, a profilaxia necessária*” (RIBAS; VIANNA, 1956, p.314). Assim, todo indivíduo é um “*viciado em potencial*”, pois não há mais nada, nenhuma característica física ou mesmo moral capaz de indiciar o viciado em drogas. Ao mesmo tempo, e por conta dessa verdade, toda a população torna-se alvo de medidas profiláticas, tendo em vista a conservação de sua saúde e de seu potencial produtivo, de modo que a esse desenvolvimento conceitual oriundo do saber médico corresponde o desenvolvimento de novas técnicas de gestão biopolítica da população. Se finalidades biopolíticas se encontravam desde muito cedo na organização das políticas sociais, logo no início do processo de racionalização da gestão do uso de maconha e de constituição de saberes em torno dessa prática, é a partir desse novo momento do saber médico-psiquiátrico, com a consolidação da ideia de “predisposição”, que se torna possível a extensão do biopoder a virtualmente todo o conjunto da população. O vício em maconha será apontado, então, pelos especialistas, como o mais disseminado “*problema médico e social*” (RIBAS; VIANNA, 1956, p.310) a requerer as atenções públicas.

Nessa mesma linha, o psiquiatra José Lucena, em 1958, ofereceu uma sistematização para a nova forma de compreensão médica acerca dos “*distúrbios psíquicos encontrados no*

maconhismo agudo e crônico". Segundo ele, era preciso distinguir duas ordens de sintomas na intoxicação pela maconha, "aqueles determinados diretamente pela ação da intoxicação sobre as estruturas cerebrais" e aqueles "ligados à personalidade anterior ou a mecanismos pré-psicóticos cuja ativação e exteriorização são tornadas possíveis pela intoxicação" (LUCENA, 1958, p.15). Descrevendo e confrontando os sintomas apresentados por fumadores habituais e por pessoas que jamais haviam utilizado a erva, Lucena identifica certo número de diferenças na intensidade e na qualidade dos sintomas apresentados, as quais atribui a "influências patoplásticas da constituição, da personalidade e mesmo às variações do estado emocional prévio" (LUCENA, 1958, p.20) de cada indivíduo. Assim, o psiquiatra vai atribuir o desenvolvimento do vício à relação entre disposições constitucionais e traços de personalidade de cada indivíduo com as características próprias da "agressão exógena persistente" (LUCENA, 1958, p.23) provocada pelo uso de maconha. Essa espécie de determinismo biopsicológico vai fornecer um novo modelo explicativo para o vício, o qual se por um lado estende para toda a população os mecanismos de suspeição, vigilância e intervenção, por outro não perde de vista aqueles indivíduos cujas condições econômicas e sociais os tornam mais predispostos à toxicomania, pois as predisposições individuais são consideradas como podendo ser inatas ou adquiridas ao longo de uma vida de privações, carências e sofrimentos. Nesse sentido, Lucena, ao final de seu artigo, vai sugerir que se mantenha uma "vigilância nos meios sociais predispostos à toxicomania (meios de má vida, de delinquência, mas também áreas populares mais expostas à contaminação, marítimos, por exemplo, ou jornaleiros, etc)" (LUCENA, 1958, p.24).

Com a disseminação do uso de maconha nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e, principalmente, nas classes médias e nas elites urbanas, um novo perfil social, econômico e cultural começa a ser analisado quando os especialistas empreendem suas investigações acerca dos usuários de maconha. Não mais o negro, o caboclo, o nordestino das zonas rurais, analfabeto e pobre, mas, cada vez mais, jovens brancos de classe média e mesmo de elite, bem educados, residentes nas regiões centrais de grandes zonas urbanas, nas principais cidades do país, vivendo com boas condições econômicas e perspectivas sociais e profissionais. Nota-se, a partir daí, inflexões e descontinuidades nos discursos produzidos pelo saber psiquiátrico: não era mais possível atribuir qualquer tipo de inferioridade étnica, intelectual ou social como desencadeadora do vício. Assim, no começo da década de 1960, as únicas formas de determinismo que permanecem nas descrições científicas sobre o vício em maconha fazem referência à "constituição psíquica pré-existente à intoxicação", constituição esta que não distinguia classes nem raças, estando qualquer indivíduo a ela suscetível. Nesse sentido, tendo por objeto de pesquisa e observação esse novo perfil de "viciado", Pedro

Pernambuco Filho, eminente psiquiatra, diretor do Sanatório Botafogo, instituição privada na qual a elite carioca internava seus filhos para desintoxicação, apontava que *“hoje, está afastada a ideia de que o vício da maconha possa, por si só, determinar uma psicopatia”*. Não bastava mais a evidência do uso de maconha para a afirmação do diagnóstico de doença mental: era preciso ser mais cauteloso, pois esse novo tipo de usuário não poderia mais fornecer o substrato para que a droga seguisse a ser compreendida como o *“ópio do pobre”*, mas sim como o fator *“revelador da constituição psicopatológica do viciado”* (PERNAMBUCO FILHO, 1961, p.65). A pobreza, as culturas nortistas e nordestinas, as culturas e tradições afrobrasileiras e as culturas das classes populares não poderiam mais ser patologizadas e interpretadas como estando em relação de causalidade direta com o vício em maconha. Essa mobilidade socioeconômica do consumo da droga operava, principalmente a partir da década de 1960, uma transformação nas formas pelas quais a racionalidade psiquiátrica compreendia o *“canabismo”*: não sendo mais possível a criminalização e a patologização diretas das populações cujo controle era vital ao projeto civilizador nacional, a própria pesquisa do uso de maconha feito em novos contextos, por novos tipos sociais, conduziu os especialistas a focarem suas atenções sobre o indivíduo e suas características psicopatológicas. A disseminação do uso de maconha para outros grupos econômicos, sociais, étnicos e culturais, desprovidos de estigmas visíveis, assim, funcionou como condição de possibilidade para que o saber psiquiátrico se voltasse para o interior do indivíduo, enfatizando, a partir de então, muito mais sua constituição psicológica, sua personalidade, seu temperamento do que suas vinculações étnico-culturais e suas condições socioeconômicas. As pesquisas sobre a maconha e seus usuários, assim, passaram a ser conduzidas, e seus resultados a serem interpretados de acordo com essa nova racionalidade cuja ênfase estava em desvendar a doença mental que se escondia potencialmente no interior de cada indivíduo, sendo a maconha apenas um fator revelador, um *“gatilho”* que desencadeia um processo que já estava ali e que poderia, a qualquer momento, vir à tona.

No entanto, a vinculação da droga com certos grupos, estabelecida, como vimos, no Brasil, desde o início do século XX, certamente teve um grau de cristalização no imaginário coletivo, associando-se e reforçando certos tipos de preconceito étnico, racial, regional ou de classe. Como escreve França (2015, p.52) acerca desses *“homens de saber”* que construíram o uso de maconha como problema social no Brasil,

lançando mão de relatos pessoais, de comentários de amigos, de depoimentos colhidos em manicômios, fábricas e prisões e de observações pouco sistemáticas de um ou outro caso (por vezes, de serviços da própria casa do pesquisador), esses homens de saber, esforçados, mas pouco rigorosos, ligados à administração pública e preocupados com os *“devastadores impactos”* do diambismo sobre a sanidade e a moral das famílias, traçaram uma tipologia do vício e do viciado que – além de fomentar e legitimar uma série de leis relativas à proibição do cultivo e

consumo da *Cannabis* no país, leis cada vez mais restritivas – teve enorme impacto e vida longa no senso comum do brasileiro, definindo, até muito recentemente, os parâmetros da relação que a sociedade local manteve com a planta e com o gosto de consumi-la.

E, completa, mais adiante, esse mesmo autor:

Foram esses homens, em larga medida, que promoveram intensas campanhas educativas contra o uso e o plantio da maconha, povoando, por meio de palestras, panfletos e reportagens de jornal – que muito colaboraram para a popularização das discussões acadêmicas sobre a diamba -, o imaginário de pais zelosos e colegiais curiosos com tantas histórias terríveis sobre a degradação humana causada pelo diambismo; foram eles que se debruçaram sistematicamente sobre aquilo que denominavam o “veneno verde”, o “ópio do pobre”, descrevendo as suas vítimas, mapeando os seus efeitos sobre os usuários (eventuais e crônicos), avaliando os estragos sociais que causava e propondo meios para bani-lo da sociedade brasileira ou, ao menos, de restringi-lo às suas “franjas”; foram eles, em suma, que ao longo de cerca de cinco décadas, com uma eficiência invejável, construíram uma imagem social extremamente negativa da maconha e do maconheiro que duraria, com diminuta contestação, até pelo menos a penúltima década do século XX (FRANÇA, 2015, p.58-59).

O uso de maconha por parte dessas populações negras, nortistas, pobres serviu para fortalecer esses preconceitos e esses preconceitos serviram, por sua vez, para fortalecer o preconceito contra a droga. Também, no que concerne aos desígnios do Estado governamentalizado, tais associações serviram como legitimação para o desenvolvimento de toda uma cultura de vigilância, arbítrio e violência contra grupos desde muito vistos como “perigosos”, cultura hoje profundamente arraigada no funcionamento das instituições. Negros, pobres, maconheiros: criminalizá-los e patologizá-los foi a tônica das políticas sociais brasileiras ao longo do século XX, e os saberes médicos e psiquiátricos, na medida em que se legitimavam perante o Estado e a sociedade, ampliando cada vez mais suas esferas de influência e seus espaços de atuação na definição das políticas públicas e do funcionamento das instituições, desempenharam uma função central nesse processo.

Contudo, conforme apontado anteriormente, a disseminação do uso de maconha e a diversificação econômica, étnica, racial, social, regional e cultural que passou a caracterizar seus usuários, principalmente a partir das décadas de 1950 e 1960, engendraram modificações nas formas como os saberes médicos e psiquiátricos passaram a compreender o uso e os usuários da droga. Gilberto Velho (1981) descreve como, na segunda metade do século XX, as descrições do usuário de maconha como criminoso e/ou como doente mental, construídas nesse processo de objetivação aqui estudado, disseminaram-se na sociedade brasileira, operacionalizando duas formas de acusação e deslegitimação que evidenciam a força dessas verdades produzidas ao longo, principalmente, da primeira metade do século passado em nosso país. “Criminoso” e “doente mental” forneceram as bases explicativas para a emergência de “subversivo” e “drogado” como categorias de acusação. Enquanto “subversivo” serviu, durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), para estigmatizar

os militantes contrários ao regime, caracterizados como ameaças à ordem política e econômica mais estrita, “drogado” serviu para deslegitimar moralmente indivíduos vistos como ameaças aos valores instituídos, por esta mesma ordem, no campo dos costumes. Assim, enquanto o “subversivo” era uma ameaça à ordem política, o “drogado” colocava em risco a ordem moral, ameaçava a família, fugia de suas responsabilidades e era incapacitado para o trabalho. Nesse aparente “salto” do campo científico para o campo moral, nota-se, no meu ponto de vista, a ocorrência de um “efeito de looping” (HACKING, 2002), uma vez que, como vimos, a própria constituição dos saberes científicos sobre a maconha teve início, em nosso país, de modo mais sistemático, a partir de considerações morais sobre tipos específicos de indivíduos e de populações cujo controle era visto como necessário, sob diversas formas, em um contexto histórico específico. Quer dizer, o processo mapeado por Velho (1981), que começa a ocorrer na segunda metade do século XX, parece constituir, após o processo de cientificização de preconceitos morais ocorrido na primeira metade do século passado, um retorno ao campo moral disparado, agora, pelas verdades científicas consolidadas e cuja problematização teve por gênese conteúdos morais. Nesse duplo processo, concepções morais e conceitos científicos transformam-se mutuamente, disseminam-se pela sociedade e são subjetivados por usuários e não-usuários de drogas, concorrendo na conformação das relações dos indivíduos com as substâncias psicoativas.

Como atesta França (2015, p.74), analisando material coletado em veículos de mídia brasileiros das décadas de 1960 e 1970, no discurso acerca da maconha que circulava nesses contextos reproduzia-se, em grande medida, a “linha de raciocínio dos psiquiatras do início do século”. Mas, sobre essa base cristalizada no senso comum, uma nova camada discursiva emerge. O “maconheiro” das décadas de 1960 e 1970 não era mais o mesmo do início do século. Nesse sentido, não se tratava mais de “convencer as autoridades e a tal ‘população de bem’ dos enormes perigos da diamba e da necessidade de serem criados os instrumentos legais para combater um vício de escravos que se alastrava e ameaçava a tranquilidade e a ordem públicas. As leis já existiam e as autoridades, do mesmo modo que a ‘população de bem’, em geral, já tinham tomado consciência dos perigos do canabismo”. Ao mesmo tempo, fazia-se escassa menção à história de uso de maconha por parte das populações negras e pobres ao longo dos séculos, bem como ignorava-se a “viva campanha anticanabista desencadeada no início do século”, apresentando-se o problema como “uma novidade recém-aportada no país, ao lado de outras modas provenientes da tão comentada, cultuada e temida ‘revolução dos costumes’ por que passavam as sociedades ocidentais desenvolvidas” (FRANÇA, 2015, p.75). Nesse momento intermediário aos dois contextos analisados nesta tese, momento no qual o uso de maconha se dissemina por todas as classes, raças e regiões do

país, algumas permanências e alguns indicativos de mudanças podem ser indicados. Permanecem, segundo França (2015, p.78-79),

muitas das ideias sobre o potencial destruidor da *Cannabis*, em especial aquelas que apregoavam sua estreita ligação com a vagabundagem – melhor, com a falta de motivação e de projetos futuros (...) -, com a delinquência, com o pequeno tráfico e com a gradativa deterioração mental e moral dos consumidores. Herdou-se, igualmente, a certeza de que se tratava de um tóxico perigoso, que comprometia a ordem social e o futuro do país e que era preciso combatê-lo incansavelmente, informando a sociedade sobre seus perigos (as tais campanhas educativas), mas também reprimindo com a força da lei aqueles que incidissem no seu consumo e comércio.

Mas, o novo perfil dos usuários (em grande medida brancos, educados, oriundos das classes médias urbanas) colocava novas questões, transformando as tecnologias de governo e as racionalidades políticas configuradoras da construção do uso de maconha como problema social. Um novo senso comum encontrava-se em constituição, o qual não contestava as verdades médicas e psiquiátricas sobre a maconha produzidas nas décadas anteriores, mas integrava-as às relações de poder tal como se exerciam no novo contexto histórico-cultural. Assim, a maconha constituía não mais “a vingança do escravo”, mas, para alguns, uma moda oriunda dos Estados Unidos, enquanto para outros se tratava de uma estratégia de enfraquecimento e corrupção da juventude por parte da União Soviética em sua tentativa de cooptar a juventude ocidental para o comunismo ateu (FRANÇA, 2015, p.82-83). No entanto, uma outra mudança ocorrida nesse período é especialmente significativa aos fins deste trabalho, em sua tentativa de estabelecer conexões entre os processos de objetivação e de subjetivação estudados. Como relata Jean Marcel Carvalho França (2015, p86-87), o consumo de maconha ganha, entre essas duas décadas principalmente (1960 e 1970), no Brasil, uma nova visibilidade. Não só as classes médias urbanas e brancas passam a fazer uso de maconha em larga escala, como alguns estratos específicos desses grupos sociais, a saber, artistas, intelectuais, profissionais dos mundos das artes e dos espetáculos assumem publicamente ou são flagrados consumindo a droga. Tais casos contribuem para a produção de uma fissura na governamentalidade dos usos de drogas, uma vez que esses indivíduos começam a ser beneficiados pela conversão de suas penas em tratamento médico e prisão domiciliar, prerrogativas com as quais não contavam os usuários oriundos das camadas mais baixas da escala socioeconômica.

No final da década de 1960, o psiquiatra José Lucena, debruçando-se sobre ampla revisão bibliográfica e sobre os resultados de experimentos conduzidos por sua equipe na Universidade Federal de Pernambuco, buscou esclarecer as relações entre uso de maconha e o cometimento de crimes. Esse estudo pode ser interpretado como um marco na cristalização de um processo de sutil transformação na racionalidade médica-psiquiátrica com relação à

maconha. Concluindo que “*a cannabis não possuiria uma virtude ou um poder específico para o crime e sobretudo para o crime de violência*”, destaca que a relação entre seu consumo e as práticas delituosas seria indireta, pois a droga agiria “*libertando o indivíduo de inibições*”, de modo que “*as ações resultantes dessa libertação seriam tão variadas quanto as personalidades subjacentes*” (LUCENA, 1968-69, p.148). Fecha-se, assim, um deslocamento nas formas pelas quais os saberes psiquiátricos descreveram e analisaram a maconha e seus usuários, inserindo-os em um campo e em discursos de verdade. Não são mais as raças, as etnias, os regionalismos, as condições econômicas, sociais ou culturais “inferiores” que predis põem o indivíduo ao vício, levando-o ao cometimento de crimes. Agora, trata-se da “*personalidade subjacente*”, aquela substância interior que identifica o indivíduo, precedendo e conferindo sentido a suas ações. Conforme já mencionado, tal deslocamento permitiu a extensão dos aparatos de observação e controle a toda esfera social, ao mesmo tempo em que operou uma individualização cujo critério se encontra no interior de cada um. É nessa “*área psi*” no interior de cada um de nós, a qual cabe conhecer, que se esconde a verdade de nossos desejos, de nossa identidade, de nossos vícios. Condições econômicas e sociais operam, ainda, nesta nova roupagem do discurso médico-psiquiátrico, como fatores condicionantes, contribuindo, fortalecendo ou enfraquecendo nossas disposições interiores, mas são estas que determinarão, em última instância, a verdade do que somos, a verdade acerca de nossas predisposições para a toxicomania. O vício torna-se, assim, uma condição natural e os saberes *psi*, encarregados de sua compreensão, descrição, prevenção e enfrentamento, inauguram no Brasil, com a consolidação desse deslocamento (das características sócio-étnico-econômico-geo-raciais e culturais para as predisposições psicológicas, enquanto fator determinante do vício em maconha), a forma contemporânea de descrição e análise e, assim, de objetivação de usuários de maconha em nosso país. Forma esta que, nos últimos anos, tem apresentado um aprofundamento em direção ao cérebro e ao DNA como novos territórios de perscrutação da verdade do que somos e do porquê o somos.

Para Henman e Júnior (1986), a forma como os saberes médicos produziram discursos verdadeiros sobre os usuários de maconha deve ser compreendida como vinculada ao projeto de legitimação e institucionalização da classe médica em nosso país, a qual, “estimulada por colegas nos países mais desenvolvidos, procurava problemas de ordem clínica para garantir sua ascendência na política nacional”. As drogas, dentre as quais rapidamente destacou-se, por sua crescente popularização, a maconha, propiciaram a “perpetuação indefinida de uma poderosa burocracia médico-legal” (HENMAN; JÚNIOR, 1986, p.9), a qual se constituiu e institucionalizou ao mesmo tempo em que circulavam os discursos sobre os psicoativos e seus efeitos perigosos. Sendo a maconha utilizada, inicialmente, principalmente por populações

sem força política, sem prestígio social e sem poder econômico, “os sem-voz e sem-vez” (HENMAN; JÚNIOR, 1986, p.9), tornou-se possível a constituição de um consenso em torno das condutas de seus usuários, os quais foram, como espero ter conseguido ao menos indicar, objetivados pelo discurso científico tendo por polos de atração sua identificação como criminosos e/ou sua identificação como doentes.

CAPÍTULO 2

O *GROWROOM* COMO ESPAÇO ÉTICO-POLÍTICO

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma breve descrição do site *Growroom*, fonte do material empírico utilizado no segundo movimento analítico desta pesquisa. Nele exponho de que modos compreendo esse “território” do ciberespaço⁶⁵, suas diversas seções, as formas como o fórum⁶⁶ (lócus primordial da análise) se divide em categorias temáticas, a

⁶⁵ O termo “ciberespaço” foi inventado pelo escritor William Gibson, em seu romance de ficção científica intitulado “*Neuromancer*”, editado em 1984. A partir de então foi apropriado por pesquisadores das novas tecnologias, sendo construído como conceito explicativo. Segundo Lévy (1999, p.92-93), o ciberespaço é “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização”. Nesse sentido, é a codificação digital que “condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é [...] a marca distintiva do ciberespaço”, meio que “tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação”. Lévy enfatiza, ainda, que “o ciberespaço não é uma infra-estrutura técnica particular de telecomunicação, mas uma certa forma de usar as infra-estruturas existentes, por mais imperfeitas e disparatadas que sejam”, de modo que não se trata, para compreendermos o que é o ciberespaço, de considerá-lo simplesmente como um conjunto de fibras óticas, cabos e softwares interconectados, mas “um tipo particular de relação entre as pessoas” (Lévy, 1999, p.124), o qual se dá a partir das possibilidades abertas por esse conjunto de infra-estruturas. Nesse sentido, trata-se de ter em mente que “uma infra-estrutura de comunicação pode ser investida por uma corrente cultural que vai, no mesmo movimento, transformar seu significado social e estimular sua evolução técnica e organizacional” (Lévy, 1999, p.125). Não basta, assim, a existência da infra-estrutura, pois é o modo como esta é apropriada por seus usuários que vai caracterizar o ciberespaço como uma prática que atribui significado humano, cultural, ao desenvolvimento tecnológico, fazendo de redes eletrônicas “um espaço de encontro, de compartilhamento e de invenção coletiva”. É só assim, através de um movimento social que, conforme Lévy, remonta, pelo menos, aos anos de 1960 e que constrói significação cultural a processos maquínicos, que podemos hoje conceber “o ciberespaço como prática de comunicação interativa, recíproca, comunitária e intercomunitária, o ciberespaço como horizonte de mundo virtual vivo, heterogêneo e intotalizável no qual cada ser humano pode participar e contribuir” (Lévy, 1999, p.126). Em suma, o ciberespaço, na caracterização de Lévy, “surge como a ferramenta de organização de comunidades de todos os tipos e de todos os tamanhos em coletivos inteligentes, mas também como o instrumento que permite aos coletivos inteligentes articularem-se entre si” (Lévy, 1999, p.133).

⁶⁶ Lévy (1999, pp.100-101), discutindo acerca das formas de comunicação emergentes no ciberespaço, caracteriza fóruns ou grupos de discussão como o do *Growroom* como “uma forma de contatar pessoas não mais em função de seu nome ou de sua posição geográfica, mas a partir de seus centros de interesses”. Tais espaços, que normalmente (como é o caso aqui estudado) agregam sistemas de indexação e pesquisa, os quais permitem busca por palavras específicas, ao gravarem e disponibilizarem a qualquer usuário da internet todas as interações que, ali, têm lugar, funcionam como “memórias de grupo”, “bases de dados ‘vivas’, alimentadas permanentemente por coletivos de pessoas interessadas pelos mesmos assuntos e confrontadas umas às outras”. Esse tipo de ferramenta comunicacional, então, com sua plasticidade, dinamismo e sensibilidade à evolução do contexto, uma vez que “enriquecido e reestruturado em tempo real por uma comunidade de autores e leitores em rede”, é “germinante, ramificante, bifurcante, rizoma dinâmico que exprime um saber plural em construção, acolhendo a memória múltipla e multiplamente interpretada de um coletivo, permitindo navegações em sentidos transversais”. Já conforme tipologia desenvolvida por Recuero (2006) é possível classificar o fórum do *Growroom* como uma comunidade virtual de associação. Trata-se de um tipo de comunidade virtual que “é criada por alguém, com uma finalidade, que gera identificação com outros atores, que se filiam ao grupo com o objetivo de interagir socialmente” (RECUERO, 2006, p.215). Uma comunidade de tal tipo constitui um vínculo entre seus membros que é “baseado na identificação e no ‘estar junto’, baseado em interação social, mas com um vínculo de laço associativo. Esse ‘estar junto’, no entanto, proporciona vantagens sociais, trocas e capital social”, podendo apresentar “um valor individual àqueles que conseguem associar-se” (RECUERO, 2006, p.216). Assim, estar no *Growroom* pode representar, para o indivíduo que constitui a si mesmo como usuário de maconha, conferindo a essa característica certa centralidade na sua constituição subjetiva, um pertencimento simbólico, um status, um “capital”, um tipo de associação importante no processo de instituição de si, perante si e perante os

fim de situar o leitor e orientá-lo sobre os recortes que faço, nesse material, na constituição do *corpus* que sustenta a investigação dos processos de subjetivação de usuários de maconha brasileiros contemporâneos. Em seguida, apresento uma descrição de alguns procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e análise desse material. Considero importante iniciar, no entanto, por um mapeamento mais geral do site.



Portal *Growroom*. Imagem capturada em 14 de abril de 2014.

Em sua página de abertura, o portal do *Growroom* apresenta duas barras horizontais que encaminham para as diversas seções do site. Na primeira dessas barras, no canto superior esquerdo, lê-se “Home” (que é a página inicial do portal), “Fórum” (que encaminha para o fórum, parte do site que é estudada nesta pesquisa), “Galeria” (seção com acesso restrito aos administradores do portal), “Loja” (que encaminha para uma loja virtual onde são vendidos produtos como livros, revistas, camisetas e adesivos sobre o tema da maconha e sobre o próprio portal) e “Jornal Canábico” (que encaminha para página com notícias, entrevistas e reportagens em vídeo). Neste momento, antes de me aprofundar na descrição do fórum, apresentarei, em linhas gerais, as outras seções que compõem o portal.

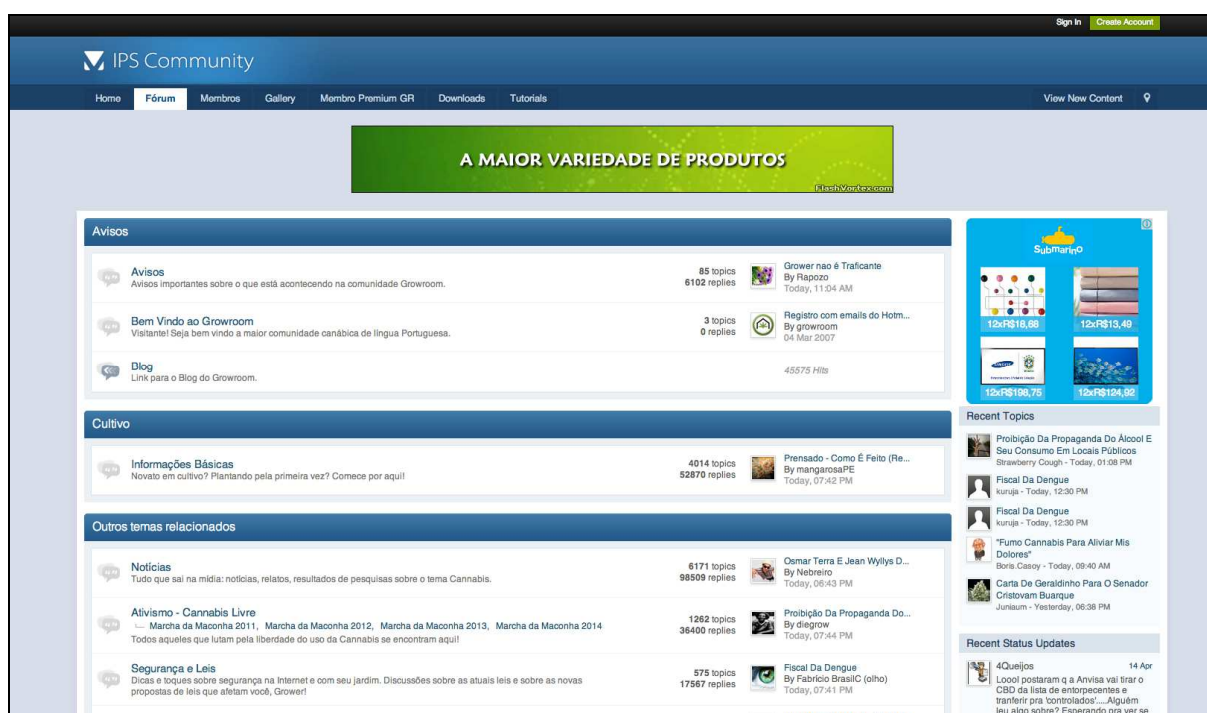
outros, como usuário de maconha. Nesse sentido, a associação à comunidade virtual permite ao indivíduo alcançar objetivos e interesses, acumulando capital social junto a outros indivíduos também mobilizados pelos mesmos conjuntos de objetivos e interesses. Tal capital social, no caso de comunidades virtuais associativas, está relacionado ao pertencimento a um grupo que identifica o usuário com uma ideia, ideia esta que permite a constituição de interações com outros indivíduos também com ela identificados (RECUERO, 2006, p.287).

Em seguida, logo abaixo dessa primeira barra, e separando-a da segunda barra horizontal, encontra-se o logotipo do *Growroom*, uma folha de maconha dentro de uma representação gráfica minimalista de uma casa, e, abaixo dele, o slogan do site: “*Growroom* – seu espaço para crescer”. Segue-se, na segunda barra, as cinco principais seções do portal: “Cultivo”, “Ativismo”, “Leis e Direito”, “Medicinal” e “Vídeo”. Na seção “Cultivo” encontra-se uma série de notícias sobre esse tema (o cultivo de maconha para consumo próprio), além de divulgações e coberturas de diversos eventos e concursos que reúnem os cultivadores, no Brasil e em outros países, para trocas de experiências, sementes, degustação de variadas qualidades de *Cannabis*, bem como distribuição de prêmios aos cultivadores das melhores linhagens. Já na seção “Ativismo” o que se apresenta são notícias sobre políticas de drogas (em especial de maconha), estudos sobre legalização e sobre a guerra às drogas, além de divulgação e cobertura jornalística das marchas da maconha em diversas cidades do Brasil e do exterior. Em seguida, clicando sobre o link da seção “Leis e Direito”, somos remetidos a uma página repleta de notícias (muitas iguais às presentes na seção anterior) sobre projetos de modificação das leis de drogas em discussão no Brasil e em diversos outros países. Evidentemente, em todos esses textos (a maioria produzida pela própria equipe do site), o tom é abertamente antiproibicionista, ou seja, crítico às legislações que consideram a maconha e outras drogas como de uso ilícito. Na seção “Medicinal”, uma das mais interessantes do portal, são divulgadas notícias e pesquisas sobre os potenciais terapêuticos da maconha, as crescentes regulamentações dos usos da erva para fins medicinais em diversos países e o estado desse debate no Brasil. Por fim, na seção “Vídeo”, encontra-se um conjunto de reportagens em vídeo sobre a maconha, seu cultivo, as disputas políticas e jurídicas em torno do estatuto legal da droga e suas cada vez mais pesquisadas propriedades medicinais.

De volta à página inicial do portal, logo abaixo da segunda barra horizontal, encontram-se chamadas para as principais matérias disponíveis no site, links para as notícias mais recentes e, mais abaixo, links para páginas ou perfis do *Growroom* em diversas redes sociais, postagens mais visitadas, um mecanismo de busca interno do portal e links para as últimas mensagens postadas no fórum. No geral, trata-se de um portal de notícias sobre maconha, focado em técnicas de cultivo, questões políticas, legais e medicinais e voltado para a formação de ativistas e aglutinação de interessados, fomentando a cultura do cultivo e do uso da droga. Vejamos mais detidamente, agora, o fórum de discussão do *Growroom*, acessível a partir do link “Fórum”.

O fórum do *Growroom* é o espaço no qual os usuários do site podem trocar mensagens uns com os outros. Essas mensagens, públicas, ficam acessíveis a qualquer usuário da

internet, constituindo uma espécie de “praça pública virtual” onde os mais diversos temas relacionados com os usos de maconha podem ser debatidos. Se a leitura das mensagens é aberta a qualquer um, para ter o direito de enviá-las é necessário fazer um cadastro no site e construir um pequeno perfil que conta com *nickname*, foto e algumas informações básicas em torno de gostos pessoais. Evidentemente, por razões legais, os usuários do portal não costumam utilizar seus nomes verdadeiros, nem colocar imagens de si mesmos, sendo comum a utilização de nomes e fotos que remetem a ícones da cultura canábica como a planta *Cannabis sativa*, sua folha, personagens de filmes ou desenhos.



Fórum do *Growroom* – parte superior da tela. Captura da imagem em 14 de abril de 2014.

Há uma barra horizontal, no alto da página, com alguns links que remetem às páginas administrativas das listas de discussão, as quais só podem ser acessadas pelos administradores e operadores do site, mediante senhas de acesso. Ao lado desses, há um link para uma seção de downloads, onde se encontra conteúdo disponibilizado pelos próprios usuários do fórum, principalmente guias de cultivo de maconha. Logo abaixo dessa barra, há um espaço onde alternam-se *banners* com publicidade de anunciantes do site, como, por exemplo, lojas que vendem material de cultivo como fertilizantes, lâmpadas, refletores, equipamentos e substratos diversos; lojas que vendem utensílios para o consumo de maconha, como cachimbos de diversos tipos, vaporizadores, papéis de seda de várias qualidades, narguilés; revistas sobre cultura canábica e assuntos correlacionados; bancos de sementes localizados em outros países e especializados nas mais famosas e reconhecidas variedades de *Cannabis*;

enfim, uma série de agentes que movimentam a economia que se desenvolve em torno do uso e do cultivo de maconha.

Adentrando no fórum propriamente dito, a primeira seção, localizada na parte superior, logo abaixo dos *banners* de publicidade, chamada de “Avisos”, é composta por três subseções: “Avisos”, “Bem-vindo ao *Growroom*” e “Blog”, todas contendo informações produzidas pela equipe administradora do fórum e destinadas a orientar os novos usuários acerca de algumas características do espaço virtual em que estão entrando. O link “Avisos” remete a uma página na qual um total de, no momento em que fiz este acesso⁶⁷, 87 tópicos diferentes sobre a própria comunidade estão em discussão, gerando um total de 6.326 mensagens. Entre esses tópicos, encontra-se, por exemplo, uma campanha de arrecadação de fundos para manutenção da comunidade, concursos de fotos, cartilhas de etiqueta na internet e em fóruns de discussão na rede, cartilhas com orientações sobre cultivo, sobre direitos humanos e, aspecto ao qual voltarei no terceiro capítulo desta tese, cartilhas produzidas pela equipe do *Growroom* contendo orientações sobre como ser um usuário de maconha responsável.

Ainda na seção de “avisos”, encontra-se o link “Informações importantes para o uso deste site”. Nesse local, a equipe que administra o fórum disponibiliza uma série de documentos normativos que podem ser entendidos como a “legislação” da comunidade: termos e condições de uso do site *Growroom*; política de privacidade *Growroom*; código de ética do fórum *Growroom*; advertências e punições; responsáveis pelos poderes da República Federativa do Brasil (Executivo, Judiciário e Legislativo); este site é expressamente proibido para menores de 18 anos de idade; *Growroom* X Orkut; e *Growroom* X Mercado Livre.

Em “Bem-vindo ao *Growroom*” estão disponibilizados acessos a outras três subseções do fórum: “Bem-vindo ao *Growroom*”, “Registro com e-mails do Hotmail, Gmail, Yahoo...” e “Termos de uso do site *Growroom*”. No primeiro link encontra-se uma mensagem de boas-vindas e orientação geral da equipe do portal, bem como algumas breves explicações sobre a comunidade, para que serve, seus objetivos e funcionamento. No segundo link consta uma mensagem sobre problemas técnicos envolvendo e-mails registrados no site a partir de alguns servidores específicos, enquanto o terceiro link remete a mais um documento normativo das condutas a serem adotadas pelos usuários do site. Finalmente, o último link constante da aba

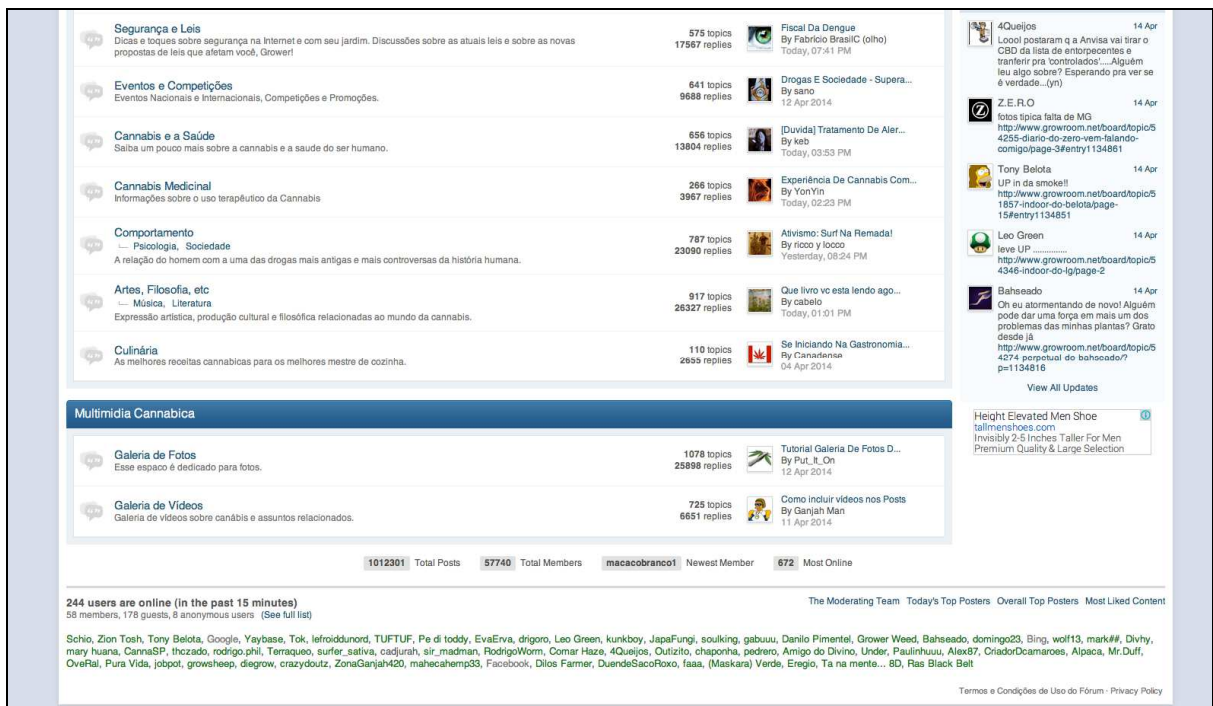
⁶⁷ O acesso a essa seção foi feito em 14 de agosto de 2013.

“Avisos”, “Blog”, remete a um blog de notícias sobre cultura da maconha, mantido pela equipe administradora do portal.

A segunda grande aba temática do fórum, após “Avisos”, é “Cultivo”. Nela, duas listas de discussão ocorrem: “Informações básicas”, voltada a iniciantes e iniciados no cultivo de *Cannabis* e composta por mais de quatro mil tópicos diferentes de discussão, todos em torno do tema do cultivo, gerando um montante de mais de 60 mil mensagens publicadas; e “Automáticas”, lista de discussão que tem por tema o cultivo de plantas de *Cannabis* a partir de variedades de sementes automáticas⁶⁸ e que é composta de 46 tópicos de conversa que totalizam mais de 1.600 mensagens.

A terceira aba temática do fórum, no interior da qual se encontra o material com o qual principalmente trabalhei, recebe o nome genérico de “Outros temas relacionados” e divide-se em nove seções: notícias (com 6.661 tópicos); ativismo – cannabis livre (com 1.216 tópicos); segurança e leis (com 634 tópicos); eventos e competições (com 630 tópicos); cannabis e a saúde (com 616 tópicos); cannabis medicinal (com 231 tópicos); comportamento – psicologia e sociedade (com 746 tópicos); artes, filosofia, música e literatura (com 904 tópicos); e culinária (com 107 tópicos). Foi no interior das seções que compõem essa aba “Outros temas relacionados”, que coletei as mensagens que mais aportaram elementos para a compreensão de processos de constituição de si de usuários de maconha. Apenas para fins de registro, a última aba que compõe o fórum é intitulada “Multimídia Canábica” e é composta por duas listas de discussão: galeria de fotos e galeria de vídeos, espaços nos quais os usuários postam fotos e vídeos e debatem sobre os temas neles expressos. Consta, ainda, na página do fórum, em espaços pequenos, na parte de baixo, links que remetem à lista de moderadores e à lista de usuários que se encontram online no momento em que se acessa a página, bem como os números absolutos do fórum: 976.277 mensagens postadas por um total de 63.870 usuários cadastrados, números que considero representativos do vigor da comunidade e do empenho com o qual esses indivíduos constroem relações entre si, relações estas baseadas no compartilhamento de interesses, práticas e visões de mundo. Julgo que o conjunto desses indivíduos e das milhares de mensagens por eles trocadas constitui uma espécie de “caldo” cultural, matéria bruta a partir da qual muitos estudos e reflexões podem ser construídos.

⁶⁸ Sementes automáticas são sementes cujo ciclo de florescimento é extremamente rápido. Essas sementes foram produzidas geneticamente a partir de cruzamentos de variedades de *Cannabis* com essas características, constituindo um ciclo que dura, entre germinação das sementes e colheita das inflorescências, entre dez e doze semanas.



Fórum do *Growroom* – parte inferior da tela. Captura da imagem em 14 de abril de 2014.

Quanto à história desse espaço virtual, segundo Silvestrin (2011, p.9), ele foi criado no ano de 2002, constituindo uma

iniciativa de um designer carioca que, em contato com amigos de colégio alemães e em seu período de faculdade na Alemanha, tomou conhecimento da miríade de produtos e revistas sobre “cannabis culture” existentes no velho e no novo mundo desenvolvido. Sendo também cultivador, enviou convites a outros growers⁶⁹ brasileiros, que conhecia de outras plataformas, e passaram a compartilhar experiências que não se restringiam ao cultivo, posto que propusessem ao debate também experiências sociais, sensoriais e políticas referentes ao hábito de consumir cannabis.

Rapidamente esse espaço virtual de convivência de usuários de maconha propiciou o encontro e articulação política de diversos indivíduos que, tendo se conhecido através do fórum de discussão, passaram a organizar manifestações políticas e outras práticas de ativismo. O *Growroom*, nesse sentido, constituiu, desde o início, um espaço de iniciação e formação para o ativismo pela legalização da maconha. Ao longo dos anos essas formas de relacionamento e articulação entre usuários da droga, propiciadas por seu encontro nesse território virtual, se desenvolveram de diversos modos, sendo que hoje, entre os serviços prestados pela comunidade a seus membros, além da organização de manifestações políticas e da troca de orientações acerca das melhores técnicas para o cultivo de maconha para consumo

⁶⁹ “Grower” é como são chamados os cultivadores de maconha para consumo próprio, que se distinguem dos traficantes por não comercializarem o produto de sua produção e não se vincularem a organizações criminosas.

próprio, destaca-se o serviço de assistência jurídica aos cultivadores que acabam descobertos pela polícia, sendo processados como “traficantes de drogas”.

Feita essa descrição mais geral do campo de pesquisa, encaminho agora algumas considerações sobre os modos de entendimento que orientam meu olhar sobre ele. Primeiramente, cabe aportar algumas considerações acerca da representatividade do recorte por mim feito no universo de consumidores de maconha em nossa época e cultura. Decidido a compreender de que formas os próprios usuários de maconha podem vir a constituir a si mesmos, mediante problematizações e práticas de governo de suas condutas, tive minha atenção dirigida para essa comunidade por razões de caráter histórico e quantitativo: simplesmente, trata-se da mais antiga e da maior (em número absoluto de participantes) comunidade virtual de usuários de maconha em nosso país. Estou ciente, contudo, da diversidade e mesmo das disputas e conflitos internos ao movimento cultural ativista pela legalização da maconha. São diversos os coletivos, grupos, associações de consumidores da erva organizados e atuantes nessa questão. Cada um desses grupos (e também no interior de cada um deles) apresenta posições políticas, valores e visões de mundo diferenciados, de modo que a tomada de outra comunidade como superfície de análise de processos de subjetivação de usuários de maconha brasileiros contemporâneos possivelmente conduziria a resultados em alguma medida diversos. Processos de subjetivação nunca podem constituir unidades ou totalidades de sentido, pois são processos múltiplos, simultâneos e, sobretudo, complexos. Na tentativa de produzir análises com o mais alto grau possível de representatividade de um processo específico de autoproblematização e autogoverno de usuários de maconha, optei por tomar como fonte empírica a comunidade mais conhecida, mais antiga e com maior número de membros. Isso não significa qualquer tipo de preferência pessoal de minha parte, bem como não me autoriza a apontar esta tese como uma descrição e uma análise “do” processo de subjetivação “dos” usuários de maconha brasileiros contemporâneos. Trata-se, sim, de uma investigação acerca de alguns aspectos, de algumas possibilidades, de algumas formas por meio das quais indivíduos que consomem maconha em nossa época e cultura tornam a si mesmos objetos de problematização, processo este mediante o qual se constituem como sujeitos de suas práticas de utilização dessa droga. Algumas das mais importantes formas através das quais esse processo vem se realizando é o que busquei descrever e analisar nesta pesquisa, ao mesmo tempo em que espero que outros pesquisadores, a partir de outras fontes, outros universos, outros recortes, outras metodologias e perspectivas de análise tragam novas contribuições e, com isso, ampliem o alcance do conhecimento sobre como os usuários de maconha têm problematizado e governado a própria

conduta a partir de racionalidades e práticas que constituem, na contemporaneidade, elementos das governamentalidades dos usos de drogas, das formas pelas quais essas substâncias são pensadas e controladas.

O portal *Growroom* constitui um espaço virtual onde usuários de maconha trocam experiências, conhecimentos, informações, conselhos, discutem questões políticas e definem, para si mesmos, o que são, o que querem ser, como vivem, que sentidos dão a suas práticas. Esse site, surgido em 2002, é mantido por

um grupo que atua em defesa dos direitos dos usuários de maconha, tendo como uma de suas principais atividades manter um portal na internet sobre tudo que é relacionado à planta *Cannabis Sativa*, seus usos e usuários, além de um fórum que serve de espaço de convivência para pessoas adultas que consomem *Cannabis Sativa*. Nesse espaço os usuário(s) podem trocar informações, experiências, artigos e outros conteúdos, buscando a resolução de problemas individuais, através do acervo de dados coletivo. O *Growroom* atua dentro dos princípios da redução dos riscos e danos, buscando o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade dos usuários. Desde 2002, o *Growroom* atua promovendo esse espaço de convivência online visando à redução de riscos, danos e custos sociais e à saúde associados ao uso da planta. O *Growroom* é um espaço no qual as pessoas desenvolvem a prática do autocuidado, através de formas mais seguras, menos prejudiciais e socialmente responsáveis de utilização da *Cannabis* e de seus derivados (*GROWROOM*, “Quem Somos”. Disponível em <http://www.growroom.net/quem-somos/>. Acessado em 21 de janeiro de 2014).

Assim, através do fórum desse sítio, no qual é trocada, diariamente, uma enorme quantidade de mensagens, os usuários de maconha dele frequentadores estão constituindo aspectos de uma cultura não só da *Cannabis sativa*, mas, também, do usuário da droga. Nesse espaço eles se organizam politicamente, interagem de múltiplas e variadas formas, as quais compõem elementos de uma cultura de si que, se em muito ultrapassa o espaço de uma comunidade virtual, tem nela um lócus privilegiado para a identificação e a análise das formas pelas quais tal cultura de si fomenta, para esses usuários, modos de governo de si. Nesse espaço fica armazenada uma gigantesca quantidade de mensagens que os usuários do fórum trocam entre si sobre diversos assuntos relacionados à maconha e seus consumidores. Esses registros podem ser entendidos como guias de conduta, pois expressam citações, exemplos, reflexões, descrições, argumentos, conselhos, informações, enfim, uma vasta série de tipos de discurso que pode ser entendida como uma espécie de banco onde se depositam informações preciosas para a constituição de si. Nesse fórum o usuário de maconha encontra um conjunto excepcionalmente grande de informações, argumentos, elaborações, princípios e valores suscetíveis de orientar suas práticas e ajudá-lo a estabelecer uma relação que considera satisfatória consigo mesmo e com os outros. Assim, através da interação propiciada por esse

sítio, milhares de usuários de maconha do Brasil todo têm acesso não só a informações, mas a conselhos sobre como lidar com dificuldades familiares e profissionais relacionadas ao seu uso de maconha, como desenvolver métodos de controle sobre seu consumo da droga, a fim de dirimir eventuais efeitos negativos oriundos seja do próprio uso da substância, seja das formas pelas quais esse uso é visto pelas outras pessoas, ou, ainda, como aprender a cultivar suas próprias plantas, evitando, assim, o contato com traficantes e o consumo de um produto cuja procedência é desconhecida, e a qualidade, duvidosa. Mais do que isso, esses “maconheiros”, no referido fórum de discussão, têm acesso a concepções acerca do que é ser e como deve viver um usuário dessa substância, como deve conduzir-se, o que deve valorizar, que sentidos deve dar a sua prática e às relações que cultiva consigo mesmo, com os outros usuários, com os familiares e amigos não usuários e com a própria forma como faz uso da droga. Ou seja, eles têm acesso a todo um repertório passível de ser elaborado em termos de técnicas de si⁷⁰ das quais poderão se valer para a constituição de sua relação consigo mesmos e com o mundo, a partir da sua instituição perante si mesmos e perante os outros enquanto usuários de maconha. O fato dessa grande quantidade de informação ficar sempre disponível, por escrito, a qualquer momento e em qualquer lugar, bastando um computador ou outro dispositivo com acesso à internet para acessá-la, constitui uma novidade do nosso tempo, a qual abre possibilidades antes inexistentes aos usuários de maconha, que contavam apenas com seus pequenos e geograficamente próximos grupos de amigos também usuários para a troca de informações e de modelos de existência⁷¹.

⁷⁰ Alguns exemplos de técnicas de si que são empregadas por usuários de maconha frequentadores do *Growroom* são a troca de conselhos, de orientações, a experimentação de formas de iniciação em outras modalidades de consumo de maconha (preparo de alimentos e bebidas a partir da extração de óleo psicoativo das flores e folhas de *Cannabis sativa*, uso de instrumentos como vaporizadores etc.), técnicas de utilização de maconha tendo em vista a intensificação da experiência em termos de efeitos físicos e mentais mais potentes e seguros (ou, ao contrário, técnicas de consumo voltadas à produção de efeitos mais leves, tendo em vista não prejudicar outras esferas de atuação dos usuários), elaboração dos efeitos da droga em formas discursivas que lhes dão sentido, potência e que organizam a experiência, técnicas de ocultação do consumo de maconha a fim de evitar sanções morais e/ou legais, técnicas de autocontrole para moderação do consumo da droga, dentre uma série de outros procedimentos que os usuários ensinam uns aos outros e que funcionam de modo a constituir uma experiência agradável, prazerosa, segura, saudável àqueles que fazem uso de maconha.

⁷¹ De fato, Pierre Lévy, pesquisador das questões sociais, culturais e econômicas advindas do desenvolvimento das novas tecnologias indica que a grande novidade representada pela disseminação de comunidades virtuais é o fato de que, com elas, podem se reunir indivíduos que, “antes dispersos pelo planeta, muitas vezes isolados ou ao menos sem contatos regulares entre si, dispõem agora de um lugar familiar de encontro e troca”. Nesse sentido, o que as comunidades virtuais fazem é “uma verdadeira atualização (no sentido da criação de um contato efetivo) de grupos humanos que eram apenas potenciais antes do surgimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p.130).

A comunidade *Growroom* constitui, portanto, um grande conjunto de pessoas⁷², ideias, discursos que expressam formas de vida, práticas, relatos etc. Em torno da prática, compreendida como prazerosa e importante, do uso de maconha, para os mais diversos fins e das mais variadas formas, nessa comunidade aglutinam-se milhares de pessoas. Estas pessoas, mobilizadas por suas vontades de prazer, de saúde, de introspecção ou quaisquer que sejam os motivos que as conduzem ao consumo da droga, e confrontadas pela condenação moral e legal que recai sobre práticas que concebem, por vezes, como fundamentais na conformação de seus modos de ser, acabam envolvidas em uma rede que, no meu entendimento, mais do que simplesmente trocar informações, pontos de vista e técnicas de cultivo, opera sob dois eixos fundamentais da constituição subjetiva: o eixo político e o eixo ético. Política e ética que, como procurarei mostrar, se interpenetram na constituição de sujeitos cujos projetos pessoais e coletivos se misturam e se condicionam mutuamente.

No eixo político, emerge de uma simples e nada metódica “vasculhada” pelo fórum do *Growroom*, um senso de convergência e organização em torno da reivindicação de transformações legislativas que retirem da esfera penal o entendimento acerca das práticas de uso de maconha. De fato, a construção de uma ação política coletiva, concretizada, principalmente, a partir do ano de 2002, em parceria com outros coletivos de usuários de maconha, na realização anual e em número crescente de cidades brasileiras, da manifestação conhecida como “Marcha da Maconha”, parece constituir uma das mais notáveis realizações desse coletivo de pessoas unidas pelo compartilhamento de um prazer (mas também de uma terapia, de um sacramento, de um hábito ou de um vício, dependendo de como cada um olha para essa “realidade”). A mobilização anual dos “maconheiros” tem crescido ano após ano e a questão do uso de maconha aparece, na atualidade, como tema cujos sentidos políticos estão

⁷² Segundo Valença (2005), a maioria dos usuários do portal *Growroom* se constitui de universitários que também trabalham, principalmente com a área de informática. Já Silvestrin (2011) refere os participantes do fórum como, em sua maioria, estudantes, jovens intelectuais de classes média e média alta, entre 23 e 36 anos, em sua maioria, com formação de nível superior, fluentes em uma ou mais línguas estrangeiras e atuando como profissionais liberais, artistas plásticos, designers, psicólogos, jornalistas, advogados e antropólogos. Isso é importante porque as racionalidades e tecnologias postas em funcionamento por usuários desse fórum estão relacionadas com traços sociais, econômicos e culturais característicos dos seus participantes, uma vez que pensar e agir das formas por eles propostas constituem possibilidades dadas precisamente através desses referidos traços. Ainda que a circulação desses indivíduos em diversos grupos e espaços de sociabilidade seja prática comum, devendo, portanto, ser esperada, é fundamental que a análise das formas de pensar e das práticas concretas por eles adotadas, das racionalidades e das tecnologias pelas quais problematizam e atuam sobre si mesmos, as tome como tornadas possíveis por meio das construções histórico-culturais atravessadas por recortes de classe, gênero, raça, geração etc nas quais se ancoram. Quero dizer com isso algo na verdade bastante óbvio, mas que precisa ser constantemente lembrado: pensamento e ação são possibilidades conferidas aos indivíduos e coletividades através das formas como estão inseridos e como são reconhecidos por si mesmos e pelos outros como sujeitos a partir das posições econômicas e sociais que ocupam e das consequências dessas posições nas formas como experienciam suas vidas.

cada vez mais claros. Essa construção política coletiva e intencional, organizada, planejada e estratégica, contudo, traz consigo uma outra dimensão, menos explícita, mas que não pode ser compreendida isoladamente: a constituição de modos de ser mais ou menos refletidos, modos estes, como veremos, marcados por conjuntos de valores e conjuntos de práticas que são propostas como constituintes de condutas apropriadas a serem adotadas por todos os indivíduos que, percebendo-se problematizados pela sociedade, pela cultura e pela época em que vivem, devido a suas práticas de uso de maconha, aprendem, são instados, estimulados a problematizar a si mesmos enquanto sujeitos usuários dessa substância, enquanto sujeitos que observam, problematizam e atuam sobre si mesmos a partir da reflexão sobre seu modo de vida. Entendo que tal processo conforma uma ética, uma relação consigo mesmo na qual o sujeito, tornando-se autorreflexivo, elabora condutas passíveis de incorporação de valores e de disposições coletivamente construídas pela comunidade, fazendo dos pressupostos da luta política e dos valores do ativismo que a sustenta, um modo de vida, um modo de relação consigo, um objeto de ação e de reflexão ética. Especificamente, é como “cenário ético” que compreendo essa comunidade virtual, uma vez que a entendo como um dos “diversos aparatos e contextos nos quais uma relação particular com o self é administrada, ordenada e agenciada, e na qual a atenção terapêutica pode ser prestada àqueles que se sentem desconfortáveis com a distância entre suas experiências de vida e as imagens de liberdade e subjetividade às quais aspiram” (ROSE, 2011, p.269). É, portanto, como um espaço e um conjunto de relações através dos quais usuários de maconha procuram articular suas experiências de usuários com os ideais de liberdade e de subjetividade que orientam suas condutas que compreendo o *Growroom* como campo empírico da presente investigação. Esta, nesse sentido, poderia ser descrita como uma (parcial, limitada) topografia de um cenário ético historicamente datável e culturalmente situável.

É, assim, como espaço ético-político que, neste trabalho, compreendo o fórum que tem lugar no portal *Growroom*. Quer dizer, trata-se de um espaço de elaboração coletiva de uma luta política que enceta, ao mesmo tempo e em sua própria realização, formas de constituição subjetiva, formas de relação dos indivíduos tornados sujeitos dessa luta, consigo mesmos. Nesse sentido, lutar a luta política pela legalização da maconha (tal como configurada, definida e praticada nessa comunidade específica) é, simultaneamente, constituir-se como um sujeito de um certo tipo, com certa visão de mundo e, principalmente, adotar, ou acalentar o desejo de adotar, ou, pelo menos, confrontar-se com a possibilidade de adotar práticas cujo exercício cotidiano pode conduzir à constituição de si mesmo como um tipo de sujeito desejado pela construção coletiva (mais ou menos normativa, mais ou menos incorporada

pelos indivíduos) do ideal a ser perseguido. Entendo, ainda, que esse espaço ético-político onde é fomentado e jogado esse jogo de autoconstituição, jogo do governo de si e dos outros, esse espaço implementa esse jogo por intermédio de sua configuração enquanto lugar de produção de escritas de si que constroem pontes entre os indivíduos, tecem vínculos, associando indivíduos isolados por meio da instituição de assujeitamentos a ideias e modelos de existência que são coletivamente traçados e cujas práticas de efetivação são propostas através das narrativas que cada usuário produz sobre si, suas práticas e suas concepções acerca do que é ou do que deve ser um usuário de maconha. Por um lado, tais construções estão em relação necessária com as construções normativas da sociedade mais ampla (no limite, com as objetivações historicamente construídas acerca do que é a maconha, seus usos e usuários), mas, por outro lado, elas instituem, também, suas moralidades, suas racionalidades próprias (as quais são tornadas possíveis pelo entretencimento de racionalidades ou de formas de racionalização disponíveis na época e na cultura em que vivemos).

Dizendo de outro modo, atacando o problema por outro lado, trata-se de compreender o fórum de discussão do *Growroom* como um espaço de elaboração e proposição de posturas subjetivas feitas para estabelecer formas de autocontrole sobre o uso de maconha, espaço este no qual usuários trocam aprendizagens que vão desde o conhecimento e a interpretação dos efeitos da droga⁷³ até o aprendizado de uma série de práticas (discursivas e não-discursivas) por meio das quais eles se tornam, a seus olhos e aos olhos dos outros, verdadeiramente usuários de maconha. Da regulação da frequência e das quantidades a serem utilizadas nos mais diversos contextos da vida cotidiana, passando por formas de pensar e administrar a si mesmo enquanto um usuário de maconha, até o constante confronto de concepções com o outro, tudo é comunicado por meio da escrita. Como indica Foucault (2012h, p.143), “a escrita [...] torna presentes um princípio, uma regra ou um exemplo, reflete sobre eles, assimila-os, e assim se prepara para encarar o real”. Pensar, escrever e agir. Pensar, escrever, repensar. Por meio desses movimentos, operacionalizados pela escrita, é possível constituir-se disposições, formas de se colocar perante a vida enquanto sujeito de suas próprias práticas,

⁷³ Becker (2009) argumenta que o aprendizado desempenha papel central na constituição de um indivíduo como um usuário de maconha. Esse autor enfatiza que a identificação dos efeitos fisiológicos provocados pela droga e seu reconhecimento como prazerosos derivam de um aprendizado que se dá a partir da observação e da comunicação com usuários mais experientes, que ensinam ou mostram aos novatos formas de apreensão e de interpretação do que sentem ao experimentarem a droga. Argumento aqui que tais relações de aprendizado vão além da identificação e do reconhecimento dos efeitos fisiológicos provocados pela droga como sensações prazerosas, envolvendo também o aprendizado de modos de vida, de posições políticas, de formas de conduzir a própria conduta, de fazer e de dizer coisas que instituem o indivíduo, perante si e perante os outros, como um usuário de maconha. Nesse sentido, mais do que simplesmente fazer uso da droga, viver de certas formas, dizer determinadas coisas é o que confere ao indivíduo, perante si e perante os outros, o estatuto de usuário de maconha.

enquanto sujeito-objeto de uma autoproblematização. É possível, enfim, preparar-se melhor para enfrentar a vida na posição de um usuário de maconha, posição esta que vai se perfilar ao lado de outras, referentes a cada indivíduo, como sua posição de classe, de raça, de geração, de gênero etc.

Escrevendo sobre si e lendo os escritos dos outros, aconselhando e sendo aconselhado, contando sobre seus pensamentos, seus sentimentos, suas estratégias, observando como são negociadas as possibilidades e os limites do que é ser um usuário de maconha valorizado, essa comunidade funciona como espaço de encontro no qual indivíduos que consomem maconha elaboram e reconhecem certos discursos como verdadeiros e procuram, em um trabalho de si sobre si mesmos, a partir de trocas e consultas coletivas, tornar esses discursos princípios de ação, fazendo de uma relação de conhecimento, uma relação com algo que se toma como uma verdade (os efeitos benéficos, terapêuticos, lúdicos da erva), um modo de vida. Aportando elementos, ferramentas, memórias, dados científicos, modelos de conduta, citações de livros, narrativas de histórias vivenciadas ou ouvidas, reflexões, estratégias de conduta e de pensamento, vídeos, argumentos, enfim, uma gama de tipos de discurso, de fragmentos de racionalidades e formas de ação, no espaço da lista de discussão, tornando-os acessíveis a todos, os usuários do fórum constroem esse espaço, no meu entendimento, como um lócus no qual escrita, leitura, reflexão, interlocução se tornam instrumentos para a formação de modos de agir, os quais, por sua vez, com a repetição, com sua formalização em nova escrita, em nova discussão, em novo impulso para o pensamento, ao retornar ao campo da ação, podem sedimentar modos de ser, estilos de vida, tornando-se, ao longo do tempo e da repetição dessas práticas cada vez mais refletidas, comparadas com as dos outros, pensadas, narradas e repensadas, tornando-se, efetivamente, o que se é. Essa escrita, essa repetição, essa constante interlocução e comparação, que faz do “eu” um objeto para si mesmo (sempre através da conexão com o outro, esse outro com quem se compartilha esse senso de comunidade⁷⁴, de cumplicidade na prática proibida) é o que constitui um processo de subjetivação daqueles elementos que fazem do indivíduo, pelo que ele fala e pelo que ele faz (ou ao menos pelo que ele diz que faz...), um sujeito, uma forma que se delinea, no mundo contemporâneo, como diferentes figurações de possibilidades de existência para pessoas que fazem uso de maconha

⁷⁴ E, aqui, o senso de comunidade, além de produtor de laço entre indivíduos e configurador de relações interindividuais e de cada um consigo mesmo, no interior da comunidade, constitui, também, “o sangue vital da ação política” (DERY, 2006, p.180). Também Foucault (2010a) ressaltou o papel do outro na produção do governo de si como uma prática que deriva das relações sociais e que se constitui a partir da observação, do contato, da experiência da relação com o outro.

e que passam, pelas mais diversas razões, a problematizar a si mesmas enquanto sujeitos dessas práticas.

São, como vimos, em números de agosto de 2013, mais de 60 mil usuários de maconha cadastrados no site (sem contar quantos mais, sem cadastro, leem o que ali se escreve). Por que participar dessa comunidade, conversar com outros usuários, refletir tanto sobre tudo que envolve o uso de maconha? Penso que esse fórum foi tornado um espaço de educação no qual alunos e professores trocam constantemente de posição, todos (ou a imensa maioria) usam (ou afirmam usar) maconha, as hierarquias não são formalizadas e emergem da própria trajetória ou do status conquistado pelos indivíduos em seu processo de tornar-se os ideais comunitários em permanente estabelecimento e discussão. Penso, a partir disso, que esse fórum é importante para esses indivíduos porque através dele eles desenvolvem instrumentos para o estabelecimento de uma relação que consideram adequada de si consigo mesmos. Eles encontram, ali, no convívio virtual com outros usuários, um suporte importante para constituírem a si mesmos enquanto sujeitos em cujas vidas o prazer, a satisfação, o alívio ou seja lá o que for que eles encontram no consumo de maconha possa ser integrado aos demais elementos constitutivos do que pensam sobre si mesmos e de como desejam ser reconhecidos pelos outros. Em certo sentido, eles encontram ali algo que pais, médicos, terapeutas, professores não souberam, não conseguiram ou não quiseram lhes dar: o reconhecimento pleno de si mesmos, com a totalidade dos elementos que os constituem e por meio dos quais eles desejam ser reconhecidos. Daí a busca da supressão dessa falta junto àqueles que, provável ou possivelmente, experimentam, também, dela. Daí a importância do outro na comunidade, a importância da leitura do que pensa, sente e diz o outro, do que o outro experiencia. Não se pode constituir a si mesmo sem a ajuda, o exemplo, o espelhamento no outro, mas um outro que reconhece no “eu” tudo aquilo que o “eu” quer em si, quer *como* si mesmo.

Assim, acessar o *Growroom*, escrever sobre si, suas experiências com a maconha e com os outros, ler sobre a experiência dos outros, tudo isso passa a compor um modo de estruturação e de fixação de um tipo de pessoa, conferindo possibilidades, instrumentos táticos, modelos subjetivos. Como nos lembra Foucault (2012h p.148), a palavra que subjetiva é aquela que é “verdadeira no que ela afirma, adequada no que prescreve, útil de acordo com as circunstâncias em que nos encontramos”. Essa verdade, essa adequação prescritiva e essa utilidade circunstancial constituem elementos centrais para uma “formação” enquanto sujeito de suas próprias práticas, formação esta que, no que concerne ao uso de drogas, muitas vezes não é na escola e na palavra do professor, na família e na palavra

parental, no consultório e na palavra médica que os jovens estão encontrando, mas sim em tempos e espaços como o *Growroom*, lócus possível para jogos de escrita e leitura, pensamento e ação, criação e reprodução por meio dos quais formas de subjetividade podem ser elaboradas, almas formadas, condutas conduzidas. É, portanto, no fino fio da navalha, na tênue linha que separa (ou que embaralha) liberdade e captura, governo de si por si e governo de si pelos outros, que este texto deve ser lido, pois, ao fim e ao cabo, esse é o jogo histórico que se joga através da educação, o jogo de libertar capturando e capturar libertando, o jogo dinâmico entre autonomia e heteronomia, o jogo no qual nunca está claro quem está a conduzir quem, mas que nos leva, necessariamente, a algum lugar ao qual aprendemos a chamar de “eu” e a tratar, na contemporaneidade, como se fosse aquilo que realmente acreditamos, pensamos, sentimos e somos.

Nesse sentido, adestramo-nos e somos adestrados durante toda a nossa vida e, nesse processo, a participação do outro é fulcral, pois ele é o espelho e a referência por meio da qual operamos sobre nós mesmos. Daí que um não-reconhecimento possa fraturar um “eu” em busca de consolidação, de elaboração, de adequação a si mesmo. No caso de espaços como o *Growroom*, acredito que funcionam como espaços de abertura de si ao outro, espaços raros quando se trata da abertura de um “eu” que, usuário de uma droga tornada ilícita, tem consciência dos riscos que corre ao se abrir, riscos que vão desde a rejeição e o desprezo até a possibilidade da exclusão, da denúncia ou mesmo da coerção. Espaços como o fórum do *Growroom*, então, se apresentam como especiais, como valiosos para aqueles que buscam o outro para a constituição de si mesmos, de uma narrativa de si mesmos que é compartilhada e, em certo sentido, escrita com os outros. Espaços valiosos porque é “participando dessas práticas de descrição e redescricao de si mesma que a pessoa se constitui e transforma sua subjetividade” (LARROSA, 2010, p.68). E são os dois tipos de narrativa de si, conforme elencados por Michel Foucault (2012h, p.153-154), que encontram vias de expressão em espaços como o fórum do *Growroom*: a narrativa de si como tema de ação ou de deliberação para uma ação possível (narrar para os outros o que se fez ou deliberar com os outros sobre o que se deve fazer em uma situação específica); e a narrativa de si como narrativa da relação consigo mesmo (narrativas sobre seu estado de saúde, com descrições das sensações, relatos dos hábitos, das rotinas...). Como veremos mais adiante nesta tese de doutorado, esses tipos de narrativas de si são muito presentes e muito apreciadas no fórum de discussão em tela, dando origem a longas conversas, trocas de opiniões, de conselhos, de sugestões de modos de conduta, de padrões de uso de maconha, de relações do uso da erva com outras atividades, condições de saúde, disposições e indisposições do corpo e da alma. De fato o que se tem,

aqui, nesse tema da escrita de si que se pode verificar no fórum de discussão do *Growroom*, é um rico material para a análise e compreensão do que, efetivamente, usuários de maconha estão fazendo consigo mesmos e de que maneiras, a partir disso, estão constituindo modos de vida que os instituem, perante si mesmos e perante os outros, como sujeitos de suas práticas de uso de maconha. Afinal, como aponta Deleuze (2005, p.114-115), a escrita sobre si constitui poderosa ferramenta de subjetivação e formação de memória, que é o núcleo da relação consigo, uma vez que fixa para o indivíduo uma representação de si mesmo com a qual pode permanentemente dialogar.

Assim, a narração de nossos hábitos, de nossos pensamentos e ações ao outro (e a reação de aceitação ou recusa, dentre os diversos matizes que existem entre esses dois polos) constitui parâmetros importantes para a definição de regras de conduta no interior de um grupo, tornando possível a avaliação da posição e da situação de cada indivíduo, por si mesmo e pelos outros, em referência a essas regras. Segundo Foucault (2012h), é essa confrontação do “eu” com seus próprios pensamentos e atos que possibilita a instituição de uma relação de autoexame a partir da qual conteúdos são fixados no espírito como normatividades. É, portanto, por meio de descrições do que se fez, do que se pensou, do que se sentiu, que se pode colocar a si mesmo sob os olhos do outro, tornando possível a instituição de parâmetros de avaliação de si mesmo e dos outros. Conteúdos que abundam no fórum do *Growroom*, como, por exemplo, descrições e comentários sobre a saúde, as sensações físicas e mentais, as interações do uso de maconha com condições patológicas, observações de melhoras, de pioras, recomendações diversas sobre como utilizar a substância para as mais diversas finalidades (lúdicas, terapêuticas, espirituais...), enfim, todo um conjunto de observações que derivam da instituição de si mesmo como objeto de inspeção constante torna possível o surgimento de espaços de construção individual e coletiva de processos de subjetivação baseados no relato de si na vida cotidiana, na atenção ao que acontece no corpo e na alma, na constituição de si mesmo e dos outros como objetos de uma avaliação racionalizada que se opera pela apropriação, unificação e subjetivação desses relatos e do que, neles, pode ser transformado em princípios de ação e, em seguida, em ação que, ao repetir-se e fundamentar-se racional e argumentativamente, torna-se o próprio sujeito. Chega-se, assim, no limite, a um discurso que é, ele mesmo, prática (de si) e que produz uma convergência entre o olhar do outro e o olhar do “eu” sobre si mesmo, fazendo das ações cotidianas de ambos o espelho de um conjunto de valores, concepções e práticas que, idealizadas e tornadas, mais ou menos vagamente, regras de conduta, institui uma verdade ética na qual pode se fundamentar um sujeito. Esse o quadro de inteligibilidade no interior do

qual descrevo e analiso, no próximo capítulo desta tese, como vem se constituindo uma forma específica de problematizar e praticar a si mesmo como sujeito usuário de maconha no Brasil contemporâneo.

Evidentemente, tudo isso, até aqui, é uma forma de compreender, uma forma idealizada que dificilmente ocorre empírica e totalmente desse modo. As tecnologias do eu, do mesmo modo que as tecnologias de dominação, constituem projeções, mais ideais regulativos do que relações reais. Quer dizer, na prática da vida as coisas nunca acontecem do modo idealizado, até porque mesmo essa imagem ideal não é clara para os indivíduos em seus contextos de ação. São parciais, limitadas, às vezes contraditórias as constituições, as incorporações, as materializações de nossos ideais, de nossas formas de concepção de nós mesmos e dos outros. No entanto, é por meio de aparatos de discursos, saberes, seduções, coerções, forças, ideias, liberdades e regulações que nos constituímos e somos constituídos, em nossos pensamentos e em nossas ações, nas situações cotidianas. Não existem, portanto, essas figuras subjetivas do “ativista”, do “consumidor responsável e moderado” e do “cultivador para consumo próprio”, formas de ser usuário de maconha que identifiquei como ideais mobilizadores de condutas no *Growroom*, e que apresentarei em maior detalhe no próximo capítulo desta tese. Existem, no entanto, fulgurações desses sujeitos, fragmentações, formas de incorporação de alguns de seus aspectos, invenções, reinvenções e composições de diversos elementos que vão se disponibilizando aos indivíduos à medida que vão sendo apresentados, narrados, propostos como modo de vida. E isso é o bastante, pois em esfera alguma da nossa experiência, os modelos, as formas subjetivas prescritas (venham elas dos discursos médicos, psiquiátricos, jurídicos, ou dos discursos que os próprios indivíduos-alvo entretecem e fazem circular sobre si mesmos) “caem” sobre os indivíduos e os governam. Ideais não são “fantasmas na máquina”. Diferentemente disso, os seres humanos se constituem por meio de complexas costuras de discursos, de verdades, de modos de vida, de ideais elaborados nos mais diversos contextos culturais, constituição esta que não passa totalmente por nossas esferas racionais, mas que congrega elementos instintivos, pulsionais, os quais são, por vezes, racionalizados em composições variadas, canalizados por forças diversas, por vezes opostas, resultando na instável configuração do que somos e de como pensamos e agimos. Destarte, o que cabe mapear no segundo movimento analítico constituinte da presente tese são modos de vida, possibilidades de autoproblematização e de autogoverno que identifico como emergentes a partir de relações que, na Contemporaneidade, estão sendo travadas entre pessoas que fazem uso de maconha e que frequentam uma comunidade virtual específica, bem como as produtividades que, destas relações, ficam

disponíveis para orientar, equipar, modular as escolhas de indivíduos que, por diversas razões, em dado momento passaram a problematizar e a fazer a experiência de si mesmos enquanto usuários de maconha. Deste modo, entendo um espaço como o do fórum *Growroom* como um espaço de produção e de mediação da experiência de si como usuário de maconha na contemporaneidade. Assim, se uma história do uso de maconha como um problema para os outros, os não-usuários, foi contada no primeiro capítulo desta pesquisa, alguns aspectos de uma história do uso de maconha como questão para uma comunidade de usuários dessa substância é o que vai ser desenvolvido no próximo capítulo da presente investigação. Antes, contudo, algumas considerações metodológicas acerca dos meus procedimentos na elaboração desse segundo movimento analítico.

Como esta pesquisa foi feita

Nesta seção descrevo os movimentos metodológicos que orientaram o segundo movimento analítico que compõe esta investigação. Quer dizer, trata-se da apresentação dos modos pelos quais operei em minhas análises desse processo de subjetivação de usuários de maconha por si mesmos, processo que observei através de mensagens trocadas no fórum de discussão que tem lugar no portal *Growroom*. Tomando esse site, conforme exposto na seção anterior deste capítulo, como um espaço ético-político no qual modos de problematização e práticas de governo de si de usuários de maconha têm lugar, descrevo, a seguir, através de que instrumentos e procedimentos procurei dar a ver, no capítulo três, como indivíduos que consomem maconha, na atualidade, procuram constituir a si mesmos como sujeitos usuários dessa substância.

Primeiramente, cabe indicar alguns pontos importantes quando se trata de “metodologia”. Mais do que listar “metodologias” a partir das quais foram produzidos os dados analisados nesta pesquisa, penso que o mais importante é procurar descrever de que modos busquei operar com os materiais empíricos, como procedi, orientado pelo olhar construído a partir das teorizações de Michel Foucault. Nesse sentido, cabe enfatizar que entendo “metodologia”, aqui, “como um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações [...] e de estratégias de descrição e de análise” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p.16). Assim, se já apresentei meu “modo de perguntar” e a construção do problema que organiza e dá sentido a esta investigação, bem como já descrevi as fontes empíricas a partir das quais trabalhei, o que cabe agora é explicitar o “conjunto de

procedimentos de coleta de informações e de estratégias de descrição e de análise” que empreguei sobre esse material empírico, ou seja, sobre os discursos que circulam no fórum de discussão do site *Growroom*, tendo em vista a visibilização das formas de problematização e de práticas que orientam esse processo específico de constituição de si de usuários de maconha que procurei descrever e analisar.

Aproximei-me do referido material de pesquisa orientado, principalmente, pelos conceitos de “governamentalidade”, “governo”, “governo de si”, “ética” e “subjetivação”. Esses conceitos compõem a chave de inteligibilidade que me permite ler, em mensagens trocadas no fórum estudado, os modos pelos quais esses usuários de maconha estão fazendo de si mesmos e de seus pares objetos de formas de problematização e de práticas suscetíveis de estabelecer modos de relação consigo mesmos calcados na constituição de uma relação autorreflexiva. Partindo esses indivíduos daquilo que identificam, enquanto sujeitos usuários de maconha, como suas questões e dificuldades cotidianas, formulam problematizações e práticas pensadas e vivenciadas coletiva e individualmente e se voltam à elaboração mais ou menos refletida de um modo de vida que, em seu exercício, lhes pareça satisfatório e capaz de funcionar como adequada gestão de si mesmos como usuários de maconha nos contextos concretos em que vivem. A partir desse olhar teoricamente orientado é que inicio, aqui, uma reflexão acerca dos procedimentos e das estratégias mediante as quais procurei explicitar o que, na profusão de mensagens trocadas no fórum de discussão do *Growroom*, entendo como constituinte de um conjunto de práticas a partir das quais indivíduos usuários de maconha buscam instituir a si mesmos como objetos de reflexão e de ação, sendo subjetivados pela participação nessa coletividade, pela discussão normativa acerca de como agir, de como se tornar ou se aproximar das idealizações de subjetividades por eles partilhadas.

Retomando, então, a rota da discussão mais estritamente metodológica, indico que operei com algumas técnicas de pesquisa cujo emprego, nesta investigação, não se deu conforme manuais de metodologia de pesquisa, sendo tais técnicas constantemente moldadas pelas teorizações a fim de que pudessem, em sua operação sobre os materiais, possibilitar a compreensão daquilo a que me propus investigar. Ou seja, toda técnica aqui utilizada voltou-se à visibilização de discursos que, postos em circulação por usuários de maconha que se comunicam na lista de discussão do *Growroom*, podem ser incorporados como elementos a partir dos quais se constituem práticas produtoras de subjetividade.

O trabalho de análise de discursos requer algumas observações iniciais, pois

para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a

busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas – práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um “discurso”. Para Michel Foucault, é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar (FISCHER, 2001, p.198).

Deste modo, procurei evitar qualquer arroubo interpretativo que fosse além da superfície do discurso, do estritamente dito “no nível de existência das palavras”. Nesse sentido, tentei evitar lançar interpretações acerca das “reais” intenções, motivações ou sentimentos dos usuários de maconha que publicam mensagens no fórum do *Growroom*. Longe de especular sobre se é *mesmo* verdade o que dizem que fazem ou pensam, para os fins desta pesquisa basta considerar, seguindo Foucault, o próprio discurso como prática que forma aquilo de que fala. Assim, não importa exatamente se aquele indivíduo que enuncia modelos de existência para usuários de maconha está praticando o que fala, mas sim que, ao dizer esses modelos, ao apresentá-los como melhores, mais verdadeiros, mais corretos ou adequados, ele está delineando discursivamente a possibilidade da adoção, da transformação do discurso que enuncia em modo de vida, ele está, em outras palavras, dispondo, no “real”, práticas que são possíveis. Um modo de “ser” usuário de maconha é, portanto, construído e disponibilizado pelo discurso, construção e disponibilização cuja enunciação é tornada possível histórica e culturalmente. Ou seja, o que é dito no fórum do *Growroom* não é aqui compreendido como uma criação dos indivíduos que ali falam, mas como enunciação de posições de sujeito que se tornaram disponíveis a determinados indivíduos em nossa época e cultura e que se apresentam como possibilidades de unificação e localização a serem ocupadas. O *Growroom*, então, emerge como campo enunciativo cujos efeitos são a constituição de posições e formas de subjetividade mapeáveis pela descrição das regularidades, da frequência com que se repetem e se organizam, nos discursos, “lugares” para os sujeitos-objetos da enunciação. Esse campo é atravessado por conflito, por diversas racionalidades, pela ação de poderes e saberes variados, que se aproximam, se afastam, se aliam e se enfrentam na constituição de posições-de-sujeito, pois no interior do *Growroom*, inevitavelmente, penetram e ressoam, de diferentes formas e com diferentes intensidades, discursos médicos-psiquiátricos e jurídico-policiais, bem como enunciações que promovem modos diversos de governo pela verdade, disponibilizando formas de subjetividades às pessoas que fazem uso de drogas como a maconha.

Especificamente, procurei identificar, descrever e analisar, nos referidos discursos, as formas pelas quais, neles, os sujeitos são nomeados, avaliados, categorizados, hierarquizados, em suma, governados e produzidos, nas relações discursivas que têm lugar na comunidade virtual estudada, enquanto usuários de maconha. Quer dizer, trata-se de evidenciar, em

discursos que circulam na lista de discussão do *Growroom*, como determinadas práticas (e os indivíduos que nelas se engajam) são avaliadas, consideradas boas ou ruins, certas ou erradas, melhores ou piores do que outras; como os indivíduos são incentivados ou não a adotarem determinadas condutas, como algumas práticas sobrepujam outras, sendo definidas e defendidas como corretas. Em suma, como, a partir das discussões que travam em torno de temas cotidianos que envolvem diferentes possibilidades de relação com a maconha, diferentes padrões de uso da droga, relações com familiares, com usuários e não-usuários, com as normas sociais, com as leis e as instituições, com o trabalho e o estudo, enfim, com diversos aspectos da experiência cotidiana no tempo-espaço do Brasil contemporâneo, como usuários do fórum elaboram e defendem modelos de existência nos quais o uso de maconha ocupa uma posição importante enquanto estilo de vida e, ainda, por meio de que práticas eles se propõem a incorporar esses modelos de existência, tornando-se, efetivamente, aquilo que ambicionam ser. Ou, dito de modo mais direto: o que consideram como seus problemas, o que valorizam e no que acreditam, o que querem se tornar e através de que práticas pretendem realizar essa operação sobre si mesmos. Portanto, mapear, descrever e analisar, em mensagens trocadas no fórum do *Growroom*, como usuários propõem que sejam conduzidas as condutas próprias e alheias e como se esforçam por elaborar regimes de vida estruturados em conjuntos de práticas que, por repetição e reiteração, podem consubstanciar uma relação consigo mesmo e com os outros que expressa um estilo de vida e molda, ao fim e ao cabo, um “eu” que é, idealmente, a incorporação desses discursos e dessas normas, uma subjetividade que realiza em sua conduta aquilo que foi coletiva e individualmente construído como um ideal. Ou seja, como esses usuários de maconha estão dizendo que devem ser, como dizem que devem se comportar e o que pensam que devem fazer para incorporar, tornar conduta própria, figuras subjetivas que são constante e coletivamente construídas, debatidas, negociadas. Ou ainda, como esses usuários de maconha participantes do *Growroom* intentam regular suas relações com essa substância por meio de discursos potencialmente conversíveis em práticas a serem aprendidas, exercitadas, entretidas entre o sujeito e o seu “eu”: eis as questões centrais que orientaram a construção dos procedimentos de coleta de dados, a seleção das mensagens analisadas, bem como a formulação das estratégias investigativas mediante as quais procurei dar conta do problema de pesquisa.

A tentativa de descrição do que se pode apreender como “ideais de vida” construídos por usuários de maconha em suas interações no fórum pesquisado constitui, aqui, procedimento essencial. Nesse sentido, atentei para as formas pelas quais esses indivíduos medem, avaliam, ponderam suas condutas e as dos outros, estabelecem metas, métodos, alvos,

técnicas e critérios por meio dos quais se tornam aptos a julgar e avaliar a si mesmos e aos outros, tendo em vista dominar, conduzir, controlar, curar, melhorar ou satisfazer a si mesmos. Quis, portanto, compreender essa “gestão de si” de usuários de maconha, gestão que passa por certas concepções de corpo e de saúde, por certas relações entre sofrimento e prazer, por toda uma elaboração, enfim, dos efeitos da droga, de como relacionar-se com eles, extraíndo dessa relação prazeres, sensações, elementos que são interpretados como “agradáveis” e que conferem à maconha uma posição em um regime refletido de vida. Como esses usuários estão elaborando formas de convívio com seu consumo de maconha? Como eles julgam estar constituindo bons usos de seus prazeres e por meio de que práticas tais usos se estabelecem? Quem eles pensam ser, o que eles querem ser, por meio de que linguagens e normas eles avaliam a si mesmos e são avaliados uns pelos outros? De que modos eles agem sobre si mesmos a fim de se tornarem o que querem ser (e, ao fazerem isso, disponibilizam ou indicam a outros a possibilidade de que realizem esses mesmos empreendimentos sobre si próprios)? São questões como essas que orientaram meu pensamento enquanto me ocupava da leitura das conversas entre esses indivíduos.

Tomei como uma estratégia analítica para a compreensão dessas formas de autogestão acalentadas por esses indivíduos, sujeitos-objetos de reflexão e ação, uma descrição de alguns tipos de exigências que fazem, a si mesmos e aos demais participantes da comunidade tomada como superfície de análise do processo de subjetivação em questão, acerca de como devem constituir a si mesmos a fim de tornarem-se ou ao menos aproximarem-se das figuras de subjetividade idealizadas. Tais exigências, como veremos, não se apresentam sob a forma de leis morais ou jurídicas, mas sim como princípios voltados à organização dos elementos de regimes de vida suscetíveis de garantir a esses sujeitos uma relação consigo mesmos e uma relação com os outros vividas como adequadas, boas, satisfatórias. O que apresento no próximo capítulo desta tese é uma analítica da constituição dessas relações através de práticas de autogoverno que, tomando por objeto os regimes de uso da droga, funcionam de modo a produzir estilos de vida tributários de posturas autorreflexivas através das quais, pode-se dizer, um tipo de moralização das condutas de usuários de maconha é, por eles mesmos, levado a cabo. Não estou sugerindo, evidentemente, que tal processo se dê com todo e qualquer consumidor de maconha participante da comunidade analisada. Penso que essa postura autorreflexiva que é capaz de suscitar no indivíduo formas de problematização e de atuação sobre si mesmo, sobre sua conduta, de modo a induzi-lo à elaboração de si como sujeito de suas ações, possui um caráter não inteiramente consciente, não é constituída por todo e qualquer usuário, carecendo, para sua efetiva consecução, de uma série de condições

que tornam possível a constituição de si no interior de um campo reflexivo que convoca à prática da problematização e à problematização da prática. A comunicação via internet, as novas formas de ativismo político e a formação de espaços ético-políticos como o *Growroom* são algumas dessas condições.

Analisar as formas de controle, ou, mais precisamente, de autocontrole preconizadas pelos usuários do fórum de discussão *Growroom*, em suas características principais, bem como de que maneiras se relacionam com os modelos de controle disseminados pelo Estado, pela medicina, pela psiquiatria, pelos aparatos jurídicos e judiciários constituiu meu procedimento, minha estratégia analítica principal nesta investigação. Ou seja, trata-se de perguntar sobre os autocontroles que esses usuários de maconha procuram instituir para si mesmos, descrevê-los, analisá-los, indagá-los em suas formas de instituição e em suas relações com as racionalidades e tecnologias constituídas historicamente com o fim de governar as práticas de alteração de consciência, tendo em vista *diagnosticar* algumas das maneiras pelas quais se produzem, na atualidade, conexões entre Estado, expertises e indivíduos em torno do governo dos usos e dos usuários de maconha. Tendo em vista diagnosticar de que modos um poder é exercido sobre as práticas de uso de maconha, poder que perpassa o Estado e suas instituições, os especialistas e seus saberes e os próprios indivíduos usuários da droga. No âmbito do Estado, dos especialistas e das instituições, abordei o modo como o poder sobre os usuários de maconha foi historicamente exercido no Brasil no primeiro capítulo. Mas como esse poder incide sobre os indivíduos e, mais do que isso, como estes podem se tornar não só efeitos, mas também agentes desse poder? Infelizmente, no que concerne aos usuários de maconha objetivados nos discursos circulantes no século passado que instituíram o jogo de verdade em torno da maconha, seus usos e usuários não pude localizar materiais empíricos que tornassem possível uma análise das formas pelas quais poderiam incorporar esse poder e exercê-lo sobre si mesmos. Contudo, em espaços como o *Growroom* é possível encontrar esses materiais, de modo que, no que concerne ao tipo de usuário de maconha que frequenta essa comunidade, no presente, é possível encetar uma análise acerca de como busca tornar-se agente do poder que incide sobre si próprio.

Para realizar essa análise de como um poder que se constitui historicamente um século antes e incide sobre usuários de maconha desse outro tempo (usuários estes cujo perfil era bastante diferente dos que, hoje, frequentam a comunidade estudada), é agora exercido por esses “maconheiros autorreflexivos”, adotei alguns procedimentos. Primeiramente, quis indicar “a maneira pela qual o indivíduo deve constituir este ou aquele aspecto dele próprio

como matéria principal de sua conduta moral” (FOUCAULT, 2012b, p.206). Quer dizer, busquei analisar de que modos e quais aspectos de suas condutas de usuários de maconha esses indivíduos contemporâneos problematizam e tornam objeto de práticas, desenvolvendo, em torno deles, concepções avaliativas em termos morais. Por meio dessas concepções, os indivíduos podem negociar entre si e consigo mesmos a formulação de “regras” de conduta, entretecendo formas de valoração de determinados comportamentos no que se refere ao uso de maconha e compondo um quadro por meio do qual certas formas de relação com a droga podem ser consideradas “melhores”, mais “saudáveis” ou “desejáveis” do que outras. Busco delinear, assim, com esta investigação, alguns aspectos dos modos de governo de si que esses usuários procuram estabelecer, o que se tornou possível pela recorrência com que certos temas e certas formas de abordagem dos mesmos se deram a ver no fórum estudado. Assim, a observação das maneiras através das quais os indivíduos se relacionam com essas “regras” e se reconhecem como ligados a elas, instados, de algum modo, a colocá-las em prática, constituiu procedimento central para a compreensão das formas pelas quais pretendem governar a si mesmos como usuários de maconha.

Como Foucault nos indica, existem “diferentes possibilidades nas formas de ‘elaboração’ do trabalho ético realizado sobre si mesmo, não apenas para tornar seu comportamento conforme a uma regra dada, mas sim para tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua conduta” (2012b, p.207). Assim, procurei compreender os processos de constituição de si mesmo como sujeito usuário de maconha, aqui tematizados, como algo que se pode apreender observando práticas, aprendizagens, memorizações e assimilações de preceitos, técnicas de controle da conduta, de gestão do prazer, de auto-observação, enfim, uma série de operações sobre si mesmo, realizadas individualmente, mas formuladas ou, pelo menos, discutidas coletivamente no sentido de se adequar ou não sua conduta à “regra”, ao preceito de ação que é proposto. Nessa constituição de si, ou melhor, para constituir a si mesmo como sujeito de determinado tipo, o indivíduo opera modificações em sua própria conduta e reconfigurações em seus sistemas de valoração, tentando moldar a si mesmo de acordo com preceitos e valores que são considerados importantes (pela sociedade, pela comunidade, por um pequeno grupo, por si mesmo), uma vez que

toda ação moral implica uma relação com o real em que ela se realiza, e uma relação com o código ao qual ela se refere; mas também implica uma certa relação consigo mesmo; esta não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si como “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele próprio que constitui esse objeto de prática moral, define a sua posição em relação ao preceito que ele acata, determina para si um certo modo de ser que valerá como cumprimento moral dele mesmo e, para realizar-se, age sobre ele mesmo, levando-o a se conhecer, a se controlar, a pôr-se à prova, a se aperfeiçoar e a se transformar (FOUCAULT, 2012b, p.207-208).

Assim, no que se refere aos modos de constituição de si desses usuários de maconha contemporâneos, procurei compreender como tentam construir a si mesmos como sujeitos morais por meio de uma organização minimamente coerente de suas condutas. Trata-se, portanto, da descrição e da análise de um ponto no qual a experiência do uso de maconha em nossa cultura contemporânea é refletida no interior desse universo particular de usuários da droga que resolveram, encontrando-se nessa comunidade virtual, problematizar e governar a si mesmos de modos específicos como sujeitos de suas práticas de alteração de consciência.

Retomando, então, ainda uma vez, o que vem sendo aqui exposto acerca de “metodologia”, indico que os instrumentos de pesquisa por mim utilizados são inspirados na análise (teoricamente orientada no sentido que venho apresentando ao longo desta tese) de discursos circulantes no fórum do portal *Growroom*, tendo em vista apreender, conforme indicado, os modos de subjetivação que são ativados, que são potencialmente postos em funcionamento por esses discursos. Essa análise, contudo, é precedida por uma estratégia fortemente descritiva. A descrição é importante porque ela dá a ver as recorrências que permitem o mapeamento das problematizações e das práticas por meio das quais esses indivíduos fabricam formas de governo de si e definem modos “adequados” de se viver quando se é um usuário de maconha.

Os dois movimentos analíticos das formas de problematização e de governo de usuários de maconha que compõem esta tese abordam seus respectivos campos empíricos como um instantâneo, uma “fotografia” de um campo de luta, campo este no qual se trava uma batalha pelo sujeito usuário de maconha, por sua subjetividade, pelo governo da sua conduta. Essa batalha se desenrola em diversos espaços: nos consultórios médicos e psiquiátricos, nas instituições, nas famílias, nos tribunais, nas delegacias, nas rodas de fumo, nas comunidades terapêuticas, nos grupos de ajuda mútua, nos escritórios onde se decidem as políticas públicas etc. Mapear um ponto específico onde se desenrola essa batalha, a alma ou o “eu” de usuários de maconha brasileiros contemporâneos, participantes de uma comunidade virtual chamada *Growroom*, é o propósito do próximo capítulo desta pesquisa: como eles lutam? Por meio de que estratégias? Como se relacionam com saberes e poderes atuantes em nossa época e cultura? Como elaboram práticas suscetíveis de constituírem a si mesmos?

Mas como efetivamente me movimentei no interior desse “universo” que é o fórum de discussão do *Growroom*, cuja amplitude e abrangência foram detalhados na seção anterior deste capítulo? Primeiramente, fiz um cadastro no site, tendo em vista poder utilizar a ferramenta de busca do fórum, instrumento importante para localizar tópicos específicos de

conversação a partir da digitação de palavras-chave. Mas, uma vez cadastrado, não postei mensagens, não me apresentei, não interagi com ninguém: quis apenas descrever e analisar como esses usuários de maconha problematizam a si mesmos e suas experiências, atentando para aquilo que fazem consigo mesmos com o intuito de melhor gerirem suas vidas. E encontrei material para isso. Diante da impossibilidade de leitura de todo o conteúdo ali arquivado, priorizei discussões em torno do “ser” usuário de maconha, quer dizer, discussões nas quais o que se é, enquanto “maconheiro”, na atualidade, entra em questão. Nesse escopo, selecionei mensagens que expressam conselhos, debates sobre valores importantes a serem cultivados pelos usuários de maconha e formas de viver tais valores, de afirmá-los perante si e perante os outros. Tratou-se, pois, de um esforço de identificação, seleção, descrição e análise de mensagens que expressam formas de constituição de si de usuários de maconha na contemporaneidade. Esse quadro foi composto por uma grande variedade de tipos de mensagens que vão desde conselhos diante de dificuldades práticas surgidas na vivência cotidiana de usuários de maconha, até discussões em torno da organização de uma luta política afirmativa de um modo de vida no qual o consumo regular de maconha ocupa importante espaço. Sobretudo, priorizei a seleção daquelas mensagens que tinham por objeto, por assunto, a própria conduta dos usuários de maconha, tendo em vista compreender as formas de condução das condutas, próprias e dos outros, que são propostas e discutidas. Mas não foi somente o objeto das mensagens (a conduta do usuário de maconha) que tomei por critério de corte e seleção do material. Diante do volume de mensagens trocadas nesse espaço virtual, foi preciso recortar melhor o *corpus* da análise. Assim, selecionei no fórum estudado, além das mensagens que encontrei que tinham na conduta do usuário de maconha seu objeto, aquelas que continham um caráter predominantemente prescritivo como proposição de “regras” de conduta, de conselhos dados a usuários ou familiares de usuários que enfrentam problemas e dificuldades relacionadas, de algum modo, ao consumo da droga ou às relações com outras pessoas, normalmente não usuárias (familiares, amigos, colegas etc.). Li tais opiniões e conselhos como proposições de formas de conduta consideradas adequadas para usuários de maconha em suas vidas cotidianas (proposições que requerem, para a efetivação de sua potência enquanto condutoras da conduta, serem tornadas práticas, ou seja, serem lidas, refletidas, utilizadas e, por fim, verificadas, provadas em situações concretas de vida). Ou, conforme nos indica Foucault sobre o tipo de texto que pode funcionar como superfície de análise de processos de subjetivação (2012b, p.195), “esses textos têm a função de operadores que permitem aos indivíduos interrogar-se sobre sua própria conduta, velar por ela, formá-la e moldar a si mesmo como sujeito ético”. Assim, entendo que as mensagens publicadas no fórum tomado como superfície de análise de processos de subjetivação de

usuários de maconha contemporâneos instituem modos de esses sujeitos problematizarem a si próprios, colocando em questão suas condutas e concepções do que fazem e do que são, confrontando essas condutas e concepções com as de outros usuários na constituição coletiva de um processo no qual indivíduos que consomem maconha na atualidade formam a si mesmos enquanto sujeitos de suas relações consigo.

Como todo o conteúdo que é postado no fórum do *Growroom* é público, estando acessível a qualquer usuário da internet, e considerando que cada usuário fabrica para si uma identidade (um nome fictício – *nickname* –, uma imagem que o representa e algumas informações gerais, como frases de apresentação, pensamentos, máximas, referências a filmes, livros, celebridades, personagens de obras de ficção – desenhos, filmes, seriados, livros etc.), penso que não se colocam, para esta pesquisa, maiores requisitos no sentido de preservar as identidades dos usuários, uma vez que estas, por motivos óbvios, em momento algum estão visíveis no fórum. Assim, sendo a totalidade do conteúdo do fórum aqui utilizado aberta para a consulta na internet, não se colocam, no meu entendimento, problemas relativos a uma eventual publicização de conteúdos que seriam pensados, quando de sua escrita, como atinentes a uma esfera privada ou de acesso restrito: todo o conteúdo do fórum é público e é deixado claro por seus administradores que se espera de cada um de seus membros consciência disso na hora em que publicam mensagens e imagens nesse espaço virtual⁷⁵. Ainda assim, não identifiquei, nem mesmo por meio dos *nicknames*, os autores das mensagens transcritas e analisadas. Entendo, portanto, que não pode resultar, desta pesquisa, qualquer forma de constrangimento ou prejuízo aos indivíduos cujas mensagens foram, em um ou mais momentos, objetos da análise aqui realizada.

Por fim, cabe indicar que esta investigação se posiciona como crítica àquelas perspectivas de pesquisa que, no que concerne ao uso de drogas, pretendem dar conta e explicar a totalidade desse fenômeno, notadamente as pesquisas que se baseiam em uma racionalidade que poderíamos chamar de “biomédica” (ou “bio-físico-química”) e que buscam reduzir a pluralidade e a imprevisibilidade da experiência com drogas a uma análise das interações entre as propriedades químicas de uma substância e as características biológicas de um organismo. Tais perspectivas têm sido acionadas preferencialmente quando se trata de prescrever medidas de intervenção sobre as vidas de pessoas usuárias de drogas, seja pelo viés da educação, da saúde ou da segurança, por apresentarem diagnósticos

⁷⁵ Nisso, aliás, o fórum do *Growroom* encontra-se plenamente em harmonia com o espírito da cibercultura, sustentado em princípios segundo os quais “qualquer um deve poder acessar de qualquer lugar as diversas comunidades virtuais e seus produtos” (Lévy, 1999, p.132).

aparentemente mais “objetivos”. Adoto uma posição crítica a esses empreendimentos, posição esta que se assenta principalmente na ideia de que a experiência individual com uma droga é atravessada por uma grande diversidade de condicionantes que vão desde a constituição biológica e psicológica dos indivíduos e as propriedades farmacológicas das diferentes drogas, até condicionantes econômicos e sociais como a pobreza e a ineficiência ou ausência de acesso adequado aos serviços públicos, passando pela história da nossa cultura e seus medos e preconceitos, elementos que subjazem à formulação de qualquer perspectiva teórica e que penetram mais insidiosamente quanto mais pretensamente neutras ou “objetivas” forem as práticas de pesquisa adotadas.

Trata-se aqui de uma investigação que tem por foco uma analítica dos modos de problematização e das práticas de governo ético e político de usuários de maconha, compreendendo, nesse empreendimento, um inquérito acerca das articulações entre tecnologias de poder (seja as tecnologias de dominação, seja as tecnologias do eu) que envolvem o corpo enquanto materialidade de processos fisiológicos, funcionais, químicos, sensuais. Assim, argumento que não se trata de uma investigação que retira do seu campo analítico o componente biológico presente na constituição da experiência do uso de drogas, mas que lança tal componente em um campo histórico no interior do qual ele se imiscui com tecnologias de poder, de modo que as racionalidades que dizem esse componente biológico, sendo elas mesmas históricas, são atravessadas por relações de poder que condicionam suas prioridades e suas formas de perguntar. Ou seja, não se trata de relativização dos processos bio-físico-químicos inerentes à ingestão de substâncias psicoativas, mas de sua consideração no interior de um campo estratégico, campo histórico, normativo, de saberes e poderes que fazem com que esses processos apareçam como “os efeitos” do uso de drogas, marginalizando todos os demais fatores envolvidos na determinação da experiência⁷⁶. Deste modo, trata-se de considerar que esse campo (histórico, estratégico, normativo, constituído por saberes e poderes diversos) organizou, em uma forma de racionalidade enunciativa de discursos de verdade, elementos físicos, químicos, biológicos, associando-os causalmente a condutas, sensações, prazeres e produzindo, com essa associação, uma unidade explicativa, universal,

⁷⁶ O neurocientista estadunidense Carl Hart (2014) chama a atenção justamente para os modos pelos quais as políticas de drogas têm se construído em torno de uma má compreensão acerca do que são, de como agem e de como se relacionam essas substâncias com os contextos históricos, sociais e econômicos nos quais são utilizadas. Para ele, vêm sendo atribuídas ao uso de drogas uma série de efeitos que podem ser de forma muito mais consistente associados a desigualdades de acesso a direitos e serviços públicos, racismo e práticas históricas de exclusão social. Nesse sentido, todo um campo de produção de conhecimento focado na investigação das propriedades físico-químicas das substâncias psicoativas, desvinculadas das relações de poder que condicionam as possibilidades de ação dos indivíduos e grupos sociais, tem contribuído decisivamente para a construção das drogas como problema social de alta magnitude nas sociedades ocidentais contemporâneas.

trans-histórica, que compete justamente às disciplinas que articulam esses saberes, ou seja, às disciplinas que fundamentam as práticas médicas, explicar. Nesse processo, profissionais das áreas ligadas a esses saberes, mobilizados e articulados com o Estado governamentalizado, consolidaram-se como os legítimos enunciadores dos discursos de verdade sobre as drogas, seus usos e usuários, bem como dos padrões de normalidade e anormalidade no que tange ao uso dessas substâncias. Elabora-se, assim, a objetividade e a inteligibilidade dos efeitos das drogas, vinculando-os, em uma relação causal total, às propriedades físico-químicas das substâncias, em suas interações com as propriedades fisiológicas do organismo humano. Compreender o fenômeno do uso de drogas torna-se, assim, sinônimo de compreender como essas moléculas e esse organismo interagem, de modo que a análise dessa prática como um problema (e, principalmente, como um problema que requer governo), se constitui historicamente a partir da busca da neutralização e do controle dos fatores políticos, econômicos e sociais que, ainda que condicionem poderosamente a formação da experiência de si e da experiência social do uso de drogas, são interpretados como “variáveis” que não pertencem à “essência” do que se quer explicar. Esse é, talvez, o mais impressionante efeito de poder a que as práticas de uso de drogas foram sujeitas na modernidade: a transcrição de prazeres, sensações, hábitos, terapias, sacramentos em termos de interações bio-físico-químicas e a produção da nossa crença na verdade objetiva dessa transcrição e no seu poder explicativo sobre as condutas e as identidades das pessoas que experimentam tais substâncias.

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE PRÁTICAS DE GOVERNO DE SI DE USUÁRIOS DE MACONHA

Não é de um comitê de sábios, comitê moral e pseudocompetente, que precisamos, mas de grupos de usuários.

Deleuze

O objetivo deste capítulo é a formulação de uma analítica acerca de práticas de governo de si que se dão, no Brasil contemporâneo, entre usuários de maconha vinculados através de uma comunidade virtual. Para atingir tal objetivo descrevo e analiso, ao longo de todo o capítulo, práticas por meio das quais indivíduos usuários de maconha atentam para si mesmos como sujeitos de suas condutas de utilização dessa substância, e procuro compreender que formas de relação consigo mesmos esses indivíduos promovem a fim de constituírem e reconhecerem a si mesmos como sujeitos de suas práticas psicoativas.

Meu ponto de partida é, então, precisamente aquilo que os participantes da comunidade aqui investigada afirmam acerca de si mesmos, ou melhor, como eles definem o que é o *Growroom* e quais são os princípios que norteiam a comunidade, suas práticas e seus valores. Assim, na seção do site destinada a esse fim, encontra-se que “*o Growroom atua dentro dos princípios da redução dos riscos e danos, buscando o fortalecimento da autonomia e da responsabilidade dos usuários*”, constituindo “*um espaço no qual as pessoas desenvolvem a prática do autocuidado, através de formas mais seguras, menos prejudiciais e socialmente responsáveis de utilização da Cannabis e de seus derivados*” (GROWROOM, “Quem Somos”. Disponível em <http://www.growroom.net/quem-somos/>. Acessado em 28 de julho de 2014). Redução de riscos e danos, autonomia, autocuidado e responsabilidade: estes os preceitos, os princípios, a atitude que os fundadores desta comunidade buscam constituir, fomentar em cada usuário de maconha. É, portanto, no marco desses valores, na busca da produção de práticas através das quais poderão ser estabelecidas formas de relação consigo que se estruturam nesses termos, que a comunidade é governada, moderada, conduzida por seus criadores e administradores. Preocupar-se consigo, assumir a responsabilidade por si mesmo, por seus atos, por seus prazeres, por suas liberdades; e cuidar de si mesmo, de sua saúde e de sua segurança assumem centralidade nesse projeto comunitário de constituição de um modo de vida para indivíduos que consomem maconha no Brasil contemporâneo.

Assim, é a partir desses preceitos, desses valores que se organizam em torno da autonomia, da responsabilidade e do cuidado com a própria saúde e segurança que, aqui, tem lugar uma análise dos modos pelos quais esses indivíduos usuários de maconha que se

comunicam na comunidade virtual estudada problematizam a si mesmos enquanto sujeitos usuários dessa substância, buscando fazer, de suas vidas, a expressão desses valores, desses preceitos. O que procuro indicar, então, é como esses sujeitos usuários de maconha idealizam modos de vida e buscam realizá-los em suas práticas cotidianas, problematizando aspectos específicos de suas vidas e de suas condutas, as quais se tornam objetos de atenção, preocupação, cuidado, reflexão e estilização. Mais especificamente, seguindo indicações de Rose (2011, p.251-252), quando se trata de investigar um processo de subjetivação, ou seja, um processo de constituição de um indivíduo como sujeito,

o que deve ser analisado é a forma de relação consigo mesmo conformada em práticas e procedimentos definidos nas ligações, fluxos e linhas de forças que constituem pessoas e atravessam, através e ao redor delas, em maquinações particulares de força – para trabalhar, para curar, para reformar, para educar, para trocar, para desejar, não somente para responsabilizar, mas para manter como responsabilizável.

A subjetivação, então, “é um produto, não da psique ou da linguagem, mas de um agenciamento heterogêneo de corpos, vocabulários, julgamentos, técnicas, inscrições e práticas” (ROSE, 2011, p.252). Trata-se, assim, de examinar não simplesmente como esses sujeitos usuários de maconha estão narrando a si mesmos, mas como se tornam sujeitos ativos, sujeitos que se fazem, que se constituem, perante si e perante os outros, como sujeitos responsáveis cuja agência é produzida em uma máquina de moralidade que lhes confere modos de pensar sobre si, sobre seus corpos, sobre sua saúde, formas de falar e de julgar a si mesmos e aos outros enquanto usuários de maconha, em suma, técnicas e práticas a partir das quais podem elaborar, avaliar, produzir a si mesmos. E é para compreender o *Growroom* como um elemento de uma máquina de moralidade que enceto neste capítulo um procedimento de descrição e análise de um campo de problematização do uso de maconha que é instituído por usuários dessa substância, fazendo dessa prática um objeto de cuidado moral. Dois eixos, portanto, compõem esta investigação: as *problematizações* através das quais esses indivíduos pensam a si mesmos enquanto usuários de maconha e as *práticas* por meio das quais eles buscam equacionar essas problematizações, fazendo do pensamento um modo de vida. Para dar conta desses dois eixos, selecionei, no fórum do *Growroom*, um conjunto de mensagens que se caracterizam por apresentar algum grau de prescritividade: textos que expressam preceitos de vida preconizados na e pela comunidade, que propõem “regras” de conduta, que fornecem opiniões, conselhos de comportamento adequados, aprendizados e reflexões que visam formar a conduta cotidiana, textos que levam os indivíduos a interrogarem-se sobre sua própria conduta, atentarem para ela, formarem-na, conformando a si próprios como sujeitos éticos. Nesses textos, procurei identificar aquilo que os participantes do fórum dizem que deve ser evitado e, por outro lado, que modelos de comportamento

devem ser buscados, que imagens de “maconheiro” devem ser desqualificadas e que outras devem ser qualificadas, que controles devem ser empregados, em suma, de que modos se constituem as verdades que fundamentam as condutas adequadas e compõem modelos de governo dos usuários de maconha por si mesmos.

Identifiquei um modo de estruturação das próprias condutas por parte desses indivíduos. Trata-se dos regimes de uso da droga, formas de racionalização dos hábitos de consumo de maconha em torno das quais o sujeito busca constituir a si mesmo mediante autorreflexão e autocontrole. Os regimes de uso de maconha se constituem a partir da percepção por parte de muitos usuários da necessidade de moderar essa prática mediante problematização, cuidado, reflexão e estilização da conduta. A questão mobilizadora da constituição de regimes referentes ao uso de maconha é que esse uso deve ser modulado, regulado segundo a situação individual e as circunstâncias exteriores, enfatizando-se a necessidade de se recorrer a um regime cuidadoso e conferir ao consumo de maconha uma atenção vigilante.

O uso da droga é problematizado, então, no interior dessa comunidade, principalmente na relação do indivíduo com seu próprio corpo, na constituição de sua saúde física e mental e nas consequências que esse uso gera sobre suas relações com os outros. Tal hábito não sofre, evidentemente, qualquer desqualificação moral, mas existem inquietações geradas com aspectos relacionados a essa atividade: o ato em si de consumir maconha, o custo desse uso e seus efeitos sobre a saúde e a vida. Não há, portanto, como procurarei deixar claro, no pensamento desse tipo de usuário de maconha que debate essas temáticas nesse imenso fórum de usuários da substância, usuário que chamo, aqui, de “autorreflexivo”, somente uma valorização positiva do uso de maconha, pois tal prática é vista como capaz de ameaçar o controle do indivíduo sobre si mesmo, de desconectá-lo do mundo dos outros e de causar problemas a sua saúde.

Os regimes, nesse quadro, são importantes não apenas porque os excessos são pensados como podendo produzir doenças, mas também porque no uso de maconha está em jogo a liberdade do indivíduo (em relação a si mesmo, em relação à droga e em relação à sociedade) e seu estado físico e mental. Regular essa prática, moderá-la, constituí-la como um estilo de vida é se garantir contra males futuros e é também se formar, se exercer, experimentar-se como um indivíduo capaz de controlar a si mesmo, funcionando nos limites convenientes e vivenciando a liberdade e a responsabilidade sobre si e sobre os outros. Os

regimes de uso de maconha constituem, então, uma precaução de saúde e, ao mesmo tempo, um exercício de existência.

Os regimes e a formação da relação consigo

Não se trata apenas, na constituição de regimes de uso de maconha por parte desses usuários autorreflexivos, de uma preocupação com os efeitos fisiológicos da droga e seus impactos na saúde e na vida (ainda que tais preocupações existam e ocupem um espaço importante dos processos de constituição de si desses sujeitos). Além dessas preocupações, tão comuns em nosso mundo contemporâneo, a observação de regimes de uso de maconha se liga a esses indivíduos como instrumento de produção de uma relação consigo, relação esta que encontra um importante ponto de ancoragem em uma percepção desses usuários da droga, acerca de si mesmos, como uma coletividade organizada em torno de um projeto político e empenhada consigo mesma através de práticas de compromisso e fortalecimento desse projeto. Assim, entra nas reflexões que conduzem à adoção de regimes mais ou menos refletidos de uso de maconha a importância de formas de uso da droga que são vistas como suscetíveis de fortalecer, de um lado, o indivíduo e seu organismo, sua condição de saúde e qualidade de vida, e, de outro lado, um outro aspecto dessa relação consigo, aspecto este que se liga a formas de atuação política no sentido de provar à sociedade que o usuário de maconha pode ser um indivíduo responsável, saudável e respeitador das leis e da coletividade.

Seguindo nesta primeira caracterização geral dos regimes, estas práticas organizadoras dos hábitos individuais, normalmente pensadas como estritamente individuais, no caso presentemente em análise, a constituição de regimes de uso de maconha, conforme acima sugerido, é também em termos de necessidades coletivas que estes se produzem, uma vez que formam parte, como veremos, de um conjunto de estratégias políticas que fazem da constituição ética dos indivíduos um componente central de sua própria consecução. Nesse sentido, o que se trata aqui de fazer é inventariar estratégias mediante as quais um modelo de racionalização da gestão de si, de uma forma de governo de si é produzido.

Os regimes se dirigem a indivíduos que são pensados como livres e racionais e, por isso, não se limitam a formular preceitos: nas discussões acerca de quando, quanto, como, onde e com quem utilizar maconha os proponentes da constituição de relações com a droga moderadas por um regime refletido procuram explicar, dar razões, persuadir os usuários da erva da importância de que regulem seus modos de vida de formas específicas, apresentadas

como convenientes, satisfatórias, enfim, melhores por razões individuais e coletivas, éticas e políticas, conformadoras de uma relação vista como adequada consigo mesmo e com os outros. Essas razões, que são apresentadas como estruturantes da necessidade de se adotar um regime refletido que modere o uso da substância, se fundam, tomam como critérios, ao mesmo tempo, o indivíduo (seus objetivos e circunstâncias) e os efeitos da droga em seu organismo, e a coletividade dos usuários, a importância de se conduzir de certas formas a fim de fortalecer uma luta política pela legalização do uso de maconha. Tais razões e as formas pelas quais são colocadas contribuem para que cada usuário veja com simpatia e dê valor às prescrições que devem regular sua atividade de consumo de maconha e suas relações com os outros (usuários e não-usuários), conformando um regime de uso refletido e moderado de maconha. Mas vejamos como a proposição de regimes refletidos de uso da droga emerge do “ambiente” da comunidade e dos tipos de relações que os usuários travam entre si nesse espaço.

Os regimes em funcionamento

O que primeiramente parece emergir da gigantesca profusão discursiva que é o fórum de discussão do portal *Growroom*, devido a sua recorrência como um importante foco de reflexão moral dos usuários acerca de suas práticas, é uma necessidade de controle dessas práticas por parte dos próprios praticantes, sendo conferida uma grande importância ao controle dos excessos. Essa importância se expressa através de debates e enquetes⁷⁷, realizados no fórum, sobre a quantidade e a frequência do uso de maconha como objeto de reflexão moral, de reflexão avaliativa da própria conduta e da conduta alheia. Nesse sentido, o primeiro campo de problematizações desses usuários de maconha, aqui analisado, é a frequência do uso da droga, bem como a quantidade utilizada, em relação à manutenção da

⁷⁷ Uma enquete intitulada “*A partir de quanto é prejudicial*” foi proposta no *Growroom* por um usuário e contou com votos de 96 participantes da comunidade, o que indica uma preocupação (que se torna mais evidente com a leitura dos inúmeros tópicos de conversa que tangenciam essa questão) recorrente com o regime de uso de maconha como um elemento central na estratégia de constituição de formas de autocontrole sobre as práticas de uso da droga (formas estas vistas como benéficas para o indivíduo, para a comunidade e para a sociedade em geral). E essa centralidade pode ser compreendida como uma preocupação com a constituição de uma norma: os usuários, preocupados, ansiosos com o fato de estarem consumindo uma droga proscribida, da qual já se disse muitas vezes, nos termos da verdade, que causa malefícios, procuram medir-se nos outros, procuram saber o quanto os outros consomem essa substância, a fim de aferir, com o acúmulo de dados, um padrão normal de consumo e avaliarem a si mesmos em referência a esse padrão. Penso que essa é uma das formas através das quais o processo histórico de objetivação do usuário de maconha foi subjetivado: como uma preocupação, como um cálculo dos riscos, como uma busca de averiguação da situação dos outros usuários a fim de melhor posicionar a si mesmo nesse campo. A enquete e o debate por ela gerado podem ser consultados em <http://www.growroom.net/board/topic/15047-a-partir-de-quanto-e-prejudicial/>. Acesso em: 4 set 2014.

saúde, das relações familiares, amicais, profissionais, sociais e da constituição de uma vida boa. Nesse campo, toda uma reflexão, mais ou menos explícita, sobre as relações entre o consumo da droga, o prazer por ele provocado e o desejo de realizar tal consumo a fim de experimentar prazer. Controlar o uso que se faz da droga, controlando, com isso, esse desejo de prazer intenso e recorrente, é o que está em jogo nesse processo que entendo como um processo de educação do usuário de maconha por si mesmo. Como aconselha um usuário do fórum, “*tudo está relacionado à mente, principalmente o vício na maconha, ou seja, você tem que aprender a ter controle sobre os seus desejos*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/19505-qual-a-hora-de-parar/>. Acesso em: 2 out 2014).

O uso da droga, então, aparece como objeto de uma reflexão tendente à configuração do que se poderia chamar de uma moralidade para usuários de maconha, à configuração de um modo de vida que se ancora em valores, em princípios, em normas às quais se referem as condutas propostas. Ou, para ser mais preciso, trata-se de uma formulação coletiva de pensamento moral que auxilia o indivíduo a definir a sua relação com a própria atividade de uso de maconha. Segundo tal moralidade, a quantidade de maconha consumida e a frequência com que se dá esse consumo devem ser problematizadas, refletidas, racionalizadas de modo que se constituam regimes de uso de maconha marcados por uma vontade de regulação do prazer atribuído como advindo do consumo da droga. Dentre uma grande quantidade de mensagens circulantes no fórum *Growroom* e que problematizam quantidades e frequências de uso, bem como a relação desse uso com uma vontade regulatória do prazer por ele provocado, destaco as seguintes⁷⁸:

⁷⁸ Nas citações diretas de mensagens publicadas no fórum do *Growroom* fiz eventuais alterações de pontuação e grafia, de modo a tornar mais legíveis os textos, sem alteração, evidentemente, do sentido dos mesmos. Além disso, a partir de agora, como todas as citações do material recolhido o foram do site *Growroom*, em sua seção “Fórum”, farei referência somente ao endereço onde se encontra disponível na internet e à data em que fiz o acesso ao conteúdo citado.

Salve rapaziada, gostaria de abrir aqui uma discussão sobre o hábito de fumar maconha. Fumo maconha há uns 6 anos, comecei de leve, depois mais, mais e cheguei no patamar de fumar everyday (isso faz tempo já). De uns 4 anos pra cá fumo todo santo dia, vejo 2 motivos: 1- sou hiperativo e tenho dificuldades para me concentrar. 2- ansiedade monstro, daí acabo fumando para sossegar meu hiperativismo e com o hábito e a ansiedade acabei associando fumar com muitas coisas. Hoje não consigo ler um livro sem acender um banza. Isso não me prejudica para ler de fato, mas como diria Paracelso, a diferença entre o remédio e o veneno é a dose. Acredito que eu perdi aquela coisa de merecer sabe, o equilíbrio entre o prazer e a obrigação. Quando eu estou trabalhando, não pega nada... Trabalho normalmente, não fumo antes do trampo, não sinto vontade, nem nada. Mas quando a obrigação é comigo mesmo, eu abro mão. A culpa não é da cannabis, é da minha disciplina. Acredito que muitos passem pelo mesmo que eu, pois muitos amigos meus estão na mesma situação. Tipo, se fuma o primeiro banza, massa, curte a onda e tal. Já o segundo (30min, 1 hora depois) já não chapa tanto, mas você fuma pelo prazer de fumar. E assim vai, no final do dia já foram 4, 5, 6 banzas. Não tem estoque que aguente, né. Então para 2012 gostaria de reduzir meu consumo para o prazer e não para conter minha ansiedade, pois os efeitos colaterais (sono, fome, preguiça) estão me prejudicando. Gostaria de reduzir para pelo menos 1 finasso no finalzinho do dia para relaxar e dormir (ou substituir por exercícios) porque fico com muita energia acumulada e custo pra dormir sem fumar (às vezes até fumando é foda). O ideal era só final de semana, ou happy hour, tipo uma vez por semana pra tirar uma onda e final de semana poder chapar de boa. Eu li um camarada no Growroom falando que fumava só pra ter o efeito e depois parava, tipo o cara dá 1, 2 pega e apaga e só vai fumar depois de novo quando ficar caretão. Pô, invejo um cara desses, disciplinado pacas. Bah, sei lá. Queria ver a opinião da galera sobre o assunto, sei que tem tópicos sobre isso, mas queria puxar mais pro meu lado pessoal. Desculpem o desabafo aí, mas sabe como é, né, família é foda. Espero que tenha ficado legível o texto hehe (GROWROOM, "Fórum". Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43920-e-pq-essa-galera-ta-fumando-demais/>. Acesso em: 18 de agosto de 2014).

No meu caso a quantidade que eu fumava (fumava muito, mano) detonou minha vida pessoal e profissional. Acredito que existe um limite ideal que cada um precisa encontrar. Posso dizer que eu consegui encontrar meu limite, continuo fumando de maneira bem controlada e hoje não me atrapalha em nada. A maconha pode te trazer experiências boas ou ruins, e, no meu ponto de vista, a quantidade é fator que define isso. Eu pensei em parar, cheguei a parar durante um tempo e depois disso resolvi tentar encontrar o "meio-termo". Tem dado muito certo (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43397-conclusoes-de-um-ex-fumante/page-4>. Acesso em: 17 set 2014).

O que se percebe nesses debates entre os usuários são tentativas de estabelecimento de critérios de avaliação do consumo de maconha, critérios estes que, muitas vezes, buscam se avaliar por meio de reflexões acerca da quantidade e da frequência com que se faz uso da droga. Nesse sentido, ainda que alguns usuários manifestem incômodo com essas discussões, seja por considerarem-nas uma intervenção sobre a esfera da individualidade, da liberdade de escolha, seja por julgarem que não são possíveis avaliações do consumo de maconha a partir de quantificações, o que se percebe é um grande engajamento de usuários nesses debates, uma valorização da busca por critérios, por limites, por instrumentos práticos e mentais de regulação do uso da droga, de gestão de si através de uma atenção cuidadosa e exaustiva às formas pelas quais se está utilizando essa substância:

Olá, tenho 25 anos e fumo desde os 20. Há 3 anos fumo diariamente. De um ano para cá, comecei a perceber mudanças em meu comportamento. Não meu comportamento social, esse está bem, mas meu comportamento comigo mesmo, nas coisas que tenho que fazer, meus jobs e etc... Na verdade, depois de muita auto-análise, percebi que comecei a me sentir mais inseguro, mais tenso, e agora, comecei a perceber que estou fumando mais para me sentir "normal" do que para viajar... Estou fumando mais porque "preciso" do que porque "quero". Acontece que virou um hábito, como comentaram no outro post de comportamento. E isso é triste. Quero fumar para ver TV, para ler, para trabalhar (sou programador autônomo), para viajar (literalmente), para transar com minha garota, ou só pra ficar sem fazer nada antes de ir dormir mesmo. Todos sabem que é bom fumar pra tudo isso. Mas sei que fumar demais é péssimo. Estou tossindo muito mais. Dormindo muito tarde, acordando todos os dias na "ressaca da erva". Mas quando fico pior, é quando acaba o meu! Principalmente no 1º dia. Fico até tenso, enjoado, até suar! Durmo mal e acordo com pânico. Mas depois do banho passa. Mesmo assim, resolvi escrever este "desabafo" e perguntar se alguém, que tenha sido HARD USER como eu, conseguiu parar, ou se condicionar para fumar só de vez em quando. Pois na verdade, não quero parar... Acho muito gostoso fumar um. Costumo fumar do verde então não preciso fumar muito. Aliás, costumo fumar por dia 1/2 baseado. Só o suficiente para encher uma cabeça do meu Pipe. Fumo devagar e já fico bem. Enfim, se alguém puder me responder, ficarei agradecido. Cuidem-se bem (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/>. Acesso em: 24 set 2014).

Manifesta-se aí, como argumento ao longo deste capítulo, todo um campo de problematizações, preocupações e, por vezes, ansiedades e obsessões com os padrões de consumo de maconha adotados por si mesmo e pelos outros enquanto usuários da droga. Vejamos traços disso em mais algumas mensagens pinçadas do *Growroom*, pois mostrar as recorrências das preocupações e formas de atenção a si mesmo e aos outros, em termos de como agem enquanto usuários de maconha, constitui procedimento vital quando se trata de descrever um campo de reflexão moral específica: “bom, acho que fumar todo dia é prejudicial, sim. Não pela maconha, mas pelo hábito e pela fumaça”;

O ideal é ter um limite pra fumar, parar de fumar quando você fuma um, dois e só vai ficar feliz no terceiro, na sequência. Porque a gente tá ligado que mesmo usando bong e tal, a fumaça faz mal sim pra gente (...), primeiro, pro bolso, porque você gasta teu dinheiro nisso, em detrimento de outras coisas. Depois, pro pulmão, a fumaceira. E, terceiro, que você cria um hábito que vai te fazer fumar mais e mais pra dar aquela liga de antigamente. Quando eu tô no veneno, eu fumo sim, dois, três, cinco no dia, mas fazer isso todo dia é foda. Eu já fiz, eu vou falar, chega a hora que empapuca, que não dá mais onda nenhuma. Mas tem gente que vive com cinco ou seis beques, numa boa, e tá de boa saúde e tudo bem. Então, vai de cada um. O meu limite eu sei.

Acho que não tem muito esse papo de "quantas vezes por dia". O foda é quando você só quer fazer tudo fumado. Quando tudo é uma merda sem você estar fumado. Quando você só quer se aproximar de pessoas que fumem. Quando você acha maravilhoso conhecer mulheres que fumam, e quando as outras que não fumam começam a não parecer tão interessantes, por mais que sejam bonitas e pessoas legais. É isso... Acho que o limite é quando a parada manda na tua rotina. Agora, pô... O foda é que é um desafio sinistro... Quer controlar, tem que ficar sempre ligado... E isso é muito chato! Mas é foda...;

pra mim, 1 por dia, por muito tempo, é o limite. Eu começo a querer fazer tudo chapado, fico planejando que horário eu vou fumar, aí é foda. Final de semana pode explicar. Se foda, não tenho obrigações. Mas fumar demais, não vira pra mim. Eu gosto do que é bom, e por mim só faria o que é bom, por isso tenho que ficar me policiando. Mas cada um é cada um. Se você fuma 3 por dia e tá bem, não tem problema nenhum. Conhece-te a ti mesmo;

“é prejudicial quando você começa a perceber que a maconha está lhe atrapalhando em outros afazeres da vida. Por exemplo, você deixou de fazer aquilo pra fumar, foi fazer isso e fumou... Depois você começa a perceber que tá esquecendo muito de algumas coisas, que você tá fumando direto... Aí, é nessa hora que nós devemos bater o cartão e tirar uma folguinha”; *“eu já cheguei a fumar bem mais que isso, passava o dia inteiro fumando... À noite, de tão lesado chegava até a dormir de boca aberta com a TV ligada (isso várias vezes na semana)... Se isso já aconteceu com você, é bom você pensar em dar uma reduzida!”;* *“acho que é prejudicial quando você começa a deixar de fazer coisas pra fumar... Perde horários, não quer fazer nada além de fumar... Isso é a pior coisa que pode acontecer, pelo menos pra mim! Conheço gente nesse estado e a pessoa não quer sair... Só quer fumar, fumar, fumar e a vida se resume a isso! Aí é foda!”* (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43920-e-pq-essa-galera-ta-fumando-demais/>. Acesso em: 18 de agosto de 2014). Assim, o que se percebe é justamente a existência desse campo de problematização no interior do qual existem diferentes concepções, diferentes critérios avaliativos (ou críticas aos critérios propostos por outros) da prática de uso de maconha. Em comum a todos (ou a quase todos), a ideia segundo a qual é preciso pensar, é preciso atentar para si, para seu uso da droga, o qual precisa ser monitorado, a ideia, em suma, da importância de se adotar um regime refletido de uso de maconha, trazendo essa prática a um campo de racionalização da gestão de si mesmo, fazendo-a objeto do pensamento.

Não se encontra, é claro, na imensa maioria das mensagens trocadas no fórum, uma condenação ao uso de maconha, mas sim uma reprovação a certos padrões ou formas de uso, vistos como piores, perigosos, inadequados devido a sua quantidade, a sua frequência ou, como veremos mais adiante, ao contexto, situação, ocasião ou circunstância em que esse uso se dá:

Minha maior preocupação é esse dilema de achar que tenho que parar, mas não querer parar efetivamente. Gosto de queimar um. O problema é que não quero depender disso pra fazer as outras coisas da vida. E é o que acho que está acontecendo. Se não fumo pra fazer alguma coisa, essa coisa perde a graça. E aí é foda! A vida pode ficar sem graça, todos aqui devem saber do que estou falando. É por isso que quero fumar cada vez menos, mas mantendo o gosto pela coisa... (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/>. Acesso em: 24 set 2014).

Assim, não se condena a busca de prazer e sim a busca incontinente de prazer, a qual é vista como destruidora do próprio prazer, que se mantém como a finalidade principal do uso da droga. O excesso, então, é visto como indutor de uma perversão do prazer, tornando-o algo percebido como nocivo. Esses traços se reforçam, agregando alguns novos elementos:

Disciplina e equilíbrio, irmão, é tudo que você precisa. É foda quando uma coisa que costumava ser especial e prazerosa vira rotina, em tudo na vida. Você precisa só se esforçar e ir se reacostumando. Eu não tenho esse problema, pelo menos ainda, comecei a fumar há pouco tempo, mas já me controlo bastante, pra valorizar cada momento de boa, fumar um, relaxar. Nada que vira algo descontrolado é bom, ou faz bem. Comecei a fumar um de vez em quando, agora plantando, se deixar eu fumo todo dia, pelo menos um, antes eu fazia um beck e fumava duas ou três vezes, bem o que você disse, só sentia o efeito e parava, agora se deixar eu fumo 2, 3 seguidos com amigos, e é assim mesmo, quanto mais você tem mais você quer, se o pote tá vazio você fuma um fino e vai dormir, ou nem fuma, se tá cheio você fuma um, depois outro, depois aparece alguém e outro, aí larica e depois vai dormir. Ainda não fumo mais que uma vez por dia, mesmo porque comecei faz pouco tempo, então não consigo fazer nada depois que fumo, não é muito funcional, mas mesmo assim já incomoda. Se era suficiente antes de tal modo, por que agora deixou de ser? É hora de parar e rever os conceitos, na minha opinião. Tô nesse mesmo momento que você, quero fumar um, ou comer, ou vaporizar, de preferência, pra evitar os possíveis danos, tô atrás de um vaporizador manual e tal, mas não deixar a peteca cair, não fumar demais, curtir tudo, fazer minhas obrigações, e no meu caso não vincular muito com a rotina do dia a dia, não precisar fumar todo dia, pra dormir, ou pra sair com os amigos, ver um filme, ler e tal, fumar só pra curtir, às vezes, como fazia quando comecei, ter o meu pote lá cheio, mas me acostumar com a ideia dele lá, sem ficar todo obcecado em cima dele, como se fosse um brinquedo novo, querendo fumar a cada momento livre que tenho. É só questão de controle, quanto mais você tem mais você fuma, quanto mais você produz ou compra mais você fuma. Pelo menos é o que eu vejo na prática. Tenta se controlar, aproveite ao máximo tudo, faça seus exercícios e não deixe que um prazer vire um hábito, rotina, vício (por mais que ninguém goste de usar essa palavra). Talvez seria bom pra você parar um tempo, desvincular certas atitudes ou ocasiões que você já associou a fumar. Colocar certas regras, não deixar de cumprir nenhuma obrigação importante, nem com trabalho, nem pessoal ou com família. É isso, paz e sabedoria, precisando estamos por aqui sempre. Espero ter ajudado. Abraço (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43920-e-pq-essa-galera-ta-fumando-demais/>. Acesso em: 18 de agosto de 2014).

Assim, ao lado da problematização dos usuários acerca da quantidade e da frequência com que utilizam maconha, problematização esta que remete à formação de uma relação consigo, um segundo objeto de reflexão moral emerge desta segunda mensagem analisada (objeto este cuja problematização remete à formação de uma relação com os outros): a constituição de uma relação de responsabilidade social com o fato de ser usuário de maconha, responsabilidade que se busca expressar através de uma vida marcada por estudo, trabalho, competência e/ou com a circunscrição dos tempos e espaços do consumo da droga a

momentos identificados como voltados ao prazer, ou, na formulação de um usuário do fórum, “o joint [baseado] deve ser uma coisa a mais, para momentos que pedem” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/421-dependencia-ou-nao/>. Acesso em: 23 set 2014). Fora desses momentos, o prazer corre o risco de perder sua legitimidade e começar a ser experimentado como vício, como sujeição que prejudica outras esferas da vida, as quais requerem responsabilidade, como o trabalho, o estudo e a família. Assim, se a manutenção do uso da droga em concomitância com atividades de estudo e trabalho não é, em si mesma, condenada, tal manutenção requer a intensificação de relações, consigo e com os outros, marcadas por responsabilidade: “o ato de fumar maconha já é uma GRANDE responsabilidade. Associá-la ao trabalho/estudo exige MUITO mais responsabilidade... Você tem de impor regras e limites para que a maconha não venha a te prejudicar em nenhum tipo de atividade” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/23055-cannabis-x-responsabilidade/>. Acesso em: 23 set 2014). A promoção de relações ético-políticas, relações consigo mesmo e relações com os outros, enquanto relações que o próprio sujeito ou que os outros travam com um sujeito saudável, trabalhador, responsável constitui, talvez, o mais marcante traço desse processo de subjetivação que muitos usuários do fórum (e, notadamente, a equipe que o administra) promovem. Os modos como essa forma de constituição ética se relaciona com um projeto político serão abordados um pouco mais adiante neste estudo, mas, desde já é possível indicar o tipo de agenciamento, de convocação que é feita no *Growroom* a uma forma de relação consigo e com os outros marcada pelos valores acima mencionados. É o que se nota em mensagens como as que seguem: “o que não podemos esquecer nunca é que maconha é lazer, e, como todo mundo sabe, lazer vem depois da obrigação. Quer fumar sempre? Então produza! Estude, trabalhe, não vadia” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/page-3>. Acesso em: 25 set 2014); “Somos responsáveis e temos um ‘vício/prazer’... Nada mais justo do que alimentarmos esse ‘vício/prazer’ da melhor maneira possível, não ajudando o tráfico e ao mesmo tempo fazendo o que gostamos... Cuidando da nossa plantinha... Fumando nossa ervinha... E não atrapalhando ninguém... Não compre, plante!” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/6543-maconheiro-trabalhador-brasileiro/>. Acesso em: 13 out 2014);

Parceiro, seguinte: a única coisa que pode te prejudicar é você mesmo e não os outros. Se dedique aos estudos, trabalhe e produza. Você já deu sua opinião, se os outros não aceitam ou são preconceituosos mostre a eles que mesmo você sendo usuário de cannabis você será capaz de produzir e levar uma vida digna e honesta. Essa é a melhor resposta do maconheiro. Nós usuários somos vítimas da mídia e do preconceito, que todo maconheiro é vagabundo, mas isso é só um tabu que está caindo aos poucos. TRABALHE, SEJA PRODUTIVO, ESTUDE E TENHA UMA VIDA DIGNA. Essa é a melhor resposta que o maconheiro pode dar para a sociedade (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/45167-educacao-x-maconha/>. Acesso em: 19 de agosto de 2014).

Nesse mesmo tópico, intitulado “Educação X Maconha”, outros usuários se manifestaram, indicando as condutas que devem ser adotadas pelos usuários de maconha que são estudantes, como, por exemplo, na mensagem abaixo:

Primeira coisa, você está com medo do que??? De ficar um maconheiro famoso na sua faculdade? Da professora te dedar e você ser expulso? Porra velho, tu tá grandinho... Se teve coragem de assumir ser usuário perante todos, vai temer o que??? Cara, a melhor coisa de ter a fama de maconheiro na faculdade é estudar e ser melhor que os caretas... Não cheguei a assumir assim publicamente, em voz alta, mas não escondia a marofa de ninguém quando chegava na sala... Sempre tem aqueles caretões, caxias, que mesmo se esforçando sempre vão mais ou menos... Aí você, o maconheiro da sala, chega de boa, na humildade, e está sempre com notas boas... Nego careta torce o nariz... Mas se fode porque não tem moral pra lidar com um "maconheiro mais inteligente que ele"... Tenha sempre os argumentos na ponta da língua e notas boas na faculdade... Nego não tem o que falar... Agora, o que pode acontecer é, num futuro, no seu mercado de trabalho, é você reencontrar professores e alunos também... Aí é aquela coisa... Se tu foi um maconheiro relaxado, que levou 6 anos pra fazer uma faculdade de 4 anos, vão te queimar rapidinho... Mas se você se mostrou um bom aluno, inteligente, o respeito, a moral que você conseguiu na época da faculdade vai prevalecer... (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/45167-educacao-x-maconha/>. Acesso em: 19 de agosto de 2014).

Ou seja, responsabilidade, competência, necessidade de dar provas de bom desempenho aos não usuários, elementos de um modelo de conduta que vem sendo acalentado por esses usuários de maconha que, participando dessa comunidade, começam a elaborar os elementos de um estilo de vida que, em si mesmo, deve funcionar como verdade ética, como prova que sustenta, em forma de conduta individual, asserções políticas em favor da legalização do consumo de maconha no Brasil. Como explicitado por um usuário do fórum, *“um amigo meu diz assim: eu amo a maconha... Nunca irei parar de fumar... Só quero provar para esses babacas que eu irei vencer na vida fumando maconha... Todo mundo pensa que maconha é o comprimido para chegar ao inferno... Eu quero mostrar que eu vou ter minha vida profissional, pessoal, social, seja o que for... Eu vou ter numa boa e fumando maconha”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/22449-custume/>. Acesso em: 20 out 2014). Além disso, outro ponto que releva das manifestações dos usuários é a menção à importância de, além de tirar boas notas, ter *“sempre os argumentos na ponta da língua”*. E, para tal, uma série de técnicas, exercícios, treinos e formação de disposição para o embate

argumentativo são estimulados. Trata-se de saber como se armar, se revestir de argumentos, naturalizá-los em sua própria forma de pensar e de agir, como recomenda um usuário do fórum de discussão:

Parto do princípio que a maioria pode ser convencida com bons argumentos. Talvez seu argumento ainda não esteja maduro o suficiente para convencer seus brothers. Eu também já fui zoado por defender esses pensamentos, muitas vezes. (...) se hoje sou respeitado é porque estudei bastante e montei um raciocínio lógico para defender meus pontos de vista. Porque tomei invertidas em várias discussões, acabei criando anticorpos que também fazem o debate sair naturalmente, e a resposta sair à altura. Não se prenda tanto a citar celebridades maconheiras, isso é argumento de autoridade (falácia), se preocupe com a lógica racional de seus enunciados, e não com quem os defende. Quanto mais amadurece o argumento dentro de você, mais naturalmente irá chegar aos ouvidos dos seus próximos e mais eles irão perceber o quão estão atrasados. Uma hora tua atividade cerebral vai ser um tsunami na cabeça desses ilhados, mas antes você tem que cair algumas vezes para criar a resistência. Bons estudos (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/47837-e-quando-o-maconheiro-e-proibicionista/page-2>. Acesso em: 24 out 2014).

Assim, trata-se de não dar motivos a ninguém para que critique os usuários de maconha, agindo de forma absolutamente responsável, competente e estando sempre armado, equipado com os argumentos que sustentam, protegem e enunciam, tornam discurso, a verdade que se mostra como forma de vida. Nesse sentido, ainda que se valham frequentemente de pesquisas científicas⁷⁹ a fim de formularem seus argumentos, equipando-se para o enfrentamento aos não-usuários (especialmente familiares), há uma percepção entre esses usuários autorreflexivos segundo a qual, nesses embates com os pais, por exemplo, como escreve um usuário que aconselha outro sobre como convencer seus pais de que a maconha não é algo prejudicial em sua vida, “*não é mostrando pesquisas que você vai*

⁷⁹ Segundo França (2015, p.109-110), “paralela e intimamente ligada à melhora da reputação da maconha e à reconstrução da imagem social dos maconheiros – um grupo agora quase tão variado e descaracterizado quanto o dos consumidores de álcool ou de tabaco -, ganhou corpo na última década a popularização, por meio da mídia impressa e televisiva, de estudos científicos – em sua maioria estrangeiros, divulgados originalmente em revistas europeias e norte-americanas de grande prestígio (*Lancet, La Recherche, Nature, American Journal of Medicine, Science*, entre outras) ou em relatórios da Organização Mundial de Saúde (OMS) – que ora exaltavam as propriedades terapêuticas da *Cannabis*, ora mitigavam os seus impactos negativos sobre a psique e o físico dos canabistas. Desde o início do século XXI, são dezenas de documentários, livros e revistas dedicados a propagar essa visada cientificista da popular *Cannabis*. Há, por certo, nas centenas de imagens gravadas e páginas impressas sobre o tema, pesquisas e resultados para todos os gostos e dados científicos inconclusivos ou parcialmente conclusivos para sustentar os argumentos de matizes os mais diversos. Todavia, é notável a crescente predominância de informações positivas sobre a droga, informações que, de certo modo, legitimam e estimulam a sua aceitação social: são notícias sobre as suas inúmeras, muitas das quais ainda pouco exploradas, potencialidades terapêuticas, sobre o conforto que o seu consumo traz aos portadores de dores crônicas, sobre a sua capacidade de aliviar os incômodos de doenças e tratamentos demasiado invasivos, sobre os benefícios de seu consumo para aqueles indivíduos demasiado ansiosos e até mesmo sobre seu importante papel no tratamento de viciados em drogas potencialmente mais destrutivas para o usuário e mais dispendiosas para o sistema público de saúde”.

mostrar pra ele que fumar maconha não faz mal pra você. Você tem que mostrar isso no dia a dia...” (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/16552-me-ajudem/>. Acesso em: 3 out 2014), ou, ainda, como escreve outro usuário, *“o preconceito é uma coisa muito forte, não adianta ficar batendo boca, falando que a maconha não mata e não te faz virar ladrão, e que aquelas paradas que ficam mostrando na novela não são verdade. É melhor dar o exemplo, ser um cara normal que leva uma vida normal e que faz a maconha entrar nisso sem prejudicar o resto”* (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/6438-o-que-e-respeito-hoje-em-dia/>. Acesso em: 13 out 2014). Quer dizer, ainda que as verdades científicas sejam bastante referenciadas quando se trata da proposição e da intervenção nos debates públicos, tendo em vista o desiderato político da legalização da maconha, na esfera privada, ou melhor, íntima, no âmbito da família e das relações pessoais mais próximas, é a uma outra forma de verdade que os usuários fazem menção, justamente o que venho referindo como uma “verdade ética”, uma forma de verdade cuja demonstração e prova se dá, basicamente, através da conduta, da exibição ao outro de uma conduta exemplar e plenamente satisfatória no que concerne às exigências e valores mais tradicionais, mais estabelecidos em nossa época e cultura, como se pode ver nas seguintes mensagens:

Meu coroa já imaginava que eu fumava, mas nunca teve prova disso. Um dia eles foram pra praia (era feriadão). Resumindo, ao invés de chegar na terça-feira eles chegaram segunda e, lógico, nas palavras da minha mãe, tinha bagana de maconha por toda a casa! Depois disso não tive sossego até provar que não me fazia mal. Como? Estudando, trabalhando e segurando todas as broncas, sacou? Agora, tu não pode vacilar nem uma única vez. Mostra pra eles, porque eu, antes de eles descobrirem, mostrei mil revistas, artigos científicos, reportagens de médicos, mas não é isso que eles querem. Eles querem é te ver bem, com saúde e trabalhando, enfim, indo pra frente! Desculpe me alongar, mas é que é bom compartilhar o que aconteceu conosco pra outros terem o apoio que não tive. Abraços pro irmão e vai na fé, com coragem, que nós não somos o que a mídia mostra... (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/16552-me-ajudem/>. Acesso em: 3 out 2014);

e: *“você tem que provar que ela [a maconha] não te atrapalha, cara, mostrando com atitudes... Estudando, trabalhando e etc! Sendo um maconheiro consciente. Quem tem cabeça fraca só se ferra, mano, deixa tudo de lado pra fumar. O negócio é fumar e fazer suas obrigações!”*. Mas essa necessidade de dar provas aos outros de que se pode levar uma vida “bem-sucedida”, sendo um usuário de maconha, segundo alguns desses usuários que venho chamando “autorreflexivos”, essa necessidade não deve se colocar a partir dos outros, de uma busca orientada tão somente por um sentido de adaptação às normas e valores dominantes. Evidentemente, e desenvolverei isso mais adiante, o que se produz é uma forma de adaptação, uma vez que se trata de efetivamente adotar comportamentos socialmente valorizados e articulá-los, combinando-os o mais harmonicamente possível com regimes refletidos, com

formas autogeridas de uso de maconha. Argumento que essas formas de conduta funcionam no interior de um conjunto estratégico no qual ética e política se conectam na prática de si, na reflexão e na execução da conduta. Quer dizer, a conduta do indivíduo se organiza a partir do estabelecimento de relações coerentes entre sua reflexão e sua condução, entre sua relação consigo e sua relação com os outros, o que envolve a assunção de alguns compromissos e de uma postura de atenção para si orientada pelo cuidado consigo (com sua saúde e com suas relações pessoais) e pela responsabilidade com o outro (seja o outro usuário, com o qual se assume compromissos de ativismo, de luta pela “causa” da maconha, seja o outro não-usuário, os demais membros da sociedade, com os quais se assume o compromisso de manter-se produtivo, competente, ordeiro etc.). A ênfase, então, que esses usuários de maconha dão às formas pelas quais buscam se ajustar a modelos de vida particulares (sujeito trabalhador, sujeito estudante, sujeito responsável etc.) funda-se, ao mesmo tempo, na constituição de uma forma considerada satisfatória de relação consigo mesmo (uma relação com alguém que é saudável, que sabe moderar seu consumo de maconha a fim de garantir o prazer sem comprometer outros aspectos da sua vida), e em um trabalho sobre si mesmo que terá por resultado uma constituição subjetiva e uma conduta que funcionará, em seu próprio exercício, como sustentação de uma luta política a partir da qual se quer organizar a relação com os outros. A regulação do próprio uso de maconha, então, mediante a adoção de um regime refletido, se articula, como tentarei deixar claro, sobre esses dois pontos: a constituição de uma relação satisfatória consigo mesmo e a atuação frente aos outros no sentido de dar provas de autocontrole. Focando inicialmente o primeiro desses pontos, é possível indicar que é para ter a posse de si mesmo, para estar em harmonia consigo mesmo, para resguardar um modo de relação satisfatória consigo, que se busca dar provas aos outros:

eu fumo de 1 a 4 cigarros de erva num dia, trabalho, cumpro minhas obrigações, não sou nenhum doutor nem nenhuma autoridade, sou pobre, mas tenho minha paz, minha felicidade. Tem gente que fala de mim, mas não tem nada, porque tudo o que tem, vai perder, e eu tenho a mim mesmo pra sempre. Então busque primeiramente a ti mesmo, busque a paz, o amor, a saúde, que o resto vai vir naturalmente: responsabilidade, respeito, tudo isso (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/16552-me-ajudem/>. Acesso em: 3 out 2014).

A prova aos outros, então, carrega em si um elemento da própria constituição da relação satisfatória consigo. Mas ela é mais do que isso. É forte e recorrente no fórum estudado um processo de internalização, por parte dos usuários de maconha, de um sentido de necessidade de dar provas, para si mesmos, para os outros usuários e para a sociedade, tendo

em vista algo mais do que a produção de paz interior, auto-aceitação etc. Esse “dar provas” passa, em grande medida, pela busca de credibilidade no discurso proferido pelo usuário de maconha, sendo compreendido, por muitos usuários, que a credibilidade pode ser conquistada através da demonstração, por parte do “maconheiro”, de sucesso em diversos âmbitos de sua vida, especialmente se forem âmbitos socialmente valorizados, como expressa um usuário na seguinte mensagem:

se nós fazemos o uso consciente de uma planta, devemos nos informar e usar essas informações para derrubar preconceitos dentro de nossas casas e, pra isso, é necessário a pessoa ser maior de idade, trabalhar e ser responsável pelo seu próprio sustento, e cumprir com suas obrigações assumidas. Assim, sua família sentirá em você a segurança necessária para ouvir seus argumentos, conseqüentemente perdendo o medo e preconceito (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/44885-passe-adiante-algum-conselho-para-um-maconheiro-mais-jovem/page-5>. Acesso em: 12 set 2014).

Assim, o poder de “derrubar preconceitos” é visto como passível de ser adquirido quando o usuário de maconha se mostra bem-sucedido em atividades centrais, fundantes da nossa vida social e estruturantes do “eu” em nossa época e cultura, como são o trabalho, a manutenção do próprio sustento e o cumprimento das obrigações assumidas perante os outros, perante a sociedade.

Dando provas

Mas, para aprofundar a análise sobre como um regime refletido de uso de maconha se articula com uma concepção de luta política, começemos por analisar como essa necessidade de “dar provas” fica clara em diversos tópicos de discussão no fórum do *Growroom*, a começar por um tópico específico, intitulado “*O maior ativismo é estudar e vou dizer por que*”. Nesse tópico, seu criador informa ter sido motivado a escrevê-lo por já ter escutado inúmeras vezes “*pessoas falando que maconheiro é burro, ou maconha queima neurônio*”, e que “*não adianta dizer que esse conceito já caiu por terra faz mais de duas décadas. As pessoas ainda acreditam nele e recitam esse mantra como se fosse uma lei*”. Diante disso, o autor do tópico convoca seus “companheiros de luta” a provarem a falsidade dessas asserções. Ou seja, trata-se de uma convocação para a entrada em um jogo muito específico, um jogo de verdade, um jogo através do qual verdades da nossa época e da nossa cultura são produzidas. Assim, “*o maconheiro responsável deve provar que maconha não queima neurônio, dentro do seu próprio universo. Importante dizer que não me refiro a neurônio físico, a célula em si.*

Falo do conceito de inteligência, conhecimento e sabedoria. Qualidades muito subjetivas e, certamente mais importantes que um pedaço de tecido nervoso materializado". Aí temos que o maconheiro que se quer responsável deve sentir-se obrigado a entrar nesse jogo de verdade. Deve então o maconheiro tornar-se cientista e disputar o saber com estatuto de verdade? Não exatamente. Ou, pelo menos, não só e principalmente isso, pois uma forma de luta do maconheiro contemporâneo, uma forma que lhe está sendo proposta nessa comunidade se desenvolve mais por outro caminho, uma vez que "*o caminho para provarmos que não somos um bando de abobados é através de nossas próprias atitudes. Nenhum estudo médico é mais poderoso do que elas*". Trata-se da formulação de um modo de luta política que se operacionaliza, também, por uma via ética. As verdades produzidas pelos estudos médicos não são mais poderosas do que as verdades que se materializam em uma forma de vida. Estamos, aqui, diante do tema da verdade ética que produz uma nova realidade política na qual a conduta mais cotidiana pode adquirir uma força política que se quer equiparar, por vezes confrontar ou mesmo submeter, a força política do saber. Colocação, então, ao lado da verdade epistemológica, de uma verdade ética. Mas o autor do tópico quer deixar ainda mais claros seus objetivos:

Saliento, ainda, que não falo de forma alguma de conceitos acadêmicos. Em outras palavras, não me refiro apenas a atingir resultado no terreno da universidade, colégio, ou performance profissional, mas também no aperfeiçoamento individual nas mais diversas esferas do conhecimento humano. Você pode conseguir esse estado de respeitabilidade cognitiva através da música, esporte, arte, filosofia, etc. O importante aqui é manter o sistema nervoso afiado (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43951-o-maior-ativismo-e-estudar-e-vou-dizer-porque/>. Acesso em: 11 set 2014).

O usuário de maconha, então, para sobrepujar os estigmas, preconceitos, os discursos que afirmam suas deficiências cognitivas, precisa fazer-se responsável e, para isso, precisa, além de obter excelentes resultados estudantis e profissionais, aperfeiçoar-se individualmente como ser humano e atingir um "*estado de respeitabilidade cognitiva*" através de algumas das mais elevadas criações do gênero humano: a música, o esporte, a arte, a filosofia. Mas também não se encerra aí a missão desse sujeito que pretende transformar a si mesmo e, mediante essa transformação de si, transformar a realidade, os outros, a sociedade e suas formas de pensar:

Acho que todo usuário, de qualquer droga, tem como obrigação estudar a substância que coloca dentro do corpo. Então, nesse caso, não considero estudar apenas a maconha como um ato de aperfeiçoamento individual. Ela, nesse caso, é um dever do usuário. É um ato de responsabilidade com o seu corpo e com toda a sociedade. Então não adianta dizer que anda estudando muito maconha. É importante? Sim. Mas na verdade, você não faz mais que a obrigação (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43951-o-maior-ativismo-e-estudar-e-vou-dizer-porque/>. Acesso em: 11 set 2014).

O estudo, então, aparece como um tipo de obrigação básica do “maconheiro responsável”, e isso porque *“maconheiro não pode ser considerado apenas maconheiro. Ele tem que ir além desse conceito”*, de modo que se trata da proposição de um tipo de ultrapassagem de si mesmo, de superação, de realização de um projeto de autotransformação que pretende lançar o “maconheiro responsável” a um nível acima daquele no qual se encontra a maior parte da sociedade brasileira contemporânea. E, para deixar isso claro, o autor do tópico ora em análise remete explicitamente àquele que talvez seja, na atualidade, o principal “hino” do movimento pela legalização da maconha, entoado nas marchas da maconha Brasil afora, e com o qual iniciei esta tese, quando afirma que *“só tem o direito de dizer que é ‘maconheiro com orgulho’, o indivíduo que é algo mais do que apenas um fumador, queimador, carburador ou processador de cannabis. Esse não é o tipo de pessoa que precisamos na nossa luta e muito menos na nossa sociedade”*. Quer dizer, não basta consumir maconha, não basta comparecer às marchas e professar publicamente, em altos brados, seu amor pela erva e sua dedicação política à luta pela legalização da mesma. E não basta por que, segundo essa racionalidade, fortemente presente na comunidade investigada, mas aqui, nesta mensagem ora em análise, quase que perfeitamente sintetizada, o que se requer do usuário de maconha, hoje, para que efetivamente torne-se um agente de transformação da realidade política é, além de tudo isso, uma operação sobre si mesmo, uma operação ética, uma reviravolta na relação de si consigo, reviravolta esta que o tornará não mais um “maconheiro”, um “vagabundo”, um “preguiçoso”, “burro”, “inútil”, mas um sujeito responsável, consciente, ativo e importante. Mais do que isso, até, o que está sendo sugerido é, de certa forma, que o usuário de maconha precisa sobrepujar o não-usuário nos termos deste, ou seja, vencê-lo em um jogo que se desenrola segundo as regras do não-usuário, do proibicionista, e, ao fazer isso, derrotá-lo, cativá-lo, conquistá-lo. Por isso, o autor do tópico segue seu raciocínio indicando que o movimento canábico precisa de mais indivíduos capazes de, mostrando excelência nas mais diversas áreas e conquistando respeito e admiração, fazer com que, *“mesmo não gostando da erva”*, as pessoas abram *“seus corações para questionar a ilegalidade”*. Ou seja, aponta ele, é preciso *“evoluir em qualidade, não apenas em quantidade”*.

O texto é longo e extremamente crítico ao movimento canábico e, principalmente, às condutas dos indivíduos, dos “maconheiros”. O cerne, entretanto, é uma proposição estratégica: *“como vou escutar (...) alguém que ainda não provou nada, está apenas começando a descobrir o mundo, e além de tudo não entrega suas obrigações mínimas?”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43951-o-maior-ativismo-e-estudar-e-vou-dizer-porque/>. Acesso em: 11 set 2014). Como escreve Ortega (2010, p.27), nas práticas ascéticas o papel político do asceta consiste em “serem considerados exemplos paradigmáticos de conduta”, incitando à imitação. Trata-se, para esses usuários de maconha autorreflexivos, de transformar-se em um modelo, em um ideal, seja de profissional, de estudante, de cidadão ou de filho, um ideal que se constitui diante de uma autoridade (o chefe, o professor, o governante, o pai) e que, por meio de suas atitudes, da consistência e da qualidade das mesmas segundo critérios estabelecidos pela sociedade e reconhecidos pelas figuras de autoridade, pode conquistar uma liberdade mediante significativas provas de aperfeiçoamento individual:

Agora pode ter certeza que se, por outro lado, você for um bom filho e estiver amparado por notas boas na faculdade e com um trabalho digno, seus pais vão escutar seus argumentos. Talvez eles até discordem, mas entenderão que você já tem a capacidade para trilhar seu próprio caminho. Falo isso por experiência própria. Minha família jamais entendeu ou concordou, mas aprenderam a respeitar minhas decisões baseados nos resultados que eles viam no meu aperfeiçoamento individual (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43951-o-maior-ativismo-e-estudar-e-vou-dizer-porque/>. Acesso em: 11 set 2014).

Essa operação ética sobre si, então, como elemento central de um conjunto político-estratégico, apresenta a sua força discursiva de maneira cabal, com pungência incontestável. O discurso é o sujeito, a verdade é o sujeito: *“não existe melhor argumento contra um proibicionista do que você mesmo. Imagino como deve ser difícil, para eles, engolir que um maconheiro é mais graduado, mais bem sucedido, ganha mais grana, é melhor atleta, toca melhor piano, é melhor orador ou escreve com mais paixão do que eles próprios. Como argumentar com atitude?”*. Finaliza, então, esse intelectual anônimo, com o corolário da luta por ele desenhada: *“tenha orgulho de ser maconheiro. Mas tenha ainda mais orgulho do que está dentro da sua cabeça, das suas ideias e atitudes”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43951-o-maior-ativismo-e-estudar-e-vou-dizer-porque/>. Acesso em: 11 set 2014). Aperfeiçoar-se surge, então, como uma espécie de obrigação ética, de obrigação de um modo de vida cujo fundamento é político e cuja fonte de sua força enquanto obrigação é o outro usuário de maconha. Trata-se, assim, da formulação

da transformação de si como operadora da transformação da sociedade no que concerne a suas opiniões sobre a maconha. A transformação dos modos pelos quais os usuários de maconha são governados pelos outros, pelo Estado, pelas instituições, pela família, pelos profissionais que administram a população, finalidade desses usuários de maconha autorreflexivos e ativistas, é vista, então, como passando, como dependendo de uma transformação nas formas pelas quais os usuários de maconha governam a si mesmos: esta a forma de articulação entre governo de si e governo dos outros que emerge das problematizações desses usuários de maconha. Finalidade política (legalização da maconha, transformação dos modos pelos quais os usuários da droga são governados), portanto, que se nutre e se fortifica na ética, na produção ética de si, na constituição do usuário da droga como sujeito de práticas refletidas, como sujeito de uma relação consigo mesmo cuja força reside em um compromisso assumido com os outros (que cada um controle e aperfeiçoe a si mesmo) tendo em vista um objetivo comum. Trata-se de uma assunção coletiva de responsabilidade dos “maconheiros” pela qualidade, ou melhor, pela competência dos membros de sua comunidade em gerirem a si mesmos das formas adequadas, em adquirirem as capacidades necessárias para tal, em formarem-se como sujeitos que não vão se constituir em um peso social, um custo para a sociedade, mas que, ao contrário, a despeito de seu consumo da droga, constituir-se-ão como indivíduos ativos, produtivos, geradores de renda e mantenedores da ordem social e econômica. Daí a importância do aprendizado, do estímulo cultural, do crescimento pessoal etc.

Essa mensagem, aqui extensivamente analisada e tomada como modelo de uma forma de racionalidade que organiza o tipo de problematização de si e dos outros que identifiquei como em emergência no interior da comunidade pesquisada, foi seguida por felicitações, apoios, concordâncias e, evidentemente, também discordâncias. Alguns usuários o consideraram preconceituoso em seus julgamentos, argumentando que “*o importante é ser feliz*” e que não é preciso “*provar nada pra ninguém*”. Outro usuário crítico foi mais incisivo e questionou o cerne do argumento, quer dizer, afirmou considerar uma má estratégia política a admissão de que o usuário de maconha tem algo a provar a quem quer que seja:

essa atitude de “precisamos provar pra eles...” é completamente tiro no pé, por algumas razões, antes de qualquer coisa, tentar provar que maconheiro é estudioso, inteligente ou qualquer coisa desse tipo é furada, nem todo maconheiro é estudioso, como nem todo é vagabundo, então isso não é um argumento que sirva nem PRÓ, nem CONTRA, porque a cannabis nesse quesito não é determinante! E não podemos defender o uso da cannabis para pessoas com o QI acima de X. Acho que é um sentimento natural querer mostrar que não é o marginal que eles pintam, pelo fato do usuário ter sido marginalizado durante tantos anos, etc. Mas não acredito que seja uma obrigação, ou mesmo uma necessidade. Mas acho tiro no pé tentar mostrar uma coisa que vão existir inúmeros exemplos contrários ao mesmo tempo. O foco da legalização da cannabis deve ser a liberdade individual, a questão de que se não há vítima, não há crime! O uso medicinal e industrial. Mas ninguém vai legalizar a cannabis por que alguns acreditam que é uma droga que traz consciência, senso comunitário, responsabilidade social, árvore da vida...

Tal argumento foi longamente respondido pelo autor do tópico em questão. Em síntese, ele focou sua resposta em chamar a atenção para o ponto central do seu próprio argumento:

Você não entendeu muito bem o meu ponto. Não quero que ninguém saia gritando: "Hey! Olhe para mim, sou maconheiro e toco piano". Ou "Acabei de estudar ciências, tirei 10 na prova e sou maconheiro". Isso, falando assim fica engraçado, mas não tem nada a ver com a minha opinião. Se você ler atentamente, verá que eu não me refiro a esse tipo de estudo. Eu falo de aprimoramento. Manter o sistema nervoso ativo. Estimular os sentidos. Descobrir coisas (...). Eu queria dizer que o cara é muito mais útil para a sociedade quando ele se dedica em aprimorar-se. E isso é inerente a nossa causa. Também disse que caras com mais bagagem têm mais condições de brigar pelos seus direitos. E isso ajuda qualquer forma de ativismo e ainda mais na democracia. Agora não quero, de nenhuma forma, questionar a liberdade de qualquer pessoa. Como o selinho amarelo ali diz: é minha opinião. Não é a lei.

Assim, o ponto principal reside em, mais do que apresentar bons desempenhos nas mais diversas atividades, aprimorar-se individualmente, tornar-se mais capacitado a fim de tornar-se mais útil à sociedade e à causa da legalização da maconha. Novamente, parece clara a proposição de um trabalho sobre si mesmo, uma ascese, trabalho ético árduo, na medida em que ele se articula a um projeto político específico. E a imensa maioria dos usuários que se manifestaram nesse tópico se mostrou plenamente de acordo. Foram lembrados, inclusive, por outros usuários, outros pontos fundamentais dessa constituição de si do “maconheiro responsável”, como a importância de se cuidar de si mesmo em diversos níveis além do estudo e do trabalho, como a prática de exercícios, a atenção em relação à alimentação e a necessidade de se cultivar a própria maconha, não financiando o tráfico de drogas. Também outros usuários se manifestaram em apoio ao criador do tópico, reforçando os valores que sustentam esse projeto de constituição de si de um maconheiro responsável:

Sou engravatado e maconheiro, sempre fui mediano no colégio e também na faculdade, faço questão de ser vizinho "sangue bom", não ajo como se houvesse somente a mim no mundo, enfim, como disseram, se você é um cidadão exemplar, fica difícil aplicar qualquer argumento contra você, seja por fumar a ghanja ou seja por qualquer outro motivo que coloque seu caráter em jogo. A mensagem que foi passada pelo Tutorial_pot é importantíssima, pois nem todo mundo tem este sentimento sintetizado na mente (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43951-o-maior-ativismo-e-estudar-e-vou-dizer-porque/page-2>. Acesso em: 11 set 2014).

A discussão, então, prolongou-se, com diversos usuários relatando seus desempenhos no trabalho e no estudo, prestando contas uns aos outros sobre como não “queimam o filme” do usuário de maconha, como buscam se qualificar, se esforçam e tentam modificar a forma de pensar das pessoas próximas. Por exemplo: *“lembro que, na época da faculdade, uma grande motivação para eu estudar e me dedicar era provar que eu era maconheiro mesmo, porém capaz... Além disso, estudava sobre a maconha e outras coisitas mais... Tá certo querer provar algo para os outros? Tá errado? Não sei, só sei que tem dado certo e não me arrependo, e até hoje minha fama corre solta naquela porra”*. A estratégia política da constituição de si como sujeito ético encontra sua força, e sua defesa, conquistando adesões no interior da comunidade, principalmente pela efetividade que é relatada como resultante de seu desenvolvimento, efetividade esta observada em uma escala micro, nas relações dos usuários com as pessoas próximas. Após vários relatos nesse sentido, o usuário que fez a crítica mais elaborada voltou a se manifestar, sugerindo que o tópico deveria ser intitulado *“O maior ativismo é **se estudar**”*. Assim, tornar-se objeto para si mesmo, elaborar uma relação consigo, cultivar-se, educar-se, aparecem como princípios de uma ética política, uma ética com efeitos políticos que, tal como proposta, ultrapassa o simples bom desempenho acadêmico ou profissional e se vincula a um projeto de autoaperfeiçoamento:

frequente o fórum desde 2004... Me lembro de um tópico de um cara que reclamava dos usuários do fórum que queriam argumentar sobre legalização, mas escreviam coisas do tipo: "si pah nós fuma uns beck pq eh direitu nosso e o que nois faz da vida só interessa a nois". Concordo plenamente com esse tópico. Devemos nos educar não para satisfazer as expectativas do sistema, mas sim para nos aperfeiçoarmos e, quem sabe, servir de exemplo... Ou melhor, não ficar esperando a mudança, mas sim se tornar a mudança que queremos... Nesse sentido, não se trata de valorizar unicamente a educação acadêmica (mestrados, doutorados), mas sim o autoconhecimento. Fico puto com a hipocrisia das pessoas. Todos querem um mundo melhor, mas se puderem comer a esposa gostosa do vizinho, comem. Por uns minutos de prazer detonam a família dos outros. Tratar os outros como gostaríamos de sermos tratados, essa é a chave pra uma consciência tranquila. Tenham sua própria conduta ética e sigam ela até o fim porque é tudo que vocês têm de concreto nessa vida transitória... Vejo alguns posts de usuários de, provavelmente, uns 16, no máximo 18 anos, que pela escrita parecem os analfabetos funcionais. Esse tópico é justamente pra eles. Que, cheios de energia e vontade para mudar o mundo, aprendam que educação é poder, valorizem os estudos, porque a vida vai cobrar caro (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43951-o-maior-ativismo-e-estudar-e-vou-dizer-porque/page-2>. Acesso em: 11 set 2014).

Um tal projeto comunitário de constituição de sujeitos mediante ascetes, atuações transformadoras da conduta do sujeito por ele mesmo, no mundo contemporâneo, tal como identifico na comunidade *Growroom*, se aproxima daquilo que Ortega (2010) buscou caracterizar sob o termo “bioascese”, uma forma de constituição de sujeitos na qual a vigilância opera na formação de sujeitos que se autocontrolam e autogovernam, compreendendo a si mesmos, suas identidades, como projetos reflexivos. Os autocontroles, nesta forma contemporânea de constituição de si, funcionam de modo a demarcar distinções sociais, enquanto “o auto-aperfeiçoamento individual tornou-se um significante privilegiado por meio do qual os indivíduos exprimem sua autonomia e se constituem num mundo competitivo”, de modo que “mediante as numerosas práticas bioascéticas, o indivíduo demonstra sua competência para cuidar de si e construir sua identidade” (ORTEGA, 2010, p.33). Aqueles que não se controlam são considerados inaptos e se tornam os novos desviantes, enquanto a norma se institui em torno dos que assumem a responsabilidade por si mesmos, pela gestão dos riscos relacionados às suas escolhas de vida. Assumir a responsabilidade pela administração calculada dos riscos sociais ligados à livre escolha do estilo de vida, esta a definição contemporânea de “autonomia” que movimenta a ascese e a luta política dos sujeitos aqui investigados.

Desconstruir, mediante a sua própria prática, os estereótipos objetivados nos discursos de verdade sobre a maconha, seus usos e usuários. Elaborar a si mesmo e erigir a própria vida como prova de que o uso de maconha não produz crime e doença, “*porque se um dia alguém falar pra mim: ‘maconha te faz mal’. Eu vou poder falar: ‘não, não me faz. Veja’*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/23790-promova-a-imagem-de-maconheiro-na-sociedade/page-2>. Acesso em: 22 out 2014). Provar, na “prova da vida”, outras verdades, mediante outras práticas e conformando outros tipos de sujeitos, outras subjetividades usuárias de maconha. Trata-se do tipo de lógica de ação política que encontra,

diante da complexidade da vida social, um retorno a si mesmo como via de transformação da realidade:

é muito difícil mudar o mundo... Mudar o mundo de uma vez a gente talvez não possa... Mas a gente pode mudar a gente mesmo. (...) a gente tem que mudar a nossa visão primeiro, o nosso uso, usar conscientemente, não dar furo, ser correto... Isso já é fantástico. Se todos usarem sua força pra mudar profundamente a si mesmos o mundo acaba mudando. Pra mim eu devo usar de forma sadia, consciente, e todos também. Expandir a mente, expandir o sentimento! Pra que? Pra viver satisfeito! Pra ser feliz em todos os níveis! Pra ajudar o mundo! Que só com amor que a gente pode ajudar esse mundo que tá morrendo, tá agonizando! A natureza sendo destruída de forma descontrolada... Chora! Então, num mundo desse, que no jornal é morte e sangue todo o santo dia, só a gente tando com muita paz pra poder ajudar... Num mundo descontrolado, só a gente tando controlado. No mundo da mentira, só a gente tando com a verdade. E não é só dizer que tá, não! Não é dizer que a erva é sagrada da boca pra fora, e usar de qualquer jeito... Qualquer coisa, falando besteira... Não é dizer que a erva é remédio, e usar ela pra se entorpecer indiscriminadamente, misturando com droga, com álcool, de qualquer jeito... (...) é isso, o lance é paz e amor... Mas é pra ter paz e ter amor, não é falar de paz e amor e ser grosseiro com os outros, não ter paciência com a sua família... Aí cê tá dando mau testemunho, tá promovendo mal... Agora, se você é bom, é correto, usa e ninguém tem nada com isso, você se garante, tá afirmado... Aí você promove bem a imagem, com certeza. Então é isso: quando a gente fuma tem uma visão que os outros não têm... Que que você faz com isso? Pra que você tem essa visão a mais? Pra ficar igual o resto todo? Aí não... Você tem a visão a mais pra ser mais malandro que o malandro, mais esperto que o mundo careta, transcender teu próprio ego, tua personalidade... Transcender, ir mais profundo! É uma responsabilidade (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/23790-promova-a-imagem-de-maconheiro-na-sociedade/page-3> Acesso em: 22 out 2014).

A via ética como componente de uma estratégia política, na comunidade investigada, também se articula de outras formas a partir dessa mesma lógica de ação. Não só o “eu” responsável, cuidadoso e autônomo, mas a figura pública de reconhecido e notável sucesso, talento, força ou caráter, funciona, nesta estratégia, como elemento tático, prova ética da demolição do estereótipo objetivado:

Penso que nossa luta não deve se restringir apenas à descriminalização/regulamentação/legalização, ou seja lá o que for. Creio, inclusive, que mais do que isto devemos é colocar parte relevante da opinião pública a nosso favor. Durante muitas décadas, com o massivo financiamento a campanhas anti-drogas, foi plantada uma idéia muito negativa na mente da maioria das pessoas (inclusive na minha até alguns meses atrás). Não sabia dos reais males e os benefícios da maconha até pesquisar sobre o assunto. Pra mim, confesso, era algo que fazia as pessoas ficarem menos espertas, por assim dizer. Uma idéia preconceituosa que foi plantada durante anos a fio na mente de uma nação. Inclusive, a defesa e a branda aceitação sem questionamento da proibição por parte relevante da população se origina nesta falácia: maconha faz muito mal para o cérebro! Então penso que deve ser feita uma contra-propaganda, oposta a esta mentira pregada pelos proibicionistas. Em várias frentes, devemos lutar de forma efetiva contra esta lavagem cerebral de décadas. Agora, com a internet, temos a oportunidade de fazer publicidade, mesmo que "pequena". Já pensaram, por exemplo, no efeito multiplicativo que há um comentário inteligente e muito positivado em um vídeo muito acessado no YouTube? Em matérias/textos publicados na net em sites famosos, as discussões na área dos comentários geram muito bate-boca... E o poder de propagação do Twitter e do Face Book então... Se temos a razão, não devemos ter medo de discussão... Pois bem: o que sugiro é que foquemos mais ainda na publicidade, mas não só publicidade de dados científicos e estatísticos, mas também em publicidade que as pessoas possam entender e absorver facilmente: pessoas famosas e inteligentes que usavam/usam a erva, para mostrar às pessoas que maconha não é coisa de gente derrotada e que a maconha não deixa a pessoa menos esperta. Sei que dados científicos e estatísticos são válidos, mas há mais absorção pelo público geral nos exemplos e na publicidade inteligente do que nas informações que necessitam vasta leitura ou longos vídeos. Em suma, o povo detesta ler coisas que não sejam fofocas, cartas de amor ou Revista Veja (que é pra "embasar" as "próprias opiniões"). E também não quer perder preciosos minutos vendo vídeos de "maconheiros vagabundos" quando poderiam estar vendo os vídeos de humor do mural do Face Book. Quero dizer, se quisermos que nos escutem amplamente, devemos adaptar nossa linguagem à linguagem acomodada deles. Eu mesmo, admito, comecei a me interessar pelo assunto só depois de me questionar: "como pode ser verdade que a maconha lesa o cérebro do cidadão se um puta músico/pensador como o Bob Marley era usuário fiel? Também os outros músicos do reggae são muito sensatos em suas letras... Como assim usa maconha e ela faz mal pro cérebro? Então aí segue a idéia: penso que deveríamos formular uma lista com inúmeras personalidades geniais e "bem sucedidas" no mundo que fumam/fumaram maconha, que é pra ajudar a tirar o estigma que diz que a maconha torna a pessoa "derrotada" e menos inteligente. E divulgar esta lista. Trabalharmos em cima dela. Fazer publicidade. Sei do Bob Marley, grande mestre do pensar e músico nas horas vagas. Devo citar Steve Jobs, incrível super-CEO de uma mega-corporação (Apple) e um puta de um visionário das tendências de mercado. Quentin Tarantino, relativamente jovem diretor de Cinema que dirigiu diversos filmes que estão no TOP 100 do IMDB. Também houve, além dos citados, o Paulo Coelho e o Raul Seixas. O incrível ator Johnny Depp. E outros "menos notáveis" a seguir: Bob Dylan, Bezerra da Silva, Tim Maia, Rita Lee... Link que mostra apenas usuários muito inteligentes e famosos principalmente da área científica, que é pra mostrar que a maconha não ajuda apenas na área artística: <http://www.farfonhad...gentes-que.html>

Seguiu-se, então, a esta mensagem, uma série de outras nas quais os usuários passaram a listar celebridades, artistas, políticos, esportistas, cientistas, escritores, músicos, em suma, personalidades públicas apontadas como usuárias de maconha. Mas houve, também, críticas a esse recurso a "celebridades", defendendo-se que é na vida das pessoas comuns, normais, usuárias de maconha, que se deve buscar a sustentação de um projeto político de desconstrução dos estigmas sobre "o maconheiro" e de estabelecimento desse sujeito como bem-sucedido e vitorioso:

Minha humilde opinião: citar essas pessoas públicas não vai adiantar. Se a obra, a trajetória dessas personalidades tivesse tocado ou fosse conhecida pelos caretas e desinformados, certamente eles não seriam caretas nem desinformados. Citar essa galera aí vai cair no estereótipo do artista, que é porra louca mesmo, ou cientista biruta. E chegar dizendo que eles fumam certamente vai dificultar mais ainda esse encontro: "ah, o cara é maconheiro, nem vou ler". Mas posso estar errado, pode ser que aquele preconceituoso ainda sim fique curioso. Acho que pra derrotar o estigma nada mais forte que aproximar da tão falada "normalidade", jogar limpo. Mostrar pessoas "comuns", e nem por isso menos especiais, bem sucedidas, se declarando usuárias da cannabis. E pra isso acho o movimento cara limpa foda. Pra mim ele tinha que virar vídeo, ir pro YouTube, com mil caras, e de repente não só mostrar o rosto, mas a rotina, a real da vida de quem fuma e convive normalmente, mostrar que de obscuro e fugidío o mundo dos usuários da erva não tem nada. E, pensando bem, os personagens não precisam ser pessoas reais, uma ficção com esse tema bastaria pra tentar mostrar isso! Ou pelo menos iniciar uma cosquinha na nuca...

Conheço um maconheiro que acorda todo dia às 5 da manhã, entra num terno e gravata, chega no escritório às 8, passa o dia escrevendo, frequentando tribunais, atendendo clientes e muito mais. A noite ele volta pra casa e encontra a esposa, com quem vive com muita harmonia, dá um carinho pros dogs e ainda tem algumas plantas pra cuidar. É um maconheiro que ajuda muita gente com sua profissão, e que paga suas contas e impostos levando uma vida honesta! Agora pergunta se ele se sente derrotado? (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/41350-estigma-do-maconheiro-derrotado/> Acesso em: 20 out 2014).

Assim, por uma via ou por outra, com uma ou outra tática, a estratégia mais ampla se põe sobre a vida como prova de verdade e, para que isso seja possível, a vida precisa ser tomada como objeto de atenção e cuidado pelo próprio indivíduo, deve ser problematizada e conduzida de modo refletido na elaboração de si mesmo como usuário de maconha: *“eu acredito que cada maconheiro tem que desenvolver o máximo da sua capacidade para sobressair, na inércia do impulso tomado para sair do preconceito e alcançar status social. Isso vale para todos, não só celebridades, cada cidadão que consome cannabis tem que dar o exemplo e mostrar que a erva sagrada nos faz pessoas melhores”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/41350-estigma-do-maconheiro-derrotado/>. Acesso em: 20 out 2014). Consolida-se a ideia segundo a qual faz parte do ativismo (e do compromisso com os outros usuários) o reconhecimento da necessidade de se oferecer, através da própria conduta, de uma atitude perante a vida, um certo número de provas de que o usuário de maconha não é aquilo que o estereótipo cristalizado a partir do processo histórico de objetivação desse sujeito aponta. E para realizar isso, para efetivamente “dar provas” é preciso mostrar-se, expor-se, como atestam as seguintes mensagens: *“eu acho muito lindo quando um cara encaminhado na vida mostra pra todo mundo que fumar não atrapalha em nada. E é assim que tem que ser porque infelizmente as pessoas vão querer sempre mostrar aquele exemplo de pseudo-meliante que fuma. Mas se você for diferente disso, você pode mudar a cabeça de quem tá a sua volta”*;

se a gente continuar se escondendo, a gente vai ser sempre marginalizado. Talvez as pessoas achem que como nós nos escondemos, nós estamos fazendo algo errado... E isso é uma coisa que sempre falo, acho normal fumar maconha, não tenho vergonha de falar, fumo, gosto, não me faz mal, porque sei como e quanto eu fumo... Se a gente começa a passar segurança pras pessoas, não tem mais porque elas nos marginalizar... Pode demorar, mas uma hora elas acostumam... No começo vão dizer "nossa, esses maconheiros não têm vergonha e blablabla", mas se isso se tornar constante, uma hora as pessoas se acostumam...

É como eu costumo dizer, "como vocês querem que a sociedade respeite vocês se nem têm auto-estima?". A galera podia começar não usando colírio, somente se muito necessário. Por que ter vergonha do olho vermelho? Sendo que o uso excessivo de colírio faz mal, mais um motivo para NÃO USAR COLÍRIO. **Já vi brother com vergonha de ir na padaria comprar o rango da galera porque estava com o olho vermelhaço e com marola.** Porra, é assim que a galera pretende ser aceita? O negócio é fumar e ASSUMIR OS OLHOS VERMELHOS E A MAROLA, sem dar muita grave por aí também, é claro, porque assumir os olhos e a marola, e fazer merda, só piora a situação... É claro que não termina aí, mas já é um bom começo, muito careta que eu conheço já reviu os conceitos, seja na conversa franca, seja vendo minhas atitudes e a dos meus amigos que fumam. Já tive o prazer de ver um careta que tinha um monte de ideia errada a respeito da maconha defendendo um moleque de outro careta que tava alopando, falando que "maconha não é tão ruim quanto cê pensa não, se o moleque quer fumar deixa ele, você não tem nada com isso, melhor que ele estar enchendo a cara por aí e virando outro alcoólatra...". São momentos assim que me renovam a esperança (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/22449-custume/>. Acesso em: 20 out 2014).

Desse modo, como aponta outro usuário, “*sempre se conscientize e prove não só para seus pais, mas para **você mesmo**, que nada além de você mesmo tem controle sobre sua vida e, se em algum momento você estiver patinando, amigo, é hora de parar e repensar suas atitudes, antes tarde do que nunca!*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/23055-cannabis-x-responsabilidade/>. Acesso em: 23 set 2014).

A natureza dessas provas e as formas de dá-las são temas que perpassam diversos tópicos de discussão no fórum estudado, sendo frequentemente objetos de controvérsias, conflitos e discussões. No entanto, essa busca por uma moralização da conduta, pela fixação de regras auto-impostas, constitui um ponto forte entre esses usuários que buscam adotar posturas mais reflexivas acerca de sua relação com a substância, com os outros e consigo mesmos. Nesse campo reflexivo que se forma a partir de tais disposições, a moderação⁸⁰ no

⁸⁰ A centralidade que a moderação ocupa no governo de si dos usuários de maconha aqui pesquisados torna possível o estabelecimento de uma relação entre essa forma de controle e aquela apregoada por um movimento surgido nos Estados Unidos no final do século XIX, o movimento pela temperança. Esse movimento “pretendia educar o uso do álcool estabelecendo mecanismos para o consumo regrado das bebidas alcoólicas, de modo a não extirpar os prazeres e benefícios advindos dessa substância. A posição do movimento gerou um grande debate, em cujo centro estava o livre arbítrio. Se beber ou não beber expressava o exercício da vontade individual, o consumo excessivo de bebidas implicava falta de controle na gestão dos desejos e vontades. O que era virtude passava a ser visto como vício”. Ambas as formas de governo de si adotam uma linguagem moral e culpabilizante, reproduzindo em boa medida estigmas e preconceitos que marcam o poder historicamente exercido pelo Estado e apoiado nos discursos médicos e psiquiátricos sobre os usuários de drogas. Ao mesmo tempo, as moralidades preconizadas se instituem elas próprias como formas de poder cuja ação estratégica se dá no sentido de “considerar plausíveis os prazeres individuais advindos do consumo de substâncias psicoativas,

consumo de maconha emerge como um operador privilegiado da constituição de uma relação saudável e satisfatória do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com a substância: “*não podemos ignorar o fato de que a ganja faz o seu mal, sim, e o que nos livra desse mal é a moderação. Tudo em excesso faz mal, e isso é sabido por todos. Vamos nos conscientizar e ter mais moderação no nosso consumo*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/20066-pelo-fim-da-hipocrisia/page-2>. Acesso em: 13 out 2014). Nessas reflexões que aqui descrevo e analiso, então, ideias de moderação, de regimes refletidos de uso e de atenção para as próprias condutas de uso de maconha aparecem com força, como nas seguintes mensagens: “*eu vejo a pequena dosagem de maconha como um estimulante para qualquer atividade que eu vá fazer, nunca extrapolando e fumando demais, o que me deixa desligado das responsabilidades*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/23055-cannabis-x-responsabilidade/>. Acesso em: 23 set 2014);

Eu fumei muito por muitos anos. Acho que uma época fumando muito é comum entre os maconheiros. Daí, achei que a vida estava passando e eu não estava vivendo. Então fiquei bastante tempo sem fumaça alguma (fiz até um tópico aqui no *Growroom*). Na verdade, sem nada: cannabis, cigarro, bebidas. E agora voltei... Mas bem pouco e sem apego (três vezes por mês, mais ou menos) e com um sentido, uma solenidade que dê sentido para o uso, que torne essas ocasiões bem especiais. Geralmente já tenho um percurso: uso - corrida - sauna - filme na casa da namorada. Melhor ainda quando, ao invés de fumar, eu ingiro: onda mais progressiva, mais potente... DELÍCIA! Como são raros esse momentos, eles têm um significado muito grande para mim. Depois de mais de 12 anos de maconha, cada vez tenho mais certeza que: quanto menos, melhor (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43951-o-maior-ativismo-e-estudar-e-vou-dizer-porque/page-3>. Acesso em: 11 set 2014).

sobretudo, se dirigido às camadas mais abastadas da sociedade” (SILVA, 2010, p.14). O curioso é que, apesar da proximidade estratégica, enquanto o movimento pela temperança fez parte do processo político que conduziu à proibição das bebidas alcoólicas nos Estados Unidos (a chamada “Lei Seca”), o movimento de usuários de maconha aqui investigados se serve desse tipo de discurso moral como componente tático para uma reivindicação política oposta: a legalização da maconha.

O ouro é valioso, pois é raro, certo? Certo, e sempre será. Quanto mais raro, mais valioso. Logo, quanto mais raro você fumar, mais valiosa vai ser a viagem! Sacaram? Fazendo só de final de semana, você não contraria a bíblia (para os religiosos), pois nela o único mal da maconha é ser um prazer sem merecimento... No final de semana todo ser humano merece um pouco de relax, né! E, cara, você sente a diferença... Quando fuma muito começa a bater aquele desinteresse por outras coisas, você só pensa em como coxar um cone, como virar aquele 3/1, como descolar aquele hax... Que nada! Quanto menos você pensar, mais raro será na sua mente, logo mais valioso também! Tudo em excesso realmente faz mal, desde a maconha até o chocolate ou a TV! Saiba moderar... Vi uma assinatura de algum membro aqui que deixei como lifestyle: **Antes de cultivar sua erva, cultive sua mente!** (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/20066-pelo-fim-da-hipocrisia/>. Acesso em: 13 out 2014).

Esboça-se todo um “programa” de conduta que, avaliada do ponto de vista “da sociedade”, dos valores dominantes em nossa época e cultura, se apresenta como irrepreensível: o “maconheiro responsável” emerge como sujeito saudável, nutrido, inteligente, bem-sucedido, talentoso, forte, repleto de habilidades e capacidades invejáveis. Diante dessa magnitude, tomada como ideal, atentar para o consumo de maconha, criticá-lo, condená-lo, torna-se uma atitude patética, ridícula ou mesquinha. Mas, mais interessante do que isso é constatar que essa colocação de si mesmo como objeto da própria ação, essa articulação entre ética e política nos termos que venho colocando, essa preocupação, auto-observação e mobilização de energias na constituição e efetivação de moralidades cada vez mais autorreflexivas implicam uma construção de governamentalidade, uma configuração particular entre racionalidades e tecnologias éticas e políticas que, já existentes na história das culturas ocidentais, são reinvestidas, recombinaadas, redirecionadas a outras regiões da experiência. Quer dizer, às vezes de modo precário, às vezes de modo mais articulado, trata-se aqui da proposição de formas de articulação entre governo de si e governo dos outros, entre o uso de maconha como um problema para o próprio usuário e como um problema para os outros, representados, principalmente, pelas instituições do Estado e pelas autoridades que, com seus saberes e suas práticas, movimentam o pensamento e a ação acerca desse “tema de governo”. Senão, vejamos mais de perto outro tópico no qual os mesmos temas voltam a ser discutidos, voltam a ser problematizados e a ocupar as reflexões desses usuários de maconha tão preocupados com o que, afinal de contas, eles próprios podem fazer com aquilo que os outros têm feito deles: *“para sermos ouvidos com respeito, e não como um monte de ‘vagabundos, preguiçosos e drogados’ precisamos nos livrar desses rótulos que nos perseguem. Como fazer isso?”*. Essa a questão que se coloca, o problema do uso de maconha do ponto de vista desses usuários autorreflexivos. E eles articulam explicitamente esse problema, o problema do que eles são, com o problema de como eles são governados enquanto “outros” das normas e valores sociais dominantes em nossa época e cultura:

Não devemos desistir de mostrar o quanto podemos administrar os lados positivos e também os contratempos do uso da marijuana. É isso que temos que pedir pro governo: em vez de gastar milhões com apreensão e repressão às drogas, ele desenvolver centros de apoios aos usuários... Falta muito ainda, mas o que a gente pode fazer é continuar fazendo como você e outras pessoas aqui, agindo e usando conscientemente porque, se a gente desistir, esse fórum fica repleto de coisas desnecessárias para fazer do movimento brasileiro alguma coisa além de só papo de doidão... (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7703-conscientizando-os-maconheiros/>. Acesso em: 21 out 2014).

Transformar a si mesmo para transformar o mundo: as técnicas de si em operação

Mas como pode o indivíduo que utiliza maconha, que está convencido da centralidade da adoção de condutas responsáveis (e de sucesso) para a consecução do projeto político da legalização, e conseqüente legitimação da liberdade do prazer (e da responsabilidade da liberdade), como pode esse indivíduo operar sobre si mesmo e tornar-se algo parecido com esse sujeito idealizado? Primeiramente, tornando-se “consciente”, tornando-se reflexivo em relação ao seu uso de maconha e a sua conduta como usuário da droga, percebendo essa substância naquilo de melhor e de pior que ela tem a oferecer e “*não tratá-la como um simples fumo que apenas te faz lesar e pirar!*”. Assim, “*quando você estiver no auge da sua ‘pira’ tente refletir o porquê você fuma... O que você vê de tão bom nisso...*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7703-conscientizando-os-maconheiros/page-2>. Acesso em: 21 out 2014). Primeiro passo, então, “conscientização”: “*realmente acho que o primeiro passo para nós sermos reconhecidos como pessoas que, como outras quaisquer, trabalham, estudam, se divertem, têm família (...) seria mesmo a conscientização de nós mesmos. Acho que ainda existe muito maconheiro que não se preocupa com a situação, que diz: ‘que se foda! Eu quero é fazer a cabeça’. Dessa maneira não vamos nunca ser reconhecidos*”. Lançar-se a si mesmo em um processo de reflexão conducente a uma dupla transformação, a de si mesmo (pela assunção de responsabilidades e de busca por autocontrole) e a dos outros (pela desconstrução do estereótipo do usuário de maconha): “*nós estamos tentando é mudar a forma como nós nos relacionamos com o mundo e isso exige muito desprendimento da nossa parte (...). O que nós queremos é mostrar que somos diferentes do estereótipo que fizeram de nós*”. Atuar sobre si mesmo a fim de, transformando-se, transformar uma situação política, ou melhor, resistir a uma forma de sujeição ética, a uma forma de identidade, a fim de atuar politicamente, o que requer “desprendimento”. Penso estar aqui diante de uma palavra-chave na argumentação desses usuários autorreflexivos. Desprender-se de si mesmo, de uma identidade, de uma forma de compreensão de si como usuário de maconha. Nessa proposição

desses usuários, o confronto aberto não constitui uma boa estratégia e a política só se torna alcançável por meio de uma operação ética e da construção de um outro modo de vida:

Temos que mudar muita coisa dentro de nós. Com os nossos pais devemos ser mais reveladores. Devemos ler algumas coisas e trocarmos ideias com eles. Na turma de amigos caretas nós temos que chegar junto e dar o nosso recado de modo consistente. Eles vão ter que reconhecer que nós temos um cérebro que funciona e que vai além do deles. Não devemos largar os estudos, apenas devemos estabelecer horários para tudo. Eu sei que tem gente que já acorda acendendo um baseado e a partir daí o cara vai levando o dia parecendo um "vapor barato". A nata da malandragem já fez essas merdas todas e queremos passar uma experiência dizendo que tudo em excesso faz mal, mas usando com moderação e nas horas certas e na dosagem ideal (cada um tem o seu ponto perfeito) a marijuana fica muito mais gostosa, muito mais reveladora e nós não perdemos o vínculo com a realidade, nem perdemos a noção de tempo e espaço. É fundamental que, nos dias de hoje, você fique inteirado do horário e sabendo qual é a data, o dia da semana etc. Nós devemos deixar um pouco de lado o jeito "não tô nem aí", ou o famoso "tô cagando e andando" para um outro estágio. Agora nós devemos deixar de ser relaxados e melhorar o astral, o humor, melhorar o visual, melhorar o papo, controlar o uso exagerado de gírias. Essa coisa de você ser uma metamorfose, ou virar peixe dentro d'água é melhor para você curtir e para conseguirmos chegar aos corações e ir conscientizando, não apenas os chincheros, mas toda a comunidade para a nossa causa (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7703-conscientizando-os-maconheiros/page-3>. Acesso em: 21 out 2014).

Certamente, as minúcias de autocontrole, tal como expressas na mensagem acima, foram criticadas e até ridicularizadas por outros usuários. Mas é importante que as levemos em consideração como demarcadoras de um limite ultrapassado, pois constituem uma extrapolação de uma ideia que aparece com força nos discursos desses usuários de maconha autorreflexivos, qual seja, a ideia de que o próprio "eu" é o objeto primordial da transformação de uma realidade política específica e que, para tal ser possível, esse "eu" precisa ser elaborado como objeto de um governo que precisa afirmar-se como autonomia, como livre uso do prazer psicoativo. Mas, para que seja possível sustentar e compatibilizar o consumo de maconha com todas as obrigações e responsabilidades pessoais, estudantis ou profissionais, efetivamente incorporando, na conduta diária, os valores enunciados como bons e corretos na orientação do "maconheiro", forma-se uma ideia segundo a qual é necessária a constituição de regras cuja observância pode garantir a manutenção das obrigações. É notável no fórum estudado uma preocupação, que perpassa muitos usuários, no sentido de se estabelecer individual e coletivamente modelos para o consumo da substância, formas ideais que poderiam ser adotadas como regimes de uso que, com algumas variações de indivíduo a indivíduo, possam fornecer um referencial consistente para que cada usuário consiga bem administrar seu uso da droga. É o que se pode perceber na seguinte mensagem: "*pretendo aqui, junto com vocês, preparar um modo ideal de se lidar com a nossa droga predileta. Eu proponho a todos vocês que me ajudaram, a ajudarem de novo, pra gente achar um consumo ideal, ou talvez até inofensivo pro nosso corpo e mente*". E prossegue: "*eu, com a experiência*

que tenho no uso da erva, acho que o uso diário da droga é ruim pra nós usuários. Acho que isso acaba deprimindo a gente e às vezes enclausura nossas mentes”. E, por fim: “eu defini em minha cabeça que essa droga é permitida para mim (...), e, assim, fumo sim, mas não todos os dias como antes! Graças ao apoio de vocês!” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/19505-qual-a-hora-de-parar/page-2>. Acesso em: 2 out 2014). Daí todo um campo de discussões sobre como controlar-se, como regular o consumo, como administrar o desejo e o prazer, de modo a concretizar-se como sujeito responsável através de suas atitudes cotidianas. Movidos por esses ideais, muitos usuários do fórum se lançam em busca da determinação de regras, de normas cuja aplicação garantiria o equilíbrio entre prazeres e obrigações. Todo um gênero de relatos sobre si, seus hábitos, suas regras, suas formas de autocontrole se destaca no *Growroom*:

medicinalmente, uso para dormir, pois não consigo "desligar" quando chego do trabalho (tenho isso desde a infância, sempre fui dormir muito tarde). Quanto a isso, nada é melhor do que a cannabis para mim. Recreativamente, eu uso durante todo o dia. Mas tem regra. Se eu tenho algum trabalho que exige atenção, não posso fumar, senão meu produto não fica 100%. Se tenho que pensar em algum projeto, aí fico só apertando mesmo, a ideia vem na hora. Vale ressaltar que várias vezes ao ano eu dou uma parada, para limpar o organismo mesmo. Logo nos primeiros dias após parar, eu continuo dormindo numa boa, acho que fica THC demais no organismo. Quando volta a insônia, significa que suguei todo o THC do corpo, daí seguro mais uns quatro dias e depois volto a fumar. E o primeiro beco volta a ter (quase) o mesmo gosto do primeiro. Acho melhor do que me entupir com calmantes e ansiolíticos. Como qualquer coisa nessa vida, maconha cria dependência, e isso me incomoda, por mais fácil que seja largá-la (largo pelo menos três vezes ao ano). Temos que ter ciência disso para fazermos um uso racional dela. A razão sempre em primeiro lugar. Vou apertar um para refletir sobre isso agora, hehe. Abraços (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43920-e-pq-essa-galera-ta-fumando-demais/>. Acesso em: 18 de agosto de 2014).

Eu não vejo problema em fumar o dia inteiro, contanto que: você pratique algum esporte, tenha metas a alcançar e esteja se esforçando nelas, não perca mais que 1h por dia correndo atrás ou dando jeito pra fumar. E fumar depois de uma responsabilidade cumprida, nunca antes (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/7609-qual-o-momento-em-que-voce-fumam-um/>. Acesso em: 23 set 2014).

Galera, fumo há dez anos e já vivenciei diversas fases. Desde a abstinência total, por períodos de três a seis meses, até o consumo de dois a três cigarros por dia. Havia épocas em que eu parava de comprar e só fumava eventualmente em companhia de amigos, e épocas em que fumava sempre no fim do dia para relaxar. Cada um tem sua relação com a planta e sua sensibilidade próprias, mas conheço muito usuário antigo e todo mundo "dá um tempo" de vez em quando. Todo mundo tem suas fases. Acho que essa busca por um equilíbrio no uso da erva é uma questão para todos e está muito ligada ao momento de vida. Olhando em retrospecto esses dez anos de consumo, percebo que meus períodos careta, ou de baixo consumo, eram normalmente fases de grandes responsabilidades e muitos compromissos, fases em que havia uma maior necessidade de sobriedade. É bom dar um tempo de vez em quando, principalmente quando se está fumando muito. Mas reconheço que não é fácil. Se ocupar ajuda. Praticar esporte também (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/page-2>. Acesso em: 25 set 2014).

Muitos usuários sustentam a ideia de que mediante algumas técnicas (por exemplo, associação dos momentos de uso de maconha com certos contextos e situações e, jamais, com outros) é possível exercer efetivo controle sobre as práticas de alteração de consciência. Como aconselha um usuário experiente, com mais de 30 anos de consumo diário de maconha, “*a grande coisa é se descobrir senhor da onda, e não deixar que a onda seja sua senhora. Eu uso a cannabis, a cannabis não me usa (...), seja mais ativo nas suas viagens!*”; e completa: “*começou uma onda ruim - põe um som que você goste, ou um dvd... Tome conta da sua onda e coloque ela em alguma coisa que te deixe feliz. É você quem manda... Se escolher não mandar, pode acabar parando num buraco. Doideira não é passividade. Tome conta da sua vida e das suas viagens...*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/30136-alguem-fuma-como-eu/>. Acesso em: 22 set 2014). Nessa linha, são comuns as proposições de posturas que devem ser adotadas pelo usuário a fim de que se mantenha no controle da “viagem”, constituindo-se o fórum estudado em um espaço muito utilizado para troca de sugestões de práticas tendo em vista, por exemplo, o controle da frequência e da quantidade de maconha utilizada:

Pô, parceiro, perigoso isso! Já reparei que se tenho muita erva eu fumo muito e partindo dessa percepção estipulei uma quantidade máxima por dia/mês que não chega a ser tão rígida, tipo 50g/ mês. Se acaba antes, passo o resto do tempo sem queimar, a não ser uma ocasião especial. No momento tô há mais de 30 dias sem fumar nada, o pote vazio ajuda muito. Já passei meses sem fumar nem comer. No teu caso acho que o cigarro atrapalha muito a tua vida, acho que você deveria largar o cigarro, praticar um esporte (no meu caso o esporte que pratico me ajuda muito a me controlar - caça submarina) e tentar ligar a erva a momentos ímpares. Até gosto de fumar no dia-a-dia, mas normalmente fumo um da grossura de uma caneta bic e do tamanho normal em dois, três dias. Além de que a magia tá na onda descompromissada, quando isso passa a ser rotina torna-se perigoso, principalmente devido ao cigarro e ao ato de fumar. Tenta substituir o ato de fumar pelo de comer (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43920-e-pq-essa-galera-ta-fumando-demais/>. Acesso em: 18 de agosto de 2014).

Mas além do resguardo das responsabilidades, é também em nome da manutenção do próprio prazer que é preciso instituir regras, formas de regulação desse prazer (e do desejo de obtê-lo), uma vez que, segundo esses usuários, os efeitos da maconha, com a repetição muito frequente do uso, acabam se reduzindo. É o que podemos ver no depoimento de outro usuário do fórum:

além do que vocês falaram, eu costumo muito inventar motivos pra fumar, como por exemplo ir no cinema, vou fumar um, festa de não sei quem, fumar um, futebolzinho, fumar um e assim vai. Nesses dias eu acabo fumando mais quantidade no dia e acaba acontecendo o que vocês falaram... O primeiro é muito bom, deixo o segundo pra umas três horas depois, por aí e já é mais fraco, acaba muito rápido o efeito. Se mandar um terceiro então nem sai na foto (...). Sem contar que, nesse ritmo de 2 em 2 direto pra mim, às vezes até o primeiro tá vindo fraco, mesmo após acordar, academia e voltar cansado e mandar um pra dentro, e não dá aquela coisa louca dos primeiros da vida. O bom é ficar uns dias sem fumar, aqueles dias desnecessários, que você inventa motivo pra fumar, e fumar quando realmente quiser e valer a pena e aproveitar a onda.

Nota-se, na mensagem acima, novamente uma noção de que o consumo legítimo precisa obedecer a critérios. Assim, para esses usuários que buscam problematizar seu consumo de maconha, o foco da problematização se dá, mais do que sobre a droga, sobre o prazer que ela desencadeia e faz experimentar: *“o problema não é a erva, e sim o prazer, tem que ter o equilíbrio, a planta em si só me faz bem, o foda é que prazer desencadeia prazer e a obrigação fica pra depois”*, de modo que *“com o intuito de melhorar meu desempenho pessoal em todos os aspectos da minha vida, vou reduzir meu consumo”* (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43920-e-pq-essa-galera-ta-fumando-demais/>. Acesso em: 18 de agosto de 2014). Outra técnica, ainda, sugerida por usuários é a suspensão total do consumo por períodos determinados:

Então, todos os anos fico um mês sem fumar bagulho, até para sentir a onda novamente - quando se fuma muito, acaba não se apreciando muito a onda, fica uma coisa muito trivial. O louco é que, sempre após alguns dias sem fumar, parece que estou chapado de maconha, acho que deve ser o organismo sugando todo o THC existente no corpo. E a sensação do primeiro dia que você acorda de cara, porra, as cores vivas, os sons definidos, não tem como negar que é muito bom também. Pra quem fica chapado full time, ficar de cara também é uma onda muito boa, curto totalmente (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43397-conclusoes-de-um-ex-fumante/page-2>. Acesso em: 17 set 2014).

E, segundo outro usuário: *“no meu caso pessoal, eu gosto de parar de tempo em tempo, paro uns 3, 4 meses”*, com a ocupação do tempo com atividades valorizadas e voltadas ao cultivo do corpo e/ou da mente: *“faço muita meditação, academia, yoga. Depois, quando*

volto a fumar, o efeito é muito parecido com o da primeira fumada. Eu acho ótimo”. Além da recuperação do prazer (perdido com o uso excessivo da droga), um suplemento de prazer é ainda constituído através da regulação responsável do consumo, adiado para o fim do dia, após o cumprimento de todas as obrigações:

teve uma época que eu tava virando maria fumaça, não bebia um copo d'água sem enrolar um banza. Só fumava índica e ficava que nem o cara do sofá, vida social foi pro espaço. Pra trabalhar fumava uma bomba de manhã, pingava um colírio e ficava totalmente autista no serviço, só ali viajando. No almoço dava um perdido e estourava outro. Daí não deu, né, meu rendimento foi pra pqp e o bicho pegou. Tive que ser radical comigo mesmo, fechei o grow e passei um ano e meio sem fumar a santa erva. Depois desse período voltei de boa e todo dia fumo um a noite depois de cumpridas todas obrigações. O base acaba tendo outro gosto (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43920-e-pq-essa-galera-ta-fumando-demais/>. Acesso em: 18 de agosto de 2014).

Ou, como relata ainda outro usuário:

eu fumo por prazer, só um ou dois becks nos fins de semana e, mesmo assim, não é todo fim de semana que eu fumo, porque não quero criar hábitos. Tem dia na semana que bate aquela vontade de mandar um, mas aí eu vou ler algo e passa a vontade (da mesma maneira que às vezes bate aquela vontade de tomar uma cerveja). Eu não gosto de abusar de droga nenhuma porque o efeito fica cada vez menor e chega um ponto que você só usa por **necessidade** e não por prazer. Minha única droga de 2ª à 6ª é cigarro e, mesmo assim, eu fumo um maço por semana e só na empresa, quando estou MUITO irritado. Outra coisa que eu não faço é fumar cannabis/beber se eu tiver um problema: se esconder atrás de uma sensação ARTIFICIAL é para pessoas fracas e não resolve absolutamente nada, muito pelo contrário, apenas piora o que já está ruim. Como já disse aqui, pra mim a maconha é um presente que eu dou a mim mesmo em alguns momentos especiais nos quais eu quero ficar ainda mais feliz do que eu já estou (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-5>. Acesso em: 2 de set de 2014).

É prática comum, no fórum, como estamos vendo, que os usuários relatem suas rotinas, seus hábitos de uso de maconha, enfatizando sempre as quantidades, frequências e contextos em que esse uso se dá. São muitas páginas em que os usuários contam uns aos outros quanto e em que ocasiões gostam de fumar, em quais outras a experiência não foi agradável e esboçam análises dos seus padrões de consumo. Por meio desses relatos, eles se medem uns nos outros, avaliando os padrões, regras e critérios por meio dos quais racionalizam e avaliam suas práticas de uso de maconha. No entanto, apesar desses relatos (e dos comentários que os usuários fazem acerca dos regimes de uso uns dos outros, ora considerando exagerados e censurando ou aconselhando, ora justificando as razões que

fundamentam seus regimes), é frequentemente enfatizado que se trata de uma decisão estritamente individual, uma vez que os efeitos da maconha são interpretados como sendo diferentes para cada pessoa (e mesmo para uma mesma pessoa em diferentes momentos e situações), limitando-se os comentários muitas vezes ao incentivo da constituição de formas de autorregulação do consumo. Contudo, apesar de constituir decisão considerada de foro estritamente individual, são frequentemente fornecidos pelos usuários, uns aos outros, critérios, padrões, sugestões de como avaliar se o seu consumo está sendo positivo ou se pode estar sendo prejudicial: “*se a maconha te prejudica em horários, em chegar atrasado, em não cumprir tarefas, em fumar em hora e local inapropriado, você está sim viciado (vício psicológico)*” (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/38041-maconha-vicia-ou-nao/page-2>. Acesso em: 12 set 2014); e “*se alguém que não trabalha e não estuda, ou que faz as duas coisas bem, acha positivo ficar louco o tempo todo, não acredito que qualquer argumento condenatório possa ser usado. No entanto, caso, que não vi explicitamente aqui, a erva prejudique o desempenho de dada pessoa no exercício de suas atividades, não consigo considerar o uso saudável*” (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/30711-pra-fazer-a-cabeca-tem-ou-nao-tem-hora/page-4>. Acesso em: 23 set 2014).

Há, portanto, como fartamente documentado, uma preocupação entre os usuários de maconha que se mostram mais reflexivos em relação a si mesmos e a suas práticas de uso da droga, no sentido de que se seja capaz, se esteja apto a desempenhar suas atividades profissionais e/ou estudantis com competência, e é para isso que se requer, de si mesmo, para sua constituição como usuário responsável, ou um controle sobre o desejo de uso da substância, adiando-o para ocasião específica para relaxamento, lazer, diversão, ou um controle sobre os próprios efeitos da maconha, uma forma de controle da “onda” e de autocontrole que permite ao indivíduo manter suas atividades sem qualquer prejuízo de desempenho, ainda que estando sob o efeito da droga. Ou seja, incentivo para a constituição de um regime, censura àqueles que relatam usos tidos como exagerados, mas absoluto respeito pelo direito individual de uso da substância. Entretanto, é preciso indicar, esse respeito se relativiza em certas ocasiões, pois circulam em boa quantidade, no fórum, acusações segundo as quais alguns “queimam o filme” dos “maconheiros”. Vejamos isto com mais detalhe.

É comum no fórum que usuários relatem ter dificuldades para estudar, se concentrar ou trabalhar sob os efeitos da substância, enquanto outros afirmam realizar tais atividades com excelente desempenho. Daí uma profusão de mensagens apontando que cabe a cada um conhecer a si mesmo a fim de saber quais são seus limites e quando o uso de maconha se

torna prejudicial. Contudo, eventualmente usuários se utilizam do fórum para consultar seus pares e pedir ajuda com problemas específicos. Nesses casos, um poder moral, normativo, se exerce no interior dessa comunidade, como, por exemplo, nos casos em que usuários postam mensagens relatando problemas que estão enfrentando devido a um uso que consideram excessivo e descontrolado da droga. Nesses casos, tais usuários se submetem voluntariamente à avaliação de seus pares, que comentam o caso, aconselham, censuram, sugerem medidas a fim de equilibrar ou mesmo suspender o consumo da droga. Os padrões de uso, então, possuem certo grau de relatividade, sendo o indivíduo o responsável por superar a “fraqueza da mente” e controlar-se. Vejamos, a esse respeito, discussão que se desenrolou no *Growroom* em tópico cujo título é “*Fumar todo dia – Problemas!*”, onde um usuário relata problemas que vem enfrentando, segundo ele, por ter adotado, há alguns anos, um consumo pesado e diário de maconha: “*eu, agora que tô entrando numa fase importante na minha vida, preciso me dedicar ao máximo a minha faculdade, preciso me ajeitar com meus pais, dar mais atenção a minha namorada, que só reclama... Enfim, tô cheio de problemas na vida e realmente eu tô vendo CLARAMENTE que a maconha, nessa fase, vem me atrapalhando, sim*” (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/35377-fumar-todo-dia-problemas/>. Acesso em: 19 de agosto de 2014). Em seguida, esse usuário relata estar sofrendo, com a suspensão do consumo, sintomas como insônia, ansiedade, desconforto estomacal, transtornos de humor, irritação, e pede aos membros da comunidade dicas e conselhos sobre como lidar com esse momento. Trata-se de um tópico muito grande, composto por 138 mensagens⁸¹, de modo que destacarei trechos de mensagens nas quais uma reflexão acerca do regime de uso de maconha aparece de forma mais clara. Um usuário aponta que “*a virtude está no meio termo*” e sugere ao criador do tópico “*que se respeite e goste mais*” dele mesmo; outro afirma que “*a maconha só te atrapalha a partir do momento que você põe ela como prioridade*”; um terceiro diz: “*vejo que você não encontrou o verdadeiro lugar da erva. Ela é um complemento e deve ser usada para um propósito de reflexão ou relaxamento*”. Alguns usuários se aprofundam mais e sugerem padrões de consumo que podem configurar um regime refletido de uso da droga:

⁸¹ Número de mensagens em 19 de agosto de 2014.

Cara, na minha opinião, acho que você poderia ir reduzindo a quantidade e depois a frequência. Se você não pratica um esporte, tente praticar pra ocupar mais um tempo sem ser somente estudando (também faço faculdade e tem hora que dá um nó no juízo de tanto ler, o cara só pensa em fumar um pra relaxar). Quando eu fumava todos os dias (às vezes de manhã, de tarde e de noite) foi foda pra diminuir a frequência, mas antes eu fui diminuindo a quantidade (antes fumava o velho charas [cigarro de maconha de grande proporção], depois diminuí pra um beck, depois só fininho), depois eu fui tentando fumar dia sim e dia não. É complicado, mas talvez você não esteja somente viciado na cannabis, mas sim no hábito. Quando você for mudando o hábito e substituindo por outras coisas, você vai esquecendo mais a maconha (...). Você tem mesmo é que pensar mais sobre os danos que o excesso causa, tanto nas funções metabólicas quanto a questão da fumaça no pulmão. Não tente nenhuma mudança brusca, vá reduzindo de leve, frequência, quantidade, e substituindo com algum esporte ou algo lúdico (se tiver tempo). Valeu cara, boa sorte e não se desespere, mantenha o equilíbrio e a razão! Valeu! (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/35377-fumar-todo-dia-problemas/>. Acesso em: 19 de agosto de 2014).

Outros elementos dos discursos desses usuários também indicam fortemente uma mútua indução para a reflexão acerca de si mesmo, sua vida, seus hábitos de uso de maconha, em suma, um voltar-se para si que se dá mediante a elaboração de um regime refletido e individual de consumo da droga. Nesse sentido, é como integrante de um estilo de vida que uma forma autorrefletida e autocontrolada de relação com a maconha é apontada, recorrentemente, por diversos usuários, como questão que deve nortear a formação da conduta do consumidor da erva: é preciso “*encontrar o SEU meio termo*”, o que se chama “*autoconhecimento*”, deve-se evitar “*substituir maconha por cigarro ou qualquer outra substância*”, pois é preciso “*conseguir ficar sem e deixar que seu organismo controle-se*”. Aponta-se, ainda, a importância de saber utilizar a droga “*da forma correta*”, de “*tentar manter o equilíbrio sempre*”, motivo pelo qual é importante “*se conhecer e conhecer os limites do seu corpo e mente*” (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/35377-fumar-todo-dia-problemas/>. Acesso em: 19 de agosto de 2014). Também é sugerida, em outros tópicos do fórum e em diversas mensagens aqui já transcritas, a adoção de técnicas que facilitam a interrupção do consumo diário da droga, como, por exemplo, a prática diária de esportes, técnicas de meditação e respiração, exercícios mentais do tipo “*só por hoje*”, a ocupação do tempo livre, ou, nas palavras de um usuário,

comigo o que funciona bem é perceber as vantagens de se estar sóbrio, como por exemplo o aumento da produtividade diária, a capacidade de se concentrar numa tarefa por mais tempo, uma maior agilidade mental, uma maior capacidade de enfrentar as coisas chatas da vida e não ficar deixando para depois, acordar mais bem disposto. Enfim. É isso aí. Quando der aquela vontade de fumar, pare, respire, reflita, veja se vale à pena, decida e não se arrependa! Aliás, acho que um dos grandes sintomas de que estamos exagerando é quando acabamos de fumar e nos arrependemos. Isso também já aconteceu muito comigo (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/page-2>. Acesso em: 25 set 2014).

Trata-se, no dizer desses usuários autorreflexivos, de toda uma preparação de si para tornar-se apto a formas de uso mais saudáveis, ricas, produtivas, valiosas, o que envolve sempre um aprendizado sobre si mesmo e sobre a droga, a fim de se saber realizar um trabalho sobre a relação que se vai estabelecer com a substância. Esse sentido de trabalho preparatório sobre si mesmo fica claro em mensagens como as que seguem: “*galera, temos que LUTAR para conscientizar o povo. SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS é assunto MUITO SÉRIO, mas MUITO MESMO. Para apenas começar a usar, deve-se fazer um rebuliço interno, virar o ‘eu’ de cabeça pra baixo e se conhecer, para depois conhecer essas lindas amizades e tê-las por toda a vida*” (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/page-2>. Acesso em: 25 set 2014);

Acho que todos os psicoativos teriam que ser usados de tempos em tempos, para acúmulo de vivências, recebimento de experiência, autoconhecimento, captação de ideias e ideais. Não como essa coisa louca que se vê hoje em dia, neguinho fumando pra poder chegar numa menina, neguinho fumando pra poder ir para uma festa e se divertir. Mas isso é foda de discutir. Pensa nisso cara... E tem uma coisa que eu considero verdade: se não sabe usar, PARA. E não é amanhã, é agora. Se gostar muito da parada [da maconha], estuda ela, vai ler ou qualquer outra coisa, se forme um centro de você mesmo - se conheça e faça dela [da maconha] uma amiga. Aí você volta a usar, ou melhor, encontrar ela de tempos em tempos, dar uma "conversadinha" com a danada e não esperar o próximo encontro.

Eu sou completamente contra o uso fútil de qualquer substância, não adianta se enganar porque isso *É VICIO SIM*. Qualquer substância psy [psicoativa] é pra ser usada com moderação e nunca deixar sua vida em segundo plano para favorecer o uso. Foi exatamente por isso que pesquisei por anos antes de experimentar maconha. Comecei com 20 anos, hoje tenho 22, mas quando tinha 16 já tinha vontade de experimentar. Só curto fumar em fins de semana e feriados, e mesmo assim não são todos que fumo, minha média é 1 ou 2 becks por fim de semana. Temos que ter MUITA responsabilidade para usar algum psy (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/>. Acesso em: 24 set 2014).

Ou, na formulação, bastante elaborada, de outro usuário do fórum, onde o consumo de maconha aparece como algo muito maior do que um vício ou um prazer, constituindo muito

mais um estilo de vida que requer problematização, questionamento, atenção a si mesmo e, sobretudo, cuidado e controle, para que possa se tornar um instrumento de enriquecimento pessoal e cultivo de si, parte importante da constituição de um sujeito plenamente satisfeito consigo mesmo:

Acho que, muito mais que um vício ou um prazer, a maconha é um estilo de vida. Sou maconheiro. Essa é minha tribo. Além do barato da onda, acho que a maconha nos oferece um outro ritmo de vida, menos frenético, mais tranquilo. Esquecendo os efeitos crônicos da maconha, é preciso considerar o momento do ato em si. O ritual de fumar maconha. A impressão é que nessa hora o tempo para. Nos distanciamos da correria do dia a dia. É como se afastar sem, no entanto, se ausentar da vida. O que permite um momento de reflexão ou mesmo de esquecimento. E uma das coisas mais interessantes, ao menos pra mim, é que esse momento não é exclusivamente resultado do efeito da maconha. Parece que é todo um ambiente criado, e não apenas a droga, quem favorece a esse desprendimento da realidade. Acostumados com a rotina, muitas vezes não tiramos um espaço para nós mesmos. Ou melhor, para, através de um certo distanciamento, olhamo-nos um pouco de fora; como um observador que, apesar de interno, escapa como que a fumaça por uma chaminé, e elevando-se acima de si mesmo, adquire a capacidade de se ver de fora. Daí a maconha não ser apenas um simples prazer, mas também algo que nos oferece uma nova perspectiva de ver o mundo. No entanto, é preciso ter um certo controle, não sobre a erva, mas sobre si mesmo, pois um homem dado apenas à reflexão acaba enfraquecendo seu contato com o real - entendendo por real o mundo onde o corpo atua, influenciando e interagindo com a natureza de maneira geral. O que implica numa perspectiva de liberdade duvidosa, pois, de que adianta sonhar se não sobram forças para realizar? É aquele que, de tantos e tão diferentes sonhos, acaba se perdendo no turbilhão de seus próprios desejos. A impressão de liberdade torna-se, na verdade, uma prisão. Acho que é aqui que nós, maconheiros, devemos tomar cuidado. A maconha pode ser um instrumento muito positivo. Mas é preciso ter sabedoria para escolher os momentos certos e evitar os exageros. É claro que o que é exagero para uns não será para outros. Para cavalos; doses cavalares. Cada um deve aprender a cuidar de si mesmo. Além disso, acredito ser importante descobrir outros meios, que não só a maconha, capazes de nos proporcionar novas vivências. E quando falo isso não estou me referindo só a outras drogas, mas a tudo aquilo que for capaz de nos desprender do ordinário (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-7>. Acesso em: 2 set 2014).

“Cada um deve aprender a cuidar de si mesmo”. Esse preceito ético, cuja história de constituição e relativo apagamento, dissipação ou subsunção em outro princípio ético (o de que se deve conhecer a si mesmo) é relatada por Foucault (2011), aparece seguidamente nas falas dos frequentadores do fórum analisado. Para Marshall (2010), esse tipo de injunção ética, que exorta o indivíduo à constituição de uma relação consigo, constitui uma ferramenta poderosa à qual se pode recorrer quando se trata de exercitar-se para conseguir “comportar-se apropriadamente” e “praticar a liberdade apropriadamente”. É interessante considerar como esse princípio era acionado pelos antigos, principalmente no contexto greco-latino dos séculos I e II da nossa era, e avaliar de que formas indivíduos do nosso tempo também fazem esse tipo de exortação uns aos outros. Sujeitos de regimes éticos bastante distantes e diferentes, antigos e modernos, no entanto, na gestão de seus prazeres, procuram estabelecer para si mesmos preceitos de autocuidado que guardam em comum uma ideia segundo a qual é

preciso atentar ao próprio eu “para melhorá-lo, ultrapassá-lo, dominá-lo”. Se as finalidades dos recursos a esse tipo de injunção diferem muito nas épocas clássica e helenística e na época contemporânea, pelo menos um elemento desse preceito parece constituir uma permanência, aquele segundo o qual “cuidar do eu impediria que a pessoa se tornasse um *escravo* (de uma outra cidade, ou da autoridade, da família, dos amigos e colegas e das próprias paixões)” (MARSHALL, 2010, p.28). Entendo que é justamente para não ser submetido, “escravizado” à droga, mas também ao Estado e aos aparatos de poder que institui sobre os usuários da droga que esse tipo de preceito é invocado como um operador de um estado de equilíbrio e de controle do próprio indivíduo sobre si mesmo, seus desejos e suas práticas. Nesse sentido, é importante considerar a definição de Foucault (2011, p.68) do controle como “uma prova de poder” e, ao mesmo tempo, “uma garantia de liberdade”.

Também, novamente, aqui, no excerto acima, aparece a ideia do desprendimento. Desprendimento de si, desprendimento da vida ordinária. São recomendações de práticas de autoadministração, de formas de condução de si mesmo que envolvem técnicas para o controle da vontade, tendendo a uma lógica segundo a qual, por mais que se deseje a obtenção dos efeitos da droga, é necessário passar por um processo que envolve autoconhecimento e autocontrole para que, através dessas práticas, se produza uma forma de merecimento desse prazer que se consubstancia em estilo de vida:

não se apegue tanto a esse hábito (o apego às coisas só atrasa sua caminhada), pois um dia você verá que já não precisa tanto dele, mas por enquanto vai só controlando a vontade, que depois de um tempo se reduz a um nível que você fica em paz contigo mesmo sem precisar fumar toda hora. Você irá atrair para você aquilo que pensa. Se só pensa em maconha, vai ficar naquele dilema de fumar ou não fumar, por isso, como você mesmo disse, comece a dar mais atenção pra sua mina, leia um bom livro, comece a fazer academia ou algum esporte, se concentre nas aulas da faculdade, faça aquilo que você julgar certo pra sua vida. Aí, quando achar que você deve, ou merece fumar um, “catch a fire”. Fume em ocasiões especiais e aprecie esse momento ao máximo e verá que a sua realidade vai mudando aos poucos. Espero ter ajudado. Abraço (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/35377-fumar-todo-dia-problemas/>. Acesso em: 19 de agosto de 2014).

Ou, como nas mensagens seguintes, em que responsabilidade e autoconhecimento são expostos como valores que precisam ser buscados continuamente e tornados práticas a fim de que a liberdade individual de consumir maconha possa ser plena e responsavelmente exercida por adultos bem informados e atentos às suas individualidades:

Sinceramente, eu já passei por momentos em que a maconha estava me atrapalhando. Nos últimos anos de colegial, eu fumava em média 4 a 5 vezes por dia e não fazia absolutamente nenhum trabalho de casa, nem nada. Por sorte eu não estudei em um colégio muito difícil, e, mesmo levando nas coxas, consegui me formar sem reprovar. Mas ainda assim, a culpa disso tudo era minha. Era eu quem optava por fumar a tarde toda ao invés de estudar. Ao longo dos anos, passei a me relacionar melhor com a erva, sei até onde meu corpo aguenta, sei os momentos em que posso fumar tranquilo e os momentos em que é melhor não fumar. Hoje em dia a relação é totalmente sadia, a maconha me faz muito bem. Cada pessoa tem um organismo diferente e tem que aprender a se relacionar com o próprio corpo. Tem pessoas que fumam todos os dias, o dia inteiro, e ainda assim conseguem trabalhar, estudar, cuidar dos filhos e etc. às vezes com até mais ânimo e bom humor do que se não fumassem. Assim como tem outras que têm que saber medir a hora em que pode e não pode fumar (meu caso). E outras pessoas que simplesmente não podem fumar, porque a erva não faz bem a elas. Com certeza não é fácil descobrir em qual grupo você se enquadra, mas a vida é uma eterna busca de autoconhecimento, e uma hora você descobre (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/39465-pergunta-para-responder-com-sinceridade/page-2>. Acesso em: 28 de agosto de 2014).

A opção de usar, assim como a de parar de usar é estritamente pessoal. Cada um deve ser responsável por essas decisões, o que eu espero para cada um é que saiba lidar com isso porque não saber usar qualquer substância que altere o seu estado mental pode ser perigoso. Sobre a 'ditadura da maconha' do fórum, eu acho que a moçada tem alguma dificuldade em entender que cada um reage de maneira singular aos efeitos de qualquer substância que promova alterações físicas e psicológicas. A Cannabis não é exceção. Então, a Cannabis pode causar problemas em vários casos e quando falamos disso não estamos fazendo como os proibicionistas que, cegamente, condenam a plantinha sagrada ou comparam com crack e heroína. Negar que ela pode se tornar um problema é tão burro quanto afirmar sem informação nenhuma que ela é um problema. Tive meu primeiro contato com Cannabis há uns 12 anos. Desde então já fui aquele cara que não compra e só dá um pega quando alguém apresenta um, já fui de comprar e fumar só no fim de semana em casa, já fiquei uns 2 ou 3 anos diretos sem usar e hoje uso diariamente. Procuo sempre achar o equilíbrio. Quando eu era 'novato' fumava e ficava mongoloide, não conseguia fazer nada. Obviamente, se eu fumasse todo dia naquela época não ia ter estudado, trabalhado ou arrumado namorada. Hoje consigo fumar todo dia e viver a minha vida. Não só a relação de cada organismo é diferente aos efeitos, como também com o passar do tempo o seu organismo reage diferente. Acho que a maconha me faz bem, no entanto eu não recomendo a ninguém que use. No dia que eu decidir não mais usar, se esse dia chegar, também não vou pregar para que os outros parem. As drogas são para adultos porque assumimos que esses tenham responsabilidade ao usá-las. Só que o mundo já provou pra todos aqui que os adultos não são tão responsáveis quanto deveriam ser. Às vezes eles nem conseguem ser responsáveis, o efeito domina o cara e quem manda nele é a substância que ele tá colocando no corpo, não mais ele. Eu já conheci gente que bebe vodca igual água e não tem problemas, demora a ficar bêbado, quando fica deita e dorme. Ao mesmo tempo, tenho familiares que já arruinaram a vida, perderam dinheiro, família, se distanciaram dos filhos tomando algumas latinhas de cerveja por semana. Tem gente que vive anos usando heroína, outros se acabam com 6 meses de cachaça. Acho que o que um adulto faz para ele mesmo não é problema dos outros, então não concordo com a criminalização do uso de drogas, mas acho que nem todos adultos devem usar drogas. Jamais devemos banalizar os perigos, principalmente nós que somos a favor do uso (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43397-conclusoes-de-um-ex-fumante/page-3>. Acesso em: 17 set 2014).

A comunidade como campo de problematização e de poder

Evidentemente, nem todas as respostas e conselhos oferecidos seguem essa mesma linha. Muitos usuários não participam do fórum com um mínimo de seriedade, enquanto outros, mais do que oferecer conselhos, se ocupam em apresentar suas rotinas de uso, preocupando-se em apontar como, a despeito de um consumo intenso de maconha, desempenham com excelência todas as suas obrigações, de modo que ninguém pode cobrá-los nada, seja “a sociedade”, seja a própria comunidade de usuários de maconha, ciosa da

“imagem” do “maconheiro” perante a sociedade. Mas a maioria das mensagens mais articuladas, que carregam alguma reflexão e, mais do que isso, algum tipo de avaliação, mediante critérios, acerca da vida do usuário de maconha, em maior ou menor medida, com maior ou menor detalhamento e refinamento, acabam sugerindo o desenvolvimento de relações consigo mesmo baseadas nos valores que venho apontando como centrais nesse processo específico de subjetivação de “maconheiros” no Brasil contemporâneo, tal como se pode ver e analisar nesse fórum virtual de consumidores da droga. Moderar o consumo a fim de poder manter o prazer, de evitar efeitos negativos e problemas em outras esferas da vida, de garantir uma boa saúde e, vivendo desta forma, contribuir para a constituição de uma outra “imagem” social do usuário de maconha. Nesse sentido, para conseguir construir um regime de uso suscetível de atingir todos esses objetivos, é necessário conhecer a si mesmo, atentar para seus desejos e necessidades, trazer o consumo de maconha para uma área refletida mediante a observação de si mesmo e a troca de informações, conselhos e relatos com outros usuários, tornando-se parte desse verdadeiro campo de problematização das condutas de uso de maconha pelos próprios usuários da erva. E a participação nesse campo, através da participação nessa comunidade, por diversas vezes é apontada como essencial pelos participantes do fórum para a consecução de seus objetivos de autorreflexão, autocuidado e autocontrole. Veja-se, por exemplo, o que o criador de um tópico que recebeu muitas respostas sob a forma de conselhos, apoios e sugestões publicou sobre isso assim que viu as mensagens postadas por outros usuários de maconha, completos desconhecidos para ele, mas que se dispuseram a dar conselhos, tentando ajudá-lo com seus problemas: *“eu tô até emocionado, JURO POR DEUS... Não sou de chorar assim também, mas, papo reto cara, quando cheguei agora da faculdade e vi 17 comentários, e, porra, praticamente tooooodos maravilhosos, me dando apoio e realmente me entendendo, como é a coisa mais difícil de achar por aí... Me senti LITERALMENTE em casa, na boa mesmo!”*. E, mais adiante:

é foda passar anos fumando todo dia, querendo falar e expressar milhões de coisas que você não tem com quem, porque você acha todo mundo diferente e tal (...), mas aqui, realmente, senti que estavam pessoas iguais a mim, literalmente mesmo... Isso foi do caralho, já ganhei meu dia, cara! MUITO OBRIGADO A TODOS, MESMO, DE CORAÇÃO! (...). Eu me via em cada depoimento praticamente, é sério... Nunca me senti tão familiarizado na vida, eu juro por Deus, mesmo (...). O MEU MUITO OBRIGADO A TODOS DE NOVO, DE CORAÇÃO MESMO... ESSE TÓPICO ESTÁ SENDO MUITO IMPORTANTE PRA MIM. OBRIGADO, FAMÍLIA!”(Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/35377-fumar-todo-dia-problemas/>. Acesso em: 19 de agosto de 2014).

Ou, ainda, em outros tópicos, os agradecimentos feitos por usuários que se sentiram beneficiados ao seguir conselhos recebidos de participantes do *Growroom*: *“quero aproveitar a oportunidade e agradecer a vocês que responderam meu post. Foi muito importante saber que outras pessoas me entendem e sabem do que eu estou falando. E só vocês, que fumam mais moderadamente, podem saber o que eu estou passando e podem me dar esses ótimos conselhos. Valeu galera! Cuidem-se bem”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/>. Acesso em: 24 set 2014); e *“eu fico muito feliz em ver pessoas que não me conhecem interessadas dessa forma em me ajudar, sabendo que não vão receber nada de ‘material’ em troca. Li todos os posts e tenham certeza que sou eternamente grato a todos vocês”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/49036-alguma-dica/page-2>. Acesso em: 1 out 2014).

Manifestações de gratidão à comunidade são frequentes no cotidiano do fórum de discussão, sendo comuns mensagens como as seguintes: *“queria expressar meu grande agradecimento a toda essa comunidade, não vou citar nomes pra não fazer injustiça... Um ano e dois meses que frequento diariamente o fórum, ‘faz parte do cotidiano’... Apesar de não conhecer ninguém pessoalmente, me sinto bastante próximo de todos vocês...”*; *“obrigado galera anônima, nunca pensei que eu fosse gostar tanto de gente que eu não conheço. Já tem uns 2 anos que eu planto mas só consegui colher ‘de verdade’ depois de conhecer vocês”*; e *“felicidade a todos que eu também não conheço, mas estão sempre aqui prontos a ajudar!”*. Mas alguns usuários se preocupam em esclarecer de que formas essa comunidade lhes fornece suporte para que consigam empreender seus projetos de vida, seus projetos de transformação de si:

Me dei conta da importância do Growroom na minha vida nos últimos meses... Mesmo ainda não estando com os proventos da minha colheita, diminuí por demais o consumo do prensado [a maconha comprada nas ruas, de comerciantes ilícitos] e reinvesti em prol do autocultivo. Com a vasta comunidade e a brodagem do fórum fui capaz, depois de 14 anos fumando cannabis, ter a coragem e a dignidade de tomar a iniciativa e estudar o que será em breve meu auto-sustento, já que em substituição aos pesados remédios do dia a dia a maconha me faz muito menos dano e me trouxe muitas outras habilidades no processo criativo e, ao contrário do estereótipo do "maconheiro iniciador", vi que tem muito mais gente por aí que põe é a mão na massa MESMO. (...). Que orgulho do suporte, atenção e brodagem nas dificuldades do grow e a alegria de ver um novo comentário em algo que pra mim não é apenas um post, mas um projeto de vida;

e *“eu só tenho a agradecer a esta comunidade que me tirou do contato com o tráfico em 2004 e de lá pra cá já se passaram 5 anos de muita ganja boa. Parabéns aos grandes professores e*

ativistas do GR” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/33167-obrigado-gr/>. Acesso em: 18 nov 2014). Já outros usuários, ao agradecerem à comunidade, assumem o ativismo como um compromisso com os outros, com a comunidade que tanto lhes ensina:

Eu poderia passar horas escrevendo, que ainda assim não é o suficiente para expressar o que este fórum e os membros dele representam pra mim. Prefiro então assumir um compromisso com o fórum e com a comunidade cannabica geral: no próximo ano quero retribuir, me atirando mais no ativismo pelo cultivo. E não estarei fazendo nada além do meu dever, pois acho que de fato devo muito a vocês todos, e até agora não retribuí! (...) não vou citar nomes, seria injusto... Eu quero agradecer a TODOS VOCES! Muito AXÉ! Que Xangô, o deus da justiça final proteja a todos! Que Ogum defenda a todos que estão nessa batalha com o coração limpo! (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/33167-obrigado-gr/page-2>. Acesso em: 18 nov 2014).

Assim, nota-se um forte reconhecimento à comunidade como instância propiciadora do conhecimento e do apoio necessários ao rompimento de relações com traficantes de drogas e à iniciação no autocultivo, tendo em vista a garantia de um produto de maior qualidade sem financiamento de atividades criminosas. Mas, além das técnicas de cultivo de maconha, o que esses usuários aprendem nesse espaço virtual são técnicas de si, são formas de operar sobre si a fim de se tornar algo a que se aspira: *“aqui eu me sinto em casa e vocês são minha família. Devo praticamente tudo que eu sei sobre cultivo a esse fórum. Aprendi também a ser um ser humano melhor”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/33167-obrigado-gr/page-3>. Acesso em: 18 nov 2014). É, portanto, como instância intensificadora de formas de relação consigo, de conhecimento e autoconhecimento e de formação política que a comunidade é reconhecida por muitos de seus usuários, instância esta na qual a articulação entre o que se é e o que se quer ser com o que o mundo é e o que se quer que ele seja encontra um ponto de reflexão e de elaboração.

Mas a preocupação com a “imagem” dos “maconheiros” e da comunidade *Growroom* perante a sociedade, um forte motor para a constituição de formas refletidas de relação consigo, uma vez que se articula estrategicamente ao projeto político desse movimento cultural de usuários de maconha, fica bastante marcada quando se trata da relação da comunidade com menores de idade. Estes são proibidos de frequentar o fórum, mas, como não existem mecanismos para efetivamente aferir a idade de qualquer usuário (a não ser quando o próprio a informa – caso em que é banido pelos administradores), havendo tão somente uma mensagem informando se tratar de espaço exclusivo para consumidores de

maconha maiores de 18 anos⁸², evidentemente menores de idade participam das discussões e, acontecendo isso, por vezes acabam, inadvertidamente ou não, informando serem menores. Há um grande volume de discussões no *Growroom* sobre o uso de maconha por menores de idade, dividindo-se os usuários entre aqueles que acham que, se não estiver prejudicando os estudos e as relações familiares, não há problema; aqueles que afirmam não ser aceitável o consumo da droga por menores, pois ela prejudica o desenvolvimento de adolescentes; e aqueles que defendem que esse consumo não pode ser aceito pela comunidade, pois prejudica a imagem da mesma e, conseqüentemente, a imagem dos usuários de maconha em geral, impactando negativamente a luta política central desse coletivo, que é a luta pela legalização da maconha, em especial de seu cultivo para consumo próprio. Tendo em vista não se tratar aqui de um *survey* acerca das opiniões dos usuários de maconha sobre este ou outros temas, opto por focalizar a análise nesta terceira posição, pois ela, além de partilhada por muitos usuários do fórum, nos permite compreender as relações que se estabelecem entre a ética/relação consigo e a política/relação com os outros, e como essas relações formam discursos de grande circulação no interior da comunidade. Nesse sentido, é interessante atentar para como, em muitas mensagens publicadas no fórum em questão, a relação maconha/menores de idade é abordada de forma estratégica como, por exemplo, quando usuários do fórum se dirigem a um menor de idade que, identificando-se como tal, relata um regime bastante intenso de uso de maconha:

achei muito sincero o seu depoimento, e me identifiquei com ele, pois também sinto coisas parecidas. Só duas coisinhas pra você pensar se é isso mesmo que você quer: 1. 15 anos é muito pouca idade pra fumar assim todo dia, ainda mais antes das aulas. Eu comecei com 16 e era uma vez por semana, nos fins de semana e olhe lá. Mas acho que antes de 18 é um risco e que não custa nada prevenir. Tenta pegar leve. 2. O Fórum aqui é para maiores de 18. Acho que a galera do Growroom tá fazendo um trabalho excelente, e do alto de uma postura muito digna, reivindica a legalização e a desdemonização da cannabis. Um usuário menor de 18 por aqui, pedindo informação, apoio e desabafando, pode queimar o filme deste fórum. Sem querer, você pode estar atrapalhando um trabalho de construir uma imagem diferente para os usuários de maconha. É isso aí... Juízo, rapaz!

⁸² Esta mensagem se encontra em <http://www.growroom.net/board/topic/9585-informacoes-importantes-para-o-uso-deste-site/>, tópico no qual constam regras de uso do *Growroom*, legislação da comunidade, política de privacidade, código de ética, normas e punições. Acesso em: 19 nov 2014.

Ao que se seguiu uma série de conselhos, sendo solicitado ao menor que os lesse antes que fosse banido pelos moderadores do fórum: “*Tudo que for usar, saiba usar. Não se deixe ser usado! Abraço e vai estudar mano, caia pra algum esporte e já era, o resto é só alegria!*”; “*Fica esperto... Estude bem sobre o que você está usando e quais os efeitos e tal, e estude as matérias da escola e não use drogas químicas*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/39534-meu-desabafo-maconha/>. Acesso em: 18 set 2014). Assim, também aqui, neste tema da participação de menores no fórum e do uso de maconha por parte deles, o tipo de conduta aconselhado é o de, se possível, evitar tais práticas, sendo proposta uma constituição de si como sujeito responsável, estudioso, autocontrolado e, fundamentalmente, atento e colaborador com o projeto político acalentado pela comunidade. O enunciado que governa as condutas desses sujeitos voltados à moralização do usuário de maconha (sua orientação por regras formuladas tendo em vista a constituição de uma relação específica consigo mesmo enquanto usuário de maconha, relação esta marcada por valores de responsabilidade, redução de danos⁸³, autocuidado) pode ser transcrito, então, como algo assim: “governe a si mesmo, pois quando todos os usuários de maconha governarem a si mesmos, a necessidade de um governo dos outros sobre essas práticas será muito mais fácil de ser questionada”. Quem governa a si mesmo libera-se do governo dos outros.

No interior desse campo de problematização a partir do qual são propostos modos de reflexão e modos de condução de si mesmo, outros elementos emergem também com forte recorrência. O principal deles é o compromisso, ao mesmo tempo individual e social, com o cultivo de maconha para consumo próprio – compromisso pessoal porque a maconha cultivada pelo próprio usuário é garantia de um produto limpo, de qualidade, sem adição de qualquer tipo de matéria destinada ao aumento da lucratividade dos traficantes de drogas; e compromisso social porque o cultivo para consumo próprio é visto como estratégico para a quebra da demanda que financia a criminalidade. Ao mesmo tempo, quando o usuário passa a consumir somente o que ele mesmo plantou, isso acaba limitando a quantidade de maconha disponível e induzindo à adoção de hábitos de moderação e autocontrole. A defesa desse compromisso de responsabilidade consigo mesmo e com a sociedade é bastante marcado no fórum do *Growroom*, perpassando e fundamentando asserções éticas e políticas que atualizam

⁸³ A Redução de Danos é uma estratégia de atenção em saúde que, através de um conjunto de políticas e práticas, objetiva reduzir os danos associados ou ocasionados pelo uso de drogas em pessoas que não podem, não conseguem ou não querem deixar de fazer uso dessas substâncias. O foco desse tipo de estratégia se põe sobre a prevenção aos danos e não sobre a prevenção ao uso de drogas, tendo na abstinência um ideal, mas não uma condição necessária à prevenção.

(no sentido de pôr em ato) valores de moderação, respeito consigo mesmo e com os outros, ao mesmo tempo em que operacionalizam soluções para os problemas dos usuários para a constituição de um regime prazeroso e saudável de uso da droga, tal como expressam as seguintes mensagens: *“começa um cultivo e fica sem fumar até a colheita, assim você vai ter um ideal para ficar sem, e uma ótima distração, sem falar da qualidade do produto final e a garantia de um fumo limpo, sem ‘carga social’”*;

fume o que você plantar! Isso ajuda muito! Quando você tiver do seu próprio fumo você não vai querer sair arregaçando! Senão vai acabar! E o próximo ciclo vai demorar! Pronto, resolveu! Agora você só fuma do bom! E se limita pra poder tê-lo sempre! Quando você vai lá na boca e compra, sei lá... É chato chegar a um objetivo num instante! Paz e autocontrole! Cultive essa idéia! (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/35377-fumar-todo-dia-problemas/>. Acesso em: 20 de agosto de 2014).

Só quem vai saber se o seu consumo é alto/baixo é você... Desde que não atrapalhe em nada nas suas responsabilidades, desde que você não deixe de cumprir compromissos, obrigações, etc. para fumar, tá tudo certo... Você fuma maconha, e não ela que te fuma! Controle sua onda (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/31956-frequecia-que-fumo/>. Acesso em: 3 set 2014).

A limitação do prazer surge, então, na reflexão desses usuários de maconha interessados na elaboração de si mesmos enquanto sujeitos dessa prática, como a própria garantia da manutenção desse prazer em longo prazo. Mas nem todos usuários adotam esse tipo de regime. Alguns afirmam manter um consumo constante, diário, não limitando o prazer experimentado no uso da substância. Contudo, essa escolha é sempre defendida com muitas ressalvas, sendo entendida como uma escolha que só pode ser feita pelo indivíduo que conhece a si mesmo, que sabe administrar e compatibilizar esse consumo mais pesado com todo o rol de atividades que são exigidas do usuário de maconha “consciente”, “ativista”, em suma, “valoroso”. E essa capacidade de compatibilização precisa ser provada diariamente, precisa tornar-se uma verdade que se consubstancia em conduta, que deixa marcas, que apresenta resultados: *“o negócio é que você tem que ver se está te fazendo mal. Pra mim não consigo ver que faça mal, então não paro. Os únicos malefícios são da proibição. Mas posso te dizer que quando estava estudando pra concursos parei por um tempo, e realmente valeu a pena (consegui passar em segundo lugar num dos concursos mais disputados do país). Depois mesmo fumando maconha todo dia passei em primeiro num mestrado disputado”*. Ou, nas formulações de outros dois usuários: *“todo dia, direto e reto! Antes de prova de matemática... E a nota? Dez, for sure!”*; e *“para mim, canábis é que nem refeição... No*

mínimo três vezes ao dia. Consigo trabalhar, estudar, cumprir com todas as minhas obrigações e nunca tive problemas por causa da Santa Maria". É importante ressaltar que, aqui, não importa se esses indivíduos realmente tiram essas notas ou obtêm essas conquistas em concomitância com a manutenção de um uso frequente e em grande quantidade de maconha. Não se trata de perscrutar suas condutas para investigar se é verdade ou mentira o que afirmam, uma vez que é a circulação desses enunciados no interior da comunidade que é significativa, pois é através dessa circulação que os modelos de conduta são constituídos e que os valores se fazem discurso. É o espelhamento dos usuários uns nos outros, através de suas práticas discursivas, o que forma e fortifica os valores, concorrendo para a possível condução da conduta, de modo que é a crença nessa verdade, na possibilidade de transformação dessa verdade em conduta, que vai transmitir, através de discursos, o poder que anima a comunidade e a torna um forte canal de produção de processos de subjetivação. É importante indicar, ainda, a via através da qual, seja limitando o prazer para, justamente, garantir o prazer, ou seja não limitando o prazer, contanto que se prove o seu valor na própria vida que se leva (marcada por conquistas, sucesso, resultados), enfim, é importante indicar essa via pela qual esses preceitos éticos operam taticamente no interior de uma estratégia política voltada à conquista da legitimidade do uso de maconha. O enunciado fundamental dessa ética que se faz política talvez possa ser extraído da colocação de um usuário do fórum, quando prescreve: "*construa sua vida, conquiste suas vitórias, seja um indivíduo autônomo e independente, ninguém poderá falar nada sobre seu hábito de fumar maconha!*" (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/35377-fumar-todo-dia-problemas/>. Acesso em: 21 de agosto de 2014). Nesse enunciado aparece um efeito das relações de poder que, em nossa cultura, fazem com que certos modos de vida sejam mais legítimos, mais valorizados e socialmente aceitos do que outros. A força contemporânea dos imperativos da responsabilidade, da autonomia, da independência e do sucesso apresenta-se tal que mesmo usuários de drogas (ou talvez eles mais do que ninguém) precisam a ela se adequar, se adaptar, tornando-a um componente tático de suas estratégias de legitimação ética e política perante si mesmos e perante a sociedade em que vivem. Como escreve Nikolas Rose (2011, p.211), "a pressuposição de um self autônomo, livre e com poder de escolha, como um valor, um ideal e uma meta que sustenta e legitima a atividade política permeia a mentalidade política do Ocidente moderno". E é por meio desse tipo de racionalidade política que se produzem as técnicas de autogoverno mediante as quais os modelos éticos são elaborados por esses indivíduos que problematizam a si mesmos como sujeitos de suas práticas psicoativas. Para Rose, essas formas de pensar e de proceder constituem "um consenso para quase todas as racionalidades, programas e técnicas de governo em sociedades democráticas liberais"

(ROSE, 2011, p.215). Não surpreende que seja justamente nesse “repertório” que os usuários de maconha autorreflexivos e preocupados com a condução da própria conduta buscam os elementos por meio dos quais compõem suas racionalidades, suas práticas éticas e suas estratégias políticas.

Atender às expectativas sociais, adaptar-se, moldar-se, governar-se de forma que ninguém possa projetar sobre o indivíduo que consome maconha o estigma do “maconheiro” vagabundo, fracassado, limitado intelectualmente. Nesse esforço por parte dos usuários – esforço para realização, em si mesmos, desse ideal do consumidor de maconha como um indivíduo autônomo, competente, independente, livre; e, também, esforço para o convencimento dos outros usuários a se adequarem a essa normatividade, a essa moralidade que é proposta por esses usuários de maconha brasileiros contemporâneos frequentadores da comunidade virtual pesquisada – é possível enxergar o modo como o processo de objetivação de usuários de maconha que descrevi no primeiro capítulo desta tese penetra ainda, um século depois, a interioridade desses indivíduos, formando uma vontade de verdade que visa, na sua transformação em forma de vida, provar-se enquanto positividade que, na medida em que se realiza nas vidas de milhares de indivíduos consumidores de maconha, falsifica o estigma, falsifica a descrição objetiva historicamente fornecida por médicos, psiquiatras, juristas, administradores públicos. É, portanto, precisamente na subjetivação desses conteúdos operacionalizados pelas tecnologias de dominação engendradas ao longo de grande parte do século XX que esses usuários de maconha contemporâneos, ao problematizarem a si mesmos nesses termos, participam do jogo de verdade acerca da maconha, seus usos e usuários. Todo esse esforço no sentido de uma construção de si mesmo como sujeito responsável indica, segundo compreendo, uma forma de ser sujeito ao poder historicamente estabelecido em torno das práticas de uso de maconha. Mas, como analisarei mais adiante neste capítulo, essa forma de sujeitar-se a esse poder traz consigo, também, um modo de apropriação desse poder para exercício sobre si mesmo, exercício este que conforma um tipo de conduta e faz do indivíduo, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do poder que ele sofre e exerce. Nesse sentido, o jogo de verdade adquire, ao lado de sua face política, científica e institucional, uma face ética, na medida em que é esse exercício de poder sobre si mesmo que configura o território onde se elabora a relação consigo mesmo.

Mas retomemos, por ora, a linha descritiva dos elementos que compõem esses regimes de uso de maconha, que são um dos objetos principais desse campo de problematização do uso da droga que venho descrevendo. Volto aos temas da quantidade e da frequência com que esse uso se dá, temas estes que constituem um foco central de reflexão, ponderação e

comparação entre os usuários no interior da comunidade pesquisada. No entanto, como já indicado, essa busca de equilíbrio, de excelência na relação quantidade/frequência é instrumento de uma reflexão prática maior: a constituição de si mesmo como sujeito responsável, confiável, competente, a despeito do regime de uso adotado. Quer dizer, o regime é central, e é prática comum de aconselhamento entre usuários um controle rígido do quanto e de quando se consome maconha, tendo em vista não prejudicar outras esferas da vida, vistas como fundamentais tanto do ponto de vista pessoal, quanto do ponto de vista da estratégia política do ativismo canábico. Contudo, sendo a liberdade individual pensada como um valor supremo por esses usuários de maconha, flexibiliza-se a rigidez do regime em prol da intensificação da atenção depositada sobre a responsabilidade: *“a decisão de usar é muito pessoal e exige muita responsabilidade de cada um”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43397-conclusoes-de-um-ex-fumante/page-3>. Acesso em: 17 set 2014). Nesse movimento é que surge um operador ético poderoso, ou, melhor dito, nesse movimento o domínio sobre si mesmo aparece como um ideal a ser perseguido, pois quem domina a si mesmo adota o melhor regime para si e sabe dispor da maconha do melhor modo possível, ao mesmo tempo em que se liberta da tutela do Estado sobre seu corpo. Assim, como afirma um usuário, referindo-se à erva, *“tudo é o controle, brother. Não pode deixar ela te dominar, você tem sempre que dominá-la”*. A maconha, no entendimento desses usuários cujas proposições estou tratando em termos de elementos para a constituição de regimes refletidos de uso da droga, deve ser tornada *“o tempero da vida”*⁸⁴ e ser *“usada com responsabilidade para não se tornar um problema”*, sendo o seu uso por prazer uma prática altamente legitimada (é inclusive, como já visto, em nome da manutenção desse prazer que a moderação surge como um valor importante a ser cultivado pelos usuários que problematizam suas práticas). E é com esse espírito que vários usuários participam do fórum estudado, relatando suas trajetórias de uso de maconha e de que modo, após um aumento constante do consumo, chegaram à conclusão de que é necessário desenvolver formas de autocontrole sobre esse consumo. Essas narrativas em primeira pessoa constituem material muito rico para

⁸⁴ Essa analogia foi utilizada por alguns usuários do fórum, que escreveram: *“eu penso na maconha que nem o tempero, e a vida é a salada... É bom você comer uma saladinha temperada... Mas se você esquecer da salada e comer só o tempero vai ser horrível!”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/29506-usuario-x-dependente/page-3>. Acesso em: 18 set 2014); e *“a maconha não deve ser nem um meio pra se conseguir alguma coisa, nem um fim em si mesma, mas apenas um tempero a mais na vida. Só isso. Lembre sempre: você é muito mais importante do que ela”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/page-2>. Acesso em: 25 set 2014). Ou, na formulação de outro usuário: *“a erva deve ser só uma azeitona na pizza da vida. E não um pedaço completo”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/>. Acesso em: 24 set 2014). Ainda outro usuário menciona que *“a maconha é um instrumento, não o projeto final”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/49269-relato-de-um-ex-maconheiro/page-2>. Acesso em: 3 out 2014).

a compreensão de como esses relatos, que vão aparecendo no fórum, em diferentes tópicos, quando vistos em conjunto, expressam recorrências importantes quando se trata de tentar compreender os modos pelos quais esses usuários de maconha procuram governar a si mesmos. Nesse sentido, transcrevo algumas passagens desses depoimentos com o intuito de explicitar alguns elementos comuns a essas mensagens:

hoje decidi que tenho que buscar equilíbrio, que a maconha é algo que quero levar na minha vida realmente mais de forma moderada. Meu irmão também entendeu isso e, no dia de hoje, me disse que percebeu que a erva o está atrapalhando e que ele quer diminuir e curtir por prazer, e não por compulsão. Eu aprendi muito mesmo com esse tópico e agradeço a cada um que postou seus depoimentos. Eu tenho orgulho dessa comunidade, que conheço há pouco tempo, mas já admiro muito. Vou aprender cada vez mais e tentar me conhecer melhor para poder viver melhor e em harmonia com tudo e todos. Saúde, paz e bons frutos a todos.

E aí irmão, firmeza? Então, tô na mesma... Eu há um ano atrás estava fumando cerca de 50g por mês. De uns meses pra cá tava sendo 100, 150 gramas. Na moral, não arrependo... Muito pelo contrário, acho que eu precisava dessa experiência pra poder reconhecer com autoridade até onde eu posso ir sem me expor e sem atrapalhar meu convívio social. Hoje faz três semanas que nem pego num baseadinho e, pra falar a verdade, o difícil mesmo foram só os quatro primeiros dias. Depois disso fica mais fácil. Hoje me sinto como se não fumasse há um tempão. Não vejo mal algum em quem fuma todo dia, toda hora... Mas, pra mim, fumar vários no dia não deu muito certo, tava me atrapalhando. Achei válido dar essa pausa, pra provar pra mim mesmo que ainda tenho controle sobre minhas ações. Maconha aguça os sentidos... Quando eu tava numa fase boa e fumando tudo ficava ainda melhor... Mas foi só eu mudar de cidade, não ver um rosto familiar, não ter um amigo pra poder jogar conversa fora, longe da família, tudo isso me derrubou e comecei entrar em depressão e mesmo assim continuei fumando, era uma forma de tentar esquecer os problemas. Mas não funcionou, parece que aí que eles batiam de frente mesmo. Agora, depois desses dias sem fumar me sinto muito melhor em relação a isso, estou com a mente muito mais leve. Pra fumar um todo dia a gente tem que estar em primeiro lugar bem com a gente mesmo, livre de qualquer sintoma de depressão... Senão você vai ver que faz é piorar. Vou esperar mais algumas semanas até fumar meu primeiro baseado pós "regeneração mental", que ainda não se deu por completa. Nesse caso, em primeiro lugar tem que vir você... Você tem que estar bem de corpo e alma pra depois poder fumar livre de pensamentos negativos. É isso, fica na paz (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/35377-fumar-todo-dia-problemas/>. Acesso em: 21 de agosto de 2014).

O equilíbrio é a palavra chave no universo! Bebeu na medida? Se divertiu. Bebeu demais, vira alcoólatra, destrói a família. Fumou pra se divertir? MARAVILHA! Fuma como rota de fuga? Se fudeu. Washington DC liberou a Cannabis como DIVERSÃO! DI-VER-SÃO, irmão. Cannabis é diversão! E, ainda por cima, é terapêutico quando descobre o mecanismo positivo de chave (problema) –fechadura (cannabis). Tal como uma taça de vinho ao dia é positivo ao organismo, com cannabis é a mesma coisa. Imagine a cannabis como uma corda: quem decide se vai usá-la como um rapel de aventura e sensações positivas, ou como um laço para se enforcar, é você. Use-a sabiamente, fuja e recuse rótulos. EQUILÍBRIO, irmão (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/49036-alguma-dica/>. Acesso em: 1 outubro 2014).

Esses regimes de uso, frutos de reflexões que vários participantes do *Growroom* realizam tendo em vista a transformação de si mesmos enquanto usuários de maconha podem ser compreendidos, como venho indicando, como formas de ascese, ou como práticas de si, como técnicas mediante as quais o próprio sujeito se dá a si mesmo como objeto de autoconhecimento e as práticas mediante as quais busca transformar seu modo de ser (FOUCAULT, 2012), em suma, como elaborações de estilos de vida nos quais o consumo de maconha ocupa uma posição mais ou menos racionalizada, planejada, organizada precisamente em função de se atingir certos objetivos: livrar-se de problemas ou efeitos negativos que são associados ao consumo da erva, harmonizar essa prática com outros aspectos também valorizados da vida cotidiana, circunscrever o prazer psicoativo em tempos e espaços específicos etc.

Seja como for, o que se nota entre os usuários que se aprofundam nesses cálculos, nessas reflexões, ordenações e planejamentos é um desejo de autodomínio, um desejo de transformação de si mesmos a partir, ou em relação com o consumo de maconha. Como recomenda um usuário àqueles que querem transformar a si mesmos nesse sujeito que frui o máximo do prazer com o mínimo dano a sua saúde e a suas relações pessoais, “*controlem seus atos, mudem seus hábitos e colham um novo destino...*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7304-sobre-a-dependencia/page-3>. Acesso em: 30 set 2014). Ao mesmo tempo, alguns dentre esses usuários internalizam certo senso de disciplina e mesmo um tipo de rigidez e severidade na avaliação de si mesmos e dos outros, exigindo desempenhos, condutas, um estilo de vida que pode ser compreendido como produto da subjetivação do ideal de cidadão ordeiro e saudável que tem sido há décadas moldado no funcionamento biopolítico das instituições do Estado. No entanto, a própria inserção, nesse estilo de vida, da prática de uso de uma droga criminalizada, estigmatizada e perseguida pode ser compreendida como uma contraconduta, como uma prática de “liberdade”, se entendermos esse conceito em termos da operação dos mecanismos de regulação por parte do próprio sujeito regulado. Nesse sentido, o governo de si por si mesmo reproduz o governo de si pelos outros, mas, ao mesmo tempo, nesse próprio movimento, modifica alguns elementos desse governo, remodela seus limites ou alguns de seus propósitos. Nisso, o conteúdo da

objetivação, ao ser subjetivado, passa por transformações mais ou menos sutis. Nessas transformações, se quisermos, podemos enxergar a ação do sujeito, ainda que condicionada pela ação da sociedade e pela ação da comunidade de práticas a qual esse sujeito se filia. Há algo disso operando quando um usuário de maconha faz questão de informar, no interior da comunidade: “*eu resolvi todos esses problemas me forçando a acordar cedo todos os dias, inclusive domingos. Seis da manhã tô de pé, lesado ou não... Atividade física na sequência, trabalho e vida normal*”; ou quando outro acrescenta: “*o mais importante disso tudo é o autoconhecimento. Você é ciente que está te fazendo mal? Cabe a você mesmo botar o relóginho pra acordar mais cedo, lesado ou não. Cabe a você cumprir suas obrigações profissionais. Cabe a você ler, estudar e tirar boas notas*”. Há aí proposições de normatividades que, circulando no interior dessa comunidade, de certa forma “convocam” os usuários de maconha à ocupação de posições de sujeito específicas. Não há, evidentemente, qualquer forma de obrigatoriedade, mas há a constante troca de conselhos, de dicas e sugestões, de relatos e descrições acerca dos padrões de uso, dos valores que estão em jogo e, notadamente de uma série de “compromissos” que são mais ou menos vinculados a questões de prestígio no interior da comunidade. O usuário que procura a comunidade a fim de pedir ajuda, solicitar conselhos, encontra-se fragilizado, sente-se por vezes desamparado e sem saber o que fazer, impulsionado, de um lado, por sua vontade de prazer e, de outro, por pressões familiares, profissionais ou sociais, ou ainda pela descoberta de alguns efeitos desagradáveis que relaciona ao uso da substância, e a conseqüente preocupação com a saúde daí decorrente. Nessas condições, o usuário busca em seus pares, seus “iguais”, uma compreensão que não acredita poder obter de sua família, ou de seu eventual terapeuta⁸⁵, ou de seus professores.

A comunidade como projeto educativo

Em um tópico intitulado “*Passe adiante algum conselho para um maconheiro mais jovem*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/44885-passe-adiante-algum->

⁸⁵ A própria participação no fórum estudado pode ser compreendida como uma prática terapêutica, se considerarmos “terapia” da forma como Rose (2011, p.217) propõe, a saber, “como uma série de técnicas heterogêneas de subjetivação através das quais as pessoas são estimuladas e incitadas a se tornarem seres humanos éticos, a se definirem e a se regularem de acordo com um código moral, a estabelecerem preceitos para a condução e avaliação de suas vidas e a rejeitarem ou aceitarem objetivos morais”. Propor preceitos, princípios, valores, em suma, elementos de uma moralidade suscetível de servir como referência e critério avaliativo de si e dos outros é uma das formas principais como percebo, em sua positividade, as relações que se travam em uma comunidade como o *Growroom*.

conselho-para-um-maconheiro-mais-jovem/. Acesso em: 12 set 2014), alguns dos conselhos mais recorrentemente passados adiante são: “*não reduza sua vida ao uso de maconha*”; “*plante sua própria maconha para não alimentar o tráfico e ter à disposição uma erva de qualidade controlada por você mesmo*”; “*o segredo do sucesso é o segredo*” – espécie de “mantra” repetido muitas vezes por diversos usuários no *Growroom*, fazendo referência à importância de manter seu cultivo pessoal de maconha em segredo para não correr o risco de ser preso como traficante quando buscava, justamente, parar de financiar essa atividade; “*estude e trabalhe muito, pague suas contas, seja independente*”; “*pratique esportes*”; “*vaporize ao invés de fumar*”; “*fume menos para fumar melhor*”; “*comece sendo um ativista em casa, derrubando o preconceito dentro do seu lar*”.

Mas grande parte desses conselhos, como é possível perceber com a leitura atenta de inúmeros tópicos de conversa entre usuários no fórum estudado, poderia ser sintetizada em algo como: “*crie uma metodologia de uso da maconha*”, reduzindo aos poucos o uso excessivo; controle seu desejo de prazer para, só então, no dizer de um usuário do fórum, “*poder conhecer e re-conhecer este mundo da ganja, dessa vez mais educadamente e moderadamente*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/35377-fumar-todo-dia-problemas/page-7>. Acesso em: 12 set 2014). Transformar-se enquanto usuário de maconha a partir do cultivo de si mesmo em termos de responsabilidade, autocontrole, domínio sobre os desejos, atenção a si mesmo, essa é a resposta construída por esses indivíduos. Deixar de ser um usuário de maconha que não reflete, que não problematiza, que não controla a si mesmo e a suas práticas, para poder continuar a ser um usuário dessa substância enquanto parte de um estilo de vida mais refletido, moderado, autocontrolado, um usuário capaz de assumir responsabilidades sobre si e em relação às outras pessoas e aos vínculos e compromissos que a vida social nos convoca a assumir: esse é o tipo de relação consigo mesmo que vários usuários, no interior da comunidade, buscam fomentar, na tentativa de instituir formas de autorregulação que, como parte de uma estratégia política, funcionem de modo a demonstrar à sociedade, na própria vida dos consumidores da droga, na própria forma como dominam a si mesmos e controlam o uso da substância, uma verdade segundo a qual o problema das drogas em nossa época e cultura, ou, pelo menos, o problema da maconha, é advindo principalmente de uma má regulação, um mau governo sobre essa substância, suas cadeias de produção, circulação e consumo. Nesse sentido, o tipo de crítica que essa estratégia política exprime, em articulação com as relações éticas que promove, encontra o seu modelo histórico na crítica liberal aos modos de governar, na crítica ao excesso de governo que causa um problema maior do que aquele a que se propunha apresentar

solução⁸⁶. Afinal, se os próprios usuários são capazes de governar a si mesmos, de exercer sobre si mesmos e sobre seus pares um poder suscetível de torná-los sujeitos plenamente adaptados à sociedade, pautados pelos valores cultivados por essa sociedade, o que o Estado está fazendo aí? É através desse tipo de argumentação, calcada no indivíduo, sua liberdade de escolha e sua autonomia, exercida com responsabilidade social⁸⁷, que identifico o sentido que perpassa o *Growroom* como projeto, tal qual é explicitamente exposto no texto de apresentação do site, aqui já comentado, e também enunciado em um interessante material gráfico produzido pelos administradores do portal e voltado à educação do usuário de maconha:

⁸⁶ Um exemplo recente de crítica às políticas de drogas sob um viés liberal pode ser encontrado no economista Milton Friedman, vencedor do prêmio Nobel de economia em 1976. Para ele, o governo das drogas, seus usos e usuários, realizado mediante a proibição e a repressão caracteriza “um intervencionismo estatal indevido, cujo resultado era, contraditoriamente ao pretendido, um estímulo ao tráfico proibido, dado que elevava artificialmente os preços a ponto de torná-los atrativos para os traficantes a despeito do aumento dos custos de risco (CARNEIRO, 2010, p.233).

⁸⁷ Segundo Edson Passetti (2007), a ideia de uma ética de responsabilidade social emerge nas duas últimas décadas do século XX, contexto de tomada do Estado pela governamentalidade neoliberal, a partir do avanço de organizações não-governamentais, parcerias público-privadas e organizações da sociedade civil de interesse público como instâncias ou formas de implementação de políticas públicas. Nesse ideário, “as *políticas públicas* deixaram de ser obrigação de Estado e passaram a ser compartilhadas com a sociedade civil organizada”. Nesse processo, “emergiu a ética da responsabilidade social atraindo a população para programas de atendimento e participação, capturando resistências e rebeldias” (PASSETTI, 2007, p.17).

CULTIVA TEUS DIREITOS!



Fique legal, informe-se!

Segundo o art. 28 da Lei 11.343/2006 o usuário que planta para seu consumo pessoal é igual ao que compra e não pode ser preso. Se informe sobre a lei e seus direitos!



Redução de danos!

Se você compra com frequência, pense na possibilidade de plantar sua própria erva. Assim não financiará o tráfico de drogas, a corrupção policial e outros crimes, responsáveis por milhares de mortes todos os anos.



Essa é da boa!

Você nunca sabe o que tem na maconha vendida nas ruas. Além de ajudar a reduzir os danos sociais, ao cultivar sua própria erva estará garantindo a qualidade do fumo e protegendo sua saúde.



Cortando pela raiz!

Quem cultiva sua própria maconha rompe o principal caminho com outras drogas: o contato com o fornecedor. Além de diminuir o poder do tráfico, o cultivo caseiro ajuda a acabar com o mito de que a "maconha é a porta de entrada para outras drogas".



Declare independência!

Diga adeus às épocas de "seca". Quem cultiva para uso pessoal fica independente das oscilações do mercado ilícito de drogas.



Cultive a si mesmo!

Se você optou por cultivar sua própria maconha, procure também cultivar em si mesmo hábitos mais saudáveis e uma relação de independência com a planta. Procure conhecer seus limites e aprenda a respeitá-los. A educação de si mesmo é sempre o melhor caminho.

18+

Se ao longo do caminho precisar de qualquer ajuda, procure-nos

WWW.GROWROOM.NET

CONTEÚDO DESTINADO A MAIORES DE IDADE



Se você não vende, não pode ser preso, não importa a quantidade de pés que cultiva. Você é usuário, exija que a Lei seja cumprida como ela é. Registre-se no Fórum do Growroom, conheça seus direitos e tire suas dúvidas com nossos Consultores Jurídicos.

O CICLO DE VIDA DA MACONHA

Brotando



A 0,5cm de profundidade, o calor, oxigênio e nutrientes do solo ativarão os hormônios da semente e farão a casca romper e as raízes se lançarem para baixo e para os lados, buscando sustentar o broto e dar acesso a água e nutrientes. Brotam os cotilédones e logo em seguida os primeiros pares de folhas. 18hs de luz por dia e pouca água e nutrientes nessa fase, que deve durar entre 20 a 30 dias.

Vegetando



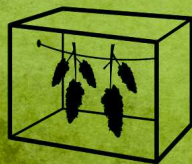
Com o nascimento do primeiro par de folhas com 5 pontas a planta cresce mais rápido e desenvolve os ramos laterais. Nessa fase ela precisa de 16 a 20hs de luz por dia, uma dieta rica em macro e micro nutrientes, especialmente nitrogênio, fósforo e potássio. Quanto maior a quantidade de folhas, maior a necessidade de água e nutrientes.

Florindo



A Cannabis só floresce quando o período de escuridão total (noite) é maior do que 12hs por dia. O momento exato depende de cada cultivador. Após 2 semanas as plantas exibirão pré-flores. Os machos devem ser eliminados, pois só as fêmeas produzem resina. Durante a floração, a necessidade de nitrogênio da planta diminui e aumenta a necessidade de potássio, fósforo e microelementos.

Secando



As flores precisam secar por pelo menos 15 dias, penduradas em locais com pouca umidade, arejados e protegidos da luz e calor. Depois de secas, são mantidas guardadas em recipientes limpos e lacrados, que devem ser abertos uma vez por semana.

Você quer continuar aprendendo? Acesse:

WWW.GROWROOM.NET

ARTE: © ROCADEIRA

Penso que os enunciados estão todos aí. Primeiro, apontar, para os consumidores de maconha, “*um caminho mais responsável*”, caminho este que se baseia na informação (e na formação) do usuário. Informação acerca de direitos, de legislação, principalmente no que concerne aos cultivadores de maconha para consumo próprio. O cultivo da planta emerge como prática central nesse “*caminho mais responsável*”, uma vez que por meio dele é possível ao usuário tornar-se mais responsável, por um lado, com a sociedade, ao deixar de financiar “*o tráfico de drogas, a corrupção policial e outros crimes, responsáveis por milhares de mortes todos os anos*”, e, por outro lado, consigo mesmo, ao utilizar uma erva de procedência conhecida, o que garante a qualidade da mesma e a proteção da própria saúde. Ao mesmo tempo, esse “*caminho mais responsável*”, ao desconectar o usuário de maconha do fornecedor ilegal, o traficante, estará funcionando como operador, além de responsabilidade pessoal e social, de segurança, pois evita o contato do “maconheiro” com outras drogas

ilícitas, vendidas nos mesmos lugares e pelas mesmas pessoas que comercializam maconha. Outra vantagem do cultivo para consumo próprio, segundo o material ora em análise, é a garantia de controle sobre a produção, o que, no limite, significa autonomia na gestão do próprio prazer, uma vez que o cultivador não depende “*das oscilações do mercado ilícito de drogas*” para definir seu regime de consumo. Mas o trecho da cartilha que mais interessa aos fins desta tese, sem dúvida, é o último item de sua parte frontal, no qual a comunidade *Growroom* convida os usuários de maconha a cultivarem, além da planta, a si mesmos, por meio do cultivo de “*hábitos mais saudáveis*” e de “*uma relação de independência com a planta*”, relação esta que pode ser obtida mediante o conhecimento e o aprendizado do respeito, por parte do usuário, a seus próprios limites individuais enquanto usuário de maconha, pois “*a educação de si mesmo é sempre o melhor caminho*”. E, no verso, ensinamentos sobre como iniciar o cultivo da planta, o qual deve se realizar em concomitância com esse cultivo de si mesmo.

O *Growroom* como projeto educativo comunitário, levado a cabo pelos criadores e administradores do portal, e multiplicado por um considerável número de seus frequentadores, constitui um projeto de educação dos usuários de maconha por si mesmos (dos indivíduos por si mesmos e dos indivíduos pela comunidade) e, nesse sentido, como todo projeto de educação, constitui um projeto de subjetivação, de constituição de sujeitos mediante a construção e a promoção de formas de reflexão e problematização e de práticas específicas tendentes à condução das condutas. Educar-se para melhor governar-se, para melhor usufruir dos prazeres psicoativos da maconha, para melhor administrar os efeitos percebidos como negativos, para melhor inserir-se na sociedade, rompendo com os estigmas e constituindo outras possibilidades de ser e estar no mundo para “maconheiros” que anseiam por encontrar um equilíbrio entre seus diversos desejos, necessidades, obrigações e vontades, por vezes contraditórias entre si; que anseiam por encontrar formas de administrar as relações, por vezes conflituosas, entre sua identidade de usuário de maconha e suas identidades de pai, mãe, filho, filha, professor, aluno, chefe, empregado etc. A comunidade *Growroom* se insere nesse nicho, nessa percepção de conflitos, e se oferece como espaço no qual esse equilíbrio, esse equacionamento, essas formas de gestão de si e administração de relações complexas, tão ansiadas, podem ser encontradas: ao lado do endereço eletrônico da comunidade, em ambos os lados da cartilha, frases que enunciam esse intento – “*se ao longo do caminho precisar de qualquer ajuda, procure-nos: www.growroom.net*” e “*você quer continuar aprendendo? Acesse www.growroom.net*”, seguidas do símbolo que informa tratar-se de conteúdo disponível somente para maiores de 18 anos.

Mutz (2013) descreve de que formas vem se constituindo, no mundo contemporâneo, um dispositivo pedagógico de regulação do consumo. Processo este no qual constituem-se, ao mesmo tempo, sujeitos consumidores. Trata-se de “um conjunto heterogêneo de discursos, práticas e instituições que constroem e medeiam a relação do sujeito consigo, possibilitando-lhe realizar certas operações sobre si” (MUTZ, 2013, p.27). Segundo Larrosa (2010, p.57), “um dispositivo pedagógico será, então, qualquer lugar no qual se constitui ou se transforma a experiência de si. Qualquer lugar no qual se aprendem ou se modificam as relações que o sujeito estabelece consigo mesmo”. Acredito que o *Growroom* pode ser compreendido como parte desse conjunto, como comunidade que se constitui no interior desse dispositivo e que participa da constituição de consumidores de maconha como sujeitos de práticas “voltadas para a satisfação de prazeres e desejos”, aos quais “soma a evocação de valores como equilíbrio, racionalidade, planejamento, como marcadores de um tipo de sujeito de consumo, o consumidor consciente” (MUTZ, 2013, p.43), que emerge através das estratégias contemporâneas de governo das condutas. Nesse sentido, partindo do ponto de vista de um certo tipo de usuário de maconha na contemporaneidade (oriundo de classes médias, jovem, habitante dos mundos urbanos, usuário assíduo da internet – mais ou menos o estrato social do qual provêm os administradores do portal e maior parte de seus frequentadores), dos problemas que ele enfrenta em sua vida diária por conta de ser um usuário de maconha, instituem-se estratégias de gestão desses problemas mediante a proposição de técnicas, de operações que cada indivíduo pode realizar consigo mesmo tendo em vista a sua transformação em um sujeito de certo tipo. Constituídos no mundo contemporâneo, é ao “repertório” de táticas e instrumentos contemporâneos para o exercício de poder que esses sujeitos vão recorrer para a formulação de suas estratégias e a produção de suas técnicas, visando à abordagem e ao tratamento daquilo que problematizam. Assim, o que esses usuários de maconha organizados em torno dessa comunidade se propõem a fazer é investir poder sobre si mesmos e sobre outros usuários para que, transformando-os, tornando-os mais responsáveis, mais atentos a si mesmos, mais preocupados com suas vidas, mais dispostos a ocupar posições socialmente valorizadas, internalizando valores estimados em nossa sociedade, possam conduzir a si mesmos de forma a se tornarem, ao mesmo tempo, pelo tipo de gestão de si que empreendem no que concerne, principalmente, ao seu consumo de maconha, sujeitos satisfeitos consigo mesmos e suficientemente autogovernados para que as racionalidades que conformam as práticas de governo das condutas no que concerne ao uso de drogas passem a identificá-los não mais como sujeitos do problema das drogas, mas como sujeitos da solução desse problema. Deste modo, o que esses usuários de maconha estão fazendo ao organizarem-se, ao problematizarem sua situação e procurarem soluções para os

problemas que identificam é constituírem a si mesmos como especialistas capazes de, mediante técnicas de governo de si mesmos, deslocarem o eixo do “problema das drogas” ou, pelo menos, do “problema da maconha”, para as formas com que esse problema tem sido representado e como se vem, nele, intervindo. Com esse movimento, o problema (de saúde, de segurança) é reconstituído ou recolocado como um problema de governo, de um governo equivocado, excessivo.

Tecnologias de autonomia na sociedade de consumo

Mas esse tipo de operação sobre si mesmo, que esses usuários procuram realizar, não constitui um empreendimento fácil. A autonomia, uma potência do comportamento humano, não é um dado natural e não emerge espontaneamente. Para que algo como “autonomia” possa se produzir, uma série de investimentos sobre si (e de condições exteriores concretas em termos de relação com os outros e possibilidades contextuais e materiais) são necessários. Ou seja, formas de produzir autonomia precisam ser refletidas e implementadas a partir de condições de possibilidade socioeconômicas e culturais (tema ao qual retornarei nas seções finais desta tese). Penso que espaços como o *Growroom* dispõem possibilidades de formulação de tecnologias de autonomia, possibilidades estas, no entanto, relativamente frágeis em nossa época e cultura. Como escreve Carneiro (2008, p.77), fazendo referência justamente às forças que, no mundo contemporâneo, obstaculizam a constituição e o desenvolvimento de saberes e práticas vitais para o governo de si como usuário de drogas,

uma dupla submissão ameaça a capacidade criativa de autonomies criativas na condução de si por meio de automedicações da alma: por um lado, as indústrias farmacêuticas e as corporações médicas, zelosas de suas prerrogativas de quase monopólio sobre a pesquisa, a produção e o uso dos psicofármacos e, por outro, coligada a estas últimas, a relação “toxicomaníaca” estabelecida pelo ideal do marketing com todas as mercadorias, “fetichizadas” como objetos de aquisição compulsiva e elevadas à condição “totemizada” de marcas cristalizadoras de valores de hiperconsumo emulativo e pletórico. Os modos excessivos e autodestrutivos de consumos de fármacos (assim como de outros produtos, sejam alimentos, roupas ou automóveis) nas formas “viciadas”, “aditivas” ou “toxicomaníacas” são apenas modalidades de uma atitude generalizada na época do capitalismo tardio, a da reificação ou coisificação humana nos objetos investidos de valores financeiros supremos que demandam compulsivamente a sua adoração como uma imolação sacrificial perdulária no altar do capital.

É através da figura do “consumidor” como “sujeito de direitos” que, em boa medida, os usuários de maconha autorreflexivos aqui estudados organizam seus modos de autocompreensão, e é como contraparte desses “direitos”, como busca por “protagonismo”, que é preciso que os consumidores se constituam, sejam educados para o consumo responsável, refletido e consciente, tornando-se agentes políticos a partir da sua atuação como

agentes econômicos e sua elaboração como sujeitos éticos. Ainda que se trate, no caso estudado, de consumidores de substância de uso tornado ilícito, a lógica segundo a qual eles se movimentam é uma lógica que se capilariza no tecido social a partir do liberalismo como forma de crítica aos modos de governo e do consumo como atividade de aglutinação e organização de grupos de interesse. Trata-se, portanto, de sujeitos que se constituem a partir da consolidação de um processo de mudança do governo como uma prática imposta aos governados pelos que governam (por meio de uma administração policial), para outra, na qual o foco se torna a administração dos interesses dos indivíduos e grupos sociais (FOUCAULT, 2008a, p.61-64). Nesse sentido, é como crítica às formas pelas quais seus interesses de usuários de maconha são governados que esses indivíduos se organizam, se mobilizam e constituem a si mesmos mediante problematizações e conduções da própria conduta. Certamente, a ilegalidade da substância condiciona fortemente o processo, mas parece evidente o papel pedagógico assumido por organizações como o *Growroom*, que visam educar e conscientizar os consumidores de maconha mediante esclarecimentos, produção e divulgação de cartilhas informando direitos e responsabilidades, enfim, procedimentos não muito diferentes daqueles adotados pelas instituições de defesa e educação dos consumidores em geral em nossa sociedade. Trata-se, pois, de uma certa versão da busca pelo estímulo a formas esclarecidas e responsáveis de exercício da liberdade, tal como encontramos nos códigos de defesa dos consumidores, tendo em vista a regulação da conduta dos mesmos. Nesse sentido, o que quero dizer é que os modos de constituição ética, organização e atuação política de consumidores, na contemporaneidade, fornecem modelos a partir dos quais essa parte importante do movimento cultural canábico brasileiro (que se movimenta em torno do *Growroom*) estrutura suas formas de pensamento e ação. É, sobretudo, a partir da posição de consumidores informados, reflexivos e conscientes que esses usuários de maconha estruturam suas relações consigo mesmos e, também, suas formas de ação política, buscando a transformação da realidade das políticas de drogas em nosso país. Nessa chave de leitura se constituem, na comunidade, ideias de padrões de normalidade e anormalidade a partir de frequência e quantidade de uso de maconha, mas, principalmente, a partir da capacidade demonstrada pelo usuário de identificar momentos apropriados e momentos impróprios para o consumo e, sobretudo, de sua capacidade de bem administrar seus desejos, suas formas de obtenção do prazer psicoativo, mantendo-se como sujeito bem informado e consciente de suas responsabilidades pessoais e sociais.

Em tal processo, a figura do “maconheiro autorreflexivo”, que tenho tentado aqui delinear, emerge dessas formas já disponíveis em nossa cultura, compondo um sujeito

moralizado e cuja relação consigo e com os outros se busca construir, estrategicamente, através da formulação de contracondutas, de extrapolações, redirecionamentos de conteúdos, de valores, racionalidades e formas de vida para outros domínios da vida social, “cavando” uma pequena reentrância no tecido do poder, um espaço de liberdade que se institui, paradoxalmente, a partir da reapropriação e do redirecionamento de formas já estabelecidas de adaptação e obediência. Como um usuário comenta acerca da necessidade de se adaptar à sociedade, “*você só se adapta a ela até onde precisa dela... É uma relação recíproca... Se você tem grana o suficiente pra vida toda, aí sim, que o mundo todo se foda! Se não, em partes pelo menos, temos que dançar conforme a música... Faz parte!*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/46786-a-culpa-e-a-sindrome-amotivacional-vamos-debater/>. Acesso em: 22 out 2014). Quer dizer, o critério da liberdade é, aqui, a economia, a independência econômica, fazendo do mercado e das relações de consumo os fundamentos da luta política. Também a liberdade se torna, no interior dessa máquina racional, um produto de consumo que pode ser adquirido de direito, mas somente por aqueles que trabalham e cumprem suas obrigações de forma ordeira e responsável.

Liberdade, liberalismo, neoliberalismo

Tenho, até aqui, diversas vezes retornado a esse tema da liberdade, pois ele parece constituir o cerne da problematização em torno do uso de drogas nas culturas ligadas à tradição ocidental. É em nome da liberdade que se advoga pela proibição das drogas e é, também, em nome da liberdade que se reivindica a legalização dessas substâncias. Como temos visto, ideias de liberdade movem os seres humanos, mobilizam suas forças, justificam suas decisões e condutas. Apesar do “terreno minado”, é em termos de exercícios de liberdade que analiso os discursos e as práticas desses usuários de maconha aqui estudados. Como Foucault apontou, em diversos momentos de sua obra, onde há exercício de poder, há, concomitantemente, exercício de liberdade. Cabe, então, ao analista das relações de poder, identificar de que modos a liberdade se exerce. Não se trata, contudo, na perspectiva a partir da qual desenvolvo esta investigação, de uma ideia de liberdade como expansão e realização do desejo sem o encontro com oposições ou bloqueios exteriores ao próprio indivíduo, mas, o que pode soar paradoxal, da liberdade que o indivíduo exerce quando lhe é possível elaborar e estilizar os modos pelos quais exercerá sobre si mesmo controles cuja necessidade e fundamento se encontram não simplesmente “fora” nem simplesmente “dentro” de si, mas em um “dentro” que espelha um “fora”, em uma parte de si mesmo que, recortada, é moldada

pelo poder de “fora”, pelo poder “dos outros”, mas que é trabalhada, elaborada, recriada “dentro”, pelo próprio indivíduo. Essa parte de si mesmo constitui o que é cultivado, refletido, constitui a forma pela qual a regra penetra o indivíduo e vai sendo, por ele, não exatamente assimilada, mas reelaborada como atitude, como conduta, como estilo de vida, como o seu próprio “eu”. Esse processo de reelaboração, me parece, constitui o cerne da subjetivação, o objeto da prática de si, sendo justamente o aspecto mais complexo e difícil da constituição do sujeito, pois requer as condições concretas para seu acontecimento, uma vez que não é um processo natural. Para que o indivíduo possa efetivamente “cavar” essa pequena reentrância no tecido do poder se colocam condições históricas, sociais, políticas, econômicas, enfim, é necessária a produção de um contexto, a partir da satisfação dessas condições, no qual seja possível a configuração de um campo reflexivo, um tempo-espaço no interior do qual o indivíduo possa, para dizer do modo mais simples possível, reunir as condições (materiais, intelectuais, emocionais e simbólicas) para elaborar como ele vai se colocar a si mesmo enquanto sujeito de suas práticas em um contexto no qual a inobservância de regras morais, penais, sociais implica em consequências diversas conforme a posição social que se ocupa. Assim, não é qualquer indivíduo que tem a oportunidade de acesso a esse tipo de espaço e, mesmo entre aqueles que obtêm esse acesso, somente alguns reúnem as condições políticas, econômicas, sociais, intelectuais e emocionais que lhes permitem iniciar esse processo de trabalho sobre si. Observo a comunidade *Growroom* como um lócus que permite, para alguns indivíduos, a constituição de si nesses termos, a exploração estratégica dos limites de um campo histórico-cultural de possibilidades dadas, mas em constante transformação.

Para tentar compreender melhor esse processo de subjetivação tão específico é produtivo recorrer às reflexões de Deleuze (2005; 2007) sobre o trabalho de Foucault. O objetivo é compreender de que modos se articulam as constituições do usuário de maconha como sujeito “criminoso” e/ou “doente” (enquanto rótulos extremos em uma linha que passa por “vagabundo”, “preguiçoso”, “fracassado” etc.) com as formas pelas quais os indivíduos cujas circunstâncias históricas e socioeconômicas lhes permitem operar sobre si mesmos buscam se constituir como sujeitos usuários de maconha saudáveis, ordeiros, pacíficos, responsáveis, cidadãos. Quer dizer, como os sujeitos são constituídos/se constituem na superfície de contato entre o que é feito/dito deles como objetos e o que fazem/dizem de si mesmos como sujeitos? Ou, ainda, como o processo de objetivação de usuários de maconha, tal como descrito no capítulo primeiro desta tese, se articula com essas formas de pensamento e de ação sobre si mesmos dos usuários de maconha aqui enfocados? O cotejamento do material encontrado no *Growroom* com o pensamento de Deleuze sobre as formas de

constituição do sujeito me permite pensar em respostas a estas questões nos seguintes termos: as problematizações e as práticas que aqui venho mapeando, por meio das quais esses usuários de maconha autorreflexivos procuram governar a si mesmos, quando reiteradas, quando assumidas como verdades, permitem a esses indivíduos um sutil descolamento em relação às tecnologias de dominação e às formas de saber que as sustentam (tal descolamento, no entanto, como ressaltado, só se torna possível para os indivíduos cuja posição socioeconômica os libera, pelo menos até certo ponto, dos efeitos produzidos por tecnologias de poder que incidem, em nosso país, sobre os grupos socioeconômicos desfavorecidos – em linhas gerais, a velha história do “branco rico é usuário, preto pobre é traficante⁸⁸”). Tais condições socioeconômicas são necessárias. Contudo, não são suficientes, sendo necessário, também, que o indivíduo torne a si mesmo objeto de poder e, na consecução das práticas de poder que passa a exercer sobre si mesmo, ponha em funcionamento séries de saberes sobre si mesmo, sobre a droga, sobre os outros, sobre as situações sociais e suas relações com o uso de drogas etc. Mas isso, como tenho insistido, não demarca uma “liberação”, uma chegada a um tempo e espaço no qual não se é mais objeto do dispositivo⁸⁹ das drogas. Como venho argumentando, os regimes de poder sobre si que esses usuários de maconha entretecem no contexto estudado se inserem no quadro mais amplo dos modos pelas quais o poder (sobre si e

⁸⁸ Vianna e Neves (2011, p.34), apresentam uma descrição do imaginário social brasileiro contemporâneo acerca da figura do “traficante”: “ao se falar em ‘traficante’, a imagem imediatamente evocada é bastante banal e cotidiana para todos aqueles que assistem à televisão e lêem os jornais: negro, pobre, vestido com camiseta, bermuda e boné, olhar desafiador, ostentando armamentos pesados, residente em áreas periféricas. Cruéis, desumanos, capazes de infligir as piores torturas, pequenos demônios que promovem o vício, a morte; representantes do crime organizado, fortes o bastante para engendrar um estado paralelo e um estado de guerra civil. Em seus territórios, ou suas bases de apoio logístico, valem suas leis arbitrárias, e não as do Estado de Direito. Alguns ainda podem evocar um traço assistencialista na figura do traficante, que teria se apropriado das lacunas deixadas pelo Estado com o fim de alcançar legitimidade e apoio por parte da população local – uma espécie de Robin Hood urbano pós-moderno. O traficante é uma figura mítica, e se confunde com outras figuras que passam cotidianamente ao nosso lado pelas ruas, especialmente nas grandes metrópoles brasileiras. Nesse cenário, é também um inimigo – uma afronta ao Estado e aos seus cidadãos. E a partir do consenso de que o traficante é o inimigo começa a ser delineada a resposta que eles merecem, inclusive por parte do Estado: a anulação, o extermínio, a neutralização, a tolerância zero, os choques de ordem. Matá-los para não sermos mortos; neutralizar suas ações para que a sociedade não mergulhe em vícios imorais e degradantes como as drogas”. Segundo as autoras, ainda, “jovens pobres abordados portando pequena quantidade de droga para consumo próprio são mais facilmente identificados como traficantes, enquanto os de classe média e alta são identificados como os usuários – ainda que a mídia venha noticiando alguns casos de tráfico envolvendo classe média e média alta. É possível verificar (inclusive em inúmeros meios de comunicação em massa) a presença da discussão acerca da descriminalização do uso de drogas (especialmente a maconha) e mesmo alguns avanços legislativos no tratamento para com o usuário, mas não se debatem mudanças legislativas no sentido de requalificar a caracterização do que seria tráfico, e, por conseguinte, de reconfigurar a repressão direcionada aos acusados de tráfico que se inscrevem mais como usuários do que como traficantes. Ao contrário, as leis vêm se tornando cada vez mais duras, a repressão, mais intensiva e o controle, mais incisivo” (VIANNA; NEVES, 2011, p.35).

⁸⁹ Um dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2014a, p.45).

sobre os outros) é exercido na contemporaneidade, modos estes que “não têm qualquer caráter político intrínseco: eles têm uma versatilidade que lhes permite se multiplicar, proliferar, ser traduzidos e utilizados sob formas que não são dadas por qualquer lógica interna, seja de emancipação ou de dominação” (ROSE, 2011, p.272).

Assim, penso que não se trata de procurar classificar o que está acontecendo com as subjetividades usuárias de maconha no contexto investigado em termos de “libertação” ou de “dominação”, de “conservadorismo” ou “progressismo”, mas sim de reconstituir ao menos alguns elementos principais do processo no qual governamentalidades diversas em torno do uso dessa substância foram constituídas e, com isso, diagnosticar de que formas os diferentes modos de problematizar e de intervir sobre as práticas de utilização desse psicoativo constituem sujeitos. Então, relacionar os modos de pensar que organizam as tecnologias de si empregadas por esses maconheiros autorreflexivos a fim de governarem a si mesmos com base em princípios de moderação, autocontrole, autocuidado e responsabilidade com racionalidades políticas mais amplas, às quais Michel Foucault (2008a) chamou de racionalidades liberais e neoliberais, não significa atribuir a esses sujeitos qualquer posicionamento político ou, menos ainda, qualquer “ideologia”. Tal relação significa, tão somente, que esses indivíduos estão constituídos como sujeitos de seu tempo e, como tal, adquirem formas de pensar e de agir cujas matrizes históricas Foucault procurou descrever. Trata-se, pois, da utilização estratégica de ferramentas úteis para a contestação de uma forma de exercício de poder (aquela amparada nos saberes, nas práticas, nas instituições que foram chanceladas como passíveis de dizer e produzir a verdade dos usos e usuários de drogas) e para a formulação de outra (centrada na produção de autocontrole através de diversas técnicas que o próprio usuário pode empregar sobre si). Enfim, trata-se aqui não de uma busca pela descrição de um processo de libertação dos usuários de maconha, nem de um processo de dominação que é simplesmente internalizado pelos seus alvos primordiais, mas de uma descrição analítica de diferentes formas de constituição de sujeitos usuários de maconha através de diferentes modos de governo e autogoverno de suas condutas, os quais envolvem componentes de libertação ao mesmo tempo que componentes de dominação.

Nesse sentido, os “maconheiros autorreflexivos” aqui descritos ancoram suas práticas em princípios liberais e neoliberais de crítica às formas de administração do Estado de polícia e buscam formular regimes refletidos de uso da droga, tendo em vista o exercício de um autogoverno que, remediando os danos eventualmente causados por um uso abusivo ou inadequado da droga e também os danos causados às suas vidas pelo excesso de governo que identificam em torno de suas práticas psicoativas, lhes possibilite um uso por eles considerado

saudável, adequado, equilibrado, satisfatório dos prazeres da embriaguez. Ora, como indica Foucault (2008a), as racionalidades liberais e neoliberais fundam suas formas de governo sobre o comportamento racional dos governados. Nesse sentido, governar a si mesmo, disciplinar-se, conduzir a própria conduta de acordo com princípios que envolvem moderação, autocontrole, por vezes contenção do desejo, significa, nesse próprio processo de atenção a si mesmo, a como se está efetivamente agindo em relação ao seu consumo da droga, uma racionalização da própria conduta, uma forma de autocuidado e, por conta disso, uma forma de liberdade⁹⁰. Além disso, ainda conforme Foucault, as racionalidades liberais e neoliberais, no próprio estabelecimento da liberdade, estabelecem o controle, a regulação dessa liberdade, constituindo uma forma de organização do governo que constrói e destrói liberdade constantemente. Daí a correlação operada pelos maconheiros autorreflexivos entre liberdade e autocontrole, este como uma espécie de condição daquela. Como escrevem Deacon e Parker (2010, p.108), “paradoxalmente, quanto mais (auto) disciplinados somos, quanto mais cuidamos de nosso eu, mais livres seremos”, o que se dá mediante a constituição dessa relação consigo formada através de auto-observação, autorreflexão e autodomínio, relação esta que, como indicado acima, requer uma série de condições, primeiramente materiais, mas também emocionais, para sua constituição.⁹¹

⁹⁰ É preciso ter em conta, entretanto, que a limitação do poder do Estado liberal não é dada pelo respeito à liberdade dos indivíduos, mas pela evidência da análise econômica que ele deve realizar, ou seja, pelo conhecimento que o Estado deve ter do que acontece na sociedade, no mercado, nos círculos econômicos (FOUCAULT, 2008a, p.84). Coincidentemente ou não, é em grande medida como atividade econômica que boa parte dos usuários frequentadores do *Growroom* buscam fundar a cultura canábica: entre os patrocinadores do site destacam-se lojas que vendem todo o tipo de produto para o uso e o cultivo de maconha, sendo um dos fundadores do portal proprietário de um estabelecimento do tipo, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de não constituir o cerne da presente investigação, esse componente de valorização econômica funciona no interior da estratégia política desse grupo de ativistas, sendo analisado por Silvestrin (2011) como “um mercado militante ou uma militância mercadológica”. Uma vez que fora do campo econômico, o Estado liberal opera esquemas normalizadores, é como elemento econômico, como parte de uma economia pujante que esses ativistas reivindicam a legalização da maconha: estima-se um mercado potencial para a maconha legalizada em escala mundial da ordem de aproximadamente 110 bilhões de dólares, quatro vezes a receita gerada anualmente pela indústria do tabaco (SEITH, 2014). É precisamente por movimentar um mercado gigantesco, tanto da própria droga quanto em torno de toda uma cultura do seu consumo, que a maconha aparece como devendo ser legalizada. Toda a argumentação dos ativistas estadunidenses, que levou à legalização da maconha nos Estados de Washington, Colorado e Oregon passa por esse ponto da lucratividade, das receitas, do mercado, do dado irrefutável do mercado confrontado com o custo social e econômico de manutenção da ilegalidade. Nesse sentido, no neoliberalismo contemporâneo, é, em grande medida, como elemento econômico que a maconha, ou melhor, a luta pela legalização da maconha encontra seu espaço e sua fundamentação política, social e cultural.

⁹¹ Com isso quero dizer que tornar-se um usuário de drogas autocontrolado, moderado, considerado não-ofensivo pela sociedade e satisfeito consigo mesmo requer essa forma de elaboração de si a partir da constituição de uma relação consigo, o que, por sua vez, requer condições materiais e emocionais, estando-se minimamente protegido de uma alta exposição (principalmente desde o início da vida) à miséria, à violência, a condições de vida degradantes, aos preconceitos estruturais e institucionais que caracterizam o funcionamento do Estado brasileiro. Esse tema será retomado e melhor desenvolvido nas seções finais da presente tese.

Os liberalismos⁹², então, nesta forma de ver, requerem liberdades para poderem funcionar como racionalidades organizativas dos processos econômicos e sociais. Mais do que respeitar liberdades por si só existentes, essas práticas governamentais consomem liberdade, se alimentam de liberdades de mercado, da livre compra e venda, do direito de propriedade, da liberdade de expressão etc. E por isso, para que possam funcionar, alimentando-se de liberdade, os liberalismos necessitam produzir liberdade: conforme Foucault (2008a, p.86-87), essas racionalidades políticas, essas práticas governamentais que são os liberalismos funcionam precisamente como mecanismos de gestão das liberdades, organizando “as condições graças às quais podemos ser livres” e, para efetivar essa gestão, precisam administrar a produção e a limitação da liberdade, equilibrando esses dois polos, produzindo mas controlando, liberando mas coagindo (FOUCAULT, 2008a, p.87).

Assim, penso que esses usuários de maconha autorreflexivos que frequentam o fórum *Growroom* se constituem mediante um tipo de agenciamento político inventado pelos liberalismos e baseado em determinadas concepções sobre os limites da intervenção estatal, a propriedade de si ou do próprio corpo para questionar a eficácia de uma forma pré-liberal de regulação e controle das drogas, forma esta, característica de um Estado que administra os processos populacionais em uma lógica policial. Não se trata, pois, de uma “adesão” ao liberalismo (ou ao neoliberalismo) como um programa político-econômico ou como uma ideologia, mas de uma utilização estratégica de percepções, conceitos e representações historicamente tornadas disponíveis pelos liberalismos, pensados estes mais como estilos de pensamento, de análise e de criação de modelos ético-políticos do que como ideologias ou programas. Daí a percepção do mercado como instância verificadora das reivindicações de legalização da maconha: é o mercado como forma de organização das relações sociais que valida um produto para o qual há tantos interessados. E, para que o mercado funcione, é necessário restringir até certos limites a ação reguladora do Estado, resguardando as relações de mercado ao informar ao Estado os limites de sua intervenção, as questões, os domínios ou as fronteiras além das quais não deve haver intervenção estatal, funcionando o mercado como

⁹² Utilizo essa expressão tanto por considerar que há uma diversidade de pensamento e de práticas que poderiam ser consideradas como “liberais”, quanto por identificar nas racionalidades e nas tecnologias acionadas pelos indivíduos aqui pesquisados não tipos puros, mas aproximações com características do liberalismo e do neoliberalismo, tal como descritos por Foucault (2008a). Nesse sentido, trata-se, mais do que indexar esses sujeitos a racionalidades ou tecnologias específicas, de procurar melhor analisar suas práticas e suas formas de pensamento sobre si mesmos enquanto usuários de maconha compreendendo-as como ancoradas em um conjunto amplo, um pouco vago, mas delimitável de formas de pensar a condução das condutas e de elaborar uma crítica aos modos de governar. Então, julgo que mais do que esmiuçar as (importantes) diferenças entre liberalismo clássico e neoliberalismo, tal como expostas por Foucault (2008a), importa aqui identificar o pensamento e a prática dos sujeitos investigados a uma vinculação com diversas características dessas racionalidades políticas liberais e neoliberais, características estas que serão discutidas nas páginas que seguem.

princípio de limitação do Estado (a lei faz o mercado - princípio liberal) ou, mais do que isso, é preciso inserir a realidade da produção, circulação e consumo de maconha na esfera de um contexto de mercado, fazendo deste o princípio de regulação do Estado (o mercado faz a lei - princípio neoliberal). A instância do mercado, objeto prioritário de intervenção constante do Estado até a modernidade, emerge, com o liberalismo clássico, como instância cuja existência é garantida pelo Estado, sob sua vigilância e, na segunda metade do século XX, com o neoliberalismo, a instância do mercado se torna o princípio de organização e validação da ação estatal, fazendo do Estado o objeto a ser vigiado e normatizado pela lógica de funcionamento do mercado, que vai fornecer ao Estado a norma em torno da qual ele vai organizar sua prática governamental: deixado agir por si mesmo, o mercado revela uma verdade, um preço “certo”, com base em custo de produção e extensão da demanda (FOUCAULT, 2008a, p.44). Reside no mercado, portanto, e é essa a base mais fundamental dos pensamentos de cunho liberal, a revelação de “um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas”, tornando possível “falsificar ou verificar a prática governamental” (FOUCAULT, 2008a, p.45). Essa verdade que emerge da relação oferta/demanda passa a orientar a ação governamental, conferindo-lhe um critério objetivo para sua atuação e fazendo, portanto, do mercado, mais do que uma instância que, separada do Estado, deve ter sua liberdade garantida por este mediante estrita vigilância, o próprio princípio da racionalidade política que organiza a lógica da ação governamental. Assim, trata-se, de fato, de uma espécie de reconstrução das formas de governo do uso de maconha a partir das comunidades de usuários organizados, os quais, pelo compartilhamento de uma ética e de um estilo de vida, estariam aptos a empreender o governo de formas mais econômicas e eficientes, a própria trama social entre esses indivíduos funcionando como mecanismo de poder capaz de formá-los como sujeitos dispostos à observação dos valores sociais básicos do Ocidente contemporâneo.

No que concerne ao governo da maconha e de seus usuários, no Brasil, contudo, os liberalismos não constituem uma realidade plena. Seja como for, é no repertório fornecido por essas racionalidades que os indivíduos estudados encontram as bases de uma crítica ao Estado como máquina de controle e regulação, como instância interventora sobre as liberdades individuais, sobre os usos do próprio corpo, sobre uma cultura e um mercado pujantes. É o Estado como máquina totalizante e uniformizadora dos modos de vida que constitui o alvo dessa forma de crítica que vai enxergar justamente na forma-mercado um modo de regulação mais adequado às sociedades contemporâneas, marcadas por uma grande diversidade em suas formas de vida. À moral do Estado (ou ao Estado como indutor, prescritor, chancelador de

uma moral) contrapõe-se um mercado de moralidades, um cardápio de estilos de vida validados pela economia que movimentam e dentre os quais se pode escolher livremente quais adotar. Em contraposição ao controle estatal, o mercado propiciaria, a cada indivíduo, usar de sua liberdade e de seu conhecimento a fim de atingir seus objetivos, de modo que o Estado, os especialistas e suas verdades constituiriam apenas instrumentos de controle, de uniformização das condutas a fim de tornar a população mais facilmente gerenciável. Contra essas instituições, seus agentes e saberes, comunidades como o *Growroom* se colocam enquanto disseminadoras de outras formas de saber e de formas singulares de experimentar a vida, o corpo, o prazer. É no liberalismo e no neoliberalismo como formas de crítica ao Estado totalizador, uniformizador e controlador, portanto, que esses indivíduos encontram ferramentas para a concepção de si mesmos como sujeitos ético-políticos de uma luta pela legalização de formas particulares de experimentar o corpo e o prazer, encontrando na formamercado uma instância fundamental forte o suficiente para justificar a transformação política almejada. Assim, o nível do corpo e das práticas individuais, em um espírito liberal, precisaria ter sua liberdade garantida pelo Estado, cabendo aos próprios indivíduos a operacionalização de instrumentos de intervenção. O governo de si que esses usuários analisados buscam constituir, então, funciona como fixação de limite ao governo dos outros sobre eles, fixação esta que torna político o modo de vida desses sujeitos. Portanto, ao mesmo tempo limitação do governo dos outros (do governo estatal) e estilização do governo de si, do governo dos próprios usuários sobre si mesmos, ao Estado cabendo saber até onde pode intervir e ao usuário cabendo saber como deve intervir sobre as práticas de uso de maconha. Técnicas de vigilância e práticas de intervenção, nessa governamentalidade do uso de maconha cujos princípios se podem entrever em comunidades como o *Growroom*, deixam de ser prerrogativas do Estado e seus dispositivos de segurança, o que não significa o seu desaparecimento, mas sim sua transferência à escala do micropoder e da relação do sujeito consigo mesmo, multiplicando-se em uma série de formas de pensar, sentir e fazer que os usuários passam a entretecer consigo mesmos. A vigilância e a intervenção se tornam sutis e permanentes, desconectando-se dos grandes aparatos institucionais ligados ao Estado e assumindo modelos informais, interpessoais e, talvez principalmente, pessoais, do sujeito consigo mesmo. O governo se torna a relação consigo. A liberdade dos usuários de maconha, tal como emerge dos regimes que venho analisando, requer uma ética ativa e vigilante. A espécie de vácuo deixado pela retirada da intervenção estatal direta seria preenchida por uma miríade de microatividades cuja elaboração e implementação constituem todo um novo campo para o exercício do poder sobre as práticas de uso de maconha. Quando a polícia sai de cena, o que resta para o governo é a educação. Neste caso, a autoeducação, uma vez que tais

práticas se desenvolvem, na atualidade, sem qualquer forma de institucionalização por parte do Estado, de modo que não se trata mais deste intervindo sobre os indivíduos a fim de protegê-los contra os riscos do uso de maconha, mas dos próprios indivíduos desenvolvendo instrumentos, capacidades de garantirem a segurança e a plena propriedade de si mesmos perante o Estado e a sociedade, por um lado, e perante a droga e os prazeres, de outro.

Nesse sentido, a absorção dessas práticas parciais, locais de governo de si, pelo aparato estatal consistiria não mais na decisão do Estado sobre o que é o risco e como se deve proteger dele, mas sim em uma cessão ao indivíduo da responsabilidade da delimitação dos riscos e da assunção e do enfrentamento desses riscos por ele mesmo delimitados (nesse movimento, o usuário torna-se um sujeito autônomo e precisa desenvolver tecnologias mediante as quais exercerá essa autonomia). Nota-se, então, a partir do objeto deste estudo, que o discurso do risco constitui, na contemporaneidade, o elemento estruturante tanto do governo dos outros quanto do governo de si, tanto do poder que domina quanto do poder que resiste. Estamos aqui, de certa forma, talvez surpreendente, no campo da proposição de políticas sociais neoliberais, que se integram a uma perspectiva segundo a qual o crescimento econômico permitiria, por si só, que todos os indivíduos tivessem um nível de renda que lhes possibilitasse a segurança e as capacidades necessárias para a absorção dos riscos envolvidos em suas livres escolhas (FOUCAULT, 2008a, p.198). Nessa forma de ver, ou nesse cenário de uma absorção plena da legalização da maconha por uma governamentalidade neoliberal a partir de uma estatização dessa outra governamentalidade, desse governo de si entretecido em uma comunidade de usuários da droga, comunidade esta tomada aqui como paradigmática, enfim, nesta forma de ver concerne à comunidade a anulação dos riscos até um certo nível e a constituição de tecnologias de segurança que se implementam como técnicas de si que articulam o interesse individual em utilizar a droga com segurança e sem riscos excessivos à saúde e o interesse do Estado em poder contar, eventualmente, ou sempre que necessário, com esses indivíduos, com sua disposição para a ordem, o trabalho, a produção e, ao mesmo tempo, poder se desresponsabilizar deles, até um certo ponto, deixando-os sob a gestão de si mesmos e de suas comunidades de práticas e de mútua assistência. Tal modelo facultaria ao Estado neoliberal a possibilidade de deslocar investimentos em segurança e mesmo em saúde, repassando encargos do pesado sistema disciplinar posto em funcionamento a fim de garantir a produção constante de mão de obra e de estabilidade política e econômica a microssistemas comunitários autodisciplinares, liberando-se para focar na constituição de mecanismos mais flexíveis e ágeis de intervenção sobre parcelas da população necessitadas de intervenções mais estritas, a saber, aquelas “não-comunidades”, os indesejáveis sempre infensos a qualquer

sistema disciplinar, aqueles que teriam passado pela “peneira” comunitária e demonstrado sua incapacidade no aprendizado do autocontrole. Estes, considerados desviantes do ponto de vista da própria comunidade constituiriam o objeto prioritário dos dispositivos de segurança, de certa forma “oficializando” práticas sociais históricas no Brasil onde, apesar da proibição das drogas, somente certos grupos sociais são efetivamente punidos por envolvimento (comércio e/ou uso) com essas substâncias.

De qualquer modo, o que nos cabe reter, neste momento, e que será reforçado ao longo do restante desta tese, é que a configuração de um governo de si de usuários de maconha, tal como se pode apreender ou recortar da leitura de mensagens trocadas por usuários do fórum de discussão da comunidade virtual *Growroom*, constitui um tipo de intervenção tão ou mais densa, frequente, ativa e contínua do que é o tipo de intervenção do Estado no governo dos usuários dessa substância. O que muda substancialmente é a forma da intervenção, que passa a se operacionalizar a partir de objetivos significativamente diferentes: não mais reprimir o uso da droga, impedindo o prazer para proteger a saúde e a segurança individual e coletiva, mas regular o uso da droga para garantir e mesmo intensificar o prazer sem maiores prejuízos à saúde e à segurança individuais e coletivas. E aí então reprimir, violentar, prender, impor perdem espaço para orientar, prevenir, aconselhar, educar. Mais do que impedir o acesso à maconha para garantir que o indivíduo fique seguro e saudável, trata-se de capacitá-lo a cuidar-se e manter-se, pelo seu próprio interesse, seguro e saudável, independente de suas escolhas íntimas de utilizar ou não uma droga psicoativa. Nesse sentido, em uma tal governamentalidade, parece esboçar-se uma conexão entre as aspirações de usuários de maconha e as aspirações de uma razão de Estado interessada na manutenção da força estatal, conexão esta, “parceria” esta, que retiraria do centro de formulação de políticas e de enunciação do discurso verdadeiro, os profissionais médicos e os *experts* das áreas *psi*⁹³.

⁹³ Como escreve Passetti (2007, p.25), o Estado, em suas formas contemporâneas de governo da população, “passou a contar com a *sociedade civil organizada*, exercendo também múltiplos controles”. Um encaminhamento possível ao desenvolvimento da ação ético-política de comunidades como o *Growroom* é, precisamente, um amálgama das práticas de liberdade por ela fomentadas com as práticas de controle demandadas pelo Estado. Em um tal processo, a comunidade poderia vir a se institucionalizar como uma organização não-governamental e, quem sabe, ter alguns de seus membros financiados pelo Estado para a realização de projetos de educação de usuários de maconha. Deste ponto de vista, o desejo de liberdade e o desejo de controle nunca estiveram tão próximos. Seja como for, discordo de autores como Passetti (2007) e Rosa (2014), que fazem a leitura desse tipo de processo como formas de “captura” da contestação pelos fluxos de poder. Vejo, de modo mais complexo, como formas de articulação entre estratégias diversas que, em um dado momento, informadas por racionalidades políticas semelhantes, convergem. Mais do que uma “captura”, entendo como um movimento no jogo de poder, movimento este no qual forças desiguais se contentam, por um momento da história, com uma configuração parcial de suas relações que representa o atendimento, de parte a parte, de certos objetivos. Não vejo vencedores ou vencidos, tampouco o fim do enfrentamento pela “captura” de um lado no fluxo de poder implementado pelo outro lado, mas tão somente uma, talvez inusitada, convergência parcial

Seja como for, trata-se de multiplicação da vigilância, mas que, tendo por operador e por objeto o mesmo indivíduo, assume um caráter e objetivos completamente diferentes: não mais vigiar para impedir o uso, mas vigiar para garanti-lo de formas seguras, saudáveis e responsáveis. Emergência de todo um novo campo de governamentalidade do uso de maconha, campo clandestino que se pretende paradigma futuro de governo (no ideal da constituição de um quadro legal mais apropriado a uma prática governamental menos rígida e mais eficaz), campo no qual a questão de como garantir saúde e segurança individual e social sem interdição do prazer psicoativo assume centralidade. Como fazer isso é o problema desses usuários de maconha autorreflexivos. Precisamente, trata-se da constituição de um novo estilo governamental que emerge sob os marcos do liberalismo e do neoliberalismo, encontrando nessas duas governamentalidades, nesses dois “liberalismos”, formas de pensar e de implementar o governo das condutas. Como não se tornar escravo do próprio prazer, como demonstrar que o hedonismo, a tendência hedonista não faz parte da lógica de gestão dos prazeres que se trata de formular, uma vez que o uso excessivo, para o consumidor de maconha, significa a progressiva perda da fruição dos efeitos da substância, cuja absorção pelo organismo humano é limitada. É no interesse, portanto, do próprio usuário, em conservar seu prazer, que se funda essa exclusão do hedonismo. Essa exclusão do hedonismo passa por uma intervenção constante do usuário de maconha (mas também de seus pares) sobre si mesmo, intervenção esta cujo sentido é proteger o indivíduo do perigo do uso excessivo, mas também do perigo da proibição, perigo dos traficantes e da polícia, perigo de uma legislação

entre uma vontade de liberdade e uma vontade de controle que, impossibilitadas de dominação plena (imposição de abstinência ou garantia de plena liberdade), amalgamam-se na emergência de novas subjetividades, de novas formas de vida que se constituem mediante composições instáveis de práticas de liberdade e práticas de controle sob formas históricas de governo dos outros e de governo de si. Penso que, para realizarmos um adequado diagnóstico dos processos sociais, notadamente, das relações de poder, em nossas sociedades contemporâneas, é mais os sujeitos (individuais e coletivos) e suas estratégias, e menos os ideais, aquilo que devemos seguir. Lamentar capturas e absorções de ideais por mecanismos de inclusão nos impede de perceber como os jogos de poder efetivamente funcionam como movimentos estratégicos ambivalentes entre liberdade e dominação. Quando dizemos que um indivíduo, um coletivo ou movimento contestatório foi “incluído”, “absorvido”, “capturado” ou “contemplado”, isso quer dizer que ele foi dominado ou que ele atingiu seu objetivo? Que sentido há em afirmarmos algo como “os radicais foram pacificados concedendo-lhes integração e direitos”? Conquistar direitos significa ser capturado ou era precisamente este o objetivo? Na contemporaneidade, o objetivo político primordial não passou a ser, justamente, ser incluído, ser dominado? Por que os intelectuais se julgam na posição de exigir dos sujeitos que mantenham-se “fora”, recusem a inclusão e conservem-se “puros”? Se na sociedade de controle, toda contestação é absorvida, isso quer dizer que não existe mais contestação, não há liberdade e tudo se resume a camadas de sujeição e controle? Se tudo é controle, nada é controle. Penso que é preciso afinar nossos mecanismos de descrição das formas pelas quais os jogos de poder se desenrolam e a liberdade é compreendida e experienciada em nossa época e cultura. Novamente, aqui, produção de liberdade mediante formas de dominação, lógica que não combina com análises em termos de ideais, de um âmbito do “dever ser”, mas que funciona em uma análise das estratégias, do diagnóstico, do que é. Segundo a forma de ver que adoto neste trabalho, não cabe ao analista das relações de poder celebrar ou lamentar, mas, tão somente, descrever.

que, mais do que o uso da droga, pode prejudicar o futuro do usuário. Essa intervenção, então, vem para garantir o uso não problemático da substância, sendo a forma comunitária o instrumento que configura a trama e assegura o exercício do poder de uns sobre os outros, formando um vínculo que é a garantia da (auto) regulação. Nesse sentido, a comunidade fornece uma espécie de moldura no interior da qual cada indivíduo pode se movimentar e estilizar sua sujeição como usuário de maconha, moldura esta que se articula com as práticas individuais de uso da substância, moldura e práticas que se apoiam, se modificam e se modelam mutuamente. Mais do que uma atividade livre e espontânea, o consumo da droga, nesse regime que se procura instituir por meio das interações e articulações de alguns usuários na comunidade pesquisada constitui uma atividade regulada por “regras” informais derivadas de uma ético-política específica, cujos traços principais busco descrever e analisar na presente investigação. Porque o que o usuário que participa da comunidade nela encontra é um ponto de ancoragem, uma forma de agregação política e moral, um fio que o liga a inúmeros outros indivíduos a partir das possibilidades de identificação, cooperação e integração que ele produz, emergindo do entretencimento das relações no interior dessa rede as formas de racionalização da gestão individual, as formas de regulação das práticas de uso da droga. A forma como o uso da droga se dá, então, está em direta relação com a forma pela qual ele é regulado, sendo o quadro de uso descontrolado e abusivo correspondente ao padrão de uso governado pelo Estado de polícia e suas práticas repressivas. Outras formas de regulação, outras governamentalidades, significam, deste ponto de vista, a abertura de outras possibilidades práticas de uso da substância. A problemática, então, para a comunidade de usuários em questão, se torna demonstrar que o uso de maconha pode se dar de outras formas que não aquelas descritas desde o início do século XX pelos profissionais médicos e psiquiatras, outras formas estas que passam por outras formas de regulação. Relação de imanência, portanto, entre a prática e a regulação, entre o governo e a conduta. Todo um esforço, então, no sentido de demonstrar que usos seguros e saudáveis de maconha são possíveis, desde que haja uma moldura regulatória diversa da abordagem policial, uma moldura que é o que o *Growroom* tenta ser, mas que, para funcionar com plena efetividade, seria preciso inventar uma nova institucionalidade, assumir uma forma jurídica e, com isso, superar os efeitos deletérios da droga, efeitos estes muito mais conectados ao aparato repressivo em funcionamento do que a quaisquer propriedades intrínsecas da substância e/ou de seus usuários.

Duas questões, então, centrais ao projeto desses usuários de maconha, que são por eles problematizadas e por mim analisadas ao longo de todo este capítulo e até o final desta tese:

primeiro, a questão do vício, a questão do hedonismo, enfim, a questão de se saber se o uso da droga conduz necessariamente a uma perda de controle ou se é possível a constituição de mecanismos de autocontrole. E, em segundo lugar, a questão de se estabelecer as formas de governo concretas, mais ou menos institucionalizadas, suscetíveis de gerir os usos e os usuários da droga da forma menos custosa e com o menor grau possível de dominação. E isso porque se não se trata, o uso da droga, de um processo que se esgota em sua farmacologia, em sua físico-química, então é possível intervir nesse processo de modo a regulá-lo e produzir práticas menos destrutivas do que os usos abusivos e do que os efeitos das intervenções de cunho repressivo. E essa intervenção possível se dá como governo de si (mediante a constituição de uma relação consigo) e como governo dos outros (mediante a constituição de um aparato jurídico e institucional), como governo ético e como governo político. Daí a importância conferida à legalização da maconha, uma vez que a permissão legal desempenha efeitos na constituição ética e subjetiva, tornando possível o desenvolvimento de processos de autorregulação mais consistentes na medida em que o Estado não mais substitui o indivíduo no processo de tomada de decisão acerca de como este utiliza seu próprio corpo. Rompe-se, na legalização, com a figura do Estado como sujeito universal de saber, como consciência absoluta e tutor moral da população. Neste quadro, os usuários de maconha organizados em comunidades (que poderiam ter a forma de associações ou clubes sociais, por exemplo) regulariam suas próprias práticas no interior de uma moldura jurídico-institucional liberal garantida pelo Estado, regulação esta feita por meio de “regras” que não são decisões tomadas à revelia do indivíduo consumidor, o qual seria instado pelo Estado e pela comunidade à assunção de soberania sobre si mesmo. Conferindo aos indivíduos e comunidade uma maior possibilidade de se comportarem como desejam, o Estado se ocuparia de arbitrar eventuais conflitos e concentraria seus recursos humanos e financeiros no combate a crimes de maior envergadura e violência, deixando às comunidades a gestão mais cotidiana, o governo mais microfísico dos usuários de maconha.

Compreender, então, em que sentido esses usuários de maconha autorreflexivos “são” liberais e/ou neoliberais, passa por uma leitura dos liberalismos não como “ideologias triunfantes”, como “sistemas hegemônicos”, mas como racionalidades, formas de orientação da conduta a partir das quais “lutas e práticas de resistência e emancipação” podem ser articuladas. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o liberalismo e o neoliberalismo produziram suas formas próprias de governamentalidade, marcadas pelo “desenvolvimento de mecanismos de poder, de controle, de hierarquização” (LAGASNERIE, 2013, p.113), é preciso compreender como dessas matrizes de pensamento emergem também formas de luta

política cujos modelos nos aparecem, talvez, como estranhos. Racionalidades políticas e tecnologias de poder funcionam tanto como matrizes de dominação quanto como matrizes de lutas por liberdade. Assim, no que concerne à maconha, ao controle estatal sobre ela, controle este cuja lógica é, ainda, a lógica da soberania, da proibição, da repressão, em um contexto (o mundo contemporâneo) em que cada vez mais aspectos da realidade são governados segundo preceitos liberais e neoliberais, é a abundância e a efetividade governamental desses modelos de pensamento, tão disponíveis, que os instaura como matrizes para a formulação de modos de resistência a esse poder soberano do Estado sobre as condutas, as práticas, os corpos e modos de vida de usuários de maconha (e de todas as drogas tornadas ilícitas). Deste modo, no caso aqui estudado, é como potencialidade crítica que as racionalidades liberal e neoliberal precisam ser compreendidas, como formas de oposição ao Estado, à razão de Estado⁹⁴, como ferramental amplamente disponível àqueles que querem lutar contra um tipo de sujeição promovido pelo Estado, àqueles que têm fobia ao Estado e se opõem a sua governamentalidade porque temem que o Estado possua em si uma tendência intrínseca à expansão que o leva a encarregar-se totalmente da sociedade civil (seu alvo e objeto primordial), transformando-se, paulatinamente, de um Estado administrativo em um Estado providência, deste em um Estado burocrático e, em seguida em um Estado fascista, um Estado totalitário que se apropriará da vida da população e dos indivíduos em todos os seus aspectos. Essa sorte de crítica, Foucault (2008a, p.259-262) remonta ao período entre 1930 e 1945, quando se organiza, primeiramente na Alemanha e nos Estados Unidos, o neoliberalismo como atualização do liberalismo clássico e consolidação de uma racionalidade política e de uma correspondente prática governamental que tem no dirigismo econômico, na planificação, nos programas sociais e de distribuição de renda e, no limite, no socialismo, os seus alvos, os seus adversários primordiais. O neoliberalismo, portanto, encontra-se na gênese dessa fobia contemporânea ao Estado, dessa paranóia e medo do poder avassalador do Estado⁹⁵. Tal como

⁹⁴ A razão de Estado constitui, segundo Foucault (2008a, p.6), uma forma de racionalização da prática de governo do Estado cujo princípio é “fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que pode destruí-lo”. Daí a tomada da população, enquanto maior riqueza do Estado, como objeto de gestão política e do combate às drogas como um combate a algo que, podendo enfraquecer a população, enfraquece, potencialmente, por isso mesmo, o próprio Estado. O governo conforme a razão de Estado estruturou-se historicamente em torno do mercantilismo como forma de organização da produção e dos circuitos comerciais, forma esta voltada ao enriquecimento estatal e ao crescimento populacional destinados ao enfrentamento concorrencial aos outros estados; do exército e da diplomacia como instrumentos garantidores da segurança estatal relativa a ameaças externas; e da polícia, como instrumento de gestão interna, garantidor da ordem necessária ao enriquecimento e à segurança (Ibidem, p.8), condições para que um Estado possa concorrer em boas condições com os outros estados.

⁹⁵ Mas é importante acrescentar, neste ponto, que Foucault se apressa em afirmar, neste mesmo texto, que não é a governamentalidade estatizada, não é o crescimento descontrolado do Estado que a tudo abarca, mas sim “o decrescimento e o desconjuntamento do Estado” (FOUCAULT, 2008a, p.265) e a assunção de uma governamentalidade de partido o que conduz ao fascismo, ao estalinismo, à experiência totalitária.

historicamente, segundo Foucault (2008a), se deu a difusão do neoliberalismo nos Estados Unidos, também aqui, no caso da difusão desse tipo de racionalidade entre ativistas pela legalização da maconha, esta se apresenta como uma alternativa a movimentos de oposição à política estatal no que concerne às drogas. No caso aqui estudado, é forçoso acrescentar, é do lado dos governados e contra as formas de governo dos usuários de maconha historicamente constituídas que podemos encontrar uma racionalidade que congrega aspectos liberais e neoliberais. Tal racionalidade, para que se torne operacional para os fins deste trabalho, constituindo-se em uma ferramenta teórica com a qual podemos melhor compreender o desenvolvimento das formas de pensar sobre o controle dos usos de drogas, precisa ser contemplada em toda a sua dimensão. Nesse sentido, trata-se de conceber o liberalismo e o neoliberalismo, aqui, como mais do que “simplesmente uma opção econômica e política formada e formulada pelos governantes ou no meio governamental”. É preciso compreender os liberalismos como “uma maneira de ser e de pensar”, “um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados”. Penso, assim, que tal como acontece nos Estados Unidos desde muito tempo, em alguns setores sociais brasileiros (e a comunidade aqui estudada, em sua ação institucional – não na totalidade de seus membros – constitui um exemplo disso) o problema das liberdades tem sido crescentemente abordado a partir desse “foco utópico”, desse “método de pensamento”, dessa “grade de análise econômica e sociológica” (FOUCAULT, 2008a, p.301) que é o (neo) liberalismo. Deste modo, as elaborações dos usuários de maconha analisadas ao longo de toda esta tese constituem certos tipos de utopias liberais orientadas por estilos particulares de pensamento, de análise e imaginação que procuram reconfigurar as relações entre governantes e governados a partir de uma perspectiva de produção de liberdade e, ao mesmo tempo, de seu correlativo controle, em uma lógica diversa daquela, policial, que informou a prática governamental que acabou por ser estatizada.

Quase onipresente no cenário das reflexões e das práticas políticas contemporâneas, o neoliberalismo se faz presente fundamentando tanto racionalidades e práticas de governo dos outros, através, por exemplo, da gestão do Estado, quanto racionalidades e práticas de governo de si, seja como dominação, seja como resistência. Fundamentalmente, onde há interferência do Estado, aparatos estatais de regulação e intervenção sobre condutas coletivas ou individuais, a racionalidade neoliberal, na atualidade, se faz presente e subsidia uma forma de crítica possível ao que compreende como os excessos do governo, esteja essa crítica orientando a própria condução do Estado, esteja ela mobilizando grupos sociais resistentes a essa condução, como no caso aqui em tela. As racionalidades liberais e neoliberais, portanto,

normalmente identificadas como articuladas às tecnologias de poder postas em funcionamento pelo Estado, pelos governantes, também constituem, no mundo contemporâneo, uma matriz de pensamento e de prática que pode ser acionada pelos governados e estruturar suas formas específicas de combate e de aspirações. Como já apontado nesta investigação, um mesmo discurso, uma mesma racionalidade pode fornecer ferramentas e compor estratégias por vezes antagônicas, daí a complexidade que se requer das análises das relações de poder em seus aspectos práticos e também discursivos.

Tal matriz de pensamento e de prática institui modos de problematização do Estado que, conforme Lagasnerie (2013), analisam e criticam os modos como o Estado governa a população e seus processos não em termos de como se poderia garantir a legitimidade desse governo (tematização tradicional da filosofia política), mas em termos de como se poderia garantir a utilidade do governo e a eficácia do uso que faz dos recursos de que dispõe para governar. Configurando a questão do governo dos usos das drogas a partir dessa forma de problematização, o que se tem é um intervencionismo inútil no qual o Estado despende pesados recursos financeiros e de poder na tentativa de reprimir o consumo, a venda e a circulação dessas substâncias sem que isso resulte na redução de tais práticas. O neoliberalismo, então, em seu combate à forma-Estado, à forma de sujeição e de obediência produzida pelo Estado, fornece ferramentas para o enfrentamento da “ideia segundo a qual seria preciso obedecer à lei porque ela seria legítima e a encarnação de uma ‘vontade’ jurídica e geral” (LAGASNERIE, 2013, p.142), substituindo esse tipo de análise por outra cuja racionalidade, estritamente econômica, se configura em termos de cálculos de utilidade, de ganhos e custos. Nesse sentido, o princípio do governo se desloca da autoridade política para o cálculo econômico: deve-se obedecer ao dado irrefutável do cálculo de custos e ganhos e não à simples autoridade instituída e, nesse sentido, o sujeito obediente dá lugar ao sujeito que promove seus próprios interesses.

O neoliberalismo, assim, na problemática aqui construída, a análise de governamentalidades do uso de drogas, de diferentes formas de racionalização da gestão dos indivíduos usuários de substâncias psicoativas, seja pelo Estado, seja por si mesmos, constitui uma das formas possíveis na contemporaneidade para se fazer frente e reivindicar a independência dos governados em relação à forma como o Estado foi governamentalizado no que concerne aos modos de conduzir as condutas dos indivíduos e da população no que tange à utilização de substâncias psicoativas tornadas ilícitas. É como cálculo econômico, então, que o comportamento dos indivíduos é construído e elaborado, atendendo a uma racionalidade interna que informa a programação estratégica da atividade de cada um. Daí a

constituição ética voltada à produção de si como sujeito responsável, enquanto parte de uma estratégia política e a proposição de uma governamentalidade que se situa do ponto de vista de quem consome as substâncias psicoativas, que se organiza a partir dos conhecimentos desse sujeito, dos recursos de que dispõe e da avaliação de sua conduta, da conduta do consumidor de maconha (ou de drogas em geral) como conduta econômica, calculada, racionalizada pelo próprio sujeito. O que é usar maconha para quem usa maconha? E a que sistemas de racionalidade tal atividade obedece? O usuário de drogas, o “maconheiro”, deixa de ser, aqui, mero objeto dos planejamentos estatais, dos programas repressivos ou preventivos ao uso de drogas e torna-se um sujeito ativo movido por um pensamento econômico-estratégico, sujeito este cuja capacidade de cálculo, cuja capacidade de autogestão responsável, segura e sadia como usuário de maconha vai passar pela sua capacidade, sua competência em saber gerir esses processos que vão do acesso a uma substância de boa qualidade, até seu uso nas quantidades, frequências e contextos adequados no sentido de menos prejudiciais a si mesmo e à sociedade e, também, no sentido de menos custosos (do ponto de vista econômico-financeiro e também do ponto de vista do dispêndio de poder) para si mesmo e para o Estado enquanto gestor dos recursos da sociedade. E aí, novamente, trata-se não de reprimir, de prender, de perseguir esses indivíduos, mas de fazer a escolha econômica, que é a de educá-los, capacitá-los para o autocontrole e autogestão, contando, para isso, com as comunidades de usuários, com essas instâncias onde o poder se torna mais sutil e pervasivo e, por isso mesmo, potencialmente mais eficiente (não na dissuasão do uso, mas na constituição de formas controladas de uso). O consumidor de maconha, aí, se torna o produtor do seu próprio prazer, produção de prazer esta que só pode ser garantida no longo prazo se o produtor-consumidor desse prazer for capacitado a administrar esse prazer, perenizando-o e consolidando-se como sujeito responsável. Formar esse sujeito, do ponto de vista dessa análise econômica engendrada, ou melhor, esboçada nos materiais empíricos analisados, constitui o grande objetivo de uma comunidade de usuários de maconha preocupados com sua saúde e sua segurança, seu bem-estar, mas também com a saúde e a segurança, com o bem-estar da sociedade na qual aspiram uma harmônica inserção.

O projeto *Growroom*, então, se é que podemos falar em termos de “projeto”, constitui um investimento nos usuários de maconha, investimento esse que visa, por meio da vigilância, da persuasão, da educação, da estilização das condutas a constituição de uma formação ético-política desses sujeitos consumidores da droga. E essa formação traz consigo uma série de benefícios, tanto para os indivíduos, que desenvolvem para si e para os outros formas de cuidado (o que gera satisfação), quanto para a comunidade, que recebe um retorno

desse trabalho formativo, desse trabalho educacional, sob a forma do fortalecimento da luta política por meio da formação de ativistas e por meio da formação de sujeitos morais que, com suas condutas, ainda que não se envolvam diretamente no movimento político, funcionarão como “provas vivas” da relativa inocuidade da maconha e da completa inutilidade de sua proibição e repressão. A questão da comunidade, então, como estamos vendo, é constituir modos de formação e de transmissão de disposições e capacidades para o autocuidado, a autodisciplina, a educação de si mesmo e dos outros. Nesse sentido, a constituição desses sujeitos usuários de maconha autorreflexivos, responsáveis, autocontrolados permite ao movimento político, de certa forma, contradizer o Estado e seus especialistas, evidenciando as falhas de sua ação governamental sobre os usuários de maconha, questionando a validade das políticas proibitivas e repressivas, indicando seu caráter abusivo, excessivo, inútil e extremamente oneroso para os cofres públicos. A formação ética esboçada na comunidade permite, então, conferir sustentação a uma forma de crítica política da ação governamental do Estado em termos de sua eficácia e do custo que o tipo de intervenção do poder público acarreta: se os “maconheiros” são tão responsáveis e ordeiros por que gastamos tanto dinheiro para persegui-los, processá-los, forçá-los a abandonarem um hábito que, em si mesmo, não traz dano significativo à sociedade? Ao contrário, a manutenção de uma tal política não estaria apenas contribuindo para o enriquecimento dos traficantes de drogas, o incremento da criminalidade, a superlotação das penitenciárias, multiplicando astronomicamente os gastos públicos para a manutenção de uma proibição que parece não se justificar sob nenhuma forma de racionalidade? Neste funcionamento estratégico, a ação da comunidade em investir na produção de sujeitos reforça uma crítica cuja racionalidade, mais do que política, jurídica ou moral, é econômica ao induzir, mesmo que implicitamente, a reflexão sobre a questão da maconha a uma análise em termos de custos e benefícios das ações do Estado neste tema, tornando possível perceber a falta de consistência (o uso e o tráfico seguem ainda que os custos da repressão sejam altos), a falta de sentido e, também, a contradição em se despender tantos recursos e esforços no combate a uma substância como a maconha enquanto outras, tão ou mais nocivas, como o álcool e o tabaco, são de venda livre, pagam impostos e são integradas na vida social cotidiana. A formação de “maconheiros responsáveis”, nesse sentido, leva, ou, em tese, pode levar, a questionamentos acerca do custo, para a sociedade, do hábito de consumir maconha, confrontado ao custo da prática judiciária (do policiamento ao processo penal) e a uma avaliação da eficácia do sistema punitivo. Proibir o uso de maconha e reprimir aqueles que o fazem está tornando nossa sociedade mais segura e saudável ou está apenas consumindo uma

enormidade de recursos sem um retorno efetivo? Como sustentar uma política penal cujo custo é superior àquele do crime que ela visa coibir⁹⁶?

E essa forma de análise, ao fornecer ferramentas para o confronto à governamentalidade que organiza o modo como o Estado problematiza e atua no governo dos usos de drogas, nos conduz a pensar os liberalismos como algo mais do que doutrinas políticas ou filosóficas. Não é, definitivamente, considerando-se os discursos circulantes na comunidade aqui pesquisada, um programa político liberal ou neoliberal, ou uma filosofia liberal ou neoliberal que perpassam as reivindicações, as formas de problematização e de governo das condutas de usuários de maconha elaboradas nesse contexto. Não é deste modo que esses sujeitos podem ser caracterizados como liberais ou como neoliberais. É, de outro modo, como uma forma de cálculo, um modo de realizar escolhas, um modo de praticar a racionalidade que os liberalismos são apropriados por esses indivíduos (sem que tenham consciência disso ou que reivindiquem para si essa apropriação), e lhes servem como matriz de pensamento e de prática, matriz esta que se caracteriza pelo emprego de uma racionalidade econômica a campos nos quais tal forma de pensar não era comum (como é o caso do campo das políticas de drogas). O comportamento humano de fazer uso de uma droga, assim, é tornado objeto de reflexões cuja racionalidade é econômica e se expressa mediante um cálculo dos riscos envolvidos, das medidas possíveis de serem tomadas para maximizar o prazer e minimizar os danos e da constituição, como temos visto, de um regime refletido de uso da substância. Problematizar a si mesmo enquanto usuário de maconha nesses termos é aplicar um cálculo econômico tendo em vista maximizar a utilidade do consumo da droga, o que implica a utilização de uma grade de inteligibilidade de si mesmo e de suas ações cujo

⁹⁶ Foucault (2008a, p.351-353) apresenta uma interessante exemplo de uma análise econômica da política penal de drogas, a qual explicita bem essa racionalidade voltada ao cálculo e à confrontação dos custos entre, de um lado, a manutenção da política por parte do Estado (financiado pela sociedade) e, por outro, os custos sociais da perpetuação desse tipo de crime envolvendo drogas. Foucault reconstitui como, até a década de 1970, o cerne da política de drogas estava em reduzir a oferta dessas substâncias no mercado. Para tal, grandes investimentos públicos foram feitos para dismantlar as redes de produção e de distribuição de drogas. O resultado dessa política foi que diversas (mas não todas) as redes foram dismantladas, o que teve por efeito que as redes que não foram dismantladas, com isso, assumiram uma posição monopolística que lhes propiciou um aumento dos preços das drogas. Sendo grande parte da demanda de drogas uma demanda de tipo inelástico, ou seja, que varia pouco com o aumento dos preços, uma vez que uma significativa parcela dos consumidores não medem esforços para obter as substâncias de que necessitam, o efeito dessa política penal foi o aumento da criminalidade, pois aquela parcela dos consumidores habituais que não podiam mais pagar pela droga passaram a cometer crimes a fim de obter o dinheiro necessário para a manutenção de seu consumo nos mesmos padrões de antes do aumento dos preços. Do ponto de vista de uma análise econômica, o endurecimento da repressão às redes de tráfico resultou, nesse processo, em um retumbante fracasso, já que a política penal formulada para reduzir o crime, política esta que envolveu alto investimento financeiro para o desmonte das cadeias de produção e distribuição, de fato teve por efeito em aumento da criminalidade sem uma substancial redução no consumo das drogas proibidas. Cálculo de custos do crime e de custos da aplicação da lei que o coíbe e avaliação da utilidade da política adotada, portanto, como critérios, como elementos racionais de avaliação crítica de uma ação governamental.

modelo é o do sujeito econômico, precisamente o modelo de subjetividade que se constitui, desde o século XVIII, a partir da elaboração do liberalismo como racionalidade que pode ser utilizada para a análise e a tomada de decisões nos mais variados aspectos da vida individual e social.

Mas o potencial crítico dos liberalismos frente às totalizações, uniformizações e repressões estatais carrega em si, ainda, um outro aspecto que os fazem especialmente atrativos quando se trata da organização de formas de resistência à governamentalidade dos usos de drogas tal como colocada na atualidade. Como abordei em diversas passagens desta tese, o tipo de poder que se exerce historicamente sobre as drogas, seus usos e usuários encontrou nos saberes de matriz *psi* uma correia de transmissão, justificação e ampliação espetacular de sua força, alcance e forma de exercício⁹⁷. Como vimos no capítulo um, é da aproximação entre a psiquiatria e o direito que emerge o poder normalizador como tecnologia empregada pelo Estado a fim de assegurar a administração das diversidades que caracterizam grandes grupos populacionais, de modo que “a mecânica do poder em nossas sociedades acha-se consubstancialmente ligada ao surgimento e à disseminação da ‘função-psi’”. O neoliberalismo, principalmente, notavelmente em sua maneira de analisar o fenômeno da criminalidade, funda-se em um “antipsicologismo fundamental”, o que o torna apto a fornecer um modo de problematização e de ação “suscetível de abrir caminho para uma desconstrução do discurso psiquiátrico e do paradigma disciplinar” (LAGASNERIE, 2013, p.154), uma vez que rompe com explicações do comportamento humano em termos de “gostos, inclinações morais, psicologia, cultura, identidade etc.” (LAGASNERIE, 2013, p.155). Ou seja, é o próprio campo da interioridade que é colocado em xeque. Ora, como vimos nas páginas finais do primeiro capítulo desta tese, o movimento estratégico do governo das condutas dos usuários de maconha, no Brasil, produziu-se sob a forma de um deslocamento das questões étnico-raciais para uma busca de justificação e fundamentação na “personalidade subjacente”, na “interioridade”, em disposições e caracteres patológicos cujos signos não podiam mais ser identificados na aparência dos indivíduos e suas vinculações étnicas, geográficas, raciais ou de classe. De modo radicalmente diferente, e daí talvez um pouco de sua atratividade na elaboração de formas de resistência a poderes que se exerceram e se exercem historicamente articulados aos saberes de tipo “psi”, a concepção neoliberal do crime não aproxima este da anormalidade: sua tecnologia de poder não é a da normalização, não havendo, portanto, no criminoso, nada de singular, de monstruoso, de perverso, uma vez que “desenvolver

⁹⁷ Discuto isso de modo mais aprofundado em outro lugar (RIBEIRO, 2013).

atividades criminosas, ou, inversamente, atividades legais não manifesta tendências inscritas num psiquismo. Essa escolha depende pura e simplesmente das incitações objetivas recebidas pelos indivíduos, dos benefícios (ou custos) que eles são suscetíveis de auferir ao realizar tal ato em vez de outro: o crime é um ato racional” (LAGASNERIE, 2013, p.156). O crime, nesta forma de inteligibilidade, se divorcia de concepções morais e deixa de ser uma questão de normalidade ou anormalidade. Essas racionalizações que o neoliberalismo opera em suas formas de crítica ao Estado, ao retirarem do criminoso um caráter moral e uma antropologia específica, fazendo dele “nada mais do que absolutamente qualquer um” (FOUCAULT, 2008a, p.346), se apresentam como extremamente profícuas para o estabelecimento de um processo de desmonte de uma prática como o uso de maconha enquanto uma prática criminosa e/ou patológica, funcionando no sentido exatamente inverso àquele no qual funcionou o processo histórico de problematização (patologização e criminalização) do uso dessa substância, processo esse descrito e analisado no primeiro capítulo deste trabalho.

O que advém desse tipo de problematização é uma crítica ao excesso de governo em torno das drogas, seus usos e usuários. O poder que tudo pretende ver, proibir, reprimir, que pretende policiar e punir práticas individuais, jogos de prazer que o indivíduo joga consigo mesmo, e que, para realizar tal intento, opera sobre o indivíduo a fim de discipliná-lo, normalizá-lo, produzi-lo como sujeito, inculcando-lhe formas de relação consigo mesmo, e sobre a população a fim de geri-la, é criticado em favor de um outro exercício de poder, o qual, fora dessa matriz disciplinar, calcula o preço dos esforços para redução da delinquência em relação com os benefícios advindos dessa redução. Assim, o custo de manutenção de altos efetivos policiais e do funcionamento do aparelho judiciário são considerados superiores aos benefícios que a sociedade extrairia com a redução de crimes como, por exemplo, o uso de drogas, cujo potencial ofensivo à sociedade é relativamente baixo se comparado à violência gerada pela guerra às drogas.

Para finalizar essa análise dos liberalismos como racionalidades fundantes do tipo de resistência política e do tipo de elaboração ética empreendidas pelo movimento cultural canábico, tal como se expressa na comunidade *Growroom*, é preciso fazer um alerta, a fim de tentar evitar mal-entendidos. Como qualquer exercício de vinculação entre práticas e ideias políticas, este aqui realizado requer, para sua efetiva compreensão, que se tenha em mente que os liberalismos, tal como aqui abordados, constituem uma construção intelectual, uma forma de cálculo e de crítica à realidade do Estado e de suas formas de problematizar e implementar o governo dos indivíduos e da população. Isto quer dizer que não se trata de avaliar o que formas de governo liberal e/ou neoliberal efetivamente têm produzido, mas de identificar

como seus modos de pensar a realidade fornecem ferramentas a iniciativas ético-políticas que não carregam, em si mesmas, qualquer tipo de compromisso com as políticas liberais e neoliberais atualmente em curso em diversos países do mundo, uma vez que a apropriação feita é pontual e não sistêmica. Além disso, devemos considerar que essas formas de pensamento, de cálculo e de crítica à governamentalidade que partem de racionalidades liberais e neoliberais se tornam, na contemporaneidade, disponíveis a serem empregadas pelos mais diversos tipos de movimentos e grupos, estejam estes atuando no interior do Estado ou contra o Estado. Nesse sentido, a mesma lógica calculista utilitária que prescreve, por exemplo, a limitação da destinação de recursos públicos para a saúde pública, garantindo a manutenção das condições mínimas de saúde da população necessárias para sua produtividade (e faz isso até o limite do necessário para garantir a produtividade, ainda que isso signifique deixar sem assistência, ou com uma assistência muito precária, um considerável contingente populacional – gasto cuja utilidade não é aprovada pelo cálculo custo-benefício), esta mesma lógica calculista é empregada para contestar o modo como o Estado, em sua aliança com a psiquiatria, disciplina e moraliza a população, intervindo em suas condutas e empreendendo uma política repressiva cujos custos econômicos e sociais se mostram absolutamente ineficientes. Mas retomemos, agora, a descrição e a análise do tipo de ética, de relação consigo, que essa crítica política à governamentalidade do uso de drogas requer daqueles que a realizam.

Emergência do usuário de maconha autorreflexivo como sujeito ético

Como temos visto, há uma contraface ética à crítica política antiproibicionista, tal como engendrada na comunidade *Growroom*. A formação dessa “pequena” relação consigo mesmo constitui, pela via da ética, um espaço de potencial liberdade, espaço este, contudo, que só pode efetivamente existir se atendidas as já mencionadas condições materiais, emocionais e simbólicas, e, aspecto que analiso a partir de agora, se não houver uma postura de passividade por parte do indivíduo, pois a relação consigo “é criada somente através da prática, através da efetivação, do engajamento com as técnicas de governo do corpo e de controle da dieta” (ROSE, 2011, p.262). A relação consigo envolve, então, o aprendizado de técnicas, de estilos, de formas de falar e de mostrar a si mesmo, todo um novo campo de operações do indivíduo sobre si mesmo que se institui mediante a prática reiterada de formas de reflexão e de atuação sobre si mesmo enquanto usuário da droga (atenção aos efeitos, às reações próprias e alheias que se tem a eles, às quantidades e frequências que se está usando,

medidas para racionalizar o consumo, definir padrões, contextos, quantidades etc, ou seja, aquilo que venho apresentando nas análises das fontes empíricas). E aí é preciso notar que o objeto desse campo é o mesmo objeto construído pelos saberes e poderes que conformaram e institucionalizaram o governo dos usuários de maconha no Brasil: é a droga como problema. Os usuários aqui investigados subjetivaram, como todos nós, os discursos nos quais se objetivaram os usuários de maconha como delinquentes, como doentes, como moralmente condenáveis, de modo que a gênese da relação consigo que agora elaboram é a própria problematização do uso de maconha tal como construída no passado. Mas na constituição desse espaço de reflexão e de atuação de si sobre si, espaço no qual cada usuário pensa o que está fazendo, o quê e quanto está usando, avalia a experiência que tem, a qualidade de sua relação consigo, com a droga, com os outros, enfim, ao fazer disso tudo um campo de práticas de autocontrole, de autogoverno, de regramento do prazer para sua melhor fruição, esse usuário cria um espaço, uma possibilidade de que sua constituição subjetiva passe também por esse espaço que se coloca, agora, entre os fluxos de poder institucionalizado e ancorado nos saberes médicos-psiquiátricos e jurídico-policiais, e o seu “eu”. Como escreve Deleuze (2005, p.107),

por um lado, há uma relação consigo que começa a derivar-se da relação com os outros; por outro lado, igualmente, uma constituição de si começa a derivar do código moral como regra de saber. Essa derivação, esse descolamento devem ser entendidos no sentido de que a relação consigo adquire independência. É como se as relações do lado de fora se dobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se escava e desenvolve segundo uma dimensão própria.

Assim, é como derivação da construção do usuário de maconha como doente ou como criminoso que entendo que uma relação do indivíduo usuário de maconha consigo mesmo começa a se constituir. Nesse sentido, enquanto derivação do domínio político para o da ética individual, analiso esse processo de constituição de si de usuários de maconha brasileiros contemporâneos como uma técnica de governo de condutas, uma técnica de poder. A prática reiterada de fazer de si mesmo, de uma parte recortada de si mesmo (o uso de maconha), um objeto de reflexão e de atuação abre um novo território ao criar essa relação consigo (relação de si-sujeito consigo-objeto) que se pode agora desenvolver com relativa independência, mediante o aprofundamento da reflexão e da atuação sobre si. Assim, as relações de todos com o usuário de maconha como doente, criminoso etc se “dobram” e formam um “forro” no interior do próprio usuário: é precisamente nesse espaço “dobrado” que esse indivíduo começa a entretecer essa relação consigo, relação que parte da concepção do maconheiro como doente, criminoso etc. E é para não ser doente nem criminoso que esse indivíduo quer governar a si mesmo, atuando nesse “forro”, nesse espaço de relação consigo que se

constituiu a partir das verdades subjetivadas dos discursos que objetivaram o usuário de maconha. O surgimento dessa relação consigo, desse lado de dentro, marca o surgimento de uma outra dimensão a ser conhecida e governada, uma dimensão na qual o sujeito pode erigir outros nexos entre ele mesmo e os saberes, poderes e verdades que, de fora, dizem ele mesmo. Nessa dimensão, nesse domínio, o indivíduo pode passar a exercer, sobre si mesmo, um poder que não é novo, não é inédito, não é sua pura criação, constituindo uma derivação do poder de que foi tornado objeto ao identificar-se/ser identificado como usuário de maconha, o que faz dessa relação que ele desenvolve consigo mesmo um “princípio de regulação interna em relação aos poderes constituintes da política, da família, da eloquência e dos jogos, da própria virtude” (DELEUZE, 2005, p.107). Quer dizer, a relação consigo, constituída nessa “dobra”, a partir das formas como os usuários de maconha foram problematizados e tornados alvo de práticas de poder, é o que permite ao usuário de maconha autorreflexivo não a liberação do poder que os outros (o Estado, a sociedade, a família, os especialistas...) exercem sobre ele, mas a constituição de modos de regulação de si em relação aos poderes cujo efeito ele sofre. Não, portanto, a libertação, a possibilidade de fazer o que quiser enquanto usuário de maconha sem dever satisfações a ninguém, mas a possibilidade de exercer ele mesmo, sobre si, controles cuja necessidade foi estabelecida histórica e culturalmente. Ou, na linha em que venho apresentando, não a possibilidade de ser irresponsável, mas a possibilidade de delinear, de estilizar, de fabricar suas próprias formas de ser responsável e, nesse processo, constituir um modo de existência que, se não é incondicionado, se produz não mais do embate entre forças, entre poderes, mas da dobra do poder e da elaboração de uma relação singular desse poder histórico consigo mesmo, com o próprio “eu”. Tal relação não vai mais se dar em termos de obrigação, de proibição, mas por intermédio de “regras facultativas” (DELEUZE, 2007, p.123) que “avaliam o que fazemos, o que dizemos, em função do modo de existência que isso implica” (DELEUZE, 2007, p.125-126). Nesse sentido, o governo sobre os usuários de maconha deixa de ser uma força coercitiva, tornando-se um estilo de vida, um conjunto de procedimentos de regulação aos quais o indivíduo pode aderir fazendo-os parte de sua singularidade, de um estilo de vida com o qual ele se vê comprometido e a partir do qual avaliará a si mesmo e aos outros. A busca, por vezes ansiosa, que vemos no *Growroom*, por critérios suscetíveis de fundamentar uma avaliação de si, de suas práticas psicoativas, parece encontrar nessa forma de autogoverno uma chave de inteligibilidade.

A relação consigo que pode se constituir a partir dessa forma de governo de si permite equipar o indivíduo para seu encontro com o poder, com a verdade do poder e com o poder da verdade, armando-o para que possa construir uma relação vivível, praticável, pensável com

um poder que se apresenta como verdade e para cujo enfrentamento é necessário a elaboração de formas que lhe permitam não sucumbir, não aderir à verdade, à identidade objetivada e etiquetada sobre o consumidor de drogas ilícitas: delinquente e/ou doente. É preciso dobrar o poder para que a relação do sujeito com esse poder possa ser reescrita, reelaborada em uma “zona vivível onde seja possível alojar-se, enfrentar, apoiar-se, respirar – em suma, pensar” (DELEUZE, 2007, p.138). Daí o estilo de vida como modo de fabricação de si e de sua relação com o poder em bases um pouco diferentes, tornadas possíveis pela dobra, pelo processo de subjetivação. A relação de poder se torna, então, não mais uma relação marcada pela desigualdade e pelo desequilíbrio de forças, relação de sujeição a um poder exterior que coage e submete, mas uma relação consigo mesmo, uma relação na qual a supremacia não está mais do lado daquele (o Estado, o especialista, a polícia) que submete o outro pela verdade e pela força (pela verdade da força e pela força da verdade), mas do lado daquele que melhor exerce o poder sobre si mesmo. Trata-se do governo de homens livres, em uma perspectiva na qual ser livre não é não ser governado, mas ser governado por si mesmo (e por seus pares, pela comunidade, pelo “nós” e não pelo “eles”), sem a submissão ao outro, sem a humilhação heterômana e minorizante. Configura-se aí uma nova relação de poder, relação entre forças mais equalizadas, autônomas, livres, o que requer a constituição de sujeitos capazes de autorregulação, de exercício de poder sobre si mesmos e de estilização desse poder no interior de um estilo de vida que regula, que angaria o compromisso do sujeito (pois trata-se de compromisso consigo mesmo, com sua comunidade) e que administra o alcance e a intensidade do poder que é exercido.

Liberdade e controle: relações agonísticas na constituição de sujeitos

Essa forma de ver, que aqui procuro delinear, contrasta com outras que têm sido colocadas sobre o governo dos usuários de drogas pelos outros e por si mesmos. Se, em um nível mais básico, a discussão se dá em termos de onde está a liberdade, sendo as drogas ora vistas como agentes que anulam a capacidade de autodeterminação dos indivíduos, ora vistas como signos da liberdade, pois seu uso resultaria da livre expressão da vontade de prazer humana, a partir das perspectivas interessadas nos modos pelos quais são governados e se governam os usuários dessas substâncias, o foco é colocado sobre como a conduta desses indivíduos é produzida. Rosa (2014), em trabalho que analisa as políticas e as práticas de redução de danos, sugere que essa forma de pensar e de implementar controles sobre os usuários de drogas, tributária da emergência das racionalidades políticas liberais e neoliberais,

“captura os indivíduos através do disciplinamento e do controle em decorrência das tecnologias de normalização e de segurança” (ROSA, 2014, p.22). Vendo no surgimento de programas de redução de danos financiados pelas administrações públicas municipais, estaduais e federal um novo momento nas “transformações da biopolítica na sociedade de controle”, momento este marcado pela consideração de usuários e ex-usuários de drogas como capital humano, uma vez que são contratados pelo Estado para vigiar e controlar outros usuários de drogas, reduzindo os danos pessoais e sociais de suas práticas, o referido autor denuncia as políticas e as práticas de redução de danos como tecnologias de governo que, a despeito de serem apresentadas como fundadas nos direitos humanos e na atenção a riscos e vulnerabilidades sociais, capturam os indivíduos e governam suas condutas. Apesar de constituir um estudo com o qual mantive estreita interlocução, uma vez que adota objeto e perspectiva teórica bastante próximos daqueles por mim adotados, tendo contribuído decisivamente para a reflexão aqui exposta, discordo de muitos dos resultados alcançados pelo autor, em especial sua conclusão, segundo a qual os usuários e ex-usuários de drogas contratados pelo Estado como agentes redutores de danos estariam “agindo como empresários de si no intuito de não apenas atuar na minimização dos danos ocasionados pelo consumo de drogas, mas, principalmente, conquistar ganhos financeiros e *status*” (ROSA, 2014, p.338). O problema desse tipo de conclusão, do meu ponto de vista, é que se sustenta em teoria e não em empiria, pois o autor não apresentou dados colhidos a partir da realização de observações etnográficas, ou entrevistas, ou qualquer instrumento de pesquisa, derivando diversas conclusões diretamente do trabalho teórico de Michel Foucault.

Mas o trabalho de Rosa merece uma maior atenção, pois a partir de sua discussão penso ser possível construir melhor o meu argumento sobre a questão aqui em tela: liberdade ou dominação no governo das condutas de usuários de maconha na contemporaneidade. Operando com a governamentalidade como chave analítica, o autor, como apontado, não identifica no pensamento e na prática da redução de danos um espaço possível de liberdade, interpretando tais iniciativas como “captura”, como tecnologias de dominação. Embora relativize em alguns momentos essa convicção, no geral esse é o sentido do seu texto. Diferentemente, penso que as análises em termos de governamentalidades se enriquecem na medida em que particularizamos e localizamos seus focos, procurando evitar derivar interpretações generalizantes. Nosso objetivo, ao fim e ao cabo, é compreender um fenômeno concreto, não generalizar uma teoria. Como o autor em questão não descreve seu contexto particular de investigação, seu campo de pesquisa (quais programas de redução de danos estudou, postos em prática em que locais, por quais pessoas, em que situação concreta e em

face de que forças políticas, sociais, morais, econômicas), a riqueza das particularidades perde muito de sua força, afinal não existe, em uma perspectiva não-hegeliana, como a aqui adotada (e adotada também por Rosa), a redução de danos como ideia que se objetiva no mundo, mas sim práticas concretas, locais, condicionadas por saberes, poderes, interesses locais, contextuais, que precisam ser descritos. Evitar as diversas formas de idealismo é um desafio que os pesquisadores sociais precisam tentar enfrentar e, para isso, nada melhor que atentar aos sujeitos e suas práticas. Daí que, atentando para sujeitos que se manifestam no *Growroom*, para as formas de pensar e as práticas por eles narradas como transformação de princípios de responsabilidade, de autocuidado e de redução de danos em condutas, penso ser possível enxergar de forma relativamente matizada os modos pelos quais um modo de governo desses usuários de maconha se constitui. A redução de danos, tal como por mim “enxergada” nas reflexões e nas práticas relatadas por esses indivíduos (de forma semelhante a como procurei fazer em relação ao liberalismo e ao neoliberalismo), constitui uma forma de pensamento e de ação que pode funcionar como elemento de uma tecnologia de autonomia, estimulando a constituição do sujeito usuário de drogas na sua inserção em um campo prático-reflexivo a partir do qual ele é estimulado a construir um regime de vida, refletindo, posicionando e administrando seu uso de drogas no interior de um estilo de vida que se sustenta como um compromisso consigo mesmo, o singular, com os outros, o particular (a comunidade, a família, os amigos) e com a sociedade, o geral⁹⁸. Assim, se a redução de danos como política pública constitui, ao menos segundo Rosa (2014), uma ferramenta biopolítica de normalização e controle de usuários de drogas, em minha perspectiva, cujo escopo e alcance restrinjo ao máximo possível (uma parte dos participantes de uma comunidade virtual de usuários de uma droga específica, a maconha), essa forma de pensar e de agir sobre as drogas, seus usos e usuários pode contribuir para a constituição de sujeitos que se dedicam à elaboração daquilo que poderão vivenciar como sua autonomia e à estilização de sua responsabilidade. Esta, se tem sua exigência vinculada ao que é compreendido em nossa época e cultura como uma necessidade de controle sobre essas práticas de alteração de consciência, surgindo como força que se impõe sobre o indivíduo, encontra, através de racionalidades e de práticas como a redução de danos, uma forma de ser elaborada, pelo

⁹⁸ Tal forma de compreender a redução de danos se aproxima da apresentada por Rigoni (2006, p.99), a qual, acompanhando o trabalho de profissionais de redução de danos e orientada por um olhar de inspiração foucaultiana, vê nesse tipo de estratégia de atenção à saúde “uma forma de governo de si baseada em uma racionalidade que vem resistir aos modelos hegemônicos, resgatando o papel ativo e participativo do usuário de drogas em seu tratamento e nas políticas públicas a ele referentes”. A redução de danos, então, enquanto forma refletida e praticada de governo de si, “extrapola a questão do controle da substância” e “oferece uma possibilidade de questionamento dos regimes de verdade e racionalidades comumente aceitas em nossa sociedade, incentivando os sujeitos a exercerem uma prática reflexiva da liberdade” (RIGONI, 2006, p.102).

próprio sujeito, como conduta individual, como estilo de vida, como algo que ele passa a reconhecer como sua própria vontade e não mais como simples coerção. Julgo apropriado, a partir de uma perspectiva *foucaultiana*, considerar tempos e espaços nos quais o indivíduo pode operar sobre si dessa forma, reelaborando, ainda que parcialmente, poderosas tecnologias de dominação em termos de tecnologias de si, como tempos e espaços nos quais práticas de liberdade podem vir a acontecer. Ainda que não seja a mesma ideia de liberdade com que iluministas, comunistas e anarquistas historicamente sonharam, penso que se trata de um espaço (exíguo, certamente, mas potencialmente efetivo) a partir do qual pode ser possível ao usuário de drogas atuar consistentemente no jogo de poder historicamente constituído sobre as drogas, seus usos e usuários, jogo este tendente a conduzir esse indivíduo a ser identificado e identificar a si mesmo como doente, como fracassado, como inútil, como irresponsável, como criminoso. A redução de danos, deste modo, constitui um elemento dentre outros suscetíveis de compor as racionalidades e as tecnologias com que pode contar o indivíduo usuário de drogas na constituição mais ou menos autorrefletida de si mesmo como sujeito de suas práticas.

No entanto, é preciso ter em mente que formas de governo de si como as gestadas na comunidade estudada, orientadas por princípios de autocontrole, responsabilidade, moderação, redução de danos e autocuidado, tendem a constituir tecnologias de governo que, em si mesmas, carregam uma ambivalência, podendo ser operacionalizadas como práticas de si calcadas na reflexão e produção de autonomia e liberdade, ou, por outro lado, podem vir a ser conectadas a estratégias mais amplas de controle da conduta individual por aparatos de dominação. Como analisa Rigoni (2006, p.102), “como toda forma de governo de si e dos outros, a redução de danos possui suas verdades e regras. Todas estas verdades, quando não questionadas e refletidas, correm o risco de estar concorrendo não para uma prática refletida, mas para uma nova técnica de biopoder”. Tal consideração me parece adequada para a análise de espaços de constituição de subjetividades de usuários de maconha, tal como o *Growroom*: é claro o processo de constituição, na comunidade, de regras de vida e de verdades que as sustentam. Ao mesmo tempo, a reflexão constante acerca de si mesmo enquanto sujeito de suas práticas constitui forte marca das relações consigo e com os outros que são fomentadas nesse espaço: desses dois processos conflitantes, dessa ambivalência que constitui a relação de poder que se trava consigo mesmo e com os outros é que vai emergir, em cada caso individual, “a percepção do risco de se assumir uma prática normativa”, seja a normatividade que o Estado, a medicina, o sistema penal impõem, seja a normatividade que a própria comunidade e, no limite, o próprio indivíduo, coloca. A relação com a vida em termos de

normas se, por um lado, estrutura a experiência, conferindo um grau de estabilidade a partir do qual o sujeito pode trabalhar sobre si mesmo e constituir-se, por outro lado implica um risco de sujeição que pode submeter o indivíduo e anestesiar sua capacidade crítica, sua capacidade reflexiva e avaliativa. Pode, ao fim e ao cabo, automatizar sua gestão de si e levá-lo a “reproduzir a lógica de uma obrigatoriedade, de uma regra não refletida que passa a pautar suas práticas e o modo como deve cuidar de si” (RIGONI, 2006, p.103), seja a regra da sociedade, seja a regra da comunidade, seja uma regra que, constituída em determinado momento, de forma autônoma, pelo próprio sujeito, a partir desse conteúdo social e comunitário, deixa de ser prática refletida e se torna sujeição supressora de liberdade. Uma vez que tudo é perigoso, a prática da liberdade requer atenção, vigilância e controle constantes a fim de não tornar-se o seu oposto. Daí a importância de que usuários de drogas tenham acesso a ambientes de reflexão, a contextos, situações e relações através das quais a problematização de si mesmos seja prática constante. Ao estabelecer um espaço com essas características, o fórum *Growroom* constitui uma possibilidade de liberdade.

Contudo, é só a presença constante do pensamento, do exercício, do treino da reflexão incansável sobre a prática que pode garantir uma constituição autônoma de si, dentro de margens histórico-culturais relativamente flexíveis, mediante a criação das condições, das possibilidades para a constituição de uma experiência de um sujeito responsável pela sua própria liberdade. Nesse sentido, seja no *Growroom*, seja em um consultório médico ou psiquiátrico, em um tribunal, em uma sala de aula ou na sala da casa de seus pais, é possível a um usuário de drogas adotar uma ação moral pautada por regras externas, regras da comunidade, do poder médico-psiquiátrico, do poder penal etc., regras estas às quais ele vai se sujeitar e em relação às quais ele vai se constituir. Mas, é possível, também, a este mesmo indivíduo, adotar uma ação ética que se funda em uma reflexão que esse indivíduo empreende a partir do conhecimento de si e do conhecimento acerca dos jogos de poder e de verdade nos quais se encontra implicado ao consumir uma substância psicoativa em nossa época e cultura. Daí uma diferença que precisa ser enfatizada entre uma forma de constituição do sujeito a partir de uma moralidade dada (seja a moralidade da comunidade de usuários de maconha, seja a moralidade “do Estado”, a moralidade cristalizada por uma configuração específica das relações de poder que fazem funcionar as instituições, a família, a escola, as práticas médicas, penais, etc.) e uma forma de constituição do sujeito em relação com essas moralidades, mas fundada sobre uma relação consigo que se institui pela reflexão da prática e pela compreensão dos jogos de poder, dos jogos de verdade que, jogados em todas essas instâncias (do consultório médico ao site da internet, da casa da família à sala de aula, do tribunal à casa dos

amigos ou à esquina) condicionam as formas pelas quais pensamos e agimos. É essa segunda forma de constituição do sujeito que, do ponto de vista desta pesquisa, identifico como potência que reside em espaços como o *Growroom*. Para que essa potência se atualize, entretanto, produzindo sujeitos éticos capazes de gerir a si mesmos de forma autônoma, é necessário que seja cultivada a capacidade de “reflexão da forma assumida pelo regime de regras imposto/sugerido pelo modelo de sociedade em vigor” (RIGONI, 2006, p.104), reflexão esta que encontra lugar no fórum investigado sob a forma de uma construção coletiva por parte dos usuários de maconha que problematizam suas experiências e refletem suas práticas em relação com o regime de regras que organizam nossa cultura na atualidade.

Penso que a figura do agente redutor de danos, tal como emerge da pesquisa empírica realizada por Rafaela Rigoni, que acompanhou o trabalho desses profissionais, nos serve aqui como um modelo interessante para pensar de que formas concretas sujeitos inseridos em relações de poder atuam estrategicamente. Compreender isso me parece vital para que não busquemos na teoria as respostas para os nossos problemas de pesquisa, mas tão somente vieses, perspectivas, elementos que nos ajudem a refinar e precisar melhor nosso problema e de que modos podemos buscar, nos dados empíricos, uma resposta a ele. As respostas, inescapavelmente, terão de ser buscadas na empiria, daí seu caráter de localidade e particularidade que nos colocam a possibilidade de generalizações como um desafio que nem sempre deve ser assumido. Vejamos. O agente redutor de danos desenvolve um trabalho cuja lógica e cuja necessidade residem nos desígnios do biopoder: melhorar a saúde da população, tornar os indivíduos responsáveis pela gestão de sua própria saúde, tornando-os produtivos, empregáveis, habilitando-os a serem incorporados às forças com as quais o Estado e o mercado contam para sua sobrevivência e desenvolvimento. Colocados em campo, nas vilas, favelas, nos locais de uso de drogas, esses indivíduos se encontram a sós (o Estado, seu empregador, não está ali com eles) e precisam, para desempenharem suas funções, construir vínculos com a comunidade na qual se inserem, a fim de poderem acessar os usuários de drogas que ali atuam. Mais do que isso, precisam ser hábeis negociadores a fim de conquistarem e manterem a confiança dos usuários de drogas, mas também a fim de garantirem sua própria segurança e independência em relação aos traficantes de drogas atuantes na região e também à polícia, uma vez que uns e outros podem dificultar a realização de seu trabalho, que é, precisamente, um trabalho de articulação para o qual o agente redutor de danos deve ser “um elo entre o usuário de drogas, sua rede de interação social e a rede de serviços de saúde” (RIGONI, 2006, p.106). Colocado pelo Estado governamentalizado nesta situação particular, nesta “missão biopolítica”, é simplesmente como reproduzidor desta lógica

de controle da população que vamos descrever este sujeito caso estejamos atentos ao pensamento de Foucault, mas distantes da concretude da experiência e das relações travadas por esse indivíduo⁹⁹. Ainda mais quando atentamos para seu discurso de traços (neo) liberais, cujo uso estratégico analisamos acima. Temos o discurso do sujeito, temos a teoria, temos uma tese: a redução de danos reproduz relações de poder vigentes e estruturantes do capitalismo, da biopolítica, do neoliberalismo! Mas não é isso o que nos mostra a pesquisa de Rigoni, nem o que penso encontrar nos meus próprios investimentos nesta pesquisa. A situação concreta dos agentes redutores de danos e desses usuários de maconha autorreflexivos, a situação concreta dos sujeitos no campo onde agem, na vida, é sempre mais rica e mais complexa do que as teorias que as tentam explicar. Eles são estratégicos e podem ter realizado o movimento reflexivo acima descrito, compreendendo, ainda que parcialmente, sua posição em um jogo de poder e constituindo uma postura ética em relação às moralidades que o atravessam. Eles podem, na prática, em suas condutas, que se desenrolam na “ponta” de uma maquinaria de controle e de governo dos outros, da população, eles podem, neste preciso momento em que se dá a relação efetiva com o outro, com o usuário de drogas atendido pelo programa de redução de danos ou com o qual se comunica o indivíduo em um fórum virtual, atuarem como fomentadores da constituição de tecnologias de autonomia e não como operadores de tecnologias de dominação. Eles podem, em suma, na própria execução do governo do outro, fomentar a constituição, no outro, do governo de si, governo este cujo caráter de reprodução do poder ou de reformulação e apropriação deste poder do outro como poder do “eu” sobre si mesmo vai depender do trabalho que esse outro for capaz, com a ajuda do agente em questão, de realizar sobre si. O jogo do poder não é, portanto, um jogo de reprodução, um jogo de dominação, mas um jogo de ambivalência, de abertura, no qual a liberdade é sempre uma possibilidade, uma potência cuja atualização depende de um trabalho reflexivo e prático sobre si e sobre o outro, trabalho que deve ser árduo e constante e que pode significar, em meio a um discurso (neo) liberal e a uma situação configurada, disposta pelo biopoder em seu próprio exercício, paradoxalmente, uma prática de liberdade mediante a constituição de um indivíduo como sujeito autônomo de suas práticas.

Assim, se nas políticas públicas, segundo Rosa (2014, p.36), a redução de danos funciona como tecnologia de poder voltada à normalização, capitalização e controle de usuários de drogas, no interior de uma comunidade de usuários de maconha como o

⁹⁹ Paradoxalmente, neste caso, ainda que próximos do pensamento de Foucault, estaríamos dele distantes, uma vez que uma das principais medidas adotadas por este autor, em suas pesquisas, é o rastreamento dos dados empíricos, dos documentos, fazendo emergir deles suas elaborações teóricas.

Growroom sua racionalidade e suas práticas podem vir a funcionar como instrumentos para uma constituição autônoma de si. Nesse sentido, o que na descrição daquele autor, sob financiamento do Estado e operacionalização por parte de organizações não-governamentais constitui uma tecnologia de normalização e segurança que “captura os indivíduos através do disciplinamento e do controle”, aqui constitui um recurso, uma racionalidade e um conjunto de práticas por meio das quais o usuário de maconha autorreflexivo procura governar a si mesmo, refletindo, moderando e disciplinando seu consumo da droga. Ao fim e ao cabo, acredito que somente a descrição das práticas discursivas e não-discursivas de sujeitos concretos pode sustentar a afirmação da racionalidade e das práticas de redução de danos como componentes de tecnologias de dominação ou como tecnologias de si. E, como tenho tentado indicar, no mundo da prática essas distinções nem sempre são tão claras. Daí a convicção, aqui apresentada, de se operar com um conceito restrito de liberdade, que equilibre e tome em conta, sem a perda da perspectiva do indivíduo agente e do poder que este exerce sobre si mesmo, a forma como as forças de dominação condicionam as possibilidades individuais sem, no entanto, extingui-las. Um tal esforço analítico é fundamental para que não se perca a principal riqueza de se operar com a governamentalidade como chave de inteligibilidade das relações de poder, neste caso, em torno dos usos de maconha: a articulação entre as formas pelas quais essas práticas são problematizadas e controladas pelas racionalidades e por tecnologias de poder sobre os outros, desenvolvidas e implementadas pelo Estado, através de suas instituições, em parceria com especialistas e organizações privadas, e as formas pelas quais essas práticas de uso de maconha são problematizadas e controladas pelas racionalidades e tecnologias de poder sobre si mesmo, apropriadas, reelaboradas, encontradas na cultura (em especial nos espaços onde se cultiva uma cultura da maconha, como é o caso da comunidade *Growroom*) e entretecidas, trabalhadas pelos próprios usuários com o intuito de organizar sua experiência de usuários e resolver seus problemas cotidianos. Deste modo, se a redução de danos “reproduz o poder do Estado, das disciplinas e dos controles sobre os corpos” (ROSA, 2014, p.45), ela também, apropriada de outras formas, por outros sujeitos, movimentando-se em contextos e campos de possibilidade diversos, funciona como ferramenta para constituição de si mesmo frente a poderes e saberes que impelem à fixação identitária. Em suma, a descrição do que acontece (seja nos modos como políticas públicas tornam-se práticas de sujeitos, seja nas formas como usuários de maconha buscam constituir-se como sujeitos de suas práticas) como educação, normalização, dominação, libertação, governo de si por si ou governo de si pelos outros vai depender, fundamentalmente, de pequenos detalhes, de filigranas que definem as formas como os indivíduos vão experienciar a si mesmos como sujeitos a forças que serão reconhecidas como

próprias ou alheias, como autonomia ou heteronomia. Como Foucault (1995, p.244-245) escreve,

a relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas. O problema central do poder não é o da 'servidão voluntária' (como poderíamos desejar ser escravos?): no centro da relação de poder, 'provocando-a' incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um 'antagonismo' essencial, seria melhor falar de um 'agonismo' – de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente.

Deste modo, considerando liberdade e dominação não como forças antagonistas, caso em que o exercício da dominação implicaria na diminuição da liberdade, e vice-versa, mas como forças agonistas, caso em que o exercício da dominação não reduz, mas sim incita a liberdade, se tornam mais compreensíveis os modos pelos quais os exercícios de liberdade dos usuários do *Growroom* se estabelecem, eles mesmos, como formas de dominação de si e de reiteração das relações de poder das quais esses sujeitos são objeto. Assim, a não separação entre dominação e liberdade, entre poder e liberdade, permite compreender que a própria luta por liberdade implica na incitação do poder de dominação. Mais do que isso, no caso aqui abordado, não se trata, para esses usuários de maconha estudados, de uma busca por tornarem-se mais livres mediante um bloqueio do poder sobre eles exercido, mas sim de uma busca por tornarem-se mais livres mediante uma captação estratégica do poder que historicamente sobre eles é exercido e seu deslocamento mediante a assunção de si mesmo como sujeito e objeto desse poder.

E, pelo menos no que tange a certo número de usuários de maconha que frequentam a comunidade virtual *Growroom*, como venho tentando mostrar, a forma como procuram constituir a si mesmos como usuários de maconha autorreflexivos, responsáveis, autocontrolados, saudáveis e como ativistas pela legalização da droga e/ou cultivadores para consumo próprio se caracteriza como uma transformação de si mesmo em sujeito-objeto de uma forma de exercício de poder, objetivante e identificador, que, desde meados do século XX, no Brasil, emana das descrições médicas, psiquiátricas, jurídicas e policiais, dentre outras, indexando indivíduos que consomem maconha a categorias criminológicas e patológicas, dentre diversas outras formas de apreciação moral desses indivíduos em função de suas práticas. Essa forma de sofrer e de exercer sobre si esse poder se constitui, como venho argumentando, por meio de problematizações cuja matriz de racionalidade histórica e de práticas de governo pode ser situada nas governamentalidades liberais e neoliberais, consumando-se mediante práticas muitas vezes autodisciplinares. Nesse sentido, o modo como esses indivíduos constituem-se como sujeitos-objetos desse poder pode ser descrito em

termos de uma normalização que é realizada no âmbito dessa comunidade de usuários. Mas, e aí a complexidade de se analisar relações de poder na contemporaneidade, é preciso ter em mente que, nesse exercício de poder sobre si mesmos, esses indivíduos, sujeitos-objetos do poder, efetivamente formulam uma forma de recusa a um modo de governo, uma vontade de serem governados de outros modos no que concerne a suas práticas psicoativas, ainda que as racionalidades e as técnicas por meio das quais essa recusa é formulada e praticada sejam apropriações estratégicas de racionalidades e técnicas forjadas ou anteriormente apropriadas como ferramentas para a condução da conduta alheia, para a fixação identitária e o controle prático, médico-administrativo de indivíduos cujos hábitos os levaram a ser identificados como objetos de uma sujeição necessária.

Rosa (2014, p.70) descreve as políticas de redução de danos como balizas da transformação do “cuidado de si” no “controle de si e dos outros”, marcos de uma época de “fiscalização moral” em que os sujeitos são constituídos como “normalizados, crentes, responsáveis e plenos de si, convocados a serem plenamente produtivos”. Também aponta que essas políticas seriam elementos de uma estratégia neoliberal para tornar ativos e produtivos os usuários de drogas (ROSA, 2014, p.309). Considero que tais conclusões são parcialmente boas. Elas apresentam, de fato, uma descrição sofisticada de um aspecto fundamental no qual se constitui a governamentalidade contemporânea dos usos de drogas: aquele que identifica as articulações entre saberes, discursos, especialistas, instituições, práticas de poder que incidem sobre o indivíduo que consome substâncias classificadas como “drogas”, constituindo-o como “usuário de drogas”, condicionando seu campo de possibilidades de ação e, assim, governando a sua conduta. Mas essa descrição não dá conta da complexidade da produção do sujeito, do governo da sua conduta, por uma razão: o sujeito não é uma abstração, é uma pessoa concreta, um indivíduo que pensa, problematiza, age sobre si mesmo em função de finalidades que, por vezes, nos escapam. Quer dizer, por mais que ofereçamos um importante diagnóstico da luta que se trava em torno da conduta dos usuários de drogas ilícitas, tal diagnóstico é sempre parcial enquanto focar tão somente nas tecnologias de dominação, nas estratégias e no funcionamento das capturas, das fixações identitárias e das práticas de poder postas em funcionamento pelo Estado, pelas instituições, pelos administradores das almas, restando aos indivíduos um lugar de mero efeito, de resultado das injunções de poder. Nesse sentido, busco na leitura de Butler (2015) acerca da produção de Foucault na década de 1980 elementos para configurar outra forma de análise das relações entre os poderes normativos e a constituição dos sujeitos. Para Butler (2015, p.31), “a relação que o ‘eu’ vai assumir consigo mesmo, como vai se engendrar em resposta a uma injunção,

como vai se formar e que trabalho vai realizar sobre si mesmo” constituem desafios ou questões em aberto, uma vez que o que a injunção faz é forçar “o ato de criar a si mesmo ou engendrar a si mesmo, ou seja, ela não age de maneira unilateral ou determinística sobre o sujeito”. Assim, a injunção de poder

prepara o ambiente para a autocriação do sujeito, que sempre acontece em relação a um conjunto de normas impostas. A norma não produz o sujeito como seu efeito necessário, tampouco o sujeito é totalmente livre para desprezar a norma que inaugura sua reflexividade; o sujeito luta invariavelmente com condições de vida que não poderia ter escolhido. Se nessa luta a capacidade de ação, ou melhor, a liberdade, funciona de alguma maneira, é dentro de um campo facilitador e limitante de restrições. Essa ação ética não é totalmente determinada nem radicalmente livre. Sua luta ou dilema primário devem ser produzidos por um mundo, mesmo que tenhamos de produzi-lo de alguma maneira. Essa luta com as condições não escolhidas da vida – uma ação – também é possível, paradoxalmente, graças à persistência dessa condição primária de falta de liberdade (BUTLER, 2015, p.31).

Deste modo, o poder que criminaliza e patologiza os usuários de maconha, bem como o poder que se exerce mediante tecnologias liberais e neoliberais constituem os ambientes nos quais os sujeitos usuários de maconha operam sobre si mesmos e sobre os outros, constituindo uma relação consigo que é uma relação social e pública, sustentada pelas normas que regulam aquilo que podemos, em cada ambiente no qual nos constituímos, ambicionar ser. Como escreve Butler (2015, p.147), não somos obrigados a “adotar formas estabelecidas de formação do sujeito”, nem a seguir convenções estabelecidas para nos relacionarmos com nós mesmos, mas estamos inescapavelmente presos “à sociabilidade de qualquer uma dessas relações possíveis”. Nesse sentido, o discurso que, desde a enunciação de Rodrigues Dória, em 1915, tornou usuários de maconha criminosos, doentes, incapazes etc ao mesmo tempo em que não pode ser ignorado, também não pode se impôr unilateralmente e independente das ações dos sujeitos. A forma de reflexividade que é assumida pelo sujeito é ativada, então, “pela operação de um modo historicamente específico de racionalidade” (BUTLER, 2015, p.153), seja a racionalidade que organiza as formas de subjetividade em um Estado de polícia, seja as racionalidades liberais e neoliberais que, desde o século XVIII e com transformações substanciais principalmente a partir da segunda metade do século XX ativam os modos pelos quais os sujeitos contemporâneos pensam e agem sobre si mesmos. Ora, se a reflexividade do usuário de maconha, se o processo de problematização desse indivíduo tornado, precisamente por esse processo, sujeito, tem início com a norma, com a injunção de poder disparada pela circulação e cristalização do discurso de verdade sobre o usuário de maconha em práticas institucionais e sociais¹⁰⁰, isso não significa que tal processo se encerra em tal injunção.

¹⁰⁰ Como escreve Judith Butler (2015, p.160), “a reflexividade do si-mesmo é incitada por um outro, de modo que o discurso de uma pessoa leva a outro à reflexão de si. O si-mesmo não começa simplesmente a se examinar

Afinal, o sujeito não é uma função ou um efeito simples de uma forma prévia de racionalidade, mas tampouco a reflexividade assume uma estrutura única” (BUTLER, 2015, p.153-154). Entendendo a liberdade como a capacidade de ação do sujeito, ainda que tal ação esteja submetida às condições de vida, podemos visualizar margens de ação que, ainda que por vezes constituam simplesmente limitações de restrições, configuram um espaço de indeterminação irreduzível. É a tentativa de controle, de governo, de determinação, que garante a liberdade, a resistência, a recusa e a busca por outras formas de ser, ainda que tal busca vá se dar nos ambientes, nas formas de pensar e de agir disponíveis histórica e culturalmente. A ação ética dos usuários de maconha aqui investigados, nesse sentido, espelha suas condições de vida e encontra, nelas, sua forma de liberdade. Essa liberdade, no entanto, funciona como tal nesse contexto, transformando-se em outra coisa, quiçá em seu oposto, em outros contextos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Meu esforço neste trabalho, então, é tentar dar um passo, ainda que pequeno, no sentido da complexificação das análises das governamentalidades dos usos de drogas, procurando dar a ver como um grupo restrito e um tanto impreciso de usuários de maconha, tornados objetos de tecnologias de poder por sua simples identificação/autoidentificação como usuários de maconha¹⁰¹, exerce sua liberdade diante disso¹⁰², procura fazer de si mesmo objeto de tecnologias do eu, de formas de problematização e práticas de si que emergem, que são produzidas a partir do mesmo substrato histórico-cultural do qual emergem as tecnologias de dominação. Daí, talvez, a exiguidade aparente de sua liberdade, a qual, no entanto, não nos autoriza a sua desconsideração: o que enfocam as análises que aqui realizo das formas pelas quais esses usuários de maconha problematizam e praticam a si mesmos através da elaboração de regimes refletidos de uso da droga (os quais conduzem à elaboração de uma relação do sujeito consigo mesmo) são os modos pelos quais esses sujeitos contemporâneos concebem e utilizam suas liberdades, os modos pelos quais esgrimam estrategicamente os poderes que exercem. Que suas margens de ação sejam estreitas, que as próprias bases das racionalidades que os movimentam estejam ligadas àquilo mesmo que os sujeita, nada disso nos autoriza, segundo minha forma de ver, a descrever esses indivíduos como presos a um “estado de

pelos formas de racionalidade à mão. Essas formas de racionalidade são transmitidas pelo discurso, na forma de interpelação, e chegam como uma instigação, uma forma de sedução, uma imposição ou exigência de fora à qual o sujeito se entrega”.

¹⁰¹ Ainda que os modos pelos quais sejam tornados objetos desse poder difira dos modos pelos quais aqueles “diambistas” do início do século passado o foram, e difira, também, no Brasil atual, segundo marcadores de classe, de raça, de gênero etc.

¹⁰² Ainda que o exercício dessa liberdade não signifique, ou não produza, necessariamente, uma liberação.

dominação”¹⁰³ (FOUCAULT, 2012j), uma vez que é possível identificar seus movimentos, as formas pelas quais se apropriam estrategicamente de formas de pensar e de práticas cuja efetivação é tornada possível pelas posições socioeconômicas e pelas capacidades individuais de realização de operações voltadas à constituição de si mesmos como sujeitos éticos e políticos ativos.

Certamente autores como Rosa (2014), Rodrigues (2004), Carvalho (2013) e eu mesmo, Ribeiro (2013), em seus trabalhos enfocando as governamentalidades dos usos de drogas, não estão errados ao apontar que as tecnologias de poder são interiorizadas pelos indivíduos. Porém, se atentamos somente às tecnologias de dominação, fazemos (ainda que inadvertidamente) os sujeitos parecerem produções passivas, efeitos e resultados do poder que sobre eles se exerce (ou meros repetidores desse poder "dos outros" sobre si mesmos). É preciso aceitar o desafio de tentar mostrar como os sujeitos tornam esses poderes “seus”, o que envolve sempre agência, liberdade, ainda que por vezes em margens bastante exíguas de realização e profundamente dependentes de condicionamentos materiais e emocionais ligados a posições socioeconômicas que escapam ao âmbito das capacidades e das escolhas individuais, aspectos que, por vezes, parecem passar despercebidos por esses indivíduos em suas interações e cobranças mútuas no interior do espaço comunitário analisado. Mas o foco aqui é compreender como, na incorporação desses poderes, eles os fazem funcionar de formas singulares, não sendo simplesmente por eles “dominados”, mas, na impossibilidade de escapar-lhes, tornando-os algo próprio (o que os sujeitos fazem com aquilo que os outros fazem deles?). A interiorização das tecnologias de poder, nesse sentido, movimenta as problematizações e as práticas dos indivíduos acerca de si mesmos. Quer dizer: a identificação social como doente, criminoso, incapaz, vagabundo, fracassado etc. provoca uma reação entre os usuários de maconha aqui estudados, reação esta que se constitui por intermédio de ferramentas disponíveis no estado presente da nossa cultura. Daí o investimento sobre si em uma lógica de se mostrar produtivo, de se cobrar resultados, de assumir uma responsabilidade em face da reivindicação de uma liberdade. Agora, tal responsabilidade, o modo como será assumida e vivenciada, constitui um espaço relativamente aberto, cuja

¹⁰³ Foucault define um estado de dominação como um ponto a que podem chegar as relações de poder. Neste ponto, “as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que as modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares -, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. É lógico que, em tal estado, as práticas de liberdade não existem, existem apenas unilateralmente ou são extremamente restritas e limitadas” (FOUCAULT, 2012j, p.260).

estilização é, argumento nesta tese, precisamente o trabalho ético-político estratégico¹⁰⁴ que esses usuários de maconha específicos procuram realizar. Trata-se, portanto, de compreender esse jogo de incitação, de ataque e contra-ataque que constitui precisamente o jogo das relações de poder, das liberdades em suas dinâmicas de ação e reação, esquiva e captura.

Nesse jogo, a criminalização e a patologização sofridas por usuários de maconha pobres e negros do início do século passado, criminalização e patologização que, como vimos, constituíram-se primordialmente como ferramentas de controle não propriamente de usuários de maconha, mas sim de pobres e negros, as populações perigosas, uma vez que não inseridas na cidadania e na partilha política e econômica do poder e da riqueza, enfim, esse processo de criminalização e patologização, tal como descrito e analisado no primeiro capítulo desta tese, voltado ao controle dessas populações, fixou uma identidade a usuários de maconha. Tal identidade derivou dos preconceitos e dos mecanismos de poder exercidos sobre negros e pobres, cristalizando estereótipos, estigmas e preconceitos acerca da maconha e seus usuários e tornando os indivíduos criminalizados e/ou patologizados sujeitos governáveis.

Por um lado, a criminalização e a patologização dos usuários de maconha permitiu (e segue permitindo) formas eficientes de controle sobre essas populações perigosas, uma vez que em nome do combate às drogas hoje os aparatos de segurança reprimem com violência

¹⁰⁴ Essa utilização estratégica de lógicas liberais de pensamento como fundamentos da luta pela legitimação de uma prática se assemelha às estratégias que Rigoni (2006, p.94) descreveu como operacionalizadas por agentes redutores de danos atuantes na região metropolitana do município de Porto Alegre. Para que esses profissionais consigam acessar os usuários de drogas no interior de uma comunidade, podendo realizar seu trabalho de fomento do autocuidado, da autorreflexão, disseminando informações sobre drogas e distribuindo insumos eles precisam da colaboração desta comunidade, colaboração que era conquistada, muitas vezes, mediante a utilização de argumentos fundamentados em racionalidades liberais. Como escreve Rigoni: “o argumento financeiro é transformado em um grande trunfo: dizer que as estratégias de RD atuam no sentido de prevenir doenças, cujo tratamento poderia sair mais caro aos cofres públicos, é uma forma de ‘sensibilizar’ gestores e a comunidade. Assim, um argumento baseado em uma racionalidade não comprometida com a transformação da condição do usuário de drogas, pode ser (e tem sido) utilizado com esta finalidade pelo movimento social (atentando-se para os riscos de ‘colar’ nesta racionalidade)”. Como Foucault (2003, p.96-97) apontou, “os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas”. Deste modo, é preciso escapar à ingenuidade de contrapor poder e liberdade, dominação e resistência, e passar a perceber como a liberdade participa do poder, como a resistência se utiliza da dominação, e vice-versa, sob condicionantes materiais que conferem aos indivíduos posições e forças diferenciais nesse jogo de poderes. Os modos como as relações de poder efetivamente acontecem no mundo das práticas são irredutíveis às descrições e cristalizações teóricas. Nesse sentido, afirmar que a atuação dos agentes redutores de danos estudados por Rigoni ou dos usuários de maconha autorreflexivos por mim analisados expressa simplesmente uma internalização do poder, um assujeitamento ao biopoder e ao liberalismo como sua lógica dominante constitui, ao meu ver, uma simplificação, um “encaixe” forçado da realidade à teoria, constitui, em suma, uma incompreensão sobre como os sujeitos efetivamente agem dentro de condições limitadas e de como a liberdade efetivamente é exercida no contexto biopolítico contemporâneo. Isso faz parecer que em sociedades nas quais o biopoder se exerce de forma disseminada, não existe liberdade. Nesse sentido, é como antagonismos de estratégias que as relações de poder podem ser mais bem compreendidas, mais do que como antagonismos entre liberdades e dominações ou como compromissos político-ideológicos.

precisamente os descendentes daquelas populações, agora identificados como “traficantes”. Como apontam Vianna e Neves (2011, p.31), “as políticas voltadas para o enfrentamento do tráfico de drogas no capitalismo contemporâneo servem a mecanismos de extermínio e exclusão legitimados pelas próprias práticas estatais de segurança pública”. Assim, essas tecnologias de poder seguem ativas e úteis ao Estado governamentalizado que, se não pode reprimir negros e pobres, e suas práticas culturais, por serem negros e pobres, pode, com todo o respaldo, em defesa da sociedade, caçar “traficantes de drogas” e, retirando-os de circulação, reduzir os riscos a que estamos, todos, submetidos. Assim, não é pela maconha ou pelas drogas que o poder, quando chega às altas esferas de decisão, está interessado, mas pela utilidade política ou pelos lucros econômicos que podem advir da operacionalização dos mecanismos de poder. Criminalizar práticas culturais e medicalizar comportamentos, então, constituem mecanismos de poder que se mostram valiosos quando se trata de controlar populações específicas, valor que é percebido desde a ponta da rede, quando um médico faz o seu diagnóstico ou um policial exerce a repressão, movidos por motivações que não são “o controle das classes perigosas”, e vai sendo percebido como útil ao longo de toda a rede de poder, até o nível em que se tornam mecanismos globais. Não é difícil as pessoas perceberem a utilidade dos discursos e das práticas, principalmente quando elas têm por efeito tornar possível fazer coisas com os indivíduos, condicionando em diversos níveis suas possibilidades de ação.

Mas, por outro lado, a espetacular disseminação do uso de maconha, a partir principalmente da década de 1960, pelas regiões mais ricas e brancas dos grandes centros urbanos colocou novas questões para a problematização e o governo de usuários de maconha no Brasil. Esses indivíduos, sobre os quais passaram a incidir os estigmas, estereótipos e preconceitos que, “desracializados”, fixaram-se no imaginário social acerca da maconha, dispõem, ao contrário dos “maconheiros” do passado, de recursos, de capitais políticos, econômicos, simbólicos e culturais diferentes. Suas posições no tabuleiro social são diferentes e isso significa que o modo como se constituem como sujeitos usuários de maconha são diferentes, uma vez que suas possibilidades políticas e éticas são diferentes. Isso é vital para se compreender de que modos esses indivíduos, movimentando-se no interior de um campo de possibilidades históricas e sociais muito mais amplas do que as outrora disponíveis, procuram constituir práticas de governo de si que assumem, em certos aspectos, a forma de contracondutas, resistindo aos modos como se constitui o governo dos usuários de maconha. Esses usuários frequentadores do *Growroom*, então, mais ou menos um século depois da constituição de uma governamentalidade dos usos de maconha no Brasil, buscam esquivar-se

dos efeitos de poder de que são uma espécie de alvo indireto, colateral, através de responsabilidade e moderação, modos de engajamento com a vida e produção de si na experiência que os vinculam, ao mesmo tempo, a novas tessituras de poder, a outras capturas, ligando-os a outras formas de constituição de si mesmos.

Assim, o que tento mostrar com as análises aqui realizadas é que esses usuários de maconha contemporâneos aqui estudados efetivamente internalizam racionalidades e tecnologias de poder produzidas em outros contextos, tendo em vista a aproximação dos indivíduos à norma: a preocupação com os riscos envolvidos com o consumo da droga e a disposição por assumir responsabilidade pessoal relativa ao estilo de vida adotado constituem fortes sinais dessa constituição de indivíduos que utilizam maconha em nossa época e cultura como sujeitos das formas de condução das condutas, das formas de governo das populações hodiernamente praticadas. Contudo, meu argumento é o de que, se quisermos entender a condução da conduta desses indivíduos em sua complexidade, dos modos como Foucault sugeria que deviam ser pensados tais processos, ou seja, dando conta dos dois eixos a partir dos quais se produz o governo dos indivíduos (como objetos de poderes e saberes e como sujeitos de suas próprias práticas), se faz necessário buscar uma descrição e uma análise dos modos como esses indivíduos atuam sobre si mesmos, considerando-se que tais modos não constituem simples reflexo do poder tal como é, por eles, sofrido. Quer dizer, indicar as forças de objetivação, os poderes e saberes que fixam e produzem as identidades sociais em discursos de verdade e em práticas sociais e institucionais, ainda que forneça um quadro de como os dispositivos de poder funcionam, não nos mostra muito sobre como o poder é incorporado como experiência do “eu”, uma vez que indivíduos não são autômatos conduzidos por tecnologias de poder. Trata-se, então, de aceitarmos o desafio de analisar como os próprios sujeitos, tendo internalizado uma forma de governamentalidade, transformam as injunções de poder em sua própria conduta através do exercício de uma liberdade que se mantém irreduzível. Para tal, é importante retomar e aprofundar um pouco a compreensão sobre as formas pelas quais o poder desses indivíduos sobre si mesmos deriva do poder dos outros sobre eles, fazendo de sua liberdade uma espécie de “recorte” que realizam no tecido do poder que, sobre eles, ainda que colateralmente, se exerce. E, ao realizar esse “recorte”, os indivíduos modificam, ainda que muito sutilmente, ao fazerem-se sujeitos, as racionalidades e as tecnologias que os fizeram objetos. Penso que na constituição de vínculos dos usuários entre si, vínculos que sedimentam a comunidade como uma noção e um sentimento coletivo, essas modificações se tornam possíveis. Tais vínculos se assemelham ao que Rigoni (2006, p.99-100) chama de “contratos terapêuticos” que são firmados entre

agentes redutores de danos e usuários de drogas, contratos estes que “vão muito além das simples trocas de seringas ou cachimbos, ou da distribuição de preservativos”, sendo “realizados com base em um vínculo que é estabelecido entre usuário e redutor, onde a construção daquilo que está se tornando um problema é conjunta”. Assim, tanto na atuação dos agentes redutores de danos profissionais, em campo, quanto na atuação de usuários de maconha em uma comunidade virtual, é a problematização conjunta de si, do mundo, das relações, da experiência que permite buscar atingir uma relação consigo e com os outros que implique uma participação nos jogos de poder com o mínimo de dominação, o que constitui, segundo Foucault, (2012j, p.278), “o ponto de articulação entre a preocupação ética e a luta política pelo respeito dos direitos, entre a reflexão crítica contra as técnicas abusivas de governo e a investigação ética que permite instituir a liberdade individual”.

Como Miller e Rose (2012) argumentaram, as tecnologias de poder, da mesma forma que as tecnologias do eu, não são perfeitas em seu exercício. Ao contrário, elas são normalmente falhas, as condições concretas nas quais são implementadas envolvem uma série de circunstâncias imponderáveis que passam pelo descompromisso e pouco envolvimento de funcionários ou outros indivíduos de cujo trabalho dedicado depende o efetivo funcionamento do controle, além, é claro, da histórica habilidade que os indivíduos apresentam de se furtarem às normas ou fazê-las funcionar de modos peculiares, atendendo também a interesses diversos daqueles para os quais foram pensadas. Levanto extensivamente todas essas questões tão somente para indicar que é preciso, para dar “carne” às análises sobre como efetivamente as governamentalidades produzem condutas, perceber as formas pelas quais os governados, ao mesmo tempo em que se assujeitam, ao mesmo tempo em que tornam seus os modos de pensar e de agir que lhes são propostos ou impostos pelas instituições, pelos profissionais que se encarregam de fazer do governo uma prática cotidiana, em suma, ao mesmo tempo em que são tornados objetos de governo, podem, até certo ponto, se possuem condições materiais e disposições pessoais para tal, reinventar, redirecionar essas injunções de poder. É assim que interpreto grande parte das mensagens que analiso no fórum do *Growroom*. Quer dizer: sim, os usuários de maconha aqui estudados assumem uma postura de cálculo dos riscos, de preocupação com a saúde, de assunção de formas de responsabilidade sobre suas escolhas, operando no interior de uma lógica de segurança, de controle e assumindo uma posição na rede de transmissão de poder que os convoca à autorregulação. E, ao fazerem isso, eles operacionalizam elementos importantes dessas tecnologias de poder como componentes de uma estratégia política que pretende utilizar o autocontrole e a moderação, tornados condutas, como instrumentos, como argumentos ético-políticos que fazem do governo de si por si que

deriva do governo de si pelos outros uma prática de controle que envolve e integra o uso de maconha a uma normalidade. Estilizar a responsabilidade constitui, assim, a forma de integração encontrada, por esses indivíduos, entre suas práticas de uso da droga e uma normalidade. O autocontrole, nesse quadro, pode ser compreendido como produto de tecnologias de dominação internalizadas, mas sua operacionalização efetiva, o modo como de fato ele vai funcionar enquanto experiência de si, enquanto elemento conformador de uma relação do sujeito consigo mesmo poderá assumir um caráter tático no interior de um campo político estratégico mais amplo. Daí que para dar conta de uma articulação entre os eixos do governo dos outros e do governo de si, é preciso, de algum modo, chegar às filigranas, às sutilezas não só de como o poder é exercido sobre os outros, como também de como ele é exercido pelo sujeito sobre si mesmo. E se formos sustentar que esse exercício se dá de forma totalmente contrária aos interesses do próprio sujeito, estaremos deixando o campo das análises foucaultianas para forçosamente abraçar conceitos como “alienação”, “ideologia” ou “falsa consciência”, ou seja, estaremos supondo que o sujeito, por desconhecimento, por ilusão ou por meio de qualquer mecanismo ideológico que esconde o real, atua em contradição consigo mesmo. Opto, aqui, por ater-me a análises em termos de antagonismos de estratégias, procurando perceber como as formas de captura de que são alvo os usuários de maconha, na mesma medida em que se efetivam, em que de fato governam as condutas desses indivíduos, sujeitando-os, também se tornam componentes táticos das contracondutas que alguns desses indivíduos têm condições de empreender. Os regimes, baseados em moderação e autocontrole, e a moralização das condutas de consumo dessa droga, então, dos modos por mim aqui descritos, funcionam também como recursos, como potencialidades de que esses sujeitos se servem na elaboração não só de uma estratégia política para a luta pela legalização da maconha, mas também, e talvez principalmente, para a elaboração de uma relação consigo que seja vivenciada por esses indivíduos como satisfatória, adequada, boa, suscetível de constituí-los como sujeitos que experimentam a si mesmos e às suas vidas nos termos de algo que possam chamar de “felicidade”.

O domínio dos outros sobre esses usuários de maconha autorreflexivos se transforma, então, em relação a como se exercia no passado e como se exerce no presente sobre outros estratos populacionais, sobre usuários de maconha de outros grupos sociais, mediante a constituição da relação desse indivíduo consigo mesmo (relação calcada em reflexão e prática de si) em formas de domínio desse próprio indivíduo sobre si: sua problematização e atuação sobre si parte da necessidade de não se tornar criminoso, doente, preguiçoso, fracassado etc (mas desconecta-se, nesse processo, da percepção de que é, em boa medida, a sua própria

posição de sujeito que lhe faculta uma margem de ação autônoma que não pode ser desconsiderada, uma vez que é vital para a viabilização da ascense desejada). Nessa ascense, o indivíduo internaliza, toma para si, faz seus os objetivos dos poderes que o identificam e governam como sujeito usuário de maconha. Mas, nesse processo, refletindo e atuando sobre si mesmo, ele cria um modo próprio de se relacionar com as normatividades, com as prescrições, com o poder que sobre ele é exercido, cada vez mais, por ele mesmo. Daí a elaboração de formas de relação com a droga, de padrões de uso, enfim, de regimes refletidos de uso de maconha que transformam o poder tal como produzido a partir do exterior, dos outros, das instituições, das autoridades e, fazendo isso, transformam o próprio sujeito: o maconheiro autorreflexivo é uma derivação dos poderes e dos saberes jurídicos e psiquiátricos, não uma determinação desses mesmos poderes e saberes. Ele não pode ser absolutamente outro a tais poderes e saberes, mas também não é, devido a sua inserção em um campo de problematização e à reiteração de práticas que constituem a sua relação consigo mesmo enquanto usuário de maconha, um simples efeito de verdades psiquiátricas ou de práticas jurídicas. Como escreve Nikolas Rose (2011, p.262), seguindo a trilha deixada pelas reflexões de Foucault e de Deleuze,

o ser humano nem é um ator essencialmente dotado de agência, nem um produto passivo ou uma marionete de forças culturais; a agência é produzida no curso de práticas sob uma grande variedade de relações de força e restrições mais ou menos onerosas, mais ou menos explícitas, punitivas ou sedutoras, disciplinares ou passionais. Nossa própria “agência” é, portanto, a resultante da ontologia que nós dobramos sobre nós mesmos no curso de nossa história e de nossas práticas.

E Deleuze enfatiza que esses dois campos de produção do sujeito não se encontram autonomizados, não possuem fronteiras rígidas e nítidas: “a relação consigo não permanecerá como zona reservada e guardada do homem livre, independente de todo sistema institucional e social. A relação consigo entrará nas relações de poder, nas relações de saber. Ela se reintegrará nesses sistemas dos quais começara por derivar” (DELEUZE, 2005, p.110), compondo o campo no qual o sujeito encontra-se em disputa, campo eminentemente político onde se quer governar as condutas próprias e alheias. Daí que essa constituição de si que analiso pode ser lida como uma formação dialética, uma vez que reintegra ao sistema social produzido pela relativa estabilização das relações de poder um sujeito cujas práticas, outrora marginais, se reinserem nessa ordem como normalizadas, como integradas e revestidas de moralidade, responsabilidade e cuidado. Daí, também, que a não problematização do racismo e da gênese das tecnologias de dominação sobre usuários de maconha institui esse movimento de autoconstituição de sujeitos aqui analisado como uma esquiva, uma solução lateral, uma forma de disponibilizar a indivíduos cuja raça, classe e cultura não constituem problemas à atual configuração das relações de poder, um meio de serem integrados a essa mesma ordem

mediante uma ascese, um trabalho individual sobre si mesmos, quase uma purgação dos elementos que, historicamente, vincularam a prática de consumo de maconha a todo um universo cultural que não se quer, jamais, reconhecer e integrar plenamente à cidadania.

Avançando na tentativa de melhor compreender esse processo de subjetivação investigado neste capítulo, e buscando ancoragem na leitura de Foucault por parte de Deleuze, trata-se de ter em mente que “a subjetivação se faz por dobra” (DELEUZE, 2005, p.111) e que “o homem não dobra as forças que o compõem sem que o próprio lado de fora se dobre e escave um Si no homem” (DELEUZE, 2005, p.121). Isso indica que, seja através da objetivação nos discursos postos em circulação pelos saberes médicos-psiquiátricos e jurídico-policiais e através das disposições formadas pelas práticas de poder institucionalizadas, seja pela subjetivação dos discursos e exercício das práticas que sustentam os regimes e são promovidas no interior de comunidades como o *Growroom*, algo é “dobrado” pelo indivíduo e passa a ser entretecido, trabalhado por ele consigo mesmo nesse “forro” no qual forças são vergadas e tornam-se o material a partir do qual uma relação consigo é produzida e encontra estabilidade. Tal estado de formação de uma relação minimamente estável e satisfatória consigo mesmo se dá a partir da constituição, pelo indivíduo, de uma verdade que precisa ser elaborada para dar-lhe sustentação como sujeito social, em um processo no qual a problematização construída pelas racionalidades e tecnologias que objetivaram o usuário de maconha nos discursos da criminologia, da psiquiatria, da medicina social “penetra” o problematizado, o próprio indivíduo usuário de maconha, levando-o à reflexão e à operação sobre si mesmo. Esse processo no qual o conteúdo da problematização é “dobrado” para o interior do indivíduo, que passa a pensar e agir em função de sua posição de problematizado e, mais do que isso, passa a problematizar a si próprio, enfim, esse processo é o processo de subjetivação, é o processo que, em parte visível nas escritas sobre si que circulam no *Growroom*, constitui um sujeito ético, um sujeito que reflete sobre si como sujeito de suas próprias práticas e trabalha sobre si a fim de construir uma relação satisfatória consigo mesmo a partir das formas como se sabe problematizado (pelos outros e, conseqüentemente, por si mesmo).

Estamos no marco, aqui, da compreensão da constituição do sujeito como ponto de encontro entre saberes, poderes e modos de ação sobre si. Essa forma de subjetividade que procuro “recortar” e descrever a partir das discussões na comunidade virtual *Growroom* pode ser compreendida, então, até certo ponto, como constituída pelas racionalidades e pelas tecnologias que historicamente conformaram o processo de objetivação dos usuários de maconha, tal como procurei descrever no capítulo um desta tese. No entanto, a partir da

própria dinâmica de poder que se opera no interior de comunidades como a estudada, formaram-se “invaginações”, no sentido que Deleuze (2005) propõe, a partir das quais o sujeito usuário de maconha tornou-se também um objeto de reflexão e de ação para si mesmo. Mas tal reflexão e tal ação trazem, em si mesmas, as marcas do processo histórico de objetivação: a história das formas pelas quais os usuários de maconha foram pensados, problematizados, conhecidos e tornados objetos de práticas institucionais se colocam sobre, diante, *dentro* desses indivíduos que se põem a pensar e a agir sobre si mesmos enquanto usuários de maconha no interior ou a partir dessas balizas. Como escreve Deleuze (2005, p.127), “se o lado de dentro se constitui pela dobra do de fora, há entre eles uma relação topológica: a relação consigo é homóloga à relação com o lado de fora, e os dois estão em contato”. E são muitos os momentos, no fórum, em que os participantes relatam o quanto as formas históricas como usuários de maconha foram problematizados e objetivados em discursos de verdade participam dos seus “eus”, participam das relações que travam consigo mesmos, como nos seguintes comentários: “*andei tendo umas nóias quando fumava um. Mas já descobri a causa: culpa. Me sentia culpado por fumar um, medo de tomar um enquadro, de meu pai saber etc...*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/34052-nao-temos-a-cultura-cannabica/>. Acesso em: 24 out 2014); e “*eu fumo de manhã e vou malhar na academia. Eu rendo bem mais. O coração, quando chego na academia, já tá acelerado! Por duas razões: maconha e 'medo'. O medo, nesse caso, é a culpa que eu sinto em estar fazendo algo errado do ponto de vista das outras pessoas*¹⁰⁵”.

A ética e a política

Mas avancemos na descrição acerca de como a relação consigo, tal como estimulada e elaborada no interior da comunidade analisada, é percebida como componente da luta política

¹⁰⁵ Ronca (1987), a partir de entrevistas com usuários de maconha na década de 1980 fez algumas considerações que indicam a permanência de alguns aspectos das formas pelas quais os usuários de maconha foram objetivados nos modos como se relacionam consigo mesmos. Conforme esse autor, os usuários de maconha problematizam a si mesmos a partir da confrontação com o fato de que se encontram em um dilema entre ser normal ou ser anormal, situação que organiza uma transformação no “eu” desses indivíduos a partir dos efeitos do estigma e do rótulo social ao qual se percebem ligados. E é nesse quadro, descrito pelo autor como de “crise”, que os usuários precisam se confrontar com o medo. Medo difuso, medo dos outros, medo da droga e seus efeitos sobre o organismo, medo do futuro. Para Ronca, quando o medo é vencido ou controlado experimenta-se um grande prazer, a satisfação de vencer o medo (o prazer de domar a si mesmo e sentir-se no controle). O medo, nessa interessante perspectiva, que coaduna com a que venho apresentando, é uma forma de controle social, sendo incutido através daqueles que dizem que a maconha provoca loucura, impotência, dentre outros males e sendo internalizado pelos consumidores da droga, condicionando os modos como problematizam e agem sobre si mesmos. Entendo que comunidades como a do *Growroom*, ao colocarem em contato milhares de usuários que podem comparar suas histórias e experiências e trocar conhecimentos, constitui uma força de formação de uma espécie de “equipagem”, de “armadura” de que se servem seus usuários para resistir às tentativas de controle social através do medo.

desses indivíduos. Como afirma um usuário, “*não podemos ficar parados esperando ela [a maconha], milagrosamente, ser legalizada. Isso só vai acontecer se nos unirmos e mostrarmos pro resto do mundo que fumar maconha não deixa ninguém louco, nem violento, viciado etc*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/20786-canabis-idosos-e-respeito/>. Acesso em: 26 set 2014). Assim, muitos usuários do fórum, acreditando na existência dessa relação direta entre a conduta do usuário e as maiores ou menores possibilidades políticas de se conquistar a legalização da maconha, a partir da observação dos debates e dos relatos circulantes no *Growroom*, nos quais o uso da droga é racionalizado e regimes refletidos de uso são propostos e discutidos, afirmam haver um “merecimento”, por parte dos usuários “conscientes”, da legalização do uso da erva. É o que se nota, por exemplo, na seguinte mensagem: “*isso tudo aqui desemboca num assunto que muito já foi discutido: a consciência do fumador de ganja. É a prova cabal de que uma minoria - que tem acesso ao Grow e, conseqüentemente, à internet - está sim muito preparada pra legalização da maconha. É só ler os relatos pra sacar que a gente merece uma legalização. Que aqui nego dá dois e mantém o respeito*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/page-5>. Acesso em: 25 set 2014). O que faltaria, segundo essa forma de ver, é a multiplicação desses modelos éticos, a “conscientização” e educação em larga escala dos usuários de maconha para que, governando suas condutas dos modos prescritos e praticados por boa parte dos participantes do fórum, assumissem a responsabilidade sobre si mesmos, sobre a gestão de seus prazeres, evidenciando para a sociedade o quanto a proibição se torna contraproducente quando se pode dispor de modelos educacionais calcados na autonomia e na autorregulação. Tal forma de pensar pode ser considerada como próxima à economia política, na medida em que toma a prática governamental como objeto de sua reflexão, analisando-a sob o prisma de seus efeitos. Nessa racionalidade, educar para a responsabilidade é menos custoso do que vigiar e punir. Propõe-se, assim, um deslocamento da reflexão sobre a maconha dos efeitos da droga e do eventual direito ou não-direito ao seu uso, para uma reflexão acerca dos efeitos da governamentalidade, dos efeitos da proibição, da repressão, do Estado de polícia. Nova grade de inteligibilidade a partir da qual a ética desses usuários de maconha vai se estruturar.

Fica clara, também, em outra mensagem postada no fórum, essa percepção por parte desse tipo de usuário de maconha que busca conduzir sua conduta em termos de responsabilidade, tendo em vista, com isso, a consecução de uma operação estratégica mediante a qual a relação consigo mesmo, ao cristalizar-se em conduta, pela prática diária, pode funcionar como instrumento de luta política:

os usuários da cannabis devem entender que, se não respeitarem o espaço dos outros, também não poderão reclamar quando a sua opção pelo consumo da cannabis não for respeitada... Vivemos em uma sociedade hipócrita onde todos sabem o que deve ser feito, mas onde poucos vivem por essa regra... A revolta que sentimos em relação ao preconceito que sofremos é normal... MAS NÃO DEVEMOS NUNCA nos igualar a nossos opositores, desrespeitando o próximo, porque com isso estaremos lhes dando munição... RESPEITE O PRÓXIMO... Pra que possamos exigir que nos respeitem... (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10439-principios-do-consumo-responsavel-da-cannabis/>. Acesso em: 30 set 2014).

Essa percepção estratégica que esses usuários de maconha autorreflexivos, no interior da comunidade *Growroom*, estão propondo, transforma o próprio “eu” em objeto de um trabalho, de um monitoramento constante, tendo em vista a conformação de um modo de ser. Nesse sentido, em uma tal luta política, é o próprio “eu”, o próprio ser do indivíduo que funciona, ao mesmo tempo, como objetivo e como meio de luta. É a conduta do usuário de maconha, enquanto usuário de droga, que se encontra em questão: é o governo desse sujeito que constitui o objeto de racionalidades e de tecnologias políticas que visam seu controle, sua determinação. Essas racionalidades e tecnologias penetram a comunidade e constituem esses indivíduos usuários de maconha como sujeitos. Mas, nesse processo, os próprios usuários tomam a si mesmos como objetos de seu próprio pensamento e de sua própria ação.

Aqui, novamente, tal como Mutz (2013) identificou no que concerne à emergência do sujeito consumidor, a colocação do indivíduo por si mesmo nessa posição que reconhece a necessidade do aprendizado, a importância do autocontrole e da administração de si não advém nem da legislação antidrogas, nem das tecnologias repressivas postas em operação ao longo do século passado, mas das racionalidades e tecnologias liberais e neoliberais. Paradoxalmente, é nas formas de assunção de responsabilidade e no reconhecimento, por parte do indivíduo, da necessidade de autorregular sua conduta e da importância desse controle de si por si, formas estas propagadas pelas injunções do poder governamental para a condução das condutas dos governados, que os usuários de maconha autorreflexivos buscam ferramentas para a elaboração de suas contracondutas e para a transformação da realidade de criminalização e patologização do usuário da droga. Assim, a transformação da relação consigo se conecta diretamente à transformação de uma realidade política e social pontual, fazendo da autorregulação da conduta um elemento constituinte da vontade de cada indivíduo ativista/consumidor de governar-se livremente a partir da identificação que opera entre a sua felicidade pessoal (poder consumir a substância que deseja) e a efetivação de um estilo de vida que, preconizado no interior de uma comunidade de práticas, se atualiza por meio de

uma série de técnicas para observação, descrição, avaliação, julgamento, reflexão, regulação, controle e domínio de si mesmo.

Trata-se, assim, de um processo de subjetivação que se dá de acordo com a caracterização que Nikolas Rose apresenta das formas de constituição de sujeitos em nossa época, as quais “operam por meio de agenciamento, em uma grande variedade de locais, de uma interminável hermenêutica e de uma relação subjetiva consigo mesmo: um constante e intenso autoexame, uma avaliação das experiências pessoais, das emoções e dos sentimentos em relação a imagens psicológicas de realização e autonomia” (ROSE, 2011, p.271). Deste modo, nesse processo de busca de autonomização e autorresponsabilização dos maconheiros autorreflexivos, os regimes que elaboram e por meio dos quais pretendem atuar sobre si mesmos, governando suas condutas, funcionam no interior do que Rose (2011, p.219) considera um *a priori* único dos regimes de poder contemporâneos: “a instilação de uma hermenêutica reflexiva que proporcionará autoconhecimento e autodomínio”, dando-se a operação desse processo de autonomização “sob a autoridade de especialistas que alegam que o self pode conquistar uma vida melhor e mais feliz através da aplicação do conhecimento científico e habilidade profissional”. No *Growroom*, cada usuário de maconha, individualmente, busca assumir uma posição de autoridade, conferindo à comunidade um poder, uma autoridade no sentido proposto por Rose (2011, p.263), segundo o qual autoridades são “as dobras que fazem diferença” e cujas maquinações promovem aprendizagens, leituras, vontades, forças, lutas, consumos, terapêuticas que “invaginam uma certa voz (a de nosso padre, nosso médico ou de nosso pai), uma certa invocação de esperança ou medo (você pode tornar-se o que deseja), uma certa maneira de vincular um objeto a um valor, sentido e afeto (...), um certo pequeno hábito e técnica de pensamento (...), uma certa conexão com um artefato dotado de autoridade (um diário, um dossiê ou um terapeuta)”. Nesse processo de constituição de si de usuários de maconha contemporâneos, então, a comunidade se institui como uma forma de autoridade, uma voz que pode ser invaginada pelos indivíduos, fazendo-se ouvir ao lado, acima, abaixo das vozes do pai, do médico, do padre e repetindo que é possível tornar-se o que se quer (no caso, um maconheiro responsável, bem sucedido, equilibrado, satisfeito consigo e que consegue aliar seu uso dos prazeres psicoativos com as diversas posições que ocupa em suas relações pessoais, profissionais e sociais). Assim, a comunidade pode ser compreendida como força que promove formas de valorar, sentir e pensar sobre a maconha, associando o hábito de consumi-la a técnicas de pensamento e conectando-se ao indivíduo como uma autoridade que funciona nos moldes do referido *a priori* dos regimes contemporâneos de poder.

É como sujeitos comprometidos com a comunidade que os usuários de maconha autorreflexivos são governados e governam a si mesmos. Como nos apontam Miller e Rose (2012, p.110), a comunidade emerge, na contemporaneidade, como elo entre o governo de si e o governo dos outros, ponto de articulação de relações de mútua obrigação, como, enfim, “um novo território para a administração da existência individual e coletiva, um novo plano ou superfície sobre o qual relações micromorais entre as pessoas são conceituadas e administradas”. Esses autores retraçam o processo que tem levado os indivíduos e os grupos sociais, mas também as autoridades públicas, a transferirem suas apostas de liberdade, felicidade, justiça social, garantia de direitos, promoção de vínculos e assunção de responsabilidades do “social” para a comunidade. Esta se torna, nesse processo, um novo “setor de governo” que opera “através da instrumentalização de fidelidades pessoais e responsabilidades ativas” (MILLER; ROSE, 2012, p.112). Assim, diante da complexidade que assumem as relações na sociedade, principalmente com o desenvolvimento do capitalismo, com todas as suas estratificações, foi paulatinamente percebido que a produção de solidariedades e de compromissos morais tornava-se cada vez mais frágil quando dependia da conexão entre todos os indivíduos mediante uma mesma forma ético-política que funcionasse como matriz de cidadania social. Daí a emergência de uma multiplicidade de comunidades suscetíveis de gerar e administrar fidelidades: comunidades morais (religiosas, ecológicas, feministas etc.), comunidades de estilos de vida (definidas em relação a gostos, modos de vestir e estilos de vida), comunidades de compromisso (com a invalidez, com os problemas de saúde, com o ativismo local)” (MILLER; ROSE, 2012, p.112-113). É precisamente neste contexto que compreendo a constituição do governo de si de usuários de maconha no âmbito da comunidade *Growroom*, bem como a produção dessas subjetividades autorreflexivas que venho descrevendo. Como escrevem Miller e Rose, nessas comunidades virtuais o indivíduo é, ao mesmo tempo, autorresponsável e submisso ao compromisso moral que unifica a comunidade – no caso estudado, o compromisso de lutar pela legalização da maconha e tudo que pode contribuir para ela. Daí não ser estranho que, diversas vezes, diferentes usuários se referem à comunidade como “família”, o que denota o grau de comprometimento moral que vincula cada um dos participantes. Vigete aí uma espécie de “psicologia de identificação”, sendo condição para a própria possibilidade de imaginação da comunidade a “sua existência real ou potencial como ponto de apoio da identidade pessoal”. O sucesso da comunidade como instância de governo, como força subjetivante reside em “matrizes de afinidade” que parecem, aos indivíduos, mais naturais, mais espontâneas do que as relações que se dão no “espaço político ‘artificial’ da sociedade” (MILLER; ROSE, 2012, p.114). Nesse sentido, é a compreensão de haver um destino comum para os “maconheiros”

que dá sustentação a uma comunidade como o *Growroom*, compreensão esta, no entanto, que, para produzir a fidelidade e o compromisso necessários ao ativismo, ao autogoverno, requer uma tomada de consciência, “exigindo o trabalho de educadores, campanhas, ativistas, manipuladores de símbolos, narrativas e identificações”. Penso que todos esses requisitos são satisfeitos na comunidade estudada.

E é precisamente para que seja possível “governar através da comunidade”, ou seja, utilizar-se desses sentimentos, dessas formas de vínculo e compromisso calcadas em ideias de espontaneidade e identidade pessoal, para criar disposições de comportamento, para “conscientizar” e, enfim, para conduzir as condutas de modo a que objetivos políticos, coletivos, possam ser atingidos, que se busca instrumentalizar os indivíduos para a assunção de responsabilidade sobre seus próprios prazeres e liberdades. Nesse processo “as lógicas coletivas da comunidade são levadas à aliança com o *ethos* individualizado da política neoliberal: escolha, responsabilidade pessoal, controle sobre o próprio destino, autopromoção e autocontrole” (MILLER; ROSE, 2012, p.115). Quer dizer, a lógica de organização de uma sociedade fragmentada em comunidades diversas, separadas por interesses diversos (por vezes antagônicos) se compatibiliza com as tecnologias neoliberais voltadas ao indivíduo, atinentes a torná-lo um sujeito que pensa a si mesmo como autônomo e capaz de decidir por si. Nesse quadro, são as comunidades que emergem como forças mais aptas, mais próximas, mais capazes, devido precisamente a essa produção de identificação, de compromisso e fidelidade, a inculcar o autocontrole, a educação, a moralização da conduta. São comunidades como o *Growroom* que vão se tornar os interlocutores do Estado, este muito distante dos indivíduos, dos usuários de maconha a serem governados e, cada vez mais, na medida em que se complexifica a sociedade, que se pluralizam as comunidades e se diversificam os interesses, incapaz de “governar mediante a ativação dos compromissos, das energias e das escolhas individuais, através da moralidade pessoal dentro de um contexto comunitário”. Deste modo, a comunidade se apresenta como uma instância muito mais eficiente e econômica de controle das condutas, constituindo-se não simplesmente como “o território de governo, mas um *meio* de governar: seus vínculos, seus laços, forças e afiliações devem ser celebradas, encorajadas, nutridas, modeladas e instrumentalizadas na esperança de produzir consequências que são desejáveis para todos e para cada um” (MILLER; ROSE, 2012, p.116).

Ora, em um contexto em que o Estado policial claudica em todo o mundo ocidental, varrido pela eficiência das tecnologias liberais, os usuários de maconha organizados em comunidades como a aqui pesquisada ultrapassam o Estado e efetivam formas de governo de si e dos outros que, articuladas, se apresentam como instâncias, como forças mais eficazes

quando se trata da disseminação de normas éticas e prescrições de condutas a grupos específicos. E isso porque esse tipo de comunidade se serve de representações identitárias e formas de identificação entre os indivíduos, tática que exerce uma função importante no interior de estratégias voltadas à racionalização da gestão de práticas psicoativas e a consequente elaboração de regulações dessas práticas. Como resultado, esse tipo de comunidade apresenta, sobre os indivíduos que a compõem, um potencial governamental que o Estado não consegue igualar (ao menos no que se refere a usuários de maconha): a possibilidade de governar sujeitos através de suas fidelidades a moralidades e identidades compartilhadas. E isso porque a participação em comunidades como a aqui analisada constitui, fundamentalmente, uma expressão desses usuários de maconha como sujeitos de interesse, a comunidade existindo e se mantendo justamente como expressão desses interesses enquanto vontades individuais, enquanto resultado do cálculo racionalizado, cálculo este que está na base do governo pela comunidade: se esses sujeitos podem ser, de fato, governados pela comunidade, é porque isso atende aos seus interesses de serem governados desta forma, por esta instância. E a relação governante/governado que esses usuários de maconha estabelecem com a comunidade difere profundamente da relação governante/governado que é estabelecida entre eles e o Estado, pois o poder da comunidade se fundamenta na vontade, no interesse imediato e irredutível de seus membros, além do que a forma de exercício desse poder da comunidade, que venho procurando descrever e analisar nesta tese, se implementa de modos também profundamente diferentes daqueles mediante os quais o Estado historicamente exerceu e exerce poder sobre usuários de maconha no Brasil. Fundamentalmente, tal diferença na forma de exercício de poder reside no abandono da comunidade de qualquer perspectiva generalista, de qualquer forma de aplicação de um regime geral, de um regime de uso da droga que será idêntico para qualquer indivíduo. Enquanto o Estado busca totalizar, reduzir a multiplicidade dos modos de vida (dos padrões de uso da droga, das diversas possibilidades e formas de relação com a substância) e adotar um ponto de vista soberano sobre a totalidade dos governados, impondo-lhes uma mesma política e uma mesma ética (proibição e abstinência), a comunidade promove uma convergência de interesses a partir da multiplicidade dos comportamentos, evidenciando a incompatibilidade e as tensões entre a multiplicidade dos comportamentos e a lógica de unidade das práticas governamentais estatais. Tal convergência de interesses é o que sedimenta o vínculo, sintetizando as diferenças: e é preciso sintetizá-las uma vez que a sobrevivência e a força da comunidade dependem disso. Nesse processo, sem que seja necessário a submissão de uns a outros, forma-se um poder político da comunidade como formação espontânea de poder a partir da consolidação do vínculo de interesse que liga os

diferentes indivíduos. Em um meio em que tais relações se desenvolvem, novos tipos de governo se constituem, o que coloca a questão basilar do argumento antiproibicionista calcado na autogestão: é necessário outro governo além do governo de si, regulado pela comunidade? Trata-se, portanto, aqui, novamente, da questão do liberalismo, da racionalidade liberal no seu funcionamento mais bem acabado, da questão de regular o governo de usuários de maconha não por uma razão de Estado, mas pela própria racionalidade dos governados, trata-se, em suma, do “princípio de racionalização da arte de governar no comportamento racional dos que são governados” (FOUCAULT, 2008a, p.423), daí a necessidade de mostrar racionalidade, de mostrar autocontrole, de invalidar o discurso daquela ciência que, desde os primórdios do século XX, indexou o uso de maconha a uma irracionalidade, a uma perda da capacidade de discernimento.

A lógica da comunidade, então, evidencia um desconhecimento do Estado em relação à multiplicidade da vida dos governados, suas circunstâncias e interesses mais particulares e a completa impossibilidade de uma política estatal que não viole, em algum nível, essas particularidades. A lógica da comunidade expressa, então, a recusa do Estado de polícia, de sua lógica, de seus meios, de sua prática governamental. Além disso, ela expressa uma desqualificação dessa governamentalidade, dessa forma de pensar e de praticar a política que busca a uniformização, percebendo, nela e a partir dela, uma negação da liberdade e uma impossibilidade de se estabelecer o governo sem um conhecimento dos governados no seu íntimo, no recôndito dos seus interesses mais singulares. A comunidade encarna essa proximidade entre governante e governado. Mais do que isso, ela encarna a utopia liberal (ou libertária) máxima: o desejo de fazer do governante e do governado uma mesma coisa. A comunidade evidencia, assim, uma incapacidade do Estado em efetivamente dominar a totalidade do seu campo de governo: é impossível ao olhar do Estado (olhar que totaliza, uniformiza e generaliza) dar conta de todas as singularidades e diferenças que caracterizam a vida social e que se expressam com maior autonomia no interior da comunidade. A lógica da comunidade emerge, então, na medida em que institui um desafio político à soberania do Estado, como o novo campo do governo: todo um jogo de captura se coloca entre as comunidades e o Estado, um jogo de aproximação e repelência, um jogo no qual a comunidade funciona como uma espécie de “fiel da balança” ou ponto (instável) de articulação entre a máquina do Estado e a pluralidade dos indivíduos. Processo de rearranjo do Estado, que busca se apropriar das tecnologias de governo da comunidade e se confronta com a questão de como governar, como tornar governáveis os sujeitos da comunidade diante da inadequação da governamentalidade de polícia.

Entretanto, se analisarmos a comunidade como meio de governo no mundo contemporâneo, podemos ver, seguindo Miller e Rose (2012, p.117), que tal forma de governo pode ser implementada em dois sentidos diversos. De um lado, o próprio Estado busca conectar a comunidade ao aparato político mediante a identificação e o empoderamento de lideranças ou grupos que possam “falar em nome” da comunidade. Nesse sentido, o Estado busca se servir da lógica comunitária a fim de sofisticar suas formas de controle sobre determinados grupos sociais. Por outro lado, por meio do ativismo, a comunidade pode funcionar como nexos articulador das exigências, das demandas, das resistências e reivindicações dos indivíduos junto às autoridades políticas, fazendo dessa mesma lógica comunitária um espaço para novas contestações. Esse segundo movimento é o que se encontra consolidado na comunidade investigada.

Mas retomemos a análise acerca dos modos de constituição de subjetividades no mundo contemporâneo, e das relações, nesses processos, entre a ética e a política, a relação consigo e a relação com os outros (relações que se estabelecem em termos de relações de poder que se exerce sobre si mesmo e sobre os outros). Trata-se, nesses jogos de poder sobre si mesmo e sobre os outros no mundo contemporâneo, de um movimento que se dá em termos de “um self que busca tornar sua existência diária significativa através da escolha de seu estilo de vida” (ROSE, 2011, p.229). Quer dizer, “em torno de um vocabulário de liberdade individual, escolha pessoal, autorrealização e iniciativa” é que se organizam as estratégias de poder na contemporaneidade, seja o poder de dominar a si mesmo e conduzir a sua própria conduta, seja o poder de governar os outros e condicionar seus campos de possibilidade de ação, de modo que “o indivíduo político será, a partir de agora, um indivíduo cuja cidadania se manifesta através da livre escolha pessoal diante de uma variedade de opções” (ROSE, 2011, p.229-230). É, portanto, em nome da liberdade que o Estado, ancorado em saberes médicos, psiquiátricos, jurídicos, policiais, procura intervir sobre aqueles que utilizam drogas, a fim de libertá-los do jugo dessas substâncias e é, ao mesmo tempo, em nome da liberdade que esses usuários de maconha procuram, pela constituição de regimes refletidos de uso da droga, pela problematização de si mesmos e pela elaboração de práticas de autocontrole, libertar-se do Estado, da Psiquiatria, do Direito Penal, enfim, dos dispositivos por meio dos quais se busca fixá-los a uma identidade doente ou criminosa e governá-los nos termos dessa identidade. Escolher maconha e não Prozac ou Rivotril constitui parte de uma contraconduta que se funda nesses preceitos liberais de autonomia e liberdade de escolha e que se estende ao campo da gestão química de si mesmo, uma vez que, seja para governo de si ou para governo dos outros, na contemporaneidade “uma abundância de programas e tecnologias surgiu para

inculcar e sustentar a ética na qual os indivíduos são livres, contanto que escolham uma vida enquanto um self responsável, e para promover os sonhos de autorrealização através da modelagem de um estilo de vida próprio”. É como parte dos regimes contemporâneos de poder (e dos modelos éticos a eles correlatos) que os maconheiros autorreflexivos pensam e atuam: contanto que sejam responsáveis e busquem realizar a si mesmos modelando um estilo de vida próprio, eles podem ser livres, liberdade que será vivenciada como um “self ativo, autônomo e com poder de escolha” (ROSE, 2011, p.233).

Tais formas de pensar e atuar, no entanto, implicam uma adequação dos indivíduos ao que Miller e Rose (2012, p.122) chamam de “recodificação das práticas de divisão”, fenômeno que caracteriza os modos pelos quais a administração da vida econômica e social nas sociedades liberais tem sido transformada. Tal fenômeno constitui uma transformação nos critérios e formas pelas quais cada indivíduo é considerado como incluído/afiliado ou excluído/marginalizado. Os incluídos são aqueles que “têm os meios financeiros, educacionais e morais para ‘adequar-se’ em seu papel como cidadãos ativos em comunidades responsáveis”. Nesse sentido, os incluídos devem ser capazes de calcular suas ações, de investirem em si mesmos, em seu aperfeiçoamento, enquanto os marginalizados constituem aqueles que se mostram incapazes ou que se recusam a “administrar a si mesmos como sujeitos” (MILLER; ROSE, 2012, p.122). Todo o funcionamento do *Growroom* como tecnologia de poder que produz subjetividades se dá no sentido de fazer dos usuários de maconha sujeitos “afiliados” ou “incluídos” na sociedade, tornando esses indivíduos responsáveis pela gestão de si, de suas escolhas, dos riscos que resolvem assumir. Ou seja, o poder que essa comunidade busca exercer sobre e com seus participantes os constitui como sujeitos que buscam capacitar a si mesmos e uns aos outros “para assumir a responsabilidade pessoal do autogerenciamento racional” (MILLER; ROSE, 2012, p.132). Gerenciar a si mesmo dentro de normas socialmente aceitáveis, gerenciar a si mesmo como consumidor responsável a fim de demonstrar um tipo de gestão mais econômico e eficiente do que aquele preconizado pelo Estado de polícia e pelo poder médico-psiquiátrico. Daí a necessidade dos regimes refletidos de uso, das técnicas de suspensão temporária do uso da droga, das provas para si e para os outros, enfim, de todo aparato de tecnologias do eu que venho aqui descrevendo. E, como apontam Miller e Rose (MILLER; ROSE, 2012, p.133), nesse quadro de relações de poder, aqueles indivíduos que, participantes da comunidade, não conseguem ou não querem gerir adequadamente suas vidas dentro dos parâmetros e da moralidade propostos, colocam em risco não só a si mesmos ao praticarem usos que são considerados abusivos, nocivos ou imprudentes, mas toda a comunidade, ao falharem no governo de si.

Assim, cada indivíduo e a própria comunidade se tornam gestores de riscos, exatamente o mesmo papel que Miller e Rose atribuem, na contemporaneidade, aos peritos, aos especialistas, sejam eles psiquiatras, assistentes sociais, médicos e outros profissionais contratados pelo Estado ou por organizações privadas.

Contudo, o fundamental a se ter em mente, na análise aqui encetada, é que para compreender essa autoconstituição ética desse tipo particular de usuário de maconha que emerge na contemporaneidade, processo que, como estamos vendo, se encontra profundamente relacionado ao campo da política, da luta política por direitos de uso do próprio corpo, de liberdades individuais, de livre uso dos prazeres, é preciso compreender um fenômeno que perpassa grande parte do mundo ocidental, fenômeno este marcado por “um deslocamento no campo da política, nos modos pelos quais o próprio discurso político configura os limites do político e suas relações com outros domínios” (MILLER; ROSE, 2012, p.136-137). Tal fenômeno, ligado à profunda fragmentação social e à multiplicação e diversificação dos tipos de associações e de reivindicações políticas que atravessam e conflagram as sociedades, encontra nas comunidades um espaço no qual os poderes e as responsabilidades que eram pensadas como prerrogativas dos políticos profissionais agora podem ser transferidas a outros sujeitos e exercidas de outros modos. Entre o governo dos outros, tal como exercido pelo Estado, e o governo de cada indivíduo por si mesmo, a comunidade emerge como instância propulsora de uma forma de governo que se exerce “através da instrumentalização das propriedades de autogestão dos próprios sujeitos de governo” (MILLER; ROSE, 2012, p.137). E nesse território de governo, que não é mais “a sociedade”, novas formas de exercer o poder são configuradas, novas possibilidades de compreensão de si e dos outros se afiguram, cabendo ao analista dessas relações de poder, mais do que condenar ou louvar os modos como esses sujeitos se constituem, diagnosticar as racionalidades e as práticas que estão conformando esses novos tipos de lutas por subjetividade e essas novas formas de modelar conhecimentos, de sofrer e exercer autoridade e de elaborar as práticas de governo mediante as quais indivíduos e coletividades procuram exercer suas liberdades, autonomias, vínculos e compromissos.

Pensar as conexões entre as governamentalidades dos usos de maconha

Encontramo-nos aqui, precisamente, no cerne daquilo a que Foucault chamou “governamentalidade”: a superfície de contato entre tecnologias de dominação e tecnologias do eu. Mapear e descrever o que ocorre nesse espaço constitui um desafio cada vez maior, na

medida em que nos aproximamos do sujeito, escala na qual a tessitura dos fios de poder que o atravessam se torna cada vez mais tênue, fina e incerta. Quando olhamos, por exemplo, para programas governamentais de prevenção ao uso de drogas, se temos um olhar treinado e orientado pela analítica do poder foucaultiana, pela grade de inteligibilidade que a governamentalidade nos fornece, podemos descrever com alguma nitidez as redes de poder que atravessam os indivíduos e os conectam a uma malha prático-discursiva. Ficam mais ou menos claros os fluxos de poder, os sentidos nos quais fluem as emanações de poderes e saberes que constituem os sujeitos de cada época e cultura. Mas quando nos voltamos para os próprios sujeitos, para o que dizem e fazem, percebemos que essas linhas, outrora nítidas, se esvanecem um pouco, se afinam e se transformam, em parte, em outras coisas. É assim que, olhando para esses “maconheiros autorreflexivos” que se constituem no Brasil contemporâneo, através dessa enorme comunidade virtual que analiso, podemos ver, simultânea, mas não nitidamente, sua vinculação a racionalidades e tecnologias de poder calcadas em saberes e em práticas institucionais cujas respectivas arqueologia e genealogia nos conduzem diretamente aos tipos de discursos e de práticas de poder que procurei descrever no capítulo um desta tese. Se recordarmos de Rodrigues Dória, como ele prescrevia que os indivíduos deveriam enfrentar a maconha e o vício em geral? Disciplinando-se, aferrando-se a uma vontade mais forte do que o vício. Não é outra coisa o que os usuários de maconha autorreflexivos propõem. Com uma única diferença: o objetivo não é a abstinência, mas uma forma responsável de autorregulação cuja finalidade é a legitimação e a manutenção do prazer psicoativo. Daí que o diagnóstico a que vamos nos aproximando seja o de que as tecnologias liberais e neoliberais, funcionem em um sentido de dominação ou em um sentido de resistência, configuram poderosas matrizes de constituição de sujeitos na contemporaneidade. Mas os limites de sua produtividade enquanto resistência e os impasses a que conduzem as relações éticas e políticas condicionam os significados desse processo de subjetivação investigado neste capítulo.

Tal processo de subjetivação se constitui, inescapavelmente, a partir de um processo de interiorização de formas discursivas e práticas de dominação de usuários de maconha no quadro de uma forma biopolítica voltada à constituição de sujeitos ordeiros, saudáveis, produtivos e adaptados a uma sociedade planejada por forças políticas, econômicas e morais. Nada na construção subjetiva elaborada no *Growroom* contradiz esse processo, uma vez que a constituição de sujeitos que se opera nessa comunidade pode ser compreendida como uma espécie de esforço de certos grupos socioeconômicos para se descolarem daqueles grupos dos quais foram derivados os preconceitos, os medos e a vontade de poder que se cristalizou em

torno da maconha. Nesse sentido, pode-se dizer que usuários de maconha contemporâneos que acessam a internet e frequentam essa comunidade, preocupados com as associações de que são objeto devido a seus hábitos psicoativos, tomam para si a responsabilidade e a função administrativa de normalizar tais práticas, purificando-as e inserindo-as de modo seguro em uma ordem que, historicamente, lhes fora exterior e hostil. O usuário de maconha autorreflexivo, então, é inegavelmente constituído no interior dessas redes de saberes e poderes que prescrevem e impõem normas de conduta fundadas na verdade e efetivadas institucionalmente, uma vez que é nas estratégias neoliberais de promoção da saúde que encontra as técnicas e os modelos de autogestão que preconiza. Assunção de responsabilidade, autocontrole, medo e culpa constituem, precisamente, características centrais do tipo de subjetividade que é produzida, no mundo contemporâneo, a partir da atuação das tecnologias médicas que operacionalizam os campos da Promoção de Saúde e da Epidemiologia. Segundo Castiel e Diaz (2007), as formas de pensar e de governar a saúde dos indivíduos e das populações, tais como praticadas pelos órgãos nacionais e internacionais de gestão da saúde, vêm assumindo, cada vez mais, um caráter preventivo-persecutório que se manifesta por meio de discursos moralizantes que condenam a “débil força de vontade das pessoas, solapada pela força da adicção ou do hábito”, e focam seus esforços na educação para mudança de comportamentos e na construção do autocontrole como principal ferramenta de prevenção aos riscos à saúde (CASTIEL; DIAZ, 2007, p.26). Nesse quadro, os indivíduos são induzidos a sentirem culpa quando expõem a si mesmos a riscos, fracassando no exercício da autonomia responsável que se exerce através do autodomínio. Analisando documentos de agências nacionais de saúde e da Organização Mundial de Saúde, esses autores descrevem a emergência histórica de uma racionalidade gestora da saúde cujo cerne é a capacitação dos indivíduos para que desenvolvam as aptidões necessárias para que controlem suas vidas em termos de responsabilidade pessoal, liberdade de escolha, direito de decisão e capacidade de agência, constituindo-se como sujeitos consumidores competentes (CASTIEL; DIAZ, 2007, p.27). Tal racionalidade se torna hegemônica em um contexto em que a moralidade individual é vista como instrumento de condução das condutas mais eficiente e econômico do que os aparatos de intervenção do Estado de Bem-Estar Social e se desenvolve concomitantemente a outra, que convoca à fruição imediata dos prazeres: daí que o sujeito deva constituir a si mesmo como instância autônoma calculadora de custos e benefícios e de modulação do seu uso dos prazeres, da sua gestão dos riscos. Emergência de todo um estilo de condução da própria conduta marcado por autocontroles que são premiados com fruições reguladas dos prazeres e punidos com abstinências e penitências, processo que conduz a uma ideia de autoaperfeiçoamento moral dos indivíduos. Tal estilo de condução de si mesmo coincide com

o que venho descrevendo neste capítulo como o ideal dos usuários de maconha autorreflexivos e corresponde ao modo como a racionalidade neoliberal modela a gestão da saúde por parte do Estado: “um traço marcante da racionalidade neoliberal consiste na justaposição do indivíduo moral e responsável ao indivíduo econômico e racional” (CASTIEL; DIAZ, 2007, p.61). Assim, como vemos, a racionalidade neoliberal que molda a ação do Estado na gestão da saúde da população produz sujeitos para os quais o exercício da responsabilidade (pré-requisito para que seja considerado moral, ou correto) corresponde a uma competência de cálculo econômico, modelo este que “se configura a partir do sujeito autônomo e responsável capaz de estabelecer relações de custo/benefício (mas que também poderiam ser de ganho/malefício) em suas ações e trocas diante do mundo em que vive” (CASTIEL; FERREIRA; MORAES, 2014).

Temos, então, novamente, a constituição de subjetividades neoliberais, a implementação de formas de relação consigo que se dão em termos construídos a partir da operação de racionalidades e de tecnologias de governo que, tomando o Estado, investem na condução das condutas individuais no que concerne à administração de si mesmos. Contudo, tal forma de exercício de poder, que constitui sujeitos responsáveis, que controlam e cuidam de si mesmos, coexiste, no caso do governo dos usos de drogas, com racionalidades e tecnologias abertamente repressivas, características de um Estado policial e interventor, não de um Estado que repassa aos indivíduos a responsabilidade de gestão de suas dietas psicoativas. O que esses sujeitos estudados fazem, e daí a concepção de contraconduta retorna ao centro da análise, é governar a si mesmos enquanto usuários de maconha em conformidade com o modelo neoliberal de autogestão, servindo-se dessas racionalidades e tecnologias como uma forma de crítica, de resistência, de recusa ao governo policial de que são objeto. Nesse contexto, um Estado que abandona, que se retira e repassa ao próprio indivíduo o ônus da gestão aparece como menos prejudicial do que um Estado que persegue e pune, configurando o neoliberalismo uma alternativa preferível ao proibicionismo repressivo e violento. Trata-se, aqui, de uma coexistência entre dois modelos diversos de exercício de poder a que são submetidos, simultaneamente e em referência a diferentes aspectos de suas experiências, os sujeitos contemporâneos. Ora, se, do ponto de vista do governo neoliberal dos outros, tal como executado pelo Estado em diversos campos de sua gestão da população na atualidade, “o formato ideal de organização social é aquele que estabelece como imperativo que os indivíduos autocontrolem suas existências sem a interferência de outrem”, o que “deve se dar no interior de interações sociais mescladas a relações econômicas em que impere a descrença na busca de soluções coletivas”, sendo os problemas “individualizados, fora do alcance de

alternativas políticas transformadoras” (CASTIEL; DIAZ, 2007, p.118-119), do ponto de vista do governo de si tal como proposto pelos usuários de maconha autorreflexivos frequentadores do portal *Growroom*, a adoção do imperativo do autocontrole sem a interferência do Estado constitui uma prática que é pensada e experienciada por esses indivíduos como uma prática de liberdade, que se dá no interior de relações comunitárias nas quais esse autocontrole individualizante constitui parte precisamente de uma estratégia que visa a uma solução coletiva para o problema da criminalização e da patologização de usuários de maconha (ainda que o caráter coletivo se dê a partir da soma das práticas individuais de autocontrole, estas se justificam, em parte, como componentes éticos de uma alternativa política de transformação de uma realidade, de modo que a responsabilidade individual se torna ferramenta de consecução de uma responsabilidade que se assume perante um coletivo)¹⁰⁶. No mundo contemporâneo, então, no que concerne às práticas de governo do uso de maconha, tecnologias de governo dos outros e tecnologias de governo de si se “alimentam”, ou se ancoram em discursos e racionalidades políticas semelhantes, que, mobilizadas pelo Estado ou por comunidades de usuários, vêm a compor diferentes estratégias, por vezes opostas, anexando-se a governamentalidades liberais e/ou neoliberais que funcionam ora como dominação, ora como resistência. Não há, portanto, de um lado o poder neoliberal e, de outro, a resistência libertária, mas modelos de pensamento e de práticas a que podemos chamar “neoliberais”, que podem funcionar operacionalizados pelos mais diversos agentes e no interior das mais variadas estratégias.

Nessa lógica entretecida pelos participantes mais reflexivos dessa comunidade virtual, então, a legalização da maconha passa por uma adequada administração do usuário, mais do que pelo Estado, por si mesmo, o que, por sua vez, requer a elaboração de uma relação reflexiva do usuário de maconha consigo mesmo, tornando possível seu reconhecimento da importância de que aprenda a fazer um uso autocontrolado da droga, provando assim, em sua

¹⁰⁶ Castiel, Ferreira e Moraes (2014, p.1524), no entanto, criticam as perspectivas de autocuidado ou promoção da saúde que se baseiam em técnicas de autocontrole, apontando que “parece prevalecer no interior dessas concepções uma perspectiva dualista de um possível apelo a uma mente sã que se pauta por análises racionais da existência humana”. Nesse sentido, “a meta racional que se apresenta faz parte do ideário liberal: liberdade de escolha e capacidade de decisão, desde que bem informada. Ou seja, consuma sempre, mas com moderação e muitos cuidados para evitar o ameaçador potencial adictivante que cada um de nós supostamente carrega no interior de nossos corpos” (CASTIEL; FERREIRA; MORAES, 2014, p.1528). O autocuidado mediante autocontrole constitui, então, para esses autores, “o espírito da época”, caracterizado por uma fiscalização racional dos corpos e configurando práticas de governo de diversos aspectos das vidas individuais e coletivas, tais como “adição, comer em excesso, crime, violência doméstica, doenças sexualmente transmissíveis, preconceito, gravidez indesejada, dívidas, fracasso educacional, fraco desempenho escolar, falta de recursos em poupança, dificuldade em exercitar-se” (CASTIEL; FERREIRA; MORAES, 2014, p.1529), todos problemas suscetíveis de gestão mediante técnicas de autocontrole.

conduta, os fundamentos das alegações liberais em torno das mais efetivas formas de regulação dos usos de maconha em nossas sociedades contemporâneas. E é para que tal relação reflexiva do usuário consigo mesmo seja possível que diversas práticas que podemos considerar como pedagógicas têm lugar em espaços como o fórum analisado. Segundo Larrosa (2010, p.36), o importante nesse tipo de prática é “que se elabore ou reelabore alguma forma de relação reflexiva do ‘educando’ consigo mesmo”, o que se dá mediante a realização de práticas pedagógicas voltadas “à constituição ou à transformação da maneira pela qual as pessoas se descrevem, se narram, se julgam ou se controlam a si mesmas” (LARROSA, 2010, p.57). Nesse sentido, toda essa elaboração de si, essa autogestão minuciosa que esses usuários de maconha buscam realizar constitui prática cuja necessidade se impõe diante da ausência do Estado enquanto promotor e garantidor do bem-estar e de sua presença enquanto máquina punitiva.

Como escreveu Nikolas Rose (2011, p.240), “a tecnologia não massacra a subjetividade – ela produz a possibilidade de os seres humanos se relacionarem consigo mesmos como sujeitos de um certo tipo, bem como as possibilidades de que eles resistam ou recusem certos regimes de subjetivação”. Nesse sentido, o que os usuários de maconha autorreflexivos aqui delineados fazem é produzir possibilidades de relação consigo mesmos enquanto usuários de maconha que diferem daquelas constituídas pelas tecnologias jurídicas e psiquiátricas, produção esta que se torna disponível para ser refletida, modificada, incorporada por indivíduos que se encontram em situações concretas nas quais pensar e agir sobre si mesmos nesses termos faça sentido, configure uma estratégia, uma “solução” para o problema no qual ele se vê implicado. Deste modo,

as práticas de subjetivação podem ser mais bem entendidas em termos das interconexões, métodos e linhas de força complexas entre componentes heterogêneos que incitam, possibilitam e estabilizam relações particulares do indivíduo consigo mesmo em lugares e locais específicos. As tecnologias de subjetivação, assim, são as maquinações, o ser-agenciado-junto com determinados instrumentos intelectuais e práticos, componentes, entidades e dispositivos que produzem certos tipos de ser humano, que territorializam, estratificam, fixam, organizam e tornam duráveis certas relações particulares que o ser humano pode verdadeiramente estabelecer consigo (ROSE, 2011, p.258-259).

Isso quer dizer, por exemplo, no caso aqui estudado, que grupos de usuários como os que se comunicam em fóruns como o *Growroom* elaboram e disponibilizam formas de compreensão de si para usuários de maconha, formas de se relacionar consigo, de problematizar quem se é e de atuar sobre si a fim de tornar-se o que se quer ser, em suma, formas de produção de subjetividade, de fixação de relações consigo cuja efetividade vai depender totalmente dos contextos e possibilidades concretas, materiais, dos sujeitos,

variando sua efetividade segundo fatores como meio cultural, possibilidades econômicas, políticas e sociais, condição psicológica, raça, gênero, idade. De modo ainda mais amplo, como temos visto, aquilo que, em nossa época e cultura, reconhecemos como “liberdade” e, mais precisamente, reconhecemos como conteúdo, aspecto, experiência passível de ser vivida como “livre” constitui, também, objeto de problematização e intervenção, uma vez que não podemos pensar e agir fora dos limites daquilo que nosso tempo e nossa cultura, em sentidos bem amplos, configuram. Deste modo, a liberdade de agência individual resulta de um trabalho do indivíduo, mas de um trabalho que se constitui em relação ou mesmo no interior das “normas e tecnologias pelas quais tal liberdade será reconhecida, composta, e atuará em um domínio específico” (ROSE, 2011, p. 259). É, então, agora e aqui que se faz possível, a determinados usuários de maconha, tornarem-se autorreflexivos das formas como venho descrevendo e, principalmente, reivindicarem “liberdade” para o uso dos seus corpos e dos seus prazeres.

O governo da comunidade ou a comunidade educadora

Mas retomemos, nesse momento, o contato com as fontes empíricas, a fim de observar um pouco mais de que formas o governo de si fomentado pela comunidade é construído praticamente, articulado com a ação institucional e normativa do *Growroom*. Para tal, é interessante retomar o exame de tópicos nos quais usuários acorrem à comunidade em busca de conselhos, de ajuda, de algum tipo de orientação ou conforto. Encontrei um bom exemplo dos tipos de moralidades que se busca construir no fórum estudado em um tópico no qual um usuário relata estar indo para a escola chapado todos os dias e que “*a sala inteira já sabe, alguns funcionários, tipo o segurança e os professores, pois estou começando a fumar há pouco tempo, então não consigo disfarçar, fico com um sorriso bobo no rosto às vezes e meus olhos ficam muito baixos e vermelhos e tem dias que o cheiro fica forte*”. Apreensivo com essa situação, e temendo pelas consequências, pede aos participantes da comunidade “*dicas de como ficar sério, não ficar rindo e sorrindo o tempo todo*” e enfatiza ter 18 anos, estar no terceiro ano do ensino médio e pretender “*continuar fumando todos ou quase todos os dias (se não, uma vez por semana no mínimo)*” (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/55208-ir-para-escola-todos-os-dias-chapados/>. Acesso em: 21 de agosto de 2014).

É difícil, e não constitui meu intento aqui, especular acerca das reais motivações ou intenções desse usuário ao postar essa mensagem no fórum do *Growroom*. No entanto,

manifestando-se em um espaço “de maconheiros”, é natural pensar que ele estava, sinceramente, esperando que lhe fossem sugeridas técnicas, por parte dos usuários mais experientes, de como disfarçar melhor seu consumo da droga, de modo a evitar as possíveis consequências desse consumo, já conhecido na escola. No mínimo, parece que não supunha estar se comunicando em um ambiente virtual no qual moralidades estão em discussão e as condutas de todos enquanto usuários de maconha encontram-se sob constante avaliação. E o que se seguiu foi uma enxurrada de reprimendas: *“precisa fumar antes de ir pra escola? Você tá aprendendo alguma coisa lá? Duvido... Por que não fuma depois da aula? Tem que ser antes? Pense no seu futuro rapaz...”*; *“fazer a cabeça tem hora!”*; *“Só esperar pra fumar depois da escola. Além de absorver melhor a aula estando sóbrio, o prazer de fumar depois da escola será maior que você fumando antes...”*; ao que o usuário criador do tópico retorquiu informando que antes de ir para a escola é o único momento possível para ele fumar maconha, pois, se o fizesse depois da escola, seus pais acabariam descobrindo. Outros participantes do fórum, então, voltaram a se manifestar, às vezes de forma dura, no sentido de educar esse jovem usuário de maconha que estava agindo diferentemente daquilo que essa comunidade procura constituir como sendo as condutas adequadas para o usuário de maconha responsável:

Tem que fumar com inteligência, cara. Não tem a necessidade de você fumar todos os dias antes de ir pra aula. Essa prática reiterada pode acabar prejudicando você mesmo, no que tange ao desempenho escolar. (...). Eu entendo que é complicado você fumar depois da aula, ou em outro momento melhor, devido aos seus pais perceberem e caírem em cima de você. Mas a solução, a princípio, é dar uma diminuída no ritmo. Fumar de vez em quando ou em lugares/momentos apropriados (casa de um amigo que curte, com uma mina, numa cachoeira, etc.). Evitar ir pra aula chapadão. (...) Seja inteligente, não deixe que essas cagadas de fumar em horários e lugares impróprios te privem de chapar.

Sou professor, ganjeiro, e tentarei responder suas perguntas da melhor maneira possível. O maior problema de todos é sua aprendizagem, que deve estar bem debilitada (...). Agora vou te aconselhar o seguinte, assim como o X.Louco mencionou, "fazer a cabeça tem hora!". Se o problema é chegar chapado em casa, tente fumar em outras horas do dia, pela tarde, pôr-do-sol, noite. Mas nunca antes de exercer uma função cognitiva como "estudar". Enquanto professor, sei que o sistema de ensino brasileiro está uma merda, na época do ensino médio eu também fumava muita maconha. Mais do que agora. Entretanto, nunca fumo antes de um compromisso SOCIAL, como dar aula, isso atrapalha o meu rendimento. Existem pessoas que conseguem estudar na brisa, mas eu não aconselho. Outras pessoas conseguem desbaratinar bem e nem dar pistas que ganhou, mas se for pra conter a pira, pra quê fumar? Por fim, se você acha necessário amenizar a pira, disfarçar, é melhor não fumar mesmo. Ninguém na escola te coibirá e você não precisará ficar preocupado com o que os outros podem estar pensando. Deixa pra fumar em momentos que você tem pra evitar aporrinhações, estresse e diz-que-diz.

Nota-se, nesses comentários, que além da quantidade e da frequência de uso de maconha, uma avaliação qualitativa sobre as práticas de uso dessa substância deve ocorrer em termos de uma compreensão, que o usuário deve aprender a desenvolver, acerca dos contextos, das ocasiões propícias, favoráveis ao uso: *“deixa pra brisar no fim de semana, vai dar um rolê, fazer exercícios, acho que vai aproveitar mais do que ficar na neura de ser flagrado pelos pais/professores”* (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/55208-ir-pra-escola-todos-os-dias-chapados/>. Acesso em: 22 de agosto de 2014). Também deve ser aprendido um critério avaliativo a ser utilizado na decisão de fumar ou não fumar em cada ocasião particular, como, por exemplo, a necessidade: *“devido à carga horária do trampo, rola quase sempre de fim de semana... Mas às vezes é necessário em dias de semana, quando o estresse abala a estrutura!”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7609-qual-o-momento-em-que-voces-fumam-um/page-3>. Acesso em: 23 set 2014). Finalmente, a cobrança para a constituição de um senso de responsabilidade, linha mestra desse processo de subjetivação que venho mapeando, se faz presente: *“quer ficar chapado? Arque com os seus atos... Tá com medo de que? Não é isso que você quer? Já é de maior pelo jeito, né... Então vai lá. Fuma antes da aula e arque com as consequências...”* (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/55208-ir-pra-escola-todos-os-dias-chapados/>. Acesso em: 22 de agosto de 2014).

É interessante perceber como essas cobranças que são feitas aos usuários de maconha que se conduzem de forma considerada irresponsável ou sem consciência, se assemelham aos já comentados achados de Mutz (2013), quando esta autora analisa a emergência da figura do “consumidor responsável”, aos apontamentos de Castiel e Diaz (2007), quando indicam a racionalidade que informa as práticas de promoção da saúde no mundo contemporâneo, e às reflexões de Miller e Rose (2012) acerca das formas pelas quais o exercício de poder vem se transformando nas sociedades democráticas liberais do mundo ocidental. Em todas essas análises, trata-se da proposição segundo a qual, sendo cada indivíduo livre para escolher o que, como, quando e quanto vai consumir, é natural atribuir a esse indivíduo e suas escolhas

de consumo a responsabilidade pelos seus problemas, pelos problemas de sua família e uma parcela dos problemas sociais. Também Ortega (2010) faz referência a como, seja no discurso médico, seja no discurso feminista sobre a saúde, que a ele se opõe, a “ênfase no risco e na responsabilidade pessoal estabelecem os parâmetros de avaliação moral e de distinção entre a mulher ‘boa’ e a mulher ‘má’”, sendo a primeira a que “é responsável e vigilante, não quer ser um fardo para a família e para o sistema de saúde e faz da autonomia a sua bandeira política”, enquanto a segunda, a mulher “má”, aparece nos discursos analisados por Ortega como aquela que “é irresponsável e não se vigia, sendo uma carga para os demais, numa cultura como a nossa que trata a dependência como condição vergonhosa” (ORTEGA, 2010, p.34). Como escreve um usuário do *Growroom*: “*se eu tenho que fazer algo muito importante, ou que corra riscos, eu nem fumo, isso sim é responsabilidade, saber quando e quanto fumar. Cada um sabe seu limite...*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/23055-cannabis-x-responsabilidade/>. Acesso em: 23 set 2014). A responsabilização torna-se, assim, uma forma de governar condutas naquilo em que concernem ao consumo, entendido como resultado de escolhas e decisões livres e individuais. A liberdade de consumir encontra-se com sua contraface, a responsabilidade de gerir esse consumo adequadamente. Diante da complexa tarefa de equacionar essas duas dimensões, emerge a comunidade como uma forma de governo das condutas, de governo do uso dos prazeres psicoativos, como um agente produtor de instruções, de guias de conduta para bem administrar liberdade e responsabilidade através de uma gestão de si que, sem abrir mão do prazer, quer justamente garanti-lo por meio de seu governo responsável. Assim, a comunidade convoca esses sujeitos à adoção de posturas ativas, instando-os a tornarem-se objetos para si mesmos, contando, nesse processo, com uma variedade gigantesca de informações por meio das quais podem vir a bem regular a si mesmos. Daí a normatividade da comunidade que, de modo difuso, pela participação de diversos de seus membros, aponta o consumo responsável de maconha como “regra”, como valor e, conseqüentemente, outros padrões de consumo como desvios, manifestando uma vontade de poder sobre as condutas dos usuários através de sugestões, conselhos, prescrições sobre como podem agir de modo responsável a fim de solucionarem seus problemas pessoais e, ao mesmo tempo, contribuir para a causa coletiva da reivindicação da legalização da maconha. Deste modo, a livre escolha com responsabilidade introduz o sujeito em um mundo onde transformações são possíveis: se o usuário de maconha governar-se adequadamente, ele estará fazendo sua parte para provar à sociedade que o problema das drogas é um problema de gestão e que a criminalização de indivíduos autocontrolados apenas contribui para o fortalecimento da criminalidade e o aumento da violência, configurando um “remédio” que só faz agravar o “problema” para o qual fora apresentado como “cura”.

No entanto, é de fundamental importância compreender, neste momento, que a operacionalização de um processo de subjetivação, como o aqui analisado, que encontra elementos centrais de sua racionalidade e de suas tecnologias de governo nos liberalismos, como nos alerta Foucault (2008a, p.369-370), não significa a constituição de indivíduos irreduzíveis a qualquer governo e plenamente livres, mas sim a constituição de sujeitos correlatos a uma arte de governar que se regula de acordo com princípios econômicos. Ou seja, não se trata de liberação frente ao poder, mas de produção de subjetividades governáveis de outros modos que não aqueles que, no momento, organizam as políticas de drogas em nosso país (de fato ainda operadas de acordo com uma racionalidade de polícia). Esses outros modos, mais sutis e flexíveis, foram percebidos pela comunidade como táticos e eficientes no interior de uma estratégia política de enfrentamento à proibição e à repressão ao uso de maconha, estratégia esta que passa pelo manejo dos interesses dos indivíduos usuários da droga que frequentam a comunidade, pelo governo de suas condutas. Este o sentido da constituição dessa governamentalidade, desses conjuntos de formas de pensar e de práticas que são propostas aos indivíduos. Assim, no processo de relativa desconexão desses usuários de maconha autorreflexivos das redes de poder historicamente constituídas para a condução de suas condutas (redes estas que, como visto, se articulam entre as instituições do Estado e as *expertises* de profissionais médicos e psiquiátricos), eles se conectam através de uma comunidade virtual que os governa de outras formas, com outros fins, ligando-se de outras maneiras aos seus próprios interesses e projetos individuais e produzindo subjetividades potencialmente diferentes daquelas, doentes e/ou criminosas, que são instituídas pelos aparatos de poder estatal-psiquiátrico. E essas formas, cuja racionalidade em muito se liga às grades de inteligibilidade fornecidas pelos liberalismos como racionalidades políticas e práticas governamentais, aparecem, de certo modo, como “novidade” quando se trata de pensar as governamentalidades dos usos de drogas e, por isso mesmo, como abertura de todo um novo campo de intervenções ético-políticas, campo este no qual a atenuação da presença do aparato do Estado constitui um espaço aberto, um terreno fértil para o desenvolvimento e a experimentação de novas formas de condução das condutas e produção de subjetividades. A riqueza desse campo, a diminuição do bloqueio estatal no interior de sua lógica de funcionamento e o fato de conectar-se com racionalidades já bastante disseminadas em nossa época e cultura fazem dele uma espécie de “filão”, de via estratégica, de força subjetivante capaz de transformar significativamente as formas como nossa sociedade pensa e se relaciona com a maconha, seus usos e usuários. É, então, como ponto de ancoragem de uma estratégia que as racionalidades políticas e as práticas governamentais liberais e neoliberais são fixadas neste trabalho.

Autogestão dos prazeres: breve historicização

Em linhas gerais, então, conforme o até aqui exposto, é possível apontar que o consumo de maconha constitui uma norma no interior da comunidade tomada como superfície de análise desse processo de subjetivação investigado, pois é prática corrente, “normal”, da imensa maioria de seus membros. Tal prática é compreendida, por vezes, dentro do registro da “necessidade”, como parte da histórica necessidade humana de alteração de consciência. Assim, o ponto de partida do pensamento normativo comunitário é que não há nada de errado no consumo de maconha em si mesmo. Entretanto, o que fica claro ao se examinar as mensagens trocadas no fórum é uma concepção segundo a qual esse consumo, para que seja feito da forma “certa”, “adequada”, “segura”, “saudável”, em suma, “responsável”, precisa ser tornado objeto de um tipo de atenção moral, pois ele tende a se tornar excessivo caso não seja devidamente observado e controlado, o que pode prejudicar o indivíduo que o realiza e a sociedade na qual ocorre. A questão moral, então, gira em torno não do estabelecimento de formas de condenação da droga como um mal, tampouco do estabelecimento de um tipo de conduta abstêmia como padrão normativo de relação com ela (características do tipo de educação tradicional, institucionalizada, sobre as drogas), mas sim de procurar saber como administrar o uso de maconha, evitando os excessos e dominando a si mesmo, exercendo controle sobre o uso da substância, sobre o prazer que seu consumo provoca e sobre o desejo recorrente de consumi-la.

Ora, esses temas, essa forma de elaboração de si mesmo como sujeito moral de prazeres, não constituem novidades em nossa tradição cultural. A ideia segundo a qual é preciso atentar e se aperfeiçoar na autogestão dos prazeres remonta, pelo menos, às reflexões gregas sobre a moral do sexo, a moral da alimentação e a moral da embriaguez, três aspectos da experiência humana que envolvem um mesmo perigo: o excesso que vai além da necessidade. Como mostra Carneiro (2010), é possível traçar, remontando à Antiguidade Clássica, uma história da embriaguez ao longo da qual as diversas sociedades procuraram conferir significado e constituir formas de gestão das práticas de alteração de consciência, elaborando, de modo mais ou menos codificado e formalizado, modelos de usos de psicoativos que tomaram por referência, sobretudo, os usos, reflexões e controles históricos estabelecidos sobre o grande alimento-droga de eleição da cultura ocidental, o álcool. Compondo uma “história moral da embriaguez” que atravessa 25 séculos através das obras de médicos, filósofos, economistas, teólogos e outros pensadores, Carneiro nos ajuda a situar esse pequeno movimento de voltar-se a si desses usuários de maconha contemporâneos em uma tradição muito mais ampla, tradição esta cuja preciosa síntese oferecida pelo autor indica

a permanência histórica, entre abstencionistas e apologistas da embriaguez, de “um conjunto de matizes que buscam uma ideia de ponto intermediário, de equilíbrio e moderação por meio de normas, regras, leis, pedagogias e etiquetas” (CARNEIRO, 2010, p.19) em torno das formas de alteração de consciência, sobretudo através do uso de bebidas alcoólicas, mas também, como enfatiza o autor, através de outras drogas. É nessa tradição que situo as reflexões aqui analisadas acerca da constituição, por parte desses usuários de maconha, de formas de relação consigo mesmo calcadas na reflexão e prática de regimes de uso de maconha.

Nessas três referidas “regiões da experiência” (o sexo, a alimentação e a embriaguez), uma longa história de problematizações e de práticas tendo em vista o desenvolvimento de técnicas de administração pessoal e social tendentes a impedir, promover ou a aprender a obter o gozo, o prazer, sem que isso implique em grandes prejuízos para o indivíduo e para a coletividade, quer dizer, sem a produção, correlata a tais práticas, de desregramentos individuais e sociais. No que concerne especificamente à embriaguez, desde a Grécia Clássica que o vinho, instrumento primordial de produção desse estado de consciência, é visto como “um presente que tem de ser usado com sabedoria e arte apropriadas” (CARNEIRO, 2010, p.26), sendo a partir dessas considerações que se desenvolveram “maneiras coletivas de gerir os estados de êxtase, transe e furor provocados pelos efeitos do vinho e de outras drogas”. O culto ao deus Dioniso, através das ritualizações e institucionalizações que operou sobre as formas de uso dessa bebida constitui uma das mais antigas formas de gestão coletiva de práticas de alteração de consciência de que se tem notícia no mundo ocidental. O caráter de instrumento de regulação das formas de alteração de consciência por meio do uso do vinho que assume o culto a Dioniso fica claro quando se atenta para as características da atuação desse deus e de suas formas de relação com a humanidade: “o papel de Dioniso é o de um deus domesticador do selvagem, que frequenta as margens e as confunde entre a humanidade e os animais e vegetais, ou seja, entre a natureza e a cultura, e assim permite aos homens se apossarem dos poderes selvagens do transe ébrio cuidando para domesticá-lo” (CARNEIRO, 2010, p.29). Gênese de um processo de governo dos usos e usuários de drogas, tal como se pode apreendê-lo principalmente na tradição ocidental de problematização e condução das condutas voltadas à alteração de consciência pelos mais diversos psicoativos, o culto a Dioniso fomentou formas de reflexão e de condução de si e dos outros enquanto usuários de drogas, constituindo modos de pensar e técnicas de gestão do uso dessas substâncias que foram continuamente refletidas, criticadas, reelaboradas, ritualizadas e institucionalizadas por diversas sociedades ao longo da história do Ocidente.

Como aponta Carneiro (2010), ao longo da história ocidental de reflexões e intervenções sobre as práticas de embriaguez, algumas moralidades se constituíram em torno de dois polos principais: a propugnação da abstinência e a busca por formas de equilíbrio entre excesso e abstinência, tendo em vista o aproveitamento dos benefícios associados à embriaguez. É na tradição desta segunda polaridade que o trabalho sobre si, a ascese, o autocontrole buscado pelos usuários de maconha autorreflexivos pode ser compreendido. Ora, como escreve esse autor,

dentre todos os estímulos possíveis de se obterem no mundo, a embriaguez ou o inebriamento, como outros efeitos possíveis de drogas, tais como a sedação, a excitação, a euforia, o êxtase, o transe, o delírio, a psicodelia, a enteogenia, a empatogenia etc., refletem apenas a intensificação dos estados possíveis da alma. Despertá-los e saber usá-los com sabedoria sempre foi e continua sendo um preceito central, em todo o mundo, de muitas culturas do vinho, das bebidas e das substâncias psicoativas em geral (CARNEIRO, 2010, p.269).

Tais formas de gestão de si enquanto sujeitos da própria alteração de consciência, no entanto, na contemporaneidade, como venho indicando, são atravessadas por racionalidades bastante diversas daquelas que informavam, por exemplo, a ética clássica. Esses sujeitos autorreflexivos que problematizam e atuam sobre si mesmos em função de sua identificação como usuários de maconha são sujeitos do nosso tempo, atravessados e constituídos pelas racionalidades liberais e neoliberais de governo das condutas próprias e alheias e, nesse sentido, pensam e praticam a si mesmos como consumidores cujo direito à autonomia é violado por meio das racionalidades e das tecnologias de poder a partir das quais se veem problematizados e objetivados.

Assim, a busca pelo equilíbrio, o controle diante do excesso, desde a Grécia Clássica, constituíram princípios organizadores de uma forma de relação com a alteração de consciência que, se por um lado percebe nessas experiências um valor individual e comunitário, ligado tanto à formação da identidade como a aprendizados importantes como o autocontrole e a moderação, por outro lhes reconhece os riscos e a necessidade da instituição de formas refletidas de administração. Trata-se da recolocação de uma mesma e velha questão: como é possível experimentar os prazeres de modo adequado, seguro e benéfico, para o indivíduo e para a coletividade na qual se insere? É a questão ética aristotélica clássica acerca do bom uso dos prazeres, da boa administração e condução de si mesmo, a qual gira em torno da constatação de que todo mundo, em certa medida, usufrui do prazer da mesa, do vinho e do amor, mas que nem todos o fazem como convém. A resposta aristotélica a este problema é a proposição da virtude da moderação como instrumento para o governo da embriaguez, instrumento este por meio do qual é possível a constituição de uma posição de equilíbrio entre dois vícios, o excesso e a carência. Tema central, nesse sentido, para toda uma

concepção educacional que percebe na aquisição dessas habilidades de gestão dos prazeres um componente essencial da formação do cidadão, como aponta Carneiro (2010, p.36), fazendo referência às “reuniões aristocráticas” nas quais, desde o século VII a.C., na Grécia, os cidadãos se juntavam para comer, beber e conversar, circunstâncias que “se tornaram o espaço mais importante na formação dos cidadãos para se prepararem para suas funções cívicas”. Esse tipo de encontro funcionava “como um centro de educação do caráter, de debate de ideias políticas e filosóficas e de exercício da expressão pública das emoções de forma controlada, do ensinamento da moderação (*sophrosyne*) em oposição ao descontrole do excesso (*hybris*)”.

Como escreve Deleuze (2005, p.122), refletindo sobre as formas históricas através das quais diferentes sociedades procuraram solucionar aquilo que identificaram como “problemas”, sejam estes políticos, econômicos, sociais ou morais, “nenhuma solução pode ser transposta de uma época a outra, mas pode haver usurpações ou invasões de campos problemáticos, fazendo os ‘dados’ de um velho problema serem reativados em outros”. Deste modo, o velho problema da gestão adequada de si, o velho problema do uso dos prazeres e a necessidade comumente identificada de regulá-los tendo em vista a prevenção do “excesso”, visto como prejudicial a si mesmo e aos outros, constitui tema recorrente na história dos povos do mundo ocidental¹⁰⁷, os quais se alternam entre soluções diversas que envolvem desde o fomento de formas de consciência, autocontrole e moderação, até intervenções coercitivas ou mesmo violentas sobre aqueles que, pelas mais variadas razões, não conseguem ou não querem conduzir-se dos modos considerados corretos ou adequados. A dieta psicoativa constitui, assim, enquanto parte da dietética dos prazeres, um alvo histórico de poder, de suas formas mais sutis de exercício às mais intensas formas de dominação, compondo um domínio de reflexão no qual “é estilizada a relação do indivíduo com o próprio corpo. A ideia de um regime, entendido como uma medida a ser aplicada aos limites próprios à vida é o que conduz à Dietética” (FONSECA, 2003, p.114). É, portanto, através da elaboração de um regime refletido de uso dos prazeres psicoativos que se pode estilizar a vida do corpo, estilizar, mais propriamente, um exercício de responsabilidade. E é, também, no interior da dietética como eixo da experiência de si, como região da experiência que permite ao sujeito corrigir permanentemente a sua existência através da definição de “um regime que

¹⁰⁷ Foucault (2012) aponta que a preocupação e o desenvolvimento de técnicas para a contenção do “excesso” no uso dos prazeres constituem, justamente, uma forma de problematização que se mantém disponível do paganismo à modernidade, passando pelo cristianismo. Focalizando objetos diferentes, com sentidos diferentes, essa forma de pensar, de problematizar e de administrar o uso que se faz dos prazeres constitui, assim, de certo modo, uma grande linha mestra do pensamento moral ocidental.

faz o sujeito chegar ao estatuto de senhor de si” (FIMIANI, 2004, p.105) que esses indivíduos aqui pesquisados procuram constituir a si mesmos como sujeitos de uma prática refletida e organizada em torno de princípios, de valores, de uma moralidade indutora de uma relação ética a partir da qual sujeitos políticos podem ser produzidos mediante uma atenção, uma problematização e um controle sobre si mesmos. A dietética, nesse sentido, “é um capítulo da vida política” (ORTEGA, 2010, p.24), na medida em que o sentido da modificação ascética de si mesmo é a constituição de si como sujeito político que toma consciência de sua posição, do seu lugar no mundo.

A codificação das experiências possíveis em termos de “permitido” ou “proibido” não impede que os indivíduos e grupos se lancem à experimentação e busquem, diante de eventuais problemas que relacionam ao uso de drogas, formas de educação profana, não chancelada, não oficializada, marginal. Das antigas reuniões aristocráticas gregas (banquetes, simpósios...), a fóruns da internet, passando pelas rodas de fumo que se formam por toda parte, um princípio, uma ideia se mantém constante: a ideia segundo a qual é preciso constituir formas de regulação e de educação de si mesmo enquanto sujeito da alteração da própria consciência, formas estas suscetíveis de garantir o prazer buscado ao mesmo tempo em que se protege o indivíduo e a coletividade dos riscos do uso excessivo, da incompreensão familiar e social, da perseguição estatal, das ligações com a criminalidade, enfim, todo um espectro de riscos que emergem no vazio deixado por uma legislação que ao dizer, simplesmente, “não”, produz todo um campo onde relações complexas têm lugar, movidas por forças instáveis e imprevisíveis. Estabilizar, prever, governar, educar: esse é o tipo de ação que esses usuários de maconha realizam quando se comunicam, problematizam sua situação, promovem técnicas, práticas, enfim, avaliam a si mesmos e aos outros, tendo em vista a conformação de outras possibilidades de relação consigo para usuários de maconha no mundo contemporâneo. Trata-se de um poder que, independente das normatizações e das intervenções, sejam estas por parte do Estado, dos *experts* ou da comunidade, existe irreduzivelmente como exercício do sujeito sobre si mesmo, operando e conduzindo o sujeito entre os polos do excesso e da abstinência. Tal poder, que tem por objeto a (auto) gestão da embriaguez, encontrou, na Antiguidade, entre os povos das tradições grega e romana, diversos modos, locais e situações para seu exercício mais ou menos formalizado, mais ou menos refletido e institucionalizado, especialmente no que concerne ao uso do vinho e das bebidas alcoólicas, espécies de “drogas oficiais” das culturas ocidentais. Deste modo, “reconhecia-se na embriaguez uma prática social legítima, cujos excessos abusivos não poderiam comprometer usos positivos e benéficos, sabedoria que ficou perpetuada num provérbio

jurídico e moral latino: *Abusus non tollit usum* (O abuso não impede o uso)” (CARNEIRO, 2010, p.43). Saber comer e beber corretamente, assim, se constituía como um estilo de vida erigido à condição de paradigma da capacidade de autodomínio, marca distintiva do *ethos* grego. Penso que tais formas de autogestão das práticas de alteração de consciência e das formas de embriaguez, tais modos de exercício desse poder sobre si, na contemporaneidade, direcionadas a outras substâncias e a outros contextos, são atravessadas pelas racionalidades políticas liberais e neoliberais que emergiram na modernidade, conformando o “caldo cultural” no interior do qual esses usuários de maconha autorreflexivos encontram as matrizes reflexivas e práticas a partir das quais procuram constituir a si mesmos como sujeitos de suas condutas psicoativas.

Nessa atenção conferida pelas sociedades grega e romana à questão da gestão dos estados de consciência, mediante a constituição de todo um campo reflexivo mais ou menos institucionalizado sobre tais práticas, pode-se situar uma proveniência da constituição de formas de relação dos sujeitos consigo mesmos naquilo que concerne aos seus usos dos prazeres, em especial dos prazeres da embriaguez. Considerando tanto o excesso quanto a abstinência como posturas extremas e, por isso mesmo, prejudiciais à formação do cidadão, gregos e latinos fundaram suas formas de controle dessas posturas em práticas de educação ancoradas em “um ideal de moderação identificado fortemente com o modelo da temperança, como ingestão apenas do necessário”, de modo que “o ‘nada em demasia’ foi um lema atribuído a todos os sábios da Grécia” (CARNEIRO, 2010, p.45) e que instituiu na tradição cultural do ocidente “a importância do uso correto do vinho como elemento central na identificação do valor dos indivíduos” (CARNEIRO, 2010, p.51). Essas formas de problematizar e de praticar a embriaguez serviram como objeto de reflexão filosófica e plataforma para o desenvolvimento de técnicas de conhecimento e de cuidado de si mesmo que inseriam a gestão dos estados de consciência e do uso dos prazeres da embriaguez no campo da “medicina da alma”, que constituía a própria definição da filosofia como reflexão em torno da constituição de um programa de vida (CARNEIRO, 2010, p.58).

A reflexão e a condução da conduta (própria e alheia) no que concerne aos usos dos prazeres da embriaguez, portanto, possui uma longa história de moralização, de constituição de regras, de normas, de leis mais ou menos formalizadas, cuja perenidade se deu, principalmente, no que tange à reflexão e às práticas de uso do álcool, mas cujos elementos, fragmentos, racionalidades e tecnologias encontram-se mais ou menos disponíveis em nossa cultura para serem reapropriadas, redirecionadas, ressignificadas, em suma, reativadas em seus usos e potencialidades. Assim, se na Antiguidade a virtude era compreendida como o

meio termo entre dois vícios (excesso e carência), ao longo da Era Cristã essa concepção, inicialmente vigente, de moderação e equilíbrio sem a necessidade radical de abolição dos prazeres ligados aos usos do corpo vai se deslocando até que a virtude seja posicionada em oposição a um único e grande vício, identificado com o excesso (ainda que este fosse até certo ponto flexibilizado para o caso do uso do vinho, droga sacralizada). Na Idade Média, esse processo se configura mais plenamente, sendo a embriaguez (principalmente por meio de outras substâncias que não as bebidas alcoólicas) “associada cada vez mais na prédica moralista aos demais pecados da carne” (CARNEIRO, 2010, p.117), de modo que “a alteração voluntária do estado mental ou sentimental por meio do consumo de bebidas ou de outras substâncias psicoativas assume no cristianismo a condição inaceitável de uma modulação de si mesmo que é sempre condenada” (CARNEIRO, 2010, p.118).

Essas formas de problematização e de governo da embriaguez obtida através do uso de drogas psicoativas adquirem, na modernidade, novas características. Com a descoberta do Novo Mundo, o homem europeu é confrontado com outras formas de pensar, avaliar e utilizar drogas (bem como com diversas substâncias psicoativas até então por ele desconhecidas) e as racionalidades e tecnologias de controle dessas práticas passam a integrar “uma mesma estratégia de repressão, adaptação e ocultamento empregada como técnica central da colonização, posta em prática especialmente por seus agentes eclesiásticos” (CARNEIRO, 2010, p.146). Reprimir os indígenas nas formas pelas quais se relacionavam com as substâncias psicoativas, nas formas pelas quais geriam seus processos de alteração de consciência e inculcar-lhes ou submetê-los a novas formas de controle e de relação com as drogas passou a fazer parte dos esforços da colonização. Governar os povos colonizados passava, também, e em grande medida, por governar as suas relações com as drogas e consigo mesmos enquanto utilizadores dessas substâncias. As concepções dominantes sobre a embriaguez oscilaram, nos primeiros séculos da modernidade, entre o fascínio e o reconhecimento dos psicoativos como fonte de um tipo particular de sabedoria, de prazer e de furor extático, e a cautela ou mesmo a condenação explícita de substâncias vistas como suscetíveis de provocar a desrazão, a loucura. Mas é só no início do século XIX, que, como vimos no primeiro capítulo desta tese, as drogas começam a se tornar objeto de saberes médicos que assumem uma forma científica.

Assim, entendo que nessas mensagens que venho transcrevendo e analisando, todo esse processo histórico, com seus diversos saberes, suas técnicas de controle e suas variadas formas de problematização da embriaguez deixa suas marcas. Trata-se, então, aqui, de compreender, nesse recorte histórico-cultural particular que enfoco, e a respeito do uso de

uma droga específica, como esses usuários autorreflexivos vêm empreendendo uma busca no sentido de demarcarem condições mediante as quais o uso de maconha pode constituir uma prática moralmente valorizada. De certa forma, todas essas mensagens giram em torno de se determinar de que maneiras é possível a obtenção de um tipo de prazer que possa ser considerado legítimo, em nossa época e cultura, a partir do uso da droga. Ao mesmo tempo, trata-se de tentativas de explicitação de princípios que possam moderar, limitar e regular essa busca pelo prazer, bem como de esforços para a promoção de formas específicas de validação desses princípios, de modo a justificar a importância, para cada usuário de maconha, de sua submissão a eles. Trata-se, então, em suma, de exercícios de elaboração de condições e de disposições morais que fundamentem um uso “legítimo”, “adequado”, “conveniente” de maconha. Ou, dito de outro modo, trata-se de uma busca coletiva, não-sistematizada, mas até certo ponto deliberada, de elaboração de certas formas por meio das quais um indivíduo pode gerir seu uso de maconha, aprendendo a se conduzir no que concerne a esse hábito. Questões fundamentais, então, que estão postas por esses “maconheiros autorreflexivos”, e em torno das quais eles se debatem em sua maior comunidade virtual brasileira, são, por exemplo, como as seguintes: qual regime de uso da droga deve ser adotado? Quais as melhores condições para a utilização da substância? Qual importância deve ser dada ao uso de maconha na vida? Assim, nessa educação dos usuários de maconha por si mesmos, educação que conecta práticas que remontam à Antiguidade com formas contemporâneas de exercício de poder, trata-se nem de interdição, nem de promoção, mas de fomento à prudência, à reflexão, ao cálculo acerca de como melhor controlar o uso da droga, na constituição de um processo no qual o controle, o ensino e o cuidado dos outros funciona como parte do aprendizado, do controle e do cuidado de si mesmo. Educar os outros como parte de uma educação de si, no sentido de que, para poder exortar o outro a assumir o controle sobre seu uso de maconha, o indivíduo precisa demonstrar exercer controle sobre si mesmo. Como escreve Rigoni sobre o trabalho de profissionais da redução de danos, “o cuidado de si acontece na relação do usuário com o redutor de danos (o vínculo), numa troca permanente de experiências e reflexões. Nesta troca, ambas as partes são beneficiadas na medida em que cuidar do outro, para o redutor, também se vincula à ideia de poder cuidar de si”. Como já indicado, a redução de danos constitui um dos princípios fundamentais que orientam as práticas dos usuários do *Growroom*, no sentido de que quando orientam uns aos outros é como um trabalho de redução de danos que eles concebem o que estão fazendo. Assim, “ao refletir e reaproveitar uma experiência de aquisição do controle sobre uma substância e/ou sobre a própria vida, o redutor tem a possibilidade de reatualizar e desenvolver o cuidado de si, assumindo um duplo papel de ‘cuidado’ e cuidador” (RIGONI, 2006, p.119). Ao assumir, perante o outro, uma posição

de quem orienta, de quem aconselha e conduz, o sujeito exerce um poder não só sobre o outro, mas também sobre si mesmo, pois precisa encarnar na sua conduta aquilo que prega como melhor para o outro. Ao perceber-se na posição daquele que ensina, o sujeito efetivamente aprende. É na cobrança do controle do outro sobre si, que ele força o controle de si sobre si. Dinâmica, portanto, entre autocontrole e controle dos outros, autocuidado e cuidado dos outros.

Mais do que uma simples prescrição de regimes de uso (o que também ocorre, ainda que se ressalve o indivíduo como instância última de decisão), o traço mais marcante da participação na comunidade e do poder da comunidade sobre cada participante é esse estímulo à reflexão, à transformação de si mesmo enquanto usuário de maconha em objeto para si mesmo: *“acho que o importante, mais do que ficar contando quantos becks você fuma por dia, é fazer uma auto-reflexão e ver qual é o papel da maconha na sua vida e qual é a sua relação com ela”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/276-dar-um-tempo-e-bom/page-2>. Acesso em: 26 set 2014). Estamos diante de um trabalho comunitário por meio do qual formas de uso não-problemático de maconha são defendidas e elaboradas por usuários dessa substância que, ao adotarem uma prática reflexiva, buscam formular algo como “regras morais” que funcionam de modos muito diferentes, em relação ao tipo de sujeição que podem operacionalizar, se comparadas com os efeitos de poder que um código legal, por exemplo, é capaz de instituir. Nesse sentido, o tipo de normatividade que essa comunidade pode produzir se dá em outras bases, através da fabricação de formas de ajustamento variadas, de modo que cada indivíduo pode encontrar, pode elaborar por si mesmo a sua maneira de realizá-lo, a sua maneira de ajustar-se, de integrar-se aos valores da coletividade.

Trata-se, portanto, até onde posso compreender, de um esforço individual e coletivo de busca de um regime adequado de uso de maconha, regime este que leva em conta desejo, prazer, necessidade, quantidade, frequência, saúde, bem-estar e segurança, variáveis organizadas conforme os valores promovidos pela comunidade: responsabilidade individual e social, autonomia, liberdade, autocuidado e redução de danos sociais e à saúde. Nessa chave, analiso agora um tópico no qual seu criador expressou à comunidade sua preocupação justamente com a questão de *“o que é uma frequência de uso seguro?”* e explicou: *“de fato, o uso excessivo não tem ME feito bem. Porém gosto dos efeitos e não tenho interesse em parar, mas gostaria de descobrir essa frequência segura, pra não ser tão drástico em só usar quando houver uma necessidade médica, e nem tão exagerado em fazer disso meu por que de viver, e sim um uso equilibrado, recreacionalmente”*. A partir daí, um rico debate em torno de regimes de uso teve início. As características principais das mensagens trocadas foram a

soberania do indivíduo para decidir o que é melhor para si, a troca de relatos e descrições de regimes particulares de uso e a avaliação desses relatos, ou melhor, desses regimes, pelos usuários. Quer dizer, são propostas diversas formas de ajustamento aos valores comunitários, diversos modos de autorregulação, uma vez que os indivíduos são constantemente instados à reflexão acerca da qualidade e da quantidade do seu consumo, bem como instados à adoção de uma postura de permanente vigilância, conhecimento e cuidado sobre si mesmos, seus desejos e suas práticas:

Experimente uma frequência quinzenal! Se mesmo assim você sentir qualquer sintoma negativo, sinta-se a vontade para usar em intervalos ainda maiores. A Cannabis não é uma droga muito viciante (baixo risco de causar dependência) e por isso permite ao usuário regular bem a frequência de uso. Como você deve concordar, aqui ninguém está fazendo campeonato de quem fuma mais. Descubra a quantidade e a frequência melhores para você!

Ou ainda:

Se o cara fuma direto é como o Pure Hemp disse, o chapado é o de cara da pessoa. Como eu curto fumar pra sentir aquela diferença, sentir chapando legal, fumo só nos finais de semana. Além do que o cara vai criando resistência. Putz, uma época eu tava fumando vários todos os dias, aí fiquei uma semana sem fumar... E, porra, quando fumei de novo parecia que tinha fumado uma bomba de haxixe, fiquei muito louco! (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/43047-uso-recreacional/>. Acesso em: 22 de agosto de 2014).

Aqui, nesta última mensagem, fica clara a utilização da tática específica (e bastante popular entre os “maconheiros autorreflexivos”) de privação ou suspensão temporária do prazer. Como já abordado anteriormente, nessa estratégia de autorregulação do consumo de maconha, baseada na percepção de grande parte dos usuários do desenvolvimento de graus de tolerância aos efeitos da droga com a reiteração do uso, o princípio de sua execução é a manutenção do prazer, o que se busca obter mediante suspensões temporárias eventuais do consumo da substância. Essas suspensões (que podem ser de dias, semanas ou meses) operam como uma forma de domínio da vontade sobre o desejo, o que acarreta não a supressão, mas seu contrário, a estimulação do desejo, garantindo maior prazer quando esse desejo estimulado finalmente se realiza:

Se tem uma coisa que os fumantes diários têm que experimentar é exatamente ficar sem fumar por um tempo (digamos, uma semana). Quando chegar no sábado e você estourar um fino você vai sentir novamente aquela sensação de quando você começou a fumar. Pega forte! Lembro daquele tópico neste fórum perguntando "como aumentar o poder da maconha?", pois a resposta tá aí: não fumar direto! (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/7304-sobre-a-dependencia/>. Acesso em: 30 set 2014).

Bem, galera, consegui! Agora sim eu lido com a maconha de uma forma bem saudável... Se alguém estiver com dificuldades de parar, eu dou essa dica: a cada vez que terminar o seu estoque de erva tente parar por alguns dias antes de comprar mais... Nos três primeiros dias é difícil, mas depois você se acostuma! Agora eu consigo ficar até 15 dias sem fumar um baseado! Obrigado, amigos (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/19505-qual-a-hora-de-parar/>. Acesso em: 2 out 2014).

Contudo, nessa privação calculada do prazer, há uma preocupação manifestada por alguns usuários no sentido de que não se deve recorrer à multiplicação de desejos, o que levaria a recorrer a outros prazeres (outras drogas, por exemplo): *“a palavra chave é força de vontade. Mas já vi muito nego que conseguiu parar de fumar maconha e partiu para outras drogas mais pesadas. Esse é o grande perigo. Exemplo: conseguiu parar de fumar maconha, mas tá fumando dois maços de cigarro por dia. Melhor voltar a fumar maconha, caraca”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/page-6>. Acesso em: 25 set 2014). Ademais, essa privação calculada e temporária torna o prazer uma espécie de necessidade, um valor em si mesmo, o que permite estabelecer parâmetros para o discurso e a prática dos usuários. Penso que são parâmetros como esses, que funcionam nessa lógica, aqueles que sustentam, por exemplo, a crítica anteriormente referida ao uso diário de maconha na escola, apontado pela maioria dos usuários que se manifestaram a respeito como “excessivo” ou “sem necessidade”. Ou seja, há nessa estratégia uma noção cambiante de que há desejos que ultrapassam a necessidade, cabendo a cada um, mediante conhecimento de si e autocuidado, identificar essa ultrapassagem de limites. Nessa estratégia, então, a necessidade serve como uma ideia (mais ou menos vaga e certamente variável de indivíduo para indivíduo) de princípio diretor do uso dos prazeres. Nunca é demais ressaltar que, não sendo possível codificar essa necessidade, de modo a construir uma regra aplicável a todos da mesma forma e em qualquer circunstância, o que esses participantes mais reflexivos e problematizadores da comunidade fazem é estimular a reflexão sobre si e seu consumo de maconha, de modo que, se não é possível fixar limites, padrões, necessidades, se busca incutir em cada um uma disposição para a observação atenta de si mesmo enquanto usuário de maconha, tendo em vista o fomento de formas de racionalização dessa prática que conduzam a sua acomodação em um regime de vida no qual o uso da substância não se apresenta como um problema pessoal ou social, profissional,

familiar etc. O funcionamento ótimo dessa tática da privação do prazer (e consequente potencialização do desejo) pode instaurar um equilíbrio na dinâmica desejo/prazer, impedindo que o desejo se torne muito impetuoso e excessivo. Pensar o uso de maconha dessa forma, como suscetível a regulações desse tipo, faz com que o desejo de prazer possa ter sua satisfação limitada a contextos ou situações pensadas como legítimas, tornando possíveis usos de maconha regulados através de lógicas de merecimento, recompensa ou gratificação:

Pô... Sei lá, esse lance de dependência é uma coisa complicada. Pô, eu mesmo nas férias estava sinistro... Queria fumar um no quarto todo dia... Ficar viajando, vendo uma tv... Tocando uma guitarrinha... Relaxando... Aproveitei legal... Agora, com a volta às aulas, eu saquei que se ficasse nessa, ia dar merda... Porque tava chegando atrasado na faculdade direto... Tava acordando todo dia meio morgadão (sem vontade nenhuma de levantar da cama)... Aí, pô... Saquei que se continuasse nessa, nada ia mudar na minha frequência e desempenho na faculdade... Aí, pô... Parei geral durante a semana... Aí agora fico sem fumar de domingo a quinta. Só fumo na minha semana nos dias de sexta e sábado. É claro que foi uma atitude meio radical... Mas só pra entrar na linha agora no começo... Quando eu pegar o ritmo mais forte lá eu posso até fumar unzinho dia de semana (...). Mas aí, pô... A fórmula é essa, eu acho: quando você ver que tá perdendo o controle com algo, deixando de fazer algo... Mudando a sua rotina de qualquer forma que seja, apenas por estar fumando maconha... Aí você tem que tomar uma atitude enérgica pra mudar isso. Eu tenho um pensamento muito forte na minha cabeça de que a maconha tem que ser DIVERSÃO, não pode ser MEIO DE VIDA. O foda é que, com o tempo, essa linha divisória entre a diversão e o meio de vida pode ficar cada vez mais tênue... Aí é que está o segredo... Ficar sempre atento pra administrar essa linha! Pô... Se tá num patamar em que um bom baseado não dá mais a onda que a gente gosta, e se precisa de outro e outro, pra ficar apenas legalzinho... Então, pô... Repensem (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7304-sobre-a-dependencia/page-2>. Acesso em: 30 set 2014);

“maconha pra mim é tipo meu momento de lazer... É tipo um prêmio pra mim por fazer todas minhas coisas durante a semana, aí fim de semana eu só quero relaxar pra estar 100% na segunda feira... Entenderam?”; “o mais difícil mesmo é administrar o lance, não deixar ele te levar. Acho que a maconha deve ser usada com o objetivo de expandir seus horizontes e não como refúgio. No meu caso, eu uso a maconha como um prêmio: se eu lavar toda a porra da louça eu vou ter o direito de dar uns pegas, se tirar nota boa na faculdade também, e por aí vai...” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/1264-qual-a-idade-certa-para-comecar-a-fumar/>. Acesso em: 29 set 2014); e

eu trato a maconha como uma recompensa pela minha semana de estudos e/ou trabalho. Fico de domingo até quinta sem fumar nada, me dedicando aos estudos, etc. Quando acaba a aula de quinta (não tenho aula sexta) estou estressado, não aguentando ver um livro de estudos na minha frente. Chega sexta eu fumo um bom e... Aaaahhh como é bom! Acaba com o stress todo e a onda vem ótima. Um beck já vale pela sexta toda! Sábado eu costumo fumar um também, ou às vezes eu fico só descansando. Chega domingo eu estudo um pouquinho e segunda minha disposição volta totalmente! Eu apoio totalmente dar um tempo, eu nunca irei parar de fumar, mas tempo eu sempre irei dar (às vezes até de um mês) (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/276-dar-um-tempo-e-bom/page-2>. Acesso em: 26 set 2014).

Pode-se garantir, assim, pela regulação do desejo (regulação que, ao não realizá-lo, estimula-o) a experimentação de um prazer memorável, muito mais intenso do que aquele que advém da realização mais frequente dos desejos, afinal, nas palavras de um usuário do fórum, “quanto mais esporádico [o uso de maconha], mais intensa a experiência” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43397-conclusoes-de-um-ex-fumante/page-4>. Acesso em: 17 set 2014). Ou, como escreve outro usuário, “mano, dar um tempo sempre é bom sim! Eu dei um grande tempo, tipo, tô sem fumar vai fazer dois meses, eu acho. Mas isso é só um tempo, é normal, cara. O bom de tudo isso é quando você fuma um depois desse longo tempo: a brisa bate fortona. Dei um tempo porque eu tava fumando muito todo dia e tava me atrapalhando um pouco”. E é justamente esse tipo de estratégia de autocontrole que torna o usuário de maconha, perante si mesmo, um sujeito responsável e merecedor do respeito da sociedade:

isso aqui é a prova mais explícita de que maconha não destrói lares e reduz o indivíduo ao vício e à promiscuidade... Duvido que alguém que seja viciado em cigarro, álcool ou pó diga que, de vez em quando, é bom dar um tempo... Todo bom maconheiro reconhece que é bom sim dar um tempo... Aposto que a maioria, pelo menos, dirá isso, e são justamente as pessoas que nunca deixaram que a erva tomasse o controle de suas vidas e fumaram (ainda que diariamente) com responsabilidade... (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/276-dar-um-tempo-e-bom/page-2>. Acesso em: 26 set 2014).

Nesse sentido, o autocontrole, cuja existência é provada com a privação do prazer provocado pelo uso de maconha, produz uma série de resultados considerados benéficos: esse autocontrole garante melhores condições de saúde ao indivíduo, pois dá ao seu organismo um tempo para recuperação da intoxicação; ele potencializa os efeitos da maconha, pois a suspensão temporária do uso diminui os efeitos da tolerância do organismo à droga, provocando uma experiência psicoativa mais intensa quando da retomada do consumo; ele funciona, ainda, como uma prova à sociedade de que os usuários de maconha não são indivíduos descontrolados, incapazes de administrar suas próprias vidas de modo estável e confiável; e, por fim, esse autocontrole expresso pela consecução da estratégia de privação temporária do prazer funciona, também, como prova, para o indivíduo, de que ele é senhor de

si mesmo e de seus desejos, contribuindo para a manutenção de sua auto-estima, de sua confiança em si mesmo e de sua força no embate consigo mesmo, como se pode constatar no seguinte relato de um usuário acerca do seu processo de tomada de controle sobre o consumo da droga:

Aí, gurizada, beleza? Seguinte... Eu fumo faz quase três anos e tive algumas paradas, uma de dois meses e depois alguns dias isolados, dois ou três sem fumar, eu acho... Desde que comecei a tramar (há dois meses) fiquei um dia sem... Daí pensei de novo em dar um tempo, mas não rolou... E eis que nessa segunda (8/jan) eu não tinha um pro meio dia (costume de antes do almoço) e na hora que saí do trampo também... E quando saí da aula, às 11, tava chovendo... E eu não ia na vila... Pelo menos na chuva... Passei aquela segunda sem... E o pior, sem ter premeditado... Eu sempre pensei em "começar a parar" numa segunda... E ocorreu ocasionalmente... Hoje é quarta e eu não queimo desde segunda... Tô me sentindo melhor... Tipo, mais rápido... Mas não consigo achar graça na vida sem a maria... Tipo, pra sempre eu não sei se rola, mas pelo menos um controle... Agora eu tô começando a acreditar que consigo me controlar... Acho que só vou queimar amanhã, que vou na casa da minha irmã e não tem como não queimar... Mas daí vou segurar a sexta, e daí só no findi... Desculpa encher a orelha de vocês com isso, mas tô me sentindo orgulhoso... Alguém tem alguma ideia pra me passar, de qualquer coisa que me faça não ter tanta vontade de fumar direto? (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/9305-depois-d-muito-tempo-to-dando-um-tempo/>. Acesso em? 1 out 2014).

Nessa busca pela determinação dos momentos adequados para o uso de maconha, uma série de debates tem lugar no fórum estudado. Percebe-se claramente, por parte de muitos participantes desses debates, uma busca por moralização, ou seja, pela constituição de parâmetros, princípios, regras de acordo com as quais esses momentos possam ser determinados. Tais “regras” são elaboradas pela observância de valores centrais para o movimento cultural canábico, naquilo em que o fórum *Growroom* é, dele, representativo: autocuidado e redução de danos, no corte ético, e responsabilidade e preservação da “imagem” do usuário de maconha como indivíduo saudável, inofensivo e produtivo, no corte político. Evidentemente, não há unanimidades, sendo a instância da singularidade de cada um, como instância decisória, sempre fortemente valorizada, mas, ao mesmo tempo, é muito marcante a força de uma vontade de racionalização das práticas de uso de maconha e sua vinculação aos critérios éticos e políticos mencionados, mostrando-se, muitos usuários, preocupados com a ausência de parâmetros além da singularidade, uma vez que a conduta de cada usuário de maconha é avaliada como possuindo um poder de impacto sobre o conjunto dos usuários, os preconceitos que sofrem e, especialmente, sobre as intenções políticas do movimento ativista pela legalização da droga:

Claro! Tem hora e lugar para se fumar! Eu acho isso uma puta falta de respeito com as demais pessoas. Fumar na presença de criança, idosos, famílias reunidas, é super errado isso! É como o próprio cigarro, existem leis que determinam lugares proibidos para fumar (elevador, restaurante, banheiro...). O mesmo respeito deveria ser com a própria maconha, já que ainda não existem leis e não é legalizada! Vamos respeitar, galera! Não custa nada fumar escondido! (...). "Se segura malandro, pra fazer a cabeça tem hora".

Eu concordo que deve haver um respeito com as pessoas. Mas não acho desrespeitoso fumar na rua. Às vezes você está indo pra algum lugar por umas ruas tranquilas e é muito bom ir fumando um. A única coisa que acho legal é esconder quando passar por crianças ou famílias. Numa dessas até passar para o outro lado na rua. Costumo fazer isso. Mas deixar de fumar na rua, nunca. É um espaço público e aberto. É interessante que as pessoas percebam que já está tão difundido que até na sua rua já fumam. Acredito ser mais um motivo pra pessoa se informar.

Olha, velho... Eu acho que a liberdade de expressão é fundamental... Mas tem que considerar também que a gente vive numa sociedade e que isso implica na reação e na liberdade dos "outros" também! (...) muito autoritário é aquele que, pela sua individualidade desrespeita o fato de outras pessoas não quererem algo similar... Quando eu estou em um pico e um camarada começa a fumar (cigarro mesmo), (...) eu me sinto na liberdade de ir e falar com o cara... "Você poderia apagar, fazendo o favor - e então eu explicaria por que eu pedi tal coisa". Liberdade não vai até aonde fica o direito do próximo... Vai até aonde a Liberdade do próximo vai... Lute pela liberdade de todos para garantir a sua própria... (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/1313-existe-hora-pra-fazer-a-cabeca/>. Acesso em: 22 set 2014).

Moralidade e autorregulação do uso de maconha

Assim, a constituição de si desses usuários de maconha que se ocupam dessas discussões assume um caráter de pré-condição para a luta política por eles encetada, luta esta estabelecida como contraconduta, como crítica às formas de governo das condutas dos usuários de maconha que foram fixadas em leis e cujas práticas de poder foram institucionalizadas sob a forma de práticas policiais, práticas de saúde, práticas de prevenção, práticas educacionais, práticas familiares etc. Além de crítica às referidas formas de governo, essa contraconduta que busco descrever se caracteriza pela proposição de outros modos de regulação dos usos de maconha. Tais modos se articulam em torno da ideia de autorregulação, de constituição do próprio usuário como sujeito moral de sua conduta, sujeito munido de técnicas de autocontrole que vão operar no ponto em que o imperativo governo dos usuários de drogas é internalizado pelo sujeito usuário de maconha. Paradoxalmente, é no momento em que esse imperativo é internalizado, é tornado prática do sujeito, que podemos aqui falar de "liberdade", constituindo a marca dessa liberdade justamente a introdução do sujeito ético no pensamento político, a percepção por parte desses indivíduos que se constituem como

sujeitos políticos da luta pela legalização da maconha de que é preciso, de que é vital para essa luta a constituição de si mesmos (e, no limite, de todos os usuários de maconha) como sujeitos que ancoram suas práticas em um senso minimamente compartilhado de moralidade. Quer dizer, no caso aqui estudado, essa busca de autoconstituição de usuários de maconha como sujeitos morais, penso que a vontade de ser um sujeito moral deriva de um esforço para afirmação e garantia de uma liberdade, garantia esta que passa pela conquista de reconhecimento enquanto sujeito apto ao autocontrole e avesso a qualquer forma de perturbação da ordem e geração de insegurança. A construção de moralidade, então, para si e para os demais usuários, funciona como uma forma de produção de estabilidade, ordem, previsibilidade, em suma, adequação a parâmetros reconhecíveis e normalizados de conduta. Deste modo, “inexistem relações de governo sem liberdade”, “a ética torna-se condição da política” e, pensamento estratégico compartilhado por esses usuários de maconha autorreflexivos, “a melhor maneira de resistir a uma determinada forma de governo consiste em limitar aquilo que no indivíduo parece ingovernável” (CANDIOTTO, 2012, p.127). Libertar-se do governo dos outros (do Estado, da família, do juiz, do psiquiatra, do policial, do professor...), então, aparece como uma construção de si como sujeito autogovernado na qual a liberdade em luta constitui não uma recusa do governo, do imperativo moral histórico-cultural que demanda controle sobre drogas, seus usos e usuários, mas uma aceitação e uma implementação do governo de si por si mesmo. Tal processo constitui um modo estratégico de ação que se constitui não fora, não contra, mas no interior mesmo das relações de poder que instituem as formas pelas quais as drogas, seus usos e usuários são pensados e tornados objetos e sujeitos de ação, sendo as próprias relações de poder “jogos estratégicos entre liberdades”, ou seja, enfrentamentos estratégicos cujo produto é “a delimitação de campos de possibilidade ou jogos reversíveis entre ações de conduta e contracondutas” (CANDIOTTO, 2012, p.128).

Portanto, constituição do sujeito ético como contraface da constituição do sujeito político e relação de imanência entre formas de governo político de usuários de maconha e formas de autogoverno desses indivíduos: eis um nexos entre tecnologias de dominação e técnicas de si, entre o processo de objetivação que remonta ao começo do século XX e as formas contemporâneas de subjetivação de usuários de maconha autorreflexivos mapeadas no fórum *Growroom*. É para cuidar de si mesmos e de suas relações pessoais, sociais e profissionais, dentre outras, mas também para adquirir força política que esses indivíduos problematizam e praticam a si mesmos, constituindo, nesse processo, formas de relação consigo e com os outros marcadas por autocontrole e responsabilidade. E, de outro lado, há

uma relação de mútua implicação entre o governo político de usuários de maconha, tal como implementado no século passado, e as formas como esses usuários contemporâneos buscam governar a si mesmos, pois, se as demandas de vigilância, controle e contenção do uso da droga, construídas e fundamentadas pelo processo histórico de problematização e intervenção sobre os usuários de maconha, tal como descrito no capítulo um desta tese, foram internalizadas pelos sujeitos, os modos pelos quais estes passam a operacionalizar essas formas de problematização e de prática sobre si mesmos se dá como contraconduta, como potencial transformação de si e como força voltada à transformação do próprio processo histórico que conformou o governo político dessas práticas de uso de maconha e de seus praticantes (ainda que, como tenho ressaltado, o alcance e a força desses investimentos, pelo menos até agora, não tenham suplantado o alcance e a força das estratificações socioeconômicas cuja manutenção constitui, hoje e outrora, em nosso país, o alvo prioritário das tecnologias de poder sobre os usos de drogas).

Conectando a questão da moralidade e da autorregulação do uso de maconha com a análise da tática de modulação do prazer mediante suspensões temporárias do uso da droga, trata-se de ter em mente que essa privação espontânea, enquanto componente tático das estratégias de autocontrole, só pode se dar em função da singularidade de quem o faz: *“cada pessoa é uma pessoa singular, e por essa razão, sua conectividade com a maconha será também única. Ela pode seguir uma linha de padrão, como se fumar em excesso ficar com sono, mas sempre será uma ligação singular com o usuário. E cabe somente a esse usuário saber o que lhe faz bem ou não”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/43397-conclusoes-de-um-ex-fumante/page-4>. Acesso em: 17 set 2014). Nesse sentido, se há uma busca pela instituição de formas de relação consigo que se pautam por uma normatividade, por uma moralização, a efetivação desse processo, ou o modo como os valores de responsabilidade pessoal e social se tornarão um regime de práticas relativas ao consumo autorregulado de maconha é, no limite, uma prerrogativa do indivíduo, que se liga diretamente ao seu modo de vida, o qual, por sua vez, é condicionado fortemente por sua posição socioeconômica e por seus objetivos na vida. Há, no entanto, na comunidade, uma força prescritiva normativa que se explicita no já referido texto *“Quem Somos”* – o qual lista os valores da comunidade -, que confere autoridade e reputação aos indivíduos que mais impõem a si mesmos, por escolha e vontade, princípios de conduta afins aos preceitos de responsabilidade, redução de danos e autocuidado no que concerne ao uso de maconha. A moderação do uso da droga, ou a manutenção da excelência de desempenho em atribuições socialmente valorizadas, ainda que em concomitância a um uso

mais intenso da substância, se apresentam como condutas que, valorizadas no *Growroom*, demarcam posições de maior prestígio e destaque no interior da comunidade. Em suma, não se trata, obviamente, de uma instituição de formas de autocontrole que sujeitem a todos os membros da comunidade de um mesmo modo, sob uma regra universal, mas sim de proposições, esforços e incentivos coletivos à adoção de formas de ajustamento a certos modos idealizados de conduta, adoção esta que, efetivamente, depende muito de circunstâncias e posições pessoais. Esse caráter das práticas que têm lugar no referido fórum, que recusa a pretensão de universalidade e que se volta à produção de singularidade, situa tais práticas no interior daquilo que poderíamos considerar “artes da existência”, uma vez que não “estão dirigidas a regular a conduta de todos os indivíduos. Nesse sentido, embora possam implicar formas muito intensas de problematização e formas muito rigorosas de ascese e de trabalho sobre si próprio, não constituem uma obrigação geral. Constituem, portanto, uma ética pessoal” (LARROSA, 2010, p.76). Assim, trata-se de compreender formas mais gerais de normatividade (cultivar sua própria maconha; atentar para si mesmo, seus padrões de consumo, tendo em vista a constituição de uma relação consigo, e com a droga, menos nociva; no limite, conduzir-se de forma a que não se possa criticar os usuários de maconha como irresponsáveis, vagabundos etc, alinhando a relação consigo/ética com o projeto político antiproibicionista voltado à defesa da legalização da maconha) como artes de si, como injunções éticas que definem, estabelecem um campo de ação possível, buscando fixar um quadro geral no interior do qual o pensamento prático individual determina o que fazer. Para essa definição é necessário o desenvolvimento de uma prática que, levando em conta os princípios mais gerais que unificam o grupo, guia a ação individual no seu próprio momento, de acordo com o contexto e em função dos fins individuais. Por fim, nesse processo de subjetivação, o usuário de maconha se torna sujeito ético, se torna algo próximo daquilo que é idealizado pela comunidade: um sujeito que faz de si mesmo, de sua conduta enquanto usuário de maconha, um objeto de problematização e intervenção, conduzindo a si mesmo como sujeito-objeto de sua ação mediante uma prática refletida. Mas, para dar mais “carne” a esse processo, aprofundemos um pouco mais a reflexão acerca de como esse “maconheiro autorreflexivo” é constituído/se constitui nos debates ético-políticos comunitários.

Um modelo ético para um projeto político

Uma das melhores formas de se compreender o tipo de exigência, o tipo de atitude que se requer daquilo que se entende, em boa medida, no interior da comunidade, como um “bom

maconheiro”, um “maconheiro responsável” ou “consciente”, é atentar para aqueles momentos em que, no *Growroom*, se discute o tipo de legalização da maconha a que aspiram aqueles que se manifestam na comunidade. Para tal, foquei as análises que seguem principalmente em dois tópicos do fórum estudado, intitulados “*Legalização consciente*” e “*Maconheiro consciente, torne-se um você também*”. Nesses tópicos explicitam-se algumas das relações que esses usuários de maconha autorreflexivos operacionalizam entre um modelo político para a legalização da maconha e, como sua contraface, um modelo ético para os usuários dessa substância. Essa articulação entre projeto político e modelo ético parte de uma reivindicação de algo que é percebido como um direito – consumir maconha, fazer livre uso do próprio corpo -, e que requer, em contrapartida, o reconhecimento de deveres e responsabilidades por parte daquele que usufrui desse direito, como expressam as mensagens a seguir:

acredito que todos queremos uma legalização que proteja os eventuais usuários problemáticos da Cannabis e, também, como forma de disponibilizar informações sobre um uso mais responsável da maconha. Isso é muito importante para demonstrarmos que o movimento não quer apenas legalizar para podermos fumar em paz, mas sim para demonstrar que a legalização irá proteger e aumentar os dados referentes à erva, sobre como utilizá-la de forma a não prejudicar o rendimento profissional e social (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/38524-legalizacao-consciente/>. Acesso em: 26 de agosto de 2014).

Nossa associação tem por fundamento de sua existência a redução de danos. (...) devemos sim, conscientizar-nos do uso com moderação. Devemos incentivar o estudo, o trabalho, hábitos sociais saudáveis. Não vem a rapaziada me achar caretão. Mas todos nós sabemos que existem abusos. Se fumar, não dirija. Aprecie com moderação. Ajuda a quem quiser dar um tempo ou tiver problemas com a família (como já fazemos por aqui) (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/38524-legalizacao-consciente/>. Acesso em: 26 de agosto de 2014).

Sem dúvida temos que associar incentivos pró-legalização com propostas que permitam a divulgação de informações, não só para os usuários, como para a população em geral, até para dar mais credibilidade ao movimento, como você falou. Isto mostra que não somos meros doidões que querem apenas ficar fumando o dia inteiro sem sermos incomodados. Também tenho a visão de que maconha em excesso (ou até pouca mesmo, a depender da pessoa) pode fazer mal sim, e conheço uma pá de exemplos... Agora, também acho que, antes de pensar em legalização, temos que nos esforçar para "educar" o povo... Tão rolando aí estas cartilhas [menção às cartilhas aqui analisadas anteriormente], que ficaram muito legais, porém, pelo que vi, elas têm foco nos usuários e potenciais growers [cultivadores de maconha]... Podemos pensar em algo semelhante para a população em geral, para que ela possa distinguir o mal potencial da cannabis do mal causado pela violência associada ao tráfico e consumo, frutos da proibição. Tipo, expor o que é a planta, quais os efeitos, uso medicinal, situação da cannabis no mundo, comportamento responsável dos usuários, redução de danos e o papel do grower nesta história toda... Muita gente pensa que a cannabis é erva do diabo, principalmente o povo mais humilde que frequenta as igrejas universais da vida... Isto é foda de mudar, porém temos que tentar porque sem apoio popular estamos na merda! (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/38524-legalizacao-consciente/>. Acesso em: 26 de agosto de 2014).

Nota-se, nas mensagens transcritas acima, como o intento da legalização da maconha e o ativismo político necessário para alcançá-lo são associados à educação, tanto da população em geral quanto dos próprios usuários e cultivadores, aos quais cabe a adoção de formas de conduta marcadas por um senso de responsabilidade e compromisso social. Como afirmou um usuário em outro tópico do fórum, *“maconha é bom, tem milhares de propriedades para o físico, mente e material, é injustamente discriminada devido a um ciclo de mentiras e falta de conhecimento, (...). Mas, de consciência limpa é MUITO MELHOR TÁ CHAPADO”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7495-40-dias-de-abstinencia/>. Acesso em: 9 set 2014), ou, ainda, em outro tópico, quando um usuário do fórum explicitou essa racionalidade estratégica afirmando que *“com boas ideias e com o uso consciente da maconha, a legalização fica mais próxima”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7445-usuarios-leiam-reducao-de-danos/>. Acesso em: 9 set 2014). Agora, aprofundando a análise, passo à transcrição de algumas mensagens do segundo tópico aqui priorizado, quando a relação ética, a conduta do usuário de maconha é trazida para o centro da problematização. A discussão começa com a seguinte mensagem, na qual aparece muito bem sintetizada essa visão do correlato ético do projeto político e de uma espécie de “papel”, de “missão” que se atribui ao usuário de maconha:

Vocês já notaram como nós somos discriminados por fumarmos maconha? Provavelmente sim, mas já pararam pra pensar por quê? Bom, existe toda a questão cultural que envolve anos de proibição, o fato de ser ilegal e sustentar a indústria do tráfico, e muitos mitos que ainda existem em relação à maconha. Mas grande parte desse preconceito é culpa de nós mesmos. Provavelmente você conhece muitos maconheiros que não têm compromisso nenhum com a vida, não estudam nem trabalham, e, quando fazem isso, fazem mal feito. Geralmente as outras pessoas rapidamente descobrem que eles fumam e criam uma mentalidade de que todo maconheiro é burro, vagabundo, ou algo assim. Mudar essa situação só depende de nós. Vamos fumar maconha, sim! Mas vamos também estudar, trabalhar, ler muito e adquirir cultura, pois quando as pessoas se derem conta de que existem muitos usuários que têm cultura, são responsáveis e vivem uma vida correta, sem prejudicar ninguém, a tal legalização estará muito próxima... O princípio é simples, se você não quer ser criticado, não dê motivo para isso! (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/4549-maconheiro-consciente-torne-se-um-voce-tambem/>. Acesso em: 26 de agosto de 2014).

Penso ficar clara a conexão ético-política: a defesa da necessidade de que o usuário de maconha governe a si mesmo, em sua vida, de modos que provem, na concretude de sua conduta diária, a verdade segundo a qual o “maconheiro” não é um doente, um criminoso, uma figura nociva e contrária aos valores sociais dominantes. Fica claro haver, nessa comunidade estudada, a maior comunidade virtual brasileira de usuários de maconha, tentativas deliberadas, refletidas, de estimular nos usuários formas de relação consigo mesmos e com os outros pautadas por responsabilidade e ajustamento social, como parte de uma estratégia para a conquista da legalização da droga. Mas é em um tópico intitulado “*Maconheiro consciente, torne-se um você também*”, que essa discussão se acirra, marcada pela tensão entre normatização e singularidade.

Inicialmente, manifestaram-se usuários partidários da necessidade de constituição de condutas refletidas e responsáveis, alinhadas com a ação institucional do *Growroom*, tal como este expressa em seus materiais educativos: “*eu procuro ser um maconheiro consciente, porém é foda que, por causa de alguns ‘pregos’ (neguinho cabaço), tenhamos que levar esses rótulos descritos pelo amigo acima*”; e “*o lance é estar com a consciência tranquila. Se existem pessoas que ‘queimam o filme’ da galera, nada mais justo do que evitar a companhia deles*”. Mas, em seguida, um usuário questionou essa forma de intervenção sobre as condutas: “*deixa cada um curtir a sua brisa... Não tem que ensinar os outros a fumar... Cada um curte do jeito que gosta... Eu fumo pra fazer merda... Se for pra fazer alguma coisa direito, eu faço normal!*”; ao que, prontamente se manifestou, novamente, o criador do tópico em questão:

tens razão, cada um sabe de si, não tenho a pretensão de ensinar os outros como viver sua vida, mas é inegável que todos nós praticamos e somos vítimas de preconceitos e generalizações, e só temos a ganhar se cada um de nós fizer a sua parte para que melhoremos nossa imagem e reputação. Tem gente que gosta de fazer merda enquanto tá chapado, como você mesmo diz, mas eu não gostaria de ser comparado a pessoas como você. Cada um na sua... E quem concorda comigo que se manifeste! (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/4549-maconheiro-consciente-torne-se-um-voce-tambem/>. Acesso em: 26 de agosto de 2014).

Seguiu-se uma longa discussão, com participação de diversos membros da comunidade, na qual a maioria dos participantes adotou posição favorável à necessidade de o usuário de maconha assumir responsabilidades e conduzir-se de modo a transformar, por sua conduta, a imagem social do “maconheiro”. Ainda que essa imagem social tenha sido construída no interior de um processo histórico marcado por racismo, controle de populações vistas como perigosas e consecução de um projeto político de formação e inserção do Estado nacional no mercado capitalista global, processo este que se cruza e se fortalece com a ascensão dos poderes médico-psiquiátricos e com o projeto desses profissionais de se firmarem como figuras influentes na determinação dos rumos do país, e ainda que esse processo seja por vezes referido e debatido no fórum, é por meio da responsabilização individual e do ajustamento das condutas aos padrões dominantes estabelecidos que esses usuários de maconha buscam estruturar uma forma de luta política. Como vimos a partir do trabalho de Miller e Rose (2012), anteriormente comentado, tal forma de se constituir como sujeito e de conceber a luta política é tributária dos modos pelos quais uma economia de poder se exerce na contemporaneidade, convocando os indivíduos a assumirem responsabilidades e a controlarem a si mesmos de modo a que possam ser incluídos na sociedade e se diferenciarem de grupos marginalizados.

Ao mesmo tempo, o estereótipo historicamente construído do “maconheiro” se torna um rótulo com o qual os usuários precisam lidar e, mais do que isso, problematizar. Os efeitos da rotulação sobre a forma de pensar, de sentir e de se conduzir dos indivíduos que consomem maconha regularmente tornam-se, assim, objetos de reflexões estratégicas, voltadas à transformação de si, à constituição de uma relação consigo que, para ser positiva, precisa romper com os efeitos psicológicos produzidos pela internalização, por parte dos próprios usuários, dos discursos de verdade que ao longo de um século constituem nossos modos de pensar sobre essa droga e seus usuários:

Você acha que esses "pseudo" sintomas de depressão são realmente relacionados à droga ou ao fato de você perceber que está se enquadrando cada vez mais no estereótipo que a sociedade passa do maconheiro (fuma todo dia, não consegue ficar sem fumar, fica desesperado se não fuma), e isso te deixa um pouco deprimido pelo fato de você ainda não ter se libertado totalmente dessa imagem falsa que a sociedade impõe sobre a maconha? Quando comecei a fumar não gostava da imagem que a sociedade passava dos maconheiros, mas com o tempo eu fui me enquadrando cada vez mais nessa imagem, e isso me deixava muito mal também... Mas aí eu pensei: eu sabia que aquilo não me fazia mal, mas não suportava encarar a realidade de que tinha me tornado MACONHEIRO, então raciocinei: aquilo fazia mal pra mim pelo fato de ser realmente nocivo à saúde ou pelo fato de que a sociedade queria que eu pensasse que aquilo me fizesse mal? (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/19505-qual-a-hora-de-parar/>. Acesso em: 2 out 2014).

A seguir, transcrevo uma mensagem que explicita o pensamento estratégico desses usuários que, assumindo uma postura autorreflexiva, operam como certo tipo de intelectual e procuram conduzir os demais para a elaboração de si mesmos como sujeitos éticos:

O que tento dizer é só isso: se a gente ficar nesse discurso "fumo sim e foda-se", "eles" poderão dizer "proibimos sim e foda-se" (chega de aspas). Um discurso agressivo não adianta nada. Em minha opinião, devíamos ponderar o que dizemos, não nos censurar, mas sim falar claramente o que queremos, sem ser agressivo. É assim que funciona quando queremos algo. (...). O problema é que vivemos em uma sociedade de valores estranhos, entre eles a aparência. Pode ser o cara mais responsa do mundo, mas se te virem fumando um, vão te achar bandido. E isso é que tinha de acabar. Mas só vão parar de nos chamar de bandidos se nos desvincularmos dessa imagem tão forte. Por isso o "dê dois, mas mantenha o respeito", que muitos falam e poucos fazem (...). O que disse não é que devemos parar de fumar e ficar de boa. O ser humano, de acordo com a OMS, tem de ter 8 horas de sono, 8 horas de trabalho e 8 horas de ócio. Só que tem muita gente que faz o esquema 8 de sono e 16 de fumar todos, ócio puro. Aí, não. Cumprindo nossas obrigações estamos de boa. Mas NUNCA devemos deixar de cumpri-las se queremos respeito, como você disse (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/4549-maconheiro-consciente-torne-se-um-voce-tambem/>. Acesso em: 26 de agosto de 2014).

São inúmeras mensagens que giram em torno desses mesmos temas. Para poder avançar, voltemos, então, à questão que propus ao iniciar a análise desses dois tópicos do fórum *Growroom*: qual a atitude que se requer do “bom maconheiro” para que possa constituir-se como sujeito moral? Requer-se do bom maconheiro um trabalho sobre si, uma estruturação das formas de relação consigo e das práticas e técnicas sobre as quais essa relação se apoia. É necessária uma atitude moral em relação aos prazeres para que se possa fazer, deles, um bom uso. No que concerne às práticas, são valorizadas atitudes que, diante do prazer, da possibilidade de obtenção imediata do prazer, procuram por uma forma de equilíbrio entre o uso excessivo e a abstinência completa, o que se obtém, conforme já exposto, por meio de técnicas como a da privação temporária do prazer, prática na qual o desejo é, por vezes, contido até o momento propício para o consumo da droga se apresentar, quando então se realiza e, multiplicado pela contenção de que foi objeto, dá lugar a um prazer muito mais intenso, tanto pela diminuição dos efeitos químicos da tolerância à droga, quanto

pela própria dinâmica do adiamento do prazer, que intensifica o desejo. Um dos efeitos de poder sobre si da prática reiterada desse tipo de estratégia é um aprendizado que induz o indivíduo a ter prazer com a própria moderação do consumo psicoativo, pois se a cada vez que contém seu desejo e posterga a consumação do prazer, fortifica esse mesmo prazer quando consumado, por transferência e sentido de antecipação pode condicionar-se a já experimentar prazer no próprio ato de autocontrole e postergação, como é possível ler na seguinte mensagem de um usuário do fórum *Growroom*: “*acho que você não devia sofrer com isso não [com a suspensão temporária do uso de maconha]... Isso deve ser prazeroso pra você, como é fumar... Eu tô também há uns vinte dias, porque não quero mais fumar prensado. Vou ter que esperar ainda um tempinho até colher... Mas tá sendo bom pra mim... Sinto prazer em não fumar um de vez em quando*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7495-40-dias-de-abstinencia/>. Acesso em: 9 set 2014).

Como aponta um usuário do fórum, orientando um novato em dúvida sobre se deve ou não continuar utilizando a droga, “*independente de você continuar fumando ou não (...), o importante é você continuar nesse ritmo... Educação e observação*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/36822-maconha-e-dia-dia/>. Acesso em: 28 ago 2014). É necessário, contudo, nessa busca individual, um enfrentamento aos desejos, enfrentamento este do qual emerge o sujeito moral, que pauta suas condutas relativas ao uso de maconha por regramentos por ele mesmo estabelecidos a partir das possibilidades conferidas por nossa época e cultura e, como é o caso aqui, em relação com essa profusão normativa que circula e que compõe a comunidade estudada. Esse enfrentamento ao desejo de alteração de consciência e de experimentação do prazer dela derivado também pode ser interpretado pelos usuários como um enfrentamento consigo mesmos ou, como no caso da mensagem que transcrevo a seguir, como um enfrentamento que se deve fazer à própria substância psicoativa:

eu falo isso porque já fui umas quatro vezes para clínicas de recuperação de adictos... E, cara... O ambiente é FODA. Isso é tão difícil de discutir porque ao mesmo tempo em que eu estou falando isso, eu posso muito bem, um dia, não segurar essa força e me deixar levar pela "onda" e acabar fudido como muitos que já vi. É loucura. É como se você estivesse nadando contra a correnteza ou algo assim... É lutar para ter equilíbrio diante de uma força tão imensa como é a força de qualquer substância psicoativa... E parar pra ver que tantas pessoas brilhantes que passaram por aqui se deixaram levar por isso... É foda... (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/>. Acesso em: 24 set 2014).

Assim, não ser escravo de seus desejos, apetites, prazeres, preceito de vida que remonta, pelo menos, até Platão¹⁰⁸, aparece entre esses “maconheiros autorreflexivos” como condição para um uso adequado da droga, o que envolve, conforme exposto, conhecimento de si, atenção e busca de remediação dos eventuais danos causados pelo consumo reiterado da substância e constituição de um regime ou, pelo menos, de alguma elaboração reflexiva suscetível de regular os padrões de uso da droga em função de valores como responsabilidade, sucesso pessoal, vida ativa e saudável. E é nesse sentido que entendo asserções como as que transcrevo a seguir, feitas por um usuário do fórum: *“a maconha pode te fazer bem ou mal, depende da forma como você a está usando”*; e *“todos aqueles que em algum momento já experimentaram problemas, mas aprenderam a usar na quantidade e momento certos, são quem realmente a conhecem”*. Importância, então, novamente, de saber utilizar a substância, saber identificar a quantidade e o momento certos, constituindo formas de uso, um regime de uso que faça da maconha algo benéfico, e não nocivo. Nesse processo complexo, de aprendizado, a importância do outro, da comunidade, é ressaltada: *“eu acho que nós que gostamos da erva temos que trocar esse tipo de ideia pra nos ajudar a continuar nosso uso sem que isso atrapalhe a nossa vida”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/39465-pergunta-pra-responder-com-sinceridade/>. Acesso em: 28 ago 2014); e, *“mas galera, muito obrigado mesmo! Estou muito feliz por ver que a galera aqui é unida! Parece que me senti mais em casa quando vi essas pessoas, que nunca falei na minha vida, me dando conselhos que nunca me deram! Obrigado!”*

¹⁰⁸ Em seu diálogo “O Banquete” o filósofo tematiza a embriaguez, apresentando Sócrates como a figura modelar do sujeito que bebe, que usufrui dos prazeres da bebida, da alteração de consciência, sem perder, no entanto, o autodomínio, o controle sobre si mesmo. Na visão platônica, o vinho não constitui bem ou mal em si mesmo, mas “um instrumento útil de medicação, de educação pública e de conhecimento de si mesmo”, enquanto o banquete, “como sinônimo de beber e filosofar”, consiste em um “momento privilegiado de exercício dessa função pedagógica da gestão do beber com vistas a se evitar a embriaguez” (CARNEIRO, 2010, p.64). Tal gestão se dava, nessas ocasiões festivas e reflexivas, através da domesticação das forças da ebriedade (bem como das forças do erotismo) através da arte da palavra durante o banquete (Ibidem, p.67). Assim, constituição de formas educadas, formas controladas de uso dos prazeres através de uma arte da palavra, através da colocação em discurso de princípios verdadeiros que se quer internalizar, tornar conduta, tornar si mesmo. Penso que esse tipo de técnica em torno da palavra, da comunicação, ainda hoje constitui ferramenta importante em diversos modelos de controle e gestão das práticas de alteração de consciência, seja aqueles que se colocam finalidades abstinentes, como os grupos de ajuda mútua do tipo Alcoólicos Anônimos, seja aqueles voltados à constituição autônoma de si como sujeito de suas práticas psicoativas mediante a elaboração de regimes refletidos de uso dessas substâncias, tal como penso ocorrer no caso aqui em estudo.

(Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/36822-maconha-e-dia-dia/>. Acesso em: 28 ago 2014).

Mas esse aprendizado é reportado como árduo, longo, como um embate consigo mesmo pelo domínio de si. A relação consigo que alguns usuários (e o próprio *Growroom*, pensado como uma instituição) propõem, como parte de um processo de educação, envolve a estruturação de atitudes que instaurem um estado sólido, estável, equilibrado, de gestão dos desejos e dos prazeres, os quais jamais desaparecem, mas, racionalizados, são dominados, de modo a que o sujeito consiga ocupar, mais ou menos de acordo com o ideal comunitário, uma posição intermédia entre o consumo desregrado (no qual a vontade é uma vontade de prazer) e a abstinência, a privação total do prazer que a droga provoca. Trata-se, assim, não de uma busca pela supressão do desejo, mas da formação, pelo domínio do desejo, de uma vontade de moderação, a qual se expressa através de uma reflexão e de uma prática constantes em busca da identificação dos momentos, contextos, frequência e quantidade adequadas para si, em função de seus objetivos e estilo de vida. Essa vontade de moderação, como estamos vendo, é incentivada no interior da comunidade, envolvendo todo um aprendizado de controle sobre o desejo e o prazer, o que requer reiteração de práticas, uma vez que não basta conhecer o princípio segundo o qual não se deve utilizar maconha em excesso: é preciso experimentar, praticar a fim de conseguir agir como convém e abster-se do que for excessivo. Como condições para a prática de si é preciso, como várias mensagens aqui já transcritas indicam, atentar para si mesmo enquanto usuário de maconha, conhecer-se, trazer o seu consumo para um campo de racionalização no qual razões para consumir a droga e para abster-se dela são entretecidas, formuladas, meditadas, fazendo do indivíduo o administrador da experiência, e não o objeto do vício na droga.

Tornar-se o que se quer mediante participação em um campo de problematização, prática e ajuda mútua

O que está se constituindo, no interior dessa comunidade de usuários de maconha, envolvendo um grande número de seus participantes, é um campo reflexivo em torno da moralidade do consumidor dessa substância. Como deve ele se portar, como deve dominar seus desejos, desenvolvendo formas de controle sobre suas práticas de uso de maconha, são em torno de questões como essas que uma série de debates tem lugar no fórum estudado. Conhecer a si mesmo; conhecer como seu organismo se relaciona com diversos padrões de uso da droga; atentar e, se preciso, intervir sobre a quantidade e a frequência em que se dão

esse uso; aprender a identificar os momentos e as circunstâncias em que o consumo da substância são favoráveis, relativamente à singularidade e aos objetivos de vida do indivíduo; aprender a administrar as relações pessoais e sociais de modo a impedir que o uso de maconha provoque qualquer tipo de prejuízo nessas relações; essas constituem problematizações centrais nesse campo reflexivo. Mas a forma como essas questões serão equacionadas passa pela adesão a um princípio de regulação de si enquanto usuário de maconha, o que requer, também e anteriormente, uma “tomada de consciência” a partir da experiência de problemas advindos do consumo desregrado da droga e da necessidade de tornar esse consumo um objeto de reflexão, no limite, para garantir que a experimentação do prazer não tenha de ser suprimida:

Eu tô vivendo essa mesma situação! As responsabilidades no trabalho estão me obrigando a deixar de fumar diariamente (coisa que eu faço há uns quatro anos). Essa semana eu fumei só quarta (feriado, aí não dá!) e confesso que foi meio difícil. Senti na pele alguns dos sintomas de abstinência que até então eu não acreditava muito... Mas acho que isso faz parte do aprendizado. Agora tô percebendo até que ponto a maconha está entrelaçada na minha vida e, tendo essa consciência, acho que é mais fácil ter disciplina e fumar menos, com mais gosto. E o que realmente importa é que todo mundo aqui tá tendo o bom senso de parar pra pensar e analisar as coisas de um modo mais realista, os pontos positivos e negativos, sem hipocrisia. É bom saber que tem mais gente que pensa da mesma forma... Abraços, galera (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/10192-alguem-que-fumou-diariamente-por-anos-consegue-parar/>. Acesso em: 24 set 2014).

Tenho escrito bastante sobre a elaboração de si enquanto consumidor da droga mediante uma elaboração de um regime refletido de uso dessa droga. No entanto, é preciso situar esse regime, ou melhor, buscar unificar seu sentido diante da variedade de práticas com que cada usuário vai elaborá-lo e exercê-lo. Esse princípio ordenador parece ter sido enunciado por um usuário do fórum, tratando-se de uma posição que se equilibra entre duas polaridades: um princípio de constância e um princípio de contraste:

Uns preferem a **constância** (ficar chapados o dia inteiro), outros preferem o **contraste** (que é deixar os níveis baixarem pra depois reascendê-los). Já gostei da constância (isso acontece quando o estoque é grande), mas hoje prefiro muito mais o contraste, onde envolve um certo tipo de tantra! Um merecimento pra um momento especial, seja do dia ou da semana! E, como muitos já disseram, e também sinto isso: quanto maior o tempo de abstinência, maior se apresenta a benção de Jah (Disponível em <http://www.growroom.net/board/topic/38003-fumar-todo-dia-ou-fumar-so-fim-de-semana/page-2>. Acesso em: 18 set 2014).

Assim, a constituição de um regime individual refletido para o consumo não-problemático de maconha se dá a partir da constituição de um campo reflexivo coletivo, um campo de problematização do sujeito por si mesmo (e pelos outros), formado por práticas, pensamento, provas de si (parar de usar a droga por um período para provar a si mesmo que não se é dependente¹⁰⁹), autoavaliações, busca de negociação e controle das representações acerca da droga e de suas formas de uso (o que é um uso excessivo, quais atividades podem e quais não podem ser satisfatoriamente combinadas com o consumo da droga), atenção para a alimentação, para a saúde e para atividades físicas como esportes, musculação etc. Objetivava-se, então, exercitar a conduta que se quer adquirir até que ela se torne um hábito que possa ser mantido e que equilibre de modo satisfatório prazer e autocontrole: “*acho que o equilíbrio é o melhor, você não precisa fumar pra caralho nem ficar sem, fuma o suficiente pra levar tua vida numa boa. O equilíbrio é a chave*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/31378-acho-que-eu-to-viciado/>. Acesso em: 3 set 2014). Privar-se de maconha para provar não ser dela dependente, aprender a se controlar quando a utiliza (usar sozinho para aprender a controlar melhor seus efeitos, ou utilizar em grupo, onde um pode controlar o outro, censurando excessos, ou mesmo utilizar em público a fim de testar sua capacidade de dominar-se e fazer passar despercebido seu estado de consciência – são práticas comumente relatadas no fórum *Growroom* como tentativas de estabelecimento de um regime refletido de uso da droga. Assim, há toda uma racionalidade prática¹¹⁰ indispensável para que o indivíduo se constitua como sujeito moral. Não se trata, entretanto, de um processo organizado, mas tão somente de um certo nível de reflexão que se expressa mediante repetições, recorrências enunciativas que propõem a adoção e a fixação de determinadas condutas como sendo “melhores” ou “mais adequadas”. Entendo, precisamente, que é nesse jogo, nesse movimento de repetição de temas, de focos de problematização, de

¹⁰⁹ Nas palavras de um usuário do fórum: “*fumo há muitos anos e há alguns anos atrás quis provar a mim mesmo se conseguia ficar sem fumar. Consegui de uma vez, sem esforço nenhum, na maior facilidade, numa boa mesmo. Aí fiquei muito tempo, quase um ano, até que resolvi fumar de novo, e continuo até hoje. Tenho a certeza absoluta que posso parar na hora que quiser, mas a verdade é que não quero não, gosto muito de fumar um. Fumo todo dia, mas de vez em quando dá vontade de não fumar e não fumo, numa boa*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-7>. Acesso em: 2 set 2014). Ou, como afirma outro usuário, explicando porque está iniciando uma pausa de 40 dias no consumo da droga: “*tenho que provar para mim mesmo que eu que fumo o beck, não é ele que me fuma, que eu tenho controle sobre o meu corpo e minhas vontades*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7495-40-dias-de-abstinencia/>. Acesso em: 9 set 2014).

¹¹⁰ Conforme Rose (2011, p.239-240), “racionalidades práticas são regimes de pensamento através dos quais as pessoas podem atribuir importância a aspectos seus e a suas experiências, e regimes de prática através dos quais seres humanos podem ‘eticizar’ e ‘agenciar’ a si próprios de maneiras particulares – como pais, professores, homens, mulheres, amantes, chefes – através da sua associação com os vários dispositivos, técnicas, pessoas e objetos”.

proposição de práticas que vai se formando esse sujeito moral do uso de maconha que venho chamando de “maconheiro autorreflexivo”, figura que emerge desse processo de moralização do uso e do usuário de maconha por si mesmo a partir da repetição da conduta moral que quer estabelecer.

Um bom exemplo dessa preocupação com o estabelecimento de formas de uso adequadas, na composição de um regime de uso da droga, pode ser encontrado em tópicos do fórum estudado como o intitulado “*Usuários, leiam! – Redução de Danos*”, no qual técnicas para a redução dos danos à saúde causados pelo consumo de maconha são sugeridas. A redução de danos causados pela maconha, um dos valores primordiais professados no *Growroom*, tanto institucionalmente, quanto por usuários individuais em suas manifestações no fórum, deve ser analisada como componente fundante de regimes refletidos de uso da droga, compondo com a responsabilidade e a moderação, a base axiológica desses processos de constituição de si que mapeio e analiso na comunidade pesquisada. No referido tópico, um usuário publicou um texto intitulado “*Maconha: modo de usar*”, no qual foram compiladas dicas, preceitos, técnicas de redução de danos, com abundante uso da voz imperativa, tendo em vista a educação dos usuários da droga para um uso menos nocivo da mesma, calcado em práticas de atenção a si mesmo e autocuidado. Nesse material, entre inúmeras sugestões de medidas a serem tomadas para redução de danos (por exemplo, atentar para a qualidade da maconha que se consome; não dirigir automóveis ou máquinas estando sob o efeito da droga; evitar misturas com outras drogas; priorizar usos menos nocivos, como por meio de vaporizadores, cachimbos d’água ou pela ingestão junto com alimentos), encontram-se prescrições como: “*não use maconha no trabalho ou na escola. Ninguém usaria álcool nesses ambientes, não é mesmo? Procure associar o hábito de fumar aos seus momentos de lazer. Quanto mais situações você se permitir fumar, menos prazer você terá*”; “*fume com moderação. Você não come seu prato favorito todos os dias, certo? Imponha limites ao uso: com o tempo seu organismo poderá desenvolver certa tolerância aos componentes da maconha, diminuindo seu prazer. Isso poderá se reverter com uma pausa de algumas semanas*”; “*se você fuma com uma frequência muito grande, e anda percebendo que a maconha não provoca mais os efeitos desejados, pense na possibilidade de parar por umas semanas. Procurar por uma erva mais forte só vai intensificar a tolerância de seu organismo aos componentes da maconha*”; “*se você acha que está usando maconha mais do que devia, e não está mais obtendo os efeitos desejados, considere a possibilidade de que ela está controlando você mais do que você a ela. Tente parar por um tempo. Se você não conseguir, poderá precisar de ajuda externa para tentar quebrar o hábito*”; e “*considere a possibilidade*

de plantar a sua própria erva. Com isso você garante a qualidade de sua maconha e não financia o tráfico de drogas (...). Tome cuidado. A Internet é uma fonte inesgotável de informações para quem deseja cultivar cannabis” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7445-usuarios-leiam-reducao-de-danos/>. Acesso em: 9 set 2014).

Prazer ou vício?

Mas a percepção da importância dessa reflexão do próprio usuário acerca de suas práticas e padrões, de seu regime de uso da droga, opera, ainda, de uma outra maneira, pois essa reflexão funciona como prática ao seccionar dois campos da experiência do usuário de uma ou mais substâncias psicoativas: a experiência do prazer e a experiência do vício, da dependência. Vício/dependência e prazer, dois elementos constantes nos relatos dos e sobre os usuários de drogas desde alguns séculos, são equacionados, delimitados e significados justamente nessa discussão em torno da constituição de um regime de uso, pois é justamente esse regime que demarca, no entendimento de alguns “maconheiros autorreflexivos”, as fronteiras entre um uso legítimo, saudável, feito “por prazer”, e um uso condenável, nocivo ao indivíduo e à sociedade, feito por “dependência” à substância:

Eu, até há pouco tempo, fumava por vício... Mas vício é uma palavra forte e pode fugir do contexto... Dependência é melhor... A galera fica nesse mundo das nuvens, achando que maconha não causa dependência... Isso é a maior ilusão que existe... Causa sim, a grande diferença é que a abstinência não é tão dura como com outras drogas, então se você fica um mês sem fumar, nem nota muita diferença... Mas vai tentar parar de fumar de vez, depois de tê-lo feito por anos. Não é tão fácil. Quando se cria hábito de fumar maconha, já é sinal de dependência. Se fuma todo dia, no mesmo horário, fazendo as mesmas coisas, outro sinal. Quando realmente se fuma só por prazer, é de vez em quando. Não todo dia. Você não come seu prato preferido de comida todo dia, ia enjoar, concordam? Com droga isso não acontece por causa da dependência. Eu recentemente (não tem nem um mês) diminuí drasticamente meu consumo. Melhor parada que fiz. Agora cada vez que fumo é mil vezes melhor que quando eu, todo dia ao chegar do work, acendia meu bek. Seguindo a linha das propagandas de cerveja: fume moderadamente (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-2>. Acesso em: 2 set 2014).

Mas o pensamento elaborado pelos “maconheiros autorreflexivos” sobre as relações entre dependência e prazer vai ainda um pouco mais além, uma vez que essas duas formas de relação com a substância psicoativa, demarcadas pelo regime de uso que se adota, se definem, também, por dois outros operadores dessa relação: a vontade e o autocontrole, sendo uma

questão de força, de intensidade, o que vai determinar quem “vence” nesse enfrentamento do indivíduo consigo mesmo na sua busca pela constituição de um regime não-problemático de uso de maconha, um regime que, orientado pelo prazer como valor, seja capaz de articulá-lo com uma experiência psicoativa que se harmoniza com outros prazeres, com outras esferas valorizadas da vida desses indivíduos:

Não dá pra dissociar o vício do prazer... Só em raros casos há vício sem prazer... O fato da pessoa sentir vontade não significa que ela tá viciada, por exemplo: quando você tá com vontade de comer alguma coisa, não significa que você tá viciado em comida... Quando você tá com vontade de transar, não significa que você tá viciado em sexo... O problema é o tamanho da vontade, se você não consegue se controlar isso já é um sintoma... A linha que separa o uso ocasional do vício é muito pequena e quase imperceptível... Além disso, não existe um padrão pra dizer se a pessoa já é dependente ou não, depende de vários fatores... Dentro de tantas variáveis, vai a regra geral: "se te atrapalhar em alguma coisa, repense sua relação com a maconha" (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-2>. Acesso em: 2 set 2014).

Assim, vício e prazer confundem-se, mas é na questão do domínio sobre si, da formação de uma vontade de autocontrole que sobrepuje o desejo de prazer que se encontra a chave para constituição de um regime refletido de uso da droga, regime este que demarca diferenciações entre prazer e vício, como aponta um usuário: “*o prazer que não se controla, se torna um vício*”, ou, na formulação de outro: “*you tem que controlar a maconha, e não a maconha te controlar... Se você não é capaz de fazer isso, você não está pronto para se beneficiar dessa planta*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/54561-qual-sua-opinio-sobre-o-vicio-em-cannabis/>. Acesso em: 10 set 2014). Ou, ainda, como sintetiza outro usuário, “*a verdade é que, com mente fraca, qualquer coisa prazerosa se torna um vicio...*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/38041-maconha-vicia-ou-nao/>. Acesso em: 12 set 2014). O tema da dependência se articula, aqui, com as estratégias utilizadas pelos usuários da droga a fim de evitá-la. Se, para não ser considerado ou não considerar a si mesmo como um dependente de maconha, é preciso a fixação de um regime refletido de uso da substância, o qual, marcado por responsabilidade e moderação, vai instituir técnicas de si como a autovigilância e o autoconhecimento, caso este regime não seja elaborado ou sua efetivação não se dê como fora planejado, o usuário de maconha autorreflexivo pode ainda contar com sua técnica mais radical: a aqui já mencionada privação temporária do uso da droga. Assim, sendo a maconha uma droga cujo uso pode ser associado a praticamente qualquer outra atividade (no dizer de um usuário: “*dá pra fumar e fazer qualquer coisa, então você acaba exatamente ‘fumando e fazendo qualquer coisa’*”. Fuder, trabalhar, praticar esportes, viajar, ler, cinema, teatro, tocar, shows, conferências,

reuniões... Podem falar o que quiserem aí... já fiz chapado!”), “a parada é não perder o controle, é saber reconhecer que você passou dos limites, dar um tempo. Tá começando a tossir direto? Não fica mais doidão? Precisa fumar uma bomba sozinho só pra dar uma brisa? Dá um tempo, não tem outro jeito, e faz bem à saúde espiritual quando você é senhor das suas vontades...” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7304-sobre-a-dependencia/>. Acesso em: 30 set 2014).

Nesse debate sobre vício/dependência, vários usuários se manifestam no fórum estudado, a maioria garantindo que consome a erva unicamente por prazer, outros apontando momentos em que flertaram com o vício e, ao perceberem isso, tiveram de fortalecer o autocontrole, a problematização da conduta em termos de reflexões sobre o regime de uso por eles adotado: *“não adianta tentar se enganar... Eu sou ciente que tenho dependência química da maconha, tenho o maior prazer em bolar, acender e queimar TODO o meu baseado... Mas tento controlar a vontade pra não me atrapalhar no dia a dia...”* (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-5>. Acesso em: 2 set 2014). Ou através de relatos de vida nos quais o usuário passa por um processo de aprendizado do uso da droga, formulando, com o tempo, uma concepção segundo a qual é importante refletir sobre o consumo da substância e intervir racionalmente sobre a dinâmica desejo/prazer a fim de, dominando sua relação consigo mesmo enquanto usuário de maconha, constituir para si um regime de uso considerado adequado a suas necessidades:

Minha rotina era a seguinte: ia trabalhar queimando um; saía pro almoço, queimava outro, pra abrir o apetite; após a refeição, o tradicional digestivo; saía do trampo, mais um pra enfrentar o trânsito; chegava em casa já na larica, jantava e mais um para ler o Growroom; antes de dormir, fumava o "pijamina", ou seja, seis becks por dia, isto durante 15 anos e sem interrupções. Hoje sou um cara sequelado pela maconha, minha fisionomia sempre é de chapado, olhos vermelhos e caídos o dia inteiro, expressão de cansaço, pensamento disperso, raciocínio lento, introspecção. Sempre odiei estes sintomas, mas adoro fumar minha erva. Quando tinha que me apresentar em um evento social ou encontrar com a namorada, tentava ir careta, mas não dava, pois fumava logo cedo e já ficava com aquela cara de chapado o resto do dia. No dia 12/04/10 resolvi dar um tempo, vou ficar sem fumar até a estreia do Brasil na copa (época em que meus buds estarão prontos). Hoje estou no quarto dia sem fumar, sendo que os três primeiros dias foram TERRÍVEIS, não conseguia comer nada, o dia parecia que estava em preto e branco, à noite não conseguia dormir nem tomando um hipnótico (Stilnox), rolava na cama e, nessas horas de insônia, eu QUASE mandei tudo a merda, mas pensei, estou com 30 anos, ATÉ QUANDO A ERVA VAI ME DOMINAR? Hoje, no quarto dia sem fumar, notei que acordei com uma disposição que me lembrou minha época de adolescente, pulei da cama bem desperto (ao contrário de quando fumava 6 a 8 por dia), meu raciocínio está mais rápido e estou começando a sentir a introspecção ir embora. Fumei tanta maconha durante esses 15 anos que agora, dando um tempo, parece que estou experimentando uma nova droga (ficar careta). Percebi que eu penso bem melhor na realidade nua e crua, feia e suja, cruel e dura, e não que preciso ficar passando lápis de cor e pseudo-filosofar, acreditando que alguma coisa além de mim mesmo vai me trazer a verdade (entendam bem, isto era o que eu achava). Quando chegar a copa, voltarei a fumar, entretanto, pretendo aprender a usar nossa erva sagrada sabiamente, sem excessos, no máximo duas vezes na semana e em ocasiões propícias (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-11>. Acesso em: 3 set 2014).

Outros usuários relatam as técnicas que desenvolvem a fim de manter o prazer experimentado com a droga em altos níveis, seguindo regras impostas pelo indivíduo a si mesmo, tendo em vista a constituição de si como usuário de maconha autocontrolado, não-problemático, senhor de si e de suas vontades, como, por exemplo, na seguinte mensagem:

O vício é o maior problema da sociedade, porque, partindo do princípio de que o indivíduo inconsciente não consegue controlar sua vontade, a sua primeira necessidade é o prazer, pois é o estímulo absoluto. E como não há limites, pois o homem inconsciente não domina sua vontade, ele não escolhe se testar, simplesmente porque não tem motivação pra isso. Nesse círculo progressivo, a inconsciência não tem pra onde fugir, é escrava do prazer, porque este é o máximo que seu corpo é capaz de sentir. Então, ele se torna viciado em prazer. Maconha, álcool, videogame, sexo, vitórias obsessivas. Não importa a direção da devoção, e sim que ela existe. Portanto, nem de longe sou viciado em maconha. Uso e gosto muito, pois me faz pensar muito mais. E, por ser algo prazeroso, existem algumas regras que eu uso, para que o ato de fumar nunca se torne normal, continue sempre me proporcionando cada vez mais prazer, porque está aliado a minha vontade. Basicamente, fumo durante um período de tempo (antigamente, comprava 25g de prensado, hoje em dia plantando), depois fico pelo menos 6 meses sem fumar. Durante esse tempo tento entender por que eu gosto tanto de fumar, o porquê desse fato ser tão prazeroso e importante (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-9>. Acesso em: 3 set 2014).

A comunidade, assim, emerge como espaço que fomenta essa reflexão, uma vez que através dela se tem contato com outros regimes de uso¹¹¹, outras formas de autoproblematização enquanto usuário de maconha, de modo que, nas palavras de um usuário desse espaço, “*depois que inventaram a internet, maconha nunca mais foi a mesma!*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-4>. Acesso em: 2 set 2014) e, segundo outro, falando sobre as relações de aprendizado, aconselhamento e orientação que são estabelecidas através do fórum, “*somos todos mestres uns dos outros*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/31378-acho-que-eu-to-viciado/>. Acesso em: 3 set 2014). A credibilidade (e a autoridade) da comunidade como fonte de informação confiável também é frequentemente comentada no fórum, onde é comum encontrar mensagens de agradecimento e exaltação da existência desse espaço. Essa credibilidade/autoridade da comunidade está diretamente ligada a sua característica de espaço de compartilhamento de experiências, como expressa a seguinte mensagem: “*em quem a gente vai acreditar? Em um governo que só mente e rouba a gente ou no povo que divide as próprias experiências?*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/7445-usuarios-leiam-reducao-de-danos/page-5>. Acesso em: 10 set 2014). Além disso, os usuários prestam, na comunidade, diversas formas de apoio, atenção e suporte, por exemplo, quando outros usuários anunciam que estão tentando parar e estão sentindo efeitos desagradáveis de abstinência: “*irmão, você falou de madrugada que ia fumar um hoje... Fumou? Segura firme cara, os três primeiros dias são osso, mas depois melhora e muito*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/31378-acho-que-eu-to-viciado/page-2>. Acesso em: 3 set 2014).

Formas de distinção: três figuras de subjetividade e modelos éticos - o cultivador para consumo próprio; o usuário consciente, moderado e responsável; e o ativista

Essa discussão “Prazer X Vício”, bastante frutífera no fórum analisado, consta sob títulos como “*Vocês fumam por prazer ou por vício?*” e “*Qual sua opinião sobre o vício em cannabis?*”, e envolve diversos elementos muito interessantes quando se trata de uma

¹¹¹ Isso se dá através de consultas à comunidade, como, por exemplo, em mensagens como a que segue: “*olá galera do Growroom. Sou novo aqui! Bom, a minha postagem não é nem uma enquete, e sim pra mim tirar uma base. Vejam bem, tenho 29 anos e, desde os 27, fumo todas as noites de 1 a 2 baseados. Gostaria de saber se o meu consumo está exagerado ou dentro dos padrões normais pra quem faz uso. Outra coisa: qual a frequência de um usuário normal para um usuário crônico, no que diz respeito à frequência de consumo? Gostaria também que deixassem a frequência de vocês, só pra ter uma idéia*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/31956-frequencia-que-fumo/>. Acesso em: 3 set 2014).

tentativa de montar esse “quebra-cabeças” que é a constituição de si de um tipo mais reflexivo de usuário de maconha, através da constituição de um regime de uso da substância. Assim, se é esse regime, as práticas concretas de uso da droga, em seus aspectos principais de quantidades e frequência, que formam o ideal acalentado por muitos membros da comunidade, de um “maconheiro” consciente, responsável, bem-sucedido, os modos como ele se apresenta, como estamos vendo, variam, sendo aquilo que permanece justamente a constituição de um campo reflexivo a partir do qual se define que o regime de uso é central na constituição de si perante si e na constituição de si perante os outros. O regime em si, no entanto, ainda que possa ser visto de maneiras variadas, mantém posição central, combinando um conjunto de elementos que se repetem. Assim, outra forma de concepção de um regime de uso da droga que se dá a ver no *Growroom* associa o vício com usuários de outras drogas, especialmente aqueles marginalizados socialmente, enquanto o uso legítimo, feito com liberdade e por prazer, se identifica com aqueles indivíduos que se tornam cultivadores da erva e, como prega a cartilha educativa da comunidade, cultivadores de si mesmos. Nesse registro, defendido por diversos usuários, o consumo autorregulado, aliado ao cultivo da planta para autoabastecimento e a posições de integração social (ter um emprego, estudar, ser responsável, ter sucesso em atividades socialmente valorizadas, obter o reconhecimento dos outros) constitui uma forma de vida que pode ser refletida, elaborada, cultivada:

cara, a galera que entra no grow fuma por prazer (principalmente porque a gente se interessa por plantar, por fumar os bagulho do loko mesmo...). Viciado?! Viciado é aquele cara largado e fedido que vem te pedir uns dois quando você tá fumando, tipo num parque público, sabe? Porque aí o cara já usa outras drogas também (que causam dependência)... É foda isso... Eu acho que a maconha causa dependência psicológica, tipo, a vontade de sentir aquela brisa... Ficar de boa, fazendo um surf... Meu, isso é vida... VÁRIAS PESSOAS FALARAM ... "EU FUMO UM , MUITAS PESSOAS FALAM PRA EU PROVAR QUE NÃO SOU VICIADO PARANDO PRA SEMPRE. ATÉ DÁ, MAS EU NEM QUERO!!"... CARA, essa é a real de uma boa parte de quem curte uma erva de verdade... Não essas palhas cheias de amoníaco, que fede e dá dor de cabeça... NÃO COMPRE, PLANTE. FUMAR MACONHA NÃO É VÍCIO... É ARTE... (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/6023-vcs-fumam-por-prazer-ou-por-vicio/page-2>. Acesso em: 2 set 2014).

Nessa forma de ver, os cultivadores para consumo próprio aparecem como uma espécie de “elite”. São eles que principalmente encarnam esse ideal de estilização de si como consumidor de maconha, sofisticam suas relações com a droga, estabelecem regimes de uso que compõem parte de um cultivo de si que acompanha o cultivo da planta, produzem um produto mais saudável e de maior qualidade do que os encontrados nas ruas e, importante, são eles que se desvinculam de práticas criminosas, ao não mais financiarem as atividades dos

traficantes de drogas. Muitos desses cultivadores advogam, inclusive, que o que plantam não é “maconha”, mas sim “cannabis”, sendo “maconha” aquilo que é vendido nas ruas pelos traficantes. Nesse sentido, esses indivíduos defendem uma adoção estratégica do termo “cannabis” pelo movimento de luta pela legalização (que passa a ser chamada “regulamentação”), tendo por objetivo se desvincular da história de preconceito e estigmatização da maconha e do maconheiro. Essas posições são confrontadas, no fórum estudado, por outras, que defendem a manutenção do uso do termo “maconha”, seja por já estar consagrado (as pessoas não sabem o que é “cannabis”), seja justamente pelo enfrentamento ao processo histórico que estigmatizou uma erva cujo uso remonta, no Brasil, conforme discutido no primeiro capítulo desta tese, às tradições dos negros trazidos ao nosso país na condição de escravos. Esse debate reflete elementos importantes da constituição de si desses usuários de maconha a partir da linguagem por meio da qual organizam sua relação ética e sua luta política. Afirmar-se como “maconheiro” ou reinventar-se como “canabista”; descolar-se dos preconceitos históricos ou confrontá-los para desmontá-los; assumir um termo científico a fim de legitimar-se intelectualmente ou opor aos modos pelos quais a ciência estruturou-se como discurso de verdade sobre os usos e usuários da droga a história das práticas populares de uso da substância são elementos importantes dos processos de subjetivação de usuários de maconha brasileiros contemporâneos, elementos que, muitas vezes, opõem no interior da comunidade posições antagônicas, uma vez que ligadas a outras clivagens, outras formas de autoidentificação dos indivíduos como sujeitos de uma classe, uma raça, uma religião, uma posição político-ideológica... A questão de fundo, no entanto, parece ser: é possível acabar com a proibição da maconha no Brasil sem confrontar as relações de poder no interior das quais essa proibição foi gestada?

A via ético-política que emerge dos debates no *Growroom* conduz a uma espécie de ápice de idealização de uma conduta moral para os usuários de maconha, tornando possível a transformação dos regimes de uso da droga em uma forma de arte que, oposta ao vício que degrada, que torna a pessoa um pedinte “*largado e fedido*”, abre uma nova possibilidade, uma nova forma de subjetividade para usuários de maconha. Tal forma se ampara e justifica em torno de uma moralidade, de um modo de conduzir-se que, ao ser marcado por valores considerados importantes em nossa sociedade, como responsabilidade, trabalho, moderação, se coloca como ética e politicamente desejável para que usuários de maconha, operando sobre si mesmos, praticando sua transformação nesse tipo de sujeito, constituam estilos de vida bem ajustados socialmente, saudáveis e isentos de maiores conflitos ou problemas associados ao seu uso de maconha e, ao mesmo tempo, constituam estilos de vida que, percebidos como

socialmente responsáveis, ordeiros e bem integrados, funcionem como prova de uma verdade segundo a qual o processo de objetivação de usuários de maconha ocorrido no Brasil no início do século XX possa ser finalmente desmontado, decomposto, falsificado por esse novo movimento que se opera no jogo da verdade sobre a maconha, seus usos e usuários¹¹². Trata-se de uma via ética para uma transformação política que busca desmontar a vinculação histórica realizada pelo poder que se exerceu sobre os usuários de maconha e que identificou o consumo dessa droga a classes, raças, regiões e culturas específicas. Com isso, não pretendo afirmar que o movimento cultural canábico, tal como se manifesta no *Growroom*, tem viés racista ou classista, mas tão somente que o tipo de problematização nele realizada, partindo das experiências concretas de ser usuário de maconha de indivíduos bastante diversos daqueles a partir dos quais se institucionalizaram as relações de poder em torno de tais práticas, não integra outras lutas sociais, políticas e econômicas, provendo, assim, soluções pontuais a questões imediatas e desconsiderando, em boa medida, as questões de fundo e suas complexidades próprias. De modo esquemático, pode-se dizer que se trata de um esforço para, por meio de práticas individuais, “retirar” o uso de maconha de um registro (de dominação, repressão, proibição e violência) e situá-lo em outro (de liberdades individuais e direitos dos consumidores). Ou, se quisermos, de uma governamentalidade administrativa-policial para uma governamentalidade liberal.

Mas aprofundemos ainda um pouco essa análise de uma busca pelo delineamento de formas de “distinção” no interior da comunidade. O cultivador de maconha (ou de “cannabis”) para consumo próprio se distingue, por um lado, do traficante e, por outro, do simples usuário, que alimenta o tráfico de drogas, atitude absolutamente condenável do ponto de vista político e moral, tal como elaborado a partir do desenvolvimento do processo de reflexão desses usuários de maconha aqui mapeado. Como temos visto, também o usuário responsável, moderado, se distingue do “maconheiro” cujas práticas irrefletidas e imoderadas prejudicam a “imagem” e, conseqüentemente, o fortalecimento do movimento político em torno da modificação da legislação penal acerca do uso de maconha. Por fim, uma terceira

¹¹² Essas formas de distinção mediante um uso que se sofisticava, que se faz com um produto cultivado, selecionado, e que se eleva à condição de arte, distinguindo o usuário do “maconheiro” remonta, pelo menos, ao antigo ensinamento dionisíaco para o aprendizado da gestão das formas de embriaguez, o qual recomendava aos gregos que adicionassem água ao vinho, medida que “distinguiu o uso civilizado do selvagem”, marcando “a verdadeira fronteira entre uma embriaguez controlada e a desmedida” (CARNEIRO, 2010, p.44). Tal demarcação serviu, também na Grécia Clássica, como linha distintiva dos gregos em relação a todos os demais povos por eles conhecidos, linha esta demarcada justamente pela constituição de regimes refletidos de uso dos psicoativos (no caso grego, predominantemente do vinho), regimes estes mediante os quais era possível elaborar “toda uma arte de beber de modo correto, constituindo assim no domínio da embriaguez, sem por ela ser dominado, um paradigma do autocontrole em geral” (CARNEIRO, 2010, p.52).

forma de distinção também é composta no interior da comunidade, envolvendo, novamente, uma oposição à figura estereotipada do “maconheiro” enquanto sujeito irresponsável e avesso a compromissos. Trata-se da constituição do “ativista”, o usuário de maconha que se engaja, que não se contenta em simplesmente satisfazer seu desejo de consumo da droga e que busca, pela participação nas marchas da maconha, pela organização de eventos, pela atividade política em prol da legalização, transformar a si mesmo, aos outros e à realidade social, erigindo-se como figura de autoridade, posição a partir da qual avaliações e julgamentos podem ser formulados:

Venho aqui fazer um desabafo. Mal começamos a organizar a marcha daqui de Lavras - MG e já me deparo com algumas dificuldades. E não digo dificuldades com a polícia, judiciário, etc. Mas a pior possível, com MACONHEIROS! Primeiramente não acho justo com nós, ativistas, chamar esses merdas de maconheiro, isso é uma ofensa a quem corre atrás da legalização. O vagabundo quer fumar, mas não quer correr atrás da legalização. Esses vadios têm que tomar tapa na cara de polícia mesmo. E digo vadios no sentido de a toas; só querem saber de fumar, fumar e fumar... O pior, não sabem o que fumam. Não devem nem saber o que é maconha, no máximo sabem o que é o "prensa hidropônico". Me exaltei um pouco, mas realmente estou indignado com essa escória da cultura canábica. Mas continuo na luta, mesmo se tiver sozinho na marcha, marcharei e com muito orgulho. Pois eu sei que posso dizer que sou maconheiro com muito ORGULHO e muito AMOR. Paro por aqui e peço desculpas aos colegas ativistas, mas a maior resistência vem de onde menos esperava (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/45627-indignacao-com-maconheiros/>. Acesso em: 24 out 2014).

O mínimo que um maconheiro devia fazer é ir numa marcha, mas nem para isso servem. Velho, qualquer tipo de ativismo é ativismo, mas esta escória só quer saber de fumar com os pés para cima. Faz pouco tempo que começamos a organizar a marcha. O pior de organizar nem é ter que lidar com caretas e sim com esses vermes que se chamam de maconheiros (...). Eu vou começar a chamar esses pseudo-maconheiros de fumadores lixo de lixo (...). Essa escória denigre a imagem de verdadeiros maconheiros (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/45627-indignacao-com-maconheiros/>. Acesso em: 24 out 2014).

Deixo claro também que eu tenho TUDO contra quem fuma e não faz nada pela legalização. Isso é tão absurdo quanto ver uma cena de estupro e, ao invés de ajudar, bater uma punheta. Isso pra mim é o máximo da alienação. Nunca conseguiria pôr minha cabeça no travesseiro ignorando que tem muita coisa que dá pra fazer pra ajudar a mudar essa realidade (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/31238-acorda-maconheiro/>. Acesso em: 24 out 2014).

É importante frisar que essas três formas ou figuras de distinção não são necessariamente harmônicas ou convergentes no interior da comunidade, ou mesmo do movimento canábico. Por vezes instituem-se conflitos entre essas distintas posições de

autoridade, enfrentamentos que giram em torno da determinação de quem é o “verdadeiro” ou o mais legítimo representante da cultura do uso de maconha:

Se liga, eu não vou em marcha da maconha porque se eu comparecer boto meu trampo na reta, e aí, se eu perder meu emprego por causa de ativismo quem paga minhas contas?! Duvido que a marcha da maconha faça uma vaquinha pra pagar a conta de luz pra eu manter minha estufa rodando... Sou maconheiro mesmo, só quero saber de fumar e fumar e fumar, mas só porque eu não boto a cara à tapa não quer dizer que eu sou escória, só quer dizer que eu não tenho mamãe e papai pra segurar a onda por mim caso dê merda! Ativista de verdade não é aquele que sai gritando pelas ruas "sou maconheiro com muito orgulho e com muito amor"... Ativista é o cara que finca o pé e faz o que acha certo. Entre cultivos in e outdoor, cultivo maconha desde 2006... Quase 7 anos plantando ganja sem ir a uma marcha da maconha... Para de se achar o maioral só porque tá tentando se engajar na marcha da maconha. A marcha é pra quem quer e pode, apoio muito quem tem condição de ir lá e botar as cara. Infelizmente, não é do meu interesse fazer isso... Lamentável esses seus pontos de vista, tio... Tá se achando o maioral dos ativistas, mas tu não é nem migalha no mundo canábico. Antes de querer ser ativista, seja humilde! (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/45627-indignacao-com-maconheiros/>. Acesso em: 24 out 2014).

O que falta é filtrar essa massa! Grower é grower, não tem nada a ver com aquela pessoa que ganha uma grana e compra o seu fumo! Por mais que o grower só fume na boa, ele já faz ativismo por plantar o seu! Luta pela causa fazendo o arroz e feijão básico! Salve o fórum dos cultivadores de flores cannabicas! Quem compra maconha não tem parâmetro pra entrar nesse fórum! E tenho dito! Abraço aos verdadeiros maconheiros (quem cultiva)! (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/45627-indignacao-com-maconheiros/>. Acesso em: 24 out 2014).

Evidentemente, muitas formas de conciliação e cooperação são construídas, mas os debates são, por vezes, virulentos. No entanto, no que diz respeito a este trabalho (e aqui chegamos ao seu cerne), o que cabe é mapear de que modos, em meio a essas relações de poder “internas” à comunidade, e nas relações desta com seus “outros”, novas formas de subjetividade se constituem e se tornam disponíveis, formas estas que diferem significativamente de construções subjetivas de usuários de maconha em outras épocas e/ou culturas, como os diambistas de meados do século XX no norte do Brasil, estudados por Rodrigues Dória e Francisco Iglesias, ou mesmo os sujeitos da contracultura das décadas de 1960 e 1970 em boa parte do mundo ocidental. Nesse sentido, como tenho buscado descrever e analisar ao longo de todo este trabalho, o cultivador para consumo próprio; o usuário consciente, moderado, responsável; e o ativista, emergem, no Brasil contemporâneo, como três figuras, três materializações éticas possíveis de uma forma de constituição subjetiva para o usuário de maconha que, em nosso corte histórico-cultural, ocupa uma posição socioeconômica que lhe permite, minimamente, elaborar a si mesmo através de um trabalho autorreflexivo que, tendo lugar no interior dessa enorme comunidade virtual, expressa a

emergência de um campo de problematização e de um campo de práticas a partir das quais novas formas de pensar e atuar sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo, enquanto um usuário de maconha, se tornam possíveis. Essas três figuras podem coincidir em um mesmo indivíduo ou podem combinar-se de diversas formas, com diversas intensidades, com maior ou menor presença, mas, sem dúvida, elas organizam modos de ser, escalas de princípios e valores, prestígios e hierarquias simbólicas, funcionando como polos de atração, como modelos éticos, como referenciais de vida e ideais de sujeito moral que se intenta produzir a partir da adoção de atitudes com relação a si mesmo enquanto usuário de maconha, com relação aos outros usuários e às outras pessoas, não-usuárias, que travam relações com esses indivíduos (seus familiares, amigos, colegas etc.).

O governo de si como modelo para o governo dos outros: formas de conhecimento e verdade ética

O que se nota, o que aparece recorrentemente nas conversas que os usuários mantêm nessa comunidade, é uma ideia segundo a qual dominar a si mesmo, controlar seus desejos a fim de usufruir de seus prazeres com responsabilidade e, como muitos defendem, mesmo comedimento, frugalidade, é visto como uma forma de liberdade, uma forma de governar a si mesmo, de não ser escravo de seus desejos, ou, para utilizar expressões muito repetidas pelos usuários, uma forma de usar a maconha e não ser, por ela, usado, ou, ainda, uma forma de se manter senhor de seus prazeres, não permitindo que se tornem hábitos e, depois disso, vícios.

É fundamental, para essa comunidade de interesses e práticas, a luta pela legalização da maconha, para a qual o ativismo é visto como instrumento vital. Deste modo, o domínio de si se torna operador essencial no intuito de mostrar à sociedade que os maconheiros estão sob controle, que não são doentes e/ou criminosos. Estar no controle de si mesmo assume, assim, um grande valor no interior da comunidade orientada para o ativismo, de forma que os objetivos políticos da comunidade são pensados como passíveis de ser conquistados pela atitude dos indivíduos em relação a si mesmos, pela maneira como eles garantem suas próprias liberdades em relação aos desejos, pela forma de soberania que exercem sobre si mesmos. Exercer soberania sobre o próprio corpo emerge, assim, como princípio ético que orienta esse modelo de governo de usos e usuários de maconha proposto por esses sujeitos autorreflexivos, cujo desafio assumido é a construção permanente das tecnologias através das quais poderão produzir esse governo de si mesmos. Assumir essa posição perante si mesmo, perante os demais usuários e perante a sociedade constitui o que aqui compreendo como

“princípio da responsabilidade da liberdade”, princípio que organiza a forma de resistência encontrada por esses indivíduos ao assujeitamento dos usuários de maconha como doentes, criminosos, figuras sociais desvalorizadas. Mas essa liberdade individual que deve ser vivida como uma responsabilidade não é simples independência e livre-arbítrio em relação ao governo de si pelos outros, ela é também oposição à escravidão de si para consigo (escravidão que provaria as verdades médico-psiquiátricas que sustentaram o processo de objetivação de usuários de maconha). Ser livre em relação aos prazeres é não estar ao seu serviço, o que torna necessário não assumir uma postura de servidão em relação ao prazer provocado pelo uso da droga, sendo frequentemente criticados os usuários que manifestam impotência diante do “vício”, incapacidade de controlar seus desejos. Tais usuários são chamados, muitas vezes, de “fracos”, e criticados por não perceberem que resistir ao prazer imoderado constitui a melhor forma de preservar o próprio prazer psicoativo como experiência individual satisfatória. Como sugere um participante do fórum, “*não fique preso, o hábito destrói o prazer*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/44885-passe-adiante-algum-conselho-para-um-maconheiro-mais-jovem/page-5>. Acesso em: 12 set 2014). A liberdade é, então, também uma forma de autocontrole, ou melhor, um produto do autocontrole, constituindo mais do que uma simples não-escravidão, mais do que uma liberação que tornaria o indivíduo independente de qualquer coerção exterior ou interior.

Esse modelo de governo de si, então, que se apresenta como contraconduta em relação à forma de controle sobre as práticas de uso de maconha que se constitui mediante criminalização e patologização, toma o prazer associado ao uso da droga como objeto de juízo ético e elabora outro modo de regulação desse desejo de experimentar o prazer da droga, retomando alguns elementos históricos da tradição ocidental de autocontrole da embriaguez e buscando evitar que a relação do usuário com a substância implique, de um lado, uma abstinência do prazer associado ao uso de maconha e, de outro lado, a constituição de uma espécie de autonomização de uma vontade de prazer, um hedonismo cuja ilusão seria marcada pela ideia de um desejo sem regulação, “livremente” expressado. Esse modo de regulação, que recusa tanto a ilusão de uma regulação plena, quanto a ilusão de uma regulação nula do desejo, constitui um modo de sujeição do indivíduo por si mesmo, prática de autogoverno cuja racionalidade reconhece, por um lado, a validade, o valor e, por outro lado, os riscos, os limites necessários à fruição do prazer; que forma uma vontade não de repressão nem de liberação, mas de fruição controlada desse prazer (pela regulação do desejo) por parte do próprio sujeito. Ou seja, nem abstinência, nem dependência, mas fruição autorregulada na

constituição de uma governamentalidade do uso de maconha na qual o próprio usuário assume a responsabilidade pelo cálculo entre liberdade e segurança.

Como Foucault (2008a) apontou, uma das principais consequências da emergência do jogo liberdade/segurança como forma de pensar e praticar o governo (de si e dos outros) é a absorção da tecnologia disciplinar pelo liberalismo, de forma que é através de práticas (auto) disciplinares que a racionalidade pode se tornar conduta. Daí a autovigilância, a atenção e inspeção cotidianas de que esses usuários de maconha aqui analisados tornam-se objetos para si mesmos, a fim de, através do autocontrole, exercerem liberdade. Outra consequência, ligada diretamente a esta, é “o surgimento de mecanismos que objetivam produzir e ampliar as liberdades por meio do aumento das formas de controle e intervenção” (NUNES, 2012, p. 214). Entendo ser possível pensar a comunidade *Growroom* nesses termos, funcionando como um mecanismo de produção de liberdade através do autocontrole, um espaço de elaboração de intervenções voluntárias dos indivíduos sobre suas próprias condutas e sobre as condutas uns dos outros, tendo em vista a produção de liberdade política e de liberdade de consumo a partir da racionalização das condutas e sua administração do desejo de prazer psicoativo por meio de mecanismos artificiais, como os regimes refletidos de uso da droga. Nesse sentido, é possível compreender essa comunidade como parte de um processo mais amplo que vem ocorrendo na contemporaneidade, processo este marcado pelo “surgimento, nos últimos anos, de grupos de idosos, portadores de deficiências, grupos de ‘*self-care*’ e movimentos de auto-ajuda, vistos como desafios e resistências à medicalização, e, portanto, encorajados desde a perspectiva da governamentalidade neoliberal” (ORTEGA, 2010, p.36). Nesse contexto, Ortega indica o caráter ardiloso desse tipo de reivindicação política, o que nos ajuda a complexificar a análise dos modos pelos quais o exercício da autonomia é experienciado no mundo contemporâneo: as reivindicações desses grupos são feitas em nome de formas de existência constituídas pelas tecnologias de governo, ou seja, a partir da identificação dos indivíduos uns com os outros por meio das próprias categorias biopolíticas construídas pelas tecnologias de governo biopolítico das populações, de modo que “de fato, ganhamos autonomia, mas amiúde é a autonomia para nos vigiarmos, a autonomia e a liberdade de nos tornarmos peritos, *experts* de nós mesmos, da nossa saúde, do nosso corpo” (ORTEGA, 2010, p.37). Por outro lado, esse mesmo autor reconhece os ganhos relacionados à atuação desses agrupamentos, como a experimentação de formas de solidariedade e sociabilidade alternativas, vínculo social e conforto emocional. Essa constitui, portanto, ao que parece, a ambivalência da forma contemporânea de produção de liberdade e autonomia. No mundo ocidental, desde a modernidade e do avanço do processo civilizador, a onipresença do

controle é o que caracteriza nossas sociedades, sendo a possibilidade de controlar a si mesmo, não sendo diretamente objeto das intervenções do Estado, ao mesmo tempo, a interiorização da dominação (o Estado não necessita mais desse dispêndio de poder uma vez que os próprios indivíduos e grupos assumiram a tarefa de controlarem a si mesmos) e a libertação da dominação (os indivíduos e grupos podem administrar as formas de controle mais adequadas aos seus objetivos, de modo a manter o Estado numa posição de não-intervenção e garantir um espaço que será experienciado como livre e autônomo). Tal ambivalência fica clara na análise das mensagens trocadas no fórum estudado em que o desejo de prazer se constitui no grande motor do autocontrole, da autocontenção e da disciplina. Equilibrar essa ambivalência, equacionando prazer e disciplina, hedonismo e cuidado, emerge como a grande técnica de vida no mundo contemporâneo. Comunidades como o *Growroom* se constituem, nesse contexto, como esforços coletivos de construção desse equilíbrio através da formação de compromissos dos indivíduos consigo mesmos e uns com os outros, em um sistema de ajuda mútua que encontra na reivindicação política (busca da legalização da maconha) a força vinculatória entre os indivíduos isolados, na consecução de um projeto de constante conversão e reconversão de compromissos individuais em compromissos coletivos (é preciso governar-se não só para si mesmo, por seus projetos pessoais, mas também pelo projeto coletivo da legalização que é, ele mesmo, também, um projeto de cada um dos membros da comunidade).

Nesse jogo liberdade/segurança, então, que no liberalismo organiza as práticas governamentais (seja no âmbito do governo dos outros, seja no âmbito do governo de si mesmo), trata-se, conforme já visto, de fabricar e de limitar liberdades, uma vez que é através da liberdade que o governo se exerce. Como indica Foucault (2008a, p.88-89), essa dinâmica de fabricação e limitação da liberdade se dá em função do custo dessa produção, sendo a segurança, justamente, o princípio de cálculo desse custo: as liberdades devem ser limitadas no momento em que representem um perigo para a segurança, seja a segurança individual ameaçada pelo interesse coletivo, seja a segurança coletiva ameaçada pelo interesse individual. Equacionar esses dois polos, então, constitui o cerne da economia de poder própria do liberalismo e é, precisamente, aquilo que se propõe a fazer uma comunidade como o *Growroom*, estimulando e proporcionando aos seus membros um constante intercâmbio de técnicas, de instrumentos de controle de suas próprias liberdades, controles estes que visam, precisamente, garantir a liberdade sem prejuízo da segurança própria e da sociedade. Como vemos, nessa gestão de si que esses usuários de maconha procuram empreender, a partir da mesma grade de inteligibilidade que é a do liberalismo (ou dos liberalismos), a multiplicação da liberdade implica, para sua própria consecução, a multiplicação dos controles. O preço da

liberdade é a autodisciplina, proposição que, aceita por esses sujeitos, significa, em sua implementação, ao mesmo tempo, um componente central em uma estratégia política, em um jogo de poder no qual esses sujeitos sujeitam-se a si mesmos, tornando-se operadores do controle que, hoje, é operacionalizado, principalmente, pelas forças repressivas do Estado, mas também por outras maquinarias, como a escolar. O surgimento, a própria existência de uma comunidade cujo funcionamento se dá da forma como ocorre no *Growroom* pode ser compreendida, nessa lógica, como consequência histórica dos liberalismos, de sua ascensão e penetração nas consciências enquanto racionalidades. Senão, vejamos: seguindo a elaboração de Foucault (FOUCAULT, 2008a, p.90-93), as principais consequências do liberalismo são, em primeiro lugar, a constituição de uma cultura do perigo na qual os indivíduos são mobilizados pelo medo dos perigos a sua saúde, sua segurança, “sendo condicionados a experimentar sua situação, sua vida, seu presente, seu futuro como portadores de perigo” (FOUCAULT, 2008a, p.90). Ora, toda uma educação do perigo anima o *Growroom*: o perigo da própria maconha, que precisa ser reduzido por uma utilização responsável e controlada da droga e pelo acesso a um produto natural, em detrimento do consumo da droga vendida pelos traficantes nas ruas, mas também e principalmente, o perigo da ilegalidade, do contato com o traficante e com a polícia, da repressão, do prejuízo ao futuro, às relações pessoais e profissionais... O perigo é, talvez, mais do que a maconha, o grande objeto do fórum pesquisado, o perigo e as técnicas para proteção, esquiva, anulação dos perigos que rondam o consumidor da erva. Em segundo lugar, tema já bastante batido ao longo desta tese, o aparecimento de mecanismos cuja função é a ampliação da liberdade por meio da ampliação do controle: a extensão dos procedimentos de controle e coerção, como contrapeso das liberdades, marcando a conjunção entre as disciplinas e os liberalismos. Tanto no governo dos outros quanto no governo de si, nos liberalismos, a instituição de controles, disciplinas, limitações às liberdades como modo justamente de garanti-las constitui uma marca central da propagação dessas formas de pensar e praticar o governo dos outros e de si mesmo.

Para tornar possível, então, a pretendida fruição autorregulada do prazer psicoativo, esses usuários constituem uma série de modos de operação sobre si mesmos, asceses que lhes permitem controlar suas condutas no sentido ético desejado (o sentido de uma fruição autorregulada dos prazeres associados ao uso de maconha). São práticas por meio das quais constituem a si mesmos moderando seus atos, racionalizando ou reorientando de certas formas seus desejos, instituindo critérios, regras, controles, em suma, agindo sobre si mesmos de modo a viabilizar sua constituição enquanto sujeitos capazes de regular seu desejo de uso de maconha de modo a, não se privando dele, não prejudicar outras esferas de suas vidas. Essas práticas constituem os operadores de uma transformação desejada por esses indivíduos

em sujeitos livres e autônomos, capazes de governar a si mesmos e, sem abrir mão de seus prazeres, levarem vidas satisfatórias marcadas pelo estabelecimento de relações tranquilas e prazerosas consigo mesmos, além de bem integradas ao tecido social. Ou seja, sujeitos que, de um lado, tendo internalizado o poder historicamente exercido sobre usuários de maconha, reconhecem, como suas, formas de pensamento e de intervenção características da governamentalidade administrativa-policial dos usos de drogas e procuram, assim, instituir autocontroles sobre seus desejos; mas que, de outro lado, participando ativamente de uma comunidade e entretecendo, a partir dessa participação, tecnologias de si, reivindicam sua autonomia para determinar de que modos poderão governar a si mesmos, fazendo dessa incorporação da necessidade de instituir controles sobre si uma construção que não se impõe totalmente desde a exterioridade, mas que, em alguma medida, é produzida pelo indivíduo em contato com seus pares, a partir de “esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social” (FOUCAULT, 2012a, p.269). Esse é o tipo de pessoa a qual esses usuários de maconha autorreflexivos que aqui investigo aspiram ser, aspiram tornar-se, a partir da transformação de si mesmos.

A questão ético-política central, então, para esses sujeitos, em seus processos de constituição de si mesmos, é: como reivindicar a legalização da maconha se não se consegue assegurar a submissão de seus próprios desejos, evidenciando um consumo visto como patológico? Esse necessário domínio de si, entendido como uma forma de liberdade, instaura a reflexão e, conseqüentemente, a responsabilidade, a consciência e o ativismo como elementos de um modo de vida. Daí que aquele usuário de maconha que é capaz de mostrar, na concretude prática da sua vida, formas de controle efetivo sobre seus desejos e prazeres, se apresenta como possuidor de um poder (sobre si) que lhe torna, por isso mesmo, apto à reivindicação política, ao exercício de um poder sobre os outros, erigindo-se em uma espécie de modelo para a comunidade (e, pretensamente, para a sociedade). Tal indivíduo é visto como cumpridor do seu papel, pois prova, por meio de seu modo de vida, que o usuário de maconha não é doente nem é criminoso.

Mas essa liberdade, esse poder sobre si mesmo, sobre seus desejos, característica desse modo de ser reflexivo/responsável/ativista envolve também, necessariamente, uma relação com a verdade. Dominar os próprios prazeres e, por meio da reflexão que institui o autocontrole, ser capaz de, ao conter-se, ao, muitas vezes, abster-se do prazer, justamente preservá-lo em sua pureza, em sua intensidade própria e desejada, resguardando-o para os momentos oportunos, fazer tudo isso é capacitar-se, qualificar-se, aperfeiçoar-se, mostrar-se

pronto para o ativismo. Ora, este requer, então, uma forma de saber, de modo que não se pode constituir-se como sujeito moral no uso dos prazeres psicoativos, não se pode constituir-se como “maconheiro autorreflexivo” (condição para constituir-se como maconheiro responsável, consciente, etc.) e, em última instância, como ativista canábico, sem constituir-se, ao mesmo tempo, e em função disso, como sujeito de conhecimento. Mas trata-se de um tipo bastante específico de conhecimento que conduz, como já indiquei algumas vezes neste texto, a formas peculiares de produção e de relação com a verdade. Senão, vejamos: o necessário autocontrole implica que a capacidade de reflexão seja colocada em posição de soberania no indivíduo, tornando-o capaz de submeter seus desejos a essa reflexão e, por conseguinte, tornando-o capaz de regular seu próprio comportamento. Essa dominação a que submete sua vontade de prazer garante um uso da droga que sabe adaptar-se ao que é visto como “necessidade”, quer dizer, aos momentos, às circunstâncias, aos contextos identificados como propícios, como favoráveis, como adequados à alteração de consciência. Na simples formulação de um usuário do fórum, “*antes de fumar, pondere: este é o local, e esta é a hora?*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/20786-cannabis-idosos-e-respeito/>. Acesso em: 26 set 2014). Assim, a reflexão inicial, que se dá no âmbito abstrato do pensamento, torna-se uma forma de razão prática, razão esta que deve ser capaz de determinar como e quando se deve consumir a substância, determinação esta, por sua vez, fundamental para o sujeito autorreflexivo que se quer ativista e para a luta política da qual se quer parte. Deste modo, primeiro conhecimento, primeiro saber prático basilar dessa produção de subjetividade que analiso: aprender a dar vazão aos prazeres psicoativos tão somente naquelas circunstâncias identificadas como oportunas para tal. E, segundo conhecimento, diretamente ligado ao primeiro: aprender sobre si mesmo, conhecer a si mesmo a fim de melhor poder dominar seus desejos. Nesse sentido, adotar uma relação reflexiva consigo mesmo, submeter suas atitudes a um processo de racionalização (o qual se dá em função dos objetivos políticos, da causa ativista, mas, também, como aqui já vimos, em função da constituição de uma relação adequada consigo mesmo do ponto de vista da manutenção do uso da droga em níveis considerados satisfatórios, sem prejuízo à saúde, à segurança, às relações pessoais e profissionais etc.), efetivamente agir em conformidade a essa reflexão, ou seja, de forma ponderada, considerando as melhores ocasiões, situações e contextos para o uso da droga e, finalmente, conhecer a si mesmo, suas reações à substância que utiliza, a fim de melhor dominar-se: agindo dessas formas se pode estabelecer uma relação com a verdade, relação necessária para o estabelecimento do pretendido uso moderado, responsável, dos prazeres psicoativos. Porém, não se trata, aqui, de uma verdade do indivíduo, nem do desejo, mas de uma verdade de um modo de ser, uma verdade que se produz nessa conduta autorreflexiva e

adapta-se ao que se considera um uso adequado da substância, baseando-se, para isso, como insistem diversos usuários do fórum estudado, em um conhecimento de si mesmo. Não é, portanto, uma verdade epistemológica, mas ética, ou seja, uma verdade que se constitui no modo de vida e, ao constituir-se, constitui o indivíduo que consome maconha como sujeito autorreflexivo.

Essa forma de relação com a verdade que constitui esse sujeito autorreflexivo o faz por meio da elaboração de uma maneira de viver cujo valor moral está na observância de alguns princípios gerais no uso de maconha, na distribuição desse uso, nos limites que se lhe impõem, na sua submissão a uma racionalização. Essa racionalização da própria conduta, no que se refere ao uso de maconha, inscreve a vida em uma certa ordem, cria um certo padrão de conduta que tende, se efetivado em algum nível, a torná-la paradigmática, modelar. Tal forma de existência racionalizada, cuja verdade se prova na observância dos princípios que garantem a refutação da verdade objetivada nas figuras do crime e da doença, constitui, então, ao mesmo tempo, um ordenamento da conduta e a disponibilização de modelos de existência aos usuários de maconha. Deste modo, essa conduta, ao realizar-se como se propõe, tão medida e calculada, realiza o indivíduo como sujeito moral, como “usuário de maconha autorreflexivo”, sujeito “consciente”, “responsável”, apto a servir de modelo a outros usuários de maconha, apto para o ativismo, tornando-o admirável aos olhos dos outros por efetivamente encarnar em sua conduta aqueles princípios de ação debatidos e valorizados por inúmeros participantes da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira tentativa de sistematização

Neste momento, penso já ter delineado os traços gerais que caracterizam as maneiras pelas quais vêm se refletindo, na maior comunidade virtual de usuários de maconha brasileiros contemporâneos, as práticas de utilização dessa substância, bem como os modos através dos quais essas práticas são constituídas como elementos de um campo moral que pode ser, ainda que um tanto esquematicamente, descrito da seguinte forma: o consumo da droga é associado a um grande prazer, provocando, por isso, um desejo de realizá-lo, desejo este cuja força tende a se tornar excessiva se não devidamente governada. Instaura-se, então, uma necessidade de administração do desejo e do prazer ligados ao consumo de maconha. Elaboram-se, com este intuito, regramentos das práticas de uso de maconha, os quais se dão não sob a forma de prescrições do permitido e do proibido, mas sim por meio de preceitos ou sugestões de conduta que propõem modalidades de uso de maconha em função de variáveis como necessidade, momento e individualidade, variáveis estas relativas aos modos de vida, às posições e aos objetivos individuais de cada usuário. No entanto, a produção desses regramentos individuais requer formas específicas de atitude dos indivíduos sobre si mesmos a fim de que possam efetivamente se tornar sujeitos morais: para que isso aconteça, é preciso que exerçam sobre si mesmos um trabalho de enfrentamento de seus desejos, estabelecendo um estado de dominação de si sobre si no que se refere à utilização da substância psicoativa. O resultado dessa ação mais ou menos sistemática e refletida de si sobre si é a constituição de um modo de ser que é experienciado como uma forma de liberdade em relação ao uso descontrolado, irrefletido, problemático, em suma, “viciado”, da droga. Essa experiência que se produz expressa um tipo de relação com a verdade caracterizada por uma postura de constante reflexão sobre a própria conduta e por uma adaptação do usufruto do prazer aos momentos, locais e circunstâncias representados como adequados. Além disso, essa experiência expressa um tipo de conhecimento de si mesmo, conhecimento de como, para si, se vai conseguir agir estrategicamente de modo a praticar esse uso de maconha “filtrado”, “elaborado” por essa forma de racionalização da gestão de si que propicia o domínio do desejo segundo um princípio geral de maximização do prazer e minimização dos danos pessoais em termos de danos à saúde do indivíduo, danos às relações desse indivíduo com as pessoas com as quais convive (relações familiares, profissionais, amicais etc.) e, finalmente,

danos à sociedade em geral em termos de danos causados pelo financiamento do tráfico de drogas¹¹³ ou de sobrecarga aos sistemas públicos de saúde e de segurança.

Trata-se, portanto, no interior dessa comunidade virtual, da constituição de um processo mais ou menos refletido e deliberado de educação dos usuários de maconha por si mesmos, tendo em vista a elaboração de regimes de uso da substância suscetíveis de, conforme visto, garantir o prazer psicoativo ao usuário, minimizando danos pessoais e sociais. Nesse sentido, a reflexão moral desses usuários de maconha a propósito de suas práticas, uma vez que se volta à consecução de modos de consumo que, refletidos, possam garantir a extensão desse consumo por muitos anos, sem ou com mínimo prejuízo da saúde individual e das relações pessoais e sociais, busca integrá-las como partes essenciais de algo que é visto como um estilo de vida. Nesse estilo de vida, diversos aspectos relativos ao uso de maconha e à constituição de uma relação com a substância encontram como formas de gestão normatividades que são propostas nos debates entre os usuários enquanto tipos de “exigências abertas”. Ou seja, por exemplo, no que concerne à importância de se restringir o uso de maconha aos momentos e condições representadas como adequadas (objetivo diretamente ligado às finalidades de constituição de usuários autocontrolados, saudáveis e aptos a provar por meio de suas vidas a falsidade da objetivação do consumidor de maconha como doente e/ou como criminoso e, conseqüentemente, o fracasso da proibição como forma de gestão do uso de drogas em nossa sociedade), o governo que se produz no interior da comunidade não se dá pela enunciação do que exatamente é preciso ou não fazer em termos de uso da droga, mas sim através do fomento de atitudes de moderação, atitude que é equiparada a um exercício de liberdade sob a forma de um domínio de si. Esse princípio é o que se busca transmitir e o que vai se manifestar na maneira pela qual o sujeito se mantém e se contém no exercício do seu uso de maconha, bem como na maneira pela qual o indivíduo se relaciona consigo mesmo e com os outros. Os julgamentos de valor no interior da comunidade tomam, então, por base, essa atitude, essa disposição a refletir e reconhecer a necessidade de se conter

¹¹³ Mais do que simplesmente deixar de financiar o tráfico de drogas, logo, a criminalidade, e garantir um produto de maior qualidade para o consumo próprio, cultivar a própria maconha é apresentado como uma forma de escape de uma posição em um sistema de vilezas ou maldades que envolvem todo o processo de exploração dos plantadores de maconha para comércio, bem como a violência, os crimes, as mortes que ocorrem nas disputas por esse mercado tão mais lucrativo quanto mais desregulado e ilícito, conforme se pode ver na seguinte mensagem publicada no fórum do *Growroom*: “*Cara, não sou psicólogo, mas fazer exercícios, se alimentar bem, fazer sexo, fumar um, isso é que me faz bem, sabe, não na exata ordem, mas é isso aí, tente fazer mais do que gosta e largue mão desse prensado fedorento também. Já pensou toda energia negativa (sou ateu, é uma figura de linguagem, como "vibrações") que essa maconha carrega? Inconscientemente você sabe que está direta ou indiretamente contribuindo com o crime organizado, deixando o Beira-Mar um pouco mais rico, fumando maconha prensada no pé descalço dos paraguaios, ou você acha que a galera que fala que achou unha no prensado tá mentindo?*” (Disponível em: <http://www.growroom.net/board/topic/39231-sera-que-e-encanacao/>. Acesso em: 18 set 2014).

para mostrar que o usuário de maconha não é doente nem criminoso. Trata-se, pois, de uma forma de valor moral que se torna verdade na medida em que se torna estilo de vida. Então, ao manter-se no uso de maconha para satisfação de necessidades representadas como verdadeiras (obter prazer) e legítimas (o usuário pensa a si mesmo como indivíduo que trabalha, paga suas contas, cumpre suas obrigações, consome maconha e não provoca, nem para si mesmo e nem para os outros, qualquer tipo de problema), sem cometer excessos, respeitando a importância de racionalizar suas práticas e modulando suas ações a partir de um conhecimento de si (cada qual cria seu método para atingir esses fins, realizando esses princípios), o usuário de maconha pode efetivamente tornar-se autorreflexivo, forma de subjetividade que se manifesta principalmente por uma ou mais das três figuras que identifiquei como modelos concretos nas quais se encarna: o usuário consciente, responsável, moderado; o ativista qualificado, respeitado pelos outros usuários e comprometido com a luta política (da qual a relação ética nos termos da moderação e da responsabilidade constitui parte importante); e o cultivador para consumo próprio, que retira dos seus ombros o “peso moral” de ser financiador de atividades criminosas.

Em linhas gerais, então, a reflexão moral que esses usuários de maconha empreendem na comunidade *Growroom* se foca na constituição de uma forma de vida que se produz a partir de uma reflexão acerca de como o uso da substância, compreendido nos contextos contemporâneos e liberais como uma prática de liberdade e autonomia, como um direito legítimo a ser conquistado, precisa vir acompanhado, tendo em vista precisamente essa conquista, e em seu próprio exercício, por um estilo de vida refletido, autocontrolado, responsável e tendente ao ativismo político, seja sob a forma da organização e participação em manifestações políticas, seja sob a forma do cultivo para consumo próprio. Longe de ser concebido como um mal ou como algo condenável, o uso de maconha não deixa, no entanto, de ser objeto de uma reflexão acerca de suas relações com a saúde e dos eventuais perigos individuais e sociais que pode acarretar. O quadro geral dessas reflexões é traçado através de indicações acerca da constituição de regimes refletidos de uso da droga, regimes estes por meio dos quais se busca circunscrever tal prática no interior de mais ou menos delimitados critérios avaliativos, indicando sob que condições pode ser realizada (por maiores de idade, em ocasiões propícias) e quando deve ser reduzida ou mesmo suspensa (quando começa a afetar as responsabilidades e obrigações do indivíduo). Trata-se, portanto, de uma preocupação em se constituir um regime visando regular uma atividade (o uso de maconha) que é reconhecida como importante pelo indivíduo que a realiza, requerendo, por isso mesmo, cuidados e atenções especiais a fim de que possa ser mantida e, sendo controlada pelo próprio

indivíduo, constituir um elemento no interior dos cuidados com a saúde e com a gestão do próprio corpo. No limite, então, penso que esse processo de subjetivação pode ser compreendido como um esforço coletivo mais ou menos consciente para integrar o melhor possível o uso de maconha ao campo individual da gestão da própria saúde e da vida do corpo, esforço este que toma por modelos as formas como essas gestões têm sido concebidas nos regimes contemporâneos de poder, moldados por racionalidades liberais e neoliberais cujas injunções de poder convocam os indivíduos à assunção de responsabilidade e autocuidado sobre sua saúde pessoal.

Uma segunda tentativa de sistematização

Procurei descrever extensivamente algumas das formas pelas quais esses usuários de maconha que se comunicam na comunidade virtual tomada como superfície de análise se voltam para si mesmos e suas práticas de consumo da droga, tendo em vista a constituição de regimes refletidos de uso da substância. Nesse esforço, me vali de vasto material pinçado do fórum do portal *Growroom*, a fim de indicar os termos nos quais esse campo reflexivo sugere a instituição de moralidades específicas como componentes de formas de autorregulação do consumo de maconha tendentes à constituição do sujeito por si mesmo a partir da formulação de modos de relação consigo mesmo, com a droga e com os outros (usuários e não-usuários) pautados por um conjunto de valores (autonomia, liberdade, responsabilidade, autocuidado, cultivo de maconha e de si mesmo, redução de danos sociais e à saúde) a partir dos quais práticas efetivas podem ser desenvolvidas, materializando esses conjuntos de valores e princípios em modos de governo da própria conduta. A reiteração dessas formas de conduzir a si mesmo enquanto usuário de maconha pode ser compreendida como a produção de uma subjetividade, um modo de ser usuário dessa substância em nossa época e cultura, modo este que decidi chamar, pelas características que venho apontando, de “usuário de maconha autorreflexivo”. Encetarei, nas páginas que seguem, como conclusão deste segundo movimento analítico que compõe a presente investigação, movimento este voltado à análise do campo de problematizações e práticas a partir das quais a referida forma de subjetividade se constitui, uma reflexão final acerca do tema do governo ético de usuários de maconha, tendo em vista tentar sistematizar um pouco, “juntar as peças” e tentar apresentar algo como uma generalização do que, a despeito de todas as dissonâncias, discordâncias e diversidades encontradas no fórum de discussão estudado, penso ser possível indicar como o que está

ocorrendo com esses usuários de maconha que se voltam à problematização e à atuação sobre si mesmos.

Como vimos ao longo das últimas páginas, existe no interior dessa comunidade uma ideia segundo a qual alguns usuários da droga se conduzem mal e acabam funcionando como provas da verdade segundo a qual o consumidor da droga é doente, criminoso ou, no mínimo, preguiçoso, indolente, estúpido etc. A partir dessa constatação, forma-se um campo de problematização, de autorreflexão, de busca por instrumentos para uma elaboração refletida de si mesmo, enquanto usuário de maconha, em termos diferentes daqueles historicamente formulados como descritores da identidade das pessoas que fazem uso dessa substância psicoativa. No interior desse campo, cuja visibilização busquei no fórum virtual *Growroom*, fomenta-se a construção de regimes refletidos de uso da droga, tendo em vista, por meio deles, a constituição de si e dos outros como usuários de maconha saudáveis e responsáveis. Um “regime” é uma maneira de viver, um modo de vida a ser seguido na medida em que se pensa a si mesmo como um sujeito de um certo tipo. O regime é uma categoria fundamental através da qual se pode pensar a conduta humana, pois ele caracteriza a maneira pela qual um indivíduo que faz de si mesmo objeto de reflexão busca conduzir a própria existência por meio da fixação, mais ou menos consciente, de um conjunto de regras para a conduta, constituindo um modo de problematização do próprio comportamento (FOUCAULT, 2012, p.129).

Esses regimes de uso de maconha que têm no *Growroom* um espaço de deliberação, negociação, delineamento, relacionam essa prática, como vimos, a diversas outras atividades cotidianas, que se tornam por vezes focos de atenção e recomendação, como os exercícios físicos, a alimentação, a ingestão de álcool ou outras drogas, o sono, o sexo... Todas essas atividades são percebidas como possuindo relações com o uso de maconha, relações estas que devem ser refletidas, devem ser medidas. Em relação a essas atividades, os usuários buscam fixar, para si mesmos e uns para os outros, o que convém fazer tendo usado ou usando maconha, qual a intensidade adequada de uso da erva, em função da hora do dia, do momento da vida, da idade do indivíduo, de seus hábitos alimentares e do seu estado de saúde. A reflexão desses usuários acerca dos regimes de uso de maconha leva em conta, então, variados elementos de suas vidas físicas e mentais, ao longo de todos os dias, da hora em que acordam até o momento em que se deitam. Um regime, assim, quando refletido e detalhado, assume a forma de uma espécie de “agenda” do dia, organizando e refletindo o tempo em torno do consumo de maconha. É possível compilar, nesse sentido, no fórum estudado, registros de rotinas de usuários: desde que acordam até irem dormir, quando, quanto, como, onde, com

quem utilizam maconha¹¹⁴. Deste modo, ao longo de todo o tempo, e a propósito de cada atividade realizada pelo indivíduo, um regime, enquanto autorreflexão cotidianamente presente, problematiza a sua relação com seu corpo, com sua saúde, e desenvolve um modo de vida cujas formas, escolhas e variáveis são determinadas pelos valores que ordenam esse campo de problematização, os valores, como temos visto, do cuidado, da responsabilidade, da atenção a si mesmo, ao seu corpo e saúde.

Um regime, então, se estabelece como produto técnico de uma preocupação em torno da medida. É através da preocupação consigo mesmo, com sua saúde física e mental, mas também com suas relações pessoais e profissionais, com suas possibilidades de inserção, desenvolvimento, realização e felicidade em nossa época e cultura que esses usuários autorreflexivos que procurei descrever entretencem valores de moderação. Constitui critério, como vimos, para esse entretencimento, a possibilidade de articulação entre prazer psicoativo individual e realização/reconhecimento social. Assim, tudo que é, por esses sujeitos, considerado excessivo, abusivo, criticável no uso de maconha o é por constituir, segundo tal forma de ver, prejuízo seja à saúde e felicidade individual, seja à possibilidade de reconhecimento social no interior das balizas por meio das quais nossa cultura e nossa época definem as formas desse reconhecimento. No limite, como procurei explicitar, as críticas a certos padrões, certas formas que poderíamos chamar “imoderadas” de uso de maconha se fundamentam no prejuízo que tais formas acarretariam à constituição de uma “imagem” do usuário da droga como sujeito responsável, saudável, trabalhador, “imagem” esta que se busca construir, de modo mais ou menos consciente e deliberado, como parte de uma constituição ética que se articula à constituição de sujeitos políticos, fazendo, da própria produção refletida de si mesmo, um ato político. Essas críticas a certas formas de uso de maconha são passíveis de serem compreendidas como tendo valor de preceitos morais, uma vez que assumem por vezes a forma de regras de conduta, além de conselhos para a administração da própria saúde a partir da concepção de si mesmo como usuário mais ou menos regular de maconha. Esses regimes entretencidos por esses usuários autorreflexivos, então, podem ser definidos como voltados à constituição de boa saúde corporal e mental, de felicidade individual e de responsabilidade social enquanto usuário de maconha. A resolução de seguir um regime refletido, uma forma de vida que faz da prática de uso de maconha algo que é constantemente medido e racionalizado, assim como a dedicação, o esforço, a seriedade

¹¹⁴ Espalhados por diversas seções do fórum do *Growroom*, esses relatos das rotinas de uso da droga por parte de seus usuários (relatos que se tornam objeto de debates, tornando-se referências por meio das quais cada um avalia sua própria relação com a substância, seu próprio regime de uso) se encontram em diversos tópicos analisados e referenciados ao longo deste capítulo.

e o comprometimento com que o indivíduo se aplica sobre si mesmo os preceitos de um regime, dependem, ao fim e ao cabo, do estabelecimento de uma relação consigo mesmo, de uma ética refletida a partir da qual se decide a moralizar, a admitir e observar regras que operam nessa esfera da experiência de si.

O esboço de uma reflexão tendente a conformar um regime mais ou menos consciente de uso de maconha, tal como se pode apreender na comunidade estudada, a partir dos excertos transcritos e analisados ao longo deste capítulo, visa ao provimento do indivíduo, preocupado consigo mesmo enquanto usuário da substância, com capacidades, disposições, formas de pensar e técnicas suscetíveis de tornarem sua vida algo que ele possa representar para si como satisfatória e feliz, ajudando-o a administrar uma articulação entre sua vontade de prazer e os interesses e demandas sociais às quais se encontra ligado. Ajudando-o, portanto, na elaboração de formas de governo de si, no que concerne ao uso de maconha, no ponto de contato entre tecnologias do eu e tecnologias de dominação, ponto este no qual, precisamente, o indivíduo que faz uso da droga se torna sujeito dessa prática. Um regime, nesse ponto, se torna uma ferramenta valorizada pelo indivíduo que o segue, pois constitui uma espécie de guia, de bússola, de orientação da conduta no enfrentamento cotidiano dos mais diversos tipos de situações com que se confronta um usuário de maconha em nossa época e cultura (situações estas que variam significativamente conforme recortes de classe, gênero, raça, geração, estilo de vida). Um regime, então, enquanto produto sempre inacabado de um campo reflexivo, como tenho enfatizado, capacita os indivíduos que o seguem para o equacionamento, a reflexão e a prática, em suma, a constituição de um bom desempenho no interior das circunstâncias em que se encontram, possibilitando que elaborem suas condutas a partir da referência a esta cristalização parcial e temporária do saber prático de uma comunidade que tem no consumo de maconha um elemento importante do seu estilo de vida. Um regime constitui parte, nesse sentido, do desenvolvimento de um campo estratégico no interior do qual o indivíduo que pensa a si mesmo como usuário de maconha pode se tornar mais apto a conduzir-se de uma forma mais ou menos racionalizada e efetiva, do ponto de vista de suas circunstâncias pessoais (relações com familiares, amigos, colegas, chefes, empregados) e, também, do ponto de vista de tornar a si mesmo, sua vida, um elemento politicamente ativo na transformação dos modos pelos quais a maconha, seus usos e usuários são compreendidos pela sociedade. Sendo exercido por meio de técnicas de vigilância, de observação e atenção a si mesmo, seu corpo, suas atividades cotidianas, o regime requer do indivíduo, para que seja minimamente efetivo, um tipo de atenção às práticas de uso de maconha que as toma como nem boas nem más em si mesmas, sendo a avaliação de que se

tornam objeto, em boa medida, assentada sobre o que é feito em concomitância ou em sequência ao uso da droga, de modo que este pode ser apreciado diversamente dependendo da situação em que o usuário se encontra. Essas indicações, sugestões, conselhos de conduta no que tange ao uso de maconha, então, na medida em que constituem um tópico ativo de conversações e trocas entre esses tipos de usuários que se tornam mais reflexivos, mais preocupados, mais problematizadores de suas próprias condutas (e das dos outros) enquanto usuários da substância servem ou funcionam como forças moduladoras de maneiras de viver *como* usuários de maconha em função das diversas e peculiares circunstâncias em que se colocam e são colocados os consumidores da droga em nossa época e cultura. Um regime, deste modo, não constitui um código, uma forma de regramento que se possa pensar como minimamente universal ou uniforme, mas uma espécie de “manual circunstancial” para a administração de si mesmo enquanto indivíduo usuário de maconha que está sujeito às diversas situações nas quais é histórica e culturalmente possível encontrar-se quando se é um usuário de maconha. Esse “manual circunstancial”, construção coletiva e aberta, funciona de modo a auxiliar o indivíduo, exposto aos riscos, conflitos e dissabores de se ser um usuário de maconha (que vão dos efeitos da própria substância em suas mais diversas qualidades, procedências, quantidades e padrões de uso, aos efeitos do sistema moral, jurídico e penal na qual esta está inserida, o qual condiciona as maneiras pelas quais o usuário se relaciona com indivíduos e instituições) a ajustar seu comportamento às circunstâncias concretas em que se encontra.

Um regime de vida, então, cuja elaboração e debate constantes se pode apreender no interior de um campo reflexivo que se operacionaliza nessa grande comunidade virtual de usuários de maconha, pode funcionar como aquilo que Michel Foucault (2011; 2012) referiu como uma “técnica de existência”, uma vez que ele não se efetiva simplesmente pela transmissão de conselhos ou ensinamentos de um usuário a outro. O tipo de educação dos usuários de maconha por si mesmos que procurei descrever e analisar não prescreve obediência ao saber ou à autoridade do outro (como ocorre, por exemplo, na relação com o médico, com o policial, com o juiz, com o pai, com o professor), mas busca tão somente fomentar, no indivíduo, a constituição de uma prática refletida de si mesmo. Para seguir o regime que considerou conveniente, certamente é importante ou útil ao indivíduo, principalmente se iniciante no consumo da droga, escutar aqueles que sabem, os usuários mais experientes, ou mais convincentes, mas essa relação toma, necessariamente, uma forma de persuasão, não de imposição ou obrigação. Isso torna possível que a dieta canábica a ser adotada precise ser, para tal, minimamente racionalizada a fim de que possa ajustar-se às

circunstâncias e aos momentos particulares vividos pelo indivíduo, dialogando com suas questões, suas inquietações e seus objetivos mais privados e tornando-se objeto importante de seu pensamento. Esse regime, refletido e adotado, então, se dirige ao “eu” em sua singularidade e é suscetível de, nesse processo de (auto) reflexão, inculcar-lhe princípios orientadores de sua ação no que concerne ao uso de maconha, não se tratando, portanto, de receitas que são dadas e seguidas, mas de conteúdos que emergem da própria conversação, da troca de informações entre usuários que, estimulando e convencendo uns aos outros a adotarem formas de atenção e controle sobre si mesmos e suas práticas de alteração de consciência, educam-se mutuamente no sentido da constituição reflexiva de si mesmos e da construção de uma vida satisfatória dos pontos de vista ético-pessoal e político-social. Trata-se, então, de uma forma de aprendizagem que se dá através da elaboração e da troca de modos de pensar e de técnicas organizadoras da experiência de usuário de maconha, configurando um trabalho útil para gerir a própria existência e se preparar para os acontecimentos com os quais os consumidores dessa droga se confrontam.

Um regime, assim, pode constituir, a depender do grau de envolvimento e afinco do indivíduo em sua efetivação, prática concreta e ativa de elaboração de uma relação consigo na medida em que sugere, que insta o usuário de maconha a desenvolver conhecimentos relativos à droga e a si mesmo, conhecimentos estes que lhe podem ser úteis tanto na condução de si mesmo como sujeito usuário de maconha não-problemático, quanto no enfrentamento e sustentação de si e de suas práticas perante aqueles que condenam o uso da substância. Tais conhecimentos podem orientar o cuidado do indivíduo com a própria saúde, mas, além disso, a partir da atenção vigilante que recomendam sobre si mesmo, da observação de si, da própria vida, dos hábitos, da ingestão de alimentos, de álcool e outras drogas, das atividades físicas, podem fazer da gestão do corpo uma tecnologia de produção de si enquanto sujeito de suas práticas de alteração de consciência.

Através desse processo é possível pensar em termos de uma formulação de *tecnologias de autonomia* e de escolha refletida acerca do que se pode conceber como bom ou ruim para si mesmo, como podemos ver nos tantos casos aqui abordados de usuários que se lançam, a partir do contato com o campo reflexivo em torno das práticas de uso de maconha que se operacionaliza no fórum da comunidade virtual pesquisada, em processos de reflexão acerca de suas práticas de uso de maconha, questionando seus reais benefícios e/ou malefícios para sua própria vida e, eventualmente, transformando sua relação com a droga, alterando seus padrões de consumo, aumentando, diminuindo, suspendendo ou encerrando o uso da substância. Perseguindo essa ideia de constituição de tecnologias de autonomia, formulação

que compreende a autonomia como construção histórica, como fundada pela prática e não como condição para a prática, e enxergando nas problematizações e nas práticas desses usuários de maconha autorreflexivos uma busca por constituição de si mesmos como sujeitos autônomos, sujeitos sujeitos a si mesmos (busca esta que se dá em condições históricas complexas em termos de forças políticas, econômicas e morais atuantes na conformação dos modos de pensar e de agir em torno do tema do uso de drogas) encontro em Carneiro (2008, p.80) algumas indicações interessantes que me ajudam a esboçar um fundamento para a compreensão da produção dessas tecnologias de autonomia como uma linha possível de constituição de sujeitos a partir do mínimo emprego possível de dominação. Afirma esse autor que

a gestão de si, de suas alegrias e tristezas, é uma tarefa existencial e filosófica que não pode ser sequestrada pela medicina. Decidir sobre sentir ou não as próprias dores e como buscar remédios para os sofrimentos da alma e também sobre quais os limites que constituem para cada um a sua fronteira do excesso é um direito indissociável da ideia de uma autonomia sobre si, especialmente no que se refere aos recursos tecnológicos para a produção de si.

Assim, penso que o regime como prática efetiva não é apenas um conjunto de prevenções destinadas a administrar a própria saúde, mas uma maneira, uma possibilidade, uma tentativa de se constituir a si mesmo como um sujeito usuário de maconha que, cultivando e buscando conduzir a si mesmo orientado por princípios ético-políticos estratégicos, tem por seu corpo e seu bem-estar uma forma de cuidado que, entretecida em um campo reflexivo coletivamente gestado (mas individualmente gerido em sua aplicabilidade), tende a estruturar uma relação consigo e com a substância baseada no que elabora como adequado e satisfatório para si mesmo em termos de suas circunstâncias e objetivos pessoais (o que envolve, como temos visto, forçosamente, as condições de sua adaptação à sociedade na qual busca inserção e reconhecimento como sujeito de liberdades e responsabilidades). Trata-se, enfim, através da elaboração coletiva reflexiva mais ou menos delineada de um regime, e de sua efetivação conforme a singularidade de quem a realiza, da constituição de uma forma de autocuidado que atravessa a vida cotidiana, fazendo de atividades rotineiras da existência (da prática de exercícios físicos e da ingestão de alimentos à relação com familiares, colegas, autoridades), questões que, ao serem articuladas reflexivamente com as práticas de uso de maconha, tornam-se ao mesmo tempo questões de saúde, de moral e, por vezes, de política. Essas articulações, que o indivíduo é instado a elaborar reflexivamente entre os mais diversos aspectos de sua vida cotidiana e a prática que adota de alteração de sua consciência mediante o uso de maconha pode potencialmente operar definições e redefinições estratégicas – abertas e circunstanciais - entre a gestão do seu corpo e a gestão dessas atividades que perfazem a vida do seu corpo. Enfim, o que quero dizer com isso é que a

inserção do indivíduo em um campo reflexivo formado a partir de problematizações em torno do uso de uma droga específica tende a abranger, também e cada vez mais, outros aspectos de sua existência cotidiana e de sua experiência de si, introduzindo novos elementos, a partir de sua articulação com a prática psicoativa, nesse campo reflexivo. No limite, esse processo, iniciado de modo despretensioso, tem a potência, na medida em que articula práticas cotidianas comumente pouco ou nada refletidas à reflexão sobre o uso da droga (cerne do campo reflexivo em questão), de levar o próprio indivíduo a instituir-se como sujeito de uma conduta cada vez mais racionalizada como conduta moral e como conduta política não só no que concerne ao seu uso de psicoativos como também àquilo que respeita a diversos outros aspectos de sua existência que passam, também, a ser racionalizados.

Um regime, então, como princípio estratégico, é calculado, mais ou menos flexível e adaptável a diferentes circunstâncias, além de cauteloso: o uso frequente e contínuo da droga é, conforme indicado, bastante problematizado. Nesse tipo de autocuidado que é preconizado no site *Growroom*, os objetos principais da atenção do usuário da droga são o tipo ou forma em que é feito o consumo (fumado, vaporizado, ingerido...), e a frequência e os contextos em que ocorre, conformando uma economia na qual a problematização se opera em termos, principalmente, de quantidade e de circunstâncias, sendo que a quantidade não é considerada em termos de uma determinação precisa, mas de uma estimação mais ou menos vaga: usar maconha amplamente, ou em menor quantidade, ou o menos possível... Nesse sentido, não é possível afirmar *a priori*, e para todos, um ritmo ideal de uma atividade na qual intervêm aspectos diversos (do organismo individual, da qualidade da droga, do ambiente, o contexto onde o uso se dá...). Contudo, e em linhas gerais, a ideia segundo a qual é importante fazer do uso de maconha uma prática mediada por um regime coletivamente refletido constitui um elemento forte do processo de subjetivação aqui analisado. Filtrado pelos regimes, o uso de maconha é visto por esses usuários como precisando ser moderado a fim de evitar tanto males para o indivíduo, quanto para a causa política, o que implica o fomento de relações de responsabilidade pessoal e social. Os regimes, nesse sentido, funcionam como uma espécie de “peça de negociação” do indivíduo usuário de maconha consigo mesmo, com os outros usuários e com a sociedade, negociação esta a partir da qual são propostas novas formas de problematização (e de governo) do uso de maconha enquanto uma prática que se pode deixar acontecer ou restringir, em suma, que se deve regular de acordo com condições do indivíduo, da substância e do contexto. Encarado como uma atividade que se dá na intersecção entre o indivíduo, a droga e o mundo, o uso de maconha é pensado como prática que pode provocar consequências mais ou menos danosas, e, portanto, deve obedecer a uma economia mais ou

menos restritiva, orientada pelos valores aqui explicitados de responsabilidade, autocuidado, redução de danos.

Em última análise, a reflexão desses usuários de maconha que problematizam a si mesmos precisamente enquanto usuários dessa substância, que recortam esse aspecto de seus comportamentos e elaboram, em torno dele, formas de reflexão problematizadora da prática em questão, constitui uma forma de autointerrogação sobre o uso de maconha, sobre como este pode ser gerido se se quiser, garantindo a manutenção do prazer psicoativo, desenvolver um justo cuidado com o próprio corpo, com a própria saúde. Nessa problematização, apesar de haver alguma distinção entre formas mais ou menos aceitáveis e formas vistas como nocivas de uso da droga, o que se faz é uma busca pela fixação de princípios que permitam ao indivíduo, em função dos seus objetivos pessoais e das circunstâncias em que se encontra, assegurar um uso cuja intensidade e frequência sejam considerados adequados. Há, no fórum estudado, como vimos, uma inquietação com os eventuais efeitos do abuso da droga, tanto em termos dos efeitos fisiológicos sobre o indivíduo e suas relações pessoais, familiares e profissionais, quanto em termos dos efeitos desse abuso sobre a construção de uma nova “imagem” para o consumidor de maconha. Essa preocupação com o que seria um abuso, ou um uso considerado inadequado de maconha, se refere, então, à saúde (“tudo em excesso é prejudicial” constitui quase um mantra inúmeras vezes repetido no fórum em questão), formando parte dos cálculos e dos interesses individuais dos usuários acerca das condições de seus próprios corpos, mas, também, se relaciona muito intimamente com o ativismo político com o qual boa parte dos participantes dessa comunidade se envolve, uma vez que o uso da droga, em si mesmo, é visto como abarcando alguma possibilidade de descontrole, de adição, de um escape ao controle da vontade, de um prejuízo à constituição do usuário de maconha como indivíduo autocontrolado, racional e confiável, situações que são tomadas em conta tanto no âmbito do cálculo individual quanto no do cálculo coletivo. Nesse sentido, inquieta a possibilidade que o consumo da droga carregue de perturbar e ameaçar a relação do indivíduo consigo mesmo e a sua constituição como sujeito moral, como sujeito capaz de demonstrar em sua conduta respeitabilidade, confiabilidade e capacidade racional de dar-se a si mesmo e viver em conformidade com regras plausíveis e compatíveis com os sistemas de valores dominantes em nossa época e cultura (elementos que parecem fundamentais para o projeto político ativista tal como formulado nesta comunidade virtual frequentada por indivíduos ajustados e bem inseridos nas relações socioeconômicas vigentes). O uso de maconha, então, como prática muito valorizada, central na autoidentificação desses sujeitos, traria consigo, se não for medido e administrado adequadamente, o desencadeamento de certos graus de perda

de controle por parte do usuário, colocando em risco sua posição e inserção social e causando prejuízo às reivindicações dessa importante parcela do movimento ativista canábico, uma vez que tais reivindicações, como procurei deixar claro, são em boa medida pautadas nas possibilidades de construção de formas de autorregulação do consumo da droga.

Todo esse processo de elaboração de si desses indivíduos, de construção de problematizações e de práticas de autogoverno que configuram uma contraconduta indicia, do meu ponto de vista, inspirado pelas considerações de Senellart (2008) acerca das crises de governamentalidade, um novo momento, um novo aspecto ou ênfase que se pode apontar no desenvolvimento histórico das governamentalidades dos usos de drogas, aspecto este marcado por uma crise geral da governamentalidade administrativa-policial dos usos de drogas e de sua crítica radical organizada a partir das racionalidades políticas liberais e neoliberais que, na contemporaneidade, avançam e enquadram cada vez mais áreas da experiência humana sob suas tecnologias de governo. Como parte desse momento de crise de governamentalidade, usuários de uma substância psicoativa tornada ilícita esboçam uma apropriação de racionalidades liberais e neoliberais de governo das condutas, racionalidades estas que, reinventadas, redirecionadas a outras regiões da experiência, a outros campos de governo possível (a regulação da gestão psicoativa de si mesmo), podendo vir a operacionalizar e articular tecnologias políticas já existentes ou a serem formuladas, constituiriam formas de governo dos usos de drogas cujos resultados práticos teriam menor nocividade, a partir de uma regulamentação legal do consumo de maconha, em comparação com o atual estado de proibição e conseqüente vigência de relações de violência no combate policial à venda ilegal e nas disputas entre traficantes pelo controle do mercado desregulado porque tornado ilícito. Nesse sentido, o projeto ético-político que se esboça e pode ser entrevisto na superfície dos discursos circulantes no *Growroom* constitui uma estratégia voltada à estatização da sua governamentalidade, o que faria das práticas de autocontrole preconizadas pela comunidade o fundamento de políticas públicas sobre drogas. No entanto, como Foucault (2008a, p.93) alerta, é preciso, ao fazer a análise de formas de governo dos outros e de si, atentar para um tipo de equívoco em que frequentemente recaem os dispositivos constituídos para a produção de liberdade: eles podem, eventualmente, vir a produzir o seu inverso. Nesse sentido, a própria existência e o sucesso de uma comunidade como o *Growroom* não só indicia uma crise de governamentalidade como corre o risco de ser engolida pela própria crise iniciada: não são poucos os casos de frequentadores do fórum de discussões que se mostram irritados com o “policiamento” de suas práticas de uso de maconha por parte de outros usuários. Assim, mecanismos criados para produzir liberdades (seja as leis antidrogas, criadas para

garantir a liberdade ameaçada pelo vício, seja comunidades criadas para garantir liberdades mediante autocontroles) podem vir a ser experienciados pelos sujeitos como excesso de intervencionismo, imposição e coerção. Essa introjeção por parte desses usuários de maconha da necessidade de exercício de controles sobre suas práticas, como elemento ético de uma estratégia política no interior do jogo do biopoder, então, constitui um elemento por si só perigoso, ambíguo, que transita entre a liberdade e o controle, havendo sempre o risco de que os instrumentos de intervenção criados para garantir a liberdade diante das intervenções estatais possam ser experimentados eles também como comprometedores da liberdade, produzindo exatamente aquilo que se queria evitar. Esta a situação atual nessa história das governamentalidades do uso de drogas, situação crítica marcada pelo curto-circuito das soluções liberais ao problema de como governar os outros e a si mesmo através da liberdade.

Como contrapartida a essa crítica radical ao Estado que administra e policia as relações individuais do sujeito com a maconha, os sujeitos estudados nesta tese sustentam suas contracondutas em bases ético-políticas marcadas por preocupação com o uso irrefletido e imoderado da substância e seus custos individuais, sociais e políticos; receio dos efeitos nocivos para o corpo e a saúde; e vinculação da constituição de regimes refletidos de uso da droga por parte dos usuários com o sucesso de suas reivindicações políticas. Para evitar prejuízos individuais e coletivos, então, concebem uma necessidade de estruturação desses regimes em torno de uma assunção de responsabilidades por parte do usuário “consciente” em termos do desenvolvimento de práticas de autocontrole, de conhecimento sobre a droga e sobre si mesmo como seu usuário, de constituição de uma relação saudável e benéfica com a substância, de modo que a boa condução dessa prática de uso de maconha se mostraria capaz de evitar ou minorar os perigos (aos projetos de vida individuais e coletivos desses usuários), tornando-se um esforço de existência, conformando um estilo de vida e produzindo felicidade individual e coletiva. Os elementos que dão sustentação e organizam essa forma de relação consigo característica dessas subjetividades autorreflexivas são a elaboração e o exercício de si sobre si mesmo relativo à prática de consumir maconha, os modos de melhor realizá-la, de melhor enfrentar a força do desejo a fim de ter controle sobre si e de melhor usufruir do prazer psicoativo relacionado à utilização da droga. Daí as estratégias sugeridas de adiamento do uso (para momentos do dia, da semana, do mês ou para fases da vida vistas como mais adequadas), a instauração de pausas mais ou menos longas, de períodos de abstinência como recursos para, ao mesmo tempo, potencializar a sensação de prazer provocada pelo retorno ao uso após a pausa e assumir o controle sobre a própria vida, não reduzindo-a ao consumo de uma droga, e contribuindo, simultaneamente, para a causa política da revisão das leis

proibicionistas. Intensificação, portanto, dos efeitos positivos de um uso de maconha dominado, refletido, que aumenta ou diminui conforme a avaliação que o indivíduo é instado a fazer acerca de seus objetivos e circunstâncias (e cuja margem para avaliação e efetiva operacionalização desse governo do uso da droga por parte do próprio usuário aumentaria com a regulamentação de formas de acesso legal à substância).

Nessa lógica de regulação do uso de maconha esboçada por esses usuários investigados a efetividade da constituição de relações não-problemáticas e de usos seguros da substância, para o indivíduo e para a sociedade, não passa necessariamente por formas de codificação absoluta dos comportamentos permitidos e proibidos (a proibição jamais impediu a expansão do consumo, tal como atestam os estudos da Comissão Global de Políticas Sobre Drogas e do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime referidos no texto introdutório a esta tese). Diferente disso, ela passa pela instituição de tempos e espaços de fomento a formas de reflexão suscetíveis de instaurar uma técnica de vida a partir da qual o indivíduo possa elaborar sua relação com essa prática, exercitando, treinando sua capacidade de dominá-la, limitá-la, administrá-la em conformidade com seus objetivos de vida e circunstâncias concretas em que se encontra. Trata-se de uma técnica que estimula a possibilidade de o indivíduo se constituir a si mesmo como sujeito usuário de maconha, refletindo sobre sua própria conduta, exercitando sua habilidade de desenvolver um criterioso governo de si mesmo, e tornando-se, eventualmente, apto a conjecturar de forma ponderada sobre a medida e o momento propícios ao uso do prazer psicoativo, tornado um recurso, um objeto plástico cuja administração é crescentemente racionalizada, individualizada e tecnicizada como componente privilegiado da relação do indivíduo consigo mesmo. Daí a centralidade da busca e do interesse (às vezes quase obsessivo) desses usuários autorreflexivos pela discussão e formulação de regimes de uso de maconha, regimes capazes de, minimamente, gerir um prazer que é percebido como carregando em si uma força passível de se descontrolar e de se tornar custosa, podendo ser experimentada através de relações de “vício” e “dependência” e que envolve a vida e a saúde individual, além de impactar os projetos políticos coletivamente gestados no interior da comunidade estudada. Por conta disso, os usos de maconha constituem, para aqueles que os realizam e os valorizam, tornando-os objetos de permanente reflexão problematizadora e intervenção prática, um domínio privilegiado para suas formações éticas como sujeitos: sujeitos que buscam se caracterizar por suas capacidades de dominar seus desejos, resguardar sua saúde, assumir suas responsabilidades sociais e fazer, das suas vidas, modelos a serem admirados e seguidos por outros consumidores da droga, apresentando-se, também, como referências no momento de se

pensar os sujeitos do tipo de regulação política que a sociedade pode conferir às práticas de uso de maconha na contemporaneidade. Regular o próprio prazer e administrar o uso que se faz de maconha (práticas comuns a usuários de psicoativos em diversas épocas e culturas), atentando para as quantidades, as qualidades, as frequências, os contextos, em suma, um diversificado campo circunstancial a ser considerado, torna-se, nesse momento de crise da governamentalidade ainda dominante sobre os usos de drogas, um ato político que introduz nos jogos de verdade e de poder em torno dos usos das substâncias alteradoras do psiquismo, através de uma articulação ético-política, um componente estilístico-existencial. Quando o uso de drogas é uma prática que pode ser elaborada como estilo de vida; e o estilo de vida é um elemento que carrega em si a possibilidade de se apresentar como prova de verdade que sustenta uma luta política, novos elementos são dispostos no velho tabuleiro onde se joga o jogo do governo das drogas e das condutas de seus usuários. E quando novos elementos são dispostos no tabuleiro, as pessoas podem encontrá-los, servirem-se deles e transformar a si mesmas. Novas coisas podem, então, acontecer.

Nesse quadro, o que a comunidade, em seus diálogos, é capaz de mostrar, através dos depoimentos, dos apoios, das mútuas incitações que nela têm lugar, é como tornar-se mais senhor de si próprio e como sustentar-se diante daqueles que exigem abstinência, que exigem conduzir o indivíduo e que se recusam a vê-lo como outra coisa que não criminoso e/ou doente. A comunidade torna-se tecnologia de governo (mas uma tecnologia de governo que traz, em si mesma, a possibilidade do desenvolvimento de tecnologias de autonomia), sendo capaz de gerir e exercitar o pensamento do indivíduo sobre si mesmo como usuário de maconha, fortalecendo esse modo de identificação de si consigo e possibilitando que exerça um domínio sobre si mesmo que lhe permita resistir aos outros no difícil jogo de verdade e de poder que enfrenta para poder constituir-se a si mesmo como usuário não-problemático de maconha. Assim, a conduta diária do usuário de maconha, tal como elaborada no interior da maior comunidade virtual de usuários da droga no Brasil, constitui uma espécie de “prova pública” da sua capacidade de mostrar, a si mesmo e aos outros, a possibilidade de um uso não-problemático da substância, a possibilidade de se ser, ao mesmo tempo, “maconheiro” e sujeito responsável, saudável, confiável, competente etc.

Ser ativista, fortalecer a luta política por meio do controle de si e dos outros, adotando moderação no uso de maconha e excelência nas atividades socialmente valorizadas; não financiar o tráfico e cultivar suas próprias plantas; estudar o tema, conhecer o assunto e ser capaz de debater, de argumentar e de defender um uso responsável de maconha, sobrepunhando os adversários da mudança do estatuto legal da substância, bem como fazendo um uso não

nocivo para si e para os outros, para a sociedade: tudo isso, como procurei indicar, faz de um usuário alguém muito valorizado na comunidade e institui uma hierarquia simbólica, um tipo de superioridade moral sobre aqueles que não podem, racionalmente, rejeitar os valores que dão coesão a esse espaço de convívio de usuários de maconha brasileiros contemporâneos. Paralelamente, aquele usuário que se esconde, que não sai do “armário”, que não enfrenta a luta, que não suporta as agruras de se ser um usuário de maconha, os problemas familiares, profissionais etc, que não admite aquilo que é e aquilo de que gosta, que não consegue, não pode ou não quer constituir a si mesmo como ativista, sujeito responsável/moderado ou cultivador para consumo próprio, esse poderá ser visto como “inferior”, podendo vir a ser motivo de censura e ser cobrado por sua falta de engajamento, de comprometimento, em suma, de compromisso consigo mesmo e com os outros usuários de maconha.

Esses são, penso, os principais princípios que regulam o jogo de valores proposto pelos usuários de maconha autorreflexivos nessa comunidade, jogo no qual ceder totalmente ao prazer da maconha é desvalorizado como uso excessivo que pode passar por doentio e ser associado com eventuais falhas ou problemas surgidos na vida do indivíduo. Há, contra esse usuário imoderado, uma condenação que é, ao mesmo tempo, moral e política: ao não se conduzir como deveria ele fragiliza a luta política e se coloca sob o domínio dos outros e não sob o próprio domínio, ele não se mostra apto a assumir a responsabilidade que se requer do usuário de maconha. Em suma, esse indivíduo não é reconhecido como representante moral nem como representante político dos usuários de maconha, uma vez que não pode evidenciar na sua própria conduta o modo mais adequado por meio do qual eles deveriam estar sendo governados. Nota-se, aí, um forte condicionamento dos valores desses usuários de maconha por parte do processo histórico que os objetivou, pois a questão central tem se tornado, para eles, a constituição de si e dos outros como sujeitos usuários de maconha que sejam, ao mesmo tempo, combativos politicamente (sujeitos que partam para o debate com consistência argumentativa e coragem de enfrentar os preconceitos) e moderados no uso da droga (sujeitos capazes de provar nas suas próprias condutas a verdade do que argumentam – que a maconha não produz crime e doença, preguiça ou qualquer outro caráter socialmente desvalorizado por nossa época e cultura).

Então, se do ponto de vista do governo político de usuários de maconha, tal como historicamente desenvolvido em nosso país, a problematização se institui a partir da premissa segundo a qual há um problema com o indivíduo que tem esse desejo psicoativo e que cede a ele, tornando-se um criminoso e/ou um doente, a inquietação dos usuários aqui estudados se dá com a necessidade de se adquirir controle sobre esse prazer, de ser senhor de si enquanto usuário desse prazer, enquanto usuário dessa droga (o que se expressa no questionamento

tantas vezes repetido no fórum *Growroom*, e aqui já mencionado: “*é você que a fuma ou ela que te fuma?*”). Ou seja, trata-se da busca pela criação de formas de se manter ativo e não ser mero objeto perante o desejo, perante o prazer, perante a droga. Como tenho insistido, constitui um eixo forte da problematização dos usuários de maconha autorreflexivos a constituição de modos de pensar e de modos de fazer com que o usuário não ceda, não se submeta à descrição que o objetiva como doente, como criminoso, como irresponsável, inútil, fardo para os outros e para a sociedade. E é nesse sentido que considero ser possível pensar uma boa parte do que acontece no *Growroom* como uma técnica de si, uma elaboração refletida do uso de maconha (e de si mesmo como sujeito desse uso) que focaliza modos de problematização do consumo dessa substância em relação a temas como os regimes pelos quais se estruturam as relações do indivíduo usuário de maconha consigo mesmo, com seu corpo e sua saúde e as formas como são elaboradas as relações desse indivíduo com os outros. Argumento aqui que essa forma de subjetivação, de constituição de si mesmo como sujeito usuário de maconha a partir da transformação de si em objeto de problematizações que se dão nesses termos principais está direta e fortemente relacionada ao fato de que a prática de usar maconha constituiu, em nossa sociedade, desde que foi tornada objeto de problematização e de intervenção, ou seja, objeto de governo, no começo do século XX, um ponto difícil, tenso, complexo, conflituoso, em razão do que acabou por exigir, desses usuários de maconha que buscam a transformação dessa realidade, uma elaboração mais ou menos racionalizada da conduta e a constituição de um estilo de vida que se organiza em torno do uso refletido da substância. Ao mesmo tempo, tal prática de si marca um distanciamento, através da inserção social, da participação competente e responsável na ordem social, em relação ao tipo de indivíduo historicamente identificado como “maconheiro”. Aí a ligação dos modos pelos quais esses indivíduos buscam constituir a si mesmos com os modos pelos quais usuários de maconha foram historicamente constituídos pelos saberes e poderes que os tornaram objetos de discurso e de prática. Nesse sentido, ao dizerem “nós nos controlamos”, “somos capazes de vigiar e administrar a nós mesmos, ao nosso tipo de uso dos prazeres”, esses indivíduos estão dizendo “nós não somos como eles, não somos como aqueles que vocês descreveram como maconheiros”. E, precisamente nesse movimento, essa contraconduta marca sua característica de reiteração de uma ordem política, social e econômica e situa o foco de sua luta em uma ideia de um direito de ser outra coisa enquanto usuário de maconha. Não o enfrentamento ao preconceito, não o engajamento em uma luta de classes ou de raças, mas uma luta pontual, esquiva, lateral, uma luta por uma subjetividade que se quer desconectar de um processo histórico e conectar a outro quadro de inteligibilidade, outra posição nas relações de poder.

A questão central, então, para esses usuários de maconha que buscam a transformação de suas posições no interior das relações de poder em torno do uso dessa substância gira ao redor de se pensar como se conduzir a si mesmo como usuário, dada a sociedade em que se vive, nossa época e cultura e seus valores. Nesse sentido, mais do que buscar transformar radicalmente essa época, essa cultura e seus valores, trata-se de tentar transformar a si mesmo e, nesse processo, tornar possível a integração, a uma ordem dada, de uma prática estigmatizada por sua identificação a grupos sociais marginalizados. Para isso muitos desses usuários, pensando a si mesmos como ativistas cujo papel é sugerir aos outros usuários maneiras eficazes de dominar seus desejos e se tornar responsáveis por suas escolhas, assumindo a autonomia e o governo de si em todas as suas implicações e erigindo a si mesmos como modelos¹¹⁵ de autorregulação, formulam seus questionamentos e suas práticas ancorados em racionalidades políticas liberais e neoliberais cujos cálculos se dão em termos de equacionar da melhor forma possível, e com o mínimo de prejuízo ao indivíduo e à sociedade, liberdade e segurança. Como Foucault (2008a, p.89) aponta, o desafio dos liberalismos como tecnologias de governo consiste precisamente no desenvolvimento de formas de administração do jogo entre liberdade e segurança, evitando que um desequilíbrio entre interesses singulares ou particulares e os interesses da coletividade provoque o aumento do perigo, da instabilidade. Esta a economia do poder que organiza as reflexões e as práticas liberais e neoliberais de governo, seja dos outros, mediante, por exemplo, políticas públicas, seja de si mesmo, mediante a constituição de posturas autorreflexivas, de regimes de uso refletido de maconha. Tais autocontroles emergem, e este constitui um dos resultados centrais da presente investigação, justamente a partir de uma racionalidade que percebe como vital à consecução de seus interesses a produção de formas de autogoverno suscetíveis de impedir que o uso de maconha seja percebido pelos outros, pelo Estado, pela sociedade, como um perigo, quadro no qual a liberdade reivindicada implicaria em uma diminuição da segurança coletiva. Assim, é como sujeitos operadores de uma racionalidade de mercado, como consumidores e como gestores do jogo liberdade/segurança que esses usuários de maconha autorreflexivos compreendem a si mesmos e se tornam governáveis por si mesmos e pelos

¹¹⁵ Ao longo de toda esta tese ficou bastante evidente como esses usuários de maconha pesquisados buscam constituir modelos de conduta a serem adotados e seguidos pelo maior número possível de usuários. Deleuze (2007, p.214) apresenta uma reflexão que nos permite compreender perfeitamente o sentido dessa busca por modelos, ao mesmo tempo em que faz um alerta. Primeiramente, ele distingue maioria de minoria não pela quantidade, pelo número (pois “uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria”), mas pela fixação de modelos aos quais é preciso estar conforme. Tal fixação caracteriza uma maioria. Assim, para ele, “quando uma minoria cria para si modelos, é porque quer tornar-se majoritária, e sem dúvida isso é inevitável para sua sobrevivência ou salvação (por exemplo, ter um Estado, ser reconhecido, impor seus direitos). Mas sua potência provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender”.

outros, pelo Estado. Nessa governamentalidade, a guerra às drogas “em defesa da sociedade” se mantém no que concerne ao tráfico e à “ralé” que o pratica. Quanto à comunidade de usuários de maconha autorreflexivos, é em função do bom funcionamento de um mercado e da livre e segura inserção dos sujeitos como consumidores desse mercado que a luta se dá. Para tal, autocontrole e autocuidado emergem como os grandes imperativos que podem garantir a ambicionada homeostase entre a liberdade e a segurança individuais e coletiva requeridas: autonormalização (ou arte de si?) voltada à inclusão mercadológica como via de saída (de alguns...) dos horrores da guerra às drogas. Defender a sociedade sempre ameaçada pelas “classes perigosas” e garantir o acesso seguro a um mercado extremamente rentável deixado, hoje, nas mãos da criminalidade, este o projeto que emerge a partir da configuração de uma abordagem neoliberal da questão da maconha, tal como passível de ser visada a partir da análise de discursos postos em circulação na comunidade virtual tomada como paradigmática dessa racionalidade.

Nesse sentido, é como derivação das racionalidades e das tecnologias liberais de governo, constituídas desde principalmente o século XVIII, como um conjunto de discursos críticos às formas de gestão do Estado administrativo-policial, que esses indivíduos procuram governar a si mesmos. É o medo de representar um perigo à sociedade que mobiliza esses usuários a se tornarem ativistas, a procurarem intervir sobre o próprio comportamento e sobre os comportamentos de outros usuários a fim de conscientizá-los, educá-los, moralizá-los para que saibam ser usuários de maconha que não sejam, de alguma forma, vistos como perigosos à sociedade. Ou seja, trata-se de uma internalização dos estereótipos construídos desde a imersão de Rodrigues Dória e Francisco Iglésias nos rincões do Brasil e de sua apresentação de uma descrição dos “diambistas” que coincidia plenamente com as descrições de toda aquela parcela da população que, destituída de cidadania e de meios socioeconômicos, era vista como uma ameaça ao projeto de nação engendrado pelas elites políticas, econômicas e intelectuais nacionais. Deste modo, desviando das pautas mais tradicionais das lutas sociais em nosso país, trata-se, para esses usuários de maconha, de se diferenciarem da “ralé brasileira”, investindo numa transformação das condutas identificadas como próprias de usuários de maconha, sem uma aproximação refletida com os aspectos sociais, econômicos, étnicos e raciais que historicamente caracterizaram e forneceram os modelos para o estabelecimento dos discursos de verdade sobre a maconha, seus usos e usuários no Brasil.

Nesse quadro, os sujeitos estudados inventam uma forma contemporânea de liberdade ao assumirem a responsabilidade da autogestão. Cabe, contudo, ainda uma vez ressaltar que não se trata esta da liberdade dos iluministas, socialistas ou anarquistas, mas da forma pela

qual a liberdade se exerce a partir dessa forma, digamos, liberal de pensar e praticar a vida, sem esquecer, ao mesmo tempo, que os indivíduos não empregam a lógica econômica, calculista, a todos os seus campos de atuação. Assim, é na própria internalização do controle, tornado autocontrole, tornado prática refletida cujo objeto é o sujeito que conduz a si mesmo, que esses indivíduos vivenciam formas de liberdade. Ao mesmo tempo, ao mostrarem saber governar a si mesmos esses indivíduos assumem uma posição crítica aos regimes de verdade vigentes sobre as drogas e a maconha em particular. Trata-se, portanto, nesse processo de subjetivação, ao mesmo tempo, de uma adaptação desses sujeitos à configuração das relações de poder em nossa época e cultura (uma normalização) e de uma crítica aos modos de governo dominantes no que concerne ao uso de maconha. Uma reiteração de certas governamentalidades liberais e neoliberais e uma crítica radical transformadora da governamentalidade dominante, administrativa-policial, concernente ao uso de maconha.

Assim, o desejo por moderação e autocontrole constitui uma introjeção, um produto de inculcação e coação externa que incide sobre os sujeitos. Mas, ao mesmo tempo, controlar a si mesmo emerge das preocupações dos próprios sujeitos, na medida em que foi tornado demanda e objeto de preocupação deles mesmos a fim de melhorar suas relações com os outros e consigo mesmos, por um lado, e de fortalecer, estrategicamente, uma reivindicação política cuja forma, cujo quadro ou princípio de organização é apropriado de formas liberais de racionalidade e de prática política. Nesse sentido, esses sujeitos se utilizam de ferramentas, de formas de pensar e de agir disponíveis em seu tempo, em seu entorno, a fim de forjar uma experiência de si enquanto usuário de maconha que seja, comparada ao atual quadro de regulação das formas possíveis de obtenção da droga, um avanço. Governar a si mesmo como usuário de maconha surge como condição, ou melhor, como argumento sob a forma de “vida”. Daí a importância conferida às práticas autorreflexivas e de controle sobre quantidades e frequências de uso da substância.

A questão central para esse tipo de usuário de maconha se torna, então, o sujeito e a verdade de que é capaz, ou, dito de outro modo, o quanto ele pode fazer a verdade epistemológica do usuário-criminoso e do usuário-doente estilhaçar-se ao chocar-se com a verdade ética do sujeito usuário de maconha responsável, trabalhador, autocontrolado. E assim, o trabalho que se afigura, que se desvela diante do usuário de maconha autorreflexivo (e que este, ou muitos destes, compreendem como uma tarefa com a qual todo usuário de maconha deveria se comprometer) é o de determinar de que maneiras, mediante quais esforços e qual trabalho sobre si mesmo, mediante quais práticas, quais condutas concretas a serem constituídas em sua vida cotidiana o usuário poderá se vincular e estabelecer sua

relação com essa verdade. E o usuário que efetivamente consegue encontrar a medida da conduta que prova, que faz valer essa verdade destruidora da verdade objetivada nos discursos médicos-psiquiátricos e jurídicos-policiais, através precisamente dessa realização, desse encontro da vida diária que efetivamente ele leva com a verdade segundo a qual a vida do usuário de maconha não é a vida de um criminoso, de um doente, de um irresponsável, preguiçoso etc, enfim, esse usuário, precisamente, ao fazer isso, encontra a si mesmo ao fazer coincidir vida e verdade. O caminho para uma relação não-problemática com a droga se torna, então, uma ascese do sujeito, um trabalho de si sobre si que requer racionalidades e tecnologias bastante diferentes daquelas pelas quais as práticas de uso de drogas têm sido historicamente governadas em nosso país. Tal caminho requer o fomento de uma reflexão que reconhece, primeiramente, a força e o risco, mas também a importância do desejo e o valor da própria experiência da alteração de consciência. Em segundo lugar, tal caminho requer a constituição de uma relação que se desvincula da verdade do usuário-criminoso e da verdade do usuário-doente e se articula à verdade do usuário como um sujeito capaz de administrar seus estados de consciência sem prejuízo a si mesmo e aos outros, de forma autônoma e responsável, na formulação de uma ordem de uma economia dos prazeres que é garantida pelo autodomínio, pela autotutela (da mesma forma que ocorre com os apetites do sexo, da comida, das drogas lícitas, dentre tantos outros que mobilizam forças ativas na experiência humana).

Mas, tal estado de autocontrole e soberania sobre si, seus desejos e sobre a substância só pode ser efetivado a partir da constituição de um estado de permanente observação e questionamento de si mesmo como sujeito do desejo de alteração de consciência, estado este que conduz à constituição de uma relação com a maconha que se operacionaliza em termos de uma realização de uma verdade que se torna, no esforço diário para sua consecução, uma verdade de si mesmo. Daí a paixão, ou melhor, o modo como esses usuários de maconha estudados fazem da luta pela legalização da droga uma luta por si mesmos, o modo como se realizam nessa luta. Nesse sentido, os regimes refletidos de uso de maconha (e, mais do que isso, os regimes refletidos de vida) que esses usuários autorreflexivos buscam impor a si mesmos e sugerir aos outros constituem modos de criação de estilos de vida que racionalizam e valorizam a prática de usar maconha através da sua inserção em uma moral que se esboça em torno da procura do melhor ou do mais adequado uso a se dar à droga e ao prazer a ela associado. E é justamente através dessa inserção das práticas de uso de maconha em um campo moral, reflexivo e avaliativo orientado pelos valores entretecidos no interior da comunidade estudada que se instituem os autocontroles, os usos não abusivos, os quais se

fortalecem pela própria dinâmica mantida pelos usuários no sentido de valorizar a droga (o que jamais pode ocorrer a partir do olhar dos saberes médico-psiquiátricos e jurídico-policiais que sustentam as racionalidades e tecnologias voltadas ao governo das condutas de uso de drogas em nossa época e cultura) e inseri-la como elemento central na constituição de uma relação consigo mesmo e de um estilo de vida que passa pela racionalização dos desejos e pela busca de formas de autocontrole e de relações menos problemáticas com a maconha.

A responsabilidade da liberdade (e sua crítica)

Espero ter conseguido deixar claro o importante papel da comunidade no reforço da confiança em si mesmos dos indivíduos que dela participam. A comunidade permite o desenvolvimento de uma superfície de apoio ao usuário, quando este não a encontra em seus vínculos tradicionais da religião, da família, do trabalho. E, ponto importante na compreensão desse processo de autoconstituição desses sujeitos usuários de maconha autorreflexivos: os limites do prazer, ou seja, até que ponto o prazer se mantém prazer e não começa a se tornar vício, dependência, obsessão, limites que são estabelecidos pelo próprio sujeito. O poder de definir o que pode ser descrito como prazer constitui prerrogativa do indivíduo, que traz para si o poder de exercício do diagnóstico de sua própria situação, retirando-o do Estado, do médico, do juiz e fazendo do seu prazer algo que não pode ser codificado, cientificizado e governado sem sua própria participação em tais processos. Inserção, portanto, do próprio sujeito na economia dos prazeres. Daí a importância da responsabilidade como contrapeso que equaliza esse exercício de liberdade. A responsabilidade consigo mesmo e com os outros emerge, então, como elemento articulador que deve estabelecer umnexo entre a prática da moderação através de uma autodisciplina do desejo e o prazer como força, como elemento pensado como natural, impulso cujo governo tem sido central nas estratégias de poder contemporâneas, que induzem os indivíduos a uma relação compulsiva e consumista com seus prazeres. Daí a insistência dos usuários, como visto, na constituição de uma ética, de uma relação consigo calcada em um jogo de dominação-obediência no qual cabe ao sujeito ser senhor de si, de seu desejo, e submeter a vontade de prazer a formas de racionalização capazes de governá-la, garantindo, com isso, um bom desempenho em diversas outras esferas de sua vida, como a escola, o trabalho, as relações sociais e familiares etc. E garantindo, como explicitado, a manutenção do prazer psicoativo em patamares compatíveis com esses diversos desempenhos e relações que o indivíduo quer para si. Fazer do prazer um objeto do domínio de si e não do vício, este o grande desafio a que se propõem esses indivíduos.

Para tornarem a si mesmos capazes de realizar com êxito esse desafio, os usuários de maconha autorreflexivos procuram desenvolver suas capacidades para transformar a si mesmos, assumindo um modo de vida no qual o uso da droga é governado pelo próprio usuário¹¹⁶. Tal modo de vida se sustenta na constituição de uma relação do sujeito consigo mesmo, relação esta que assume a forma de uma contraconduta frente às prescrições dos poderes e dos saberes que configuram as tecnologias de dominação, fazendo do processo de transformação de si uma “armadura” que protege e habilita o sujeito ao enfrentamento com os outros, com as autoridades, com todos que buscam, pelos seus saberes, pelos seus discursos, suas verdades, em suma, seus poderes, fixá-lo à identidade de usuário de maconha criminoso, doente, inapto, derrotado etc. Essa relação consigo se constitui, como visto a partir do trabalho de Deleuze, como dobra do poder para dentro do indivíduo, o que constitui o “eu” como objeto para si, capacitando o indivíduo “para aplicar poder sobre si, com o objetivo de criar uma relação satisfatória consigo” (ORTEGA, 1999, p.24), o que configura a produção de um sujeito dotado da capacidade de transformação do poder, de apropriação, redirecionamento e reutilização do poder, fazendo dele, o poder, algo que se torna passível de controle por parte do sujeito (outrora apenas objeto) deste poder. Assim, a objetivação do usuário de maconha permite um exercício de poder sobre esses indivíduos. Tal exercício conforma relações sociais, modos de se relacionar com pessoas que utilizam maconha. Tais modos, ao serem internalizados pelos usuários, os tornam aptos a afetarem a si mesmos, conferindo a esse poder a forma do autogoverno e fazendo do governo dos outros o modelo para o governo de si através do qual o usuário de maconha pode vir a constituir a si mesmo pela transformação de técnicas de governo em técnicas de si. Entender o governo como um campo de relações móveis, transformáveis, reversíveis (FOUCAULT, 2014) implica em conceber a possibilidade de o sujeito realizar esse tipo de operação e reinvestir o poder sobre si mesmo, assumindo um relativo controle sobre como o poder o afeta. Deste modo, o poder que é exercido pelos outros (o Estado, a medicina, o direito penal etc.) sobre o usuário de maconha (poder que o disciplina, controla, governa), conduz esse sujeito em direção à abstinência, à culpa, à identidade criminosa-patológica, esse mesmo poder, essa disciplina, controle e governo, na medida em que pode, ao ser introjetado, ser tornado objeto de problematização, reflexão e técnica de existência, conduz esse sujeito em direção ao uso

¹¹⁶ É importante frisar, no entanto, que, da mesma forma como as tecnologias de dominação jamais efetivamente atingem seus objetivos (MILLER; ROSE, 2012), também as tecnologias de si não o fazem (ORTEGA, 1999), uma vez que os modos de vida desejados, idealizados, nunca podem ser alcançados ou sustentados plenamente o tempo todo, o que faz do trabalho sobre si uma obra permanente que requer atenção e cuidado constantes em busca da contínua superação de si na direção idealizada.

moderado, à fruição autorregulada do prazer, de modo que o sujeito não está livre do poder, não está fora do seu alcance e nem propriamente transformou significativamente seus modos de exercício. Ele tão somente redirecionou seus fins e fez da vigilância, da inspeção, enfim, do controle, meios, práticas cujo uso estratégico passou a se dar em outras direções, resultando em outras formas de subjetividades possíveis. Técnicas semelhantes, direções diferentes: o mesmo poder que constitui o indivíduo como seu objeto, na forma da sujeição, pode ser aplicado pelo indivíduo sobre si mesmo, na forma da autoconstituição (ORTEGA, 1999, p.39).

Essa forma de governo de si que os “maconheiros autorreflexivos” podem constituir significa, então, uma reflexão sobre os limites do governo dos outros, sobre até que ponto se pode agir sobre indivíduos usuários de substâncias psicoativas. Significa, ainda, uma prática refletida da liberdade enquanto responsabilidade, reflexão que se faz prática através da elaboração e da vivência de uma relação consigo e com os outros que se dá em relação e em choque com a atualidade, seus valores e seus regimes de verdade. As práticas de subjetivação em que esses sujeitos procuram governar a si mesmos e uns aos outros podem se fundamentar (mas jamais de modo definitivo, podendo alternar-se entre esses polos que vou indicar) tanto em um individualismo egoísta de tradição liberal, calcado exclusivamente no interesse próprio, quanto em uma contraconduta que recusa uma experiência de si como plena sujeição a saberes e poderes outros. Assim, é preciso compreender que a autonomia, em suas formas históricas de apresentação, não se reduz exclusivamente ao indivíduo movido por seu interesse particular, podendo assumir formas que são produtos da interação entre sujeitos que se enfrentam, que ensinam uns aos outros, que pensam juntos, que colaboram e compartilham. Essas práticas conjuntas, ainda que inicialmente movidas por interesses individuais, impactam os sujeitos, transformam suas relações consigo e com os outros, levando-os a, ao mesmo tempo, assumirem uma posição movida por uma vontade de condução de si mesmos e de crítica aos modos pelos quais se veem conduzidos pelos outros (pelos saberes médico-psiquiátricos, pelos poderes das instituições e das normas). E é precisamente nesse exercício refletido da liberdade como autogoverno, que tem lugar em espaços como o *Growroom*, de forma experimental, sem garantias, acontecendo, muitas vezes, enquanto se pensa estar fazendo outra coisa, que se recoloca o desafio àqueles que governam os usuários de drogas e aos usuários de drogas que governam a si mesmos: como se governa um sujeito livre? Como escreve Nunes (2012, p.291):

O exame de si do sujeito, a relação dinâmica e responsável que estabelece com os outros, bem como a sua posição crítica/corajosa ante os regimes de verdade constituem, ao fim e ao cabo, a luta ético-política por não ser excessivamente

governado pelas estruturas do poder. Não se trata (alertamos) de um projeto de libertação (definitiva) das relações de poder e de governo, mas de um desafio a ser vivenciado nas relações sociais e políticas como prática da liberdade (leia-se: como autogoverno). Como lembra o próprio Foucault, é preciso imaginar e construir o que poderemos ser para nos desembaraçarmos da dupla coação política, que é a individualização e a totalização simultâneas, promovidas pelas tecnologias do poder. Nessa perspectiva, a liberdade humana (e nela o trabalho intelectual) se constitui numa prática que está sempre por ser reinventada, sendo, também e sobretudo, um compromisso político e um imperativo ético decisivos para os nossos dias.

Mediante reflexão, problematização e prática (treino, exercício), emerge o sujeito não mais exclusivamente como objeto para o outro, mas também como objeto para si mesmo. E a comunidade, nesse processo, constitui um nexo entre esse trabalho individual de elaboração de si e o processo de subjetivação coletiva: ela conecta a forma com que o indivíduo opera sobre si com uma ideia de coletividade, de projeto, em suma, com uma *política*¹¹⁷, mas uma política específica que se exerce como ética, como relação consigo, pois, como espero ter evidenciado, o trabalho do usuário de maconha autorreflexivo sobre si, a moderação, o autocontrole, tudo isto assume um caráter político muito claro já que é a própria vida desse indivíduo que carrega em si um potencial de prova, de verdade que vai dar sustentação às reivindicações pela legalização do uso de maconha. Assim, a ética emerge como um método de ação política a partir da recusa de formas de subjetividade cujo processo histórico de objetivação em nosso país remonta ao começo do século XX, conforme desenvolvido no primeiro capítulo desta tese, e a partir da busca pela constituição de outras “subjetividades maconheiras”, formas estas cujos modelos serão buscados nas figuras do consumidor consciente, do sujeito moderado e socialmente responsável.

Através das relações comunitárias o usuário de maconha rompe o isolamento que impede a constituição autônoma de si, uma vez que através dela, da comunidade, como procurei mostrar, ele pode encontrar apoio emocional para empreender esse trabalho sobre si, bem como argumentos, verdades, formas de pensar e agir, de problematizar e praticar a si mesmo, elaborando cognitivamente essa relação consigo na medida em que se espelha no outro e vai aprendendo a gerir os riscos, os conflitos, as complexidades envolvidas nesse processo de constituição de si como usuário de maconha. Ao mesmo tempo, ao fazer isso, ao se utilizar do suporte comunitário para a constituição de si, ele mobiliza a si mesmo e se coloca ao serviço da comunidade, pois esse governo de si que aprende com os outros, que aprende com a comunidade, tem um sentido político que convoca, que interpela o usuário de maconha a conduzir-se de um modo que fortalece a comunidade e suas demandas políticas.

¹¹⁷ E aqui é importante deixar claro que essa política deve ser entendida estritamente “como recusa das formas impostas de subjetividade”, ou seja, “como atitude crítica” (ORTEGA, 1999, p.40).

Assim, ao moderar seu consumo, ao desenvolver práticas ativistas, ao cultivar sua própria maconha, o usuário, no próprio exercício de conduzir-se, fortalece a comunidade. E é justamente esse poder da comunidade, essa capacidade que ela tem de “penetrar” o indivíduo, produzindo-o como subjetividade, que faz dela um alvo central quando se busca exercer o poder (MILLER; ROSE, 2012), controlar as condutas de indivíduos e populações. Centralidade, portanto, da comunidade, seja para a multiplicação da eficácia de práticas de dominação, seja para a configuração de práticas de liberdade: a comunidade constitui um nexo que articula singularidade e coletividade, ética e política, fomentando a produção de sujeitos.

Ao longo deste trabalho um aspecto importante constituiu a identificação do componente de liberdade intrínseco à própria relação de poder a que o usuário de maconha foi sujeito. Se a liberdade é inerente ao exercício do poder, cabe aceitar o desafio de Foucault (1995) e buscar descrever suas formas, suas possibilidades, ainda que estreitas, procurando retirar o foco exclusivamente das tecnologias de dominação, das formas heterônomas de constituição do sujeito como objeto do governo pela verdade, do dispositivo das drogas, e procurando enxergar os sujeitos em suas margens possíveis de ação, pensando em suas existências para além do funcionamento do dispositivo. Deste modo, privilegiei e maximizei tudo aquilo que podia ser lido ou entrevisto como possibilidade de liberdade, ao mesmo tempo em que procuro evitar apresentar esses resultados da pesquisa dentro de uma moldura prescritiva ou que objetive “solucionar” a “questão das drogas” ou da maconha. Diferente disso, eu gostaria que este trabalho fosse lido como uma análise das problematizações e das práticas mediante as quais um pequeno recorte (talvez uma “elite”) do universo de usuários de maconha brasileiros contemporâneos procura governar a si mesmo e atuar politicamente.

O poder que os usuários de maconha autorreflexivos exercem sobre si mesmos é o mesmo poder que sobre eles é exercido pelo Estado, pela medicina, pelo direito penal etc. A comunidade de usuários de maconha e o próprio sujeito usuário governam a si mesmos de um modo análogo ao qual são governados pelos outros. No entanto, precisamente ao fazerem isso, ao internalizarem essa forma de exercício de poder e assumirem a função de aplicá-lo sobre si mesmos, eles deslocam pontos centrais da estratégia de governo de usuários de drogas racionalizada e praticada pelo Estado, seus especialistas e instituições, a começar pela lógica da proibição e da abstinência, a qual é substituída pela problematização moral antiproibicionista e pelo consumo moderado e voltado à redução dos danos e à valorização do prazer como finalidade legítima e que precisa ser mantida. Nesses deslocamentos, margens de liberdade podem ser estilizadas, pois a absoluta negatividade da proibição e da abstinência é

substituída por todo um campo de jogo e relatividade no qual o indivíduo deve aprender a se movimentar, assumindo a responsabilidade (posição de sujeito prescrita pela governamentalidade neoliberal) não pela gestão de sua própria abstinência, mas pela gestão do uso da droga. Daí minha decisão de nomear essa forma de elaboração de si como sujeito moral que identifiquei como operante no interior dessa comunidade virtual de usuários de maconha como a busca pela efetivação de um princípio de “responsabilidade da liberdade”, expressão que, acredito, caracteriza bem a natureza de uma contraconduta na medida em que se apropria de um valor central ao regime de poder dominante e faz derivar dele modos de vida que não são, a princípio, promovidos por esse mesmo regime. Além disso, penso que a “responsabilidade da liberdade” expressa uma junção de termos que carregam em si uma espécie de dicotomia o que, a meu ver, anuncia a relação agonística entre poder/dominação e liberdade, relação esta na qual cada um desses termos, ao invés de anular, incita a produção do outro. Nesse sentido, a forma que esses indivíduos têm encontrado para exercer uma liberdade é a sua vinculação a um regime de controle cuja definição e operação, no entanto, ao serem internalizadas, “passadas” para o próprio sujeito, assume uma feição autogestionária e torna possível um governo, um jogo de poder que se estabelece com uma menor quantidade de dominação e torna possível a elaboração de si enquanto usuário de maconha como um sujeito que experimenta sua vida, suas relações consigo e com os outros e sua experiência social como algo satisfatório e suscetível de inserir o prazer individual em uma rede de compromissos e de relações sociais. Escapa-se, deste modo, dos perigosos circuitos da loucura/patologia/doença mental e da delinquência, onde frequentemente são lançados os usuários de drogas. E a possibilidade desse escape se dá como uma esquivas aos jogos de verdade instituídos pelos discursos médico-psiquiátrico e jurídico-policial, bem como às suas técnicas de fixação de identidade, focando-se na busca por uma vinculação a um tipo de verdade que se estabelece na prática do ativismo, na pertença à comunidade e na adequação de sua relação consigo e de sua conduta individual a uma estratégia de luta coletiva. Não que o conhecimento científico seja negado, mas se procura uma desvinculação da fixação identitária de uma verdade científica, fundando-se o “eu” em uma prática política que lhe confere sentido, justificação e articula o uso do prazer psicoativo e os projetos pessoais de vida aos desígnios de uma coletividade cujo projeto político se faz ético mediante a demonstração, na conduta de todos e de cada um, de uma liberdade que se exerce como responsabilidade. Ao mesmo tempo, no entanto, em que essa prática de liberdade é assim constituída, ela sustenta o avanço das racionalidades liberais e neoliberais enquanto elementos de tecnologias de dominação que configuram, crescentemente, as práticas de governo dos mais variados aspectos da vida individual e social no mundo contemporâneo.

Jogar dentro dos jogos de poder com a mínima quantidade de dominação, questão central para a produção da liberdade, requer, conforme Foucault (2012j), a capacidade de estabelecer para si mesmo as técnicas de conduta, a moral e a prática a partir das quais são dadas as regras jurídicas. Penso ser exatamente isto o que se encontra em questão para esses usuários de maconha pesquisados. Seus esforços se dão no sentido de forjar e aplicar a si mesmos técnicas de regulação da conduta (abstinências temporárias, mentalizações de moderação, táticas de autocontrole etc) que obedecem a uma moralidade calcada em valores de redução de danos e responsabilidade, vislumbrando a possibilidade de, em um futuro próximo, as regras jurídicas serem transformadas e adequadas a essas formas de comportamento, evidenciando-se aos olhos da sociedade o modo pelo qual o autogoverno dos usuários de maconha torna contraproducente e absurdo todo o gasto financeiro e de poder representado pelo esforço de manutenção da perseguição penal aos usos da droga¹¹⁸. Trata-se, pois, de uma elaboração ética que está calcada em uma racionalidade econômico-política que tende a conduzir a reflexão sobre a maconha e sobre as práticas de governo dessa substância e de seus usuários de uma grade que busca analisá-las em termos da legitimidade ou ilegitimidade do uso para uma grade que funciona em termos do sucesso ou fracasso da ação governamental. A proibição, nesse quadro, simplesmente não funciona, uma vez que não impede de fato o acesso à substância e, ainda, em seu fracasso, acarreta um custo econômico pesado para a sociedade, que precisa financiar o aparato repressivo. As práticas de uso de maconha são conectadas, através da sua abordagem por parte desse pensamento de tipo econômico-político, a uma variedade de outras práticas (como regulamentações de mercado, cobrança de impostos, tarifas aduaneiras etc.), sendo inseridas em um regime de verdade que é o do liberalismo enquanto princípio de autolimitação da razão governamental. Tal limitação deve ser estabelecida em função dos próprios objetivos da governamentalidade, da razão de Estado em relação a qual o liberalismo constitui não uma negação, mas um aperfeiçoamento (FOUCAULT, 2008a). Nesse sentido, é em função de tornar o Estado mais rico, mais poderoso, que a governamentalidade se institui. E tornar o Estado mais rico e poderoso passa

¹¹⁸ Tal forma de pensar tem, inclusive, constituído proposições apresentadas em estudos acadêmicos que advogam pela aplicação de uma educação para o autogoverno como a melhor abordagem disponível para a consecução da prevenção ao uso de drogas nos espaços educativos, escolares ou não. Veja-se, por exemplo, neste sentido, o que aponta Israel-Pinto (2012, p.84), em sua dissertação intitulada “O uso de substâncias psicoativas: história, aprendizagem e autogoverno”: “um projeto de educação para o autogoverno coloca-se como alternativa à interferência do Estado na vida privada dos indivíduos (alegando solucionar todos os ‘problemas’ dos mesmos), uma vez que reconhece ser ineficaz a tentativa de erradicar (autoritariamente) uma prática que tem raízes na história pessoal e social de cada um. Nesse sentido, um ‘mundo sem drogas’ (tanto ilícitas quanto lícitas) deixaria de ser o objetivo principal e, ao contrário do discurso moralista e repressor (que identifica qualquer uso como patológico e tenta legitimar ser o usuário um problema social) é substituído pela proposta de autonomia/autogoverno”.

por tornar a população mais forte e produtiva. Ora, não coibindo, a proibição, o uso da substância, qual sua utilidade? Que os usuários tenham acesso a uma droga impura, de baixa qualidade, misturada pelos comerciantes ilícitos a outras matérias, tornando-se assim mais prejudicial à saúde de seus consumidores, em que isso é útil ao fortalecimento do Estado? Tais questões forçam a reflexão a encontrar essas utilidades em outros aspectos da manutenção do Estado de polícia, como a possibilidade que a ilegalidade da droga confere de intervir sobre as populações “perigosas”, os pobres e negros. Mais do que isso, e somada ao funcionamento das prisões como fábrica de delinquentes, a proibição da maconha e de outras drogas permite a constituição de “funcionários da delinquência” (FOUCAULT, 2012k, p.189-190), mão de obra barata e abundante para ser empregada em ilegalismos lucrativos, como o tráfico de drogas, que, na medida em que enriquece seus empresários, precisa, no entanto, levar à punição de alguém a fim de amainar a indignação da opinião pública, cujo insuflamento e asco às drogas garantem a ilegalidade e conseqüente lucratividade de tais produtos¹¹⁹. A seletividade da repressão aos usos de drogas, então, configura toda uma “gestão dos ilegalismos”, que se refere “não a uma gerência que prima por fazer cumprir a lei incondicionalmente, mas, sim, a uma forma de gestão diferencial em que pode haver maior ou menor tolerância no tocante ao descumprimento das leis, dependendo das variáveis que constituem o ato supostamente ilegal”, gestão esta perpassada por racismo e ódio de classe:

A operacionalização da gestão dos ilegalismos, portanto, é o que possibilita a efetivação da seletividade com que incide a repressão sobre os traficantes varejistas em comparação aos traficantes do atacado e os demais facilitadores do tráfico - de forma análoga à repressão incidente sobre a população pobre em relação às classes médias e altas acerca do uso ou posse de drogas. Sendo assim, tal gestão constitui uma importante função pragmática do *Racismo de Estado* (VIANNA; NEVES, 2011, p.36).

Assim, o foco da repressão sobre o varejo de drogas, e a espetacularização midiática dessas ações configuram elementos centrais na utilidade da manutenção de uma governamentalidade de Estado de polícia no que concerne à gestão das drogas: a atenção da opinião pública pode, deste modo, ser desviada daqueles que são os verdadeiros traficantes, os empresários da droga, “os que lidam com importação, exportação, o atacado e a lavagem de dinheiro”. Nesse sentido, tal como ocorre em relação aos usuários de drogas, também no que

¹¹⁹ Como escrevem Vianna e Neves (2011, p.36), “é neste panorama que a grande mídia compromete-se com a produção da imagem demonizada do traficante e do usuário através da superexposição e da super exploração de episódios de violência vinculados ao uso e tráfico de drogas – filhos que matam os pais sob uso de drogas, conflitos entre traficantes e policiais, inclusive ocasionando grande número de vítimas, muitas vezes, não diretamente envolvidas com o tráfico, etc. – produzindo na população sentimentos de indignação e medo que a leva a demandar políticas públicas extensivas de segurança e de punição (vide o apoio de parte significativa da população à política de ‘tolerância zero’, à criação de milícias, aos caveirões, além dos recentes debates sobre pena de morte e redução da maioridade penal).

concerne aos traficantes dessas substâncias “o alarde (...) é bastante seletivo, incidindo especialmente sobre sua parcela mais pobre” (VIANNA; NEVES, 2011, p.36).

No entanto, são concretos os limites que se colocam diante da estruturação de uma luta política (seja ela qual for) em torno da capacitação dos indivíduos para o autoaperfeiçoamento, o autocontrole e a assunção de responsabilidades. Tais limites podem ser analisados em pelo menos dois níveis, ambos articulados ao fato de que as formas de racionalidade pelas quais esses sujeitos usuários de maconha autorreflexivos procuram se tornar inteligíveis para si mesmos e para a sociedade (formas liberais e neoliberais), desconstruindo pela via ética o discurso de verdade que fixa a identidade do usuário de maconha como criminosa e patológica, naturalizam-se em suas práticas e os posicionam em um novo regime de verdade para o qual eles se encontram impossibilitados de oferecer uma crítica, uma vez que as formas pelas quais eles passam a reconhecer a si mesmos como sujeitos são reguladas por essas racionalidades. No primeiro nível de crítica, mais teórico, sigo Judith Butler (2015) quando sugere que a estruturação de modelos éticos sobre pressupostos de autocontrole e mestria de si como base da construção de autonomia é ilusória, além de ter consequências políticas desastrosas, uma vez que se mantém no interior da racionalidade liberal individualista calcada no “eu” como propriedade de si e na ideia de liberdade como controle do indivíduo sobre si mesmo. Diferentemente disso, para essa autora é preciso fundar a relação consigo na relação com o outro, no sentido de que somos em boa medida opacos a nós mesmos e de que grande parte do que desejamos e do que nos impulsiona são forças que não controlamos e nem temos como controlar, forças que advêm do outro e que precedem a constituição do “eu”. Seria preciso abandonar, então, uma ideia autárquica de autonomia em favor de uma ética da heteronomia sem sujeição, uma ética que reconhece o outro no si mesmo. Libertar-se, nesse sentido, passaria, antes de se libertar do outro e sua norma, por libertar-se da ideia de que um sujeito que se autodomina possa constituir uma possibilidade factível na qual ancorar a produção de subjetividade. Assim, mais do que pelo desejo de controle, é pela aceitação da nossa vulnerabilidade que passaria a possibilidade da nossa liberdade. Precisamente a consciência dessa opacidade, dessa impossibilidade da realização plena da condição de hipercontrole, é o que configura a capacidade de reconhecimento e aceitação dos outros: nesse tipo de formulação ética, aquele outro que não controla a si mesmo pode ser também reconhecido e aceito, uma vez que o si mesmo reconhece a sua própria incapacidade de pleno conhecimento e controle de si. Nessa linha, ao invés da exigência de autocontrole, o reconhecimento das circunstâncias do outro e a aceitação desse outro em sua fragilidade constituiriam o cimento a partir do qual uma ética

pós-neoliberal do uso de maconha poderia encontrar suas condições de emergência. Mas, e aí adentramos no segundo nível da presente crítica, que é na verdade um aprofundamento do *insight* teórico que Butler nos fornece, os referidos limites de alcance de uma luta política a partir de uma via ética em um ambiente neoliberal assentam, ou melhor, se efetivam através de um possível desconhecimento acerca das formas pelas quais se dá, no Brasil, o processo de legitimação das desigualdades econômicas e sociais.

Tal desconhecimento abre a possibilidade de que uma luta por libertação possa se constituir como mais um capítulo do jogo de dominação do qual se pretendia libertar-se. Como alerta o sociólogo Jessé Souza, em seu monumental “A Ralé Brasileira: quem é e como vive” (2009), a abordagem de problemas políticos e sociais a partir de racionalidades liberais caracterizadas pela configuração das problemáticas de campos diversos em termos de cálculos econômicos, fazendo da forma-mercado a instância e a lógica resolutivas dos mais diversos tipos de questões, tem por efeito uma eternização de privilégios e uma invisibilização dos “conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros” (SOUZA, 2009, p.17). Tal desigualdade (privilégios de um lado, sofrimento e humilhação de outro) já se encontra estabelecida em nossa sociedade no que concerne ao tratamento dado aos indivíduos envolvidos com drogas, os quais, na prática jurídica, são distinguidos entre usuários (passíveis de sofrer penas de advertência, frequência obrigatória a cursos educativos e prestação de serviços comunitários) e traficantes (que podem ser condenados a até 15 anos de prisão em regime fechado, uma vez que tal crime foi tipificado como “hediondo” em nosso país).

As estratégias que venho analisando nesta tese, e que se apresentam como base da luta política desses usuários de maconha autorreflexivos, se constituem no interior dessa forma de conceber as questões políticas e sociais, tendendo, portanto, a reiterar privilégios e esconder sofrimentos: as profundas conexões entre a ilegalidade das drogas e as formas como são combatidas e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas no Brasil não são consistentemente tematizadas no fórum estudado. Consequentemente, a questão das drogas é configurada, como venho indicando ao longo deste trabalho, como uma questão de governo, residindo o problema em que o Estado pratica um mau governo dessas substâncias e de seus usuários, cabendo a estes a produção de uma resposta em termos de uma demonstração de um bom governo de si. Toda a problemática social das drogas reduz-se, assim, a uma questão de gerência, de como o Estado deve conduzir os usuários e, principalmente, de como estes devem conduzir a si mesmos a fim de mostrar à sociedade a governamentalidade correta.

Estruturar uma luta política em condutas individuais marcadas por autocontrole, autodisciplina e responsabilidade pessoal e social, supostos como comportamentos racionais e calculados cuja consecução seria constitutiva do ser humano, podendo, portanto, ser aprendida igualmente por qualquer indivíduo, pode se revelar, em algum momento, uma armadilha. Tal racionalidade abstrai os indivíduos de seu contexto social e, ao fazer isso, encobre conflitos profundos e fundamentais da sociedade brasileira, ignorando as condições sociais que tornam possível o reconhecimento dessas habilidades e da maestria no manejo das técnicas de si. Deste modo, ainda que seja possível a um indivíduo cujas características o indexam às ditas “classes perigosas” realizar tal sorte de operações sobre si mesmo, a simples e dura realidade de sua indexação, no contexto histórico de funcionamento do racismo estrutural brasileiro, impediria o seu reconhecimento como “capaz” e “competente”, reduzindo-se suas possibilidades de contraconduta e escape às tecnologias de dominação construídas para o controle de usuários de maconha. Assim, é preciso situar as técnicas de si no mundo social, percebendo-as como ferramentas de (auto) inscrição dos sujeitos em estilos de vida característicos de determinadas classes¹²⁰. O sujeito idealizado no *Growroom*, então, constitui, em grande medida, uma projeção das subjetividades modernas de classe média, subjetividades que se constituem mediante a transmissão afetiva, invisível e imperceptível, que se dá no espaço privado (no interior da casa burguesa) das capacidades de autocontrole, autodisciplina e assunção de um senso particular de responsabilidade: “desse modo, as noções de disciplina e de autorresponsabilidade podem ser incorporadas de modo invisível, cada dia um pouquinho e acompanhando o desenvolvimento da criança, não apenas como uma violência de fora para dentro, mas também como ‘atos de amor cotidianos’” (SOUZA, 2009, p.405). Tais disposições, aprendidas “ao natural” no ambiente familiar, sob as formas de “amor” e “cuidado”, e por imitação¹²¹ aos hábitos familiares, constituem, seja na

¹²⁰ “Classe” é entendida, aqui, seguindo sugestão de Souza (2009, p.45), não apenas como marcador do acesso a uma dada renda, mas principalmente como “fonte de todas as heranças simbólicas, valorativas, morais e existenciais que se passam de pais a filhos por laços de afeto”. Assim, “o que os pais, ou figuras que os substituem, transmitem aos filhos, quer tenham consciência disso ou não, é toda uma visão de mundo e de ‘ser gente’ que é peculiar à classe a que pertencem. O que a classe média ensina aos filhos é comer nas horas certas, estudar e fazer os deveres de casa, arrumar o quarto, evitar que os conflitos com amigos cheguem às vias de fato, chegar em casa na hora certa, evitar formas de sexualidade prematuras, saber se portar em ambientes sociais etc. As famílias da classe média ensinam, portanto, os ‘valores’ de uma dada ‘classe’, que são os valores da autodisciplina, do autocontrole, do pensamento prospectivo, do respeito ao espaço alheio etc. Que esse aprendizado seja ‘esquecido’ ou não tematizado deve-se ao fato de que ele é transmitido afetiva e silenciosamente no refúgio dos lares. O aprendizado familiar é afetivo, ele só existe porque existe também a dependência e a identificação emotiva e incondicional dos filhos em relação aos pais”.

¹²¹ Souza (2009, p.413) descreve como essas disposições comportamentais de classe são aprendidas, o modo como capacidades pensadas como “naturais” do ser humano são efetivamente aprendidas. Segundo ele, se é comum nas classes inferiores, na “ralé”, exortações à importância do estudo e da escola, nas classes médias a criança enxerga no próprio comportamento de seus pais o que é a concentração, quando os vê, por exemplo,

escola, no mercado de trabalho ou em uma comunidade virtual, pressupostos ao que se trata, nesses locais, de aprender. Tais pressupostos, sua gênese e formas de aquisição não são problematizados, pois são pensados como capacidades naturais, uma vez que seus processos de aquisição, ocorridos nos ambientes familiares, se dão de modos automatizados, sem consciência explícita de sua ocorrência. Tais pressupostos, ainda, como Jessé Souza nos mostra, são universalizados a partir das classes alta e média, para todas as classes inferiores, “como se as condições de vida dessas classes fossem as mesmas” (SOUZA, 2009, p.20). Deste modo,

como a classe média, a principal classe “suporte” dos valores dominantes — que é também a classe da maioria dos intelectuais, jornalistas, políticos, juízes etc., tende a generalizar para todas as outras classes sua própria experiência do mundo, cria-se a figura fictícia da sociedade como composta por um conjunto de *homo economicus* com as mesmas disposições para o comportamento prático. Assim, as capacidades da disciplina, do autocontrole, do cálculo prospectivo que permitem a ideia e a prática da noção de personalidade autorresponsável e racional, que são na realidade as causas sociais da posição dominante das classes média e alta, são simplesmente “supostas” como características universais de todas as classes sociais (SOUZA, 2009, p.404).

Um dos principais efeitos desse processo de naturalização das disposições comportamentais da classe média como disposições comportamentais do gênero humano é o desenvolvimento de uma capacidade de solidariedade que se restringe aos destinos e tragédias dos indivíduos pertencentes a “nossa” própria classe, processo de identificação que Souza refere como absolutamente “afetivo” e não-racional.

Esse esquecimento da gênese da desigualdade social, de como se dá o processo de socialização familiar, processo no qual se desenvolvem essas habilidades e disposições, é precisamente o que permite focar sobre o indivíduo uma expectativa acerca de seu mérito, de sua capacidade de demonstrar excelência na direção de suas condutas. O sucesso nessa autorregulação pode, assim, ser vivenciado não como fruto de um privilégio socioeconômico, mas como mérito individual e, da mesma forma, exigido de qualquer indivíduo, uma vez que a aquisição das habilidades necessárias é desconectada dos contextos sociais nos quais tal aquisição é normalmente possibilitada e, naturalizada, passa a demarcar distinções e prestígios individuais e grupais.

lendo o jornal, ou livros; aprende a disciplinar suas pulsões (“não coma tanto chocolate”; “veja menos TV”; “é hora de dormir”; “é hora de estudar”) cotidianamente, uma vez que o controle das inclinações naturais, da vontade de prazer, constitui o cerne da educação familiar burguesa. Afinal, como escreve o autor, nessa cultura de classe, “só pode calcular, planificar e ser ‘racional’ quem pode controlar o corpo e suas pulsões e necessidades imediatas. Não existe futuro para quem é escravo de suas necessidades e inclinações naturais imediatas” (SOUZA, 2009, p.415).

Jessé Souza enfatiza, ainda, que no processo de modernização brasileiro uma enorme parcela da população do país se constitui não só de modo diferencial em relação à apropriação dessas habilidades, dessas capacidades (que o autor refere como capitais culturais e econômicos), mas como “desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação” (SOUZA, 2009, p.21). Esse conjunto de indivíduos, apesar de extremamente numeroso em nosso país (Souza fala em algo como um terço da população brasileira), só é percebido nos debates públicos como indivíduos carentes ou perigosos, sendo tematizados como parte de problemas analisados sob rubricas como “segurança pública” e “violência”, além de problemas associados ao fracasso da escola e da saúde públicas. Eu acrescentaria “drogas” a esse conjunto de rubricas que são colocadas como etiquetas dos debates públicos, etiquetas estas que são coladas “por cima” do problema de base, o qual não se quer enfrentar: a gênese e a reprodução das desigualdades no Brasil, ou melhor, “a produção de indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social desde seu ‘nascimento’” (SOUZA, 2009, p.22).

Deste modo, ao não romperem com a naturalização da artificial produção de indivíduos racionais e calculadores, ignorando a gênese social das diferenças individuais, as estratégias de luta construídas por esses ativistas pela legalização da maconha encontram seus limites de expansão e consecução, ao mesmo tempo em que instituem no interior da comunidade formas de distinção e hierarquização moral meritocrática que dificultam a transformação desse movimento cultural em um movimento de massas (ainda que as classes populares sejam grandes consumidoras de maconha e, constituindo as maiores vítimas do proibicionismo vigente, seriam em tese as principais interessadas no enfrentamento a esse paradigma). Essa comunidade, então, ao mesmo tempo em que configura um espaço de liberdade àqueles que, por suas origens sociais, dispõem dos recursos e capacidades valorizadas (autocontrole, autodisciplina, capacidade de pensamento prospectivo etc.), incentivando, orientando, fomentando, nesses indivíduos, as artes de si, o cuidado, o conhecimento e a atenção necessária consigo mesmo para elaborar e praticar técnicas de si, constituindo-se como sujeito autônomo mediante a prática ascética, legitima práticas históricas de dominação operantes no Brasil há séculos para a produção de desigualdade de condições, práticas estas que jamais tematizam as condições sociais que asseguram a reprodução de privilégios de classe. Nas palavras de Jessé Souza,

disciplina, capacidade de concentração, pensamento prospectivo (que enseja o cálculo e a percepção da vida como um afazer “racional”) são capacidades e habilidades da classe média e alta que possibilitam primeiro o sucesso escolar de seus filhos e depois o sucesso deles no mercado de trabalho. O que vai ser chamado de “mérito individual” mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não

é um milagre que “cai do céu”, mas é produzido por heranças afetivas de “culturas de classe” distintas, passadas de pais para filhos. A ignorância, ingênua ou dolosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la (SOUZA, 2009, p.23).

A fruição autorregulada do prazer psicoativo, então, princípio e valor que estrutura a relação consigo propugnada pelo usuário de maconha autorreflexivo constitui uma possibilidade que não está colocada diante de todo usuário dessa droga. As capacidades necessárias para a contenção do hedonismo, sem a privação total do prazer, mediante a elaboração de limites, constituem produto de um tipo de experiência individual que só é possível a partir de determinada condição social. Condicionantes socioeconômicos, portanto, para a livre elaboração de si. Nesse sentido, e seguindo a reflexão de Judith Butler (2015) em torno da filosofia moral de Theodor Adorno, uma proposição ética que não leva em conta as condições sociais sob as quais seus preceitos devem se erigir em formas de conduta, em modo de vida, constitui uma “violência ética”, uma vez que as moralidades não são formas que independem dos contextos nos quais se pretende que sejam apropriadas como prática de vida. A responsabilidade da liberdade, então, como preceito ético que identifiquei em elaboração nesse universo particular de usuários de maconha aqui estudados, e que no contexto desses usuários se constitui como forma de liberdade em sua acepção contemporânea, ou seja, como liberdade que se produz e se torna prática de vida mediante o exercício de autocontrole, no contexto da maior parte da população brasileira constitui elemento extrínseco, sem realidade substancial. Consolida-se, portanto, nesse contexto mais amplo, como “norma ética que não oferece um modo de vida, ou que se revela, dentro das condições sociais existentes, como impossível de ser apropriada”, devendo tornar-se objeto de “revisão crítica” (BUTLER, 2015, p.16). E, precisamente, como complementa Judith Butler, ao ignorar as condições sociais enquanto condições de apropriação de preceitos como práticas de vida, assume um caráter de violência. Nesse sentido, a violência histórica de que são objeto os usuários de maconha segue seu exercício, agora por parte de parcelas dos próprios usuários e sob uma forma ética.

A luta pela legalização da maconha, tal como configurada no interior da comunidade virtual aqui estudada, reproduz esse quadro ao exigir de seus ativistas capacidades e habilidades que somente estão disponíveis àqueles provenientes das camadas médias e altas da sociedade brasileira, de modo que o que se transporta para o interior desse movimento cultural, para utilizar uma expressão tão “fora de moda”, é a velha “luta de classes”, que se reproduz de forma insidiosa e sem que os envolvidos disso se deem conta. Naturaliza-se, assim, também no interior desse movimento, dessa luta social por formas de subjetividade não-patológicas e não-criminosas, as formas de produção de desigualdade que caracterizam o

processo de modernização brasileiro. Perversa e inconscientemente, tal processo aproxima de forma inesperada esses ativistas contemporâneos pela legalização da maconha dos médicos, psiquiatras, juristas, cientistas e administradores públicos que, do início até meados do século passado, tanto se comprometeram e batalharam pela proibição do uso de maconha e pela objetivação dos usuários dessa droga (oriundos, à época, quase que exclusivamente daqueles estratos sociais aos quais Jessé Souza se refere como “a ralé brasileira”) como doentes e como delinquentes. De certa forma trágica, a resistência reproduz a dominação e nesse novo contexto, de formas diversas, com outros discursos e outras práticas, um mesmo velho poder se faz exercer. Tal reprodução se dá, precisamente, pelo fato de que a disciplina e o autocontrole constituem “os imperativos para que mercado e Estado se reproduzam em escala ampliada”, de modo que “obedecemos a tais imperativos porque todos nós queremos bons salários e prestígio social, que são bens e recursos monopolizados por Estado e mercado” (SOUZA, 2009, p.108). Nesse sentido, as contracondutas aqui analisadas constituem, como venho argumentando, ao mesmo tempo, contestações e reiteraões da ordem política, econômica e social vigente, uma vez que todo esse governo de si construído no âmbito da comunidade virtual analisada busca compatibilizar as necessidades de usuários de maconha de classes médias com as necessidades do Estado e do mercado. Daí a importância de ser produtivo, competente, bem-sucedido. Como escreve Jessé Souza, “mercado e Estado ‘criam’, no sentido forte desse termo, um certo tipo de indivíduo e de comportamento individual e condenam todas as outras formas possíveis ao esquecimento e ao estigma social da pré-modernidade, do delinquente e do marginalizado” (SOUZA, 2009, p.108-109). Disciplina e autocontrole, então, são “virtudes” tanto para Rodrigues Dória, Francisco Iglésias e os demais médicos e psiquiatras do começo do século passado, quanto para os ativistas do *Growroom*, em nosso século, ainda que essas virtudes e as práticas por meio das quais se busca efetivá-las estejam conectadas no interior de estratégias e desígnios políticos profundamente diferentes no que concerne ao estatuto legal da maconha em nossa sociedade. E isso porque na modernidade ocidental, como aponta Souza, referenciando autores como Max Weber e Charles Taylor, é por intermédio do trabalho útil e da expressão individual que os sujeitos são constituídos e se legitimam perante si mesmos e perante os outros. Ora, no processo de subjetivação aqui estudado, é exatamente como trabalhador e, ao mesmo tempo, como indivíduo que expressa genuinamente seu sentimento, seu “eu”, que os usuários de maconha autorreflexivos buscam se constituir e se diferenciar. Atente-se, no entanto para o seguinte: “o fato de os princípios da dignidade do trabalho e da vivência expressiva da própria vida terem sido construção histórica e resultado de processos de aprendizado coletivo peculiares ao Ocidente não significa que todos os indivíduos tenham igualmente acesso a eles

ou que sequer tenham qualquer forma de acesso real e não apenas ‘comprado’ ou fantasiado (SOUZA, 2009, p.396-397). Tais diferenciais de acesso é o que legitimam as distinções sociais, naturalizando-as como diferenciais de mérito ou capacidades individuais. É, assim, como reprodutora da legitimação perante si e perante os outros com base em trabalho útil e expressividade individual que a comunidade analisada torna possível a manutenção, em seu interior, de formas de distinção e privilégio, reduzindo seu potencial de subversão de formas históricas de dominação. Daí que aqueles tornados incapazes de se distinguirem, de constituírem a si mesmos mediante técnicas de autocontrole, disciplina, moderação, prospecção, todas habilidades concernentes ao desenvolvimento individual no contexto propiciado por condições socioeconômicas mais vantajosas, não podem encontrar nessa comunidade, em seu projeto político e sua elaboração ética, o seu lugar. De modo inconsciente, automatizado, reproduz-se a exclusão dos marginalizados e se cria um corte entre usuários de maconha que serão valorizados em sua individualidade, como individualidade, a partir, entretanto, de critérios socioeconômicos que são mantidos sem problematização e enfrentamento.

A comunidade, então, reproduz as formas de subjetivação priorizadas pelo Estado e pelo mercado, extraindo, delas, distinção e prestígio (ativistas, cultivadores para consumo próprio e consumidores moderados e autocontrolados evidenciam as subjetividades produzidas nesse movimento). Autocontrole, disciplina e responsabilidade são incorporados pela comunidade. Modelos psicossociais para a consecução moderna do trabalho produtivo e da cidadania política, eles configuram marcos éticos da comunidade analisada. Se tais caracteres legitimaram e legitimam indivíduos como trabalhadores e como cidadãos no interior da economia moral do nosso tempo e da nossa tradição cultural, por que não fariam o mesmo com usuários de maconha? Observemos o que escreve Jessé Souza:

O que confere “valor” e “respeito” aos seres humanos? Se levarmos a sério as duas fontes de valor moral abertas pelo mundo moderno, veremos que “cidadão”, com direitos respeitados por todos, será apenas o sujeito definido como “agente racional”. O controle do corpo e suas pulsões é o pressuposto dessa “racionalidade”, na medida em que apenas o indivíduo disciplinado, plástico, autocontrolado e que se define pelo futuro e não pelo presente é que pode (...) “gerir” a sua vida e desempenhar as funções de produtor útil e cidadão (SOUZA, 2009, p.402).

Se, evidentemente, não foi o movimento canábico que “inventou” essa forma de qualificar os indivíduos e nem tem ele qualquer obrigação revolucionária necessária, ao estruturar sua ação estratégica a partir dessa forma de essencialização individual, ele restringe seu “público” aos estratos sociais no interior dos quais as disposições comportamentais do autocontrole, da disciplina e da responsabilidade constituem possibilidades mais concretas. Além disso, seria a luta contra a dominação de usuários de maconha passível de ser lutada

sem o enfrentamento de outras formas de dominação historicamente tão imbricadas com essa, como o são a dominação racial e socioeconômica, sendo a própria proibição da maconha um efeito do poder que se exerceu e segue sendo exercido sobre pobres e negros?

Diante de todas essas considerações feitas nas últimas páginas, penso que o grande desafio que se coloca ao movimento dos usuários de maconha seria a invenção de modos de vida que possam ser compartilhados e reivindicados por indivíduos de diferentes classes sociais, vinculações profissionais, culturas, idades, status e posição social, estabelecendo, entre essa multiplicidade, relações intensas, mas não prescritivas, nas quais as relações de poder, as desigualdades e hierarquias, ainda que inescapavelmente presentes, não se sobreponham ao indivíduo como construtor último da sua própria ética, da sua própria forma de relação consigo. Imagino que só assim esse movimento poderia se constituir, efetivamente, como ameaça a uma ordem social dada, ao dissolver, ao menos no âmbito e no contexto de sua atuação, as diferenças de classe e status sociais e de níveis educacionais, e ao fazer do uso de maconha como componente de um modo de vida um elemento aglutinador de forças sociais normalmente antagônicas ou incomunicáveis. A produção de outros estados de consciência, induzidos pelo consumo de uma substância psicoativa constitui, por si só, um enfrentamento à ordem dominante, calcada, por um lado, em uma sobriedade produtivista e obediente. Ainda mais se considerarmos que tal ordem prescreve, por outro lado, no caso do consumo, seja de drogas, seja de quaisquer mercadorias, relações normalizadas na contemporaneidade sob as formas do excesso, da dependência, do consumo acrítico, compulsivo e desenfreado, de modo que a cultura contemporânea do consumo projeta um ideal de felicidade “num pacote de desejos que possam ser satisfeitos no presente”, objetivando “abolir o adiamento da satisfação” (VALENÇA, 2005, p.33). Diante disso, há nos processos de subjetivação que se operam no *Growroom* uma marca de resistência, uma vez que nessa comunidade são incentivadas outras formas de relação com a droga, marcadas por moderação, reflexão crítica e um ativismo voltado ao combate ao comércio violento de drogas e voltado à inserção da produção de maconha em um circuito privativo, não-comercial, não-lucrativo e destinado à produção de subsistência, de autossustento individual. Entretanto, se “vivemos em um mundo onde as instituições sociais têm contribuído para limitar o número possível de relacionamentos”, e isso porque “uma sociedade que permitisse o crescimento das relações possíveis seria mais difícil de administrar e de controlar” (ORTEGA, 1999, p.170), a potência de comunidades como o *Growroom* poderia ir além e residir justamente na capacidade de engendrar modos de vida alternativos, investindo na invenção de relacionamentos não prescritos e não inseridos nas lógicas da família, da escola, da religião

etc, de modo a produzir igualdade (rompendo com as hierarquizações produzidas no interior dessas lógicas), garantindo, ao mesmo tempo, a possibilidade dos processos de singularização mediante os quais os indivíduos podem constituir a si mesmos. Nesse sentido, o desenvolvimento histórico das problematizações dos usuários de maconha teria na autossuperação e na elaboração de si um momento inicial para uma futura colocação em uma dimensão coletiva mais ampla, para além mesmo da luta pela legalização da maconha. Tais desenvolvimentos e reflexões, contudo, escapam aos limites desta pesquisa e constituem uma trama que concerne somente ao movimento cultural dos ativistas da maconha desenredar, ou não.

Penso, enfim, que a responsabilidade da liberdade emerge como um modo e um princípio de constituição de novas subjetividades para alguns indivíduos usuários de maconha do nosso tempo e de certos estratos socioeconômicos, possibilitando a abertura de mais fissuras no edifício da dominação dos usos do próprio corpo e dos prazeres. Assim, no processo de crítica e enfrentamento à governamentalidade do Estado de polícia, racionalidades e tecnologias liberais e neoliberais estruturam as contracondutas dos usuários de maconha aqui estudados. Entendo, entretanto, que por mais que as formas de pensar que estruturam a relação consigo elaborada por esses usuários de maconha estudados encontrem nas racionalidades políticas liberais e neoliberais o seu ponto principal de ancoragem, elas carregam em si, sobretudo, um componente anárquico de libertação do Estado e das formas de sujeição por ele promovidas, componente este que pode vir a configurar, quem sabe, o ponto de ancoragem a partir do qual uma ética pós-neoliberal do uso de maconha poderia encontrar suas condições de emergência.

FONTES CONSULTADAS

- BARBOSA, Oscar. O Vício da Diamba. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional, 1958, pp.29-44.
- CESAR, Nestor. Os Males da Maconha. **Revista Médica de Pernambuco**. Recife, n.15, pp.221-228, 1945.
- CIULLA, Luiz. Intoxicados pela Maconha em Porto Alegre. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional, 1958, pp.377-381.
- COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. **Relatório**, 2011. Disponível em: http://www.globalcommissionondrugs.org/wp-content/themes/gcdp_v1/pdf/Global_Commission_Report_Portuguese.pdf. Acessado em 9 de novembro de 2012.
- DÓRIA, Rodrigues. Os Fumadores de Maconha: efeitos e males do vício. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional, 1958, pp.1-14.
- FARIAS, R. Cordeiro de. Uso da Maconha (Cannabis Sativa L) no Brasil: medidas de repressão sanitária e policial. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional, 1958, pp.295-306.
- GROWROOM. Disponível em: www.growroom.net. Acesso em: 1º de novembro de 2012.
- GROWROOM. **Fórum**. Disponível em: <http://www.growroom.net/board/>. Acesso em: 1º de novembro de 2012).
- GROWROOM. **Quem Somos**. Disponível em: <http://www.Growroom.net/quem-somos/>. Acesso em: 1º de novembro de 2012).
- IGLÉSIAS, Francisco de A. Sobre o Vício da Diamba. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional; 1958, pp. 15-23.
- LUCENA, José. Dados psicotécnicos sobre um pequeno grupo de fumadores de maconha. **Neurobiologia**. Recife, v.2, tomo XI, pp.81-130, 1948.
- LUCENA, José. Súmula dos Estudos Brasileiros sobre as Alterações Mentais no Maconhismo Agudo e Crônico. **Neurobiologia**. Recife, v.21, pp.14-26, 1958.
- LUCENA, José. Canabismo e Reações Delituosas. **Revista Anais da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, v.28-29, 1968-1969, pp.129-152.
- MAMEDE, Eduardo B. Maconha: ópio do pobre. **Neurobiologia**. Recife, vol.8, 1945, pp.71-93.
- MARCHA DA MACONHA. Disponível em: marchadamaconha.org. Acesso em: 16 de novembro de 2012.

MENDONÇA, João. Os Perigos Sociais da Maconha. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional; 1958, pp.99-103.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional; 1958.

MOTA, João. Maconha. **Revista do Centro de Estudos do Departamento de Saúde do Ceará**. Fortaleza, v.1, 1955, pp.5-15.

NEVES-MANTA, I.L. As Toxicomanias. **Anais Científicos**. São Paulo, pp.5-17, 1946.

NEVES-MANTA, I. L. Razão Psicopatógena da Toxicomania. **Boletim da Academia Nacional de Medicina**. Rio de Janeiro, v. 128, pp.260-265, 1956.

ONU/UNODC. **Relatório Mundial de Drogas, 2015**. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf. Acessado em 28 de outubro de 2015.

PARREIRAS, Décio. Canabismo ou Maconhismo (Estudos Brasileiros). In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional; 1958, pp.243-281.

PARREIRAS, Décio. O Problema Internacional do Canabismo. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional; 1958, pp.385-386.

PERNAMBUCO FILHO, Pedro. A Maconha sob o Ponto de Vista Psiquiátrico. **Arquivos do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho**. Rio de Janeiro, v.27, pp.59-66, 1961.

RIBAS, Benoni L; VIANNA, Nelson L. O Uso de Entorpecentes no Brasil. **Medicina, Cirurgia, Farmácia**. Rio de Janeiro, n.243, pp.308-315, 1956.

ROCHA, Irabussú. Prefácio (2ª Edição). In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional; 1958.

ROSADO, Pedro. O Vício da Liamba no Estado do Pará: uma toxicose que ressurgiu entre nós. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional; 1958, pp.85-90.

ROSADO, Pedro. Estudo dos Distúrbios Nervosos Produzidos pelo Uso da Maconha. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Serviço Nacional de Educação Sanitária, Brasília (DF): Imprensa Nacional; 1958, pp.307-370.

REFERÊNCIAS

ADIALA, Júlio César. **Drogas, Medicina e Civilização na Primeira República**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, 2011. Tese de Doutorado.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação. **O Que nos Faz Pensar**. Rio de Janeiro, v. 31, 2012. pp. 113-130.
- CARLINI, Elisaldo. Pesquisas com a maconha no Brasil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.32, supl.1, pp.53-54, maio, 2010.
- CARNEIRO, Henrique. Autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. In: LABATE, Beatriz C.; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). **Drogas e Cultura: novas perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2008, pp.65-90.
- CARNEIRO, Henrique. **Bebida, abstinência e temperança na história antiga e moderna**. São Paulo: Editora SENAC, 2010.
- CARRARA, Sérgio. **Tributo a Vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- CARVALHO, Jonatas. **Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil**: a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes – 1936-1946. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- CASTIEL, Luis David; DIAZ, Carlos Alvarez-Dardet. **A saúde persecutória**: os limites da responsabilidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- CASTIEL, Luis David; FERREIRA, Marcos Santos; MORAES, Danielle Ribeiro. Os riscos e a promoção do autocontrole na saúde alimentar: moralismo, biopolítica e crítica parresíasta. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.19, n.5, 2014, pp.1523-1532.
- COLLIER, Stephen J. **Post-Soviet Social**: neoliberalism, social modernity, biopolitics. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- COLLIER, Stephen J. Topologias do poder: a análise de Foucault sobre o governo político para além da ‘governamentalidade’. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n.5, janeiro-julho, 2011a, pp.245-284.
- CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 1998.
- DEACON, Roger; PARKER, Ben. Educação como sujeição e como recusa. In: Silva, Tomaz Tadeu. (Org.) **O Sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- DERY, Mark. Diálogo com Mark Dery: desconstruir a memória comunitária na era das mídias interativas. In: CASALEGNO, Federico. **Memória Cotidiana**: comunidades e comunicação na era das redes. Porto Alegre: Sulina, 2006, pp.167-182.
- ESCOHOTADO, Antonio. **Historia Elemental de las Drogas**. Barcelona: Anagrama, 1997.
- FIMIANI, Mariapaola. O verdadeiro amor e o cuidado comum com o mundo. In: GROS, Frédéric. **Foucault**: a coragem da verdade. São Paulo: Parábola, 2004. p.89-128.

- FIORE, Maurício. A medicalização da questão do uso de “drogas” no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: CARNEIRO, Henrique; VENÂNCIO, Renato. **Álcool e Drogas na História do Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2005.
- FIORE, Maurício. **Uso de “drogas”**: controvérsias médicas e debate público. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, Nov, 2001, pp.197-223.
- FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989a. p.15-37.
- FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1989b. p.167-177.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo/Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Tecnologias de Si. **Verve**. São Paulo, n.6, 2004, pp.321-360.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **O Governo de si e dos Outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. São Paulo: Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **O Governo de si e dos Outros II - A Coragem da Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. São Paulo: Graal, 2012.

- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.
- FOUCAULT, Michel. O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b, p.187-211.
- FOUCAULT, Michel. Polêmica, Política e Problematizações. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c, p.219-227.
- FOUCAULT, Michel. Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012d, p.228-233.
- FOUCAULT, Michel. O Cuidado com a Verdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012e, p.234-245.
- FOUCAULT, Michel. O Retorno da Moral. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012f, p.246-257.
- FOUCAULT, Michel. A Evolução da Noção de “Indivíduo Perigoso” na Psiquiatria Legal do Século XIX. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012g, p.1-24.
- FOUCAULT, Michel. A Escrita de Si. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012h, p.141-157.
- FOUCAULT, Michel. Sexualidade e Solidão. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012i, p.91-101.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V: ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012j, p.258-280.
- FOUCAULT, Michel. Crimes e castigos na URSS e em outros lugares... In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012k, p.186-198.
- FOUCAULT, Michel. As Técnicas de Si. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p.264-296.
- FOUCAULT, Michel. O jogo de Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a, p.44-77.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **História da maconha no Brasil.** São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- GROS, Frédéric. Situação do Curso. In: FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- HACKING, Ian. **Ontologia Histórica.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HART, Carl. **Um preço muito alto**: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- HENMAN, Anthony; JUNIOR, Osvaldo Pessoa. (orgs), **Diamba Sarabamba**: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. São Paulo, Editora Ground, 1986.
- ISRAEL-PINTO, Alexandre. **O uso de substâncias psicoativas**: história, aprendizagem e autogoverno. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2012. Dissertação de Mestrado.
- LAGASNERIE, Geoffroy. **A última lição de Michel Foucault**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: Silva, Tomaz Tadeu. (Org.) **O Sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio A. **Rodas de fumo**: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: Edufba/Cetad, 2004.
- MARSHALL, James. Governamentalidade e Educação Liberal. In: Silva, Tomaz Tadeu. (Org.) **O Sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MENZ, Maximiliano M. Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. **Afro-Ásia**. Salvador, n.32, 2005, pp.139-158.
- MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marluce Alves. **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.
- MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente**. São Paulo: Paulus, 2012.
- MORAIS, Paulo César de Campos. **Drogas e Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Tese de Doutorado.
- MOTT, Luiz. A maconha na história do Brasil. In: HENMAN, Anthony; PESSOA JR, Osvaldo. (orgs), **Diamba Sarabamba**: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha. São Paulo: Editora Ground, 1986, pp. 117-136.
- MUTZ, Andresa S. da Costa. **A Constituição do Sujeito Contemporâneo do Consumo**: aprender a comprar bem para comprar sempre. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Tese de Doutorado
- NEGRÃO, Lísias Nogueira. **Entre a cruz e a encruzilhada**: formação do campo umbandista em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 1996.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- NUNES, Nei Antônio. **A crítica genealógica de Michel Foucault às governamentalidades do liberalismo**. Florianópolis: UFSC, 2012. Tese de Doutorado.
- ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2010.
- PARAÍSO, Marluce Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marluce Alves (Orgs.). **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, pp.23-45.
- PASSETTI, Edson. Poder e anarquia: apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado. **Verve**. São Paulo, n.12, 2007, pp.11-43.
- PASSOS, Izabel C. Friche. Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In: PASSOS, Izabel C. Friche (Org.). **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, pp.7-19.
- RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais**. João Pessoa, n.24, p.27-57, abril. 2006.
- RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades virtuais no IRC: o caso do #Pelotas: um estudo sobre a comunicação mediada por computador e a estruturação de comunidades virtuais**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação de Mestrado.
- RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades em redes sociais na internet: proposta de tipologia baseada no Fotolog.Com**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Tese de Doutorado.
- RIBEIRO, Tiago Magalhães. **Do “você não pode” ao “você não quer”**: uma história da prevenção às drogas na Educação. Curitiba: Prismas/Appris, 2013.
- RIGONI, Rafaela de Quadros. **Assumindo o Controle: organizações, práticas e a experiência de si em trabalhadores da Redução de Danos na região metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação Escolar e Higienização da Infância. **Cadernos CEDES**. Campinas, v.23, n.59, abr 2003, pp.39-56.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003a.
- RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2004.
- RONCA, Paulo A. Caruso. **Con-vivendo-com-a-maconha**. São Paulo: Moraes, 1987.
- ROSA, Pablo Ornelas. **Drogas e a governamentalidade neoliberal: uma genealogia da redução de danos**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.
- ROSE, Nikolas. **Inventando Nossos Selves: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SÁ JUNIOR, Mário Teixeira. Fé Cega, Justiça Amolada: os discursos de controle sobre as práticas religiosas afro-brasileiras na República (1889/1950). **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá, n.9, jan 2011, pp.41-74.

SARAIVA, Karla. Educando para viver sem riscos. **Educação**, Porto Alegre, v.36, n.2, pp.168-179, mai/ago, 2013.

SCHWARCZ, Lília M. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCISLESKI, Andrea; SILVA, Jhon Lennon; GALEANO, Giovana; CAETANO, Carla; BRUNO, Bruna Soares. Polícias de saúde: quem tem medo de usuários de drogas? **Polis e Psique**, Porto Alegre, v.3, n.3, 2013, pp.106-124.

SEITH, Anne. “America’s Marijuana Revolution: ganjapreneurs hit the jackpot”. Spiegel Online International. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/business/pot-becomes-big-business-as-states-legalize-cannabis-a-977628.html>. Acesso em: 17 abr 2015.

SENELLART, Michel. Situação do Curso. In: FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SILVA, Maria de Lourdes. **Drogas – da medicina à repressão policial**: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Tese de Doutorado.

SILVA, Maria de Lourdes. Polícia de costumes, drogas e educação na capital federal nos anos 1920-30. **Revista Teias**. Rio de Janeiro, v.11, n.23, set/dez 2010, pp.33-22.

SILVESTREIN, Mauro Leno. **A militância pró legalização da cannabis e o movimento social Marcha da Maconha Brasil** – apontamentos de um fazer militante entre a política e o mercado. Trabalho apresentado na VI Jornada de Jovens Investigadores Gino Germani, Buenos Aires, 2011.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano**: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Salvador: UFBA, 2012. Dissertação de Mestrado.

TORCATO, Carlos E. Martins. O uso de drogas e a instauração do proibicionismo no Brasil. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v.4, n.2, pp.117-125, 2013.

TRAD, Sérgio do Nascimento Silva. **A trajetória da prevenção às drogas no Brasil**: do proibicionismo à redução de danos e seus reflexos nas políticas locais. Tarragona: Universitat Rovira i Virgili, 2010. Tese de Doutorado.

VALENÇA, Tom. **Consumir e ser consumido, eis a questão**: configurações entre usuários de drogas numa cultura de consumo. Salvador: UFBA, 2005. Dissertação de Mestrado.

VELHO, Gilberto. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.55-64.

VIANNA, Priscila Cravo; NEVES, Cláudia Elizabeth A. B. Dispositivos de repressão e varejo do tráfico de drogas: reflexões acerca do Racismo de Estado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.16, n.1, jan-abr, 2011, pp.31-38.